This is a digital copy of a book that was preserved for generations on library shelves before it was carefully scanned by Google as part of a project to make the world's books discoverable online.

It has survived long enough for the copyright to expire and the book to enter the public domain. A public domain book is one that was never subject to copyright or whose legal copyright term has expired. Whether a book is in the public domain may vary country to country. Public domain books are our gateways to the past, representing a wealth of history, culture and knowledge that's often difficult to discover.

Marks, notations and other marginalia present in the original volume will appear in this file - a reminder of this book's long journey from the publisher to a library and finally to you.

Usage guidelines

Google is proud to partner with libraries to digitize public domain materials and make them widely accessible. Public domain books belong to the public and we are merely their custodians. Nevertheless, this work is expensive, so in order to keep providing this resource, we have taken steps to prevent abuse by commercial parties, including placing technical restrictions on automated querying.

We also ask that you:

+ *Make non-commercial use of the files* We designed Google Book Search for use by individuals, and we request that you use these files for personal, non-commercial purposes.
+ *Refrain from automated querying* Do not send automated queries of any sort to Google's system: If you are conducting research on machine translation, optical character recognition or other areas where access to a large amount of text is helpful, please contact us. We encourage the use of public domain materials for these purposes and may be able to help.
+ *Maintain attribution* The Google "watermark" you see on each file is essential for informing people about this project and helping them find additional materials through Google Book Search. Please do not remove it.
+ *Keep it legal* Whatever your use, remember that you are responsible for ensuring that what you are doing is legal. Do not assume that just because we believe a book is in the public domain for users in the United States, that the work is also in the public domain for users in other countries. Whether a book is still in copyright varies from country to country, and we can't offer guidance on whether any specific use of any specific book is allowed. Please do not assume that a book's appearance in Google Book Search means it can be used in any manner anywhere in the world. Copyright infringement liability can be quite severe.

About Google Book Search

Google's mission is to organize the world's information and to make it universally accessible and useful. Google Book Search helps readers discover the world's books while helping authors and publishers reach new audiences. You can search through the full text of this book on the web at `http://books.google.com/`

LELAND STANFORD JR.
UNIVERSITY
LIBRARY

The Gift of
Dr. J. C. Branner

51.06
I59r

REVISTA TRIMENSAL

DO

INSTITUTO HISTORICO

Geographico e Ethnographico do Brasil

FUNDADO NO RIO DE JANEIRO

DEBAIXO DA IMMEDIATA PROTECÇÃO DE S. M. I.

O Sr. D. Pedro II

TOMO XXXIV

Parte primeira

Hoc facit, ut longos durent bene gesta per annos
Et possint serâ posteritate frui.

RIO DE JANEIRO

B. L. Garnier — Livreiro-editor

69 Rua do Ouvidor 69

1871

222830

STANFORD LIBRARY

REVISTA TRIMENSAL

DO

INSTITUTO HISTORICO

GEOGRAPHICO E ETHNOGRAPHICO DO BRASIL

1º TRIMESTRE DE 1871

NOBILIARCHIA PAULISTANA

GENEALOGIA DAS PRINCIPAES FAMILIAS DE S. PAULO

Colligidas pelas infatigaveis diligencias do distincto paulista

PEDRO TAQUES DE ALMEIDA PAES LEME

(*Continuada da pag.* 335 *do tomo XXXIII, parte segunda*)

PIRES

Grande variedade encontramos sobre a origem dos Pires da capitania de S. Paulo. N'umas memorias introduzidas de pais a filhos fazem progenitor d'esta familia a Salvador Pires, que de Portugal trouxéra dois filhos, a saber, Salvador Pires, e Manoel Pires; porém no exame e lição dos cartorios viemos a descobrir a verdade d'este progenitor da maneira seguinte:

Entre os nobres povoadores da villa de S. Vicente, que a esta ilha chegaram com o fundador d'ella o fidalgo Martim Affonso de Sousa em principios do anno de 1531, foi João Pires, chamado o Gago, natural do Porto; e seu primo

Jorge Pires, que' era cavalleiro fidalgo (n'aquelle tempo era este fôro o melhor), cujo alvará veiu ao nosso poder para o lermos. Este João Pires trouxe comsigo o filho Salvador Pires, da cidade do Porto, que, sendo casado com Maria Rodrigues, ignoramos se já de Portugal veiu casado, ou se casou na villa de S. Vicente, como affirmam algumas memorias deixadas de pais a filhos. A dita Maria Rodrigues era natural do Porto, que veiu para S. Vicente com seus irmãos e pais, que foram Garcia Rodrigues e Isabel Velho. Em titulo de Garcias Velhos, cap. 6.° De S. Vicente passou para S. Paulo João Pires o Gago; e seu filho Salvador Pires com sua mulher Maria Rodrigues ficaram na povoação de Santo André da Borda do Campo, que foi acclamada em villa no dia 8 de Abril de 1553 em nome do donatario da capitania Martim Affonso de Sousa. João Pires foi o primeiro juiz ordinario d'esta villa. (Camara de S. Paulo, caderno 1° titulo 1553 da villa de Santo André pag. 1ª e seguintes.)

Maria Rodrigues era já fallecida em 1579; porque em 20 de Janeiro de 1580 lhe passou quitação de haver cumprido com as disposições testamentarias da defunta sua mulher o prelado administrador, sendo escrivão da camara ecclesiastica e visita Francisco de Torres. Esta quitação nos tirou toda a duvida de que a familia dos Pires não tivéra principio em S. Paulo do Campo de Piratininga em Salvador Pires, e Messia Fernandes, por quanto o Salvador Pires, em que teve a origem, foi este de quem tratamos, casado com Maria Rodrigues, como temos mostrado. Esse tal Salvador Pires veiu da cidade do Porto para a villa de S. Vicente, como temos dito; e consta de uma carta de sesmaria, que no anno de 1573 lhe concedeu Hieronimo Leitão, capitão-mór governador loco-tenente do donatario Pedro Lopes de Sousa; e da mesma consta tambem que passára da villa de S. Vicente para á de Santo André da Borda do Campo no anno

de 1553, e lhe foi dada meia legua de terras na Tapera que tinha sido alojamento do indio *Baibebá*, partindo pelo campo de Piratininga direito á serra, por ser dito Pires lavrador potentado, que dava avultada somma de alqueires de trigo ao dizimo, além das colheitas de outros fructos todos os annos (1). Maria Rodrigues veiu do Porto com seus pais Garcia Rodrigues e Isabel Velho. Em titulo de Garcias Velhos, cap. 6.° Teve Salvador Pires do seu matrimonio com Maria Rodrigues dois filhos que foram :

N.—1° Manoel Pires

N.—2° Salvador Pires

Manoel Pires casou com Maria Bicudo. Em titulo de Bicudos, n. 1° cap. 3.°

N. 2.

Salvador Pires tambem viveu muito abundante, com grandes lavouras, e numerosos trabalhadores d'ellas, quaes eram os indios catholicos da sua reducção e administração. Foi do governo da republica como pessoa principal d'ella: falleceu em 1592 em S. Paulo na sua fazenda de cultura, sita no lugar acima da cachoeira chamada Pátuáhy, no rio Tieté (2), com uma legua de terras em quadro por sesmaria (3).; e ficou por testamenteiro e curador dos filhos seu genro Bartholomeu Bueno de Ribeira.

Casou duas vezes : primeira com N..... da qual teve os filhos Diogo Pires, Amador Pires, e Domingos Pires de que tratamos no fim da descendencia do segundo matrimonio;

(1) Cart. da Prov. da Faz. R. Livro de reg. de sesmar. tit. n. 1, 1562, pag. 158.

(2) Cart. 1° de Not. de S. Paulo, Cad. Maio de 1592, pag. 35.

(3) Cart. sup. Liv. n. 2 tit. 1602, pag. 41. E Cam. de S. Paulo, cad. de reg. tit. 1583, pag. 27.

segunda vez casou com Messia Fernandes, vulgarmente chamada pelo idioma brasilico *Messiuçu*, que quer dizer Messia grande, natural de S. Paulo, filha de Antonio Fernandes, e de sua mulher Antonia Rodrigues (a qual procede de Antonio Rodrigues e de Antonia Rodrigues, baptizada pelo padre Anchieta, e era ella filha do maioral de Hururahy, chamado Piquiroby. O qual Antonio Rodrigues genro de Piquiroby veiu com Ramalho a S. Paulo 30 annos quasi antes de chegar em 1531 Martim Affonso de Sousa a S. Vicente), povoadores de S. Paulo como consta do testamento com que em 1625 falleceu dita Messia Fernandes, que se acha junto aos autos de inventario dos bens para partilhas com seus herdeiros, no cartorio do 1° tabellião de S. Paulo no maço dos inventarios antigos, letra M. E foi irmã de Marcos Fernandes, a quem matou um Antonio Fernandes Aia, ao qual deu perdão dita Messia Fernandes por escriptura de 1° de Janeiro de 1612 (4).

E teve do seu segundo matrimonio nascidos em S. Paulo oito filhos :

Cap.—1° Maria Pires, mulher de Bartholomeu Bueno da Ribeira.
Cap.—2° Catharina de Medeiros, mulher de Mathias Lopes.
Cap.—3° Anna Pires, mulher de Francisco de Siqueira.
Cap.—4° Isabel Fernandes, mulher de Henrique da Cunha Gago.
Cap.—5° Salvador Pires, casado com D. Ignez Monteiro.
Cap.—6° João Pires, casado com Messia Rodrigues.
Cap.—7° Custodia Fernandes, mulher de Domingos Gonçalves.
Cap.—8° Antonio Pires, falleceu solteiro.

CAPITULO 1.°

1—1. Maria Pires, casou com Bartholomeu Bueno da Ribeira natural da cidade de Sevilha, a 4 de Agosto de 1590,

(4) Primeiro Cart. de Not. de S. Paulo, caderno de Dezembro de 1611, pag. 20.

porque n'este dia e anno lhe fizeram escriptura de dote e casamento seus sogros, como se vê da dita escriptura no 1º cartorio de notas de S. Paulo, no caderno titulo 1590 fl. 65. Em titulo de Buenos, com sua descendencia.

CAPITULO 2.º

1—2. (*O autor pôz como advertencia posterior e no principio d'este capitulo o seguinte : Esta Catharina de Medeiros a casaram seus pais com Domingos Fernandes, a quem fizeram escriptura de dote e casamento a 5 de Agosto de 1590, a qual se acha na nota do 1º cartorio de S. Paulo no caderno de notas, titulo Dezembro de 1590 fl. 68, onde se vê que a outorgante Messia Fernandes era irmã de Antonio Fernandes, o qual tendo passado ao reino de Angola,com negocio, no regresso para o Rio de Janeiro falleceu n'aquella cidade em 1599, como se vê da procuração que fez a viuva Catharina de Medeiros a 19 de Julho do dito anno de 1599, que se acha no 1º cartorio de notas de S. Paulo no caderno do tabellião Belchior da Costa, titulo 1599 fl. 8.)

Catharina de Medeiros (filha de Salvador Pires e Messia Fernandes) falleceu em S. Paulo com testamento no anno de 1629, casada com Mathias Lopes (irmão de Zuzarte Lopes), natural de Portugal e cidadão da villa de Santos,que falleceu em S. Paulo com testamento a 25 de Maio de 1651 (5), Foi mamposteiro-mór dos captivos pelos annos de 1608; e tambem sargento-mór do troço do descobrimento das minas de prata e esmeraldas em 1680 (6). E teve nascidos em S. Paulo quatro filhos.

(5) Cart. de Orph. de S. Paulo, maç. 1º de inv. let. C. o de Catharina de Medeiros. E maç. 2º let. M. o de Mathias Lopes.

(6) Cam. de S. Paulo, cad. de reg., 1607, pag. 11v.

2—1. Antonio Lopes de Medeiros §—1°
2—2. Maria de Medeiros..... §—2°
2—3. Mathias Lopes..... §—3°
2—4. Zuzarte Lopes..... §=4°

§ 1.°

2—1. Antonio Lopes de Medeiros, foi ouvidor da capitania de S. Vicente e S. Paulo, e na camara da capital d'aquella villa tomou posse a 7 de Setembro de 1659 (7), e casou na matriz de S. Paulo a 29 de Junho de 1642 com Catharina de Onhatte, filha de Christovão da Cunha de Onhatte, e de sua mulher Messia Vaz Cardoso. Em titulo de Cunhas Gagos, cap. 1° § 4° n. 2—4: e ahi a sua descendencia.

§ 2.°

2—2. Maria de Medeiros, casou no Rio de Janeiro com Gonçalo da Costa Ferreira, e alli deixou geração nobre, que ainda se conserva.

§ 3.°

2—3. Mathias Lopes, casou com Catharina do Prado, filha de Catharina do Prado. Em titulo de Prados, cap. 5° § 8° sem descendencia.

§ 4.°

2—4. Zuzarte Lopes, falleceu com testamento em S. Paulo a 9 de Dezembro de 1635, e foi casado com Maria de Pontes, irmã de Pedro Nunes de Pontes, natural de S. Paulo (8), a qual Maria de Pontes e dito seu irmão foram filhos de Pedro Nunes e de sua terceira mulher Catharina

(7) Cam. de S. Paulo, Liv. de reg. 1658, pag. 65 v.
(8) Orph. de S. Paulo, maço de invent., let. I. n. 21.

de Pontes, a qual era viuva de Salvador de Lima, que tinha fallecido em 1612 no sertão, sendo soldado do capitão da tropa Martim Rodrigues Tenorio (9). Em titulo de Pontes, cap. 2°. E teve filha unica, 3—Catharina, que não lhe descobrimos nem o appellido nem o estado.

CAPITULO 3.°

1—3. Anna Pires de Medeiros pag. 8: falleceu em S. Paulo com testamento a 4 de Maio de 1668 (10). Casou duas vezes: primeira na matriz de S. Paulo em 3 de Junho de 1629 com Antonio Bicudo, filho de Vicente Bicudo, e de sua mulher Anna Luiz. Em titulo de Bicudos, cap. 2° § 1°; sem geração: segunda vez casou, depois da morte de seu pai, com Francisco de Siqueira natural da villa de Caminha (11). E teve do segundo matrimonio cinco filhos:

2—1. Francisco Pires de Siqueira	§—1°
2—2. Antonio de Siqueira	§—2°
2—3. Messia de Siqueira	§—3°
2—4. Maria de Siqueira	§—4°
2—5. Anna Maria de Siqueira	§—5°

§ 1°

2—1. Francisco Pires de Siqueira, cidadão de S. Paulo, que occupou os cargos da republica, falleceu com testamento a 8 de Abril da 1671, e foi casado na matriz de S. Paulo a 6 de Fevereiro de 1640 com Helena Dias, que falleceu com testamento em 1669 (12), filha de Francisco Dias,

(9) Orph. de S. Paulo, maço 1° let. S. n. 28.
(10) Orph. de S. Paulo, maço 3° de inv. let. A.
(11) Cam. episc. de S. Paulo, out. de genere do coronel João Raposo Bocarro. l. m. 1° n. 9.
(12) Orph. de S. Paulo, invent. maço 1° E. n. 2.

e de sua mulher Custodia Gonçalves, ambos de S. Paulo, sobrinha de Diogo Penedo e filha de Helena Gonçalves, e de seu marido N... Gonçalves Penedo, que era irmão do capitão Diogo Gonçalves Penedo, povoador de Parnaguá. Neta de Pedro Dias (que foi leigo jesuita) e de sua segunda mulher Antonia Gomes da Silva, natural de Braga, filha de Pedro Gomes, e de sua mulher Maria Affonso, ambos de Braga, cujo casal passou da villa de S. Vicente para o campo de Piratininga com os primeiros jesuitas, que subiram a serra de Paranãa-piacaba em Janeiro de 1554. Em titulo de Dias. E teve tres filhos naturaes de S. Paulo.

3—1. Francisco Dias de Siqueira.
3—2. Anna Maria de Siqueira.
3—3. Anna Pires.

3—1. Francisco Dias de Siqueira, capitão-mór, chamado de alcunha Apuçá, que quer dizer surdo. Este paulista penetrou com a sua tropa o sertão até a cidade do Maranhão, e nas aldêas dos indios catholicos d'aquelle Estado fez varias extorsões, cujos impulsos se não atreveu a castigar o governador pelos annos de 1692 para 1693, e d'elles deu conta ao Sr. rei D. Pedro II. Este principe, usando da sua paternal clemencia, ordenou aos officiaes da camara de S. Paulo em carta de 2 de Novembro de 1693 que o castigassem com toda a demonstração, que ficasse servindo de exemplo para outros vassallos lhe não imitarem os procedimentos insultuosos, que havia commettido. Esta real ordem se acha registrada na secretaria do conselho ultramarino no livro das cartas do Rio de Janeiro, titulo 1673 pag. 111, e é do teor seguinte:

« Tenho por noticias certas, que d'essa capitania sahira por cabo de uma tropa Francisco Dias de Siqueira a penetrar os sertões do Maranhão com ordens suppostas, insi-

nuando as levava para se fazer communicavel aquelle Estado com o do Brasil, de que se seguira que o governador Antonio Albuquerque Coelho de Carvalho lhe déra os mantimentos e munições necessarias, entendendo que o seu animo seria de se empregar no meu real serviço e extincção do gentio de serco, o que obrára tudo pelo contrario, e qué fizéra grandes destruições, e hostilidade nas aldêas domesticas, valendo-se d'este engano para obrar esta maldade; e por esta acção se fez digno de todo o castigo; vos ordeno procedaes com toda a demonstração n'este caso contra este sujeito, para que sirva de exemplo para os mais se não animarem a commetter estes insultos. Espero de vós como bons vassallos assim obreis, etc. »

Casou este Francisco Dias de Siqueira com Joanna Corrêa, natural da villa de Santos (que falleceu em S. Paulo a 20 de Abril de 1714 com testamento em que declarou sua naturalidade e seus pais) (13) irmã de Antonia Corrêa, mulher de Francisco Corrêa de Figueiredo chamado o Pinxa, natural da Bahia, e de Catharina Corrêa de Faria, que casou na ilha de S. Sebastião, da qual procedeu o conego Antonio Nunes de Siqueira, que falleceu em S. Paulo em 1758, e filha de Simão Rodrigues Henriques, que falleceu em S. Paulo em 1656, e de sua mulher Joanna Corrêa natural da cidade da Bahia, onde casou, e veiu a S. Paulo onde falleceu com testamento, em que declarou ser natural da Bahia, filha de Gaspar Soares, e Ignez de Azevedo, da Bahia, etc (14).

Francisco Dias falleceu na Bahia, para onde se tinha recolhido da conquista e guerra contra os barbaros gen-

(13) Residuos da Ouvid. de S. Paulo, testamento do Joanna Corrêa.

(14) Orph. de S. Paulo, invent. let. I. maço 1° n. 16. E Resid. da Ouv. de S. Paulo, testamento de Antonia Corrêa, em 1720.

tios do Rio Grande e Sicará, de que foi capitão João Amaro Maciel e mestre de campo governador Mathias Cardoso de Almeida, o que temos tratado em Prados, cap... e em Campos, cap... e Gayos, cap... e deixou na dita cidade da Bahia um grosso cabedal, que se apurou pelo juizo dos ausentes, e se remetteu a Lisboa ao tribunal da mesa da consciencia e ordens.

Teve Francisco Dias do seu matrimonio com Joanna Corrêa, filha unica natural de S. Paulo:

4—» Joanna Corrêa, que casou com Garcia Rodrigues Betim. Em titulo de Betins, cap. 7° § 2.°

3—2. Anna Maria de Siqueira, foi casada com Manoel da Silva de Vasconcellos, como consta do testamento e inventario de seu pai Francisco Pires de Siqueira, que fica já indicado.

3—3. Anna Pires, filha ultima de Francisco Pires de Siqueira do § 1°, foi casada com Manoel Garcia Velho (como consta do testamento de seu pai já indicado), natural de S. Paulo, filho de Manoel Garcia Velho, que falleceu em S. Paulo com testamento a 6 de Abril de 1659, e de sua mulher Maria Moniz da Costa. (Orphãos de S. Paulo, inventario maço 3° letra M).

§ 2°

2—2. Antonio de Siqueira, casou na matriz de S. Paulo a 25 de Novembro de 1630 com Maria Affonso, filha de Paschoal Dias e de sua mulher Filippa Rodrigues. Falleceu Antonio de Siqueira sem testamento em S. Paulo a 20 de Fevereiro de 1648. E teve oito filhos :

3—1. Anna Pires, casou com Salvador Francisco de Oliveira Lobo, natural e cidadão de S. Paulo, filho de Manoel Francisco Pinto, natural de Guimarães, e de sua mu-

lher Juliana de Oliveira. Em titulo de Cunhas Gagos, cap. 3° § 3° com sua descendencia.

3—2. Maria de Siqueira.
3—3. João Pires Affonso
3—4. Francisco.

3—5. Antonio de Siqueira Affonso, que falleceu solteiro em 11 de Junho de 1675 com testamento no cartorio de orphãos de S. Paulo, maço 1° letra A.

3—6. Sebastião de Siqueira, fallecido com testamento a 16 de Maio de 1669, e foi casado com D. Maria Ribeiro Antunes, filha do governador Estevão Ribeiro Bayão (irmão de Antonio Ribeiro Bayão), natural de S. Paulo, e de sua mulher D. Maria Antunes. Em titulo de Bayão, cap. 5° § 3° n. 3—2 a n. 4—2 (15); e teve filho unico:

4—». Estevão Ribeiro Bayão.
3—7. Filippa.
3—8. Salvador.

§ 3°

2—3. Messia de Siqueira (filha de Anna de Medeiros do cap. 3°), fallecida em S. Paulo com testamento a 20 de Fevereiro de 1648, casada com Pedro Vidal, natural de S. Paulo, onde falleceu com testamento a 30 de Dezembro de 1658 (16), filho de Alonso Peres Canhamares, natural de Castella, e de sua mulher Maria Affonso. Em titulo de Canhamares. E teve oito filhos, que são:

(15) Orph. de S. Paulo, invent. let. S. maço 1° n. 12
(16) Cart. de Orph. de S. Paulo, invent let. M. maço 1° n... Let. P, maço 1° n. 4.

3—1. Maria Vidal, fallecida em S. Paulo com testamento a 28 de Setembro de 1687, casou duas vezes: primeira na matriz de S. Paulo a 7 de Fevereiro de 1639 com Francisco Baldaya, filho de Miguel Sobrinho, e de sua mulher D. Maria da Veiga: (em titulo de Eannes, cap. 4° § 2°, n. 3—1) e segunda com Pedro Casado Villas Boas. Falleceu o dito Baldaya, natural de S. Paulo, com testamento a 8 de Abril de 1648 (17). E teve do primeiro matrimonio quatro filhos; e do segundo teve cinco.

1° matrimonio

4—1. Salvador Baldaya, falleceu solteiro.
4—2. Margarida.
4—3. Francisco Baldaya.
4—4. Anna Maria de Siqueira, mulher de João de Siqueira.

2° matrimonio

4—5. José Casado:
4—6. Antonio Casado Villas Boas.
4—7. Messia de Siqueira.
4—8. João Casado Villas Boas.
4—9. Catharina Casado Villas Boas.

3—2. Joanna de Siqueira, casou com Manoel Pedroso.

3—3. Maria de Siqueira, mulher de João de Lima do Prado. Em titulo de Prados, cap. 4° § 1° n. 3—2.

3—4. Anna Pires de Siqueira, mulher de Manoel de Lima do Prado. Em titulo de Prados, cap. 4° § 1° n. 3—4.

3—5. João Vidal.
3—6. Pedro Vidal.
3—7. Francisco de Siqueira.
3—8. Manoel de Siqueira.

(17) Orph. de S. Paulo, invent. let. M. maço 1° n. 8. Let. F. maço 1° n. 19.

§ 4º

2—4. Maria de Siqueira (filha do cap. 3º).

§ 5º

2—5. Anna Maria de Siqueira, casou com João Raposo Boccarro. Em titulo de Raposos Boccarros, cap. 4º : com sua descendencia.

CAPITULO 4º

1—4. Isabel Fernandes (filha do capitão Salvador Pires e Messia Fernandes), foi casada com Henrique da Cunha Gago, de quem teve tres filhos. Em titulo de Cunhas Gagos, cap. 1.ª e ahi a sua descendencia.

CAPITULO 5º

1—5. Salvador Pires de Medeiros.foi capitão da gente de S. Paulo pelos annos de 1620 como pessoa das principaes da terra, que assim se declara na sua carta patente, registrada na camara de S. Paulo no livro de registro, titulo 1620, pag. 12. Foi grande paulista abundante em cabedaes,estabelecido na serra, ou sitio do Ajuhá, onde teve uma fazenda de grandes culturas, e uma dilatada vinha, da qual todos os annos recolhia excellente vinho malvazia com muita abundancia. Fundou a capella da gloriosa martyr Santa Ignez (18), cuja devoção tomou por ter este nome sua mulher. Foi casado com D. Ignez Monteiro de Alvarenga, cognominada a Matrona. Em titulo de Alvarengas, cap. 2.º Esse capitão Salvador Pires com sua mulher fez doação a Bartholomeu Bueno das terras que o

(18) Cart. da Prov. da Faz. da Cap. de S. Paulo, L. n. 8 de sesmarias, tit. 1633, pag. 52. E Liv. n. 3, tit. 1618, pag. 23.

dito Pires herdára de seus pais por escriptura de 1625(19). E teve de seu matrimonio, naturaes de S.Paulo, nove filhos.

2—1. Alberto Pires ..... § 1.°
2—2. Maria Fernandes Pires..... § 2.°
2—3. Antonio Pires de Medeiros..... § 3.°
2—4. Isabel Pires de Medeiros ..... § 4.°
2—5. D. Maria Pires de Medeiros..... § 5.°
2—6. Anna Pires de Medeiros..... § 6.°
2—7. Bento Pires Ribeiro..... § 7.°
2—8. Maria Pires..... § 8.°
2—9. Salvador Pires de Medeiros..... § 9.°

§ 1°

2—1. Alberto Pires, casou na matriz de S. Paulo a 27 de Janeiro de 1682 com Leonor de Camargo, filha de Estevão Gomes Cabral, e de sua mulher Gabriela Ortiz de Camargo : em titulo de Camargos, cap. 6°. D'este matrimonio não teve fructo algum pela fatalidade que expomos. Foi Alberto Pires extremosamente amante de sua mulher, em um dos dias de carnes tolendas, como chamam em Castella, e de entrudo no Brasil, quando Alberto Pires em brinquedos dos que o inveterado costume d'estes dias introduziu, sem desculpa na maior parte dos reinos da Europa, succedeu receber Leonor de Camargo Cabral, do proprio marido uma limitada pancada na fonte da parte esquerda, e cahiu no mesmo instante morta. Esta casualidade não teve testemunhas de vista, que acreditassem a innocencia do successo, para ficar o marido livre da suspeita de homicida. Era Alberto Pires por natureza rustico (porque n'elle não lavrou o buril da discrição de seus pais com a policia em que criaram os filhos, civilisando-os com a doutrina das escolas dos pateos dos jesuitas do collegio de S. Paulo), e com o re-

(19) Cart. de Notas de S. Paulo, cad. Maio de 1625, pag. 68.

pente da desgraça acontecida,destituido de prudencial discurso, se encheu de funestas imagens, mais filhas da ignorancia, que do temor, (se é que no mesmo interim se não deixou penetrar de diabolicas suggestões), e concebeu executar uma barbaridade por desmentir uma suspeita, sem o reportar de tão maligno intento o acordo de que na execução d'elle primeiro maculava a propria honra, do que libertava a sua innocencia. Para cumprir a funesta idéa que tinha concebido, fingiu um convite simulado. Mandou chamar Antonio Pedroso, de Barros, seu cunhado (irmão de Fernão Paes de Barros, e Pedro Vaz de Barros, e outro da principal nobreza das familias de S. Paulo) para que viessem entrudar; e, como é costume juntarem-se os parentes em uma casa, onde são banqueteados, se persuadiu que o convidado não faltava a esta rogativa, ainda quando não era distante o lugar de uma e outra casa. Fez Alberto Pires espera ao cunhado Antonio Pedroso em lugar occulto á entrada da fazenda, e emparelhando com o sitio da cilada, lhe fez tiro com um bacamarte, que o tinha preparado (com balas) para lhe não errar fogo, e conseguir effeito tão atroz insulto, o matou. Conseguida esta barbara tyrannia, juntou a este cadavero de sua mulher Leonor Cabral no mesmo sitio, onde executára o infame delicto. Mandou logo chamar aos seus parentes a toda pressa e acceleração, e acudindo muitos, a estes publicou, que, em desaggravo da sua honra, matára os adulteros que lhe offendiam a pureza do thalamo sacramental; cujos corpos estavam no mesmo lugar, onde tinham commettido a torpeza. Sem preceder o mais minimo accordo de reflexão se arrebataram os animos enfurecidos dos parentes do aggressor Alberto Pires, que lhe applaudiram a insolencia, como acção briosa, com que lavava a mancha da sua deshonra no proprio sangue d'aquelles adulteros.

Porém a Divina Providencia quiz que a innocencia não ficasse manchada, e se veiu a descobrir a realidade do acontecido successo de Leonor Cabral, brincando com seu marido, e a suggestão, que n'elle produzira tanto desaccordo. Então os irmãos dos mortos em numeroso corpo de armas (cada partido solicitava o despique pela dôr que lhe occupava) procuraram tambem lavar a offensa da sua magoa no mesmo sangue do autor d'ella, tirando-se-lhe a vida a ferro frio. A matrona D. Ignez Monteiro (já n'este tempo viuva), persuadida do seu grande respeito, se capacitou que segurava a vida de Alberto Pires, seu filho, recolhendo-o á sua casa e protecção, e com este conceito ficou a sua casa sendo sacrario, onde se julgava seguro, e bem occulto o insolente réo, a quem os magoados e offendidos da familia de Camargos e da familia dos Pedrosos Barros protestavam beber-lhe o sangue ou pelos fios do ferro, ou pelas bocas das espingardas. Este vingativo e tumultuoso corpo, tendo certeza de que Alberto Pires se homisiava nas casas da fazenda de sua mãi D. Ignez Monteiro, no silencio da noite encaminharam a sua diligencia para este sitio, e quebrando os foros do respeito d'esta matrona, lhe puzeram a casa em cerco; e á vozes pediam, que entregasse o filho, ou se lhe arrasava a casa á fogo e sangue; porém D. Ignez Monteiro com briosa resolução, e catholico accordo, abriu as portas apresentando aos que as occupavam uma sagrada imagem de Christo crucificado, por cujas divinas chagas pedia á vozes, e com lagrimas, que não tirassem a vida a seu desgraçado filho Alberto Pires; que, pois a justiça tinha devassado das suas culpas, fosse esta quem governada pelas leis do principe soberano, lhe lavrasse a sentença para o castigo. Esta rogativa e efficaz supplica fez socegar os primeiros impulsos da paixão obstinada, e attento aquelle tumulto a tão rele-

vante ponderaçã o suspenderam as armas, que tinham estado dispostas para serem disparadas em carga cerrada contra Alberto Pires.

Este foi preso e conduzido para S. Paulo, onde d'elle tomou entrega a justiça : preparados os autos do processo, obteve sentença, que o fez conduzir ao porto de Santos para embarcar para a cidade do Rio de Janeiro, e de lá para a da Bahia, em cuja relação havia de o réo ser punido. D. Ignez Monteiro, logo que de S. Paulo descêra para a villa de Santos o desgraçado filho, se pôz em marcha por terra a demandar a villa de Paraty, e passar-se a cidade do Rio de Janeiro (onde por parte de seu pai tinha parentes da familia de Alvarengas de avultado merecimento), com firmes esperanças de libertar seu filho á custa de toda despesa de dinheiro. Com effeito a esta cidade chegou D. Ignez Monteiro de Alvarenga primeiro que o filho, porém a sumaca em que fôra embarcado do porto de Santos, experimentando no mar contrarios ventos, teve arribadas, e por fim tomou o porto da Ilha Grande. N'ella souberam os que ião tambem embarcados para maior segurança do réo, que sua mãi se achava na cidade, e esta certeza só bastou para os inimigos do infeliz preso Alberto Pires obrarem a barbara acção de que sahindo da Ilha Grande para o Rio de Janeiro, lhe puzeram ao pescoço uma grande pedra, e o lançaram vivo ao mar, em cujas aguas teve o seu sepulchro, e para logo fizeram com que a embarcação tomasse o rumo para a villa de Santos,o que executou o mestre da sumaca, ou porque o temor o venceu,ou o dinheiro o obrigou. D'esta catastrophe se originou a destruição da grande casa de D. Ignez Monteiro, uma das maiores d'aquelle tempo,da qual ainda hoje existem algumas cepas da sua grandiosa vinha, que occupava um campo com quasi meia legua em quadro, que annual-

mente brotam, depois que nos mezes de Agosto e Setembro costumam lançar fogo aos campos, para do verdor d'elles terem os gados vaccuns e cavallares abundancia de pastos, verificando-se o antigo rifão que diz: campo que já foi vinha. Este successo, que temos narrado, só tem por documento a memoria dos velhos, communicada de pais a filhos: é verdade que a prisão de Alberto Pires, sua funesta morte, ida de sua mãi á cidade do Rio de Janeiro, e rompimento de armas para a sua prisão, não padece duvida; e só não póde ser que a causa productiva de tantos desconcertos fosse pela morte do cunhado Antonio Pedroso de Barros (seria outro o sujeito a quem tirou a vida Alberto Pires, quando viu morta sua mulher pela casualidade referida), porque este falleceu em 1651, e Alberto Pires seu cunhado cazou em 1682. Parece-nos que a morte de Leonor Cabral de Camargos teve alguma circumstancia na desconfiança de seus parentes, que preoccupados da dôr procuraram a vingança contra o cunhado Alberto Pires. Este não teve geração pela catastrophe referida.

2—2. Maria Fernandes Pires, casou na matriz de S. Paulo em 1644 com Gaspar Corrêa, (irmão inteiro de Sebastião Fernandes Corrêa 1° provedor e proprietario contador da fazenda real da capitania de S. Paulo), natural de Refoyos de Ponte de Lima, filho de Gaspar Fernandes Corrêa e de sua mulher Maria Gonçalves. Falleceu Gaspar Corrêa em S. Paulo a 9 de Outubro de 1686: sem geração (20).

§ 3°

2—3. Antonio Pires de Medeiros, casou na matriz de S. Paulo a 5 de Fevereiro de 1635 com Anna Luiza Grou,

(20) Cart. do 1° tabellião de S. Paulo, maço de invent. antig. o de Gaspar Corrêa com testamento.

filha do capitão Simão Alves, e de sua mulher Maria Luiza Grou. (Em titulo de Jorges Velhos). E teve dois filhos:

3—1. Ignez Monteiro, primeira mulher de Francisco Paes da Silva, natural de S. Sebastião, filho de... (Em titulo de Lemes, cap. 5° n. 3—6 a n. 4—1, sem geração.

3—2. João Pires, falleceu solteiro.

§ 4°

2—4. Isabel Pires de Medeiros, falleceu na villa da Parnahyba, onde foi moradora com seu marido Domingos Jorge Velho á 24 de Setembro de 1714. Em titulo de Jorges Velhos, cap. 1° § 2°. E a sua descendencia em Lemes, cap. 5° § 5° e seguintes.

§ 5°

2—5. D. Maria Pires de Medeiros, casou na matriz de S. Paulo a 3 de Outubro de 1639 com Antonio Pedroso de Barros, filho de Pedro Vaz de Barros, capitão-mór governador da capitania de S. Vicente e S. Paulo, e de sua mulher D. Luzia Leme. Em titulo de Barros, cap...E em Lemes, cap. 5° § 6°.

§ 6°

2—6. Anna Pires, casou na matriz de S. Paulo a 3 de Julho de 1629 com Antonio Bicudo de Mendonça, filho de Vicente Bicudo e de sua mulher Anna Luiz. Sem geração. Em titulo de Bicudos, n. 2, cap. 1°.

§ 7°

2—7. Bento Pires Ribeiro, cidadão de S. Paulo, serviu todos os cargos da republica, fez varias entradas ao sertão, feito capitão-mór da tropa ; e não contente com o numero

grande que tinha já de indios reduzidos ao gremio da igreja, fez a ultima entrada no anno de 1669, e falleceu no sertão, estando casado com D. Sebastiana Leite, irmã inteira do governador Fernão Paes Leme. Em titulo de Lemes, cap. 5º § 5º com sua descendencia (21).

§ 8º

2—8. Maria Pires Fernandes, casou na matriz de S. Paulo a 26 de Janeiro de 1667 com Francisco Dias Velho, natural e cidadão de S. Paulo, filho de Francisco Dias e de sua mulher Custodia Gonçalves, dos quaes temos já tratado retro no cap. 3º § 1º de Francisco Pires. Este Francisco Dias Velho foi fundador e capitão-mór povoador da ilha de Santa Catharina, onde fez relevantes serviços á real corôa, porque em augmento d'ella conquistou os indios bravos d'aquelle sertão, e fundou a villa em dita ilha, que ao presente tempo é governada por um coronel governador com soldo de dois contos de réis pela entidade e natureza d'esta praça. N'esta ilha falleceu o dito capitão-mór povoador dentro da mesma igreja matriz, que á sua custa tinha feito construir de pedra e cal, e ornar com altar maior, e collateraes e imagens, quando os belgas, saltando n'aquella ilha para a roubarem, como fizeram, pondo fogo a tudo, se passaram para a igreja, para executarem o sacrilego attentado contra as sagradas imagens, que o dito capitão mór com resolução catholica e brioso animo quiz defender com a espada e broquel, até perder a vida dentro do mesmo sagrado templo, como martyr pela fé de Jesus-Christo, em 1692 (22).

(21) Orph. de S. Paulo, maço primeiro de inv. let. B. n. 2.

(22) Cart. de Orph. de S. Paulo, maço 1º let. F. n. 27. E sua mulher Maria Pires Fernandes falleceu em S. Paulo muito depois do marido.

Seu pai Francisco Dias se fez opulento de arcos, cujos indios conquistou com armas no sertão, e gostando d'esta guerra tornou para a mesma conquista, e no sertão dos Patos, e Rio de S. Francisco para o Sul até o Rio-Grande de S. Pedro : falleceu no anno de 1645. Sua mulher Custodia Gonçalves falleceu em S. Paulo a 5 de Fevereiro de 1681 (23).

Este capitão-mór povoador Francisco Dias Velho, tendo acompanhado a seu pai nas entradas que fez ao sertão dos gentios dos Patos, ficou-lhe herdando a disciplina e valor para conquistar gentios bravos do sertão da costa do Sul. No anno de 1673 mandou a este mesmo sertão a seu filho José Pires Monteiro, com cento e tantos homens de sua administração, com o intento de fazer povoação, onde melhor sitio descobrisse; e com effeito descobriu as excellentes terras da ilha de Santa Catharina o dito José Pires Monteiro, e logo n'ellas fez plantas.

Em 1675 foi em pessoa a esta sua povoação o capitão Francisco Dias Velho com novos gastos para se conseguir a dita povoação, onde esteve tres annos, e voltou no de 1679, em que tudo o referido expôz no requerimento, que então fez na villa de Santos ao governador da capitania, pedindo-lhe de sesmaria duas leguas de terra em quadra no districto da ilha de Santa Catharina, onde já tinha igreja de Nossa Senhora do Desterro, correndo costa brava, e mais meia legua de terras de uma alagôa, onde já tinha fazenda de culturas ; e mais duas leguas de terra defronte do estreito ou terra firme, onde tambem já tinha uma feitoria com uma legua de sertão, e outra de testada nas cabeceiras, onde chamam Cabeça de Bogio ; e duas leguas em quadra começando do Rio Araçatyva. Tudo se lhe concedeu por sesmaria

(23) Cart. de Orph. de S. Paulo, letr. C. n. 34. E maço 1° letra F. n 17.

em attenção ao grande serviço que fazia a Sua Magestade com a nova povoação e fundação das terras de Santa Catharina. Esta representação e sesmaria se acha registrada no cartorio da provedoria da fazenda real de S. Paulo, no livro de registros das sesmarias n. 13, titulo 1673, pagina 781.

N'esta ilha fez o capitão-mór povoador muitos serviços á real corôa, impedindo aos castelhanos não se estabelecerem nas terras da costa do Sul. Conquistou os indios que inficcionavam o sertão. Dentro da mesma ilha em 1687 entrou um patacho inglez de arribada, cujo capitão era Thomaz Frins, e pirata: o capitão-mór Francisco Dias foi a bordo, prendeu a este capitão e os mais inglezes, e baldeou para a terra por inventario todo o cabedal que lhe achou, e os remetteu presos á sua custa á villa de Santos, onde se achava então de correição o Dr. ouvidor geral da repartição do Sul Thomé de Almeida e Oliveira. Procedeu este ministro a acto de perguntas com o capitão inglez por interprete Lourenço Pereira Venesiano, com a presença do procurador da corôa Diogo Aires de Aguirra, a 26 de Fevereiro de 1688. Constou, pela confissão do dito capitão inglez, que da Inglaterra tinha sahido em uma frota de navios pequenos para Panamá do Porto Bello com 900 homens, e andaram feito piratas em terras da corôa de Castella, sendo seu general Samoloy, ao qual perdêra de vista do porto de Calháo de Lima, e o não descobrira mais, nem a outros navios da sua conducta, por espaço de seis mezes, que o procurára: que na barra da ponta em altura de 5 gráos tivéra encontro com castelhanos, que lhe mataram muitos homens, por cujo destroço os inglezes em vingança da rota lhes deram varios assaltos de pilhagem, até que em um assalto de um lugar de Porto Santo ficaram destruidos os inglezes em altura de 9 gráos da costa do Sul, ficando só elle capitão com sete homens em o seu

navio, e já falto de agua, para cujo remedio, e concerto de sua embarcação destroçada tinha tomado o porto de Santa Catharina, onde fôra preso pelo capitão-mór Francisco Dias Velho, o qual lhe havia mandado inventariar toda a fazenda, que se achava em dito navio, que constava do mesmo inventario que havia remettido com elle capitão e seus companheiros.

Este grande cabedal ficou á R. F. devendo ao zelo do capitão-mór Francisco Dias Velho, cujo premio foi a morte que lhe deram os hereges quando em 1692 voltaram sobre a mesma ilha armados de força de gente, e lhe tiraram a vida dentro do proprio templo, como temos referido. Na mesma ilha de Santa Catharina com valor e animo rendeu um navio corsario, que tinha roubado, e saqueado a villa da Ilha Grande Angra dos Reis, de cujo assalto tinham recolhido grosso cabedal, assim dos moradores, como dos templos, tendo d'antes feito estes piratas varias prezas em embarcações da costa com grande cabedal, o que tudo assim melhor consta no cartorio da provedoria da F. R. de S. Paulo, no livro de registro n. 4°, titulo 1686, pag. 10.

Teve do seu matrimonio doze filhos, dos quaes só existiam, no anno de 1692, sete, que foram os herdeiros da fazenda inventariada em S.Paulo em dito anno de 1692, que foram :

3—1. Custodia Gonçalves, mulher do capitão Domingos Coelho Barradas, de cujo matrimonio foi filho o capitão Domingos Coelho Barradas, sogro do Quintana, e pai de Fr...

3—2. Anna Ribeiro (filha do § 8°), mulher de Hieronimo Pinheiro Lobato : ella falleceu em S. Paulo a 18 de Janeiro de 1727. (Residuo Ecclesiastico, A. n. 24 maço 1°, testamento de Anna Ribeiro.) E teve quatro filhos:

4—1. Francisco Dias Velho, nobre cidadão de S. Paulo, falleceu solteiro, deixando filhos mamalucos, havidos com Laura, mamaluca alva.

4—2. Hieronimo Pinheiro Lobato, cidadão de S. Paulo, falleceu estando casado com Francisca Xavier, filha de Antonio Lopes de Miranda e de sua mulher Marianna Rodrigues. Em titulo de Cunhas Gagos, cap... E deixou seis filhos nascidos em S. Paulo:

5—1. João Pinheiro, morador no Pary, existe solteiro em 1770.

5—2. Joaquim Pinheiro, morador em Santa Anna, idem.

5—3. Manoel Pinheiro, morador na freguezia de Jaguary, foi casado e existe viuvo. Sem geração.

5—4. Antonio Pinheiro, solteiro em 1770,

5—5. Rosa Maria, casou com Bento José de Figueiredo, filho do capitão Mathias da Costa de Figueiredo. Em titulo de Campos.

5—6. Manoela... casou com Ignacio Vaz, moradores em Jaguary.

4—3. Maria de Jesus, casou com Antonio Gomes Villas Boas (*O autor pôz Antonio Moreira Villas Boas, riscou e depois pôz o mesmo, e ficou em duvida), que falleceu em S. Paulo em 1726 (24); natural de Mogy das Cruzes, filho de Thomé Moreira Velho e de Nataria Gomes. Em titulo de Godoys, cap. 2° § 9°. E teve tres filhas, Escolastica, Maria, e Isabel casada com João Paes Xavier, irmão bastardo do padre Francisco Xavier de Garcia Forquim.

4—4. Anna Pinheiro, casou com Balthasar de Godoy Moreira, irmão direito de Antonio Gomes Villas Boas acima, que falleceu deixando seis filhos naturaes de S. Paulo..

(24) Orph. de S. Paulo, maço 3.° letra A n. 37.

5—1. Francisca de Godoy, está casada com João Mendes de Oliveira, irmão por parte de pai do M. R. P. M. Fr. Manoel Mendes de Oliveira.

5—2. Anna Maria Pires, foi raptada por Matheus Pinheiro Lobato, com quem casou, filho bastardo de Francisco Dias Velho, do n. supra 4—1, e por isso dispensados em segundo grão.

5—3. Marianna de Godoy, casada com Francisco Cardoso, natural de S. Paulo, filho bastardo de Antonio Cardoso, havido em uma mamaluca alva.

5—4. Thomé Dias da Silva, casou com...filha de Luiz Borges, do Bairro do O'.

5—5. Joaquim de Godoy, casado com Isabel de Zouros, filha de...

5—6. Salvador Pires, casado com uma mulata, chamada Isabel.

3—3. Ignez Monteiro (filha do § 8º), mulher de João Freire Farto, filho de Romão Freire, e de sua mulher Luzia Bicudo. Em Bicudos. Ignez Monteiro falleceu em 1685. (Orphãos de S. Paulo, maço 1º letra I n. 25.) E teve dois filhos, Salvador e Antonio.

3—4. João Pires Monteiro, casou com Isabel Vaz, de cujo matrimonio foi filha Maria Pires, que casou com Paschoal Leite de Miranda, que falleceu em Taibaté a 28 de Novembro de 1740. Em titulo de Mirandas, cap. 11 § 10. Sem geração.

3—5. José Pires Monteiro, que povoou Santa Catharina com seu pai; casou com... filha de Francisco Luiz, natural de Aljubarrota. E teve:

4—1. Salvador Pires Monteiro, falleceu no Pilar em 1753, cidadão de S. Paulo, e foi casado com Anna Buena de Camargo, filha do mestre de campo Antonio de Camargo Ortiz e Albuquerque. Em titulo de Camargos, cap. §

E teve cinco filhos, que são :

5—1. Victo Antonio.

5—2. José Pires Monteiro, soldado da recruta do Rio Pardo,e hoje soldado dragão do regimento do Rio Grande, onde existe.

5—3. Escholastica.

5—4. Josepha.

5—5. Gertrudes, casou em 1768 com Joaquim, filho de Antonio Corrêa Pires Barradas e de sua mulher Maria Buena. Em titulo de Buenos, Cap.. .

4—2. José Pires Monteiro, casou com Josepha... são sogros do alfaiate torto Antonio da Costa, que dirá o mais.

4—3. Francisco Pires, existe em 1769, morador em sua fazenda em S. Miguel, casado com Francisca...

4—4. Francisco.... .existe em 1769, solteiro, morador em S. Miguel.

4—5. Isabel Pires, foi casada na Conceição com Estevão Forquim de Moraes, natural de S. Paulo (irmão de D. Maria da Luz Forquim, filho do capitão Antonio da Luz Forquim.Em titulo de Forquims, cap. unico § 4°.

3—6. Maria Pires (filha do § 8°), casou com Pedro de Mattos, da familia dos Alvares Sousas; são pais de Maria Pires, que existe viuva de Antonio Jorge Pereira, que falleceu sem geração. (Residuo ecclesiastico, letra A n. 82.)

3—7. Bento Pires.

§ 9° e ultimo

2—9. Salvador Pires de Medeiros (filho ultimo do capitão Salvador Pires de Medeiros, do cap. 5°), casou na matriz de S. Paulo a 27 de Junho do 1638. com D. Anna de Proença,filha de Francisco de Proença, e de sua mulher

Dr. Messia Bicudo. Em titulo de Preenças, cap. 1.º ou em titulo de Bicudos, n. 2º cap. 5º. E teve quatro filhos, que todos em tenros annos voaram para o céo.

CAPITULO 6º

1—6. João Pires (filho de Salvador Pires do n. 2º), foi nobre cidadão de S. Paulo, e teve grande voto nas assembléas do governo politico, como pessoa de muita autoridade, respeito e veneração. Foi abundante em cabedaes com estabelecimento de uma grandiosa fazenda de terras de cultura em uma legua de testada até o rio Macoroby, que lhe foi concedida de sesmaria em 1610 com o seu sertão para a serra de Juquery (25). Teve grande cópia de gados vaccuns, cavallares, e de ovelhas ; de sorte que, dotando a nove filhas, como veremos abaixo, cada uma levou duzentas cabeças de gado vaccum, ovelhas e cavalgaduras. Tinha extraordinaria colheita de trigo todos os annos, e igualmente dos mais mantimentos e legumes. Com o seu grande respeito e forças sustentou, e teve de encontro o partido tambem grande da nobre familia de Camargos, quando em 1652 para 53 se puzeram em rompimento de armas estas duas oppostas familias, Pires e Camargos; e João Pires por si só teve maior sequito com os mais do seu appellido, e de muitos neutraes, que o auxiliaram com poder de gente armada, como foi Garcia Rodrigues Velho, Fernão Dias Paes, e outros paulistas potentados em arcos, que dominavam. Estes bellicosos movimentos, ou tumultuosos partos da ira e da paixão (por vezes chegaram a rompimento de

(25) Cart. da Proved. da Faz. Real de S. Paulo, liv. de sesmarias n. 3º, titulo 1618, pag. 21 v.

batalha) temos narrado com pureza da verdade e fio chronologico em titulo de Camargos, cap. 2° de José Ortiz de Camargo, onde se póde ler a causa e os effeitos d'estas antigas sedições e guerras civis entre Pires e Camargos.

Este João Pires, unico com seu amigo Fernão Dias Paes, pôde vencer a odiosa lembrança com que os moradores de S. Paulo repugnavam a instituição dos padres esuitas, que tinham sido lançados do seu collegio para fóra da capitania de S. Vicente em 13 de Junho do anno de 1640, e obtendo elles da paternal clemencia do Sr. rei D. João IV ordem para serem restituidos em 1647, ainda assim se não deram por seguros, e durou a sua expulsão até o anno de 1653, em que o respeito, amor e veneração de João Pires (declarado protector dos jesuitas) mereceu aos moradores de S. Paulo que recebessem aos padres com affabilidade, lavrando-se termo de transacção e amigavel composição entre todos; assim se conseguiu em 14 de Maio de 1653. Esta transacção, expulsão dos padres, requerimentos que houveram e foram apresentados ao Sr. rei D. João IV por uma e outra parte, com tudo quanto deu causa para os paulistas expulsarem aos jesuitas do collegio de S. Paulo e villa de Santos, temos historiado em titulo de Moraes, cap. 3° pag. 35, onde se póde ler, visto que, havendo aqui ser lançada aquella narração, o não fazemos porque isto é apontamento que se ha de pôr em limpo.

Casou João Pires com Messia Rodrigues, da nobre familia de Garcias Velhos (teve origem em S. Paulo de Garcia Rodrigues e Isabel Velho, que da cidade do Porto vieram casados, para a villa de S. Vicente, muito no principio da sua fundação em 1534, de d'onde se passaram para a villa de Santo André da Borda do Campo, cujos moradores se transmigraram para o campo de Piratininga, de S. Paulo pelos annos de 1560, por ordem do governador

geral Mem de Sá, quando a primeira vez veiu a S. Vicente n'este anno). Ella foi filha de Garcia Rodrigues, e de sua mulher Catharina Dias, natural de S. Vicente, filha de Domingos Dias, natural de S. Miguel da Lourinhã em Vimieiro e, de Antonia de Chaves, nobres povoadores da villa de S. Vicente em 1531.

Em S. Paulo falleceu João Pires em 8 de Julho do 1657, e foi sepultado na capella-mór da igreja do collegio dos jesuitas, cujo honroso jazigo lhe tinha concedido para si, e sua familia por linha recta o reverendissimo padre geral Hieronimo Richet, em agradecimento de ter sido protector dos padres para serem restituidos a S. Paulo; e no mesmo jazigo se sepultou sua mulher Messia Rodrigues, que falleceu a 18 de Outubro 1618 (26). E teve do seu matrimonio doze filhos nascidos em S. Paulo:

2—1. Maria Pires..... § 1°
2—2. Messia Pires ..... § 2°
2—3. Anna Pires..... § 3°
2—4. D. Catharina Rodrigues..... § 4°
2—5. D. Margarida Rodrigues..... § 5°
2—6. Messia Rodrigues..... § 6°
2—7. Thomazia Rodrigues..... § 7°
2—8. Maria Pires..... § 8°
2—9. Maria Rodrigues..... § 9°
2—10. João Pires Rodrigues..... § 10°
2—11. Antonio Pires..... § 11°
2—12. Hieronimo Pires..... § 12°

§ 1°

2—1. Maria Pires, baptizou-se a 9 de Maio de 1641, e foi casada com Francisco Nunes de Siqueira, natural e nobre cidadão de S. Paulo, que acabou com o cognome de Redemptor da Patria. Deu-se aos estudos de grammatica

(26) Orphãos de S. Paulo, maço 1° de inventarios, letra I. n. 29, maço 2°, letra M. n. 32.

latina, e aproveitando-se d'esta lingua inclinou-se á lição dos livros forenses e ordenações do reino, em que teve bom applauso entre os doutos do seu tempo, o que lhe serviu para saber governar a republica, e administrar a justiça nas vezes que teve o pesado emprego de juiz ordinario. Nas civis guerras entre Pires e Camargos, sendo remettidas as devassas de tantas mortes e insultos, que havia tirado o Dr. ouvidor geral da repartição do sul, no anno de 1653, João Velho de Azevedo, para a relação da Bahia, foi eleito Francisco Nunes de Siqueira para passar a esta cidade com a commissão de agente e procurador bastante da familia dos Pires; e de tal sorte soube manejar a sua dependencia, que ao seu grande zelo, actividade e diligencia se deve o alvará que concedeu o conde da Atouguia, D. Hieronimo de Atayde, governador geral do Estado, em 24 de Outubro de 1655 a favor das duas oppostas familias de Pires e Camargos; e estes receberam maior beneficio pelo perdão geral em nome da magestade ás culpas que lhes resultavam das ditas devassas, pelas quaes estavam comprehendidos em pena capital; o que tudo se vê do contexto do mesmo alvará, que o temos copiado em titulo de Camargos no cap. 2.° Por este merecimento lhe tributou a patria quando se recolheu a ella (vindo da Bahia no dia 25 de Dezembro do mesmo anno de 1655) uma obsequiosa lembrança, fazendo-o retratar com verdadeira effigie, do mesmo modo com que fez a sua publica entrada, que foi a cavallo vestido de armas brancas, em Selle Hieronima, com lança ao hombro, bigodes á Fernandina, porque, sahindo da Bahia por caminho de serra e sertão, chegou em breve tempo á patria, como se vê da data do alvará em 24 de Novembro, na Bahia; e a sua entrada em S. Paulo foi a 25 de Dezembro, vencendo em 30 dias uma jornada; que só podia fazer em dois ou tres

mezes. A este retrato de Francisco Nunes de Siqueira se via a epigraphe, que dizia Redemptor da Patria. Nós ainda vimos esta cópia, que se conserva em casa dos filhos do alferes Sebastião do Prado n'este anno de 1769, tendo sido conservada na casa da camara, onde foi posta, e se conservou dentro da mesma casa até o anno, em que, sendo juiz ordinario o capitão Fernão Lopes de Camargo, este por advertencia do Dr. corregedor da comarca, o desembargador Manoel Godinho Manso, tirou da casa da camara o dito retrato, de cujo poder passou para o do alferes Sebastião do Prado Cortez.

Foi Francisco Nunes de Siqueira da antiga familia dos seus appellidos, tio direito de Maria de Siqueira, que foi mãi do reverendo o Licenciado Matheus Nunes de Siqueira, clerigo, que tanto soube honrar a patria, e não menos seus irmãos, Francisco Jorge e Jacintho Nunes, ambos tambem clerigos de S. Pedro; e tambem irmão de Antonio Nunes, que casou com Maria Maciel, de cujo matrimonio descendeu o honrado velho João Gonçalves da Costa, que acabou conego da Santa Sé cathedral da sua patria, com mais de noventa annos de idade. Foram estes irmãos filhos de Manoel de Siqueira e de sua mulher Messia Nunes. Em titulo de Nunes Siqueiras, cap. 1.° Em S. Paulo falleceu Francisco Nunes de Siqueira, Redemptor da Patria, com testamento a 8 de Setembro de 1681. (Cartorio de orphãos de S. Paulo, maço 2° de inventarios, letra F. n. 36.) E teve tres filhos.

3—1. Simão Nunes de Siqueira, casou com D. Juliana de Oliveira. Em titulo de Laras, cap. 6° § 1°

3—2. Maria Nunes de Siqueira, mulher de Paulo da Costa Pimentel, o qual falleceu em S. Paulo e teve seis filhos, Sebastiana, João, Maria, Miguel, Francisca e José (Orph. de S. Paulo, maço 1° de inv. letra P n. 29).

3—3. Anna Maria de Siqueira, mulher de Luiz da Costa

Rodrigues (irmão de Braz da Costa), natural de S. Paulo, onde falleceu em 3 de Maio de 1714, e teve dois filhos: Gaspar, que falleceu solteiro, e Francisco Nunes de Siqueira que n'este anno de 1714 era morador em S. João do Atibaia (27).

§ 2º

2—2. Messia Pires Rodrigues, falleceu em S. Paulo com testamento a 26 de Fevereiro de 1678 (28). E foi casada duas vezes: primeira em 19 de Agosto de 1641 com Antonio das Neves, natural de Itanhaen, e nobre cidadão de S. Paulo, irmão inteiro de Gaspar Gonçalves Ordonho, marido de Anna Moreira, de quem tratámos em titulo de Godoy, cap. 3º e sua descendencia; filho de Diogo Gonçalves, e de sua mulher Anna Lopes: segunda vez cazou com Diogo Fragoso Soutomaior de quem não teve filhos: falleceu Antonio das Neves em S. Paulo a 20 de Outubro de 1658 (29). E teve oito filhos do primeiro matrimonio.

3—1. João das Neves, casou com. . . .

3—2. Manoel das Neves Pires, casou com Anna Gil de Camargo, filha de Manoel das Neves Gil, e de sua mulher Maria de Camargo. Sem geração. Em titulo de Camargos, cap. 1º § 10.

3—3. José das Neves, cazou com Marianna Gil de Camargo filha de Manoel das Neves Gil supra, em titulo de Camargos, cap. 1º § 1º E foram pais de Josepha das Neves mulher de Marcellino Lopes de Camargo. Em titulo de Camargos, cap. 4º § 8º

(27) Cart. 1º de Notas de S. Paulo, maço antigo de invent., o de Luiz da Costa Rodrigues.

(28) Cart. de Orphãos, maço 3º de invent., letra M. n. 11.

(29) Idem, letra A. n. 29.

3—4. Diogo das Neves Pires, falleceu a 24 de Maio de 1728 em S. João do Atibaya (Resid. Eccles. testamentos» Letra D.); casou com D. Anna da Silva Leite de Miranda. Em titulo de Mirandas, cap. 4° § 6° E teve dois filhos : Anna... porque o filho Diogo das Neves Pires falleceu solteiro.

3—5. Antonio das Neves, nasceu em 1646.

3—6. João Pires das Neves, foi nobre cidadão de S. Paulo, muito abastado, e com grande tratamento. A sua fazenda era um como arraial pelas casas que tinha com numerosa escravatura pretos e mulatos, e estes officiaes de artes fabris e mecanicas, os quaes trajavam calçados. Casou na villa de Santos com D. Maria Barbara de Souto-maior, de qualificada nobreza por ser filha de Antonio Barbosa Souto-maior, natural de Lisboa (irmão de Francisco, cavalleiro da ordem de Christo, que veiu a Santos), e de sua mulher D. Catharina de Mendonça natural da villa de Santos. Falleceu João Pires das Neves sem geração a 14 de Maio de 1720 (Cart. de orph. de S. Paulo, maço 4° de inv. letra I. n. 23), e sua mulher D. Maria Barbosa, já quinquagenaria, casou com o sargento-mór Manoel Cardoso da Silva Bueno.

3—7. Maria das Neves, casou com José de Camargo Ortiz, nobre cidadão de S. Paulo (filho de Fernando de Camargo, e de sua mulher Marianna do Prado. Em titulo de Camargos, cap. 1° § 3°). Elle falleceu a 22 de Junho de 1713 : ella com testamento a 2 de Julho de 1694 (30). E teve oito filhos.

4—1. Fernando de Camargo Pires, casou com Isabel Borges da Silva, filha de Sebastião Borges da Silva, que falleceu em 1719, e de sua mulher Maria da Silva filha de

(30) Cart. 1° de Notas de S. Paulo, maço de invent., o de Maria das Neves.

Gonçalo Lopes e Catharina da Silva : em titulo de Lopes, cap. 4°.

4—2. Antonio de Camargo Pires.

4—3. José de Camargo Neves, casou com Marianna Bueno, filha de Bartholomeu Preto Moreira : em titulo de Buenos, cap. 4° § 8° n. 3—4.

4—4. Anna Maria de Camargo, mulher de Fernando de Godoy Moreira.

4—5. Isabel de Camargo, falleceu a 16 de Agosto de 1726, casada com Pedro da Silva Borges, natural de S. Paulo, filho de Sebastião Borges da Silva, e de sua primeira mulher Maria da Silva, supra n. 4—1. E teve dois filhos.

5—1. Ignacio Borges da Silva.

5—2. Sebastião Borges da Silva, que falleceu solteiro, ambos de S. João do Atibaya e cidadãos de S. Paulo ; e Ignacio Borges casou com Maria Vaz da Silveira, filha de Miguel Gonçalves Morgado, e de Maria Vaz da Silveira sua mulher. E teve cinco filhos naturaes da Conceição, que foram :

6—1. José Ortiz da Silva.

6—2. Joaquim. Borges da Silva.

6—3. Ignacio Borges da Silva.

6—4. Anna Maria de Camargo, casada com Manoel Rodrigues de Godoy, natural de Mogy, filho do sargento mór Domingos Rodrigues Freire. Em titulo de Godoys.

6—5. Rosa Maria, solteira, em 1769.

4—6. Messia, foi beata carmelita.

4—7. Marianna. Idem.

4—8. Anna Maria de Camargo, falleceu solteira.

3—8. Maria das Neves, casou com José Domingues, § 3°

2—3. Anna Pires, foi casada com João Gago da Cunha. Em titulo de Prados, cap. 5° § 7°.

§ 4º

2—4. D. Catharina Rodrigues (filha de João Pires, do cap. 6º). Casou com Manoel Dias da Silva, o Bixira de alcunha, natural da villa de Aveiro, e nobre cidadão de S. Paulo, onde serviu todos os cargos da republica. Faleceu em S. Paulo a 6 de Março de 1677 (31), e foi sepultado na igreja dos padres jesuitas, no jazigo concedido a seu sogro João Pires, como já referimos no cap. 6.º Ordena no seu testamento que se continuem com as missas que annualmente costumava mandar dizer a Nossa Senhora do Soccorro da cidade de Santa Fé. Foi irmão inteiro de Pedro da Silva Castro, conego doutoral da Sé de Leiria, e de D. Sebastiana, mulher de... que foram pais de Roque Pereira de Macedo, fidalgo da casa de Sua Magestade, professo da ordem de Christo, senhor da casa e morgado de Verride, caudêlmór da comarca de Coimbra, casado com D. Berarda, que são os pais de D. Francisca Joaquina de Horta Forjaz, primeira mulher de Pedro Dias Paes Leme, fidalgo da casa de Sua Magestade, alcaide-mór da cidade da Bahia, commendador das commendas de Santa Maria de Alverca e de S. Fernando de Ayperera, ambas da ordem de Christo, guarda-mór geral, proprietario das minas do ouro e mestre de campo dos auxiliares de um terço do Rio de Janeiro. Este Manoel Dias da Silva, o Bixira, com seus irmãos, foi filho de Antonio André Pardamo, e de sua mulher D. Isabel João de Castro, de tanta nobreza, como constou no tribunal da mesa da consciencia em Lisboa nas provanças de seu neto o mestre de campo Manoel Dias da Silva para tomar o habito da ordem de Christo. Penetrou a provincia de Paraguay até a cidade de Santa Fé, e se re-

(31) Orph. de S. Paulo, maço 4º de invent. letra M. n. 10.

colheu rico e abundante de prata. Teve em S. Paulo grossa fazenda de culturas com excessivas colheitas de trigo e grande criação de ovelhas e gados vaccuns. E teve oito filhos.

3—1 Antonio da Silva de Medeiros.
3—2 Alexandre Corrêa da Silva.
3—3 Domingos Dias da Silva
3—4 João Dias da Silva.
3—5 Manoel Dias da Silva.
3—6 D. Messia da Silva e Castro.
3—7 D. Sebastiana da Silva.
3—8 D. Isabel da Silva.

3—1. Antonio da Silva de Medeiros, foi para Coimbra junto com seu irmão Alexandre Corrêa da Silva, e tendo tomado o capello, não seguiu as cadeiras d'aquella universidade, porque estando ordenado de clerigo, foi chamado para a cadeira doutoral da Sé de Leiria, que occupava seu tio direito o Rev. Dr. Pedro da Silva e Castro, que n'este sobrinho fez renuncia, estando já muito avançado em annos. N'esta cadeira acabou a vida o conego doutoral Antonio da Silva de Medeiros.

3—2. Alexandre Corrêa da Silva, tomou em Coimbra o capello e foi lente muitos annos. N'aquella republica de letras não esquecerá o nome d'este seu benemerito filho, porque dictando uma postilla á lei Gallas, até agora é applaudida sem alteração, e é citado muitas vezes o preceptor Corrêa (* Isto foi antes da reforma, porque depois d'ella já não ha nem se citam semelhantes postillas). Das cadeiras passou para os tribunaes de Lisboa; e no da casa da supplicação o achamos no anno de 1709, corregedor do civel da côrte. Foi conselheiro do ultramar, e fallecendo em 14 de Novembro de 1726 o conde de S. Vicente, presidente

d'este tribunal, lhe substituiu o conselheiro Alexandre Corrêa da Silva até o seu fallecimento. As suas grandes letras e virtudes (foi de vida exemplar) o fizeram digno da real estimação do fidelissimo rei o Sr. D. João V, como abaixo veremos. Foi dotado de uma grande esphera e claridade de engenho, o que adornava com acções de um animo cheio de socego e tranquillidade. Tendo feito grandes serviços, nunca jámais pediu mercê alguma para si ou para outrem (condição de que se adornam os paulistas, que só fazem gloria de consumir as fazendas e as vidas no serviço de seu rei e natural senhor, sendo elles totalmente os que conquistaram os bravos gentios do sertão da Bahia em 1672 até 1674, como fica historiado em titulo de Camargos, cap. 8°: os do sertão do Rio de S. Francisco até o Ceará, como mostrámos em titulos de Prados, cap. 6° § 3°: os que penetraram o sertão desde S. Paulo até o Maranhão; como declarámos em titulo de Lemes, cap. 5° §... tratando de Sebastião Paes de Barros, os que acudiram por muitas vezes a soccorrer a praça de Santos, a do Rio de Janeiro e a de Pernambuco, como se mostra em titulo de Rendons: os que fizeram descobrimentos de minas de ouro e ferro em S. Paulo em 1597; e os mais descobrimentos de minas tambem de ouro em Parnaguá e Coritiba; em a ribeira de Iguape, chamadas *minas de Cananéa*, em Parnampanema e Apiahy, em Minas-Geraes de Cataguazes e Sabarabuçú em 1695 até 1700, as do Cuiabá em 1719 até 1720, as de Mato-Grosso em 1736, as de Goyazes com o dilatado tempo de tres annos e tres mezes, desde 1722 até 1725. E finalmente as minas das esmeraldas em 1681; e por causa d'este descobrimento se conheceram os diamantes do Serro do Frio, que primeiro os descobriu o mesmo descobridor das esmeraldas Fernão Dias Paes.

Chegou a ser tão isento, que nem ainda para seus

irmãos, moradores de S. Paulo, occupou jámais a lembrança, sendo elles dignos de ser premiados por seus grandes serviços, como foram os que fez o capitão-mór e brigadeiro Domingos Dias da Silva e João Dias da Silva. Foi cordialmente devoto do inefavel mysterio da Conceição da Senhora, em cuja reverencia ouvia missa todos os dias com silenciosa religião e devoção catholica, todo o tempo que durava este innocente sacrificio. Nunca concebeu paixão, ou menor alteração entre o confuso tropel de pretendentes que o procuravam, de tal sorte, que quando sahia da casa para a do conselho lhe faziam parar a carruagem, pegando-lhe nos cordões, porque a sua sege nunca passou d'esta categoria, e lhe introduziam memoriaes, que recebia com affabilidade e compaixão; e por isso, quando apparecia dentro do tribunal, ia carregado de papeis, que os accommodava dentro da pobre béca (nunca ella passou de um crepe vulgar), e d'ella os ia sacando para os examinar em utilidade dos pretendentes. Dos rendimentos, que recebia annualmente, tinha feito applicação em obras pias, que executava o parocho da freguezia dos Anjos, seu vizinho, e por amigo confessor e director, e só reservava, com limitação, o que bastava para sua sustentação, e a de um criado, e uma ama velha, que era a cozinheira: rezava de joelhos todos os dias das duas horas da tarde para diante o officio divino, com tanta devoção, que, estando n'este santo exercicio, cerrada a porta do seu quarto interior, não dava assenso ao maior tropel de carruagens, que chegavam á porta da rua. Foi caso muito divulgado na côrte de Lisboa, que, chegando o conde de S. Vicente, de quem já fizemos menção, á sua casa, e subindo as escadas d'ella para fallar ao conselheiro Alexandre Corrêa da Silva, lhe disse o criado que seu amo tinha cerrada a porta do seu quarto interior, porque estava

rezando o officio divino, e emquanto durava a sua devoção não fallava a pessoa alguma. Foi este cavalheiro tão benigno, que se dignou esperar que o conselheiro acabasse o seu devoto exercicio, e quando elle, tendo concluido este religioso costume, foi a buscar ao conde, foi já pedindo-lhe perdão de não acudir promptamente, e lhe disse estas palavras com muita humildade e reverencia: « Exm. senhor, quem está fallando com o Creador não se deve abstrahir para fallar com a creatura.» E o benigno conde, acreditando-se tambem bom catholico, lhe não estranhou a demora, antes louvando-lhe tão piedoso emprego contou muitas vezes este lance a outros cavalheiros, applaudindo a exemplar vida e virtudes do mesmo Alexandre Corrêa da Silva

Em todo o tempo desde o em que vestiu a toga, que foram muitos annos, pois acabou de avançada idade, tendo nascido em S. Paulo no de 1658 (Cartorio de orphãos, maço 8° de inventarios, letra M. n. 10), nunca jámais vestiu seda, sendo a sua maior gala o crepe, e sendo tão pobre esta droga, ainda assim mesmo trazia a béca tão velha, que se lhe divisavam os fios do panno, e algumas pessoas de muita autoridade, bastando por todas o Exm. marquez de Alorna, D. Pedro de Almeida, que, sendo conde de Assumar, governou a capitania de S. Paulo até o anno de 1721, nos communicaram na côrte de Lisboa, nos annos de 1755 e 1757, que a béca do conselheiro Alexandre Corrêa da Silva sempre andava remendada ; e para desculpar-se (contra os reparos dos que lhe podiam accusar de menos asseiado, e decencia de um ministro tão caracterisado) costumava dizer, que queria meons adornado o corpo pelos vestidos, do que a sua alma pelas esmolas. Em um dia do mez, que ignoramos, do anno de 1728, contando de idade 70 mais ou menos, recolhendo-se do conselho ultramarino, logo que chegou a casa, mandou

chamar a seu parocho, amigo, confessor e director da freguezia dos Anjos, que vinde promptamente, disse que era chegado já o tempo de ir dar conta no tribunal divino, pois que ao do ultramar não voltaria mais no serviço do rei da terra; que para os bens da sua alma conservava certa porção de dinheiro, que logo lhe entregou, pedindo-lhe que no dia seguinte se dissessem as missas da freguezia por sua tenção com um officio de defuntos de tres nocturnos, e cantochão, o que se repetiria tambem do mesmo modo no segundo e terceiro dia, o qual havia de ser o de sua morte. Instou-lhe o Rev. parocho persuadindo-o, que da perfeita saude com que se achava sem novidade alguma, que lhe occupasse o socego e tranquillidade de espirito, que gozava, se não devia esperar o fim da vida em tão breve termo como o de tres dias: porém elle, constante no vaticinio, e como predizendo a sua morte, lhe rogou com efficacia, que se cumprisse o que lhe pedia, pois tinha já chegado o fim de seis dias; deitou-se na cama e dispondo-se como bom catholico confessou-se e recebeu o sagrado Viatico (prostrado já das forças no decurso de 24 horas), e no terceiro dia o sacramento da Extrema-Unção, com muita ternura, e actos de amor de Deus, apparelhando-se para apparecer no supremo tribunal, tendo feito o seu testamento. Acabou a vida no terceiro dia com grandes demonstrações de verdadeiro arrependimento. O Sr. D. João V, que na tarde do mesmo dia, em que foi chamado o parocho da freguezia dos Anjos, teve noticia do que havia disposto por sua alma o desembargador Alexandre Corrêa, e cheio de paternal clemencia, mandou que os medicos da sua real camara lhe fossem assistir, e se lhe provesse de todo o necessario para restaurar-se-lhe a vida á custa de todo o dispendio; porém os medicos reconheceram pela debilidade do pulso que com effeito a doença era mortal. D'isto mesmo se deu

conta, a Sua Magestade, e depois tambem se lhe deu conta da sua morte, e summa pobreza em que acabára, como constava já pela abertura do testamento que tinha feito, no qual pedia pelo amor de Deus ao provedor da santa casa da Misericordia que lhe mandasse enterrar o cadaver, pois nada possuia, porque as casas eram alheias, em que vivia por aluguel, e sem moveis de valor, a sege velha, e sem prestimo para uso d'ella. Então a real grandeza d'aquelle principe fazendo vir á sua presença este testamento quiz dar a conhecer á sua côrte e reino o como sabia honrar a um ministro tão adornado de letras, e virtudes, que havia consumido os annos em seu actual serviço e nos de el-rei seu pai. Por determinação régia foi o cadaver depositado na igreja parochial dos Anjos, de d'onde foi conduzido para o jazigo, que lhe destinou a eleição do mesmo monarcha, que foi o em que descançavam as cinzas d'aquelle benemerito ministro o Guerreiros, passando o corpo por entre duas alas de tochas, que estavam formadas da porta da igreja dos Anjos até as do templo onde se lhe deu sepultura, acreditando-se n'esta extraordinaria despeza o paternal amor de Sua Magestade.

Por ordem do Rev. parocho dos Anjos, seu antigo confessor e director, foi o cadaver coberto de flôres, ornada a cabeça com capella das mesmas flôres, levando nas mãos uma palma como insignia da pureza, que soube conservar aquelle corpo nos muitos annos que teve de vida, e o não deixou manchar do commum estrago da natureza pelo ardor e estimulos da carne.

Declarou no seu testamento que era natural da cidade de S. Paulo, sem herdeiro algum ascendente, ou descendente. Deixou os seus serviços todos a seu primo co-irmão Roque Pereira de Macedo, morgado de Verride, em remuneração dos beneficios e amor que lhe era devedor em

todo o tempo que residiu em Coimbra. Como seu pai Manoel Dias da Silva quando falleceu ainda tinha grandes cabedaes, porque só em gados vaccuns se inventariaram 240 cabeças, muitos cavallares e ovelhas, das Indias de Hespanha, quando pela provincia do Paraguay penetrou o sertão trouxe muita prata quando se recolheu a S. Paulo e passou ao reino, levando comsigo os filhos, mais para seguirem os estudos debaixo da doutrina do Rev. conego doutoral Pedro da Silva Castro, de sorte que, quando falleceu, como fica referido, em 1677, já aos filhos estavam em Coimbra, o então contava de idade o Alexandre 19 annos, e Antonio 24, como se vê do corpo do testamento e inventario do dito Manoel Dias da Silva supra citado.

3—3. Domingos Dias da Silva (filho de Manoel Dias da Silva do § 4°), casou a 12 de Fevereiro de 1684 na matriz de S. Paulo com D. Leonor de Siqueira. Em titulo de Taques Pompêos, cap. 3° § 1° n. 3—5, onde tratamos dos honrosos empregos que teve o brigadeiro Domingos Dias da Silva e descendencia que teve.

3—4. João Dias da Silva, foi nobre cidadão de S. Paulo, em cujo republica teve grande parte, e voto respeitoso nas materias do governo civil, ou do real serviço : tratando-se por assembléa. Foi juiz de orphãos por provisão de Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, pela qual tomou posse em 16 de Julho de 1711, e estando servindo teve provisão régia para servir até haver proprietario, e n'ella se faz menção de ser o dito João Dias o que mandou fazer cofre de tres chaves para segurança dos orphãos ; ser das primeiras familias de S. Paulo; haver sido provedor dos reaes quintos e procurador da corôa ; e que entrando o francez no Rio de Janeiro em 1711, estando sendo juiz de orphãos, assim mesmo acudiu em pessoa do soccorro

a Santos com gente armada á sua custa (32). N'estes cargos e occupações soube sempre acreditar aquelle honroso conceito, estimação e applauso que desfructou dos governadores e capitães generaes e ouvidores de S. Paulo, desde o tempo de Arthur de Sá e Menezes em 1698 até Rodrigo Cesar de Menezes, em tempo de quem falleceu o provedor dos reaes quintos João Dias da Silva em 9 de Abril de 1726 (33).

Foi casado duas vezes: primeira com D. Isabel da Silva, filha de João Leite de Miranda, que falleceu a 21 de Janeiro de 1715 (34), e de sua mulher Anna da Silva. Em titulo de Mirandas, cap. 4° § 1°. Neta por parte materna do capitão-mór Francisco da Fonseca Falcão, cavalleiro da ordem de Christo (que falleceu na villa de Santos tendo sido capitão-mór governador da capitania de S. Vicente e alcaide-mór d'ella pelos annos de 1644: em titulo de Proenças Abrêos), e de sua mulher D. Maria da Silva, natural de S. Paulo. Em titulo de Taques Pompêos, cap. 3° § 4° n. 3—4. Fallecendo D. Isabel da Silva em 9 de Novembro de 1710 (35). Casou segunda vez João Dias da Silva com D. Marianna Bueno de Oliveira, sem geração: em titulo de Buenos, cap. 1° § 8° n. 3—11.

E teve do primeiro matrimonio cinco filhos naturaes de S. Paulo.

4—1. José da Silva.
4—2. Antonio da Silva.
4—3. Angelo da Silva Corrêa.
4—4. D. Maria da Silva.
4—5. D. Isabel da Silva.

(32) Cart. da Cam. de S. Paulo, liv. de registros, titulo 1708, pag. 239. E Livro de Vereanças, tit. 1701, pag. 165.
(33) Cart. de Orph., maço 3° de invent. letra I. n. 46.
(34) Orph. de Parnahyba, invent. letra I. n. 475.
(35) Orph. de S. Paulo, maço 4°, letra I. n. 17.

4—1. José da Silva, casou com D. Maria de Siqueira Paes, irmã direita de D. Antonia Paes, mulher de Clemente Carlos, e foi de morada para as Geraes, Rio das Mortes, deixando em S. Paulo sua filha unica Maria de Siqueira Paes em casa de sua avó materna, que depois em idade de 20 annos mais ou menos se passou para a companhia de seus pais moradores em S. João d'El-Rei, onde a casaram com Manoel Martins Gomes, por alcunha o Barra, natural de Portello, termo de Barcellos, freguezia de S. Virissimo. Falleceu em S. João d'El-Rei a 18 de Agosto de 1769, e teve nascidos n'aquella villa :

6—1. Manoel Felix de Siqueira Martins, demente.

6—2. Antonio Manoel de Siqueira Martins.

6—3. José Manoel de Siqueira Martins, tenente de cavalaria auxiliar.

6—4. Angelo Martins de Siqueira, alferes da cavallaria de Tamunduá.

6—5. Francisco Xavier de Siqueira Martins.

6—6. Maria Antonia Felisberta Dias, casada com o alferes Januario Pereira Dias,

6—7. Antonia Maria; solteira.

6—8. Joaquim Antonio de Siqueira Martins.

A dita D. Maria Paes de Siqueira estando viuva de José da Silva casou segunda vez com José Ferreira Barreto, de quem teve naturaes de S. João d'El-Rei dois filhos ; Josepha Ferreira Barreto, casada com Paschoal Alves, de quem é filho entre outros o padre Antonio Alves Ferreira, clerigo de S. Pedro ; eu o conheci em Coimbra, onde tomou o gráo de licenciado na faculdade de theologia pelos annos de 1782, e se recolheu para a patria, S. João d'El-Rei.

4—2. Antonio da Silva (filho de João Dias da Silva), o Papudo, senhor que foi da quinta que n'este anno de 1769 a possue o juiz ordinario Ignacio de Barros Rego, e tendo

occupado os honrosos cargos de cidadão de S. Paulo passou para a Villa Bôa de Goyazes, onde foi o 1° juiz ordinario depois de acclamada a villa, pelas honradas informações que d'elle tiveram o general D. Luiz Mascarenhas e o desembargador superintendente geral Agostinho Pacheco Telles. Casou com D. Anna Pires, filha de Manoel Corrêa Penteado, nobre cidadão de S. Paulo e Parnahyba, e de sua mulher D. Beatriz de Barros. Em titulo de Lemes, cap. 5° §... e em Penteados, cap. 4.° E teve tres filhos em S. Paulo :

5—1. João da Silva.

5—2. Ignacio Dias.

5—3. Alexandre Dias da Silva.

4—3. Angelo da Silva Corrêa, que, abandonando o progresso das letras, se passou para minas do Cuyabá, onde falleceu pobre de cabedaes.

4—4. D. Maria da Silva, mulher do capitão Pedro Fernandes de Avellar, nobre cidadão de S. Paulo, que era viuvo, e falleceu em Papoã. Em titulo de Lemes, cap. 1° §... E teve:

5—1. Pedro...

5—2. José da Silva, soldado dragão em Goyaz...

5—3. Gertrudes...

5—4. D...

5—5. D...

5—6. D... mulher de Antonio Jorge Chassin...

4—5. D. Isabel da Silva, falleceu em 1765 tendo sido casada com Antonio Rodrigues de Zouros, natural de S. Paulo, filho de Fabião Rodrigues. E deixou quatro filhos:

5—1. Isabel da Silva.

5—2. João Rodrigues Leite.

5—3. Maria da Silva, falleceu solteira.

5—4. Escholastica Pires da Silva Leite, está casada com Luiz Manoel do Rego, natural da Villa Nova da Cer-

veira, filho de Antonio da Silva, e de Maria do Rego da dita villa, freguezia de Nossa Senhora da Conceição.

3—5. Manoel Dias da Silva (filho de Manoel Dias da Silva do § 4° retro), nasceu em 1653, e quando falleceu seu pai em 1677 ainda existia solteiro; entendemos que n'este estado falleceu.

3—6. D. Messia da Silva e Castro, falleceu a 21 de Janeiro de 1720, tendo nascido em 1654, e foi casada com Estevão da Cunha de Abreu, natural e nobre cidadão de S. Paulo, que nasceu em 6 de Novembro de 1641 e falleceu a 8 de Março de 1726 (36). Foi filho de Antonio da Cunha e Abreu, natural da freguezia de Tollães, termo da villa de Bastos, arcebispado de Braga, e de sua mulher Isabel da Silva, natural de S Paulo, em cuja matriz casaram a 7 de Julho de 1633, e ella falleceu a 11 de Setembro de 1664 (37). Em titulo de Forquins, cap. 2°: do segundo matrimonio de Claudio Forquim Francez, ou em de Lemes, cap. 2° §...

Este Antonio da Cunha e Abreu assentou praça de soldado de fortuna em 1625, que em Portugal se preparou uma armada para vir restaurar a cidade da Bahia, que se achava occupada pelos hollandezes, que a invadiram a 9 de Maio de 1624, como temos historiado em titulo de Rendons. Por occasião d'este real serviço veiu em praça de soldado distincto da companhia do capitão-mór D. Francisco de Moura na dita armada. Restaurada a Bahia, não se quiz conservar ocioso, porque no fim do anno de 1630 embarcou na armada com o conde da Torre de Pernambuco, quando para ella sahiu de S. Paulo o soccorro dos capitães de infantaria de picas hespanholas, com soldo

(36) Cart. de Orph. de S. Paulo, maço 3° de invent. letra M. n. 12, nos autos de sua mulher D. Messia da Silva.
(37) Idem, maço 2° letra I. n. 29.

de quarenta escudos por mez por ordem do mesmo conde da Torre expedida a Salvador Corrêa de Sá e Benavides, que fiou esta recruta de paulistas do zelo e actividade do capitão D. Francisco Rendon de Quebedo, como já historiámos em dito titulo de Rendons, n. 2°. N'este soccorro foi Antonio da Cunha de Abreu (estava casado, como temos referido, em 7 de Julho de 1633), e na Bahia embarcou com o conde da Torre para Pernambuco; e voltando para a Bahia, pelo sertão dentro desde o porto de Touro com todos os paulistas que logo na Bahia foram aggregados ao mestre de campo Luiz Barbalho Bezerra tornou para Pernambuco com D. Antonio Oquando, e se achou o dito Abreu em todos os assaltos assim em terra, como no mar, servindo sempre a Sua Magestade a sua custa. Todo o referido se vê no cartorio da provedoria da fazenda real de S. Paulo, no livro de registro n. 10, titulo 1643, pagina 85, quando o mesmo Abreu fez em S. Paulo relação dos seus muitos serviços e se achava sem terras para cultura, e se lhe concedeu em 1644, meia legua de terras de sesmaria, em terra de indios, começando da roça do Claudio-Forquim, rio de Itaquera abaixo.

Foi Antonio da Cunha e Abreu cidadão de S. Paulo, que occupou os cargos honrosos da republica como pessoa que teve grande acceitação e veneração por sua nobreza e acções. Foi irmão inteiro de Belchior da Cunha, que tambem veiu na armada á Bahia, e casou em S. Paulo a 8 de Outubro de 1636 com Suzanna de Goes, filha de Domingos de Goes Em titulo de Goes Mendonças, cap. 1° § 2° n. 3—7. Em Portugal ficou o irmão mais velho Francisco Teixeira da Cunha, o qual em 1622 em Aquitan de Marcellos perante o juiz ordinario e o tabellião Sebastião Navarro, provou por titulos, que elle e seus irmãos Belchior e Antonio da Cunha de Abreu eram legi-

timos descendentes dos verdadeiros Cunhas, Coutinhos, Abreus, e Carvalhos; e que seus avós e bis-avós foram parentes de Pedro da Cunha Coutinho, senhor da villa de Bastos e de outros conselhos, e que sempre se trataram todos nobremente com criados, cavallos, e armas. O instrumento trouxe Antonio da Cunha de Abreu, justificado por India e Mina, e bem authenticado no Brasil, e se acha em um dos cartorios dos tabelliães de S. Paulo em autos de justificação de seu neto o sargento-mór Claudio Forquim de Abreu, da qual foi escrivão o tabellião José de Barros em 1749.

Do matrimonio de D. Messia da Silva e Castro e Estevão da Cunha e Abreu nasceram em S. Paulo sete filhos.

4—1. Pedro Dias da Silva.
4—2. Claudio Forquim de Abreu.
4—3. Antonio da Cunha de Abreu.
4—4. D. Catharina da Silva.
4—5. Estevão da Cunha de Abreu.
4—6. Manoel Dias de Abreu
4—7. Francisco da Cunha.

4—1 Pedro Dias da Silva, foi nobre cidadão de S. Paulo, que occupou todos os cargos da republica.

4—2. Claudio Forquim de Abreu, nobre cidadão de S. Paulo, que occupou todos os cargos da republica, e foi sargento-mór dos auxiliares; casou com D. Leonor de Siqueira e Albuquerque, que ainda existe em 1769. Em titulo de Camargos, cap. 1º § 6º n. 5—6: com geração.

4—3. Antonio da Cunha de Abreu, nobre cidadão de S. Paulo, com grande voto nas assembléas do governo politico pelo seu respeito, veneração e inteireza de verdade, por sua acreditada e applaudida honra occupou todos os cargos da republica repetidas vezes; e os da milicia até o posto de coronel do regimento das ordenanças de S. Paulo.

em que acabou na freguezia de S. João do Atibaia, onde tinha sido casado com D. Maria Franco de Oliveira, de quem e seus nobres ascendentes tratamos em titulo de Camargos, cap. 4º § 1º n. 3—5. E teve seis filhos.

5—1. João da Cunha Franco, nobre cidadão de S. Paulo, que tem servido os cargos da republica, e no anno em que foi juiz ordinario tomou ao ardor do seu zelo e nobreza de animo a execução das reaes festas, celebradas em tres tardes na praça de S. Gonçalo Garcia com touros, escaramuças etc. com carros triumphaes, em que vinham diversas dansas nas figuras dos fingidos Deuses da cega gentilidade, rematando-se estas festas com tres noites de comedias para o publico, tudo com pompa, grandeza, alvoroço e liberalidade em applauso dos reaes desposorios do serenissimo infante o Sr. D. Pedro com a serenissima senhora princeza do Brasil, herdeira do reino Ao mesmo João da Cunha Franco se deveu segunda vez os mesmos reaes applausos pelo feliz nascimento do serenissimo principe da Beira, o Sr. D. José, participada á camara de S. Paulo no anno de 1762. Está casado com D. Antonia Raposo Tavares, filha de Domingos Rodrigues da Fonseca, coronel das ordenanças, e governador interino que foi da capitania de S. Paulo por ausencia do governador e capitão general d'ella Rodrigo Cesar de Menezes, sahindo de S. Paulo para as minas do Cuyabá a embarcar no porto de Araritaguaba a 26 de Julho de 1726. Em titulo de Lemes, cap. 5º ou em titulo de Raposos Tavares, cap. 2º

5—2. D. Messia da Silva, casou duas vezes : primeira com Pantaleão Pedroso da Silva, capitão-mór da villa da Parnahyba, e natural d'ella, da nobillissima familia de Buenos Anhangueras e Moraes Antas. em titulo de Lemes, cap. 2º § 6º na descendencia do n. 3—3. Deixou geração de dois filhos, Antonio, e D. Gertrudes. Casou segunda vez

em 1760 com Salvador Jorge Velho capitão da villa de Itú, e natural d'ella, em titulo de Lemes, cap. 5° §... na descendencia de Paschoal Leite Paes.

5—3. D. Maria Franco da Cunha, foi casada com João de Godoy dos Reis, natural de S Paulo, filho de Aleixo Garcez da Cunhà. Em titulo de Godoys, cap 4° § 1° n. 3—7 ao n. 4—3. E teve tres filhos : José, Anna, Maria de Godoy, que na freguezia de Juquiri em 1761 casou com Antonio da Silva Ortiz, filho de José da Silva Ortiz e de sua primeira mulher Messia de Aguirre, filha do capitão Marcellino de Aguirre. Em titulo de Camargos, cap. 4° § 7° n. 3—1.

5—4. José da Cunha Franco, casou na freguezia da Piedade com D. Rosa Maria Violante de Vasconcellos, filha de Manoel de Siqueira Cardoso, e de sua mulher D. Marianna de Vasconcellos, bisneta por parte paterna de Manoel Cardoso de Almeida, terceiro padroeiro da capella da Luz (irmão direito de Feliciano Cardoso, que foi capitão de infantaria na guerra e conquista dos barbaros do sertão da Bahia, e que foram os paulistas em 1671 com o seu governador Estevão Ribeiro Bayão Parente,) e de sua mulher Catharina Rodrigues. Em titulo de Carvoeiros, cap. 1° § 5° E pela parte materna neta de Agostinho Machado Fagundes de Oliveira (irmão direito do Rev. José Machado de Oliveira, professo da ordem de Christo, clerigo de S. Pedro, que acabou religioso carmelita no convento de S. Paulo), e de sua mulher D. Maria de Vasconcellos legitima neta (por sua mãi D. Marianna de Vasconcellos, natural de Santos) de Antonio de Aguiar Barriga, natural de Cascaes, d'onde veiu feito capitão mór governador, alcaide mór, ouvidor da capitania de S Vicente, de cujos empregos tomou posse na camara d'esta

villa capital a 24 de Outubro de 1637 (38), e de sua mulher D. Maria de Vasconcellos, natural de Santos : em titulo de Machados Fagundes, cap. 4° E melhor em titulo de Aguirres, n. 1° cap. 4° § 3° n. 3—2 a n. 4—2. e seg

5—5. Pedro da Cunha Franco, casou na freguezia da Piedade com D. Rita Margarida Angelica, filha de Manoel de Siqueira Cardoso, do n. retro 5—4.

5—6. D.Maria Gertrudes da Cunha Franco,casou na freguezia de Juquiry com seu parente José Pires de Arruda ; com dispensação, filho do capitão José Pires de Almeida ; em titulo de Taques Pompêos,cap. 3° e n'este titulo,cap. 6° § 1° infra.

4—4.D.Catharina da Silva (filha de D. Messia da Silva e Castro do n. 3—6 retro) foi casada com José de Lemos de Moraes. Em titulo de Camargos, cap. 2° § 4° n. 3—1. Deixou geração.

4—5. Estevão da Cunha de Abreu, cidadão de S. Paulo que falleceu nas minas do Pilar, sitio da Papuã e tambem alli mesmo sua mulher Maria Cardoso, filha de Estevão Ortiz de Camargo, nobre cidadão de S. Paulo, e de sua mulher Maria Cardoso. Em titulo de Camargos, cap. 8° § 2° n. 3—2. E teve oito filhos naturaes de S. Paulo.

5—1. O padre Ignacio da Cunha, clerigo do habito de S. Pedro, morador em Goyazes em 1769.

5—2. José Xavier Cardoso e Cunha, cidadão de S. Paulo,que serviu todos os cargos da republica : foi destrissimo na arte da cavallaria e gentil, garbo e figura em todos os exercicios d'esta arte. A vileza de um mamaluco lhe tirou a vida com pontaria certa de arma de fogo, fa-

(38) Archivo da Cam. de S. Paulo, l. de regist., tit. 1636, pag.35 e 37.

zendo-lhe cilada no lugar por onde havia de passar n'aquella infeliz hora. Foi a sua morte geralmente sentida, assim dos moradores da freguezia de Juquiry, onde morava, como dos da cidade de S. Paulo, que conservavam frescas as memorias do seu bom nome, dado á conhecer no anno que tinha sido juiz ordinario. Estava casado com Maria Ortiz de Camargo, filha de José da Silva Ortiz. Em titulo de Camargos, cap. 4° § 5° n. 3—1 a n. 4—2.

5—3. Messia da Silva, está casada com Manoel Cavalheiro Leite, natural e cidadão de S. Paulo, onde tem servido todos os cargos da republica, e actualmente é capitão de ordenanças do bairro do Tieté e Santa Anna, por patente de D. Luiz Antonio de Sousa Botelho Mourão, governador e capitão-general da capitania de S. Paulo e filho de Antonio Pedroso Leite natural e cidadão de S. Paulo, e de sua mulher Maria Paes Domingues, e por ella neto de Antonio Pedroso Leite (que falleceu nas Minas Geraes em 1719 (39) e de sua mulher Maria de Oliveira, ambos de S. Paulo, (irmão do coronel Antonio de Oliveira Leitão, que falleceu degolado em alto cadafalso por sua nobreza na praça da Bahia por sentença d'aquella relação, como temos historiado em titulo de Alvarengas, cap. 5° § 1° n. 3—17 e seguintes até n. 4—9), por quem é bisneto de Domingos de Oliveira Leitão, natural da villa de Santos (legitimo neto de Antonio de Oliveira Leitão, que no anno de 1538 veiu provido em capitão-mór governador e alcaide-mór da capitania de S. Vicente (40), trazendo sua mulher D. Genebra Leitão de Vasconcellos, ambos de Lisboa), e de sua mulher Anna da Cunha, natural de S. Paulo, irmã

(39) Cartorio de notas de S. Paulo, inventario de Antonio Pedroso Leite.

(40) Cart. da prov. da faz. real de S. Paulo, liv. de reg. de sesm. n. 1 tit. 1562, pag. 80.

inteira do padre Domingos da Cunha, clerigo do habito de S. Pedro, e por elle ter-neto de Manoel da Cunha, natural da ilha de S. Miguel, que falleceu em S. Paulo em Abril de 1674, e de sua mulher Catharina Pinto (41). Pela parte materna neto de Manoel Fernandes Cavalheiro, que falleceu em S. Paulo a 18 de Novembro de 1699 (42), e de sua mulher Maria Paes Domingues, bisneto de José Cavalheiro, natural do reino de Castella, e de sua mulher Isabel Fernandes, natural da freguezia de Santo Amaro: e este é o tronco da familia do appellido de Cavalheiros. Por sua avó dita Maria Paes Domingues é bisneto de Martim Garcia Lumbria, natural de S. Paulo, que foi capitão mór governador da capitania da Conceição de Itanhaen pelos annos de 1693 (43), e de sua mulher Maria Domingues das Candeias. Este paulista o capitão-mór governador Martim Garcia Lumbria soube acreditar-se com acções de honrado vassallo, pelo que mereceu que o Sr. rei D. Pedro II lhe mandasse escrever uma carta, firmada do seu real punho, de agradecimento, datada em 20 de Outubro de 1698, que se acha registrada com outras mais para diversos paulistas na secretaria do conselho ultramarino no livro de registros das cartas do Rio de Janeiro titulo 1673, que acaba em 1700 á pag. 2 e seguintes, com o mesmo theor das cartas que temos copiado em titulo de Taques Pompêos, em titulo de Camargos, e em titulo de Godoys, etc.

Do matrimonio do capitão Manoel Cavalheiro Leite nasceram filhos. Em titulo de Prados, cap. 1° § 8°, n. 3—2 e seguintes.

(41) Orph. de S. Paulo, maç. 3° dos inv. letr. M. n. 28.

(42) Idem, maç. 6° letr. M n. 15.

(43) Cam. de S. Paulo, liv. de reg. capa de olandilha, tit. 1721 pag. 221.

5—4. Gertrudes da Cunha, casou em 1753 na freguezia do arraial do Pillar, sitio da Papuã com Anastacio Vieira, que tem sido n'aquellas minas juiz ordinario, e é mineiro de fabrica grande de escravatura, natural de Portugal.

5—5.

5—6.

5—7.

5—8.

4—6. Manoel Dias de Abreu (filho de D. Messia da Silva e Castro do n. 3—6 retro), ainda existe em 1769, cidadão de S. Paulo, que occupou todos os honrosos cargos da republica, casado com Isabel Bueno. Em titulo de Buenos, cap. 2° § 2° n. 3—3 a n. 4—3. E teve seis filhos.

5—1. Firmiano Dias Xavier, mestre em artes, clerigo do habito de S. Pedro, e bem instruido na lição dos livros francezes, e excellente estudante em philosophia e theologia moral, etc. Foi vigario da vara em 1769 da villa de Guaratinguetá; foi vigario da igreja da mesma, e de outras mais igrejas, visitador geral de todo o bispado de S. Paulo em 1773, e n'este anno de 1784 consta-me que ainda existe cura da Sé de S. Paulo. As suas virtudes e talentos fazem que a sua reputação seja grande no conceito dos grandes e pequenos.

5—2. Manoel Dias de Abreu, cidadão que foi juiz ordinario por eleição de pelouro no anno de 1768, casado com... filha de Antonio Corrêa Pires Barradas e de sua mulher Maria Bueno. Em titulo de Buenos, cap. 1° § 2° n. 3—1. Em sua descendencia.

5—3. Ignacio Dias da Silva, cidadão que foi juiz ordinario em 1764, casado com Messia de Camargo, filha de José da Costa de Camargo. Em titulo de Camargos, cap. 1° § 11 n. 3—6. Deixou geração.

5—4. Felix Nabor, clerigo do habito de S. Pedro.

5—5. Estevão Dias da Silva.

5—6. Antonio Bueno, falleceu solteiro.

4—7. Francisco da Cunha, clerigo de S. Pedro, e fallecido nas minas do Pillar dà Papuã.

3—7. D. Sebastiana da Silva.

3—8. D. Isabel da Silva. Vive, se é certo que casou, primeira vez com Bernardino Pinto Moreira, e segunda com o capitão José de Camargo Ortiz.

§ 5°

2—5. D. Margarida Rodrigues (filha de João Pires, e Messia Rodrigues do cap. 6° retro), foi casada com o capitão Antonio do Canto de Mesquita, natural da Villa Real, de nobreza qualificada. Tinha servido a el-rei na capitania de Espirito-Santo, e teve mercê de habito de Christo com 40$ de tença effectiva; e passando a S. Paulo casou com D. Margarida Rodrigues, e ficou estabelecido na terra. Serviu os honrosos cargos da republica, em cujo politico governo teve muita aceitação o seu voto como de pessoa de tanta veneração, autoridade e respeito. E teve do seu matrimonio duas filhas, que são as que descobrimos por documentos.

3—1. D. Anna do Canto de Mesquita.

3—2. D. Mariá.

3—1. D. Anna do Canto de Mesquita, casou com João de Toledo Castelhanos. Em titulo de Toledos, cap. 1°; estando viuvo de sua primeira mulher D. Maria do Lara, irmã direita do capitão-mór, governador e alcaide-mór Pedro Taques de Almeida. E teve seis filhos nascidos em S. Paulo.

4—1. O padre mestre Francisco de Toledo, jesuita, que, tendo acabado de reitor do collegio da villa de Santos, passou para commissario do reverendissimo padre geral

a crear a provincia do Estado do Grão Pará e Maranhão, e ficou servindo de provincial d'ella até 1758, em que foi chamado por ordem régia á côrte de Lisboa.

4—2. Bento de Toledo Castelhanos, foi tenente de general, tendo casado em 22 de Agosto de 1719 com D. Potencia Leite de Barros. Falleceu sem geração em Minas, do Rio das Mortes (1° cartorio de notas de S. Paulo, inventarios, letra B.

4—3. D. Escolastica de Toledo Canto, que ficando herdeira dos serviços de seu avô o capitão Antonio do Canto de Mesquita, e da mercê que teve do habito de Christo com 40$ de tença, nunca jámais quiz admittir um dos muitos casamentos que lhe propuzeram, tendo sido pedida de pessoa de sua igualha, assim em vida de seus pais, como depois da morte d'elles, tendo-se resignado nos preceitos de seu irmão o padre mestre Francisco de Toledo nos muitos annos, que residiu no collegio de S. Paulo, até que no anno de 1752 estando seu irmão no Estado do Pará, falleceu solteira, repartindo o seu cabedal em obras pias, o que deixou para executar seu testamenteiro o coronel Francisco do Rego, como pessoa e parente de tanta autoridade, honra e zelo.

4—4. D. Joanna do Canto Castelhanos, casou com seu primo o sargento-mór João Barbosa Lara. Em titulo de Taques Pompêos, cap. 3° § 1° e segintes. Deixou geração.

4—5. D. Anna do Canto de Toledo, foi casada com Salvador Pires de Almeida. Em titulo de Taques, cap. 3° § 9° n. 3—6. Sem geração.

4—6. Pedro Nolasco de Toledo Canto, falleceu solteiro.

3—2. D. Maria... (filha do § 5°), foi baptizada a 24 de Maio de 1655 na matriz de S. Paulo.

§ 6º

2—6. Messia Rodrigues (filha de João Pires, e Messia Rodrigues do cap. 6º), casou com João de Camargo, nobre cidadão de S. Paulo. Em titulo de Camargos, cap. 1º § 4º e cinco filhos.

3—1. Fernando Pires de Camargo.

3—2. João de Camargo.

3—3. José Pires de Camargo.

3—4. Anna Maria de Camargo Pires, falleceu em Juquiry a 22 de Novembro de 1732.

3—5. Joanna Pires de Camargo, casou em S. Paulo a 19 de Agosto de 1697 com Salvador de Miranda do Prado, filho de Antonio de Miranda, e de sua mulher Catharina Dias, irmã de Antonio Garcia; neto de Salvador de Miranda, e de sua mulher Antonia Ribeiro. Em titulo de Prados, cap. 7º § 7º, a ascendencia d'este Salvador de Miranda.

§ 7º

2—7. Thomazia Rodrigues (filha de João Pires do cap. 6º), foi casada com o capitão Francisco de Godoy Moreira. Em titulo de Godoys, cap. 1º § 2º Em S. Paulo serviu todos os cargos da republica : foi morador no Atibaya, e capitão de Nazareth ; passou-se para Taubaté; e alli falleceu com testamento e 91 annos de idade a 20 de Junho de 1728 (Orphãos de Taubaté, inventarios F. n. 20). E teve quatro filhos naturaes de S. Paulo.

3—1. Antonio de Godoy Pires, cidadão de S. Paulo, capitão dos auxiliares do bairro de Caçapava em Taubaté, casado com Francisca Vieira de Almeida. Em titulo de Cunhas Gagos, cap. 1º § 1º n. 3—6 e seguintes.

3—2. João Pires de Godoy, foi morador do Atibaya,

casado em Nazareth, com Margarida Pereira, filha de Antonio Pereira de Avellar de cujo matrimonio nasceram:

4—1. Maria Pires de Godoy, moradora de Taubaté, onde casou em 1713 com Antonio Jorge de Siqueira, filho do capitão Antonio Jorge Paes, e Florencia de Siqueira.

4—2. José de Godoy. Falleceu em Ayuruoca.

4—3. Antonio de Godoy. Falleceu solteiro em Taubaté.

4—4. Messia Rodrigues, mulher de João Dias do Prado, natural de Taubaté, filho de Domingos do Prado Gil.

4—5. Catharina de Godoy, mulher de José Dias, filho de Domingos Affonso.

4—6. Francisca..., mulher de João de Toledo, filho de João Vaz Cardoso. Em Toledos, cap. 3º: sem geração.

3—3. Francisco de Godoy Moreira, casou com Estacia da Veiga, filha le Francisco Corrêa da Veiga, e de Martha de Miranda. E teve filho unico natural de Taubaté.

4—1. Francisco Pires Ferreira, existe em 1771 em Taubaté casado com...filha de Placido dos Santos Vianna, e de sua mulher... que foi filha de Gaspar Martins. Deixou geração.

3—4. Pedro de Godoy, casou em Taubaté com Maria Pedroso, filha de Sebastião Fernandes Corrêa (irmã do capitão-mór D. Simão de Toledo). Em Toledos, cap. 3º § 4.º

§ 8º

2—8. Maria Pires Rodrigues (filha de João Pires do cap. 6º), casou com Miguel de Camargos Ortiz, nobre cidadão de S. Paulo e de grande respeito, e servin muitas vezes os cargos da republica. Em titulo de Camargos, cap. 2º § 3º, com sete filhos que teve.

§ 9°

2—9. Maria Rodrigues, falleceu a 6 de Junho de 1723 (44) e foi casada com Diogo Barbosa Rego, cidadão de S. Paulo, tendo fallecido a 30 de Setembro de 1724, filho de João Moniz Bonilha, e de sua mulher Adriana Barreto (45). E teve sete filhos naturaes de S. Paulo.

3—1. Diogo Barbosa Rego, casou em S. Paulo a 6 de Outubro de 1699 com Maria da Rocha Pimentel, filha de Antonio Fernandes Camacho, e de Maria Ribeiro.

3—2. João Barbosa Pires, casou com D. Theresa de Araujo. Em titulo de Taques Pompêos, cap. 3° § 1° n.3—9. Com geração.

3—3. Francisco Barbosa Pires, morador junto a Santa Anna, foi casado com Hieronima de Arzão, sem geração. Em titulo de Arzão, cap. 1° § 2° n. 3—5.

3—4. Estevão Barbosa, falleceu com testamento em 1718 (46), foi casado com D. Antonia de Medeiros. E teve filho unico:

4.—Estevão Barbosa Rego, casou com Joanna Soares, na freguezia da Conceição, filha do capitão Gaspar Soares, e de sua mulher Barbara Ribeiro.

3—5. Branca Raposo, foi casada com Estevão Forquim de Camargo. Em titulo de Camargos, cap. 4° § 8° n. 3—1.

3—6. Isabel Barbosa, foi casada com João de Siqueira Preto, sem geração: ella falleceu em 1715.

3—7. José Barbosa Rego, casou com Isabel Ribeiro da Cunha, filha de Marianna de Camargo e de Paschoal Delgado. Em Camargos, cap. 2° § 4°. Deixou cinco filhos.

(44) Orphãos de S. Paulo, maço 6 de Inventarios, letra M. n. 11.
(45) Em titulo de Bonilhas, cap. 1° § 2° n. 3—2.
(46) Orphãos de S. Paulo, letra E. maço 1°, n. 15.

§ 10.

2—10. João Pires Rodrigues casou com D. Branca de Almeida. Em titulo de Taques Pompêos, cap. 3º § 9.º Com sua descendencia.

§§ 11 e 12.

2—11. Antonio Pires, casou com Cecilia Ribeiro, filha de Assenso de Quadros e Anna Pereira. Em titulo de Quadros, cap. 1.º Sem geração.

2—12. Hieronimo Pires (filho ultimo de João Pires e Messia Rodrigues do cap. 6º), falleceu solteiro e só deixou 4 filhos mamelucos, que não herdaram por ser seu pai homem nobre, e foi a mãi de Hieronimo Pires quem herdou: o que tudo consta do inventario que se fez por sua morte, que foi a 5 de Outubro de 1664, com testamento... (47).

CAPITULO 7.º

1—7. Custodia Fernandes (filha de Salvador Pires e Messia Fernandes), casou na matriz de S. Paulo a 10 de Maio de 1643 com Domingos Gonçalves, filho de Domingos Gonçalves, e de sua mulher Christina Luiz, que falleceu em 1612, e elle em 14 de Abril de 1665. D'este matrimonio não descobrimos geração.

CAPITULO 8º E ULTIMO

1—8. Antonio Pires. Falleceu solteiro.

(47) Cart. 2º de not. de S. Paulo, maço de inv. ant. o de Hieronimo Pires.

Vem do N. 2.º

Salvador Pires do n. 2º, cuja descendencia do 2º matrimonio com Messia Fernandes temos tratado até aqui, casou a primeira vez com N... de Brito, de quem teve tres filhos, que em 1592 deram quitação a sua madrasta dita Messia Fernandes da legitima que lhe deixára seu pai, como se vê da mesma quitação junta ao testamento e autos de inventario de Messia Fernandes, que se acha no cartorio do 1º tabellião de S. Paulo, no maço dos inventarios antigos, letra M. Foram estes dois filhos

Diogo Pires..... Cap. 1.º
Amador Pires,..... Cap. 2.º
Domingos Pires..... Cap. 3.º

1—Diogo Pires, casou com Isabel de Brito, que falleceu com testamento a 2 de Maio de 1650(48). Tiveram roça em Juquiry. E teve sete filhos, que pelo dito inventario á margem citado consta com quem casaram, e foram

§ 1º Francisco Pires de Brito, casado com Maria Furtado.

§ 2º Salvador Pires. Falleceu solteiro.

§ 3º Manoel Pires de Brito, casado com Catharina Dias. E teve duas filhas, Maria de Brito e Filippa de Brito.

§ 4º Maria de Brito, casada com Antonio Bicudo. Em titulo de Bicudos, n. 1º cap. 1.º

§ 5º Margarida de Brito, casada com Luiz Machado Sande. Sem geração.

§ 6º Beatriz Pires, casada com Custodio Nunes Pinto.

§ 7º Maria de Brito, casada com Manoel de Araujo de Azevedo.

(48) 2º cart. de not. de S. Paulo, maço de inv. ant. n. 7.

CAPITULO 2.°

2—Amador Pires, falleceu solteiro e ficou por seu herdeiro seu irmão Diogo Pires, como consta no inventario de sua madrasta Messia Fernandes acima indicado.

CAPITULO 3.°

3—Domingos Pires, falleceu sem geração, tendo sido casado com uma filha de Beatriz Camacho, a qual herdára de sua filha dita mulher de Domingos Pires umas terras que ella mesmo Camacho com seu marido Francisco Farel em 8 de Fevereiro de 1595 vendeu por escriptura a Antonio Rodrigues, como tudo se vê na nota, caderno titulo 1594 pag. 21 do 1° cartorio do tabellião de S. Paulo.

AFFONSOS GAYAS

A nobre familia dos Affonsos Gayas propagou na villa de Santos, primeira da antiga capitania de S. Vicente, em quatro irmãos, que do porto de Gaya, junto á cidade do Porto (que hoje se chama Miragaya, e é parte da mesma cidade), vieram para o Brasil no principio da povoação e fundação da villa de Santos, attrahidos e convidados, como outros muitos, pelo donatario da mesma capitania, o fidalgo Martim Affonso de Sousa, o qual quando veiu em 1531 fundar a villa de S. Vicente (foi a primeira povoação que houve em todo o Brasil), trouxe á sua custa muitos navios, com gente de guerra para a conquista dos barbaros gentios, habitadores do sertão de toda a costa da sua capitania, com muita nobreza de qualidade reconhecida e estimada para povoadores. Foi esta advertencia muito recommendada pelo Sr. rei D. João III, de suspirada memoria, que constituiu ao dito Martim Affonso de Sousa governador de toda a costa do Brasil por patente datada na villa do Crato a 20 de Novembro de 1530, com ampla jurisdicção para conceder de sesmaria as terras aos povoadores que trazia para isso, e aos mais que depois viessem vindo para o mesmo effeito (1). Por isso com Martim Affonso de Sousa vieram muitos sujeitos com o fôro de fidalgos da casa real, outros com o de cavalleiro fidalgo, e outros finalmente com o de moço da camara; muitas fa-

(1) Cart. da Prov. da Faz. Real L. de Reg. de Sesm. tit. 1554 pag. 42 e 103.

milias da provicia do Minho, e das outras provincias vieram vindo pelos annos subsequentes ao de 1533, depois de recolhido ao reino no de 1534 Martim Affonso de Sousa, a quem o mesmo Sr. D. João III concedeu 100 leguas de costa para capitania da villa de S. Vicente com seu foral, de juro e herdade para sempre, por carta passada em Evora a 20 de Outubro 1534. E principiam as 100 leguas a 13 leguas ao norte de Cabo-frio, e correndo a costa com distancia de 55 leguas acabam no rio Curupacé, (agora se diz Juquityquerê), que fica quasi defronte da ilha dos Porcos, que é até onde chega o termo da villa de Ubatuba; e d'este rio Curupacê 10 leguas até o rio de S. Vicente braço do norte (que é o mesmo que a barra da Bertióga, que é da doação de Pedro Lopes de Sousa para fundar a sua capitania de Santo Amaro da ilha de Guaibê, que não chegou a povoar-se), continuam do dito rio de S. Vicente 45 leguas, que se terminam a 12 leguas ao sul da ilha de Cananéa, que é o que hoje se conhece por Parnaguá (2). Por esta fórma se completam as ditas 100 leguas da capitania de S. Vicente concedidas a Martim Affonso do Sousa em attenção aos relevantes serviços, que tinha feito na India como soldado aventureiro; e as suas proezas foram igualmente applaudidas pelos dois famosos historiadores Barros e Faria: e tornando á India no fim do anno de 1534, em que sahiu de Lisboa capitão-mór da armada, veiu merecer aquelle superior governo, no qual succedeu a D. Estevão da Gama no anno de 1542.

Para fundar a villa de S. Vicente trouxe entre outros sujeitos abalisados a Luiz de Goes, casado com D. Cathasina (3), e ao genro Domingos Leitão, que tinha o fôro de

(2) Arch. da Cam. de S. Paulo, L. de Reg. tit. 1620 pag. 45 e seguintes.

(3) Cart. da Prov. da Faz., L. de Reg. de Sesm. tit. 1554, pag. 91, 96, 103, 136 e seguintes em todo dito livro.

cavalleiro fidalgo, casado com D. Cecilia de Goes, e era irmão de Hieronimo Leitão, tambem casado (que depois ficou sendo capitão-mór governador da capitania de S. Vicente no tempo do segundo donatario d'ella, Pedro Lopes de Sousa, e de seu filho Lopo de Sousa, que foi neto do primeiro donatario Martim Affonso de Sousa) e seu irmão Balthasar Leitão, que todos tinham o fôro de cavalleiro fidalgo; e com Luiz de Goes vieram os dois irmãos Pedro de Goes, que foi capitão-mór da armada, e falleceu em S. Paulo, e Gabriel de Goes, todos com o fôro de fidalgos da casa real, Ruy Pinto, cavalleiro professo da ordem de Christo, com sua mulher D. Anna Pires Missel, que falleceu em S. Vicente; Antonio Pinto e Francisco Pinto, todos com o fôro de fidalgos da casa real, Nicoláo de Azevedo, tambem fidalgo da casa real, e cunhado dos ditos Pintos por ser casado com D. Isabel Pinto, e eram filhos do fidalgo Francisco Pinto, que ainda no anno de 1550 existia em Lisboa, quando n'esta côrte por escriptura celebrada na nota de tabellião confirmou a venda das terras que sua nora D. Anna Pires Missel havia feito em S. Vicente, pertencentes ao engenho de assucar S. Jorge (foi o primeiro engenho em todo o Brasil), erecto em S. Vicente logo que fundou esta villa o dito donatario Martim Affonso, como dito Ruy Pinto), aos allemães Erasmo Schecer e João Visnat, por cuja razão tomou o dito engenho o nome de S. Jorge dos Erasmos. Vieram mais em 1531 Jorge Ferreira, cavalleiro fidalgo, casado com Joanna Ramalho, filha de João Ramalho, que tinha o fôro de cavalleiro, e foi depois o fundador da villa de Santo André da Borda do Campo, de cuja povoação (antes de acclamada em villa no dia 8 de Abril de 1553) foi guarda-mór e alcaide-mór do Campo dito Ramalho. Emfim vieram outros muitos d'este mesmo caracter, como Jorge Corrêa, moço da camara; e

d'esta qualidade de nobreza vieram depois vindo para S. Vicente outros muitos, para onde tambem com o mesmo Martim Affonso de Sousa tinha vindo Braz Cubas, cidadão do Porto, e cavalleiro fidalgo, com seu filho bastardo, que foi legitimado por *alvará régio* (Vide que n'isto tenho alguma duvida até apparecer documento); Pedro Cubas, moço da camara, Antonio Rodrigues de Almeida, cavalleiro fidalgo, natural de Monte-Mór o Novo, que, recolhendo-se ao reino, voltou em 1536 com sua mulher D. Maria Castanho, com duas filhas, trazendo de propriedade os officios de chanceller, escrivão da ouvidoria e das datas, por mercê do donatario Martim Affonso: veiu Antonio de Oliveira em 1538, cavalleiro fidalgo, e trouxe sua mulher, D. Genebra Leitão, que era irmã de Domingos Leitão, de Hieronimo e Balthasar Leitão, e foi capitão-mór governador da dita capitania de S. Vicente, de que tomou posse no anno de 1538; Simão Borges Cerqueira, natural de Mesamfrio, moço da camara; Antonio Rodrigues de Alvarenga, natural de Lamego, cavalleiro fidalgo, e todas os mais, dos quaes fazemos maior individuação na noticia chronologica da fundação da capitania de S. Vicente e de todas as villas fundadas dentro da dita capitania, e os descobrimentos de minas de ouro, prata, ferro e aço, desde 1598 até as ultimas minas dos Goyazes em 1725, o que serve como apparato ao titulo *Nobiliarchia Paulistana Historica e Genealogica*, que comprehende as familias nobres da capitania de S. Vicente, que hoje se diz S. Paulo, depois que passou a ser a capital desde o anno de 1681, por mercê do donatario o marquez de Cascaes.

Fundada a villa de S. Vicente pelos annos de 1531 até 1533, e ficando n'ella os nobres povoadores, que deixou o seu fundador Martim Affonso de Sousa, dentro da mesma ilha de S. Vicente, em distancia de duas leguas por cami-

nho de terra, fundou Braz Cubas, cavalleiro fidalgo, a villa de Santos á custa da sua fazenda, e d'ella foi o 1° alcaide-mór, e depois provedor da fazenda real, e capitão-mór governador, e ouvidor da capitania de S. Vicente, pelos annos de 1554, e seguintes. N'ella se estabeleceram os tres irmãos Luiz, Pedro, e Gabriel de Goes, sendo Luiz de Goes e sua mulher D. Catharina os fundadores do segundo engenho de assucar com vocação Madre de Deus, no sitio a que no presente tempo se chama Nossa Senhora das Neves. Este engenho passou ao genro dos fundadores, Domingos Leitão, marido de D. Cecilia de Goes, filha dos mesmos, que ficando viuva se recolheu a Lisboa em 1580, de onde mandou procuração bastante por si, e seu filho João Gomes Leitão, a seu cunhado o ex-capitão-mór governador Hieronimo Leitão em 1538, para a venda do dito engenho, que teve effeito, vendendo-se ao Adelantado, cujo nome se não declara na escriptura da venda celebrada em Santos na nota do tabellião Athanasio da Motta, e a Diogo Rodrigues, com todas as terras, e aguas pertencentes ao dito engenho Madre de Deus. Este engenho passou aos filhes do dito Diogo Rodrigues, que era casado com uma sobrinha do vendedor Hieronimo Leitão, em Santos, e foram elles:

1.° O capitão Antonio Amaro Leitão, casado com D. Isabel da Fonseca Pinto (que segunda vez casou com Diogo Ayres de Aguirre, ouvidor, que foi muitas vezes da capitania de S. Vicente, juiz ordinario e de orphãos, etc.), filha de Domingos de Fonseca Pinto, cidadão da Bahia e provedor da fazenda real da capitania de S. Vicente em 1539. 2.° Custodio Leitão, que casou com Anna de Aguiar, de cujo matrimonio houve filhos, entre os quaes foi Ambrosia de Aguiar, que falleceu em Santos solteira em 1705, deixando no seu testamento, que se acha no residuo da ouvidoria de

S. Paulo, o quinhão das terras, que tinha, a Nossa Senhora das Neves. 3.° Agostinho Leitão, que existia em Santos em 1642.

Houve mais no termo da villa de Santos o engenho de S. João, do qual foi fundador José Adorno, natural de Genova; e o de Nossa Senhora da Apresentação, de que foi fundador Manoel de Oliveira Gago, que deixou nobre geração dos seus appellidos em Santos. Estes engenhos eram moentes e correntes ainda em 1577, como se vê dos direitos que pagavam á fazenda real, e consta do livro do dito anno na provedoria e cartorio da fazenda.

Estando por este modo em grande auge de augmentos e utilidades a villa de Santos, com o commercio frequentado em navios, que vinham a seu porto, e navegação para Portugal, sendo o principal o navio dos allemães os Erasmos e Vinats, vieram, como acima referimos, quatro irmãos estabelecer-se n'esta villa, e foram os que aqui representamos com os numeros seguintes:

N° 1°	N... Affonso Gaya.
N° 2°	Manoel Affonso Gaya.
N° 3°	Domingos Affonso Gaya.
N° 4°	Paschoal Affonso.

N° 1°

N...Affonso Gaya, passou de Santos para a villa da Victoria, capitania do Espirito-Santo, onde se estabeleceu e deixou familia de sua nobre geração. D'elle procedeu o M. R. P. Fr. Manoel Gaya, carmelita da provincia do Rio de Janeiro, da qual foi secretario e occupou o lugar de prior e visitador.

N° 2°

DE MANOEL AFFONSO GAYA

Manoel Affonso Gaya deixou em Santos honrosas memorias dos seus grandes merecimentos, porque soube conciliar um geral applauso, respeito e veneração de todos os moradores do seu tempo. Foi da governança da terra, tendo repetidas vezes as redeas do governo da republica; porque para officiaes da camara só eram admittidos os homens da maior honra, zelo e desinteresse, cujo venturoso tempo não se logra agora nas assembléas de todas as villas e cidade capital de S. Paulo, lamentando-se esta infeliz decadencia em todo o Estado do Brasil, onde já se não escolhem os sujeitos da primeira graduação para ornarem o corpo do senado, á imitação dos seculos de 1500 até 1700. Foi Manoel Affonso Gaya juiz ordinario em 1630, tendo por companheiro a Gonçalo Pires Pancas como consta do tombo do convento do Carmo de Santos, folhas 33 e 34; e foi capitão da gente da villa de Santos, como pessoa de nobreza e disciplina militar, que a exercitou em serviço do rei nos actuaes encontros a que obrigavam os barbaros indios, não só os da costa do Sul, mas tambem os *Tamoyos* do Rio de Janeiro, que armados em guerra com multidão de canôas vinham hostilisar aos moradores de S. Vicente e Santos, principalmente aos que se haviam estabelecido além do rio de S. Vicente braço do norte, Bertioga. (Archivo da camara da villa de Santos, livro 1° de registros pag. 82 v.). Foi a costa de Santos, e S. Vicente inficcionadas de piratas corsarios, para cuja defesa actualmente acudiam aos rebates, de sorte que, acabadas as guerras, depois de conquistados os indios *Carijós* e *Guainazes* os mais formidaveis da costa do sul, (e rendidos tambem

os *Tamoyos* do Rio de Janeiro depois da segunda e ultima rota, que experimentaram dos soccorros de S. Vicente, Santos e S. Paulo, auxiliando em canôas de guerra, de cuja armada foi general Eliodoro Ebano Pereira ao governador geral Mem de Sá em 18 e 20 de Janeiro do anno 1567, em que fundou aquella cidade com o nome de S. Sebastião, que foi o protector e tutellar d'esta difficultosa empreza contra as forças de Nicoláo de Villagalhon, natural de França e cavalleiro do Hospital, que se havia fortificado n'aquella enseada e n'ella construido regular fortaleza que foi arrasada pelos europêos com o dito Mem de Sá, ficando-lhe para memoria do triumpho só o nome do sitio, que a corrupção portugueza ficou chamando Vergalhão) não tiveram os moradores da capitania de S. Vicente as armas ociosas.

No anno de 1599 occuparam a ilha de S. Sebastião tres náos de hollandezes inimigos, contra os quaes mandou D. Francisco de Sousa por sua provisão datada em S. Paulo a 7 de Junho do mesmo anno sahir de S. Paulo um soccorro de gente, que se incorporou em Santos ao capitão de infantaria Diogo Lopes de Castro com os moradores das villas de Santos e S. Vicente, para irem atacar ao inimigo hollandez. No anno de 1601 os mesmos hollandezes occuparam os mares da ilha de S. Sebastião com uma grande urca chamada o *Mundo Dourado* (Esta talvez seria a mesma assim chamada que em 1599 veiu ao porto de Santos, e só dos direitos que pagou á fazenda real se carregou em receita ao almoxarife João de Abreu 6:129$678 réis. (Prov. da fazenda real, livro 1° de registro tit. 1597 pag. 76); e navegando um religioso benedictino com varias pessoas em um barco, e outras em uma canôa, para o Rio de Janeiro, foram todos captivados pelos ditos inimigos. Acudiram os moradores de Santos e

S. Vicente por ordem de D. Francisco de Sousa, governador geral do Estado, que n'este anno se achava em S. Paulo, que mandou ao capitão-mór da capitania Gaspar Barreto que sahisse com o corpo de mil homens e indios frecheiros em armada de canôas contra o pirata, para cujo effeito mandou o dito governador geral assistir com polvora e bala, e mantimentos necessarios, e ficaram victoriosas as nossas armas. Rendida a urca com todos os hollandezes, cujo capitão era Lourenço Brear, artilheria, e mais munições de guerra e prezas, que tudo se conduziu para o porto de Santos, onde por espaço de 50 dias foi guardada a urca pelos moradores, fiando-se esta importante conducta da actividade e zelo de Manoel Pereira Lobo, moço da camara d'el-rei, de Manoel Fernandes Cavaco. Isto consta melhor no cartorio da fazenda real da provedoria, liv. de registros tit. 1597 pag. 37 97 v., 103 e 127 v. Finalmente desde o anno de 1641 até o de 1655 infestaram os hollandezes a costa do sul e portos de Santos e S. Vicente, e no decurso d'estes 14 annos deram de perda mais de 100,000 crusados nos navios, barcos, e fazendas que tomaram, navegando de Santos para o Rio de Janeiro (Cart. da prov. da faz. L. de reg. tit. 1634 pag. 90) Existindo o pirata hollandez n'estes 14 annos, occupando a costa, e apparecendo sobre a barra de Santos um navio, sahiu o capitão Manoel Affonso Gaya contra o inimigo sem mais embarcação que uma canôa armada em guerra, e n'esta facção o acompanhou seu genro Antonio Barbosa Sotto Maior, o qual em 1642 foi provido em capitão da gente de Santos, que de antes occupára seu sogro Manoel Affonso Gaya. (Cart. da Proved. da Faz. L. de reg. tit. 1616. pag. 41.)

Foi casado na villa de Santos com Maria Nunes de Siqueira, que falleceu em dita villa a 30 de Outubro de 1667

(Obitos, folhas 13), filha de Pedro Nunes de Siqueira, da nobre familia dos Siqueiras Mendonças, uma das mais antigas da capitania de S. Vicente. Neta pela parte paterna de Antonio de Siqueira, morador de S. Vicente, e de sua mulher Messia Nunes, filha de Francisco Pinto (irmão de Ruy Pinto e Antonio Pinto), que eram cavalleiros fidalgos da casa real (como já dissemos atrás). Os descendentes d'este Antonio de Siqueira, que ainda era vivo em 1581, trazem o antigo e nobre appellido de Mendonças, e ignoramos se lhes provém do dito Antonio de Siqueira, se de sua mulher, filha do dito Francisco Pinto (* No titulo do autor estão umas notas, que fez o ex-provincial frei Gaspar da Madre de Deus, em que refuta serem os do appellido Siqueira Mendonça descendentes d'este Antonio de Siqueira, que era proprietario dos officios de escrivão da camara, orphãos e tabellião da villa de Santos, e ainda que o autor provou com segundas notas, riscou as linhas, que diziam ter ido de Portugal com os taes officios, e por consequencia ficou indeciso). E só sabemos que do matrimonio de Antonio de Siqueira nasceram na villa de Santos (* Vai na mesma duvida):

1.° Lourenço de Siqueira de Mendonça, que se passou para S. Paulo, onde ficou sendo o progenitor de seu appellido, e falleceu com testamento a 4 de Junho de 1633 (Orphãos de S. Paulo, n. 42).

2.° Beatriz de Siqueira de Mendonça, mulher de Antonio Gonçalves da Vide, que foi provido em capitão do forte do Pinhão da Vera-Cruz com 60$000 de soldo por anno, por provisão do governador geral D. Francisco de Sousa, datada em Santos a 28 de Julho de 1601, que até então tinha occupado o dito posto Francisco Nunes Cubas (Cartorio da provedoria da fazenda, livro de registro, titulo 1597 pag. 104 até pag. 105). O dito capitão Antonio Gonçalves

da Vide fez doação das terras que tinha até o rio de Santo Amaro (que lhe déra em casamento seu sogro Antonio de Siqueira, com sua filha Beatriz de Siqueira), casando com Antonio Zuzarte de Almeida por escriptura na nota do tabellião da villa de Santos em 3 de Janeiro de 1633.

3.° Luiza de Siqueira e Mendonça, mulher de Alonso Pelaes, que foram sogros do afamado Luiz Dias Leme, natural de S. Vicente, e tio direito do governador Fernam Dias Paes. E tambem dos mesmos é quarto neto por parte materna o *muito reverendo padre-mestre o Dr. Frei Gaspar da Madre de Deus*, monge benedictino, que acabando o lugar de D. abbade do Rio de Janeiro subiu a reverendissimo D. abbade provincial, cujo triennio acabou em Janeiro de 1769, recebendo ao mesmo tempo a patente de D. abbade do mosteiro da Bahia, cujo lugar renunciou attendendo ao estado de suas forças para descançar com tranquillidade de espirito no retiro de uma cella no mosteiro de Providencia da villa de Santos, feito subdito quem desprezava ser prelado.

4.° Manoel de Siqueira, que casou em S. Paulo com Messia Bicudo, e falleceu com testamento em 1614, declarando a sua naturalidade a villa de Santos. Em titulo de Bicudos, n. 2° cap. 8°.

5.° Luzia de Siqueira de Mendonça, que, casando com Manoel Corrêa de Lemos, natural da capitania de Espirito-Santo, foi morador em S. Paulo, onde seu marido falleceu em 1693 (Orphãos de S. Paulo, maço 4° letra M. n. 40).

6.° Antonio de Siqueira, que propagou na villa de S. Vicente e na de Santos. E outros mais irmãos filhos do progenitor Antonio de Siqueira, etc.

Do matrimonio pois do capitão Manoel Affonso Gaya de n. 2° houve filhos nascidos na villa de Santos; e os de

que descobrimos documentos, que nos informam d'esta verdadeira noticia, foram quatro, que são os seguintes :

Pedro Nunes de Siqueira..... Cap. 1.°
Catharina de Mendonça..... Cap. 2.°
Salvador Nunes..... Cap. 3.°
Manoel Affonso Gaya..... Cap. 4.°

CAPITULO 1.°

1—1. O padre Pedro Nunes de Siqueira, presbytero secular, coadjutor na matriz de Santos em 1654, como consta dos autos de genere do padre Antonio Barbosa de Mendonça, do qual fazemos menção no cap. 2° § 1.°

CAPITULO 2°

1—2. Catharina de Mendonça, casou com Antonio Barbosa Sotto-Maior, natural de Lisboa, que falleceu em Santos em 1683 (Obitos, folhas 53), irmão de Francisco Barbosa, cavalleiro da ordem de S. Bento de Aviz, que veiu a Santos, e eram filhos de Estevão Barbosa Sotto-Maior, e de sua mulher D. Maria de Paiva, naturaes da côrte de Lisboa, como tudo assim consta dos autos de genere do padre Antonio Barbosa de Mendonça no § 1° infra. Este Antonio Barbosa de Sotto-Maior havia militado em Pernambuco e Rio de Janeiro antes de vir casar a Santos, onde pela autoridade e respeito de sua nobre pessoa foi eleito para capitão da ordenança (que differentes tempos d'aquelle seculo para o presente na eleição de semelhantes postos !) da villa de Santos, de que teve patente em 16 de Setembro de 1642 pelo general do sul

Salvador Corrêa de Sá e Benavides, e no contexto d'ella se nota ibi. «E ao bem, que ha servido no dito cargo quando o hollandez por duas vezes veiu com armada de Pernambuco para esta costa, tomando a seu cargo a fortificação da dita villa de Santos, sendo o primeiro que carregava faxina para dar exemplo aos mais, occupando sempre o posto da vanguarda com a sua companhia, sustentando á sua custa quarenta indios; e se offereceu depois para levantar outra com dispendio seu para ir soccorrer a cidade do Rio de Janeiro, que se presumia estar cercada, tendo já no presidio d'ella servido de soldado da companhia de D. Antonio Ortiz de Mendonça tres annos; e haver sahido do porto de Santos em companhia do capitão Manoel Affonso com uma canôa de guerra a reconhecer um navio, que investiram, imaginando-se que era de inimigo, dando em tudo honradas mostras do zelo com que serve a Sua Magestade, o que tambem fez em outras occasiões de guerra viva, como foi no quartel de Pernambuco, quando o inimigo o sitiou em Agosto de 1633 com dois mil homens, e no encontro que com elle se teve em dito mez no rio Capivarybe, em que se lhe ganharam seis peças de artilheria de bronze, quatro roqueiras, algumas bandeiras, muitas munições e bastimento, com morte e prisão da maior parte da sua gente, obrigando-os a que levantassem o sitio que tinham posto; outrosim achando-se na conquista do Porto de Calvo, levando-o o general Mathias de Albuquerque, que ganhou aquella praça; e na defensa de Syrinhâên a tempo que o inimigo a vinha investir com setecentos homens, e quantidade dos indios *Pitaguaris*, de que ficaram muitos mortos na campanha, procedendo em todas as occasiões valorosamente, etc. »

Do matrimonio do capitão Antonio Barbosa Sotto-Maior houve filhos naturaes de Santos, e dos que descobrimos cer-

teza total foram os que vão nos dois paragraphos seguintes. E' lamentavel a falta que ha de documentos, que sirvam de fio verdadeiro para a genealogia do nobiliario que pretendemos dar á luz; e até as noticias dos velhos não descobrimos; porque dependendo de exame, com zelo da verdade, o trabalho de procurar semelhantes memorias, não temos achado um só sujeito que nos queira ajudar n'esta empreza, que toda se dirige ao fim do bem publico e utilidade dos descendentes, que todos vivem amortecidos na ignorancia dos seus nobres progenitores, e das suas honrosas virtudes e acções, para lhes imitarem com credito do mesmo sangue, que lhes adorna as veias. Antes o sequito dos imprudentes, que já têm degenerado do mesmo esplendor dos seus antigos ascendentes, emprega todo o tempo na murmuração do nosso infatigavel trabalho, que até se tem acompanhado de despeza propria em muitos documentos, que temos feito extrahir de varios cartorios das villas e cidade capital de S. Paulo; porém esta mesma calumnia soffreram sempre aquelles que se applicaram a estudos genealogicos; talvez porque alguns sujeitos, aos quaes a lima do tempo consumiu em algum dos seus ascendentes qualquer facto de mecanismo, se persuadem qua nós faremos renascer pela imprensa aquelle silencio, que lhes apadrinha o antigo defeito.

2—1. O padre Antonio Barbosa de Mendonça § 1°.
2—2. D. Maria Barbosa Sotto-Maior § 2°.

§ 1°

2—1. O padre Antonio Barbosa de Mendonça, se habilitou de *puritate sanguinis* pela camara episcopal do Rio de Janeiro em 1672, em autos que existem na camara epis-

copal de S. Paulo. Foi vigario da igreja muitos annos da villa de Iguape, e falleceu em Santos.

§ 2º

2—2. D. Maria Barbosa Sotto-Maior, casou tres vezes: primeira com Manoel de Oliveira, sem geração; segunda com João Pires das Neves, nobre cidadão de S. Paulo, sem geração; terceira com Manoel Carvalho da Silva, sargento-mór do terço dos auxiliares de seu pai, o mestre de campo Domingos da Silva Bueno: e como já era quinquagenaria antes de casar lhe fez doação do seu grande cabedal, e o perfilhou. Falleceu sem geração em S. Paulo com testamento a 24 de Abril de 1724 (Residuos da ouvidoria de S. Paulo, testamento de D. Maria Barbosa Sotto-Maior).

D. Maria Barbosa no dito testamento com que falleceu falla assim: «Francisco Barbosa, meu sobrinho». Este foi filho natural do padre Antonio Barbosa de Mendonça, e casou com Francisca Pires de Camargo, dos quaes foram filhos Francisco Barbosa Sotto-Maior, solteiro e morador em Santos; João de Camargo, casado, e soldado da infantaria; José de Camargo, soldado, solteiro; F.... casada com o alferes de infantaria Anacleto de Pontes, filho legitimo de Sebastião Nunes, e de sua mulhér F...

CAPITULO 3º

1—3. Salvador Nunes de Siqueira (filho do capitão Manoel Affonso, e Maria Nunes de Siqueira do n. 2º), foi nobre cidadão da republica de Santos, sua patria. Teve estabelecimento, e com abundancia na sua fazenda de Guaratuvatá com terras de cultura até o rio dos Patos, como

consta do testamento com que falleceu em Santos a 9 de Dezembro de 1708, e n'elle declarou ser natural d'esta villa e filho dos pais acima. (Residuos da ouvidoria de S. Paulo, testamento de Salvador Nunes de Siqueira.) Foi casado com Catharina da Costa natural de S. Vicente ou da Conceição de Itanhaen; legitima neta de Dionisio da Costa, que foi capitão-mór, governador e ouvidor da capitania de Itanhaen, por provisão datada em Lisboa a 20 de Novembro de 1648, e tomou posse na camara de Itanhaen a 3 de Abril de 1649 (Provedoria da fazenda, livro de registro n. 5º titulo 1645 pag. 67 verso), e de sua mulher Isabel da Motta, irmã inteira de Vasco da Motta. Em titulo de Godoys, cap. 4º. E teve quatro filhos, que seguem:

2—1. Pedro Nunes de Siqueira § 1.º
2—2. Dionisio da Costa..... § 2.º
2—3. João Collaço de Siqueira.. § 3.º
2—4. Isabel da Motta..... § 4.º

§ 1º (4)

2—1. Pedro Nunes de Siqueira, casou em Santos com Catharina de Oliveira, e teve tres filhos.

3—1. Francisco de Salles, que foi em praça de soldado para o Rio Grande da Colonia, a quem o conde de Bobadella estimava muito, sendo um dos que n'aquella terra fazia a primeira figura e talvez lá casou.

3—2. Margarida de Oliveira, casada com Antonio Baptista, que vivia de advogar.

3—3. Maria Nunes, que foi solteira de morada para S. Paulo, e casou com Francisco Xavier da Guerra, filho de Francisco Rodrigues Guerra.

(4) * Estes paragraphos estão escriptos pela letra de Fr. Antonio da Penha de França, a quem pediu noticia o autor.

§ 2º

2—2. Dionisio da Costa, casou com Maria Villela de Menezes, natural da villa de Iguape, e que falleceu na de Santos com 110 annos de idade. Foi capitão o juiz. Foi pessoa de muito respeito e eternisou o seu nome, porque no principio que se descobriram as Minas Geraes teve uma lavra mineral tão grandiosa, que d'ella se tirava um arratel de ouro em cada bateada, e deu-se esta lavra por descoberta, ficando aquelle lugar conservando o nome de Dionisio da Costa. Foi tão liberal e de animo tão generoso, que em uma festa das onze mil virgens em que seu filho Pedro, que depois foi carmelita, foi capitão na villa de Santos, gastou uma arroba de ouro na dita festa. Falleceu em Santos e jaz sepultado na ordem terceira do Carmo, e teve cinco filhos :

3—1. Fr. Pedro, religioso carmelita da provincia do Rio de Janeiro, onde falleceu de bexigas estando para ir cantar a sua primeira missa na sua patria, villa de Santos.

3—2. Dionisio da Costa, falleceu solteiro em Santos.

3—3. Francisca Villela, que casou com Francisco Rodrigues, natural de Lisboa. Sem geração.

3—4. Brizida Collaça de Menezes, casou duas vezes: primeira com Gabriel Alves, filho de Eusebio Alves Gaya, sendo dispensados para o matrimonio por serem parentes; segunda vez casou com Antonio Henrique, natural de Portugal, sem geração.

3—5. Maria Villela de Menezes, existe solteira.

§ 3º

2—3. João Collaço de Siqueira, falleceu solteiro.

§ 4º

2—4. Isabel de Motta, casou com o capitão Manoel Ribeiro, de cujo matrimonio teve quatro filhos:

3—1. Maria Ribeiro, foi casada com Pedro da Silva Ferreira, e falleceu em Santos com testamento.

3—2. Francisco Ribeiro, passou-se para os Curraes da Bahia, soltoiro.

3—3 e 3—4. Um falleceu no Rio de Janeiro, outro em Santos de menor idade, e ignoramos os nomes.

CAPITULO 4º

1—4. Manoel Affonso Gaya (filho do capitão Manoel Affonso Gaya do n. 2), foi de grande respeito e veneração assim dos moradores da villa de Santos, sua patria, como dos paulistas da primeira graduação. Teve o primeiro voto nas assembléas do corpo do senado como pessoa tão autorisada no governo da republica. Foi capitão de infantaria da ordenança dos moradores da villa de Santos (a), onde viveu muito abastado. Foi senhor de engenho para a fabrica dos assucares na sua oppulenta fazenda do Pirayqueguassú. Em serviço da real corôa fez varias entradas ao sertão do Parnaguá, onde se dizia haver prata, cujo descobrimento havia recommendado o Sr. rei D. Pedro II estando principe regente, e para cujo effeito mandou depois á custa da real fazenda a D. Rodrigo de Castel-Blanco (cavalleiro castelhano a quem o mesmo senhor tomou por fidalgo de sua casa), pelos annos de 1673, acompanhado do capitão de infantaria reformado Jorge Soares de Macedo,

(a) Cam. da villa de Santos, L. 1º de Reg. fl. 82 v.

primeiro governador da praça Santos de 1700, que, dilatando-se em exames no sertão de Tabaiana, chegaram a S. Paulo em 1678, que se trata em titulo de Arzoens, cap. 5° ; e vide Campos, cap. 5° § 2° n. 3—9.

No anno de 1640, em que os jesuitas do collegio de S. Paulo foram lançados pelos paulistas no dia 13 de Julho d'este anno(vêde este successo historiado em titulo de Pires,cap.6°), se declarou protector dos ditos padres jesuitas o capitão Gaya, não só pelo grande respeito que tinha entre os moradores de Santos, mas pela igual veneração que desfructava dos da primeira nobreza de S. Paulo,e por isso concorrendo sempre com todas as forças para restituição dos mesmos padres, contra os quaes tinham concebido intranhavel odio a maior parte dos homens das villas de toda a capitania de S. Vicente e S. Paulo, obteve um padrão de agradecido reconhecimento dos padres do collegio de Santos, que por escripto lhe concederam honrosa sepultura para elle e sua descendencia na igreja do collegio d'aquella villa, com os suffragios praticados com os RR. quando fallecem.

Foi casado o capitão Manoel Affonso Gaya com Maria Gonçalves Figueira, natural da villa de Itanhaen, filha de Antonio Gonçalves Figueira e de Ignez Lamim, moradores da dita villa, os quaes foram sogros de Sebastião Velho de Lima, a qual Ignez Lamim falleceu em Santos, estando viuva em 10 de Maio de 1668 (Obitos de Santos, folhas 20). Neta por parte paterna de Antonio Gonçalves e de sua mulher Luciana, ou Antonia Tinoco, filha de Francisco Rodrigues Tinoco, morador em S. Vicente em 1554, irmão de Gonçalo Rodrigues Tinoco, para onde vieram estes dois irmãos no principio para povoadores da villa de S.Vicente (Cartorio da provedoria da fazenda real, livro 1° de registro de sesmarias, titulo 1554

pag. 106 verso e 108 verso). E de onde consta que Pedro de Figueiredo moço da camara de el-rei D. João III, fora genro dos ditos Antonio Gonçalves, e Luciana ou Antonia Tinoco, o qual nome Luciana, se lhe dá no livro 2º titulo 1602 até 1617 pag. 6 de sesmarias, de cujos lugares tambem consta o mais (5).

Do matrimonio do capitão Manoel Affonso Gaya nasceram.

2—1. Antonio Gonçalves Figueira..... § 1º
2—2. Manoel Affonso Gaya..... § 2º
2—3. Pedro Nunes de Siqueira..... § 3º
2—4. Miguel Gonçalves de Siqueira..... § 4º
2—5. João Gonçalves Figueira..... § 5º
2—6. D. Catharina de Siqueira e Mendonça.... § 6º
2—7. Maria das Neves..... § 7º
2—8. D. Ignez..... § 8º
2—9. N.... Cega a nativitate, falleceu solteira.. § 9º
2—10. Francisca..... § 10º

§ 1º

2—5. Antonio Gonçalves Figueira, nasceu na villa de Nossa Senhora da Conceição de Itanhaen. Suas acções no real serviço á sua custa, em todo o tempo da campanha e guerra contra os barbaros indios do sertão do Rio-Grande do Norte em praça de soldado, e alferes do terço dos paulistas, de que foi mestre de campo e governador Mathias Cardoso de Almeida, seu cunhado, desde 1689; na campanha do Ceará debaixo do commando do capitão-mór governador João Amaro Maciel Parente: seu casamento em S. Paulo, filhos que teve o capitão Antonio Gon-

(5) * Esta ascendencia causou trabalho, e indicisão do autor, por achar documentos que se contradiziam; e eu segui o que parecia mais acertado, segundo o permittia a confusão das emendas e notas.

çalves Figueira, e falleceu na villa de Santos. Vide em titulo de Lemes, cap. 5° e seguintes. D'elle foi principal filho herdeiro o sargento-mór Manoel Angelo Figueira de Aguiar.

§ 2°

2—2. Manoel Affonso Gaya, natural da villa de Santos, casou na villa da Cachoeira do bispado da Bahia com N... Foi capitão-mór da mesma villa, onde viveu alguns annos, e depois se recolheu com toda a sua familia ao sertão do Rio Verde de S. Francisco, onde possuiu grandes fazendas de gados, e teve grande respeito e alli falleceu de mais de 80 annos (6).

. . . . . .

3—1. José Gonçalves Figueira.
3—2. D. Catharina Perpetua.
3—3. D. Maria.
3—4. Manoel Affonso Gaya.
3—5. D. Luzia.
3—6. D. Isabel Maria.
3—7. João Peres Ribeiro.

3—1. José Gonçalves de Siqueira, é capitão-mór da Ribeira do Rio Verde: foi casado com D. Anna de Campos Monteiro, irmã de D. Isabel Pires Monteiro. Em titulo

(6) * Todos os paragraphos seguintes d'esta irmandade estão escriptos por letra do sargento-mór Manoel Angelo Figueira de Aguiar muito succintamente, a quem consultou o autor, por ser elle filho do § 1° e ter andado com os tios pelo sertão da Bahia; eu accrescento o que sei por outros titulos.

de Campos, cap. 5° § 2° n. 3—8, estando viuva de Ignacio de Oliveira, seu primeiro marido. E teve dois filhos :

4—1. José.

4—2. D. N.

3—2. D. Catharina Perpetua da Fonseca, casou com o capitão de cavallos, natural da Bahia, Belchior dos Reis e Mello, e teve dois filhos, que vivem no Serro do Frio.

3—3. D. Maria. . . . . casou com o sargento-mór Antonio Alves Ferreira, natural de Bastos, e vivem na sua fazenda do Brejo das Almas, sertão da Bahia e tem :

4—1. D. Theresa... casou com José de Abreu Bacellar.

4—2. D. Escholastica, casou com . . . .

4—3. D. Antonia.

4—4. D. Clara.

4—5. Miguel.

4—6. D. Cordula.

3—4. Manoel Affonso Gaya, casou na villa da Cachoeira com Maria do Carmo, sua prima co-irmã : é bom latino, sabe musica, debuxa excellentemente, e existe na dita villa. Deixou geração.

3—5. D. Luzia, filha do capitão-mór Manoel Affonso Gaya : casou com o tenente de cavallos Carlos José Pereira, sobrinho do capitão Belchior dos Reis, do n. 3 -2 retro. Tem a sua casa nas Minas-Novas do Fanado, e tem dois filhos, varão e femea.

3—6. D. Isabel Maria de Jesus, casou com o alferes José dos Santos Pereira, natural de S. Paulo. Em titulo de Pachecos Jorges, cap..., o qual falleceu em 1771. Existem bastantes filhos no Serro do Frio.

3—7. João Peres Ribeiro, casou com D. Escholastica de Araujo Paes, filha de João Martins da Fonseca. Em titulo de Arrudas, n. 1° cap. 1° § 6° n. 3—2.

§ 3°

2—3. Pedro Nunes de Siqueira, capitão da ordenança no Rio de S. Francisco, em cujo sertão foi casado, e tem numerosa successão.

§ 4°

2—4. Miguel Gonçalves de Siqueira (filho do capitão Manoel Affonso Gaya, cap. 4° pag. 84), nasceu e baptizou-se a 14 de Maio de 1672 na villa de Santos. Teve patente de capitão-mór do sertão e ribeira do Rio Verde, da qual nunca quiz usar, e foi intendente commissario de todo o sertão do districto do Serro Frio, emquanto durou a ultima capitação, e fazia as cobranças d'ella á sua custa com tanto zelo e desinteresse, que, sem elle pedir, o Exm. conde de Bobadella, Gomes Freire de Andrada, e o desembargador intendente dos diamantes lhe mandaram attestações muito honrosas. Estando em Minas-Geraes na sua opulenta lavra de minerar, no ouro bueno, no tempo do levante quiz antes deixal-a, e perder tudo quanto n'ella tinha, do que declarar-se parcial de algum dos dois bandos; e se recolheu para o sertão a fazer companhia a seus pais e irmãos, onde foi abundante de bens, pois possuiu seis fazendas numerosas de gados vaccuns e cavallares (bastava uma para um bom patrimonio) e muita escravatura. Foi tão esmoler, e tão favorecedor da pobreza, que sua casa sempre foi frequentada de pobres, os quaes sahiam d'ella bem remediados; porém com tanta recommendação a estes, e com tanto silencio seu, que nunca se soube a quantia de dinheiro com que os beneficiava, tanta era a sua modestia e virtude! No tempo em que a extracção dos diamantes era livre a cada um, que os quizesse procurar, deu elle a Fr. Hieronimo, missionario

barbadinho, para a fundação do recolhimento das Macaúbas em Minas-Geraes (segundo affirmaram-me), 20 oitavas de diamantes, de cuja grandeza admirado, o dito barbadinho perguntára ao Dr. o Rev. Manoel de Amorim que homem era aquelle, que dava uma tão grande esmola! E d'aqui resultou que o dito Amorim empenhou ao dito missionario, para que fizesse com que o dito Miguel Gonçalves de Siqueira casasse com sua sobrinha D. Leonor Maria de Amorim Pereira, filha do coronel Christovão Pereira de Abreu, com quem com effeito casou, e tiveram filhos. O dito Miguel Gonçalves, carregado de annos e virtudes, falleceu em 1751 na sua fazenda do Resfriado, com signaes de predestinado, e as suas cinzas descansam na capella do Inhay. E tiveram quatro filhos.

3—1. D. Antonia . . . . casou com Antonio Thomaz Corrêa, primo do desembargador Brandão. Deixou geração.

3—2. Bento.

3—3. D. Clara de Amorim Siqueira de Abreu Bezerra, casou com João de Sá Fonseca, homem nobre. Deixou geração.

3—4. João.

§ 5°

2—5. João Gonçalves Figueira, baptisado na villa de Santos a 16 de Maio de 1675, e casou em S. Paulo com... Em titulo de Taques Pompêos, cap. 3° § 1° n. 3—11. Com sua descendencia.

§ 6°

2—6. D. Catharina de Siqueira e Mendonça.

3—1. Luiz de Cerqueira Brandão, natural de Santo Antonio da Manga dos Curraes da Bahia.

3—2. Jacob de Araujo.

3—3. Theodoro, foi jesuita no collegio da Bahia.

3—4. N. . . . falleceu no seminario de Belém.

3—5. D. . . .

3—1. Luiz de Cerqueira Brandão, cavalleiro professo da ordem de Christo e capitão-mór da villa de Pitangui, onde casou a 24 de Fevereiro de 1724 com D. Isabel Pires Monteiro, de cujo matrimonio nasceu filha unica a Exma. Sra. D. Caetana Maria Brandão, mulher de Alexandre Luiz de Sousa e Menezes, o que temos escripto em titulo de Campos, cap. 5° § 2° n. 3—6 a n. 4.

3—2 Jacob de Araujo, foi coronel no Rio de S. Francisco do sertão da Bahia e n'essa cidade casou com. . .

4—1. A.

§ 7°

2—7. D. Maria das Neves, casou tres vezes,da segunda casou com o coronel João Peixoto Viegas, natural de Vianna, e dos principaes d'aquella villa, terceira vez com Antonio Pompêo.

§ 8°

2—8. D. Ignez... casou com Manoel de Campos Mathias Cardoso de Almeida, aquelle grande heróe de quem tratámos em titulo de Prados, cap. 6° § 3° n. 1—9, e em Campos, cap. 5° § 2° n. 3—9. De cujo matrimonio nasceu filho unico:

3—1. Januario Cardoso de Almeida, que foi mestre de campo no Rio de S. Francisco, senhor do arrayal e igreja chamada de Januario Cardoso ; e a construcção da dita igreja é de admiravel architectura, adornada com ricos paramentos, etc., etc., e em dito titulo de Campos, cap. 5° § 2° n. 3—9 ; casou com D. . . . sua prima coirmã, filha do mestre de campo Athanasio de Cerqueira Brandão do § 6° E teve.

4—1. Caetano Cardoso de Almeida, coronel do Rio de S. Francisco, casou com D. Ignez de Campos Monteiro. Em titulo de Campos, cap. 5º § 2º n. 3—9. Com sua descendencia de 4 filhos, que são :

5—1. Caetano Cardoso de Almeida.
5—2. Francisco Cardoso de Almeida.
5—3. D. Maria Sancha de Campos.
5—4. José Thomaz.

§ 9º

2—9. N. . . . . céga a nativitate, e falleceu solteira.

§ 10

2—10. Francisco. . . . baptizou-se em Santos em 1676.

N.º 3º

DE DOMINGOS AFFONSO GAYA

Domingos Affonso Gaya (7), estabeleceu-se na villa de Santos, onde casou com Barbara Pires Pancas (irmã do reverendo, padre frei Antonio dos Santos Pancas, carmelita, que foi prior do convento do Carmo da villa de Santos), filho de Gonçalo Pires Pancas, e de sua mulher Maria Gonçalves, os quaes são ascendentes de Alexandre de Gusmão, fidalgo da casa real (são conhecidos nas côrtes principaes da Europa em serviços do senhor rei D. João V, quando o mandou a Roma feito seu agente, como saudosamente lembrado na de Lisbôa, e appetecido sempre de seus ir-

(7) Foi senhor do sitio do Ribeiro na enseada na praia de S. Lourenço e de outras muitas terras. Serviu os cargos honrosos da republica : muito rico etc.

mãos e mais parentes, moradores da villa de Santos sua patria), e de seus irmãos o padre Ignacio Rodrigues, jesuita; o reverendo padre mestre Dr. João Alves de Gusmão; e do afamado padre Dr. Bartholomeu Lourenço, por alcunha o voador, e de outros, que todos foram filhos de D. Maria Alves, que era irmã inteira dos padres jesuitas Paschoal Gomes, Sebastião Alves e Claudio Gomes, os quaes todos eram filhos de Antonio Alves, e de sua mulher Maria Gomes, natural de Santos, filha de João Gomes Villas-Boas, natural de Portugal, e de sua mulher Maria Jacome, que era filha ou neta do dito Gonçalo Pires Pancas (8). Foi este o progenitor da nobre familia do seu appellido Pancas na villa de Santos, onde foi juiz ordinario em 1630. Foi muito abastado em cabedaes, e possuia muitas terras nos contornos da villa de Santos. Elle e sua mulher Maria Gonçalves (que falleceu em 1678 em Santos) deram parte das ditas terras aos religiosos capuxinhos para n'ellas fazerem o seu convento, que existe, e depois em 3 de Abril de 1652, querendo os religiosos com seu syndico mais terras para alargarem o convento, fizeram ajuste por escriptura, que se acha no livro do tombo do dito convento folhas 6 verso, e que foi lavrada a 9 do dito mez e anno, com os herdeiros de Gonçalo Pires Pancas, aos quaes deram em permutação outras terras, que eram menos em espaço. Pelas muitas esmolas que fez o dito Gonçalo Pires Pancas ao convento do Carmo, alcançou na sua igreja jazigo para si, e seus descendentes, onde jaz, e fica junto ao arco da capella-mór, e se diz na mesma igreja uma missa cada mez por sua tenção, e dos seus herdeiros, para o que deixou no seu testamento umas casas de sobrado. Sua mulher dita Maria Gonçalves foi filha de Alvaro Fernandes, e Isabel Gonçalves, os

(8) Falta no original.

quaes foram senhores de toda a terra desde a ponte e rio, que vai de S. Francisco até além do Valongo, no rio chamado Macharico, que coube em dote a duas filhas e dois filhos. Do matrimonio de Domingos Affonso Gaya com Barbara Pires Pancas procederam :

Manoel Affonso Gaya. . . . . cap. 1°
Angelo da Gaya. . . . . cap. 2°
Maria Gonçalves. . . . . cap. 3°
Isabel Pires. . . . . cap. 4°

CAPITULO 1°

1—1. Manoel Affonso Gaya, natural da villa de Santos, onde falleceu em 1702 (Obitos, folhas 89), occupou os cargos honrosos da republica, onde foi juiz ordinario em 1646, e outras mais vezes. Foi abastado de bens tanto moveis como de raiz. Foi senhor do sitio chamado Ribeiro na praia de S. Lourenço, que herdou de seus pais, além de muitos chãos e casas proprias na villa de Santos. Casou com Maria Pinto da Rocha, natural da mesma villa, filha de Jorge Toscano Tragoso, natural da capitania do Espirito-Santo; e de sua mulher Isabel Adorno de Sampaio, irmã inteira de Fr. Antonio da Luz, religioso franciscano, natural de Santos. Neta por parte paterna de Jorge Toscano Fragoso, e de Maria Barbosa (irmã de Domingos Barbosa, capitão que foi na dita capitania do Espirito-Santo), os quaes Fragosos eram n'aquella capitania pessoas nobres. E pela parte materna neta de Gonçalo Vaz Pinto de Sampaio, natural de Penagoya do termo da cidade de Lamego, que falleceu em Santos com testamento a 19 de Agosto de 1680, e de sua mulher Anna Maria Justiniana Adorno, natural de Santos, como se vê do dito testamento de Gonçalo

Vaz Pinto de Sampaio, o qual trouxe instrumento de nobilitate probanda processado em Lamego a 10 de Julho de 1629, cujo original conserva em seu poder seu ter-neto o Revd. Fr. Antonio França, carmelita, morador na villa de Santos no seu convento, a quem temos ponderado que por utilidade de sua familia faça registrar o dito instrumento na camara da villa de Santos (* Diz uma nota á margem, da letra do dito religioso, que está registrado no liv. 6° de reg. fl. 118 e seguintes da camara de Santos). Pelo dito Gonçalo Vaz Pinto de Sampaio é sua filha Isabel Adorno de Sampaio, neta de Francisco Pinto e bisneta de Gonçalo Ribeiro,morador da villa de S.Martinho de Macros, onde foi d'aquella governança tratado com armas e criados á lei da sua nobreza, e terneta de Diogo Pires de Miranda, cavalleiro fidalgo da casa real, como tudo consta do dito instrumento. O dito avô Francisco Pinto foi casado com Paula Pinto de Sampaio, irmã de Fr. Luiz Pinto, professo da ordem de Christo, e por ella foi Isabel Adorno de Sampaio bisneta de Ruy de Sampaio Pinto, homem fidalgo, morador que foi na villa de Mesamfrio, e alli vereador, juiz ordinario e provedor da Santa Casa da Misericordia, e terneta de Gastão Pinto, homem fidalgo descendente dos Pintos de Bayam ; tudo assim consta do instrumento referido, dado e passado a Gonçalo Vaz Pinto de S. Paio, que casou em Santos com Anna Maria Justiniana Adorno, a qual foi filha legitima de Francisco Nunes Cubas, e de sua mulher Isabel Justiniana Adorno, natural de Santos, a qual foi filha de Manoel Fernandes (9) e Maria Adorno, e esta filha de Raphael Adorno, irmão de José Adorno, nobres genovezes, e dos primeiros povoadores na

(9) * Deu trabalho grande ao autor para refutar em parte o que escreveu o Rev. Fr. Antonio da Penha de França, cansa em ver o que seguiu o autor, que ás vezes parece que se contradiz ou fica indeciso.

villa de Santos, o qual José Adorno foi senhor do engenho de assucar com vocação S. João, que em 1567 tinha por seus lavradores partidistas a Antão Nunes, Jacome Lopes, Francisco Annes, e Christovão Diniz (Prov. da faz. real, liv. 1° de reg. tit. 1567, pag. e pag), e tambem foi o que fundou na villa de Santos a capella de Nossa Senhora da Graça, que por escriptura fez d'ella doação aos reverendos carmelitas da dita villa, com as terras e escravos do patrimonio da dita capella. O padre Vasconcellos na *Chronica da Companhia do Brasil* diz que foram quatro os irmãos Adornos, José, Raphael, Francisco e Paulo Dias, todos com appellido de Adornos, e na pag. 41, n. 41 diz que Paulo Dias Adorno, fidalgo genovez, casára na Bahia com uma filha de Diogo Alves, e Catharina Alves, em tempo que Martim Affonso de Sousa ia para a India, e arribára á Bahia, e que o dito Adorno fôra da villa de S. Vicente para aquella cidade por causa de um homicidio. N'elle teve principio a casa da Torre da Bahia, de onde hoje ha grande fidalguia, etc. E de José Adorno o livro *Vida do padre José de Anchieta*, com o caracter de cavalleiro de Genova, talvez porque n'aquella republica têm sido os d'esta familia de Adornos os que subiram ao superior governo; assim como os da familia de Fragosos e Orias, como mostram as historias d'aquella republica.

Do matrimonio de Manoel Affonso Gaya e Maria Pinto da Rocha nasceram em Santos oito filhos:

2—1. Isabel Adorno..... § 1°.
2—2. Domingos Affonso Gaya..... § 2°.
2—3. Martha Pinto Rocha..... § 3°.
2—4. Antonio Affonso Gaya..... § 4°.
2—5. O capitão Gonçalo Pinto Vaz.... § 5°.
2—6. Anna Pinto da Rocha..... § 6°.
2—7. Archangela Pinto da Rocha.... § 7°.
2—8. Francisca Pinto da Rocha..... § 8°.

§ 1º

2—1. Isabel Adorno, casou duas vezes, primeira com Manoel Jorge Ribeiro, natural de Parnagoá (filho do capitão Manoel Ribeiro), que foi abastado de bens com terras, e sitio na ilha de Santo Amaro de mar a mar, que lhe deixou no seu testamento Isabel Adorno de S. Paio por casar com sua neta Isabel Adorno, e d'este matrimonio procedeu 3.—4: o reverendo padre Frei Lopo Ribeiro da Conceição, religioso carmelita. Segunda vez casou com Manoel Gomes Vianna.

§ 2º

2—2. Domingos Affonso Gaya, natural da villa de Santos, que falleceu em 1770 a 11 de Abril com 93 annos e testamento. Foi abastado de bens e escravatura. Foi juiz ordinario muitas vezes na villa de S. Sebastião, e casou com Veronica Pires Bitancur, natural da dita villa, descendentes da nobre familia dos Bitancures das Ilhas: E teve:

3—1. Manoel Affonso Gaya, natural da villa de S. Sebastião, que casou com Liberata Paes de Amaral, filha de Antonio de Amaral, e de Maria de Escolcia.

3—2. Domingos Affonso Gaya. Foi juiz ordinario da villa de S. Sebastião e falleceu solteiro.

3—3. Antonio Pinto Gaya, casou com Maria Ribeiro, filha legitima de Antonio Ribeiro de Escovar, e de... E teve uma filha, que existe solteira em S. Sebastião, Margarida Pinto de Gaya.

3—4. Archangela da Motta, falleceu solteira.

3—5. José da Rocha, falleceu solteiro sendo soldado.

3—6. Francisco Xavier da Motta, casado com Maria Pe-

droso, filha de Jordão Homem Pedroso, e de Anna Pedroso, todos naturaes de S. Sebastião.

§ 3º

2—3. Martha Pinto da Rocha, casou com José de Sousa e Siqueira, natural do Rio de Janeiro, e tiveram tres filhos: primeiro o reverendo padre Frei Ignacio de Santa Theresa, religioso carmelita, que ainda existe, segundo Antonio Pinto de Sousa, que falleceu solteiro, terceiro Leonor de Sousa e Siqueira, que existe solteira.

§ 4º

2—4. Antonio Affonso Gaya, que casou com Clara Pinto da Rocha, e tiveram :

3—1. Maria Pinto.

3—2. Isabel Pinto, casou com Manoel da Costa Meira, natural de Portugal, senhor da fazenda do Camapoan no caminho de Cuyabá.

3—3. Brisida Pinto, casou com Diogo Peixoto, natural de Portugal e socio do dito Meira na mesma fazenda de Camapoan.

3—4. Valerio Pinto, solteiro, que tambem foi povoar as minas de Cuyabá.

§ 5º

2—5. O capitão Gonçalo Vaz Pinto, falleceu solteiro. Foi senhor do sitio chamado Ribeiro na Praia de S. Lourenço, e de muitas extensas terras (na mesma praia), cujos fundos até a serra excedem de duas leguas, além de outras que tinha na villa de Santos, onde falleceu com testamento em 1769, e jaz na mesma sepultura hereditaria

de seu bisavô Gonçalo Pires Pancas. Foi capitão de infantaria dos moradores da Bertioga até a sua morte.

§ 6°

2—6. Archangela Pinto da Rocha, natural da villa de Santos, que casou com Miguel Gonçalves Martins, natural de S. Sebastião, filho legitimo de Diogo Gonçalves, natural da villa de Santos, e de Violante Barbosa, natural da Bahia, a qual era prima co-irmã do vigario collado de S. Sebastião, José da Silva de Moraes. E o dito Miguel Gonçalves Martins foi juiz ordinario muitas vezes, e nobre republicano, bem afazendado na sua fazenda de Panamehûma, com muita escravatura. E teve:

3—1. Miguel Gonçalves Martins, natural da villa de S. Sebastião, de cuja republica serviu os honrosos cargos, foi bem afazendado, e casou com Josepha Nunes de Freitas, filha do capitão José Nunes da Fonseca e de Rosa Pires da Motta, naturaes de S. Sebastião. E tiveram cinco filhos, os quaes são menores, José Marcellino da Fonseca, Archangelo Pires da Motta, Anna Pires da Motta, Maria Nunes de Freitas e Rosa Pires da Motta.

3—2. Maria Pinto, casada com o alferes de auxiliares Bento Luiz Pereira, filho legitimo do capitão Luiz Nunes de Freitas, e de Maria Gomes, que foi,e é dos da governança, tendo servido muitas vezes de juiz, vereador e procurador do conselho. Neto por parte paterna do capitão Miguel Gonçalves da Fonseca, e de Maria Nunes de Freitas ; e por parte materna neto do sargento-mór Antonio Gomes Pereira e de Maria de Abreu ; o qual Antonio Gomes Pereira, foi irmão inteiro dos Revs. Diogo Luiz Pereira, primeiro vigario collado que houve na villa de Taubaté,e Manoel Gomes Marzagam,tambem o pri-

meiro vigario collado que houve na villa de S. Sebastião, o qual fundou uma capella de Nossa Senhora da Ajuda da parte da Ilha, que ainda existe com grande culto divino, e lhe fez avultado patrimonio de tresentas braças de terras, escravaturas, ornamentos, imagens, etc. Do matrimonio, pois, de Maria Pinto com o alferes Bento Luiz Pereira nasceram cinco filhos naturaes de S. Sebastião: Antonio Luiz Pereira de S. Paio, Miguel Pinto de S. Paio, Anna Maria Justiniana Adorno, Manoel Pinto da Fonseca e Maria Eufrasia Pereira, todos menores em 1770.

§ 7°

2—7. Anna Pinto da Rocha, foi casada com Gregorio Furtado de Siqueira, e já é fallecido.

§ 8°

2—8. Francisca Pinto da Rocha, falleceu em 29 de Maio de 1753 com 53 annos de idade, e jaz na capella-mór da igreja do Carmo da villa de Santos. Casou com René Le Roux, natural do reino de França, bispado de Angé, como consta das inquirições de genere, que existem na camara de S. Paulo na lingua latina, que se tiraram n'aquelle bispado por parte dos filhos do dito René Le Roux, cirurgião aprovado, que se tratou bem na villa de Santos, e onde possuiu casas e fazendas, que são tres, e mais terras, etc. (* O filho que escreveu n. 3—1 se estende mais). E teve nascidos na villa de Santos 13 filhos:

3—1. O padre frei Antonio da Penha de França, religioso carmelita da provincia do Rio de Janeiro, nasceu a 4 de Setembro de 1719. (* Falleceu na villa de Itú em fins de 1792, estando presidente d'aquelle convento).

3—2. Margarida Pinto do Nascimento, solteira.

3—3. Maria Theresa de Jesus França, casou com Simão de Siqueira Gayno, natural da villa de Santos, filho de Claudio Gayno, francez de nação, e de sua mulher Isabel de Siqueira, irmã inteira do Rev. Fr. Luiz Vareiro, religioso carmelita, que foi prior na capitania do Espirito-Santo, naturaes de Santos, e filhos de Manoel Dias Vareiro (irmão das tres que foram de casa mudada para a capitania do Espirito-Santo, Isabel de Siqueira, solteira, Leonor de Siqueira, solteira, e Catharina de Siqueira, que casou com Manoel da Silva de Vasconcellos, escrivão proprietario de tabellião do publico judicial e notas de Santos, por mercê do donatario marquez de Cascaes), e de sua mulher Maria de Oliveira, filha de Antonio Furtado, e de sua mulher Domingas de Oliveira, irmã inteira do muito Rev. Fr. Angelo.... religioso carmelita, que foi prior muitas vezes, e falleceu no convento de Mogy das Cruzes com 100 annos de idade.

Foi irmão de Siqueira Gayno, nobre republicano da villa de Santos, onde serviu de vereador mais velho muitas vezes, fazendo as vezes dos juizes de fóra, todas as vezes que faltavam estes, e tratou-se sempre á lei da nobreza. E teve do seu matrimonio oito filhos: José Xavier Pinto de Siqueira, Francisco Pinto Adorno e França, Anna Maria Pinto de Siqueira, Antonio Cubas Adorno de Siqueira, Francisca Pinto de Siqueira, Maria Gertrudes Pinto, Joaquim Gayno de S. Paio—Thomaz Pinto de S. Paio Gayno, todos naturaes de Santos.

3—4. O padre Fr. José Rodrigues do Rosario França, religioso carmelita.

3—5. Manoel Rodrigues Adorno França, existe solteiro: tem occupado os cargos honrosos da republica, etc.

3—6. Francisca Maria Pinto de França, solteira.

3—7. O padre Francisco Xavier Pinto Adorno França, presbytero secular, foi coadjuctor no arraial de Nossa Senhora do Pilar nas minas de Goyazes (esteve em Lisboa em 1781), baptizado a 12 de Fevereiro de 1730.

3—8. O padre João Rodrigues França, presbytero secular, que foi o primeiro capellão ou vigario do collegio dos jesuitas depois da expulsão geral d'elles da villa de Santos, com 120$ de congrua annual, e é hoje coadjuctor da matriz da dita villa, sua patria.

3—9. Anna Maria Justiniana Adorno e França, solteira.

3—10. Luiza Leonor Pinto de S. Paio, solteira.

3—11. Thomaz José Pinto Adorno França, que existe solteiro, e foi o primeiro provedor commissario do registro das minas do Desemboque, e sempre se tratou á lei da nobreza, tendo antes exercitado os pateos classicos.

3—12. Gertrudes do Sacramento França, falleceu na villa de S. João d'El-Rei, e jaz na capella dos terceiros do Carmo, de onde era ella terceira. Casou com João Francisco Ravim, do reino de França, e tiveram tres filhos: Ignacio Alexandre Pinto de S. Paio, natural de Santos, Francisca Emilia Pinto Ravim, natural de S. Paulo, João Francisco Pinto Ribeiro, natural de S. João d'El-Rei.

3—13. Catharina Justiniano Adorno e França, solteira, baptizada a 14 de Maio de 1741.

CAPITULO 2º

1—2. Angela da Gaya (filha de Domingos Affonso Gaya do n. 3º), natural da villa de Santos, casou com Manoel da Motta (dos Mottas de S. Vicente, gente muito nobre e distincta, e dizem que forada), que estabeleceu-se em S. Sebastião, e n'esta villa foi dos primeiros em tudo, com respeito,

cabedaes, fazenda postos, e cargos da republica. E teve seis filhos.

2—1. Barbara Moreira..... § 1°
2—2. Sebastião da Motta..... § 2°
2—3. João da Motta ..... § 3°
2—4. Antonio da Motta..... § 4°
2—5. Maria Moreira ..... § 5°
2—6. Veronica da Gaya Moreira..... § 6°

§ 1°

2—1. Barbara Moreira, casou com o sargento-mór Manoel Gomes Marzagão, o qual foi o homem de maior respeito d'aquella terra, e o que a governava, muito rico, com fazendas, escravaturas, etc. E teve cinco filhos:

3—1. Thomé Gomes Marzagão, solteiro. Foi juiz ordinario, muitas vezes, falleceu em Goyazes.

3—2. O capitão Duarte Gomes Marzagão, falleceu solteiro em S. Sebastião.

3—3. Maria Gomes Moreira, casada com o coronel Manoel Alves de Moraes, natural de S. Paulo.

3—4. Rosa Gomes Moreira, casada com Pedro Dias Raposo, natural de S. Sebastião.

3—5. O capitão Domingos Gomes Marzagão, casou duas vezes, primeira com Francisca Leite, filha de Diogo de Escovar Ortiz, e de Catharina Nunes de Freitas; e segunda com F... filha de João de Oliveira Basto.

§ 2° e 3°

2—2. Sebastião da Motta. Foi de muito respeito e do governo da republica, casou com Isabel Corrêa, sem geração.

2—3. João da Motta, casou com Maria Corrêa, e foi do governo da republica. E teve:

3—1. Diogo Corrêa. Foi juiz ordinario tres vezes: bem afazendado, e casou com Ignez de Andrade sobrinha direita do mestre de campo João Ayres de Aguirre, natural do Rio de Janeiro, que por sua morte deixou á dita sobrinha parte dos seus cabedaes; e tambem era ella da familia do capitão Martinho de Oliveira Leitão.

3—2. Anna da Gaya, casadà com João da Silva Torres, natural de S. Sebastião, que foi juiz ordinario, etc.

3—3. Veronica da Gaya, casada com Estanisláo Rodrigues, natural do Rio de Janeiro.

3—4. O alferes João Corrêa, casado com Maria Manoel, filha de Amaro Alves da Cruz, e de Maria Nunes Moreira.

3—5. Maria Corrêa, casada com Lucas Dias Sobral, natural da villa de Itanhaen.

3—6. Sebastião da Motta, solteiro.

§ 4°

2—4. Antonio da Motta, casou còm Anna de Sousa, natural de Santos. Tiveram os filhos seguintes:

3—1. D. Joanna da Motta, casou com o capitão de infantaria paga Fernando Leite Guimarães, bem afazendado com engenho de assucar, que este anno de 1770 fez 17 caixas d'elle, com muita escravatura na ilha de Santo Amaro de Guaibé, no seu sitio chamado Mundûba, etc.

3—2. Francisco da Motta, falleceu solteiro.

3—3. Manoel da Motta.

3—4. Bento da Motta.

3—5. Ursula da Motta, foi casada com Sebastião Dias, natural de S. Vicente.

3—6. Helena da Motta, falleceu solteira.

3—7. Maria da Motta, casada com Manoel Filippe, natural de Portugal.

§ 5º

2—5. Maria Moreira, casou com Bernardo de Goes, natural de Portugal, que foi juiz ordinario n'aquella villa de S. Sebastião 17 vezes. E teve sete filhos:

3—1. Manoel de Goes, falleceu solteiro.

3—2. Sebastião de Goes, casado com Maria Corrêa, filha do capitão Luiz Nunes de Freitas, natural de S. Sebastião, e de sua mulher Maria Gomes. E teve cinco filhos: Luiz Nunes, casado, Manoel Nunes, casado, Maria Eufrazia Moreira, solteira, Rosa Maria de Aguirre, casada, e Carlos Nunes, casado em Ubatuba.

3—3. Simão Ayres de Aguirre, casado com Maria de Abreu Pedroso.

3—4. Theresa de Goes, que falleceu com testamento, em Novembro de 1770, e foi casada com o sargento-mór Manoel João Marins.

3—5. João de Goes, casado com Theresa de tal.

3—6. Bernardo de Goes, casado com Anna Coelho da Luz, natural da Conceição de Itanhaen.

3—7. Bartholomêo de Goes, casado com Brisida Ribeiro, natural de S. Sebastião,

§ 6º e ultimo

2—6. Veronica da Gaya, casada com Antonio de Faria Sodré, natural de S. Sebastião. E teve:

3—1. João de Faria Sodré, casado duas vezes, primeira com Catharina Mendes das Neves, e segunda com Anna Moreira.

3—2. Maria da Gaya, falleceu solteira.

3—3. Angela da Gaya Moreira, casada com Antonio Corrêa Marzagão.

3—4. Miguel de Faria, casado com Catharina de tal.

3—5. Catharina da Gaya, falleceu de menor idade.

3—6. Leonardo de Faria Sodré, casado com Maria Josepha da Conceição, filha de Antonio Homem Coutinho e de Domingas de Freitas Ramos.

3—7. Ignez de Oliveira Ortiz, falleceu, e foi casada com o alferes Manoel Dias Cardoso.

3—8. Barbara Moreira, e 3—9. Manoel, de idade de um mez, falleceram.

São tantos os descendentes de Angela da Gaya, e Manoel da Motta na villa de S. Sebastião, que seria enfadonho, e difficil pôr todos os seus bisnetos, e ternetos; já na dita villa não se casa alguem sem dispensa, porque todos estão aparentados com Gayas e Mottas.

CAPITULO 3º

1—3. Maria Gonçalves (filha de Domingos Affonso Gaya do n. 3º), natural da villa de Santos. Casou com Antonio de S. Paio, natural de Portugal, o qual logrou grande estimação e respeito; occupou os cargos da republica, e foi abundante de cabedaes, e senhor do sitio da Enseada na praia da Bertioga. Deixou um morrete (* Não sei o que é) no canto da dita enseada para a parte da praia de S. Lourenço, para patrimonio de uma capella, que se havia de fazer a Nossa Senhora da Conceição. E teve:

2—1. João Thomé Adorno de S. Paio..... § 1º
2—2. Miguel de S. Paio..... § 2º
2—3. Domingas de S. Paio..... § 3º
2—4. Diogo Adorno..... § 4º
2—5. Anna de S. Paio..... § 5º

§ 1º

2—1. João Thomé Adorno de S. Paio, natural de Santos, casou duas vezes: primeira com Maria da Silva, e da segunda vez com Theresa de Oliveira, filha de Antonio Furtado, e de sua mulher Domingas de Oliveira. Foi homem nobre dos do governo da republica, senhor de muita escravatura, terras, casas de sobrado, e do sitio das Canaveiras na praia da Bertioga. E teve do primeiro matrimonio:

3—1. Diogo Adorno de S. Paio, casou na villa de Mogy, com geração.

3—2. Helena da Silva, falleceu sem descendencia.

3—3. Frei Sebastião dos Anjos, falleceu religioso de Nossa Senhora do Carmo.

3—4. Joanna da Silva, casada com João Rosado, natural de S. Sebastião.

E do segundo matrimonio teve tres filhos:

3—5. Gregorio Adorno de S. Paio, natural de Santos, falleceu solteiro.

3—6. Catharina Ribeiro de Sene, casada com Thomaz Rosado, natural de S. Sebastião.

3—7. Eufrazia de Oliveira, falleceu solteira.

§ 2º

2—2. Miguel de S. Paio, casou duas vezes: primeira na villa de Mogy, com Maria Pedroso, filha de Antonio Pedroso de Alvarenga, e de Maria do Rosario: segunda vez casou com Isabel Ribeiro, natural de Santos, filha de Antonio Furtado, e de sua mulher Domingas de Oliveira, sem geração. E teve do primeiro matrimonio filha unica, que existe. Foi dito Domingos Miguel de S. Paio abastado de

bens, escravos,terras, casas, e senhor do sitio da Enseada, praia da Bertioga, que herdou dos seus pais. Foi do governo da republica, e logrou grande respeito. Falleceu com testamento e jaz na capella dos terceiros do Carmo. A filha é:

3—Anna Pedroso de Alvarenga, que casou com João Martins, filho de Portugal e senhor do sitio da Enseada, que herdaram do dito Miguel de S. Paio. E tiveram varios filhos, que são: José Martins, falleceu. Miguel de S. Paio, João Ribeiro, Antonio Pedroso.

§ 3º

2—3. Domingas de Sampaio, casou com Manoel Gonçalves Leça,e não sei (*Diz Fr. Antonio da Penha de França) se este Leça foi natural de Portugal, ou da Conceição de Itanhaen, já filho de outro F... Leça: sim sei, que foi de muita estimação, bem afazendado e de respeito, etc. E teve tres filhos:

3—1. Rosa Maria, casada com o alferes de infantaria Manoel Gonçalves Sardinha, filho de Portugal, e entre muitos filhos teve um, que foi o padre Fr. Thomaz Gonçalves, religioso carmelita: e outra filha mais, que casou com Damião da Costa, de quem é filho o padre Fr. João Marianno, religioso carmelita.

3—2. Francisca de S. Paio, casou com Manoel Alves Pedroso.

3—3. Angelo Gonçalves Leça, casou com Lourença da Silva, natural de S. Vicente, filha de Alexandre da Silva, sem geração.

§ 4º

2—4. Diogo Adorno, estabeleceu-se na villa de Mogy das Cruzes, e não se sabe se deixou descendencia, só sim

que em 1705 José Adorno e João Baptista Adorno fizeram preparação para se trasladarem as sesmarias, e titulos de terras concedidas a Raphael Adorno, genovez nobre, etc., e como este Diogo Adorno, com os seus irmãos dos §§ supra e infra, são descendentes do dito Raphael Adorno, de quem se trata no cap. 1° d'este n. 3°, provavelmente serão José Adorno, e João Baptista Adorno, descendentes e herdeiros do dito José Adorno, porque aquelles eram de Mogy, etc.

§ 5°

2 – 5. Anna de S. Paio, falleceu solteira.

CAPITULO 4°

1—4. Isabel Pires, natural de Santos (filha do n. 3°), casou com João Alves, natural de Portugal, o qual teve muita estimação, bens, e foi do governo da republica, com casas em Santos e fazenda na praia de Bertioga. E teve:

2—1. Eusebio Alves Gaya, natural da villa de Santos, casou com Francisca de Aguiar, filha de Custodio Leitão, e de sua mulher Anna de Aguiar. E tiveram unico filho

3—1. Gabriel Alves Gaya, que casou com Brizida Colassa de Menezes, filha de Dionisio da Costa, e de sua mulher Maria Vilella de Menezes, sem geração, e todos falleceram.

2—2. João Alves, estabeleceu-se em Parnaguá, onde casou.

2—3. Domingos Alves, natural de Santos, falleceu solteiro.

N.º 4º

DE PASCHOAL AFFONSO

Paschoal Affonso fez estabelecimento na villa de Santos, onde teve sempre as redeas do governo civil da republica como pessoa de muita autoridade, veneração e respeito. Pelos annos de 1656 em 2 de Outubro tomou posse, e fez juramento de preito e homenagem de sargento-mór da capitania de S. Vicente nas mãos do capitão-mór governador da dita capitania Manoel de Quebedo e Vasconcellos; e foi provido n'este posto por ausencia do sargento-mór proprietario, Francisco Garcez Barreto, para o Rio de Janeiro, que era sogro d'este Paschoal Affonso. (Cart. da Prov. da Faz. R. liv. de Reg., capa de Olandilha, tit. 1637 pag. 113), e casando com D. Maria Garcez Barreto, levou em dote o officio de propriedade de provedor da real casa da fundição dos quintos do ouro da mesma capitania, e casando sua filha D. Helena Garcez com Manoel Rodrigues de Oliveira, ficou este sendo provedor da real fundição por carta de propriedade datada em Lisboa a 23 de Fevereiro de 1673 (Arch. da cam. de S. Paulo, liv. de Reg. tit. 1675 pag. 17). O lugar de provedor com 400 cruzados por anno de ordenado occupou o dito Paschoal Affonso mais de 20 annos até fallecer em Santos em 1672 (Obitos fl. 30), e lhe succedeu no mesmo officio de propriedade seu genro Manoel Rodrigues de Oliveira em 1673, como fica referido. Foi D. Maria Garcez Barreto mulher do provedor Paschoal Affonso filha de Francisco Garcez Barreto, a quem o Sr. Rei D. João IV fez mercê de propriedade do posto de sargento-mór da capitania de S. Vicente com 80$000 de soldo por anno: e n'esta carta patente diz o mesmo senhor o seguinte: « Tendo consideração aos serviços a que Fran-

cisco Garcez Barreto, natural da villa de Almeida (filho de Manoel Garcez Barreto), tem feito nas guerras do Brasil por espaço de 13 annos, desde o de 1630, até o de 1643 em praça de soldado, capitão e sargento-mór, e com sua pessoa, e escravos se achar nas baterias, que o inimigo deu por vezes na ilha de Itamaracá, dispendendo muito da sua fazenda na defensão d'aquella praça, largando tudo o mais, que no districto d'ella possuia, quando se retirou com sua mulher e quatro filhas donzellas para o arraial de Pernambuco; e nas brigas, que depois houve na Parahyba, Porto Calvo, sitio da cidade do Salvador de Todos os Santos da Bahia, posto pelo conde de Nassáu em 1638, proceder como bom soldado, e na mesma fórma haver-se ultimamente na disposição das cousas da milicia, e fortificações da companhia de S. Vicente, servindo de sargento-mór d'ella provido pelo marquez de Montalvão em o dito posto: hei por bem de lhe fazer mercê de propriedade do cargo de sargento-mór da mesma capitania de S. Vicente, etc. E tomou posse na camara capital d'esta villa em 13 de Dezembro de 1644 pelo capitão-mór governador e alcaide-mór da dita capitania, Francisco da Fonseca Falcão (Cart. da Prov. da Faz., liv. de Reg. tit. 1637 pag. 40. Arch. da camara da cidade de S. Paulo, liv. de Reg. n. 2° tit. 1642 pag. 44).

Quando o conde de Castello Novo, o marquez de Montalvão D. Jorge Mascarenhas proveu ao dito Garcez em sargento-mór da capitania de S. Vicente por patente datada na Bahia a 22 de Novembro de 1640, e pela qual tomou posse no 1° de Fevereiro de 1641, lhe relata os serviços feitos em Pernambuco, em Itamaracá e em Parahyba, que vêm a ser os mesmos já referidos acima (10). Estando

(10) Cartorio da provedoria da fazenda, livro de registro, tit. 1641 pag. 26 v.

servindo de sargento-mór, veiu a Santos Salvador Corrêa de Sá e Benavides, e confirmando-o no mesmo posto que occupava pela patente do marquez de Montalvão lhe relata os serviços com maior individuação *ibi*. « Na capitania de Itamaracá,quando o inimigo hollandez a intentou tomar com armada de 14 náos e 23 lanchas, em Abril de 1631, onde procedeu muito honradamente por espaço de um mez, que durou o cerco,mettendo soccorros e mantimentos n'ella para remedio da infantaria : e quando o inimigo entrou pela barra do Catuhama com dois patachos e sete lanchas, trabalhou e assistiu em uma plataforma, que fez para jogar a artilheria, que obrigou ao inimigo a retirar-se com muito damno : assistiu e pelejou na bateria real feita ao forte,que o hollandez tinha na entrada da barra. Achou-se outra vez na dita capitania quando a ella veiu o inimigo com 10 náos e 14 lanchas em 3 de Fevereiro de 1632, onde se houve com conhecido valor. Este mostrou tambem no grande assalto, que de noite deu o inimigo terceira vez contra aquella praça, lançando em terra 2,500 homens de guerra, não havendo na praça mais de 60 pessoas, entre as quaes foi o dito sargento-mór, que então retirou sua casa com quatro filhas donzellas para a Parahyba, onde se achava, quando a ella foi o inimigo a render essa cidade com 4,000 homens em 4 de Dezembro de 1634, servindo o cargo de ajudante, em que procedeu com muito valor ; e então lhe matou o inimigo na fortaleza a seu sobrinho Antonio Telles Barreto. Achou-se tambem no Porto Calvo ; depois se achou na cidade da Bahia do Salvador, quando o conde de Nassáu a sitiou, e então occupou o posto de capitão de infantaria do 3° de Portugal, em que se portou com valor ; e perdeu o inimigo n'esses assaltos acima de 2,000 homens. Achou-se segunda vez na mesma cidade quando a ella voltou o inimigo com

grossa armada, etc. — Dada no porto da villa de Santos a 16 de Setembro de 1642.

Da Bahia veiu o sargento-mór Francisco Garcez Barreto para a villa de Santos (no estado de viuvo), com quatro filhas donzellas, nos fins do mez de Janeiro de 1641, e tomou posse do emprego de sargento-mór da capitania de S. Vicente em que vinha provido pelo dito marquez de Montalvão: fez o seu estabelecimento na villa de Santos. O Sr. rei D. João IV lhe fez mercê do lugar de provedor da casa da fundição dos reaes quintos do ouro da capitania de S. Paulo, com alvará de poder com este officio dotar a uma de suas quatro filhas, no anno de 1645 (Arch. da Camara de S. Paulo, liv. de Reg. n. 2° tit. 1642 pag. 58 e 60); e n'este mesmo anno em 2 de Abril se estabeleceu em S. Paulo a real casa de fundição pelos administradores geraes das minas da capitania de S. Vicente e S. Paulo, Salvador Corrêa de Sá e Benavides, e seu tio Duarte Corrêa Vasques Annes, aos quaes creou administradores geraes das Minas o Sr. rei D. João IV, com instrucção que lhes deu para observarem n'esta administração, datada em Lisboa a 7 de Junho de 1644. (Arch. da Cam. de S. Paulo, L. de Reg. n. 2° tit. 1642 pag. 50 v.) Em 1650 foi o sargento-mór Francisco Garcez Barreto provido em provedor dos defuntos e ausentes, capellas e residuos da capitania do S. Vicente, de que tomou posse a 15 de Agosto do mesmo anno. (Arch. da Cam. de S. Paulo, L. de Reg. n. 3°, tit. 1648, pag. 24 v.) Era morador da cidade do Porto Francisco Garcez Barreto, e cidadão d'aquella camara e casado na dita cidade com D. Martha da Fonseca, com a qual, e quatro filhos se passou para a capitania de Itamaracá em Pernambuco, e sua mulher falleceu na Bahia. Entre as suas quatro filhas que donzellas chegaram a Santos, foi D. Maria Garcez Barreto, que casou com Pas-

choal Affonso, que levou em dote o officio de provedor da real casa da fundição dos quintos de S. Paulo, como fica referido.

Do matrimonio do provedor Paschoal Affonso nasceram dois filhos :

D. Helena Garcez.... cap. 1°
D. Clara Garcez ..... cap. 2°

CAPITULO 1°

1—1 D. Helena Garcez, falleceu em Santos a 20 de Dezembro de 1702, com testamento, declarando n'elle ser natural da villa de Santos, filha de Paschoal Affonso, provedor da casa da fundição, e de sua mulher D. Maria Garcez, que fôra casada primeira vez com o capitão Bartholomêo Rodrigues de Aguiar e segunda vez com Manoel Rodrigues de Oliveira, provedor da casa da fundição dos reaes quintos, de quem tivéra dois filhos, que ambos falleceram solteiros (um foi Paulo Rodrigues de Oliveira, que falleceu em 1700); e que do seu primeiro matrimonio tivéra filha unica D. Sebastiana Rodrigues de Aguiar, mulher do capitão Antonio da Rocha do Canto (Cartorio da ouvidoria de S. Paulo, maço dos residuos, testamento de D. Helena Garcez, letra E).

§ unico

2.— D. Sebastiana Rodrigues de Aguiar, casou em Santos com o capitão Antonio da Rocha do Canto (irmão de Hieronimo da Rocha do Canto, que falleceu solteiro em Santos a 3 de Dezembro de 1696), como se vê do seu testamento no residuo da ouvidoria de S. Paulo, letra I), natural da freguêzia de S. Bartholomêo de S. Gans, con-

selho de Monte-Longo da comarca de Guimarães, arcebispado de Braga, filho de João Lopes de Oliveira, e de sua mulher Maria da Rocha do Canto. E teve nascidos e baptizados em Santos tres filhos:

3—1. Frei João da Rocha, que existe ainda em 1769, carmelita da provincia do Rio de Janeiro, e d'ella tem sido definidor, e occupado os lugares de prior e visitador, e está apresentado no convento de Santos sua patria, com 77 annos de idade.

3—2. Frei Miguel da Rocha, carmelita, que, estando morando no convento da villa de Santos, n'elle falleceu a 26 de Julho de 1761. Era definidor actual da sua provincia do Rio de Janeiro, padre presentado, e tinha occupado o lugar de prior nos conventos da ilha Grande e da villa de Santos, e foi visitador commissario do provincial, etc.

3—3. José da Rocha, falleceu solteiro em Santos.

CAPITULO 2°

1—2. D. Clara Garcez, falleceu em Santos em 1667, estando casada com José Nunes Figueira, e consta do assento do livro dos obitos da matriz de Santos á folhas 23, que dita D. Clara Garcez fôra filha do provedor Paschoal Affonso.

(*Continúa.*)

O CONSELHEIRO DR. CLAUDIO LUIZ DA COSTA

ESBOÇO BIOGRAPHICO

Lido no Instituto Historico e Geographico Brasileiro em sessão de 5 de Maio de 1871

PELO

CONEGO DR. JOAQUIM CAETANO FERNANDES PINHEIRO

Socio effectivo do mesmo Instituto

Pertransivit benefaciendo.

Ligado pelos estreitos vinculos de intima amizade e espiritual parentesco ao preclaro varão cujo nome honrou nossos diptycos, testemunha ocular de suas raras virtudes e legatario de seus manuscriptos e documentos publicos e privados, contrahi para com sua desolada familia o solemne compromisso d'esboçar-lhe, a largos traços, a vida tão repleta de serviços. A' mais amestrada penna devêra caber tão difficil tarefa; e nem duvido que alguma melhor do que a minha o faça: cumprindo porém a empenhada palavra, rendo preito á saudosa memoria do amigo; e, contando com a proverbial indulgencia do Instituto, animo-me a fazer-lhe homenagem d'este mesquinho trabalho.

Claudio Luiz da Costa, filho legitimo do sargento-mór João Luiz Ignacio da Costa e de sua mulher D. Maria Joaquina de Bittencourt, nasceu na cidade do Desterro, capital da provincia de Santa Catharina, aos 26 de Setembro de 1798. Havendo feito em seu paiz natal os estudos preparatorios, dirigiu-se á côrte do Rio de Janeiro e matriculou-se na escola medico-cirurgica no anno de 1814. Era então o curso de tres annos, e em todos elles obteve plenas approvações, como constam pelo diploma que lhe foi ex-

pedido, em nome de el-rei D. João VI, em data de 17 de abril de 1817. Firmou esse diploma o mui respeitavel conselheiro Dr. José Corrêa Picanço, cirurgião mór do reino unido.

Frequentava Claudio o segundo anno academico quando desejando adquirir maior somma de conhecimentos da nobre profissão a que se destinava, entrou como pensionista para o hospital da Santa Casa da Misericordia, então dirigido pelo habil operador Joaquim da Rocha Mazarem. Conservando-se ahi até a época da sua formatura, mereceu sempre os maiores encomios de seus lentes, sendo incumbido por um d'elles o Dr. Amaro Baptista Pereira, de proceder ás necropsias para os estudos anatomico-pathologicos. Tendo muitas vezes tres a quatro cadaveres para dissecar, arruinou esse exercicio sua debil saude vendo-se forçado a deixar o emprego que solicitára.

Deficientes são os apontamentos de que me estou servindo relativamente ao periodo decorrido de 1817 a 1822. Apenas sei que fôra o cirurgião Claudio Luiz da Costa exercer sua clinica na provincia da Bahia, e que residia na villa de S. Francisco do reconcavo quando se manifestaram os prodromos da reacção contra o predominio exercido pelas tropas do general Madeira. Gozando de geral estima, muito contribuiu para a organisação do *club* director do movimento reaccionario, que não tardou a propagar-se pelas villas de Santo Amaro e Cachoeira. Presidia o *club* Miguel Calmon du Pin e Almeida, depois visconde e marquez d'Abrantes, e por elle foi o nosso consocio incumbido da collecta dos donativos pecuniarios para a caixa militar que julgou-se util estabelecer. Foi ainda elle um dos prestimosos cidadãos que no engenho do Baixo, pertencente ao capitão-mór Joaquim Ignacio de Siqueira Bulcão (mais tarde barão de S. Francisco) com mais assiduidade e proveito

dispuzeram o rompimento realisado na villa de S. Francisco no dia 29 de Junho de 1822.

Acclamada a regencia do principe real o Sr. D. Pedro e reconhecida a sua autoridade, foi Claudio encarregado de redigir a acta d'esse memoravel acontecimento; assim como de toda a correspondencia com a capital em ordem de exagerar as forças do reconcavo, que em realidade bem escassas eram, pondo em relevo o enthusiasmo patriotico de que se achavam possuidos os povos. Logrou este ardil o almejado effeito como o demonstraram ulteriores factos. Foi outrosim de iniciativa sua a idéa de enviar-se Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque (visconde de Pirajá) á villa da Torre, afim de reunir a cavallaria miliciana e com ella interceptar a passagem do gado para a capital, servindo igualmente de defesa ao reconcavo no caso que Madeira o quizesse hostilisar.

Desde o estabelecimento da junta de S. Francisco permaneceu Claudio n'essa villa, onde então se achavam reunidos perto de dois mil homens de tropa de linha e de milicias, evadidos da cidade do Salvador e pertencentes aos regimentos de infantaria e cavallaria miliciana d'aquelle districto. Foi este o nucleo do exercito pacificador, que no glorioso dia 2 de Julho de 1823 entrou ovante na capital da provincia.

Reconhecida a necessidade d'estabelecer-se um hospital para as forças estacionadas no reconcavo, foi o nosso illustre collega escolhido para dar-lhe conveniente organisação, prestando n'elle gratuitamente seus serviços profissionaes, e fornecendo-lhe, a expensas suas, uma pequena botica, e dois escravos para serventes. Recahia sobre elle todo o trabalho medico e cirurgico não só d'esse improvisado hospital como ainda de grande numero de familias emigradas.

O onus de tão grande clinica não o isentava de tomar mui espontaneamente a escopeta de simples soldado sempre que a voz do rebate fazia-se ouvir, ou quando por noites tempestuosas carecia-se d'uma ronda diligente, ou d'uma sentinella por demais vigilante. De parceria com o benemerito barão de S. Francisco e outros não menos benemeritos cidadãos, carregou em seus hombros o barro preciso para erguerem-se as cortinas e reductos que deveram tornar defensavel a villa.

Mais d'um mez se havia passado depois d'acclamação da regencia do Sr. D. Pedro, de que acima fallei, grande numero de povoações do interior tinham adherido ao movimento, e ainda o reconcavo prestava certo grão de obediencia ao governo estabelecido na capital, quiçá por deferencia ao presidente d'esse governo, Francisco Vicente Vianna (depois visconde do Rio de Contas) que contava crescido numero de parentes e amigos. N'esta conjunctura urgia a creção d'um governo que servisse de centro ao movimento, e muito mais instante tornou-se essa necessidade depois do dia 11 de Agosto, em que chegaram á villa de S. Francisco alguns maços da proclamação do supracitado Vianna exhortando o povo do reconcavo a depôr as armas e a submetter-se ás autoridades constituidas pelas côrtes de Lisboa, com promessa de absoluto perdão aos que logo obedecessem e a comminação das mais severas penas aos que se mostrassem recalcitrantes.

Antevendo os males que de semelhante proclamação poderiam resultar, lembrou Claudio ao coronel Bento Lopes Villasboas (depois barão de Maragogype), que commandava a guarnição da praça, a conveniencia de serem immediatamente queimados esses maços da proclamação; e obtido o seu beneplacito, arremessou-os ao fogo, subtrahindo todavia um exemplar, que reservou para mostrara

Francisco Gê d'Acayaba Montezuma, mais tarde conhecido pelo titulo de visconde de Jequitinhonha, que então se achava de passagem n'aquella villa.

Na entrevista a que alludo combinou-se o plano da instituição d'um governo provisorio, composto de membros eleitos por cada uma das villas revolucionadas. Esse governo, que teve por séde a villa (hoje cidade) da Cachoeira, prestou relevantissimos serviços á causa da independencia na provincia da Bahia, e funccionou regularmente até a chegada do primeiro presidente nomeado pelo imperador.

De geral respeito e estima gozava o cirurgião-mór Claudio no animo dos soldados da importantissima guarnição do reconcavo; incontestado era o seu prestigio, do qual fructuosamente utilisou-se no dia 23 de Outubro de 1822 para conter nos diques da disciplina a algumas praças desvairadas pelas perfidas insinuações de certos officiaes inferiores e subalternos indignos das divisas de que usavam. Haviam elles feito acreditar aos soldados que estavam sendo trahidos, e que em breve seriam entregues ao general Madeira, incitando-os a se sublevarem, saquearem a villa de S. Francisco, e d'ahi marcharem para a de Santo Amaro, passando a fio de espada os portuguezes (a quem denominavam de *marotos*) que porventura encontrassem n'essas localidades.

Fôra a sedição fixada para o dia 23 de Outubro, e estava prestes a realisar seu negregado plano antes que a minima indiscrição fizesse-lhe suspeitar a existencia.

Logo ao amanhecer d'esse dia grande magote de soldadesca acommetteu a casa do trem e apossou-se de armas brancas e de fogo, de munições de guerra e de duas peças de campanha de celibre 6, emquanto outro bando não menos numeroso atacava a cadêa, cuja guarda se lhes incorporou depois de terem soltado os presos, que foram

engrossar as fileiras dos sublevados. Em acto continuo invadiram as tavernas, saciaram-se de aguardente, arrombaram e roubaram as gavetas onde se guardava o dinheiro, e propalaram o boato que iam assassinar seus officiaes superiores, que por precaução chegaram a occultar-se.

Fiel aos seus deveres conservou-se o batalhão de caçadores, composto apenas de trezentos homens, o qual por ordem de seu digno commandante marchou para a praça da cadêa, emquanto outros cem milicianos ficavam de guarda ao convento de S. Francisco, que servia de quartel ao commandante da guarnição.

Em numero triplicado e mui superiores em armas marcharam os sublevados contra as tropas legaes, que fraca e momentanea resistencia podiam oppôr-lhes. A perspectiva do imminente e sanguinoso combate aterrava os cidadãos inermes, e em tropel corriam mulheres, velhos e crianças para as portas da villa. Bem critica era a situação, quando o cirurgião-mór Claudio tomou sobre si atalhar os progressos do mal, pondo á prova o prestigio de que já fallei. Em boa hora assomou-lhe á mente tão nobre resolução; porque tão sómente a ella deveu-se a economia de muito e precioso sangue. Novo Codro, precipita-se o nosso collega no meio da desenfreada soldadesca, e com voz imperiosa brada-lhes *alto*—Como sóe acontecer em semelhantes occasiões a audacia d'um maravilha a todos: houve um momento de geral estupefacção, do qual ia aproveitar-se Claudio para fallar, quando divisou que uma espingarda lhe estava sendo apontada. Firme no posto que voluntariamente escolhêra, ia ser talvez victima propiciatoria, quando um corneta arredou o braço homicida, fazendo ver aos seus camaradas a infamia de que se nodoariam derramando o sangue d'um homem que tantas vezes lhes estancára as dôres. Naturalmente magnanimo é o coração do soldado:

assim pois arrependeu-se este logo do que fizéra, e, lançando de si a arma, correu a abraçar os filhos do corajoso filho de Hippocrates, que o estreitou em fraternal amplexo. Aproveitando-se da emoção que tal scena provocára, e arengou aos sublevados fazendo-lhes ver o errado caminho que trilhavam, e a boçal intriga de que eram victimas. Enthusiasticos vivas cobriram a voz do orador, que d'est'arte logrou chamar á disciplina e á ordem tão perigosos desertores.

Os actos de insubordinação que quasi diariamente se repetiam nas tropas acampadas no reconcavo determinaram o governo imperial a pôr á frente d'essas tropas um general de reconhecido prestigio. Recahiu a escolha sobre Pedro Labatut, que nas guerras de Napoleão adquirira reputação de bravura e proficiencia.

Apenas empossado do commando do exercito independente ordenou Labatut que a guarnição de S. Francisco marchasse para as fronteiras, deixando-se n'essa villa um pequeno contingente de duzentas praças.

Olvidando commodos e interesses, offereceu-se Claudio para fazer parte da força expedicionaria, e na gloriosa acção de 8 de Novembro, a mais porfiada e importante de quantas se pelejaram n'essa campanha,achava-se elle n'ambulancia de Pirajá, ministrando os soccorros da sciencia e os carinhos da caridade. Proporcionou-se-lhe ahi asado ensejo de mais uma vez patentear o cavalheirismo que em alto gráo o distinguia. Exasperados pela resistencia que oppunham os portuguezes, capitaneados por Madeira, e quiçá em represalia de algumas crueldades que haviam praticado contra os naturaes do paiz, um troço de soldados de Pernambuco entrou um dia pela ambulancia com proposito deliberado de trucidar os miseros prisioneiros que jaziam em leitos de soffrimento. Indignado contra tal pro-

ceder, pegou o cirurgião-mór de uma espada e correu á pranchadas os invasores.

Entendeu o general que a presença do cirurgião-mór Claudio fazia-se precisa no hospital, que ainda permanecia na villa de S. Francisco, e expediu-lhe ordem para que fosse elle dirigir e regularisar esse estabelecimento. Continuando ahi a servir com o seu inexcedivel zelo e intelligencia foi incumbido da compra de medicamentos e de agenciar donativos de fios e ataduras.

Logo depois da prisão do general Labatut incorporou se o nosso consocio ao exercito, estacionado nas fronteiras, sendo convenientemente empregado n'ambulancia da brigada da esquerda. Como porém houvesse n'essa ambulancia outro cirurgião-mór e mais dois ajudantes, pediu e obteve permissão para alistar-se entre os combatentes, e collocado na primeira fileira da vanguarda tomou parte n'acção de 3 de Junho de 1823. Era este ponto um dos mais arriscados por estar exposto á grande bateria commandada por Joaquim José de Oliveira, habil official de artilheria, cuja bateria enfiava seus fogos pela estrada das Brotas. A seu lado foram mortos e feridos muitos officiaes distinctos, e nomeadamente o tenente Martinho Baptista de Oliveira Tamarindo, que mais tarde, quando coronel commandante do 1° batalhão de fuzileiros da côrte, folgava de commemorar com seu velho camarada essa data de tão gloriosa recordação.

Na qualidade de cirurgião-mór do 4° batalhão de caçadores fez o resto da campanha, e entrou no sempre lembrado dia 2 de Julho de 1823 na cidade do Salvador da Bahia de Todos os Santos, em cujos fortes e ameias ondeava o pavilhão auri-verde.

Não por ostentação mas por desaggravo da verdade devo declarar, que o meu fallecido amigo durante todo o periodo

da guerra da independencia não recebeu um real de soldo nem de gratificação : nunca se importou com etapas, cavalgaduras, ou quaesquer outras propinas ; e quando restaurada a Bahia se lhe mandou abonar esses vencimentos, fez d'elles generosa recusa em pró das urgencias do Estado.

Devo outrosim declarar que durante essa mesma guerra fez espontane a offerta do serviço de quatro dos seus melhores escravos, além de um carro com tres juntas de bois para os transportes do exercito. Estes exiguos mas constantes sacrificios, a sua ausencia da propriedade rustica que possuia, o abandono da sua clinica civil, arruinaram-lhe a modesta fortuna, obrigando-o a ir fixar a sua residencia na capital da provincia n'esse mesmo anno de 1823.

Logo que o exercito pacificador occupou a cidade da Bahia não tardaram em apparecer certos movimentos populares, conhecidos pelo nome de *rusgas*. Grupos de soldados, vestidos á paisana, e armados de grossos bordões, vulgo *cacetes*, entravam pelas tavernas dos portuguezes, espancavam-nos e commettiam todo o genero de desacatos, perturbando d'est'arte o socego publico.

Eram infelizmente acoroçoados esses desordeiros pelos que faziam consistir o seu patriotismo em expulsar do paiz os portuguezes, que pacifica e honestamente ganhavam a vida, para se apoderarem das riquezas adquiridas pelo trabalho e estreitissimas economias. Como é bem de crêr desapprovavam brasileiros honrados semelhante procedimento, e subministravam aos opprimidos generosa protecção. N'este numero incluia-se o nosso saudoso collega, que nenhuma só occasião perdeu d'empregar sua bem merecida influencia afim de frustrar os planos dos anarchistas.

Mal visto d'esses anarchistas e alvo de sua vindicta, nem por isso deslisou-se, um apice da regra que para si traçára.

Ardente patriota e fervoroso monarchista, cahiu outrosim no desagrado do partido dos exaltados por seus escriptos, estampados nas columnas do *Echo da Patria* e do *Grito da Razão*, combatendo as perigosas doutrinas d'aquelles que, aproveitando-se da sensação causada pela dissolução d'assembléa constituinte, excitavam os povos a mudar de fórma de governo proclamando a republica.

Governava n'essa época as armas da provincia o coronel Felisberto Gomes Caldeira, militar distincto pela sua intrepidez e energia de caracter, e a quem especialmente se deve o não ter a Bahia adherido a revolução pernambucana de 1824. Votavam-lhe por isso os demagogos entranhado odio, extensivo aos que secundavam as vistas e lhe facilitavam a difficilima tarefa que sobre si tomára de manter illeso o principio d'autoridade e a subordinação á lei.

Geralmente conhecido era o credito que junto do governador das armas gozava o cirurgião-mór Claudio, que na revolta do 3° batalhão de caçadores, vulgarmente conhecido pelo dos *periquitos* (em razão da côr verde de suas fardas), prestou relevantissimos serviços, de que podem ainda dar testemunho os Srs. visconde de Barbacena e barão de Cajahiba (1). Constam tambem esses serviços d'uma curiosa e interessante memoria, escripta pelo nosso collega e anonymamente publicada na *Revista* d'este Instituto (2) onde com a modestia que o caracterisava narra as peripecias d'esse luctuoso drama. Amigo dedicado do coronel Felisberto, avisou-o d'apropinquação do perigo, acompanhou-o até as quatro horas da madrugada do dia 25 de Outubro de 1824, e julgando dissipados todos os temores reti-

(1) Ainda era vivo quando estas linhas escreviamos.

(2) Vide o tomo XXX (anno de 1867) pag. 233 e seguintes.

rou-se para seu domicilio. Meia hora depois cahia exanime o referido coronel traspassado pelas balas que traiçoeiramente lhe haviam disparado os soldados das duas companhias e adrede escolhidas para esse nefando attentado.

Ao assassinato do governador das armas seguiu-se a completa revolta dos *periquitos*, commandadòs pelo major José Antonio da Silva Castro, e si ondas de sangue não inundaram as ruas da capital da provincia cumpre dar infinitas graças á attitude energica que assumiram os commandantes dos corpos fieis á legalidade. Vive ainda o já citado barão de Cajahiba, commandante do 14º batalhão de caçadores, que por certo se recordará do prestimoso auxilio que n'essa angustiosa quadra lhe prestou o cirurgião-mór Claudio Luiz da Costa.

Restabelecida a ordem, continuou o mencionado cirurgião-mór no desempenho da commissão para que fôra escolhido, de secretario do commando das armas, cujas funcções exerceu até que o coronel Antonio José Ferreira de Brito (depois barão de Tramandahy) fez entrega d'esse commando ao brigadeiro José Egydio Gordilho de Barbuda (mais tarde visconde de Camamú).

N'uma informação mandada ao ministro do imperio (visconde de Barbacena) pelo presidente da Bahia (visconde de Queluz), em data de 7 de Janeiro de 1826, assim se exprimia este ultimo fallando dos serviços do cirurgião-mór Claudio Luiz da Costa:

« ..... O que ha de positivo é que offerecêra seus vencimentos de campanha nos mezes que ella durou, que não foi do partido dos rebeldes que assassinaram o general, antes trabalhou quanto pôde para evitar a effusão de sangue n'esse dia, que concorreu tambem para tranquillisar a tropa que na villa de S. Francisco se quiz sublevar, gloria esta

que tanta gente quer para si, que não haveria com que premiar a todos..... »

No posto de cirurgião-mór do 4° batalhão de caçadores serviu até o anno de 1826, em que foi removido, na mesma categoria, para a divisão militar da imperial guarda da policia da côrte. Em 1827 marchou para o sul, d'onde pouco depois regressou por doente ; e operada a cura volveu ao anterior emprego no corpo da policia, onde conservou-se até a dissolução d'esse corpo em 1831.

N'esse mesmo anno foi pelo governo imperial nomeado membro da commissão incumbida de organisar um projecto de reforma do corpo de saude do exercito, que devêra ser submettido á approvação d'assembléa geral legislativa. Ao inverso do que entre nós se costuma praticar, tomou essa commissão ao serio a sua tarefa, e nas pastas do ministerio da guerra devem existir seus trabalhos, nos quaes tomou o nosso consocio activa e intelligente parte.

Desgostoso da carreira militar, pediu a sua reforma, que lhe foi concedida (em 1839) no posto de cirurgião-mór vencendo o soldo de vinte cinco mil réis mensaes : isto depois de dezesete annos de bons serviços (3).

Toscamente esboçados os serviços militares do doutor Claudio Luiz da Costa, cumpre-me agora apresentar-vo-lo sob outro aspecto.Commemorado ficou o seu zelo pela sciencia que abraçára revelando-se desde os bancos escolares.

(3) D'esse soldo fez elle cessão ao Estado durante todo o longo periodo da guerra contra o Paraguay, como consta do agradecimento que então lhe dirigiu o ministro da guerra visconde de Camamú (em 23 de Fevereiro de 1865). Levado por sentimentos d'acrisolado patriotismo, fez igualmente offerta por espaço de um anno da etapa que lhe pertencia como veterano da independencia em beneficio do Asylo dos Invalidos, como consta do aviso de 20 de Dezembro do dito anno de 1865.

Foi-lhe sempre o exercicio da medicina um sacerdocio, e numerosos documentos que tenho presentes poem em relevo seu nunca desmentido zelo e inexcedivel caridade. N'uns apontamentos auto-biographicos que em seus curtos lazeres escrevêra, encontro o seguinte paragrapho, que por caracteristico peço-vos venia para citar:

« Os fracos serviços que o Dr. Claudio tem prestado á humanidade se podem avaliar pela simples consideração de que a serve no exercicio da medicina e cirurgia em uma clinica de trinta e sete annos, em cujo exercicio sempre destinou duas horas da manhã para dar em sua casa consultas gratuitas aos pobres, e nunca se negou a soccorrêl-os a qualquer hora, nem a visital-os em suas moradas. *N'isto porém nada mais tem feito do que cumprir um dever sagrado, que implicitamente contrahiu para com a sociedade desde o momento em que recebeu a espinhosa investidura da profissão que exerce.* »

Na provincia de S. Paulo, onde por largos annos residira, prestou como medico valiosos serviços, e na antiga villa hoje cidade de Santos guarda a tradição popular seu nome com prologos de muito louvor. Diversos cavalheiros que occuparam a cadeira presidencial d'essa provincia abonaram-n'o com os mais lisongeiros e espontaneos attestados, e um d'elles, assaz conhecido pela sua austeridade de caracter (o Sr. Manoel da Fonseca Lima, depois barão de Suruhy), assim se exprime:

« Attesto que o Sr. cirurgião-mór de primeira linha, reformado, Claudio Luiz da Costa é, por sua exemplar conducta civil e militar digno do honroso credito de que goza na opinião publica. A sua probidade e dedicação ao throno de Sua Magestade o Imperador, ás leis do Imperio e ás autoridades são assaz reconhecidas e o constituem digno cidadão. Exacto a comparecer todas as vezes que o serviço pu-

blico o tem exigido para as inspecções de saude, merece distinctos elogios pela promptidão e fidelidade com que sempre se prestou a este serviço. O que affirmo pelo conhecimento pessoal que tenho do dito senhor, cuja conducta e nobres qualidades o tornaram sempre merecedor d'approvação e louvores d'esta presidencia (4). »

Não era porém unicamente como medico clinico que prestava elle serviços á sciencia : votava-lhe ainda os labores do gabinete, sendo um dos primeiros que fizeram parte da sociedade, hoje convertida em Academia Imperial de Medicina ; sendo ahi admittido na qualidade de membro titular por ter sido unanimemente approvada a memoria que sobre os entosoarios escrevêra.

Nunca considerou semelhante titulo como honrosa *sinecura*, mas antes incumbiu-se de importantes commissões e exhibiu provas de seus conhecimentos medico-cirurgicos em numerosos trabalhos, alguns dos quaes correm impressos no orgão official d'essa sociedade, devendo parar outros em seus preciosos archivos.

Verdadeiro homem d'acção, revelava-se seu benefico influxo onde quer que estivesse. Achava-se n'esta côrte no anno de 1828, e por acaso se relacionára com o bem conhecido Debret, que então regia a cadeira de pintura historica da Academia Imperial das Bellas-Artes. Em suas intimas praticas lamentou-se este da falta d'um professor que iniciasse seus discipulos nos principios rudimentaes de osteologia, principalmente na parte relativa aos mus-

(4) Havendo Pedro Etchoin se proposto para curar os morpheticos existentes no hospital da cidade de S. Paulo, pedindo que fossem elles transferidos para a villa de Itapeteninga, foi o Dr. Claudio um dos medicos escolhidos para verificar a efficacia do tratamento, como consta dos avisos que lhe dirigiram os presidentes da provincia conselheiros Domiciano Leite Ribeiro e Vicente Pires da Motta.

culos do craneo e da face. Offereceu-se Claudio para dar gratuitamente aos jovens artistas as lições desejadas; e, prevalecendo-se d'amizade que tinha com o ministro do Imperio José Lino Coutinho, induziu-o a apresentar ao corpo legislativo a proposta d'uma cadeira de physiologia, que só no anno de 1838 recebeu definitiva instituição. No desempenho do seu provisorio magisterio desvelou-se como costumava fazêl-o em todas as outras commissões; e lamentando a falta d'um adequado compendio começava a organisal-o, quando foi algures empregado. O nosso distincto consocio o Sr. Manoel d' Araujo Porto-Alegre, avantajado discipulo de Debret, frequentou n'essa epocha o curso de physiologia do Dr. Claudio, e ainda folga de reconhecer-se-lhe devedor dos conhecimentos anatomicos que então adquirira.

A proposito do Sr. Porto-Alegre referir-vos-hei um episodio talvez sabido por alguem que me faz a honra de escutar.

A convivencia diuturna do mestre com o discipulo não tardou em converter-se em relações d'estreita amizade: Claudio tinha em muito o vigoroso talento e a brilhante imaginação do moço artista, e desejando attrahir sobre elle as vistas do governo, suggeriu-lhe a ideia d'um quadro, essencialmente brasileiro. A antiga academia medico-cirurgica acabava de passar por uma tão util quão honrosa transformação, em virtude da lei de 9 de Setembro de 1826: convinha pois fixar plasticamente tão gloriosa data n'um quadro symbolico e allusivo. Compenetrou-se o Sr. Porto-Alegre do pensamento do amigo, e com esmerado pincel desenhou uma sala, figurando a escola de medicina, assignalada pelo busto de Hippocrates, no primeiro plano o retrato do Sr. D. Pedro I, a meio perfil, entregando decreto legislativo, por elle sanccionado, ao director da

escola, barão de Inhomerim, que submissamente o recebe das mãos do monarcha. Em respeitosa distancia o retrato do ministro referendador, visconde de S. Leopoldo, no segundo plano o grupo dos sete lentes d'antiga escola, retratados a meio corpo, e finalmente no ultimo crescido numero de alumnos. Extraordinaria era a semelhança dos retratos com os originaes, e tendo occasião de ver o esboço do seu, ficou tão satisfeito o Imperador que denominou ao nosso consocio do *Murillo brasileiro*.

Pertencia este quadro de pleno direito ao Dr. Claudio, não só pela iniciativa da idéa como pela homenagem prévia que lhe fizéra o autor: entendeu elle porém que em parte alguma estaria melhor collocado do que na escola de medicina, e pediu venia para offertar-lh'o, que lhe foi outorgada pelo governo com expressões de muito agradecimento.

E já que menciono o offerta do quadro não devo deixar em olvido o valioso donativo que á antiga sociedade de medicina fez o Dr. Claudio d'outro allusivo á *Flora Fluminense* e a seu preclaro autor, frei José Marianno da Conceição Velloso, devido ao pincel de João Baptista Debret, e que como prova de particular estima lh'o deixára quando para a França se retirou. Consta-me que esse quadro ainda adorna a sala das sessões d'Academia Imperial de Medicina, universal herdeira d'antiga e benemerita sociedade.

Antes de passar avante seja-me licito relatar um facto de que muito se honrava o meu bom amigo e que por diversas vezes repetiu-m'o.

Está na memoria de todos que no anno de 1846 visitaram SS. MM. II. a provincia de S. Paulo. Em razão do seu melindroso estado de saude, teve S. M. a Imperatriz de ficar na capital em quanto seu augusto esposo fazia uma excursão pelas cidades e villas do interior,

levando comsigo o Sr. conselheiro José Martins da Cruz Jobim, unico medico da camara que acompanhára as imperiaes pessoas; para o serviço de S. M. a Imperatriz e da sua comitiva foi designado o Dr. Claudio Luiz da Costa.

Durante o curto prazo de tão honrosa como delicada commissão apenas teve de prestar os soccorros da sciencia ao gentil-homem Senhor José Joaquim de Siqueira, atacado d'uma congestão cerebral, que felizmente cedeu á prompta e acertada medicação. Outro mais grave accidente occorreu n'um soldado do corpo policial que, estando ao soquete d'uma peça por occasião da salva dada pelo feliz regresso de S. M. o Imperador, foi victima d'esse mesmo soquete, que lhe dilacerou a mão e o braço, tornando-se necessaria a amputação. Commiserando-se da desgraça do pobre soldado, mandou-o recommendar aos cuidados do Dr. Claudio; e como apreço da maneira por que foram executadas suas ordens o galardoou com uma caixa d'ouro cravejada de brilhantes.

Discipulo da antiga escola medico-cirurgica do Rio, sempre ambicionou o nosso consocio completar seus estudos fazendo para isso uma viagem á Europa. Na sua rendosa clinica no reconcavo da Bahia adquirira uma modesta fortuna e estava prestes a realizar seus intentos quando sobrevieram os acontecimentos que ficam relatados. Distrahido por outros misteres e desbaratado o pequeno peculio, havia quasi perdido as esperanças, quando constou-lhe que o governo imperial mandára alguns jovens á França afim de se aperfeiçoarem em seus conhecimntos medicos: pensou então que assistia-lhe o direito de reclamar igual favor, empenhando para esse fim os serviços que prestára por occasião da guerra da independencia. Benignamente acolhido pelo Sr. D. Pedro I, mallogrou-lhe a pretenção o in-

differentismo, quiçá má vontade, dos ministros d'aquella epocha.

Requereu mais tarde ser provido na cadeira de pathologia externa, que então se achava vaga na escola de medicina da Bahia; indo, como era de lei, informar o seu requerimento ao presidente d'essa provincia, tolheu-lhe o passo o deputado Dr. José Lino Coutinho, que foi provido na mencionada cadeira muito antes que chegasse a informação officialmente reclamada,

Mallogrado em suas pretenções, retrahiu-se Claudio ao estudo de gabinete ; até que, reorganisadas as academias medico-cirurgicas pela lei de 3 d'Outubro de 1832, sendo permittido aos cirurgiões n'ella formados a sustentação de theses para obterem o gráo de doutores, apressou-se em cumprir essa formalidade no dia 3 de Dezembro de 1849, sendo-lhe expedido o respectivo diploma.

Essencialmente monarchista, apreciava devidamente as condecorações, e extraordinario foi o seu jubilo quando, sem que o requeresse, foi agraciado com o habito da ordem de Christo por occasião do nascimento do principe que devêra ser o segundo Imperador do Brasil. Pediu em fins de 1830 que lhe fosse conferida a venera da imperial ordem do Cruzeiro, allegando para isso a circumstancia de ter sido condecorado em sua bandeira o corpo a que primeiramente pertencêra. Julgada justa a sua pretenção, foi-lhe concedida a mencionada graça por decreto de 2 de Novembro de 1830, referendado pelo visconde de Alcantara. Outro decreto de 5 de Dezembro de 1840, referendado por Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, elevou-o á categoria de official da mesma ordem.

Sabidas eram as estreitas relações d'amizade que de longos annos mantinha o Dr. Claudio com o referido Antonio Carlos ; assim pois houve quem averbasse de

validismo esse acto da restricta justiça. Nos apontamentos auto-biographicos de que já fiz menção achei a seguinte cota :

« O partido que então guerreava o governo accusou o ministro do Imperio por esse despacho, que se quiz attribuir a favor individual, quando em verdade o Dr. Claudio não pôz em contribuição a amizade do ministro para obter tal graça ; e lhe parece evidente que quem quer que fosse, e em qualquer occasião em que estivesse com a pasta dos negocios do Imperio, á vista dos seus documentos, a menos que quizesse dar uma inexacta informação ao monarcha ácerca do seu conteúdo, deveria por sua rectidão achar justa a concessão d'essa graça. »

A ultima das graças que recebeu do governo de seu paiz, e que sobremodo apreciou pela maneira espontanea com que foi feita, consistiu no titulo de conselheiro, devido á munificencia imperial. Fui eu dos primeiros a lhe dar a noticia d'essa mercê, e testemunhei a commoção de que ficou possuido e as lagrimas de gratidão que derramou.

Encontrei entre seus documentos numerosas diplomas de academias e sociedades nacionaes e estrangeiras, e em lugar reservado dois que sobre todos prezava : o do nosso Instituto, de que fazia parte desde 11 de Junho de 1839, e da sociedade de Medicina do Rio de Janeiro com a data de 26 de Agosto de 1830.

Não me cega a veneração que consagro á memoria do conselheiro Dr. Claudio Luiz da Costa, a ponto de querer apresentar-vol-o como eximio litterato. Não, jámais aspirou elle gozar de semelhante fôro. Os perfunctorios estudos de humanidades que em sua adolescencia se faziam na provincia onde teve o berço, a aridez dos estudos medico-cirurgicos, e a imperiosa necessidade de grangear o pão para a boca, na energica phrase do padre Vieira, arreda-

ram-n'e, bem apezar seu, do cultivo das letras. Buscava todavia supprir a deficiencia de instrucção classica por assiduas leituras fructificadas pelo seu natural talento.

Manuseando as actas das nossas sessões encontrareis frequentemente seu nome contribuindo para nossos trabalhos,já com a sua presença e judiciosa palavra, já com a leitura de alguns pareceres, nomeadamente o que na qualidade da relator da primeira commissão de historia apresentou ácerca dos documentos que lhe foram affectos relativos a conquista de Cayenna. Estareis por certo lembrado das rapetidas leituras que n'este mesmo lugar nos fez da historia do Instituto dos Meninos Cegos por elle amoravelmente composta.

Deparei no seu espolio litterario com minuciosos apontamentos concernentes aos erros e omissões que escaparam ao coronel Accioli, nas suas aliás estimaveis *Memorias historicas da provincia da Bahia*, quando occupou-se da guerra da independencia. Aguardava o nosso collega honrosos ocios para levar ao cabo a empreza que delineára, que se concatenava com a historia do Hospital da Misericordia da cidade de Santos, o primeiro estabelecido no Brasil e talvez em toda a America. Impediram-n'o de tão louvavel intento os achaques inherentes á velhice combinados com o desempenho de novos onus que contrahira.

Refiro-me ao cargo de director do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, para que foi nomeado por decreto de 15 de outubro de 1856, accumulando as funcções de medico e thesoureiro do mesmo Instituto.

No exercicio de tão difficeis quão delicadas funcções tive fortuna de aquilatar as nobres e rarissimas qualidades que o distinguiam; receando porém a coima de suspeito, deixarei que por mim fallem autorisadas e competentes

testemunhas. O nosso primeiro vice-presidente, o Sr. barão do Bom-Retiro, exprimia-se a 15 de março de 1864 do seguinte modo :

« Attesto que o Sr. Dr. Claudio Luiz da Costa, sendo eu ministro e secretario d'Estado dos negocios do Imperio, foi nomeado director e thesoureiro do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em virtude do conhecimento que, por seus honrosos precedentes, já tinha o governo das suas habilitações scientificas e excellente proceder na sociedade.

« Durante o tempo em que serviu sob o meu ministerio, correspondeu constantemente ao elevado conceito que sempre formei do seu caracter : distinguindo-se por seu zelo, nunca desmentido, e por uma caridade a toda a prova, e desempenhando para com os alumnos, confiados á sua direcção, mais os deveres de pai desvelado do que os de simples director.

« Attesto mais que, continuando a interessar-me pela sorte do Instituto e em dia com a sua marcha, hei até o presente observado, com a maior satisfação, que o mesmo senhor em nada tem desmerecido dos justos elogios que lhe têm sido feitos pelo asseio e moralidade que reinam no estabelecimento, e pelo progresso dos alumnos nas differentes materias ahi ensinadas. »

A tão valioso abono juntou o fallecido marquez de Abrantes este outro :

« Attesto que o Sr. Dr. Claudio Luiz da Costa, director, medico e thesoureiro do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, tem desempenhado mui satisfactoriamente, desde que foi nomeado pelo governo imperial, os cargos que alli exerce.

« Cumprindo-me a mim como commissario do governo inspeccionar o bom andamento do mesmo Instituto, nunca deixei de observar com satisfação o desvelo com que

elle se occupava da direcção e mantença da disciplina, e aproveitamento dos alumnos; a caridade e esmero com que os tratava nas suas molestias; o estado regular em que tinha a escripturação; o zelo com que administrava as rendas do Instituto, e a economia que observava nas despezas do mesmo. Assim que tem elle sempre merecido o meu louvor e approvação. Em fé de que dou-lhe de bom grado o presente attestado. Rio de Janeiro, 18 de maio de 1864. »

Abundaram em quejandas expressões os Srs. marquez de Olinda, e conselheiros Sousa Ramos (actualmente barão das Tres-Barras) e Sergio Teixeira de Macedo, que successivamente sopesaram a pasta dos negocios do Imperio, expressões sumamente honrosas para nosso fallecido consocio, que deixo de transcrever para não abusar por mais tempo da vossa benevola attenção.

Instituições ha que nascem bem fadadas; o Instituto dos Meninos Cegos pertence a esse numero. Bafejou-lhe o berço o sabio e caridoso Dr. José Francisco Sigaud, que por alguem foi denominado *Patriarcha dos Cegos*; e quando em prematura orphandade amparou-lhe os vacillantes passos o não menos caridoso Dr. Claudio Luiz da Costa, o qual no crepusculo da existencia concentrou em seu pról tudo o que de zelo e actividade lhe sobrava.

Era um espectaculo consolador e edificante a presença d'esse venerando ancião, que com difficuldade movia os passos, em todos os lugares onde os interesses dos cegos precisavam de pleito; e aquelle que para si, nem para os seus, nada pedia, tornava-se importuno em favor de seus filhos adoptivos. Não lhe foram estes ingratos: em vida amaram-n'o estremecidamente, e quando no luctuoso dia 27 de Maio de 1869 baixou ao sepulchro patentearam-n'o

com essa pungente dôr que pela perda de nossos pais experimentamos.

O conselheiro Dr. Claudio Luiz da Costa morreu como viveu, *talis vita finis ita*, e si hoje não teve um panegyrista como Plinio, ou um biographo como Tacito, achou um rude chronista que só na verdade inspirou-se e que nada disse que não possa ser exuberantemente provado.

REVISTA TRIMENSAL

DO

INSTITUTO HISTORICO

GEOGRAPHICO E ETHNOGRAPHICO DO BRASIL

2º TRIMESTRE DE 1871

NOBILIARCHIA PAULISTANA

GENEALOGIA DAS PRINCIPAES FAMILIAS DE S. PAULO

Colligidas pelas infatigaveis diligencias do distincto paulista

PEDRO TAQUES DE ALMEIDA PAES LEME

Continuada do 1º trimestre, pag. 115

CHASSINS

Foi progenitor d'esta nobre familia, na capitania de S. Paulo, Gonçalo Simões Chassim, natural da villa, hoje cidade do Portimão, no reino do Algarve, e baptizado na matriz da mesma. Foi filho legitimo de Rodrigo Simões e de sua mulher Joanna Jorge Chassim, moradores que foram em casas proprias na rua da Carianna. Consta o referido do testamento com que falleceu em S. Paulo o dito Gonçalo Simões Chassim a 25 de Maio de 1720 (1). A nobreza d'este Gonçalo Simões Chassim consta melhor dos autos de justificação de *puritate et nobilitate probanda*, processados em Portimão a requerimento de Rodrigo

(1) Cart. 1º de not. de S. Paulo no maç. 2º dos inv. o de Gonçalo Simões Chassim com testamento.

Bicudo Chassim, seu filho, estando morador em S. Paulo, onde recebeu por instrumento extrahido do processo original uma via authentica.

Estabeleceu-se em S. Paulo, e depois na villa de Parnahyba, com grande fazenda de cultura, e da republica d'esta villa teve repetidas vezes as redeas do governo. Foi fundador da capella de Nossa Senhora de Nazareth, construida na mesma fazenda junto ao rio Tieté. Para a festa annual da Senhora a 8 de Setembro deixou 200$000 para de seus redditos sahirem as despezas d'ella. Este legado consta do dito testamento, que foi feito de mão commum com sua mulher D. Maria Leme de Brito, em que tambem determinaram fossem sepultados na capella da ordem terceira de S. Francisco da cidade de S. Paulo, onde eram professos. N'esta cidade casou-se com a dita D. Maria Leme de Brito, natural d'ella, e onde falleceu a 24 de Março de 1788. Foi filha de Antonio Bicudo de Brito, natural e nobre cidadão de S. Paulo, e de sua mulher D. Maria Leme de Alvarenga, com quem casou em S. Paulo a 19 de Abril de 1635. Elle falleceu em Itú em 1662, e ella em Parnahyba com testamento a 14 de Janeiro de 1654 (2). Neta pela parte paterna de Antonio Bicudo, natural e nobre cidadão de S. Paulo, e de sua mulher D. Maria de Brito, que foi filha de Diogo Pires, e de sua mulher Isabel de Brito, que falleceu com testamento a 2 de Maio de 1650 (3). Este Diogo Pires foi filho de Salvador Pires, e de sua primeira mulher F..... Em titulo de Pires, da capitania de S. Paulo n. 2.° Antonio Bicudo, marido de Maria de Brito, falleceu em S. Paulo com testamento á 4 de Dezembro de 1650,

(2) Cart. de orphãos da Parnahyba, nos inv. n. 118 e 171.

(3) Cart. 2ª de notas de S. Paulo, Maç. de inv. antigos o de Izabel de Brito com testamento.

declarando n'elle a sua naturalidade, e o nome de seus pais, sua mulher e filhos (4). Este Antonio Bicudo fez o seu estabelecimento na mesma fazenda que fôra de seus pais, no sitio de Carapicuhiba, fez varias entradas ao sertão, e conquistando muitos indios gentios de diversas nações, depois de instruidos nos sagrados dogmas, se fizeram catholicos, e d'elles desfructava o serviço na cultura das terras e da extracção do ouro da serra de Jaraguá e Ribeira de Santa Fé, com o caracter de administrador. Foi filho de Antonio Bicudo Carneiro, natural da ilha de S. Miguel, de onde passou a estabelecer-se em S. Paulo com seu irmão Vicente Bicudo.

Estes foram dos primeiros povoadores de S. Paulo, onde fizeram muitos serviços a Deus e ao rei, porque sempre com suas pessoas e armas ajudaram a defender a terra nas repetidas guerras que contra os portuguezes moviam os barbaros gentios do sertão, que tambem com assaltos repentinos infestavam a terra. Esta verdade consta de um requerimento, que estes irmãos fizeram aos officiaes da camara de S. Paulo em 9 de Outubro de 1610, relatando n'elle que havia muitos annos tinham vindo para S. Paulo, que eram casados e tinham filhos, e por conclusão da supplica pediram por carta de data 300 braças de terra, partindo pelo rio Carapacuhiba (5).

Antonio Bicudo Carneiro, como pessoa de qualificada nobreza pela familia dos seus appellidos na ilha de S. Miguel, sua patria, como nos ensinam os nobiliarios das familias nobres e illustres das ilhas dos Açores, foi muito res-

(4) Cart. de orphãos de Parnahyba, inv. n. 93, de Antonio Bicudo com testamento.

(5) Archivo da camara de S. Paulo, no caderno de Reg. titulo Maio de 1607, pag. 44 e 44 v.

peitado em S. Paulo, de cuja republica serviu os honrosos cargos d'ella. Pelos annos de 1585 era ouvidor da comarca da capitania de S. Vicente e S. Paulo, e em Janeiro d'este mesmo anno mandou levantar pelourinho na villa de S. Paulo (6). Foi casado com D. Isabel Rodrigues, de quem teve dois filhos varões e quatro femeas, como elle declarou em uma supplica, que em 1598 fez aos camaristas de S. Paulo para effeito de fazer casas de morada com quintal (7). Este casamento tambem se prova do testamento já citado de seu filho Antonio Bicudo, que n'elle declarou que era filho de Antonio Bicudo Carneiro, natural da ilha de S. Miguel, e de sua mulher D. Isabel Rodrigues, natural da villa de S. Paulo. Em titulo de Bicudos Carneiros.

Neta pela parte materna dita D. Maria Leme de Brito, mulher de Gonçalo Simões Chassim, de Francisco de Alvarenga, natural e nobre cidadão de S. Paulo, de d'onde se passou de casa mudada para Parnahyba, onde foi capitão dos seus moradores para os reger e governar, e de sua mulher D. Luzia Leme, natural da villa de S. Vicente, com quem casou na matriz de S. Paulo, a qual foi filha de Aleixo Leme (irmão inteiro de D. Lucrecia Leme, mulher de seu tio direito Fernando Dias Paes, que são os ascendentes rectos do governador Fernão Dias Paes, que foi avô paterno de Pedro Dias Paes Leme, fidalgo da casa real, etc., do Rio de Janeiro), e de sua mulher Ignez Dias, natural da villa de S. Vicente, filha de...em titulo de Lemes, liv. 3° cap. 1.° Este capitão Francisco de Alvarenga falleceu com testamento a 10 de Agosto de 1675; e sua mulher D. Luzia Leme falleceu com testamento a 16 de Ou-

(6) Archivo supra, no caderno, titulo 1585, fl. 31 e seg.
(7) Archivo supra, caderno titulo 1598, pag. 16.

tubro de 1653 (8). Bisneta de Antonio Rodrigues de Alvarenga, natural da cidade de Lamego, cavalleiro fidalgo da casa d'El-Rei D. João III (filho de Balthazar de Alvarenga, e de sua mulher D. Messia Monteiro, fidalgos de conhecida nobreza, e de cota de armas, como abaixo melhor mostraremos na cópia do brasão de armas, que tiraram os seus descendentes em 22 de Junho de 1688.)

Este Antonio Rodrigues de Alvarenga passou em serviço do Rei a ser um dos primeiros povoadores da villa de S. Vicente, que em 1531 fundou o donatario e senhor d'ella Martim Affonso de Sousa por concessão d'El-Rei D. João III, etc. Esta foi a primeira povoação que houve em todo o Brasil, e tambem n'esta villa o primeiro engenho de assucar, com vocação S. Jorge, que fundou o mesmo donatario pelos annos de 1531 até 34, em que este fidalgo se embarcou de S. Vicente para Portugal, deixando nobremente povoada a sua capital villa de S. Vicente, para a qual attrahiu, e levou comsigo muitos sujeitos de conhecida nobreza, que se fez acreditada pelos alvarás dos seus filhamentos de moços da camara, moços fidalgos, etc.

N'esta villa de S Vicente casou Antonio Rodrigues de Alvarenga com D. Anna Ribeiro, natural da cidade do Porto, de d'onde passou com duas irmãs e varios irmãos, na companhia de seus pais, Estevão Ribeiro Bayão Parente, natural da cidade de Beja, o qual era parente em grão propinquo de Estevão Liz, morgado bem conhecido em Villa Real, e de sua mulher Magdalena Fernandes Feijó de Madureira, natural da cidade do Porto. De S. Vicente passou para S. Paulo Antonio Rodrigues de Alvarenga com sua mulher, e como pessoa tão distincta soube conseguir respeito e veneração, e foi senhor proprietario por mercê do dona-

(8) Cart. de orphãos da Parnahyba, inv. n. 250 e n. 83.

tario do officio de tabellião do judicial e notas de S. Paulo, onde falleceu com testamento a 14 de Setembro de 1614 (9). E D. Anna Ribeiro fallecen em S. Paulo com testamento a 23 de Outubro de 1647, e foi sepultada na capella-mór da igreja dos religiosos carmelitas em jazigo proprio (10), no qual já descançavam as cinzas de seu filho Antonio Pedroso de Alvarenga, sargento-maior da comarca de S. Paulo com 80$ de soldo.

BRASÃO DE ARMAS DOS ALVARENGAS

D. Pedro por graça de Deus principe de Portugal, etc. Faço sabor aos que esta minha carta de brasão de armas virem que o capitão Estevão Ribeiro de Alvarenga, e seus irmãos Antonio Pedroso de Alvarenga, o padre-mestre Fr. Luiz dos Anjos, e o padre-mestre Fr. João da Luz, carmelitas calçados, naturaes da villa de S. Paulo, filhos legitimos de Diogo Martins da Costa, e de sua mulher Isabel Ribeiro, netos por parte paterna de Belchior Martins da Costa, e de sua mulher Ignez Martins, naturaes da cidade de Evora, e pela materna de Estevão Ribeiro de Alvarenga, e de sua mulher Maria Missel, naturaes da villa de S. Paulo, o qual Estevão Ribeiro de Alvarenga é filho de Antonio Rodrigues de Alvarenga, natural da cidade de Lamego, filho de Balthazar de Alvarenga e de sua mulher Messia Monteiro, e o dito Antonio Rodrigues de Alvarenga teve outro irmão chamado Manoel Monteiro, filho do mesmo pai e mãi, o qual foi familiar do santo officio, os quaes filhos de Diogo

(9) Cart. de orphãos de S. Paulo, maço 2° de invent. letra A, o de Antonio Rodrigues de Alvarenga.

(10) Cart. 1° de not. de S. Paulo, maço unico de inv. antigos o de D. Anna Ribeiro.

Martins da Costa me fizeram uma petição, na qual me pediam que por viverem na villa de S. Paulo nunca puderam tirar seu brasão de armas por lhes competir, e que queriam fazer certo e notorio em juizo contencioso, e mostrar por testemunhas fidedignas como eram os mesmos descendentes do dito Antonio Rodrigues de Alvarenga, o qual era fidalgo de geração, e elles successores eram herdeiros, e lhes competiam as armas e nobreza dos seus antepassados, pais, e avós dos sobreditos; que outrosim queriam justificar como descendiam da muito illustre familia dos Alvarengas, tão conhecida n'este reino; e assim queriam renovar esta memoria e honra, para lograrem elles supplicantes e seus descendentes, o se conservar em suas casas para as não consumir o tempo, e para que possam lograr d'aquellas liberdades e fóros concedidos a taes familias, e gerações pelos senhores reis d'este reino, meus antecessores. E sendo esta petição apresentada ao meu corregedor do civel da côrte d'esta minha muito nobre e sempre leal cidade de Lisboa, n'ella pôz que justificassem o que relatavam perante elle, e fizessem certo o que diziam; e sendo apresentadas sete testemunhas de todo o credito, fóra de suspeita e de toda a excepção maiores, e as mais d'ellas cavalleiros do habito de Christo, naturaes da cidade de Lamego, que depuzeram de facto proprio; sendo-lhe os autos conclusos, n'elles proferiu a sentença seguinte: «Sentença.—Vistos estes autos dos justificantes a fl. 2, o capitão Estevão Ribeiro de Alvarenga, e seus irmãos Antonio Pedroso de Alvarenga, e os padres-mestres Fr. João da Luz e Fr. Luiz dos Anjos, carmelitas calçados; ditos das testemunhas a fl. 7 que eu inqueri, e certidões que se juntaram de fl. 18 em diante, se mostra serem os justificantes filhos legitimos de Diogo Martins da Costa, e de sua mulher Isabel Ribeiro, netos pela parte masculina de Belchior Mar-

tins da Costa, e de sua mulher Ignez Martins, naturaes que foram da cidade de Evora, e pela parte feminina de Estevão Ribeiro de Alvarenga, e de sua mulher Maria Missel, naturaes da villa de S. Paulo; mostra-se outrosim ser o dito Estevão Ribeiro de Alvarenga filho de Antonio Rodrigues de Alvarenga, que foi natural da cidade de Lamego, filho de Balthazar de Alvarenga e de Messia Monteiro, sua mulher; e o dito Antonio Rodrigues de Alvarenga teve outro irmão inteiro chamado Manoel Monteiro de Alvarenga, o qual foi familiar da Santa Inquisição: e como se mostra legalmente serem os justificantes descendentes da illustre familia dos Alvarengas, tão conhecida e esclarecida n'este reino, o que tudo visto com o mais dos autos, julgo aos sobreditos justificantes por filhos legitimos do dito Diogo Martins da Costa, e por descendentes da muito illustre geração e familia dos Alvarengas e Costas, e os julgo tambem por christãos velhos sem raça de mouro ou judeu, nem de outra alguma infecta nação, e poderão tirar as suas sentenças de processo, e paguem as custas dos autos. Lisboa, 2 de Junho de 1681.—*João Xancecem.* » E sendo a dita sentença assignada e publicada pelo dito meu corregedor, da minha côrte e casa da supplicação, tirada do processo, e passada pela minha chancellaria, a qual sendo apresentada a meu rei de armas Portugal, porque a minha tenção é honrar aos meus vassallos, ainda aquelles que mais remotos vivem, para que se não extingam as nobrezas e fidalguias, que seus avós adquiriram e alcançaram: Hei por bem, e me praz de lhes conceder todas as honras, liberdades e isenções que as taes familias de Alvarengas têm, e logram n'este meu reino, e senhorios de Portugal, e poderão trazer as ditas armas que lhes competem, que são as dos Alvarengas, que, visto no livro de armaria, lhes são dadas e conservadas as armas

seguintes : um escudo direito com suas orlas e folhagem com um elmo em cima, e sobre o dito elmo um leão rapante com uma espada dourada na mão direita, e na outra mão esquerda uma estrella de prata, e o dito escudo orlado com filetes dourados, e terá no meio cinco estrellas prateadas em campo azul, e as pontas das folhagens serão tambem douradas. Com estas armas, que são as que se vem, poderão usar d'ellas como suas por lhes competir; e com ellas poderão entrar em festas, carros, justas e torneios, levando-as em seus escudos e rodelas e pondo-as nas portas de suas casas e quintas, e mais partes que lhes bem parecer, e quizerem; e gozarão de toda a nobreza e fidalguia, que têm os fidalgos de geração por lhes competir, e assim estar julgado no juizo da correição do civel da minha côrte, por cujo effeito lhes mandei passar esta carta de brasão de armas e geração, para que constem as que lhes pertencem, e são as mesmas, que estão no dito livro da armaria, que está em mão e poder do meu rei de armas Portugal, por lhes competir por assim passar por fé o escrivão do seu cargo, que esta subscreveu, a qual vai assignada pelo meu rei de armas Portugal. O principe nosso senhor o mandou por Manoel Soares, seu rei de armas Portugal e arautos e passavantes a 22 de Julho do anno do nascimento de Nosso Senhor Jesu-Christo de 1681. E eu Francisco de Moraes Coutinho, escrivão das gerações, o subscrevi.—Rei de armas Portugal. Cumpra-se, e registre-se em camara. S Paulo, 17 de Abril de 1683 annos.—Jorge Moreira, Miguel de Camargo, Manoel de Lima do Prado, Antonio Garcia Carrasco, Thomé Mendes Raposo. E eu Jeronymo Pedroso de Oliveira o trasladei bem e fielmente, sem cousa que duvida faça, reportando-me ao original em palavras mais ou menos, e o tornei a seu dono aos 29 dias do mez de Abril de 1683 annos.

Eu Jeronymo Pedroso de Oliveira, escrivão da camara o corri e concertei com o proprio Jeronymo Pedroso de Oliveira.

Do matrimonio de Gonçalo Simões Chassim (tronco) com D. Maria Leme de Brito nasceram em Parnahyba 9 filhos:

Antonio Pedroso.....Cap. 1°, falleceu solteiro, baptizado a 28 de Setembro de 1664.
D. Joanna Leme de Brito..... Cap. 2°
João Bicudo Chassim..... Cap. 3°
Manoel Monteiro Chassim..... Cap. 4°
D. Maria Simões..... Cap. 5°
Rodrigo Bicudo Chassim..... Cap. 6°
José Simões..... Cap. 7°
Francisco Bicudo Chassim..... Cap. 8°
D. Anna Leme de Brito..... Cap. 9°

CAPITULO 2°

1—2. D. Joanna Leme de Brito, foi baptizada a 26 de Junho de 1667, e casada em S. Paulo com Francisco de Siqueira e Mendonça, natural e nobre cidadão de S. Paulo, filho de Antonio de Siqueira de Mendonça que falleceu com testamento a 11 de Dezembro de 1686, e de sua mulher D. Anna Vidal, natural de S. Paulo, onde casou a 30 de Janeiro de 1634. Neto pela parte paterna de Lourenço de Siqueira e Mendonça, natural da villa de Santos, da distincta familia de seus appellidos, e nobre cidadão de S. Paulo, onde falleceu. Em titulo de Siqueiras Mendonças, cap. E neto pela parte materna de Alonso Pires Canhamares, nobre castelhano da provincia da cidade da Assumpção do Rio Paraguay, vindo para S. Paulo com outras muitas familias da mesma provincia, entre as quaes foram algumas de sangue illustre; e de sua mulher Maria

Affonso, filha de Gaspar Affonso e de sua mulher Magdalena Affonso, como consta do testamento com que ella falleceu em S. Paulo a 18 de Março de 1662, e já era fallecido seu marido Alonso Pires no 1° de Outubro de 1628 com testamento, no qual declarou que tinha jazigo proprio na igreja dos religiosos carmelitas, no qual mandou sepultar o seu cadaver; ordonando tambem que por sua alma, entre outros suffragios, se lhe fizessem dois officios de defuntos de 9 lições com missa cantada (11). Falleceu D. Anna Vidal com testamento a 12 de Outubro de 1680, e seu marido Antonio de Siqueira falleceu com testamento a 11 de Dezembro de 1686 (12).

E teve nascidos em S. Paulo :

2—1. D. Catharina Bicudo..... § 1°
2—2. D. Anna Vidal de Siqueira..... § 2°
2—3. D. Maria Leme de Brito..... § 3°
2—4. Antonio Jorge Chassim..... § 4°
2—5. D. Isabel Bicudo..... § 5° falleceu solteira.
2—6. D. Luzia Leme de Siqueira..... § 6° falleceu solteira.
2—7. Gonçalo Simões Chassim..... § 7° falleceu solteiro.
2—8. Francisco de Siqueira..... § 8° falleceu solteiro.

§ 1°

2—1. D. Catharina Bicudo, foi casada com Antonio Alexandre de Siqueira Bitancourt, que falleceu em Cuyabá,

(11) Cartorio de orphãos de S. Paulo, maço de inventarios letra M, o de Maria Affonso, idem o da letra A, o de Alonso Pires, e cartorio 1° de notas de S. Paulo, no caderno titulo maço de 1628 pag. 50, o testamento de Alonso Pires Canhamares.

(12) Cartorio de orphãos de S. Paulo, maço de inventarios letra A, o de Antonio de Siqueira, e nos mesmos por appenso o de Anna Vidal.

natural da Victoria de Santa-Cruz da Ilha Graciosa, pessoa de reconhecida nobreza pelos costados dos seus quatro avós, como vimos em um instrumento de *nobilitate probanda* processado na Graciosa, em Agosto de 1731, a favor do justificante dito Antonio Alexandre de Siqueira, tempo em que se achava já em S. Paulo. Este instrumento veiu authenticado pela certidão de India e Mina, e se conserva no poder dos seus herdeiros,aos quaes aconselhámos no anno de 1766 que o fizessem registrar nos livros da camara de S. Paulo. Por elle sabemos que foi filho legitimo de Theodosio de Bitancourt (irmão do padre Antonio Alexandre de Bitancourt),e de sua mulher D. Maria da Silveira.Neto pela parte paterna de Mathias de Miranda de Bitancourt, nobre cidadão da Graciosa, e de sua mulher Maria Furtado de Mendonça. Por seu avô bisneto de Manoel Gonçalves Maduro, nobre cidadão da Graciosa (filho de Gaspar Gonçalves Maduro, e de Ignez de Avila de Bitancourt), e de sua mulher Ignez da Avila de Bitancourt. Por sua avó paterna bisneto de Pedro Furtado de Mendonça, nobre cidadão da Graciosa, onde sempre teve o tratamento de armas, cavallos e criados, e de sua mulher Catharina Alvares. E pela parte materna neto de Simão da Cunha Frazão, nobre cidadão da Graciosa (irmão do padre Antonio Frazão, beneficiado, e do padre prégador Fr. Pedro da Victoria, franciscano), e de sua mulher D. Maria de Mendonça. Bisneto de Pedro da Cunha de Avila, nobre cidadão da Graciosa,capitão da ordenança d'ella com tratamento de armas, cavallos e criados (filho de Melchior Gonçalves de Avila, capitão da ordenança da Graciosa, e de sua mulher D. Catharina da Veiga Espinola Doria, que foi filha de Manoel Pires de Figueiredo,capitão-mór da Graciosa,e de sua mulher D. Anna Espinola da Veiga Doria), e de sua mulher Brigida de Bobadilho Frazão, que foi filha de Francisco de

Bobadilho Frazão, cidadão da Graciosa, e de sua mulher Anna Lopes Lobão. Por sua avó dita D. Maria de Mendonça bisneto de João Espinola Netto, cidadão e capitão da ordenança da Graciosa, e de sua mulher Catharina de Alvarenga Lobão, que foi filha de Sebastião Luiz Lobão e de sua mulher Maria Garcia de Mendonça.

E teve:

3—1. Antonio Alexandre de Siqueira.
3—2. O padre Francisco Bicudo de Siqueira.
3—3. O padre Theodosio Alexandre de Bitancourt.
3—4. D. Anna Maria Leme.
3—5. D. Francisca Leme de Siqueira.

3—1. Antonio Alexandre de Siqueira, casou com Maria Bueno, filha do capitão Antonio Corrêa Pires Barradas, e de sua mulher D. Maria Bueno da Veiga. Em titulo de Buenos, cap... E teve filhos.

3—2. O padre Francisco Bicudo de Siqueira, presbytero de S. Pedro, sujeito de um admiravel genio e docilidade, muito liberal, e digno das occupações parochiaes, de que tem sido encarregado em varias igrejas do bispado de S. Paulo.

3—3. O padre Theodosio Alexandre de Bitancourt, presbytero de S. Pedro.

3—4. D. Anna Maria Leme, solteira.

3—5. D. Francisca Leme de Siqueira, solteira.

§ 2°

2—2. D. Anna Vidal de Siqueira, existe em 1773 em S.Paulo, na sua fazenda e sitio da Emboaçava; e foi casada com Francisco Alexandre da Cunha, que nasceu na villa de Santos, indo seus pais de morada para a ilha de S. Sebastião, onde se criou, e foi filho de Sebastião Alexandre

de Figueiredo, e de sua mulher Catharina de Unhate de Medeiros, ambos naturaes de S. Paulo, e ella foi da nobre familia e parente muito propinquo de Manoel Lopes de Medeiros, sargento-mór da comarca de S. Paulo por patente regia com 80$000 de soldo, e de seu irmão o padre Antonio Lopes de Medeiros, presbytero de S. Pedro ; o dito Sebastião Alvares de Figueiredo em titulo de Cunhas Gagos. E teve nascidos em S. Paulo dez filhos.

3—1. Valentim Alexandre.

3—2. Lourenço Leme de Siqueira, existe na sua fazenda de engenho de estillar aguardente de cama, junto ao rio Tieté, onde lhe chamam a Ponte ; está casado com D. Maria do Amaral Grugel, filha de Antonio Gonçalves do Prado, cidadão de S. Paulo, e de sua mulher D. Isidora do Amaral Grugel, que foi filha do sargento-mór Bento do Amaral da Silva, natural do Rio de Janeiro, e de sua mulher D. Escolastica de Godoy. Em titulo de Taques Pompêos, cap. 2.° E tem em 1773 cinco filhos.

§ 3.°

2—3. D. Maria Leme de Brito pag. 151, casou em S. Paulo com Antonio Guedes Pinto, e foi de morada para a villa de Jundiahy. E teve :

3—1. Nicoláo Guedes Pinto.
3—2. Antonio Guedes Pinto.
3—3. Francisco Guedes Pinto.
3—4. Lourenço Guedes Pinto.
3—5. D. Maria Ribeiro Pinto.

§§ 4°, 5°, 6°, 7° e 8°

2—4. Antonio Jorge Chassim, falleceu em S João de Atibaya, e foi casado com uma filha do capitão Pedro Fer-

nandes de Avelar. Sem geração. Os dos §§ supra falleceram solteiros.

CAPITULO III

1—3. João Bicudo Chassim (filho de Gonçalo Simões Chassim e de D. Maria Leme de Brito), baptizado em Parnahyba a 29 de Setembro de 1672, passou a estabelecer-se na villa de Itú, onde casou a 4 de Setembro de 1694 com Isabel Cubas, natural da mesma villa, e filha de Hieronimo Gonçalves Meira, e de sua mulher Francisca Cubas ; esta natural de S. Paulo ; aquelle da villa de S. Vicente. Neta pela parte paterna de Pedro Gonçalves Meira da villa Franca de Vianna, e de sua mulher Maria Vieira, natural de S. Vicente, e pela materna neta de Gaspar João Barreto, da villa de Freixo de Espada á Cinta, e de sua mulher Francisca Cubas, de S. Paulo. Tudo se prova assim nos autos de *genere* do padre Joaquim Gonçalves Meira, processados em 1684, que existem na camara episcopal de S. Paulo no maço 1° de letra I. Por sua avó D. Francisca Cubas. Em titulo de Annes Sobrinhos. E teve em Itú dois filhos.

2—1. Gonçalo Cubas Chassim. . . . § 1°

2—2. Francisca Cubas . . . . . § 2° casou em Parnahyba com João Pinto Guedes.

2—1. Gonçalo Cubas Chassim, casou na villa de Jundiahy com...

CAPITULO IV

1—2. Manoel Monteiro Chassim, casou em S. Paulo com Catharina de Godoy Moreira, irmã inteira dos carmelitas Fr. Gaspar e Fr. Jorge, e de D. Anna Moreira, mulher do capitão-mór Pedro de Moraes Raposo. Em titulo de Godoys. Passou para Minas-Geraes, onde teve o seu estabelecimento

e falleceu na capella de Santo Antonio do Porto-Real, freguezia de S. Miguel, termo da villa de Caethé. (Em titulo de Godoys, cap. 3° § 1° n. 3—8). E teve:

2—1. Gonçalo Monteiro Chassim..... § 1° falleceu solteiro em S. Miguel.
2—2. Maria Leme de Brito..... § 2°
2—3. Antonio Bicudo..... § 3°
2—4. Custodia Moreira..... § 4°
2—5. Ignez Monteiro de Godoy..... § 5°
2—6. Joaquim de Godoy Moreira..... § 6°
2—7. João Bicudo de Brito Leme..... § 7°
2—8. Manoel Monteiro Chassim ..... § 8°

§ 2°

2—2. Maria Leme de Brito, natural de Nossa Senhora da Penha de Araçariguama. Casou em Minas-Geraes na freguezia de S. João do Morro Grande, termo de Caethé, comarca de Sabará, com Romão de Oliveira Gago, natural da villa de Paraty do bispado do Rio de Janeiro, filho legitimo de Domingos de Paiva Ledo, natural da villa de Guaratinguetá, e de sua mulher Isabel Nogueira de Freitas, natural da Ilha Grande. Teve o seu estabelecimento no seu engenho da Cachoeira do Rio de S. Francisco da freguezia de Catas Altas do Mato Dentro, onde falleceu com testamento e onde teve nove filhos:

3—1. Manoel de Oliveira Leme.
3—2. João de Oliveira Leme.
3—3. Thomé Monteiro de Oliveira.
3—4. Maria Leme de Brito.
3—5. Theodora Leme de Oliveira.
3—6. O padre Agostinho Monteiro de Oliveira
3—7. José de Godoy Moreira.

3—8. O padre Joaquim de Oliveira Gago.

3—9. Anna Maria de Oliveira.

3—1. Manoel de Oliveira Leme, natural de Catas Altas do Mato Dentro, onde falleceu solteiro.

3—2. Joaquim de Oliveira Leme, natural da freguezia do Surgidouro, falleceu solteiro em Catas Altas com testamento.

3—3. Thomé Monteiro de Oliveira, natural de Catas Altas; aprendeu grammatica no seminario de Belém e philosophia no collegio do Rio de Janeiro, e recolhendo-se a Minas, depois da morte de seus pais, administrou os bens do casal, criou, educou e ensinou grammatica a seus irmãos, que fez ordenar, Agostinho Monteiro e Joaquim de Oliveira; deu estado ás suas tres irmãs, e se conserva hoje estabelecido na mesma fazenda que foi de seus pais; e casou em 1763 em Catas Altas com D. Anna Joaquina Valentina, natural da freguezia de Santo Antonio da Casa Branca, irmã inteira do vigario de Catas Altas, Manoel Moreira, filha legitima do capitão Luiz de Figueiredo Leitão, natural do reino do Algarve, e de sua mulher D. Antonia Maria Caetana, irmã do padre Ignacio de Souza, natural d'esta cidade de Lisboa. E teve :

4—1. Thomé.

4—2. Paulo.

4—3. José.

3—4. Maria Leme de Brito, casou com Bartholomeu Godinho da Costa, natural da ilha de Santa Maria, estabelecido no lugar de Antonio Dias, abaixo da freguezia de S. Miguel. E teve no dito lugar, excepto a primeira filha.

4—1. Genoveva Vieira de Oliveira, natural da freguezia de S. José da Barra Longa.

4—2. Romão de Oliveira Gago.

4—3. Anna Theodora.

4—4. José Vieira Godinho.

4—5. Ignacio de Oliveira, falleceu de 10 annos.

4—6. João de Oliveira Leme.

3—5. Theodora Leme de Oliveira, casou na freguezia de Santo Antonio do Ribeirão de Santa Barbara com o capitão Luiz Fernandes de Oliveira, natural de Guimarães que na sua fazenda de Itajurú da mesma freguezia fundou e paramentou a capella de S. José e Santa Anna, tendo-lhe feito patrimonio na propria fazenda, e que muitas vezes á sua custa por serviço d'el-rei e utilidade publica, concertou a estrada do Serro do Frio, fazendo de novo e concertando pontes, ainda nas testadas alheias, em distancia de oito leguas, que vão do Arraial de Santa Barbara ao Tanque ; homem muito honrado, e amigo da paz, qualidade que o costumou fazer louvado na maior parte das duvidas do seu tempo, em cuja composição nunca ficava sem effeito a sua actividade: falleceu ella na mesma freguezia, assim como seu esposo, ao qual não sobreviveu mais de 16 dias com testamento a 19 de Fevereiro de 1764. E teve naturaes de Santo Antonio do Ribeirão seis filhos :

4—1. Luiz Fernandes de Oliveira.

4—2. Maria de Godoy Moreira.

4—3. Manoel Fernandes de Oliveira.

4—4. José d'Oliveira Gago.

4—5. Anna.

4—6. Joaquina.

3—6. O padre Agostinho Monteiro de Oliveira, ordenou-se em S. Paulo com reverendas do bispado de Mariana em 1763, foi dois annos capellão na capella de Santo Antonio do Porto Real, filial da freguezia de S. Miguel, e dois annos coadjuctor na freguezia de S. João do Morro Grande. Em 5 de Dezembro de 1770 fez em Mariana opposição ás igrejas de Antonio Dias, da Villa Rica, da villa de Caethé, e

de Santo Antonio do Rio das Velhas, acompanhou a Lisboa a consulta das mesmas igrejas ás quaes fez segunda opposição na mesa da consciencia; e finalmente oppôz-se ás igrejas de Nossa Senhora de Nazareth do Inficionado e de S. José da Barra Longa, que todas ainda pendem até Maio de 1775. Este padre e seu irmão foram em 76 para o Brasil sem as igrejas que esperavam e só com recommendações do bispo que ia para lá, e que depois desistiu, que foi antes de Macáo.

3—7. José de Godoy Moreira, falleceu em Paracatú de idade de 13 annos.

3—8. O padre Joaquim de Oliveira Gago, ordenou-se de presbytero em Mariana em 1762. Veiu a 9 de Março de 1771 com seu irmão o padre Agostinho Monteiro de Oliveira, e correu a mesma fortuna que este, e ainda ficou em Lisboa depois da ida do irmão, esperando pelas consultas.

3—9. Anna Maria de Oliveira, casou na freguezia de Santo Antonio do Ribeirão de Santa Barbara com o alferes João Martins Couto, natural da mesma freguezia, filho legitimo de Nuno Moniz Couto, natural de Portugal, e de sua mulher Luzia Rodrigues, natural da villa de Itú, estabelecido no Itajurú da mesma freguezia com lavra, em que é socio dos orphãos do defunto capitão Luiz Fernandes de Oliveira, a quem em sua vida comprára a terça parte da lavra, que possue com seu irmão Manoel Martins Couto por haver comprado outra terça parte. E teve naturaes da dita freguezia :

4—1. Maria Martins.

4—2. João Martins Couto.

§§ 3º e 4º

2—3. Antonio Bicudo, casou em Taubaté com...

e passando para Minas falleceu em Embatiú; foi natural de Araçariguama.

2—4. Custodia Moreira, falleceu solteira em S. Paulo; natural de Araçariguama.

§ 5°

2—5. Ignez Monteiro de Godoy, natural de Araçariguama casou em Minas-Geraes com João Lucas da Silva, natural de Portugal, e teve estabelecimento na freguezia de S. José da Barra Longa. E teve quatro filhos, naturaes da mesma freguezia.

3—1. Maria de Godoy Moreira, casou na dita freguezia com Manoel Antunes da Silva, natural de Portugal, que falleceu na mesma freguezia, onde alguns annos antes de sua morte teve estabelecimento em uma fazenda de roça e lavras, que havia comprado, depois entregou a seu tio, o tenente Silvestre da Silva. E teve:

4—1. Joaquim.

4—2.

4—3.

3—2. Manoel Monteiro de Godoy, casou na freguezia de Santo Antonio do Ribeirão de Santa Barbara com Agueda Maria, natural da mesma freguezia, filha de Domingos da Costa Lage, e de sua mulher Luzia Rodrigues, natural de Itú, viuva que ficou de Nuno Martins Couto. E teve:

4—1.

4—2.

§ 6°

2—6. Joaquim de Godoy Moreira, falleceu solteiro na freguezia de S. Miguel termo da villa de Caethé, no seu engenho da Cachoeira Comprida, em companhia de seus irmãos e socios João Bicudo de Brito e Manoel Monteiro Chassim.

§ 7°

2—7. João Bicudo de Brito, natural do Sumidouro (filho de Manoel Monteiro Chassim, do cap. 4° pag. 156), casou na capella de Santo Antonio do Porto Real da freguezia de S. Miguel com Catharina Josepha, natural da mesma freguezia, filha de Manoel Teixeira, natural de Portugal, e de sua mulher.

E teve na dita freguezia :

3—1. Catharina de Godoy Moreira.

3—2. João Bicudo de Brito.

§ 8°

2—8. Manoel Monteiro Chassim (filho ultimo do cap. 4°), casou na freguezia de S. Caetano com D. Maria Thomazia, natural da Mariana, filha de João Vieira Aranha, natural de S. Romão de Paredes, sargento-mór de milicias em Mariana, e de sua mulher D. Caetana Josepha da Trindade, filha do capitão João Antonio Rodrigues, hespanhol, e de D. Maria Moreira Candida, e irmã direita do padre Manoel Caetano, vigario collado da Campanha do Rio Verde, do capitão João Rodrigues Moreira, do carmelita Fr. Matheus (que falleceu em Lisboa em 1780, mudado o habito carmelita no de S. Pedro), do desembargador do Porto Gaspar Gonçalves dos Reis (que existe na villa de Ega, estrada do Porto, aposentado), natural da cidade de Mariana; elle natural do Sumidouro. E teve naturaes da freguezia de S. Miguel :

3—1. Gaspar de Godoy Moreira.

3—2. Manoel Monteiro Chassim.

3—3. João Vieira de Godoy Alvarenga.

3—4. Joaquim Simplicio de Godoy Alvarenga.

3—5. Maria Crescencia de Alvarenga.

3—6. Caetana Ernestina de Alvarenga.
3—7. Anna Luiza de Alvarenga.
3—8. Antonia Balbina de Godoy.
3—9. José Wenceslão Monteiro.
3—10. Francisco Procopio da Silva Monteiro.
3—11. D. Catharina de Godoy Moreira.

CAPITULO V

1—5. D. Maria Simões (filha de Gonçalo Simões Chassim), natural de Parnahyba, casou com Pedro Gonçalves de Meira, natural de S. Paulo, filho de Jeronymo Gonçalves de Meira, da villa de S. Vicente, e de sua mulher Francisca Cubas, natural de S. Paulo, dos quaes já tratámos no cap. 3.° Esta foi filha de outra Francisca Cubas (mulher de João Gaspar Barreto), a qual foi filha de Gaspar Cubas, natural da villa do Santos e nobre cidadão de S. Paulo, onde falleceu com testamento em 6 de Agosto de 1648, e de sua mulher Isabel Sobrinha, natural de S. Paulo, onde falleceu com testamento a 22 de Julho de 1619 (13). E' este Gaspar Cubas, filho de Diogo Gonçalves Ferreira, natural da cidade do Porto, e de sua mulher Francisca Cubas, a quem fez doação em dote de casamento por escriptura de 15 de Abril de 1571 seu tio Antonio Cubas (este era irmão direito de Gonçalo Nunes Cubas, que foi pai da dita Francisca Cubas, mulher de Diogo Gonçalves Ferreira), que toda a fazenda, que na cidade do Porto pertencia a elle doador Antonio Cubas por seus pais João Pires Cubas e Isabel Nunes, e tambem por seu avô Nuno Rodrigues, cidadãos e natu-

(13) Cartorio de orphãos de S. Paulo, maço 2° de inventarios letra I, o de Isabel Sobrinha.
E nos mesmo autos por appenso o de seu marido Gaspar Cubas.

raes do Porto, comprehendendo n'esta doação bens moveis, de raiz, casaes, arrendamentos, alugueres e fóros, como tudo se vê melhor da dita escriptura, que se acha no primeiro cartorio de notas de S. Paulo, no caderno titulo 1571 pag. 3. Este Antonio Cubas, seus irmãos Gonçalo Nunes Cubas e Braz Cubas vieram todos ao Brasil, com o donatario de S. Vicente, que foi fundada em 1531. O Braz Cubas foi cavalleiro fidalgo, e o fundador e povoador da villa de Santos, da qual foi sempre alcaide-mór e provedor da fazenda real. A dita Isabel Sobrinha, mulher de Gaspar Cubas, filho e filha de Joanne Annes Sobrinho, e de sua segunda mulher Isabel Duarte. Este Joanne Annes foi pessoa de conhecida nobreza, e um dos primeiros povoadores de S. Vicente, vindo de Portugal para ella com sua primeira mulher Maria Gonçalves, com tres filhas e um filho. Do S. Vicente passou para S. Paulo, onde em 1572 falleceu dita Maria Gonçalves, e seu marido falleceu com testamento a 17 de Setembro de 1580. (14)

E teve nascidos em S. Paulo:

2—1. Antonio Simões Chassim..... § 1°
2—2. Francisco Bicudo..... § 2°
2—3. D. Maria Leme da Assumpção. § 3°
2—4. Guilherme Bicudo..... § 4°
2—5. D. Maria Pedrosa..... § 5°
2—6. D. Francisca Cubas..... § 6.
2—7. Hieronimo Gonçalves Meira..... § 7°
2—8. Manoel Bicudo..... § 8°
2—9. Pedro Gonçalves Meira..... § 9°
2—10. Gonçalo Simões de Meira..... § 10°

2—1. O padre Antonio Simões Chassim, habilitado *de genere* em 1720, foi para o Cuyabá, onde falleceu.

(14) 1° cartorio de notas de S. Paulo, titulo Abril de 1580 pag. 23, o testamento de Joanne Annes no caderno.

§ 2°, 3°, 4°, 5°, 6°, 7°, 8°, 9° e 10°

2—2. Francisco Bicudo, casou na villa de Itú a 27 de Maio de 1724 com D. Angela de Siqueira, filha do capitão Maximiano de Goes e Siqueira, e de sua mulher D. Maria de Arruda. Em titulo de Taques Pompêos, cap. 3° Com sua descendencia.

2—3. D. Maria da Assumpção, casou em Itú a 10 de Maio de 1704 com Gabriel Gonçalves Penna, natural da Ribeira de Penna, arcebispado de Braga, filho de Domingos Gonçalves, e de sua mulher Domingas Francisca. E teve filho unico Francisco.

2—4. Guilherme Bicudo, casou em Itú duas vezes, a primeira a 28 de Maio de 1708 com Maria Nunes, filha de Manoel da Costa, e de sua mulher Faustina Aranha, sem geração; segunda vez, casou a 6 de Julho de 1718 com Maria de Chaves, filha de Pedro de Chaves, e de sua mulher D. Lucrecia Leme, sem geração.

2—5. D. Maria Pedroso, casou em Itú a 4 de Fevereiro de 1706 com Hieronimo da Veiga Monteiro, filho de Antonio Bicudo, e de sua mulher Apollonia da Veiga. Em titulo de Bicudos Castanhos, cap.

2—6. D. Francisca Cubas, casou em Itú a 16 de Junho de 1716 com Ignacio Alves de Lima, natural da villa da Ilha de S. Sebastião, filho de José Alves, e de sua mulher Anna Maria : deixou geração em Itú.

2—7. Hieronimo Gonçalves de Meira, casou em Itú com Leonor de.... e com ella foi de morada para o Cuyabá, onde falleceu, sem geração.

2—8. Manoel Bicudo, no estado de solteiro o mataram nas Minas Geraes.

2—9. Pedro Gonçalves de Meira, passou para Itú, onde existe e casou com....

2—10. Gonçalo Simões de Moira, casou com filha ou irmã do capitão-mór D. Simão de Toledo Piza; ambos falleceram de veneno na villa de Itú, sem geração.

CAPITULO VI

1—6. Rodrigo Bicudo Chassim (filho de Gonçalo Simões Chassim, e de D. Maria Leme de Brito), foi baptizado na villa de Parnahyba a 27 de Julho de 1676, com o nome de Gonçalo, que no sagrado chrisma mudou, tomando o de Rodrigo; casou na matriz de S. Paulo a 26 de Janeiro de 1698 com D. Maria Pires de Barros, filha do capitão Pedro Vaz de Barros, e de sua mulher D. Maria Leite de Mesquita, ambos naturaes de S. Paulo. Em titulo de Mesquitas, ou em titulo de Pedrosos Barros, cap... §... Foi Rodrigo Bicudo nobre cidadão da Parnahyba, onde sempre teve as redeas do governo d'aquella republica ; e onde falleceu com testamento a 30 de Março de 1742 (15). Estabeleceu-se na freguezia de Nossa Senhora da Penha de França no bairro de Araçariguama com uma nobre e opulenta fazenda, da qual percebia avultados rendimentos com numerosa escravatura. Estando nas Minas-Geraes, invadiu a praça do Rio de Janeiro o inimigo francez no anno de 1711, no qual tempo era Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, governador e capitão-general da capitania de S. Paulo, e se achava residindo em Minas-Geraes ; e com a noticia d'aquella invasão dispôz-se a ir soccorrer a cidade do Rio de Janeiro, com os paulistas mais potentados d'aquellas Minas, entre os quaes se fez distincto n'este particular ser-

(15) * Este testamento acha-se no cartorio de orphãos de Parnahyba, maço de inventarios letra B n. 641, como tem o autor nos seus apontamentos.

viço o capitão Rodrigo Bicudo Chassim, que abalou com 200 homens de armas á sua custa, no que gastou grosso cabedal. Tambem se achou nas minas do Cuyabá nos primeiros annos do seu descobrimento; e d'ella se recolheu para Araçariguama bastantemente opulento; e viveu sempre abastado com grande copa de prata, e ricos moveis de casa. Sua mulher D. Maria Pires de Barros falleceu em Parnahyba com testamento a 26 de Maio de 1751 (16). Veja-se a nota.

E teve sete filhos:

2—1. D. Maria Leite do Rosario..... § 1°
2—2. D. Anna Pires de Barros..... § 2°
2—3. Bento da Gama de Alvarenga Chassim § 3°
2—4. D. Escolastica Leite..... § 4°
2—5. Bernardo Bicudo Chassim..... § 5°
2—6. D. Maria Pires de Barros..... § 6°
2—7. Ignacio Xavier Bicudo de Barros.... § 7°

(16) * Acha-se este testamento no juizo ordinario de Parnahyba, e n'elle se declaram os nomes de seu marido e dos filhos e genros, com os seus cargos, etc. que está escripto nos apontamentos do autor caderno letra M de Parnahyba.

E tambem se acha no cartorio Ecclesiastico de S. Paulo com as mesmas circumstancias.

NOTA

O capitão Rodrigo Bicudo, achando-se nas minas do Cuyabá quando para ellas passou o general Rodrigo Cesar de Menezes, foi terceiro juiz ordinario mais velho da creação da villa, que foi erigida no 1° de Janeiro de 1727, e foi seu companheiro o tenente-coronel João de Queiroz Mascarenhas Sarmento, como consta de um termo tirado dos livros da secretaria do governo, e registrado no livro 1° dos registros a folhas 21 verso, e do 1° das vereanças a folhas 2 do archivo da camara de Cuyabá. E do mesmo livro de registro consta a folhas 28 e 28 verso servir o mesmo capitão Chassim de ouvidor geral por carta do dito general de 8 de Abril de 1729, muito honrosa, em lugar do desembargador Antonio Alves Lanhas Peixoto, que se escusou por carta do mesmo dia por motivos de molestia. E o mesmo ouvidor Chassim se ausen-

§ 1°

2—1. D. Maria Leite do Rosario, casou em Araçariguama com o capitão Fernão Bicudo de Andrade, por procuração por este se achar ausente em Minas-Geraes; natural ou morador da Ilha Grande de Angra dos Reis, filho de Melchior de Andrade de Araujo, e de sua mulher Maria Bicudo de Brito ; esta falleceu no Rio das Mortes em 1711, e aquelle falleceu na villa de Angra dos Reis, com testamento, a 3 de Abril de 1700 (Cartorio de orphãos de Parnahyba, inventario de Maria Bicudo de Brito n. 523). E em titulo de Bicudos Carneiros, cap... Este capitão Fernão Bicudo de Andrade passou de S. Paulo com sua mulher para as minas de Goyazes, estando estabelecido com lavras mineraes de grande rendimento no arraial da Meia-Ponte, alli falleceu e sua mulher. E teve naturaes de Araçariguama, que foram com seus pais para Goyazes, quatro filhos :

3—1 D. Maria Joanna.
3—2. D. Gertrudes de Andrade.
3—3. Rodrigo Bicudo de Andrade.
3—4. Athanasio Leite de Andrade.

3—1. D. Maria Joanna, casou em villa Bôa de Goyazes em 1749 com Antonio Luiz Lisboa, fiscal da real capitação desde o anno do seu estabelecimento n'aquellas minas ; e depois foi intendente da casa da fundição do arraial de

tou para S. Paulo encarregado de varias ordens do general, como consta da que se acha á folhas 34 verso datada a 2 de Junho de 1727; e em seu lugar foi eleito de barrete o mestre de campo Antão Leme da Silva a 18 de Junho do mesmo anno, como consta do livro 1° das vereanças a folhas 18 e 18 verso. Foi depois capitão-mór, e fundou a igreja de Nossa Senhora da Penha de Araçariguama, que paramentou, e dotou com bastante dinheiro posto a juros, que até o presente é o patrimonio da dita igreja, que serve de matriz d'aquella freguezia.

S. Felix, Chapada, e outros, que foi creada em 1753 por D. Marcos de Noronha, governador e capitão-general da capitania de Goyaz, a quem mandou el-rei D. José que, vista a representação d'aquelles povos, e neccessidade que havia d'aquella casa de fundição, passasse elle governador erigil-a no arraial de S. Felix, creando todos os officiaes d'ella, e até intendente, que queria que fosse homem letrado, visto dever ter os mesmos emolumentos, jurisdicção, privilegios e mais prerogativas, que são concedidas aos mais intendentes pela lei de 3 de Dezembro de 1750, e visto deverem julgar, sentenciar, etc. Porém o general dando conta a Sua Magestade que não havia sargento graduado capaz, e que tinha achado todas as boas qualidades em Antonio Luiz Lisboa, foi Sua Magestade servido approvar a dita nomeação; e ficou este existindo não só no titulo do conde dos Arcos, e depois no titulo do conde de S. Miguel D. Alvaro José Xavier Botelho, mas no titulo do successor d'este, em que falleceu dito Antonio Luiz, que foi em 1765. Depois d'elle succedeu-lhe no lugar de intendente Manoel Gomes de... lavrador que alli existiu mais de 20 annos, e que foi preterido na creação da dita casa de fundição.

E teve:

3—2. D. Gertrudes de Andrade, casou em Meia Ponte com André Corrêa de Toledo, natural e cidadão de Taubaté, filho do capitão João Vaz Cardoso. Em titulo de Toledos.

3—3. Rodrigo Bicudo de Andrade, casou na Meia-Ponte com filha de Francisco de Siqueira Gil, natural e cidadão de Taubaté, e de sua mulher D. Anna Ribeiro Leite, a qual foi filha de Gaspar Corrêa Leite. Em titulo de Mirandas. E Francisco de Siqueira Gil, em titulo de Teveriçás, cap...

3—4. Athanasio Leite de Andrade, casou na Meia-Ponte com D....., filha de Salvador Jorge Luiz. Em titulo de Buenos de Ribeira, cap... §... e de sua mulher D..... filha de Antonio Ferraz de Araujo, natural de Parnahyba, em titulo de Ferrazes Araujos, cap... §...

§ 2°

2—2. D. Anna Pires de Barros Leite, natural da freguezia de Araçariguama, em cuja matriz casou com Francisco Nabo Freire, sargento-mór dos auxiliares da villa de Guaratinguetá, onde teve o seu estabelecimento, e falleceu com testamento a 8 de Janeiro de 1765, natural da cidade de Lagos no Algarve, filho de João Netto Delgado Arouche, e de D. Maria Freire, nascido em Lagos a 20 de Julho de 1642, e casou na mesma cidade a 26 de Janeiro de 1660. Neto pela parte paterna de Domingos Netto, natural da villa de Setubal, capitão e governador da antiga fortaleza do Azevial na barra de Lagos, onde foi morto com sua mulher em uma invasão, que fizeram os mouros em um domingo, estando todos á missa e descuidados (filho de João Alves e Joanna Netto), e de sua mulher Francisca Amado, filha de João Netto Delgado, e de sua mulher Maria Rodrigues, naturaes ambos de Lagos. Neto pela parte materna de Balthasar Nabo (filho de Gaspar Nabo, e de Maria Freire, naturaes de Lagos), e de sua mulher Anna Dias, filha de João Dias Ribeiro, e Leonor Dias, todos naturaes de Lagos. Isto consta do instrumento que se processou na cidade de Lagos por parte de Agostinho Delgado e Arouche, em que depuzeram as pessoas mais distinctas da dita cidade ; e se acha nos autos *de genere* de seus filhos na camara episcopal de S. Paulo L. F.

E teve dois filhos:

3—1. Agostinho Delgado e Arouche, natural da freguezia de Araçariguama, nobre cidadão de S. Paulo, casou a 23 de Janeiro de 1746 na igreja de Nossa Senhora do Carmo da mesma cidade com D...

3—2. D. Maria Freire (filha do sargento-mór Francisco Nabo Freire), casou com José Soares, natural da villa de Sorocaba, filho do capitão Domingos Soares Paes, de Curitiba, e de sua mulher Maria Leite da Silva, de Sorocaba.

§ 3°

2—3. Bento da Gama de Alvarenga Chassim, natural de Araçariguama, nobre cidadão de S. Paulo, em cujo termo fez o seu estabelecimento com excellente fazenda de cultura, e moenda de espremer a canna, e estillar aguas-ardentes. Passando á provincia do Rio-Grande de S. Pedro do sul, e achando-se na campanha do Rio Pardo em posto de capitão de soldados milicianos, levado do ardor natural, que herdou dos nobres ascendentes, que no serviço do rei foram sempre soldados aventureiros sem soldo, nem interesse de premios, não duvidou acompanhar para uma facção de credito, mais temeraria que valorosa, aos capitães João de Siqueira Barbosa e Miguel Pedroso Leite, ambos naturaes de S. Paulo, que com o limitado corpo de 200 paulistas, todos bisonhos, sem menor disciplina militar, atacaram em 1762 uma fortaleza, que por todos os lados tinha artilheria de grosso calibre, e por governador d'ella a D. Antonio Catane, havendo dentro do presidio varios officiaes de patente com soldados de tropas regulares, além de um corpo de 2,000 indios, destros em atirar flechas e no fogo dos arcabuzes. E foi Bento da Gama um dos soldados que venceu a muralha da dita fortaleza, tendo por companheiros d'esta grande acção a

um mesmo tempo os dois capitães paulistas acima, e o tenente de infantaria Cypriano Cardoso de Barros Leme, natural tambem de S. Paulo, e foi tal a confusão dos do presidio, que o primeiro que fugiu foi o governador D. Antonio Catane, em camisa, para não ser conhecido pela farda, ficando prisioneiros um mestre do campo, o sargento-mór, tres tenentes e dois artilheiros, que ambos eram jesuitas, que, tendo por fardas as roupetas, se fizeram bem conhecidos. Ficaram senhores da artilheria grossa e miuda, grande numero de espingardas, catanas, dardos, etc., grande numero de barris de polvora, e tudo que estava dentro da fortaleza, e se deu este despojo aos 200 soldados paulistas, de que pouco se aproveitaram, porque toda a ambição de interesse se apoderou dos soldados dragões. Desenfestada a campanha, recolheram-se os nossos para a praça do Rio Pardo com 21,000 vaccas, e 16,000 cavallos; e devendo este despojo ser repartido pelos 200 paulistas, não se praticou assim, porém sempre tiveram a honra do real serviço n'esta grande acção.— Bento da Gama recolheu-se a salvamento á sua casa, onde existe. Está casado com D. Escholastica de Camargo, natural de S. Paulo, filha de José de Camargo e Siqueira, o qual falleceu com testamento a 19 de Setembro de 1716, e de sua mulher Domingas Franca de Brito, natural de S. Paulo, onde falleceu com testamento a 26 de Junho de 1734, e foi filha de Manoel Franco, e de sua mulher Maria da Rocha Canto (17).

E teve:

(17) Cartorio de orphãos de S. Paulo, maço 1º de inventarios, letra D n. 46 o de Domingas Francisca de Brito. Camara episcopal de S. Paulo autos *de genere* de Antonio Pedroso de Barros.

3—1. O padre Antonio Pedroso de Barros, tem sido vigario de algumas igrejas do bispado de S. Paulo.

3—2. Rodrigo Bicudo Chassim.

3—3. Francisco Pedroso de Barros Leite.

3—4. Felisberto Antonio.

3—5. Manoel Francisco.

3—6. D. Antonia Pires de Barros, casou na Sé de S. Paulo com Valentim Corrêa Leme, natural da villa de Pindamonhamgaba, filha de Matheus Corrêa Leme, e de sua mulher Monica Leite.

3—7. D. Maria Pires de Barros, casou na Sé com Manoel Soares do Valle, natural de Curitiba, e filho de João Soares do Valle, natural de Portugal.

3—8. D. Anna Maria de Camargo.

§ 4.°

2—4. D. Escholastica Leite (filha do capitão Rodrigo Bicudo Chassim, pag. 165). Casou em Araçariguama com Francisco da Rocha Lima, da cidade do Porto, e cidadão de S. Paulo, filho do capitão-mór Francisco da Rocha Lima, e de sua mulher D. .....

Passaram de casa mudada para a Villa Boa de Goyazes.

3—1. D. Eufrasia Leite.

3—2. D. Joanna.

3—3. D. Maria.

3—4. D. Rosa.

§ 5.°

2—5. Bernardo Bicudo Chassim (filho do capitão Rodrigo Bicudo Chassim, pag. 165), é capitão da infantaria auxiliar da freguezia de Araçariguama. E' homem magnanimo, de grandes forças, e muito veloz na carreira, o que

muito admira, por ser muito gordo, ainda que grosso por igual. Está bem estabelecido na mesma freguezia. Casou com D. Veronica Dias Paes Leite, de Sorocaba, filha do capitão Domingos Soares Paes, e de sua mulher Maria Leite da Silva, de quem fallámos n'este cap., § 2°, n. 3—2. E tem

3—1. Rodrigo Pedroso Leite.

3—2. Domingos.

3—3. José.

3—4. Ignacio.

3—5. Hieronimo.

3—6. Salvador.

3—7. D. Gertrudes Bicudo. Casou em Araçariguama com José de Siqueira de Camargo, capitão das ordenanças da freguezia de Juquiri, natural de S. Paulo, filho de João de Elrios Furtado e de sua mulher Maria do Nascimento de Camargo. Em titulo de Camargos, cap... §... D. Gertrudes Bicudo falleceu em Araçariguama no primeiro parto.

3—8. D. Anna.

§ 6°

2—6. D. Maria Pires de Barros. Casou em Araçariguama com Sebastião Soares de Camargo, natural e cidadão de Parnahyba, filho de Francisco Bueno de Camargo. Em titulo de Camargos, cap... §... E tem

3—1. Ignacio Xavier Bueno.

3—2. D. Maria.

3—3. D...

3—4. D...

§ 7° e ultimo

2—7. Ignacio Xavier Bicudo de Barros, casou em Soro-

caba com D. Maria Paes de Araujo, filha do capitão Domingos Soares Paes, do § 5° retro. E teve

3—1. Miguel.

3—2. D. Maria... casou em Araçariguama com Bento Medella, filho do capitão Francisco Soares Medella, natural e nobre cidadão de S. Paulo, e de sua mulher D. Escholastica Leite. Neto pela parte paterna do sargento-mór Roque Soares Medella, natural da villa do Conde, na provincia do Minho, que foi leigo jesuita no collegio de S. Paulo (filho de Luiz Soares de Anvers, e de Benta de Medella da dita villa do Conde) e de sua mulher Anna de Barros, natural da freguezia de Acotia. E pela parte materna neto do coronel Pedro Vaz de Campos, e de sua mulher D. Escholastica Leite de Oliveira. Em titulo de Campos, cap... §... ou de Lemes, liv. 4.

CAPITULO VII

1—7. José Simões, baptizado em Parnahyba a 27 de Março de 1678. Falleceu solteiro de um lebinho que do hombro lhe descia até os peitos, fazendo horrorosa figura.

CAPITULO VIII

1—8. Francisco Bicudo Chassim (filho do tronco), nobre cidadão de S. Paulo, onde casou (e falleceu), com D. Maria Bueno de Oliveira, irmã inteira de Braz de Moura, filhos de João de Moura Camello, de reconhecida nobreza, e cunhado do capitão-mór governador Manoel Bueno da Fonseca. Em titulo de Buenos, cap. 1° § 7.° E teve só duas filhas naturaes de S. Paulo.

2—1. D. Maria Leme de Oliveira.... § 1.°

2—2. D. Anna Bueno de Oliveira... § 2.°

§ 1°

2—1. D. Maria Leme de Oliveira, casou com Francisco Xavier Garcia, natural e nobre cidadão de S. Paulo, filho de Garcia Rodrigues Betim, e de Joanna Corrêa de Siqueira, que falleceu em S. Paulo, e aquelle Betim nas Minas-Geraes. Neto pela parte paterna de João Paes Rodrigues, natural e nobre cidadão de S. Paulo (filho de João Paes, o Velho, um dos nobres povoadores de S. Paulo e maior que foi na sua fazenda do sitio de Santo Amaro, onde depois de muitos annos se erigiu a igreja d'esta capella em freguezia, e de sua mulher Suzana Rodrigues, natural de S. Paulo), e de sua mulher Anna Maria Rodrigues Garcia, natural de S. Paulo, e por ella bisneto de Garcia Rodrigues Velho, nobre cidadão de S. Paulo, potentado em arcos, e abundante em cabedaes; protector da nobre familia dos Pires contra a dos Camargos nas guerras civis, que reinavam entre estas duas oppostas familias; e foi este paulista muito recommendavel com igual respeito e veneração. Falleceu a 13 de Abril de 1671, e de sua mulher Maria Betim, que falleceu em S. Paulo com a idade de 115 annos. Terneto de Garcia Rodrigues Velho, natural da villa de S. Vicente (filho de Garcia Rodrigues e de Isabel Velho, ambos da cidade do Porto, e primeiros e nobres povoadores de S. Vicente, para onde foram com filhas e filhos, e entre os quaes foram dois clerigos de S. Pedro, o padre Gabriel Garcia e o padre Jorge Rodrigues, que acabou vigario collado da matriz da villa de Santos, e vigario geral da capitania de S. Vicente, que ainda florescia em 1591), e de sua mulher Catharina Dias, natural de S. Vicente, que passou para S. Paulo, onde florescia pelos annos de 1629, filha de Domingos Dias, natural da freguezia de S. Miguel da Lourinhã, termo de

Vimieiro, e de sua mulher Antonia de Chaves, que foi para S. Vicente com seu irmão Manoel de Chaves, um dos primeiros e nobres povoadores de S. Vicente, o qual estando potentado e tendo feito muitos serviços a a Deus, ao rei e ao donatario d'aquella capitania, tomou a roupeta de jesuita em 1549 das mãos do padre superior Leonardo Nunes, como melhor se lê todo o referido na *Chronica do Brasil*, liv. 1° fl. 62.—Por Maria Betimk—Terneto de Giraldo Betimk, da cidade de Drusburch, do ducado de Geldres, e de Custodia Dias, filha de Manoel Fernandes Ramos da villa e praça de Moura, e de sua mulher Suzana Dias, que era prima direita do padre Lourenço Dias, vigario collado da matriz de S. Paulo, e foram os fundadores padroeiros da capella de Sant'Anna de Parnahyba,a qual ficou sendo matriz depois de erigida em villa de Parnahyba, e na capella-mór d'ella foram sepultados os ditos fundadores. Esta Suzana Dias foi irmã do capitão-mór Belchior Carneiro, que penetrou o sertão da Parnahyba em 1608 a descobrimento de minas de ouro,ou de prata, que ficaram sem effeito por fallecer no mesmo anno a 29 de Setembro, como consta no cartorio de orphãos de S. Paulo,m. 1° de inventarios da letra B. Sua irmã dita Suzana Dias falleceu em Parnahyba com testamento a 2 de Setembro de 1634, que se acha no cartorio de orphãos de Parnahyba letra S. n. 8. Foi filha de Lopo Dias e de sua primeira mulher Beatriz Dias, a qual foi filha do rei de Piratininga Teveriçá, o qual depois da sagrada fonte se chamou Martim Affonso Teveriçá, cujas moraes virtudes, seu ardente zelo, e amor da religião catholica romana se conhece melhor da expressão que faz d'esse memoravel rei o padre Vasconcellos na *Chronica da companhia do Brasil*. E teve :

3—1. D. Gertrudes..... Casou em S. Paulo com Vi-

cente Luiz, natural da mesma cidade, em cujos pateos tinha estudado grammatica latina; filho de Antonio da Silva Brito natural de..... e cidadão de S. Paulo, de cuja companhia de ordenanças foi capitão, e de sua mulher Maria de Lima, natural da villa de Santos, irmã inteira de frei Francisco, religioso capucho da provincia do Rio de Janeiro, chamado por antenomasia o Pachequinho, varão de espirito verdadeiramente humilde, vida exemplar e penitente, e de conhecida virtude, e filho do capitão Manoel Pacheco Lima, natural da villa de Ponte de Lima (filho de Domingos Esteves, e de Joanna Pacheco de Amorim), nobre republicano da villa de Santos, onde serviu de procurador da corôa e fazenda, familiar do Santo Officio.

3—2. D. Maria Caetana.
3—3. D. Anna Maria.
3—4. D. Anna Catharina.
3—5. D. Ursula.
3—6. D. Escholastica.
3—7. D. Theresa. Falleceu de bexigas.

§ 1°

2—2 D. Anna Bueno de Oliveira foi casada com José Cesar Moreira, filho de Francisco Cesar Moreira, e de Isabel Maciel, natural de S. Amaro. Neto por parte paterna de Diogo Gonçalves Moreira, e de Catharina de Miranda. Em titulo de Moreiras cap. 8° § 1°. n°. 1. E pela materna neto de João Maciel, e de Clara Domingues do Passo, ambos de S. Paulo e moradores que foram de S. Amaro. E teve dois filhos.

3—1 Francisca
3—2 Francisco de Paula

CAPITULO IX

1—9 D. Anna Leme de Brito, foi casada com José Martins Cesar, natural de S. Paulo, morador que foi de Araçariguama, onde teve uma opulenta fazenda. Foi sargento-mór das tropas melicianas da villa de Parnahyba, de cuja republica teve repetidas vezes as redeas do governo. Falleceu com testamento a 13 de Novembro de 1757(18). Filho de Francisco Cesar de Miranda e de sua mulher Anna Peres Leme, ambos naturaes de S. Paulo. Neto de Francisco Cesar de Miranda Tavares, proprietario do officio de escrivão de orphãos de S. Paulo e de sua mulher Anna Peres Leme (19). Neto de Francisco de Miranda Tavares, natural da cidade de Beja, que falleceu em S. Paulo com testamento a 7 de Junho de 1642, e escrivão proprietario de orphãos de S. Paulo por mercê de D. Alvaro Pires de Castro e Sousa, marquez de Cascaes, e capitão donatario da capitania de S. Vicente e S. Paulo e de sua mulher D. Isabel Paes, com quem casou em S. Paulo a 8 de Janeiro de 1631, filha de Simão Borges Cerqueira, natural de Mezamfrio, moço da camara d'El-rei D. Henrique, e de sua mulher D. Leonor Leme. Em titulo de Lemes, ou de Cerqueiras, cap...

E teve oito filhos naturaes da freguezia de Nossa Senhora da Penha de França de Araçariguama.

2—1. João Martins Pedroso.....	§ 1.°	Casou com viuva.
2—2. José Martins Leme.....	§ 2.°	Falleceu solteiro.
2—3. Antonio Pedroso.....	§ 3.°	Casaram em Itú e foram para Cuyabá.
2—4. Lourenço Leme Cesar.....	§ 4.°	

(18) Cart. de notas de Parnahyba, invent. do sargento-mór José Martins Cesar.

(19) Vide que parece-me está errado isto.

2—5. Bento Leme..... § 5.° Casou em Itú com filha de José Mendes, sargento-mór em Meia Ponte, onde o mataram seus escravos: e foi para o Cuyabá.

2—6. D. Maria Leme de Brito.... § 6.°

2—7. D. Joanna Leme de Brito.. § 7.°

2—8. D. Gertrudes Pedroso Leme § 8.°

§ 5°

2—5. Bento Leme, casou em Araçariguama, ou na villa de Itú, com D. Isabel de Mello, natural da dita villa, filha de João de Mello do Rego, capitão-mór da mesma, e provedor dos reaes quintos no registro de Piracicaba, natural da Ilha de S. Miguel da villa da Ribeira-Grande, de distincta e qualificada nobreza, e de sua mulher D. Bernarda de Arruda. Em titulo de Arrudas, titulo 2° cap. 10 § 6°

§ 6°

2—6. D. Maria Leme de Brito, casou com o sargento-mór Antonio de Moraes e Siqueira, natural de Jundiahy, filho de Manoel Rodrigues de Moraes, e de Francisca de Siqueira. Em titulo de Moraes, cap. 2° § 8.° E teve nascidos em Jundiahy sete filhos.

3—1. Ignacio, falleceu menino em Parnahyba.

3—2. Antonio de Moraes Pedroso, nobre cidadão de Jundiahy, sua patria, onde vive abundante e com cabedal de dinheiro amoedado; foi sargento-mór das ordenanças da mesma villa por patente d'el-rei o Sr. D. José I, e no mez de Julho de 1772 tomou posse na camara da dita villa de capitão-mór d'ella; alli casou com D. Leonor Leme da Costa, filha de José Dias Ferreira, natural da freguezia de Matozinhos, que foi capitão-mór de Jundiahy, e de sua mulher D. Maria Leme do Prado, natural de Jundiahy, a qual

foi filha do capitão-mór d'esta villa Antonio da Costa Reis, natural de Lisboa, freguezia de Santa Justa, e de sua mulher D. Paschoa Leme do Prado, natural de Jundiahy, filha de Lucas Fernandes de Mattos, natural de Vianna do Minho, e de sua mulher D.....Leme do Prado, que foi filha de Pedro Leme do Prado, e de sua mulher Maria Gonçalves Preto. Em titulo de Lemes, cap... E teve filho unico herdeiro de sua casa :

4—1. José de Moraes Leme, existe solteiro.

3—3. D. Escholastica de Moraes Leme, casou em Jundiahy com João Gomes dos Santos. Sem geração.

3—4. D.Maria de Moraes Leme, casou a primeira vez com Francisco Leme de Mattos, natural de Jundiahy, filho do capitão-mór d'ella Antonio da Costa Reis. Tem geração. Casou segunda vez dita D. Maria de Moraes com Manoel Leitão Villas Boas. Sem geração.

3—5. D Gertrudes de Moraes Leme Pedroso, casou com José de Siqueira Pinto, natural de Taubaté, filho de Thomé Nunes Paes, e de sua mulher Violante Cardoso, que foi irmã de D. Maria de Siqueira Cardoso, mulher do brigadeiro Alexandre Barreto de Lima, filhos de Domingos Vaz de Siqueira, e de sua mulher Maria de Gusmão. O dito Domingos Vaz de Siqueira foi filho de Gaspar Vaz da Cunha, o *Jaguareté* de alcunha (filho de Christovão da Cunha de Onhate, em titulo de Cunhas Gagos, e de sua mulher Mecia Vaz Cardoso. Em titulo de Vaz Guedes), e de sua mulher Victoria de Siqueira, da nobre familia dos Siqueiras Mendonças, da villa de Santos. Em titulo de Siqueiras Mendonças, cap. .. § ... A dita Maria de Gusmão foi filha de Luiz de Gusmão, natural de S. Sebastião, que casou em S. Paulo a 30 de Julho de 1643 (filho de Agostinho de Gusmão, natural da villa de S. Vicente, e de Suzana Peres, natural de Santos), e de sua mulher Violante Cardoso, que

foi filha de Balthasar Lopes Fragoso, natural de Lisboa, da freguezia dos Martyres, e falleceu em S. Paulo com testamento a 2 de Junho de 1636, e de sua mulher Marianna Cardoso, filha de Pedro Madeira, e de sua primeira mulher Violante Cardoso, ambos naturaes de S. Paulo. E tem geração.

§ 7°

2—7. D. Joanna Leme de Brito, casou com Estevão Forquim Pedroso, natural da Parnahyba, filho de Claudio Forquim da Luz, e de sua mulher Isabel Pedroso, ambos naturaes de S. Paulo. Neto pela parte paterna de Estevão Forquim e de sua mulher Maria da Luz. Em titulo de Forquins: e pela materna de Francisco Pedroso Xavier e de sua mulher Maria Cardoso. Em titulo de Moraes, cap. 3° § 1°. Estevão Forquim Pedroso é irmão do capitão Estanisláo Forquim, pai do padre Antonio Antunes de Campos. E teve :

3—1. José Forquim.
3—2. Anna Forquim.

§ 8°

2—8. D. Gertrudes Pedroso Leme (filha de D. Anna Leme de Brito e do sargento-mór José Martins Cesar), casou com Antonio de Mello do Rego (filho do capitão-mór João de Mello do Rego.) Em titulo de Arrudas, titulo 2° cap. 10 § 3.°

CAMPOS

A familia de Campos da capitania de S. Paulo teve origem em Filippe de Campos, natural da côrte de Lisboa, da freguezia do Loreto (filho de Francisco de Wanderburg, natural de Anvers do Estado de Flandres, e de sua mulher Antonia de Campos, natural de Lisboa, como consta dos autos *de genere* de Filippe de Campos, que foi clerigo, processados em 1671 (Camara episcopal de S. Paulo, autos, letra F. n. 1º do maço 1º). Este Filippe de Campos era pessoa de nobreza, e tendo acabado os estudos de grammatica no collegio de S. Antão o mandaram seus pais para a universidade de Coimbra: tinha feito algumas matriculas, quando por accidentes do tempo e extravagancias de estudantes fez uma morte, cujo successo o fez sahir de Coimbra; e porque ainda na côrte, e casa de seus pais não podia viver seguro, gozando a liberdade de passeiar publico; tomou a resolução de se passar ao Brasil a metter tempo em meio. Veiu para a cidade da Bahia onde então o provincial jesuita era sujeito de seu conhecimento, e com o mesmo passou a S. Paulo attrahido já de amizade que tinha conciliado com religioso natural de S. Paulo o padre Vicente Rodrigues, que o recommendava aos parentes, e muito mais a seus pais, para que o casassem com sua irmã Margarida Bicudo, por ser pessoa de conhecida nobreza e homem estudante e de boa capacidade.

Com effeito chegou a S. Paulo Filippe de Campos, onde foi tratado com agasalho urbano dos paulistas da primeira nobreza, e entre elles o capitão Manoel Pires, para quem vinha recommendação da cidade da Bahia do filho

o padre Vicente Rodrigues. Agradou-se tanto o capitão Manoel Pires do dito Filippe de Campos, que veiu a tomal-o por genro. Casou na matriz de S. Paulo a 9 de Agosto de 1643 com Margarida Bicudo, filha do capitão Manoel Pires, e de sua mulher Maria Bicuda, ambos naturaes de S. Paulo. Em titulo de Bicudos, Cap. 1º § 3º. Foi Filippe de Campos, cidadão de S. Paulo, em cuja republica serviu repetidas vezes os cargos honrosos d'ella,e muito mais sendo adornado de muita civilidade, cortez politica, e boa instrucção, com lição da historia, por cujas prendas se fazia estimado e applaudido geralmente. Falleceu com testamento a 18 de Dezembro de 1681. (Cart. da villa de Parnahyba, Inventarios da letra F, n. 307 o de Filippe de Campos.) E Margarida Bicudo falleceu em Itú a 24 de Fevereiro de 1708. (Cartorio de residuos da ouvidoria de S. Paulo, testamentos, letra M, o de Margarida Bicudo) E teve doze filhos naturaes de S. Paulo uns, e outros de Itú.

Filippe de Campos.....	Cap. 1º
Estanisláo de Campos.....	Cap. 2º
Manoel de Campos.....	Cap. 3º
Francisco de Campos.....	Cap. 4º
José de Campos Bicudo	Cap. 5º
Bernardo de Campos Bicudo..	Cap. 6º
Nuno de Campos Bicudo.....	Cap. 7º
Anna de Campos.....	Cap. 8º
Maria de Campos Bicudo.....	Cap. 9º
D. Antonia de Campos.....	Cap. 10
Isabel de Campos.....	Cap. 11
Margarida Bicudo.....	Cap. 12

CAPITULO I

1—1. Filippe de Campos, seguiu os estudos de grammatica latina, philosophia, e theologia moral: sahiu bom estu-

dante, e ordenou-se de presbytero em 1671. Foi o primeiro vigario collado pela mesa da Consciencia e Ordens que teve a igreja matriz da villa de Itú por mercê do Sr. rei D. Pedro II, de 20 de Fevereiro de 1694. (Cartorio da Provedoria da fazenda real, liv. de registros n. 5° 1693 até 1701 pag. 14.

CAPITULO II

1—2. Estanisláo de Campos, tomou a roupeta da companhia no noviciado do collegio da Bahia. Seguiu os estudos com tanto aproveitamento que foi um dos maiores barretes que teve a provincia do Brasil : foi lente de artes, e depois de theologia no collegio da Bahia, onde professou o 4º voto. Foi reitor d'este collegio e provincial do Brasil duas vezes : a segunda foi no triennio de 1713. Teve tão grande aceitação, que o seu nome era o mais conhecido em Roma dos seus Revms padres geraes, principalmente do padre proposito geral Miguel Angelo Tamborino, de tal sorte, que quando do Brasil ião remettidas as pautas dos collegios com os nomeados para occuparem as reitorias, infallivelmente havia de ir conta particular do padre Estanisláo de Campos; e por esta se governava o Revm. geral para remetter as letras aos religiosos que vinham nomeados para reitores, e para provincial do triennio. Teve um respeito e veneração tão grande, não só dentro dos claustros da sua provincia, como das pessoas particulares da primeira nobreza das cidades da Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro, e S. Paulo, que outro algum religioso não chegou a merecer tanto. Já em avançados annos de idade decrepita se aposentou no collegio de S. Paulo, sua patria, para com tranquillidade do espirito se entregar todo á oração com Deus ; e das suas virtudes havia uma grande opinião. Governando a capitania de S. Paulo Rodrigo Cesar

de Menezes em 1722, em que tomou posse, não resolvia negocio algum, por mais arduo que fosse, sem consultar a Estanisláo de Campos, cujos assertos venerava como de oraculo: teve muito particular amizade com este; e quando passou por ordem régia para as minas de Cuyabá, deixando em seu lugar governando a capitania ao coronel Domingos Rodrigues da Fonseca, ficou este advertido a consultar sempre toda e qualquer materia pertencente ao mesmo governo, ao Revm. Estanisláo de Campos, a quem sempre escrevia do Cuyabá nas monções das canôas de cada anno. Tinha tão presentes os tratados de philosophia paripatetica, que estando em idade de mais de 80 annos quando leu o Curso de Artes o Rev. padre mestre Nicoláo Tavares no triennio 1730, que os estudantes filhos de pessoas principaes da cidade o procuravam para lhes explicar a postilla, elle se não negava a este trabalho em todos os dias de classe n'aquella meia hora que corria das 10 e meia em que sahiam os estudantes do pateo até as 11 em que tocavam o silencio; e era tal a clareza e os exemplos com que se explicava, que o mais insufficiente dos que concorriam á sua doutrina sahia d'esta lição com perfeito conhecimento da questão, em que padecia a falta de percepção. Tinha por costume inalteravel, porque tinha saude, celebrar o santo sacrificio da missa ao romper do dia, na hora das 5, e depois de tomada no seu cubiculo uma pequena refeição que ordinariamente era uma chicara de chocolate, assentava-se no confissionario, até que não houvesse mais penitentes que se quizessem confessar; e as tardes passava, depois de 4 horas em oração, em uma tribuna da capella-mór, em que sempre estava o Santissimo Sacramento no Sacrario. Para tão singular vida ainda foram os annos que durou, muito poucos, chegando á idade de 90. N'esta epoca falleceu mais debilitado das forças, pela austeridade da

vida, que enfraquecido da mesma enfermidade. Conheceu a hora da sua morte, e depois de haver recebido o sagrado Viatico com o sacramento da Extrema-unção, com semblante alegre e sereno, cheio sempre de toda a humildade, que praticou em todo o tempo, ainda quando prelado, agradeceu a assistencia religiosa, que lhe tinham feito, e estavam fazendo : pediu com suave brandura que se recolhessem a descansar, e o deixassem só na companhia do seu santo Crucifixo, que tinha nas mãos, e á cabeceira uma lamina de preciosa pintura que lhe tinha mandado de Roma o seu reverendissimo geral de Nossa Senhora da Encarnação ; porém que dando o relogio do mesmo collegio as 5 horas da manhã viessem promptamente, porque esta era a hora ultima da sua vida. Com saudosa repugnancia obedeceram os religiosos, e, como tinham em muita opinião a santidade do reverendo Estanisláo de Campos, se persuadiram que n'aquella noite não acabava a vida, visto que elle segurava que a final hora era a das 5 da manhã. Antes d'este tempo sempre o amor dictava nos reverendos alguma inquietação, e costumavam vir até a porta do cubiculo, e applicando os ouvidos achavam um tal socego, que se persuadiam que estava repousando; e assim passaram a noite toda, até que dando o relogio as 5 horas acudiram todos; e abrindo-se-lhe a porta do cubiculo acharam o servo de Deus de joelhos em cima da cama, com as mãos postas sobre o peito, e n'ellas o santo Crucifixo, e os olhos abertos, mas já defunto, porque n'aquelles poucos minutos tinha expirado e entregue a sua ditosa alma ao Creador. O' que pasmo ! E saudosa alegria de lagrimas dos reverendissimos, que para logo passaram aquelle venerando cadaver a um esquife forrado de um panno de velludo preto ; e revestido com os paramentos sacerdotaes foi depositado na sachristia, como costume

praticado em todos os collegios. Já os signos tinham feito o primeiro signal quando os officiaes do senado da camara e o Dr. ouvidor geral, e o corpo politico de toda a nobreza e plebe tinha concorrido a beijar-lhe a mão, e o acharam com o semblante alegre, e o corpo todo flexivel conservando a côr natural. Ornaram e cobriram aquelle venerando cadaver com flôres, sendo tão grande o concurso, que para se não estragar a decencia veiu para logo uma guarda de soldados dos que estavam á porta do general, que era o conde de Sarzedas, D. Antonio Luiz de Tavora, que tambem era particular amigo do reverendissimo Estanisláo de Campos. Todos lhe assistiram ao officio de corpo presente até se lhe dar sepultura dentro da capella-mór. Nós lhe assistimos tambem como amante discipulo dos seus santos conselhos, e doutrina de mestre espiritual no Sacramento da Penitencia; e tambem da sua lição sobre a postilla do padre mestre Nicoláo Tavares, de quem temos referido este trabalho, que com suavidade nos praticou sempre o Rvm. padre-mestre Estanisláo de Campos, cujo nome e amorosa saudade vive sempre, e viverá nos corações de todos os que tiveram a ventura de o conhecer e tratar.

CAPITULO III

1—3. Manoel de Campos Bicudo, cidadão de S. Paulo, de cuja republica teve sempre o primeiro voto, foi pessoa de muita estimação e respeito. Possuiu grandes cabedaes com numerosa escravatura, e muitos indios de sua reducção e administração, casou duas vezes: primeira com D. Luzia Leme de Barros, filha de Antonio Pedroso de Barros e de Maria Pires Monteiro. Em titulo de Pedrosos Barros, cap. 2º § 4º; segunda vez casou com D. Antonia Paes de Oliveira, sem geração, e ella passou a segundas

nupcias com o grande cabedal que lhe ficou de meiação, com Clemente Carlos de Azevedo Cotrim. Falleceu Manoel de Campos Bicudo em S. Paulo a 16 de Maio de 1722, e se mandou enterrar na capella dos terceiros de S.Francisco, em cuja ordem tinha sido irmão ministro. Nós o conhecêmos, e nos não acordamos de outrem que com elle competisse na corpulencia. Este paulista foi intrepido contra os barbaros gentios dos sertões do Rio-Grande,e Rio Paraguay, que os penetrou vinte e quatro vezes, a saber : tres como soldado e vinte um como capitão-mór da tropa, para as partes da provincia de Paraguay das Indias de Hespanha na America Meridional. Fez a ultima entrada em 1653 (*Duvido d'esta data) pelo sertão da Vaccaria, levando na companhia do seu troço ao sobrinho Gabriel Antunes de Campos, do cap. 8° § 1°. Avizinhou-se á reducção dos indios do Rio de Paraguay acima dos padres jesuitas,e denominada..... conforme ao Dr. D. Francisco Xarque de Andela, liv... cap.... E para socegar os animos dos padres jesuitas, declarados inimigos dos paulistas pelos successos antecedentes com as tropas do capitão-mór Manoel Preto e Frederico de Mello com os padres superiores Simão Mazetta, Antonio Rodrigues e José Cataldino, mandou o capitão-mór Manoel de Campos Bicudo por carta segurar ao superior d'aquella reducção, que elle vinha de paz, e só pretendia penetrar os sertões a conquistar a barbara nação do gentio..... Porém teve por resposta de tão cortez como civil aviso ao terceiro dia um pé de exercito formado de mais de dois mil indios guerreiros com armas de fogo, de arco e flechas, fundas e outros instrumentos bellicos ao seu uso. Marchava diante de todo este corpo como seu mestre de campo general o padre superior da dita reducção (é lastima não sabermos o nome),montado em um famoso cavallo ; chegando ao nosso campo adiantou os pas-

sos o capitão-mór Manoel de Campos Bicudo para ter-lhe mão no estribo. A este obsequioso cortejo correspondeu o padre superior com o furor de lhe dar com a estribeira nos narizes, que para logo lançaram sangue, o injuriado Campos sem mais accordo que a resolução que lhe ministrou a offensa, fez pé atraz e tomando a sua arma de fogo fez tiro ao tal mestre de campo jesuita, que ainda estava montado; e quando o corpo cahiu do cavallo em terra, já a alma o tinha deixado. Ao echo d'este tiro se pôz o campo todo em descargas e se travou uma quasi batalha ; porém os indios não sustentaram o ardor das nossas repetições, porque, desanimados da cabeça, que lhes infundia o valor, se puzeram em retirada ; e os nossos o fizeram a melhorar de sitio, procurando o receptaculo de uma matta espessa vizinha. N'este lance ainda ficaram prisioneiros nove paulistas, sendo por todos o de maior apreço Gabriel Antunes de Campos, sobrinho do dito capitão-mór Manoel de Campos Bicudo. Este, como já dissemos, falleceu em S. Paulo a 16 de Maio de 1722 (Cart. 1° de notas de S. Paulo, maço de inv. let. M, o de Manoel de Campos Bicudo). E teve do seu primeiro matrimonio sete filhos.

2—1. Antonio Pires de Campos... § 1°
2—2. Filippe de campos Bicudo... § 2°
2—3. Pedro Vaz de Campos..... § 3°
2—4. Estanisláo de Campos..... § 4°
2—5. Manoel de Campos..... § 5°
2—6. Margarida de Campos Bicudo. § 6°
2—7. Maria Pires Monteiro..... § 7°

§ 1°

2—1. Antonio Pires de Campos, casou com D. Sebastiana Leite da Silva, filha de Salvador Jorge Velho, e de D. Margarida da Silva. Em titulo de Lemes, cap. 5° § 5°,

n. 3—2. Em sua descendencia n. 4—1. E teve quatro filhos:

3—1. Manoel de Campos Bicudo.
3—2. Antonio Pires de Campos.
3—3. Salvador Jorge Pires.
3—4. D. Luzia Leme.

3—1. Manoel de Campos Bicudo, falleceu solteiro na aldêa do Rio das Pedras da conquista de seu irmão o coronel Antonio Pires de Campos, que segue. Por resolução do conselho ultramarino de 22 de Maio de 1753 mandava El-rei D. José ao conde dos Arcos, governador e capitão-general da capitania de Goyazes, que, visto ter fallecido o coronel Antonio Pires de Campos sem herdeiros, e o ser seu irmão Manoel de Campos Bicudo seu unico herdeiro, e querer continuar nos mesmos serviços a que se offerecêra seu irmão, se ajustasse com elle debaixo das mesmas condições e mercês promettidas ao dito coronel Antonio Pires de Campos, que ja tinha desinfestado os caminhos, etc. Porém ficaram sem se verificarem estas mercês por fallecer antes d'isso e sem herdeiros o dito Manoel de Campos Bicudo.

3—2. Antonio Pires de Campos foi na praça Adonis, e no sertão Marte. Foi açoute do barbaro gentio *Cayapó*, que infestava a estrada toda das minas de Goyazes em comprimento de mais de 200 leguas desde o rio Uruçanga, até Villa Boa. Impedida por estes barbaros a dita estrada com total ruina do commercio e dos direitos reaes, depois de terem conseguido em repetidos assaltos muitas mortes com horror da humanidade, mandou D. Luiz Mascarenhas, governador e capitão-general da capitania de S. Paulo (achando-se em Villa Boa, para onde tinha passado a crear villa o arraial de Sant'Anna) ao Dr. Agostinho Pacheco Telles, superintendente geral das mesmas minas, que pro-

cedesse á devassa dos repetidos insultos e mortes que havia executado a potencia do barbaro gentio *Cayapó*, e obrando-se assim, deu conta com este horroroso processo a El-rei D. João V, cujo real animo com paternal amor dos seus vassallos ordenou que se ajustasse com Antonio Pires de Campos (já se achava em posto de coronel da conquista contra a mesma nação bellicosa dos *Cayapós*), desinfestar a estrada fazendo guerra viva aos inimigos, que por natural fereza sahiam armados de mão commum a matar aos vassallos portuguezes (sem que estes tivessem ido a acommettêl-os em suas aldêas, ou reinos em vez alguma) com a mercê do habito de Christo, com tença effectiva de 50$, e o officio de escrivão da superintendencia geral de minas de Villa Boa, de propriedade para si e seus descendentes. Chegada esta real determinação celebrou-se o ajuste d'estas mercês com o coronel Antonio Pires de Campos, pelo general D. Luiz Mascarenhas, residente ainda em Villa-Boa de Goyazes. Para cumprir com a obrigação do contrato fez assento o coronel Pires no Rio das Pedras do caminho de Goyazes, além do Rio das Velhas, onde aldêou-se o gentio domestico da nação *Bororós*, extrahido dos sertões do Cuyabá em reducção de amigavel paz. (Já hoje está todo este gentio no gremio da igreja, e dos seus filhos e netos se vê a aldêa adornada de muito luxo e bizarrias no sexo feminino). Fez varias entradas contra o inimigo *Cayapó*, destruindo aldêas inteiras, com o que pôz a estrada desinfestada por alguns annos. Como porém esta nação tem muitos reinos e copiosas aldêas em circumferencia de mais de 800 leguas, não passaram muitos annos que não repetissem os seus primeiros insultos, mortes e acommettimentos até chegarem ao Rocio de Villa Boa de Goyazes, onde em 1755 mataram a muitas pessoas, o que deu occasião ao general D. Marcos de Noronha, conde dos

Arcos, para fazer chamar ao coronel Antonio Pires de Campos, que no mesmo ponto, em que lhe chegou o aviso ao seu estabelecimento do Rio das Pedras se pôz em marcha, e chegando a Villa Boa seguiu o trilho da retirada do inimigo,e a poucos dias o teve de encontro com grande mortandade; mas sahiu-lhe caro o triumpho por ser n'esta occasião acommettido de um atrevido indio (na occasião do maior aperto em que se viu mettido entre os barbaros), que lhe introduziu uma flecha pelo peito direito, abaixo do hombro, e não bastou esta infelicidade para que assim mesmo atravessado da flecha lhe não tirasse a vida com o alfange. Recolheu-se d'esta facção com muitos applausos do general D. Marcos de Noronha, e para convalescer da ferida da flecha tomou o regresso para o seu estabelecimento e aldêa do Rio das Pedras, esperando alli o tempo para formar corpo de armas e penetrar o sertão, e destruir quantas aldêas descobrisse do barbaro inimigo. Porém outro foi o destino; porque, estando prompta a escolta dos soldados dragões para a conducta das arrobas de ouro do real quinto até Villa Rica, foi avisado o conde que só devia temer um corpo de conspiração traidora, que se occultava para roubar os quintos d'esta conducta, para cuja segurança devia reforçar o corpo de guarda, pelo que temeroso o conde resolveu mandar convidar para esta facção ao coronel Antonio Pires de Campos, que puxando por um troço da sua maior estimação dos seus soldados *Bororós*, excellentes arcabuzeiros,se veiu incorporar com a conducta dos quintos encarregada ao cabo dos dragões. Com felicidade chegaram ao arraial de Paracatú; mas, como o coronel não estava de todo ainda são da ferida quando pôz em execução esta jornada, augmentando-se-lhe a febre diariamente, veiu a cahir enfermo de todo n'estas minas de Paracatú, onde assistido de todos os medicamentos, nada

aproveitou a suspender-lhe o golpe da morte, que o alcançou nos arraiaes, onde depois de se confortar com os sacramentos, tendo sempre á cabeceira o medico espiritual, deu a alma a Deus; e o seu cadaver foi dado á terra com todas as honras militares, que as soube executar o amor e boa sociedade do capitão de dragões Antonio Pereira de Sá, tão perfeito capitão como distincto pela nobreza do seu sangue. Foi sentida geralmente de todos a morte d'este varão na idade a mais vigorosa, em que se achava. Acabou solteiro, ficando herdeiro de seus grandes serviços e mercês régias seu irmão mais velho Manoel de Campos Bicudo, que veiu a acabar tambem solteiro, como fica referido, sem que no curso de tantos annos se verificasse a menor mercê das promettidas ao coronel Antonio Pires de Campos.

3—3. Salvador Jorge Pires, falleceu solteiro.

3—4. D. Luzia Leme (filha ultima de Antonio Pires de Campos, do § 1º retro), foi casada com Gaspar Leite Cesar de Azevedo, natural da praça de Santos, sem geração. Em titulo de Buenos, cap. 1º § 5º n. 3—6 a n. 4—1, em sua descendencia.

§ 2º

2—2. Filippe de Campos Bicudo, baptizado na Parnahyba a 4 de Abril de 1673 (filho do capitulo 3º), casou com D. Margarida da Silva, filha de Salvador Jorge Velho, e de D. Margarida da Silva. Em titulo de Lemes, cap. 5º § 5º n. 3—2 a n. 4—1, em sua descendencia. (* O autor escreveu n'este numero que este Filippe de Campos fôra o coronel do regimento que se formou na villa de Itú por ordem régia commettida ao conde de Sarzedas, que em pessoa fez expedir uma armada de canôas de guerra contra o gentio *Payaguás*, cujo successo referimos no cap. 5º

§ 3º como pertencente a outro Filippe de Campos Bicudo do dito §.., no que temos alguma duvida.)

E teve tres filhos:

3—1. Francisco Xavier de Campos, falleceu solteiro.

3—2. Ignacio Jorge de Campos, falleceu solteiro.

3—3. Maria de Campos, casou com Francisco Xavier Paes, filho de João Gago Paes, cidadão de S. Paulo, e de sua mulher D. Anna de Proença. Em titulo de Taques Pompêos, cap. 3º § 9º n. 3—7.

E teve filho unico:

4—1. João Gago Paes de Campos, que existe solteiro. Falleceu solteiro.

§ 3º

2—3. Pedro Vaz de Campos, baptizado na Parnahyba a 5 de Novembro de 1674, foi tenente-coronel de Filippe de Campos Bicudo, do cap. 5º § 3º, seu primo co-irmão, por ser potentado em cabedaes e armas, com que podia servir de muito na guerra do gentio *Payaguá*, como se refere no dito § 3.º Foi casado com D. Escholastica de Oliveira Paes, filha de Francisco Paes de Oliveira, e de sua mulher D. Marianna Paes, filha do governador Fernão Dias Paes Leme. Em titulo de Lemes, cap. 5º § 5º n. 3—1, em sua descendencia.

E teve oito filhos:

3—1. Francisco Xavier de Campos, casou duas vezes; primeira em Itú com filha de Josepha Leite, irmã do padre Paulo de Anhaya, e segunda vez casou em Cuyabá com.... filha de José de Oliveira Pedroso, e de sua mulher Josepha Leite. Neta por parte paterna do sargento-mór Antonio de Oliveira Pedroso e de D. Maria de Almeida. Em titulo de Cerqueiras, cap. 5º § 6º n. 3—2, e melhor em titulo de Almeida Castanhos, cap...

3—2. Manoel de Campos Bicudo, casou com D. Maria Fenix de Toledo, filha do capitão-mór D. João de Toledo Piza e Castelhanos. Em titulo de Taques Pompêos, cap. 3° § 10 n. 3—1, em sua descendencia.

3—3. Estanisláo de Campos Paes, casou com D. Luzia do Rego, filha do capitão-mór João de Mello do Rego, e de D. Bernarda de Arruda. Em titulo de Botelhos Arrudas, cap. 2.° § 1.°

3—4. Maximiano de Oliveira Paes, casou no Cuyabá com.... filha de José de Oliveira Pedroso, e de sua mulher Josepha Leite, irmã do padre Paulo de Anhaya Leite; os mesmos do numero retro 3—1.

3—5. Pedro Vaz de Campos, casou com Ursula Bueno da Camara, filha de José do Prado da Camara, e de Rosa Bueno de Camargo. Em titulo de Camargos.

3—6. José Paes de Campos, casou em Itú com Anna do Amaral, filha de José do Amaral Grugel, e de D. Escholastica de Arruda. Em titulo de Botelhos Arrudas, cap. 1° § 10.

3—7. Bernardo José de Campos, casou com Isabel Bueno, filha de Simão Corrêa Moraes, e de sua mulher Anna Pinto, sem geração.

3—8. D. Luzia Leme de Barros, casou com Francisco Soares Medella, cidadão de S. Paulo, filho de Roque Soares Medella, sargento-mór das ordenanças, cidadão de S. Paulo, onde serviu muitas vezes os honrosos cargos da republica, e de juiz ordinario, e falleceu a 29 de Janeiro de 1742, e de sua mulher Anna de Barros, que falleceu em S. Paulo a 7 de Setembro de 1746. O sargento-mór Roque Soares foi natural da villa do Conde, filho de Luiz Soares Anvers, e de sua mulher Benta de Medella. Anna de Barros foi filha de...

§ 4°

2—4. Estanisláo de Campos Bicudo, baptizado na Parnahyba a 10 de Junho de 1677. Falleceu solteiro.

§ 5°

2—5. Manoel de Campos, foi clerigo do habito de S. Pedro.

§ 6°

2—6. D.Margarida de Campos,casou com o sargento-mór de batalha Domingos Jorge da Silva. Em titulo de Lemes, cap. 5° § 5° n. 3—2, com sete filhos que aqui se repetem.

3—1. Salvador Jorge Velho, capitão-mór da villa de Itú, vitalicio por patente régia, e existe casado com D. Genebra Maria Machado e Vasconcellos, filha de Manoel Machado de Oliveira Fagundes, e de sua mulher Anna das Neves Gil. Em titulo de Machados Fagundes, cap....§... E tem sete filhos que são :

4—1. Domingos Jorge Velho,capitão de infanteria auxiliar da villa de Itú.

4—2. Manoel Jorge Velho Machado.

4—3. D. Margarida Maria de Campos, que foi casada com Francisco de Campos Pires, filho de Mathias de Campos,e de Margarida da Silva de Moraes,e deixou dois filhos Salvador e Margarida.

4—4. D. Anna Gertrudes Maria das Neves.

4—5. D.Escholastica Francisca Xavier de Campos,está casada com Gonçalo de Arruda Leite, capitão de infantaria auxiliar de Itú por promoção de D. Luiz Antonio de Sousa Botelho Mourão em 1765, filho de Miguel de Arruda Botelho, e de Maria de Almeida Penteada. Em titulo de Arrudas.

4—6. D. Maria Luzia Leme de Barros.
4—7. D. Maria Paula de Campos.

3—2. José de Campos, casou com D. Maria do Rego, filha de Pedro de Mello e Sousa. Em titulo de Botelhos Arrudas, cap. 2° § 10. Sem geração.

3—3. Domingos Jorge da Silva. Falleceu solteiro
3—4. Paschoal Leite Paes. » »
3—5. Manoel de Campos Bicudo. » »
3—6. Francisco Xavier de Campos. » »

3—7. D. Maria Theresa Isabel Paes, foi contratada para casar com o capitão-mór Fernando Dias Paes, filho primogenito do capitão-mór e guarda-mór geral das minas do ouro Garcia Rodrigues Paes. Em titulo de Lemes, cap. 5° § 5°; e não teve effeito a consummação do matrimonio, porque mandando a sua procuração contrahente, por ella foi recebido, e vindo em marcha para S. Paulo falleceu antes de ver sua esposa. Esta casou muitos annos depois com Bartholomêo Bueno da Silva, natural da villa de Parnahyba, coronel da cavallaria auxiliar de minas de de villa Boa de Goyazes por patente régia, e senhor donatario em tres vidas sujeitas á lei mental, dos direitos dos rios do caminho de Goyazes, o Atibaya, Jaguary, Grande, das Velhas, e Corumbá, cujos rendimentos excedem cada anno a dois contos de réis; filho do capitão-mór descobridor e povoador das minas de Goyazes Bartholomêo Bueno da Silva, por alcunha Anhanguêra. Em titulo de Lemes, cap. 2° § 6° n. 3—3. e seg. n. 4—1.

§ 7° ultimo

2—7. Maria Pires Monteiro, falleceu solteira.

CAPITULO IV

1—4. Francisco de Campos, casou na Parnahyba a 14 de Novembro de 1677 com Marianna Cardoso, natural da freguezia de Nazareth, termo da cidade de S. Paulo, filho de Manoel Cardoso de Almeida e Catharina Rodrigues, natural de S. Paulo (Camara episcopal de S. Paulo, *generes* de Filippe de Campos, let. F. n. 10, anno de 1710) Em titulo de Prados, cap. 6° § 3°. 3—4. E teve seis filhos.

2—1 Mathias de Campos..... § 1°
2—2 Filippe de Campos..... § 2°
2—3 Francisco de Campos..... § 3°
2—4 Estanisláo Cardoso de Campos. § 4°
2—5 Anna de Campos..... § 5°
2—6 Appolonia de Campos..... § 6°

§ 1°

2—1. Mathias de Campos, casou com Margarida da Silva e Moraes, filha de Balthazar de Lemos e Moraes, e de Isabel Pires de Medeiros, em titulo de Moraes. E teve seis filhos :

3—1. Francisco de Campos Pires, casou duas vezes : primeira com D. Margarida Maria de Campos, filha do capitão-mór Salvador Jorge Velho, do cap. 3° § 6° n° 3—1. E teve dois filhos. Casou segunda vez com D. Maria de Campos, filha de Filippe de Campos Bicudo, do cap. 5° § 3°. E teve do primeiro matrimonio dois filhos :

4—1. Salvador.

4—2. D. Margarida.

3—2. Mathias de Campos, falleceu solteiro.

3—3. Marianna Cardose de Campos, casou com Amador Bueno de Camargo, filho de Francisco Bueno de Camargo, natural de Parnahyba, e de sua mulher Maria da Silva.

Em titulo de Camargos, cap. 7° § 2° n. 3—2. E teve dois filhos :

4—1. Francisco.

4—2. Bartholomeu.

3—4. Maria Bueno de Campos, casou com João Leite de Almeida, filho de Paschoal Leite Penteado, e de Maria de Almeida. Em titulo de Penteados, cap... § ...

E teve filho unico :

4—». José Joaquim Leite.

3—5. Margarida da Silva Campos, solteira.

3—6. Rita de Campos Bicudo, solteira.

§ 2°

2—2. O padre Filippe de Campos, ordenou-se de presbytero de S. Pedro em 1710, e occupou o peso de pastor de algumas igrejas, e falleceu na villa de Itú.

§ 3°

2—3. O padre Francisco de Campos, ordenou-se de presbytero de S. Pedro em 1716, em que obteve sentença *de genere*, cujos autos existem na camara episcopal de S. Paulo, let. F n. 14 : foi morador da villa de Itú.

§ 4°

2—4 Estanisláo Cardoso de Campos: foi jesuita professo do 4° voto : tendo occupado alguns reitorados se passou para Roma.

§ 5°

2—5 Anna de Campos (*).

§ 6°

2—6. Appolonia de Campos (filha ultima de Francisco de Campos, do cap. 4° pag. 19[illegible]), casou duas vezes: primeira

(*) Falta no manuscripto. *Nota da redacção.*

com Domingos Machado Lima (irmão de Sebastião Machado de Lima) tenente-coronel, natural de Nazareth, e morador em Itú, onde falleceu com testamento a 22 de Agosto de 1726 (Residuos da ouvidoria de S. Paulo, testamentos, let. D, o de Domingos Machado Lima) : filho de Sebastião Machado de Lima, e de sua mulher Catharina Ribeiro, que falleceu em S. Paulo em 1665. (Orphãos de S. Paulo, inventarios, let. C. maço 1° o de Catharina Ribeiro). Casou segunda vez em Itú a 10 de Setembro de 1727 com Diogo de Castilho, filho de Diogo de Castilho, e de sua mulher Agostinha Rodrigues. E teve do primeiro matrimonio filho unico :

3— » Sebastião Machado de Lima, capitão de infantaria da freguezia de Araritaguaba da ordenança da villa de Itú : está casado com Rita Pinto do Rego, filha do João do Prado da Camara e de Paula Pinto do Rego.

CAPITULO V

1—5. José de Campos Bicudo, nasceu na Parnahyba a 26 de Junho de 1657, e falleceu em Itú a 13 de Junho de 1731, testando 12:186$209. Casou duas vezes : primeira, com D. Ignez Monteiro (filha de Bento Pires Ribeiro, e D. Sebastianna Leite da Silva, irmã do governador Fernão Dias Paes). Em titulo de Lemes, cap. 5° § 5° n. 3—9 ; segunda vez casou com D. Maria de Almeida a 5 de Abril de 1704, que era viuva do sargento-mór Antonio d'Oliveira Pedroso (Em titulo de Arrudas, cap. 2°), e filha de Lourenço Corrêa Ribeiro, e de sua mulher D. Maria Pereira. Em titulo de...

Do primeiro matrimonio com D. Ignez Monteiro teve nove filhos e cresceram só dois :

2—1 José de Campos Monteiro... § 1°
2—2 Margarida de Campos..... § 2°

Do segundo matrimonio com D. Maria de Almeida teve filho unico :

2—3 Filippe de Campos Bicudo.. § 3°

§ 1°

2—1. José de Campos Monteiro, casou na villa de Itú a 20 de Abril de 1726 com Archangela Paes de Campos, natural da mesma villa filha de João Paes Rodrigues e de Margarida Bicudo. Neta paterna de João Paes Rodrigues, e de Anna Maria Garcia. Em titulo de Betimk, cap... §... e bisneta de João Paes Rodrigues, e Suzana Rodrigues. E pela materna neta de Anna de Campos, do cap. 8° no § 4°. José de Campos Monteiro foi morador em Itú, onde falleceu em 1766, e republicano que muitas vezes serviu os honrosos cargos da republica. Em 1733 por patente passada a 10 de Agosto do dito anno o creou o conde de Sarzedas capitão de infantaria do regimento de Filippe de Campos Bicudo, seu irmão, para a guerra que se ia fazer ao gentio *Payaguary*, para o que foi José de Campos Monteiro com uma canôa armada em guerra com armas e gente á sua custa (* Isto melhor consta da dita patente, e uma certidão do sargento-mór Antonio de Moraes Navarro, que foi com este posto á dita guerra, passada a favor do capitão José de Campos Monteiro, os quaes papeis se acham avulsos no testamento que fez o autor.) E teve seis filhos.

3—1. Estanisláo de Campos Monteiro, casou com Maria Martins, filha de Antonio Martins de Freitas, e de Maria de Lima Cardoso Falleceu no Cuyabá sem geração

3—2. Antonio de Campos Monteiro, foi casado com Maria Leite, filha de Antonio Bicudo de Barros, e de D. Josepha de Arruda. Em titulo de Taques Pompêos, cap. 3º § 1º n. 3—8. Falleceu em Itú e ahi teve duas filhas.

4—1. Ignacia Maria de Campos.

4—2. Anna de Campos.

3—3. Ignez Monteiro de Campos, foi casada com Francisco Xavier do Rego Cabral, filho de Manoel do Rego Cabral. Em titulo de Botelhos Arrudas, cap. 1º § 5.º (* Este Francisco Xavier do Rego Cabral estando juiz ordinario da villa de Itú em 1771 fez duas petições ao vigario da vara, para o parocho e o coadjutor da dita villa passarem certidão, a respeito dos filhos e netos do capitão José de Campos Monteiro que existiam, e da sua pobreza; os quaes juraram que existiam um unico filho Ignacio de Campos, e alguns netos em grande pobreza, assim tambem uns tres netos de Filippe de Campos Bicudo. Estas certidões se acham avulsas no titulo do autor).

3—4. Ignacio de Campos Pires, falleceu na povoação de Guaytemy.

3—5. José de Campos, falleceu solteiro.

3—6. Ignácio de Campos Monteiro, existe solteiro em Itú.

§ 2º

2—2. D. Margarida de Campos, casou em Itú a 26 de Novembro de 1705, com Antonio Rodrigues Velho, natural de Coritiba, filho de Garcia Rodrigues Velho, natural S. Paulo e morador de Parnaguá, e de Isabel Bicudo, natural de Itú. Neto por parte paterna de Garcia Rodrigues Velho (irmão inteiro de D. Maria Garcia, mulher do governador Fernão Dias Paes. Em titulo de Betimk, cap. 2.º Foi Antonio Rodrigues Velho capitão-mór da villa e minas

de Pintangui onde fez estabelecimento, e foi morador com fabrica grande de mineraes, e alli falleceu em 1766.

E teve nove filhos naturaes de Pitangui.

3—1. Garcia Rodrigues Velho.
3—2. José de Campos Monteiro.
3—3. Antonio Rodrigues Velho.
3—4. D. Gertrudes de Campos.
3—5. Gonçalo Rodrigues Velho.
3—6. D. Isabel Pires Monteiro.
3—7. D. Josepha de Campos Monteiro.
3—8. D. Anna de Campos.
3—9. Ignez de Campos Monteiro.

3—1. Garcia Rodrigues Velho, foi mandado por seus pais para a cidade de S. Paulo, com outro irmão José de Campos a estudar grammatica latina. Estudaram philosophia no curso do reverendo padre mestre Nicoláo Tavares, jesuita, e tomaram o gráo de mestre em artes, e se recolheram para a patria. O dito Garcia Rodrigues, estando habilitado com sentença *de genere*, e patrimonio para o estado clerical, falleceu antes de conseguir este feliz destino.

3—2. José de Campos Monteiro, depois de seguir os estudos em S. Paulo, como fica referido, casou no sertão e bispado da Bahia.

3—3. Antonio Rodrigues Velho, falleceu solteiro.

3—4. D. Gertrudes de Campos, casou na villa de Pitangui, com João Velloso de Carvalho capitão-mór da mesma villa por patente régia, natural de Villa Nova de Famelicão, filho de Thomé Velloso de Carvalho, e de Maria Velloso Rebello. E teve naturaes de Pitangui, dez filhos. (* Casou segunda vez já em annos avançados, com João Pedro de Carvalho, capitão-mór actual de Pitangui, por patente régia).

4—1. Manoel Velloso de Carvalho.
4—2. Fr. José de Santa Maria Velloso.
4—3. D. Paschoa Velloso Rebello.
4—4. Gertrudes de Campos.
4—5. D. Maria Thereza Joaquina.
4—6. D. Antonia Velho de Campos.
4—7. D. Quiteria de Campos.
4—8. D. Izabel Pires de Campos.
4—9. D. Rosa Maria de Campos.

4—1. Manoel Velloso de Carvalho, foi sargento-mór da ordenança de Pitangui, onde casou com D. Anna Maria de Barros, natural da cidade da Bahia, que estava viuva do primeiro marido João da Rocha Gandavo, filha do capitão-mór Francisco de Barros, e de D. Antonia de... pessoa muito distincta.

4—2. Frei José de Santa Maria Velloso, tomou o habito de carmelita calçado no convento da cidade de Evora. Nós o tratámos em 1756, em que nos achámos na côrte de Lisboa, hospedado do liberal e magnanimo coração d'aquelle grande vassallo, e assás conhecido e applaudido o seu nome não só no Brasil, mas em todo o reino de Portugal, o sargento-mór João Fernandes de Oliveira, contratador dos diamantes do Serro do Frio ha muitos annos, e de sua mulher D. Isabel Pires Monteiro, a quem a innata caridade, a excellencia do animo, com o concurso das linhas do sangue em 4º gráo, foi um brioso estimulo para a grandeza com que fomos tratado todo o tempo que tivemos a honra da sua casa depois do dia do formidavel terremoto do 1º de Novembro de 1755, no qual ficaram reduzidas á cinzas as casas da nossa habitação ao pé do cemiterio de S. Francisco da cidade, com todos os moveis e dinheiro com que nos achavamos para seguir requerimentos pedindo o premio a relevantes serviços, até o dia 12 de Março

de 1757, em que sahiu a tropa de que foi commandante para o Rio de Janeiro o capitão de mar e guerra Mendonça, e n'ella viemos embarcado. Esta expressão sirva de um pequeno reconhecimento da nossa gratidão áquelles nobres animos do sargento-mór João Fernandes de Oliveira e de sua consorte a Sra. D. Isabel Pires Monteiro, cujas felicidades augmente o céo para amparo d'aquelles que recebem o beneficio da sua hospitalidade. Falleceu no convento de Evora.

4—3. D. Paschoa Velloso Rebello, casou na matriz de Pitangui, e foi para S. Felix de Carlos Marinho, minas da capitania de Goyazes, com o sargento-mór Lopo Bernardo Rebello, que nas ditas minas tem sempre as redeas do governo da republica com o caracter de juiz ordinario, como pessoa tão distincta e abundante de cabedaes, com fazenda de minas de ouro, em que occupa grande numero de escravos, e na mesma fundou uma excellente capella que tem bem ornada com perfeitas imagens, e paramentos ricos ; filho de Francisco Rebello de Bouro, que foi alferes de infantaria em Pernambuco, e de sua mulher Maria Vieira de Bouro, senhora da casa da Possa em Villa Pouca de Lanhoso. Neto de Francisco Rebello de Bouro, capitão da ordenança no concelho de Vieira, freguezia de S. Payo de Eyravedra, e senhora da casa de Ameã, e de sua mulher Catharina Vieira Martins. Bisneto de Francisco Martins Ribeiro, senhor que foi da mesma casa de Ameã, e pessoa de muito respeito.

E teve tres filhos:

5—1. João Bernardo Vieira Rebello.

5—2. D. Maria Theresa Vieira.

5—3. D. Anna Raymundo de Campos.

4—4. D. Gertrudes de Campos, casou em Pitangui duas vezes : primeira com Pedro Fialho do Rego ; segunda com

Antonio Dias Teixeira das Neves, capitão-mór da mesma villa por patente de Gomes Freire de Andrade, governador e capitão-general, que acabou conde de Bobadella, no Rio de Janeiro, com geral saudade de todo o Brasil.

Do primeiro matrimonio teve dois filhos.

5—1. João Fialho do Rego.

5—2. Antonia.

Do segundo matrimónio teve quatro :

5—3. D. Maria Magdalena da Cruz.

5—4. Antonio Dias.

5—5. José.

5—6. Luiz.

4—5. D. Maria Theresa Joaquina (filha de D. Gertrudes de Campos, e do capitão-mór João Velloso de Carvalho do n. 3—4), casou com João Cordeiro, sargento-mór da villa de Pintangui, natural da villa de Cintra do patriarchado de Lisboa. Falleceu em Pitangui; foi filho de Manoel Cordeiro, natural de Lisboa, que foi capitão de infantaria auxilliar, e occupou o posto de capitão do seu terço em Cintra, e seguiu a guerra no Alemtejo e na Praça de Cascaes ; e de D. Maria Antunes Michaella, natural de Lisboa, de d'onde se passaram para Cintra, e foram senhores da quinta da Sanfanha no termo da mesma villa.

E teve oito filhos naturaes de Pitangui :

5—1. D. Rita Maria de S. José, casou em Pitangui com José Fernandes Valladares.

5—2. João Cordeiro de..... existe em 1784 na sua quinta de Sanfanha em companhia de uma tia, irmã de seu pai, por cuja morte fica elle senhor de tudo.

5—3. Pedro Nolasco Cordeiro de Campos.

5—4. D. Maria, falleceu de tenros annos.

5—5. Antonio Cordeiro de Campos.

5—6. Sebastião José Cordeiro de Campos.

5—7. José Joaquim Cordeiro.

5—8. Manoel Cordeiro de Campos.

4—6. D. Antonia Velho de Campos, casou com Antonio Velho Cabral, natural da ilha de S. Jorge (irmão de José Velho Cabral, presbytero secular, capellão da capella de Santo Amaro do Brumado, da freguezia de Santo Antonio de Santa Barbara em Minas-Geraes, em 1760), e procede da de S. Miguel,ou Santa Maria, da nobre familia dos Velhos Cabraes, que alli tiveram seu principio no seu famoso descobridor Fr. Gonçalo Velho Cabral, commendador do capello de Almural e senhor das villas das Pias, Becelgas e Cardiga, etc., o que tudo temos mostrado em titulo de Lemes, cap. 5º § 5º no brazão de armas alli copiado. E teve tres filhos:

5—1. Vicente de Campos Velho.

5—2. D. Anna de Campos.

5—3. Antonio Velho Cabral.

4—7. D. Quiteria de Campos, falleceu religiosa professa no mosteiro de S. Bento da cidade de Evora pelo rigor da sua penitente vida, e por isso com boa opinião de santidade.

4—8. D. Isabel Pires de Campos, falleceu religiosa no mesmo mosteiro.

4—9. D. Rosa Maria de Campos (filha ultima de D. Gertrudes de Campos, do n. 3—4), existe em 1784, tambem religiosa professa no mesmo mosteiro de S. Bento de Evora). Este venturoso estado conseguiram estas tres irmãs e seu irmão Fr. José o de religioso carmelita na mesma cidade, e uma prima co-irmã, D. Margarida de Campos, filha de D. Anna de Campos do n. 3—8 adiante, tambem o de religiosa do mesmo mosteiro, por terem vindo de sua patria na companhia de sua tia D.Isabel Pires Monteiro que com seu marido o sargento-mór João Fernandes

de Oliveira desembarcou na cidade de Lisboa no dia 24 de Agosto de 1751.

3—5. Gonçalo Pires de Campos, falleceu solteiro.

3—6. D. Isabel Pires Monteiro teve a sorte de ficar com os mesmos appellidos de sua terceira avó a matrona D. Ignez Monteiro, porque lhe herdou em tudo a grandeza do animo, ardor da caridade, liberalidade e affabilidade. Em titulo de Alvarengas, cap. 2°. Existe moradora na côrte de Lisboa, onde fez construir depois do anno de 1757 uma nobre e famosa quinta, com magnifico palacio no sitio de Buenos-Ayres, na qual tem excellente pomar até de fructas do Brasil. O seu nome é bem conhecido não só n'aquella côrte, mas em todo o reino, principalmente na provincia do Minho, por onde transitou quando a sua cordeal devoção, sem attender ao excesso da despeza, passou no anno de 1756 a visitar o corpo do apostolo Santiago á Compostella, dispendendo n'esta romagem copiosa somma de moedas em esmolas a tanta pobreza que encontrou, acompanhada sempre do magnanimo e liberal beneplacito de seu marido o sargento-mór João Fernandes de Oliveira. Nós perdêmos o gosto de lhe fazermos companhia n'esta jornada, porque havia já seis mezes que curtiamos a grande enfermidade de um defluxo hepatico, e nos achavamos na convalescença d'esta molestia quando no mez de Junho teve effeito a dita jornada. Expressarmos o zelo, o amor e a grandeza com que fomos tratados no decurso de toda a enfermidade não acha o nosso reconhecimento palavras pelo temor de não ficarmos diminutos á tanta obrigação. (* O autor se alarga em narrar os periodos da sua enfermidade, medicos que lhe assistiram, e o tratamento que teve, e finalmente o agasalho que achou n'aquella casa desde o 1° de Novembro de 1755 até 12 de Março de 1757, em que embarcou para o Brasil, no

mesmo tempo em que tambem embarcou Alexandre Luiz de Sousa e Menezes, que ia governar a praça de Santos). Casou D. Isabel Pires Monteiro duas vezes, primeira com Luiz de Cerqueira Brandão, cavalleiro professo da ordem de Christo, capitão-mór da villa de Pitangui, pessoa de muito grande respeito, senhor da Carunhanha, e de outras grandes e rendosas fazendas estendidas pelos rios Paraná e S. Francisco, cujos rendimentos passavam de vinte mil cruzados, *deductis expensis*, e facilmente chegaria ao dobro, se a morte não tirasse d'esta vida na flôr dos seus annos ao capitão-mór Luiz de Cerqueira Brandão, que foi no dia... de...de..... Foi filho d'aquelle grande cavalleiro e mestre de campo Athanasio de Cerqueira Brandão, natural de Ponte de Lima, capitão-mór da villa de Pitangui, e senhor da casa da Carunhanha, e de sua mulher D. Catharina de Siqueira e Mendonça, irmã direita do capitão-mór Manoel Affonso Gaya (Vide em titulo de Gayas, n. 1° cap. 4° § 6°), Miguel Gonçalves Figueira, João Gonçalves Figueira e Antonio Gonçalves Figueira, que foram senhores da maior parte das grossas fazendas de gados vaccuns e cavallares do sertão do Rio Verde de S. Francisco, Curraes da Bahia. Casou segunda vez com o sargento-mór João Fernandes de Oliveira. Sem geração. (* Gomes Freire de Andrade, que protegia a João Fernandes, foi empenhado n'este casamento damnoso a D. Caetana Maria Brandão, unica herdeira da casa de seus pais).

* D. Isabel Pires Monteiro existe n'este anno de 1784 em Lisboa em casas alugadas, labutando com renhidas demandas com os herdeiros de seu enteado o desembagador João Fernandes de Oliveira, depois de metter-se de posse dos bens que ficaram no casal por morte de seu marido João Fernandes de Oliveira, dos quaes tinha sido desapossada pela sentença dada contra ella e contra todo o direito a...

de Dezembro de 1772, e foi restituida pela sentença de revista dada por nove ministros a 26 de Junho de 1781, e tomou a posse a...de Setembro de 1783, retardada primeiro com embargos, sobre os quaes se deu a sobre sentença a 22 de Fevereiro de 1783, e depois pela razão de trabalhar-se em pôr fóra de ser juiz das causas e negocios da casa o desembargador dos aggravos José Fernandes Nunes, em cujo lugar finalmente foi nomeado pela rainha o desembargador Constantino Antonio Alves do Valle, tambem da supplicação, e até hoje se vê perseguida D. Isabel Pires por aquelle dito ministro, que teima em não querer despejar umas magnificas casas, pertencentes ao casal, onde assiste ha muitos annos por preço muito commodo, e para onde quer ir habitar dita D. Isabel Pires, que tem ido muitas vezes á presença da rainha, a qual significando-lhe estar o seu real animo disposto a favorecêl-a não tem mandado proceder contra aquelle ministro, por ter este colorado as suas injustiças com dizer se lhe dever muitos contos de mil réis, o que deseja elle que se ponha em provas para a dilação, que deseja.

Tantos trabalhos, que tem padecido D. Isabel Pires Monteiro desde o fallecimento de seu marido João Fernandes de Oliveira (que acabou os seus dias no de 7 de Setembro de 1770) provieram da ambição e do dolo com que este quiz prejudicar aos herdeiros d'ella, posto que o peso da consciencia fez emendar depois o erro. O caso foi que João Fernandes de Oliveira, passado um anno do seu casamento, fez lavrar uma escriptura sem sua mulher ser sabedora, e em cujo nome assignou um clerigo, por ella não saber ler nem escrever. Era uma escriptura dotal, pela qual declarava D. Isabel Pires que entrava para o casal com o preço das fazendas de gados, que segundo a sua avaliação, que era de trinta e quatro contos, ficava elle João Fernan-

des, a quem traspassava o dominio d'ellas, obrigado a dar o dito preço aos herdeiros d'ella no caso de fallecimento sem prole, ou morrendo elle primeiro sahiria ella com aquella quantia, ficando o mais para os herdeiros d'elle dito João Fernandes, etc. Esta escriptura era nulla por direito por ser feita depois de contrahido o matrimonio, e tambem pela lesão enorme, quasi da metade, que havia na tal fantastica venda. Estando porém João Fernandes de Oliveira para dar contas a Deus, e sendo dirigido nos casos de consciencia por um sujeito tão sabio, qual é frei José do Menino Deus, hoje bispo de Vizeu, que teve a consolação de ver os effeitos da sua diligencia e de presenciar todos os signaes de um verdadeiro arrependimento, mandou vir tabellião e fez uma revocação e declaração de que aquella escriptura dotal fôra sem consentimento de sua mulher, etc.

Passado pouco tempo da morte de João Fernandes de Oliveira, veiu do Brasil seu filho o desembargador João Fernandes de Oliveira, que tinha estado administrando o contrato dos diamantes, como socio de seu pai, e em cujo tempo teve o contrato um muito grande lucro. O immenso cabedal que se suppunha possuir o desembargador, e o saber elle distribuir com mão larga, fez com que conseguisse tudo que quiz contra sua madrasta. Esta recebeu do marquez de Pombal incriveis honras : mandou descrever os bens do casal por um escripturario, que se disse chegavam a perto de dois milhões (pois João Fernandes era tido pelo vassallo mais rico de Portugal); mandou por um decreto assistir-lhe com trezentos mil réis por mez emquanto não se justavam, ou faziam as partilhas, o que se faria quando chegasse seu enteado, etc. Porém não só o marquez, mas muito principalmente José de Seabra, amigo de cama e mesa do desembargador, protegeram muito a

este, que pediu ministros á sua satisfação, os quaes deram uma iniqua sentença, fazendo valida a primeira escriptura dotal, e dando de nenhum vigor a annullação, ou declaração posterior, porquanto, segundo uma attestação do marquez de Pombal, elle já estava como pateta por causa da sua molestia quando fez aquella declaração, não obstante attestarem tres medicos e um cirurgião o contrario, e os padres assistentes, e todos os que o viram n'aquelles ultimos dias: e querendo vir com embargos á sentença não foi admittida; e foi tal a sua consternação que, procurando por toda Lisboa letrado para a sua defesa, que respondesse no limitado tempo que se lhe concedeu, não achava nenhum, porque todos respeitavam a alta protecção da parte contraria, até que houve um, o qual, movido mais de piedade, do que de interesse, fez a defesa que se pretendia.

Desempossada de tudo, e sem esperanças de remedio, porque a julgaram por paga d'aquella porção com que entrou para o casal, pelos dotes que tinha feito a seus netos, e pelos profusos gastos que tinha feito durante o matrimonio, sahiu unicamente com algum fato do seu uso para a casa do seu neto Luiz de Sousa; e passados alguns mezes, estando ella na quinta da Sapataria do mesmo neto, em Setembro de 1773, foi conduzida por um ministro por ordem régia, até a recolher no convento de Via-longa, ... leguas distante de Lisboa, a cuja abbadessa foi muito recommendado o não deixar-se fallar com pessoas de fóra a D. Isabel Pires, a quem se mandava assistir com uma pequena mezada, que em pouco tempo se suspendeu.

Alli soffreu miserias, porque os seus a não podiam soccorrer francamente, até a morte de el-rei D. José, que foi a 24 de Fevereiro de 1777, em cujo tempo sahiu do convento. Recorreu á rainha, que, admirada de tão grande

injustiça, mandou o desembargo do paço conceder a revista de nove ministros, cuja ultima sentença foi a.. de Fevereiro de 1783. O desembargador João Fernandes já tinha fallecido a 21 de Dezembro de 1779; mas este com os seus procuradores puzeram todas as cousas tanto a seu geito, como quem preveniam o que havia de acontecer para o futuro, que, pensando D. Isabel que ia tomar posse de tudo que se descreveu no inventario, ou descripção dos bens, achou-se com menos da quarta parte dos bens, e esses com bem embaraços, para o que concorreu muito o desembargador José Fernandes Nunes, que tem uma grande ascendencia sobre o espirito do filho bastardo e herdeiro do desembargador João Fernandes de Oliveira. E até que se conclua o inventario, se próvem que aquelles bens de que o herdeiro está de posse (que rendem muitos mil cruzados) são do casal, e finalmente se façam partilhas, e se ajustem as contas dos rendimentos, e das dividas, que elles cobraram, que foram muitas, passaráõ muitos annos. E se não se entregar essa grande somma, que se acha no erario na arca do contrato, talvez não cheguem os bens de João Fernandes, que existem, pela muita dissipação que tem havido, e isto principalmente se o cura da Lapa e os mais interessados conseguirem a confirmação do codicillo que fez o desembargador João Fernandes, pelos grandes legados de dinheiros que n'elle faz. * D. Isabel Pires falleceu de apoplexia a 12 de Novembro de 1788,

Do matrimonio de D. Isabel Pires Monteiro com o capitão-mór Luiz de Cerqueira Brandão nasceu filha unica:

4— D. Caetana Maria Brandão, baptizou-se na capella de Nossa Senhora da Penha da villa de Pitangui a 13 de Janeiro de 1726. Livro de baptismos fl. 44v. Esta senhora como unica herdeira da casa de seus pais, foi pretendida

de muitos, que a pediam para esposa ; porém entre tantos téve lugar na eleição de seu pai Alexandre Luiz de Sousa e Menezes, em quem além das qualidades do sangue e do espirito, e figura insinuante, concorriam as circumstancias de ser pessoa por quem tanto se interessava Gomes Freire de Andrade, governador e capitão-general do Rio de Janeiro e Minas, o qual de proposito tinha passado a Pitangui a ajustar aquelle casamento, appellidando ao pretendente seu parente, e manifestando ser primo direito de Alexandre Metello de Sousa Menezes, cujo nome se fez tão recommendavel no imperio da China pela embaixada que o levou a ella, e na côrte de Lisboa, onde existia conselheiro ultramarino até o anno de 1766, em que falleceu, e de quem era o mesmo Gomes Freire particular amigo ; e se celebrou o casamento na villa de Pitangui a 4 de Fevereiro de 1742. E' Alexandre Luiz de Sousa e Menezes natural de Marialva, na provincia da Beira, filho de Luiz de Sousa e Menezes, que foi capitão-mór da dita villa de Marialva, e de sua mulher D.....

Passou Alexandre Luiz ao Brasil na frota de 1740 em praça de tenente de dragões das Minas-Geraes da companhia do capitão Domingos da Luz, que fallecendo, ficou o tenente provido na mesma companhia ; e com este posto passou ao reino de casa mudada, por acompanhar a sua sogra D. Isabel Pires, a cujo marido, o sargento-mór João Fernandes d'Oliveira, vendeu fiado todas as bellissimas fazendas de gados, que lhe tinham cabido pela legitima de sua mulher, depois da morte de seu sogro; e tem mostrado a experiencia o erro que houve n'aquella venda, por muitas razões, e pela lesão quasi enorme que n'ella houve, pois foi pelo preço de...valendo ao menos mais um terço. Em Lisboa obteve patente de coronel sem corpo e passou na frota de 1757 para governador da praça de Santos, com

todo o governo militar das comarcas de S.Paulo e Parnaguá, por patente do Sr. rei D. José I de 9 de Janeiro de 1757, e na camara da villa de Santos tomou posse na tarde do dia 29 de Junho do mesmo anno de 57.(El-rei D. João V pela resolução de 1748 extinguiu de S. Paulo o caracter de capitão-general,quando creou os novos governadores da capitania do Matto-Grosso, e dos Goyazes, sujeitando a antiga capitania de S. Paulo ao Rio de Janeiro.)

Para logo visitou o coronel governador Alexandre Luiz de Sousa e Menezes as fortalezas,e fez n'ellas prover o necessario de que as achou faltas; e na da Barra Grande,chamada de S.Amaro, achou que não podia a sua artilheria impedir desembarque a qualquer inimigo por uma eminencia levantada da praia chamada do Goes, que lhe servia de padrasto ; e para evitar este futuro contingente fez levantar,e construir na dita eminencia um reducto triangular capaz de cavalgar algumas peças de artilheria.Foi continuando o seu governo com boa aceitação, e bom agasalhado dos soldados e officiaes d'aquelle presidio, até que por ordem do capitão-general do Rio de Janeiro,o Exm. conde de Bobadella, passou a S. Paulo a formar quatro companhias de 50 soldados paulistas cada uma,para a guarnição do Rio Pardo na comarca do Rio-Grande de S.Pedro do Sul;e sem oppressão dos moradores conseguiu esta recruta, que a fez embarcar no porto de Santos a demandar o de Santa Catharina. Foram capitães das companhias: Simão de Toledo e Almeida,da primeira e mais qualificada nobreza de S.Paulo; João de Siqueira Barbosa, tambem de conhecida nobreza ; Miguel Pedroso Leite e André Pereira da Silva, que já era capitão da ordenança da freguezia de S. Amaro. Segunda vez voltou a S. Paulo,sahindo de Santos com accelerada resolução, e no mesmo ponto em que lhe chegaram as ordens para com a necessaria cautela,vigilancia e segredo vir

pôr em cerco aos padres jesuitas d'este collegio, para cujo fim entrou na hora das 10 da noite, sem transpirar a sua vinda ; e quando os padres sentiram os echos dos soldados pagos e da ordenança, já estava formado o cordão que cingia toda a cerca do dito collegio, e n'esta noite, como nas seguintes, sempre em pessoa rondava o mesmo governador todos os postos. Era a estação da maior força das aguas, que tinham posto a estrada de Santos impraticavel; de sorte que,anoitecendo antes que chegasse, porque a conducta dos padres era grande,ao porto do Cubatão, o coronel governador tomou este caminho a pé com o detrimento que qualquer deve considerar,descendo uma serra, que do cume até as fraldas tem uma legua de declive, toda de pedraria aspera, com lodos a que vulgarmente chamam caldeirões. Terceira vez subiu a S. Paulo por ordem do conde da Cunha, vice-rei do estado, com residencia no Rio de Janeiro, a formar quatro companhias de paulistas para o presidio do Rio Pardo ; e supposto que os animos não estavam muito dispostos pelo conhecimento do primeiro engano que se praticou em materias de soldo com os soldados e officiaes da primeira recruta,venceu o coronel governador estes temores, segurando a certeza infallivel do soldo que haviam de perceber. Ao tempo de se achar prompto este corpo para embarcar, chegou em fins de Julho de 1765 D. Luiz Antonio de Sousa Botelho Mourão para governador e capitão-general da antiga capitania de S. Paulo.Estava ainda n'esta cidade o coronel governador, onde esperando as ordens, recebeu a que Sua Magestade lhe mandou por carta firmada do seu real punho de 17 de Janeiro de 1765, em que o havia por desobrigado da homenagem que nas suas reaes mãos fizéra pelo governo da praça de Santos, tanto que D. Luiz tomasse posse do seu governo, a quem era servido Sua Magestade que

elle désse todas as noticias que lhe fossem necessarias. Logo baixou para a villa de Santos a avistar-se com o novo governador o qual, ou porque tivesse com effeito precisão de existir mais tempo n'aquella villa, ou porque achasse que valeria a posse tomada na camara d'aquella villa, supposto que Sua Magestade mandava que a tomasse na capital, que era a de S. Paulo, entrou logo a exercitar o seu governo na villa de Santos a 5 de Setembro de 1765, e para perceber os seus soldos mandou dar baixa nos do coronel governador, que todavia não se quiz dar por desobrigado da homenagem, até se não verificar a posse na camara de S. Paulo que foi a 7 de Abril de 1766, a que se deu nome de ratificação. E d'aqui se suscitou a duvida se se deviam os soldos ao dito coronel ou não, o qual instruido com documentos a respeito da injustiça, que suppunha se lhe tinha feito, embarcou para o Rio de Janeiro em fins do anno de 1766 e d'alli para a Bahia, d'onde passou a Lisboa com aquella grande despeza que o havia de obrigar uma viagem por escalas. (* Alexandre Luiz não cuidou no requerimento de seus soldos quando chegou; e se cuida n'elles n'este anno da 1784, em que é difficil o mandar-se pagar pela razão de não se dever no erario ao morgado de Matheus, como n'aquelle tempo, em que se lhe havia de abater o que injustamente levou.) Em todo o tempo do seu governo, que passou de oito annos, não teve mais lucro, que o limitado soldo de tres mil cruzados, taxados aos governadores da praça de Santos, e com os mesmos, sem a menor ajuda de custo, fez sempre as passagens para S. Paulo, e residencia n'esta cidade por tres vezes, dilatando-se em cada uma d'ellas muitos mezes; e sempre praticou dar mesa ao capitão de infantaria e officiaes que o acompanhavam. Observou a limpeza de mãos em tal gráo, que esta vir-

tude não occultára a paixão mais allucinada. Foi muito affavel com os subditos por innata bondade,e tratava a todo o corpo do presidio com amor de pai, sem jámais alterar-se para romper com palavras menos prudentes : virtudes estas que o fizeram muito amado, e o farão ainda hoje appetecido.

(* O coronel Alexandre Luiz...

3—7. D. Josepha de Campos (filha do capitão-mór Antonio Rodrigues Velho, do § 2º), casou com Antonio Ferreira da Silva, por cujo fallecimento casou com....

E teve do primeiro matrimonio tres filhos :

4—1. O Dr. Manoel Ferreira da Silva.

4—2. O padre Antonio Ferreira da Silva, presbytero secular.

4—3. João de Campos, que falleceu no noviciado do convento de.....

3—8. D. Anna de Campos Monteiro (filha do § 2ºretro), casou duas vezes: primeira com Ignacio de Oliveira, natural da cidade da Bahia (de uma candura, e genio excellente) ; segunda com José Gonçalves de Siqueira, filho do capitão-mór Manoel Affonso Gaya (irmão de Miguel Gonçalves de Siqueira, Antonio Gonçalves, D. Catharina de Mendonça, mulher do mestre de campo Athanasio de Cerqueira Brandão, etc.) E d'este segundo matrimonio houveram dois filhos cujos nomes vão em titulo de Gayas n. 2º cap. 4º § 2º n. 3—1.

Os filhos do primeiro matrimonio foram tres:

4—1. Antonio de Oliveira Campos.

4—2. Ignacio de Oliveira Campos.

4—3. D. Margarida de Campos. Freira no mosteiro de S. Bento, de Evora.

3—9. D. Ignez de Campos Monteiro (filha ultima do capitão-mór Antonio Rodrigues Velho), casou com Cae-

tano Cardoso de Almeida, coronel do sertão do Rio de S. Francisco, filho do mestre de campo Januario Cardoso de Almeida e de sua mulher D..... sua prima co-irmã (irmã do capitão-mór Luiz Cerqueira Brandão), o qual Januario Cardoso era senhor do arraial e igreja chamada de Januario Cardoso no Rio de S. Francisco, para cuja sustentação tem a dita igreja seguro e rendoso patrimonio em varias fazendas de gados, que são da administração do filho primogenito da descendencia do fundador, e primeiro padroeiro dito mestre de campo. Em titulo de Gayas, n. 9 cap. 4° § 8° n. 3—1. A construcção d'esta obra é de excellente architectura, formadas as paredes de tijolo e cal, com altura proporcionada ao corpo da igreja e sua capella-mór : é toda circulada de nobres tribunas, com altares collateraes, adornados de ricos paramentos, e banquetas com castiçaes de prata feitos á moderna, e da mesma fórma as lampadas. Esta obra serve de admiração aos viandantes, que seguem aquella estrada com o commercio, que gyra actualmente de numerosos comboios de escravos e fazendas suas (vem tudo da cidade da Bahia não só para a capitania de Minas-Geraes, mas tambem para a dos Goyazes), e a causa do reparo consiste pela distancia em que se acha estabelecido este arraial, que sem um grosso dispendio se não podia conseguir semelhante obra. E' tão grande o arraial de Januario Cardoso, que bem merecia o caracter de villa, porque o interesse do negocio faz conservar n'elle muitas casas de lojas de fazendas seccas e outras de viveres, além de muitos officiaes de artes fabris, o que tudo fórma maior augmento para a vista e para a communicação. Foi o mestre de campo Januario Cardoso verdadeiro imitador do espirito, ardor e zelo do seu defunto pai, o governador e conquistador dos barbaros indios, habita-

dores que foram d'aquelle vasto sertão, Mathias Cardoso de Almeida, natural de S. Paulo, em titulo de Prados, cap. 6° § 3°, que ensaiando-se dos annos da juventudo para o serviço do rei e da patria, soube conseguir um nome, que o deixou estabelecido para a posteridade.

Estando muito recommendado pelo principe regente o Sr. D. Pedro II o descobrimento das esmeraldas, tão appetecidas, como já mais descobertas(1), e em cujo sertão havia fallecido Marcos de Azeredo, deixando um roteiro da jornada que seguira, figura da serra, e altura dos gráos d'este sitio no inculto sertão e reino dos barbaros gentios *Mappaxós*, entrou na pretenção d'esta difficultosa empreza (por se não achar já pessoa alguma das que tinham acompanhado ao dito Marcos de Azeredo, que no mesmo sertão perdeu a vida com todos os do seu troço, e alguns, que escapando se recolheram á villa da Victoria da capitania do Espirito-Santo, de onde tinha sahido o dito Azeredo, eram tambem fallecidos) Affonso Furtado de Castro do Rio e Mendonça, governador geral do Estado do Brasil, pelos annos de 1671, em que chegou á Bahia, convidar a S. Paulo ao afamado Fernão Dias Paes, que ambicioso do real serviço se não escusou da conquista, como temos escripto em titulo de Lemes, cap. 5° § 5° n. 3—1. Mandou-lhe patente de governador da dita conquista, e da gente que levasse e a elle se unisse no mesmo sertão, datada na Bahia a 30 de Outubro de 1672. Era n'este triennio capitão-mór governador da capitania de S. Vicente e S. Paulo Agostinho de Figueiredo, a quem o governador geral havia dado commissão com todos os seus poderes para fazer providenciar tudo quanto para esta desejada expedição entendesse necessario por evitar maio-

(1) Vide esta relação em titulo de Prados, cap. 6° §....

res demoras, supposta a grande distancia que ha da Bahia a S. Paulo por mar, e com a contingencia de ventos contrarios.

Reconhecendo o governador Fernão Dias Paes os grandes merecimentos de Mathias Cardoso de Almeida, que já n'este tempo tinha dado acreditadas mostras de valor e disciplina militar contra os barbaros gentios do sertão do Rio de S. Francisco o convidou para seu capitão-mór, e seu futuro successor no pretendido descobrimento e conquista; assim representou o mesmo governador a Agostinho de Figueiredo, que mandou para logo passar patente de capitão-mór ao capitão Mathias Cardoso de Almeida em 13 de Março de 1673 (Archivo da camara de S. Paulo, liv. de reg. n. 4° tit. 1664 pag. 99). N'ella se vê o contexto seguinte: «Levar por seu adjunto ao capitão Mathias Cardoso de Almeida por ter grande experiencia d'aquelle sertão, e gentios d'elle, onde havia feito jornadas de importancia, nas quaes procedêra com muito valor e boa disposição na conquista do gentio que tinha domado, ficando com elle poderoso para ter de encontro a outro qualquer que queira impedir a dita jornada, etc.» O effeito d'este descobrimento fica referido em titulo de Lemes, cap. 5° § 5° n. 3—1: tratando-se do governador Fernão Dias Paes, que, recolhendo-se para a patria tão avançado em annos como cheio de contentamento de haver conseguido o destino a que fôra enviado, falleceu no mesmo sertão pelos annos de 1681, quando já Cardoso se achava em S. Paulo em 1679.

Pouco descanso teve este, porque chegando a S. Paulo D. Rodrigo de Castel-Blanco em 1680, feito administrador geral das minas por patente do principe regente o Sr. D. Pedro II (com a mercê do officio de provedor e administrador geral das ditas minas de propriedade com

40$ por mez, desde o dia que sahisse da Bahia para S. Paulo, além do soldo de 600$ por anno e um padrão de 700$ de juro herdade), datada em Lisboa a 29 de Novembro de 1677 ; foi preciso ao dito Castel-Blanco, para pôr em effeito a jornada do sertão do Sabarabuçû(hoje Sabará) valer-se de Mathias Cardoso de Almeida ; e porque o tenente-general Jorge Soares de Macedo, que do reino vinha acompanhando a Castel-Blanco por ordem régia, n'este mesmo tempo tinha passado com um soccorro de gente de guerra de S. Paulo para a Ilha de Santa Catharina a incorporar-se com o governador D. Manoel Lobo, que se achava construindo a fortaleza da povoação da nova Colonia do Sacramento, do que viéra já da côrte encarregado em 1678,e se achava na Colonia em 1680,para onde tinha embarcado em Dezembro de 1679, elegeu Castel-Blanco a Mathias Cardoso de Almeida, a quem passou patente de tenente-general, datada em S. Paulo a 28 de Janeiro de 1681. E d'esta patente consta que dito Cardoso só tomára para si a honra do real serviço, indo com este posto para a jornada do sertão de Sabarabuçû, sem soldo algum, e á sua custa levando para ella sessenta negros seus para o trabalho. No arraial de S. Pedro, e matos de Paráûpéba, se achou o tenente-general Mathias Cardoso de Almeida, com D. Rodrigo de Castel-Blanco, já em 26 de Junho de 1681, quando Garcia Rodrigues Paes deu ao manifesto as pedras de esmeraldas, que o defunto seu pai o governador Fernão Dias Paes havia descoberto e extrahido da serra d'ellas no reino dos *Mappaxós*, no mesmo sitio, por onde andára Marcos de Azeredo, requerendo ao dito governador e administrador geral Castel-Blanco que as ditas pedras, que pezavam 128 oitavas, fossem remettidas a Sua Alteza. De tudo se lavrou termo, em que assignou Garcia Rodrigues Paes, com o gover-

nador e administrador, e o tenente-general Mathias Cardoso de Almeida, e do mesmo arraial de S. Pedro escreveu D. Rodrigo de Castel-Blanco aos officiaes da camara de S. Paulo pelo ajudante das ordens Francisco João da Cunha, com data de 18 de Julho do mesmo anno de 1681 (2), remettendo em um saquinho de chamalote as esmeraldas para serem enviadas á cidade do Rio de Janeiro ao syndicante João da Rocha Pitta, ausente ao governador da mesma cidade o mestre de campo Pedro Gomes.

Porém como D. Rodrigo de Castel-Blanco era um castelhano patáratão, que tinha passado a Portugal procurando o real serviço d'esta monarchia, inculcando-se um grande pratico no conhecimento dos metaes, e pedrarias finas, e mereceu os despachos de que temos feito menção; sahindo já do reino para a Bahia a descobrimento de minas no sertão de Tabayana, onde chegou em 1678 com as mercês de fôro de fidalgo, e habitos das tres ordens militares, para poder em nome de S. Alteza conferir aos paulistas e mais pessoas, que nos taes descobrimentos o acompanhassem, por alvará datado em Lisboa a 29 de Novembro do anno de 1677, e resolução de 12 de Maio em consulta do conselho ultramarino de 3 do dito mez do dito anno de 77, e nada conseguiu no sertão da Bahia, succedeu-lhe o mesmo no sertão de Sabarabuçú (estava esta gloria destinada, sem a menor despeza da real fazenda para os paulistas Carlos Pedroso da Silveira e Bartholomêo de Siqueira, que em 1695 apresentaram as primeiras mostras de ouro ao governador Sebastião de Castro e Caldas, que se achava com o governo do Rio de Janeiro por morte de An-

(2) Archivo da Camara de S. Paulo, liv. de reg., tit. 1675 pag. 71 v. e pag. 139.

tonio Paes de Sande em o dito anno, como temos referido este descobrimento em titulo de Toledos, cap. 2° § 1°, tratando de Carlos Pedroso da Silveira), porque recolhido actualmente ao seu quartel (bem lhe podemos chamar quartel da saude), d'elle jámais fez a menor sahida a penetrar o sertão com o grande corpo de gente da sua conducta, querendo por este modo aproveitar-se do soldo que percebia cada anno de 600$.

Reconhecendo o tenente-general Mathias Cardoso de Almeida a inutilidade de D. Rodrigo, e a importantissima despeza que tinha feito o real erario, não só com soldos vencidos, ajudas de custo, mantimentos na Bahia, transportes, armas, polvora e bala, mantimentos em S. Paulo, conducção de cem indios a salario certo por mez, tudo á custa da fazenda real, e com um mineiro, de quem se acompanhava, chamado João Alves Coutinho, que vencia por mez 20$ desde que sahira da Bahia, deu conta a Sua Alteza, que informado de toda a verdade mandou logo recolher ao reino ao dito D. Rodrigo de Castel-Blanco, por ordem datada em 23 de Dezembro de 1682, como melhor temos referido em titulo de Lemes, cap. 5° § 5° n. 3—1.

Grande, sem duvida, foi o ardor e zelo que teve do real serviço Mathias Cardoso de Almeida; por isso, vendo em S. Paulo que já D. Rodrigo vacillava sobre a entrada para o sertão de Sabarabuçû, tomando por escusa achar-se sem mineiro, pois João Alves Coutinho, a quem Sua Alteza tinha mandado dar para esta jornada, dizia que se achava cheio de achaques, velho e sem dentes para entrar para um sertão inculto sem sustento para seus annos, e a estas frivolas escusas acudiu Mathias Cardoso de Almeida, dizendo: Que elle acompanhava ao governador administrador geral D. Rodrigo, com sua pessoa, negros de seu serviço

e homens brancos á sua custa, só por fazer serviço a Sua Alteza, como já tinha feito na jornada do governador Fernão Dias Paes, sem em nenhuma d'estas diligencias fazer dispendio algum a Sua Alteza, assim de espingardas, polvora, chumbo, como do mais que se leva para semelhantes diligencias; e para que de uma vez se acabasse com o desengano d'estas minas, requeria e representava a elles officiaes da camara, que em todos os casos fosse o mineiro João Alves Coutinho, e que lhe assistiria com todo o necessario sustento para sua pessoa; e que havia redes, e indios para o carregarem ás costas por todo o sertão, etc.: que tudo se vê assim no livro das vereanças da camara de S. Paulo, titulo 1675, pag. 127.

Emquanto ao reino foi a conta, que se deu a Sua Alteza, e o dito senhor fez expedir a ordem de 23 de Dezembro de 1682, que temos referido, ao paulista Manoel de Borba Gatto, tomando-se de razões com D. Rodrigo, a quem accusava o engano, que fizéra á Sua Alteza, mais zeloso do serviço do principe, do que catholico, o matou em Novembro do mesmo anno de 1682, no sitio do Sumidouro.

Depois d'esta grande jornada, recolhido Mathias Cardoso de Almeida para S. Paulo, sua patria, foram tão grandes as hostilidades do bravo gentio do sertão do Rio Grande, districto de Pernambuco, que El-rei D. Pedro mandou levantar um terço de paulistas, sendo d'elle mestre de campo Mathias Cardoso de Almeida; assim se executou, e se formou o dito terço em S. Paulo, no anno de 1689, com o qual marchou a castigar o inimigo, penetrando com suas armas todo o sertão, e companhia do dito Rio Grande, onde conquistado o barbaro poder á força de repetidos encontros, passou o dito mestre de campo o rio Jaguariba, onde o gentio era muito formidavel em numero, e fazia repetidas hostilidades com grave damno dos moradores

do Ceará; e supposto que o terço recebeu a ferida de varios soldados mortos, foi tal a resolução do ataque, que o gentio experimentou um grande estrago. Em guerra effectiva se occuparam as armas paulistanas debaixo do commando do seu mestre de campo Mathias Cardoso de Almeida, muitos annos; porque no de 1693 ainda durava a guerra, e em 25 de Abril de 1694 se retirou o mestre de campo tendo conseguido na campanha do Rio Grande obrigar ao inimigo gentio até entrar de paz.

Foi este sertão o theatro do valor de Mathias Cardoso de Almeida, cujas acções fizeram echo nos reaes ouvidos do Sr. D. Pedro, que lhe conferiu patente de governador da mesma guerra, para executar a seu arbitrio, sem subordinação ás ordens que n'esta materia davam os capitães generaes de Pernambuco, ou os geraes do Estado.

No Rio de S. Francisco fundou e estabeleceu copiosas e rendosas fazendas de gados vaccuns e cavallares, com as quaes segurou abundante patrimonio a seus herdeiros. Foi natural da cidade de S. Paulo, filho de Mathias Cardoso, natural da Ilha Terceira, que falleceu no sertão no anno de 1656, e de sua mulher Isabel Furtado, natural de S. Paulo da nobre familia dos Prados, que falleceu em S. Paulo, a 17 de Abril de 1683. Em titulo de Prados, cap. 6º § 3º n. 3—3. Cartorio de orphãos de S. Paulo, maço 3º de inventarios letra M, maço 2º letra I n. 31.

Do matrimonio de D. Ignez de Campos Monteiro com o coronel Caetano Cardoso de Almeida, do numero 3—9, retro, houve filhos, dos quaes temos noticia certa de quatro:

4—1. Caetano Cardoso de Almeida.
4—2. Francisco Cardoso de Almeida.
4—3. D. Maria Sancha de Campos.
4—4. José Thomaz.

§ 3º e ultimo

2—3. Filippe de Campos Bicudo (filho do segundo matrimonio de José de Campos Bicudo com D. Maria de Almeida do cap. 5ºpag. 200), casou na villa de Itú aos 12 de Março de 1728 com Isabel de Quadros, filha de Miguel de Arruda Sá, e de Maria de Almeida. Em titulo de Botelhos Arrudas, cap.... § ...: No anno de 1733 achando-se o conde de Sarzedas,governador e capitão-general de S.Paulo na villa de Itú, por ordem de Sua Magestade de 5 de Março de 1732, e resolução do mesmo senhor do 1º do dito mez tomada em consulta do conselho ultramarino, formou na dita villa um regimento para servir na guerra e conquista dos *Payagods*; e para coronel d'elle foi escolhido Filippe de Campos Bicudo, como pessoa em quem concorriam todas as boas qualidades conducentes ao grande empenho que havia para o bom exito d'esta empreza, para a qual tambem foi promovido a sargento-mór do dito regimento Antonio de Moraes Navarro, e para capitão de uma das companhias de infantaria José de Campos Monteiro, d'este cap. § 1º, a quem se passou patente em Itú a 10 de Agosto de 1733 ; e foi o cabo d'esta guerra Gabriel Antunes Maciel, e commandante de todo o exercito Manoel Rodrigues de Carvalho, tenente de mestre de campo general do governo da capitania de S. Paulo. Em pessoa foi a Itú, como ja dissemos, o general conde de Sarzedas até fazer expedir as canôas e gente de guerra, No 1º de Agosto de 1734 sahiu do porto geral de Cuyabá, onde se achava parte da armada,o sargento-mór Antonio de Moraes Navarro, e no districto de Carandá se incorporou com o tenente de mestre de campo general Manoel Rodrigues de Carvalho, commandante da armada, a qual já formada completamente com todos os officiaes, e sol-

dados d'ella, seguiram viagem até o rio Paraguay, com todas as canôas de guerra, sem descobrirem vestigios do inimigo, até que foi este descoberto, e fugiu com acceleração, deixando mais de sessenta canôas, que foram entregues ao fogo por ordem do commandante Carvalho. Escolhido sitio defensavel para acampar o corpo da bagagem, formar paioes para recolher e guardar os mantimentos, e deixando ficar as tres barcas, que se mandaram construir na villa real de Cuyabá com artilheria e pedreiros, e com cento e cincoenta soldados armados, e por cabo d'este acampamento o coronel Innocencio Martins de Almeida, sahiu a tropa e corpo militar a demandar os alojamentos do inimigo *Payagoá*, rio abaixo de Paraguay, seguindo-os pelo dito rio, onde sendo alcançados lhes tomaram as suas canôas de guerra e espias, cujos prisioneiros serviram de guia para darmos nos seus alojamentos, os quaes foram totalmente destruidos e arrasados, ficando prisioneiros mais de duzentos dos inimigos, resgatando-se do poder dos mesmos mais de vinte e tantas pessoas, que alli se achavam em prisão, e se lhe tomaram todas as canôas que nos seus portos se acharam. Triumphantes as nossas armas d'esta canalha barbara, que tantas mortes e roubos tinham commettido contra os que iam e vinham do Cuyabá, e que agora ficavam destruidos, se recolheu o troço militar ao lugar do acampamento, onde tinha ficado o corpo de reserva dos cento e cincoenta soldados com a bagagem, seguiu a armada viagem para o Cuyabá, onde foi recebida com as demonstrações de alegria d'aquelles moradores (*Tudo isto consta de uma attestação jurada), e tambem assignada pelo conde de Sarzedas, e o tenente de mestre de campo general), que passou o sargento-mór Antonio de Moraes Navarro a favor do capitão José de Campos Monteiro, que era do seu

regimento, a qual existe avulsa dentro do titulo que fez o autor) E teve oito filhos :

3—1. D. Rita de Campos, mulher de Antonio Pompêo, filho de José Pompêo Paes e de Francisca de Arruda.

3—2. José de Campos.

3—3. Miguel de Campos, jesuita, que foi para as Italias.

3—4. Estanisláo de Campos, casado com Antonia de Arruda, filha de Antonio Bicudo de Barros e de Josepha de Arruda.

3—5. Antonio de Campos, falleceu em Itú, onde foi casado com D. Rosa de Almeida, filha de Francisco de Almeida Lara Taques e de sua mulher..... Arruda, com trez filhos.

3—6. D. Maria de Campos, casada com Francisco de Campos, filho de Mathias de Campos e de sua mulher Margarida da Silva.

3—7. Ignacio de Campos.

3—8. Filippe de Campos.

CAPITULO VI

1—6. Bernardo de Campos Bicudo, casou duas vezes : primeira em Itú a 18 de Abril de 1689 com Benta Dias, natural de Itú, filha do capitão Balthasar de Godoy Bicudo e de Ignez Dias de Alvarenga. Falleceu o dito capitão Balthasar de Godoy na villa de Parnahyba a 8 de Novembro de 1718; natural da cidade de S. Paulo e filho de Nuno Bicudo de Mendonça, e de Antonia Preto (Cart. de orphãos de Parnahyba, Inv. l. B n. 506, o do capitão Balthasar de Godoy Bicudo); sua mulher Ignez Dias de Alvarenga, natural da Parnahyba, alli falleceu a 19 de Agosto de 1733 , filha de Pedro Corrêa de Alva-

renga, e de sua mulher Benta Dias de Proença Varella. Esta Ignez Dias foi a fundadora do altar de Nossa Senhora da Conceição na igreja do mosteiro de S. Bento na dita villa de Parnahyba, para cujo patrimonio deixou da sua terça 400$000 em dinheiro para se pôrem a juros, e dos redditos fazer-se annualmente a festa da Senhora ; e para mais segurança deixou tambem 200$000 em dinheiro, e um escravo por nome Adão, ao dito mosteiro (Orphãos de Parnahyba, inventario, letra I n. 576, o de Ignez Dias de Alvarenga). Benta Dias de Proença foi filha de Balthasar Fernandes. Em titulo de Fernandes Povoadores, cap. 1° § 4.° Em titulo de Godoys, cap. 2° § 1° n. 3—1.

Segunda vez casou dito Bernardo de Campos Bicudo, na villa de Pindamonhangaba, com D. Francisca Romeira da Silva, filha de João Corrêa Magalhães, da nobre casa e morgado de Sifans, na comarca de Lamego, a qual depois foi mulher de Martim Affonso de Mello. Em titulo de Bicudos, cap. 1° § 1° n. 3—2 (em sua descendencia). Foi morador e capitão em Pitangui. E

Do primeiro matrimonio teve dois filhos.

2—1. Balthazar de Godoy Bicudo, presbytero secular..... § 1°. (3)
2—2. Filippe de Campos, falleceu sem geração § 2.°

Do segundo matrimonio teve oito filhos.

2—3. João Romeiro de Campos, falleceu solteiro § 3.°
2—4. Bento da Silva Campos, falleceu solteiro.... § 4.°
2—5. José de Campos da Silva, casou. Sem geração § 5.°
2—6. D. Margarida de Campos ..... § 6.°
2—7. D. Francisca Romeiro da Silva ..... § 7.°
2—8. D. Josepha Romeiro de Campos ..... § 8.°
2—9. D. Maria Romeiro de Campos ..... § 9.°
2—10. Escholastiea Maria, que falleceu solteira .. § 10.

(3) Cam. Episc. de S. Paulo, maç. 1° da let. B, anno de 1718.

§ 6º

2—6. D. Margarida de Campos, casou com João Ribeiro de Vasconcellos, e tiveram cinco filhos:

3—1. André.
3—2. Simão.
3—3. Victorino.
3—4. Maria.
3—5. Quiteria.

§ 7º

2—7. D Francisca Romeiro da Silva, casou com Manoel Ferreira do Valle, capitão da ordenança de Pitangui, natural de Requião, arcebispado de Braga. E tiveram quatro filhos:

3—1. Maria.
3—2. Ignez.
3—3. Francisca.
3—4. Margarida.

§ 8º

2—8. D. Josepha Romeiro de Campos, casou com Manoel de Castro Ferreira na matriz de Pitangui, irmão dos Veigas, o capitão Domingos Ferreira da Veiga Castro, professo da ordem de Christo, naturaes da freguezia de S. Vicente de Penço, termo da cidade de Braga, os quaes Veigas foram bem conhecidos na côrte de Lisboa pelos seus cabedaes.

E teve naturaes de Pitangui tres filhos:

3—1. O padre João Romeiro da Silva, foi jesuita, e falleceu em Lisboa, em casa de seu tio, feito presbytero secular.

3—2. D. Catharina de Castro Ferreira.

3—3. D. Joanna Rosaura de Castro Ferreira.

Estas duas senhoras passaram de Pitangui na companhia de seus pais para Lisboa, e entraram religiosas no convento de Santa Clara da villa de Santarem, onde professaram. E no mesmo convento existe em habitos seculares, depois do fallecimento de seu marido, D. Josepha Romeiro de Campos, que tem a consolação de ver a sepultura do seu esposo, cujos ossos descansam dentro da capella-mór da mesma igreja, além do grande respeito e veneração com que é tratada de toda aquella religiosa communidade.

§ 9°

2—9. D. Maria Romeiro de Campos, casada com Lopo Bernardo Rebello, sem geração.

§ 10

2—10. Escholastica Maria, que falleceu solteira.

CAPITULO VII

1—7. Nuno de Campos Bicudo, natural de Itú, casou n'esta villa no 1° de Fevereiro de 1693 (liv. 1° de casamentos fl. 20) com Maria Pires da Silva, natural de S. João da Atibaya, filha de Antonio Pedroso de Barros, e de sua mulher Maria Leite de Proença, naturaos ambos de S. Paulo. Em titulo de Pedrosos de Barros, cap. 2° § 2° n. 3—1, ou em titulo de Taques, cap. 3° § 8° n. 3—1. E teve nascidos em Itú.

2—1. Angelo Pires de Campos ..... § 1°
2—2. Filippe de Campos Leite ..... § 2°
2—3. Bernardo de Campos Bicudo..... § 3°
2—4. Nuno de Campos Bicudo..... § 4°
2—5. João Pires de Campos..... § 5°

2—6. Isabel de Campos..... § 6°
2—7. Rosa de Campos..... § 7°
2—8. Anna de Campos..... § 8°

§§ 1° e 2°

2—1. Angelo Pires de Campos, falleceu solteiro.

2—2. Filippe de Campos Leite, casou com D. Jacintha de Sampaio, filha do capitão-mór Manoel de Sampaio Pacheco e de D. Veronica Dias Leite. Em titulo de Botelhos Arrudas, cap. 1° § 4° n. 3—6. E teve tres filhos:

3—1. Antonio Pires.

3—2. Manoel Leite.

3—3. D. Maria Leite, mulher de Antonio do Amaral Grugel, filha de José do Amaral Grugel e de D. Escholastica de Arruda. Em titulo de Botelhos Arrudas, n. 1° cap. 4° § 2—10.

§ 3°

2—3. Bernardo de Campos Bicudo, casou com Maria Leite, filha de Francisco Gonçalves Leite, irmão do capitão Francisco Leite, da villa de Pindamonhangaba.

§ 4°

2—4. Nuno de Campos Bicudo, casou com Anna de Arruda, filha de Francisco de Arruda, e de Anna de Proença. Em titulo de Botelhos Arrudas, n. 2° cap. 1° § 2—11, com sua descendencia.

§ 5°

2—5. João Pires de Campos, levado só do indesculpavel appetite, e infeliz destino da sua sorte, esquecido das obrigações do seu nobre sangue, se desposou com uma mameluca, causando um geral luto de sentimento aos seus pa-

rentes,que, lamentando a injuria,lhe não poderam atalhar o damno.

§ 6º

2—6. D. Isabel de Campos, falleceu em Itú a 10 de Agosto de 1722, e o seu testamento existe no residuo da ouvidoria letra I. Foi casada com Pedro Corrêa de Godoy, filho de Balthasar de Godoy Bicudo,e de Ignez Dias de Alvarenga, dos quaes já se tratou no cap. 6º retro. E teve cinco filhos :

3—1. Nuno de Campos, falleceu solteiro.

3—2..... foi casada no Cuyabá com Antonio do Prado, natural de Santa Maria de S. Vicente onde foi capitão das ordenanças. Sem geração.

3—3.....casou no Cuyabá com João Coelho da Fonseca natural de S. Vicente, filho do capitão José de Araujo Guimarães. Em titulo de Pedrosos Barros, cap. 6º § 1.º Em Barros n. 3—2.

3—4. João, e 3—5 Maria, falleceram meninos.

§ 7º

2—7. Rosa de Campos, casou com João Baptista Machado (filho de Manoel Machado Lima), que falleceu no Cuyabá, e ignoramos se deixou filhos.

§ 8º

2—8. Anna de Campos (filha ultima de Nuno de Campos),foi baptizada em S. Paulo a 4 de Agosto de 1653. Casou com José de Sá e Arruda, filho de José de Sá Arruda e de D. Maria de Araujo. Em titulo de Botelhos Arrudas, tit. 2º cap. 7º § 2—2. E teve duas filhas naturaes de Itú :

3—1. Anna de Campos, mulher de José do Amaral

Grugel, filho de José do Amaral Grugel, e D. Escholastica de Arruda Leite, dos quaes temos ja feito menção. Em titulo de Arrudas, cap. 1° § 4° n. 2—10.

3—2. N.

CAPITULO VIII

1—8. Anna de Campos, falleceu em Itú com testamento a 24 de Agosto de 1713. Casou com Antonio Antunes Maciel (que segunda vez casou em Itú a 29 de Outubro de 1713), que falleceu em Itú com testamento a 15 de Outubro de 1725 (Resid. da ouvidoria de S. Paulo, letra A, testamentos de Anna de Campos e Antonio Antunes Maciel) filho de Gabriel Antunes Maciel, e de Messia Cardoso, (Camara episcopal de S. Paulo, *generes* I, maço 1, n° 41 de João Antunes Maciel). Em titulo de Carvoeiros, cap. 1° 8° n. 3—4. E teve oito filhos naturaes de Parnahyba :

2—1. Gabriel Antunes Maciel ..... § 1°
2—2. O Padre João Antunes Maciel..... § 2°
2—3. José Antunes Maciel..... § 3°
2—4. Margarida Bicudo ..... § 4°
2—5. Rosa de Campos..... § 5°
2—6. Messia Cardoso de Campos..... § 6°
2—7. Maria Antunes ..... § 7°
2—8. Filippe, falleceu solteiro ..... § 8°

§ 1°

2—1. Gabriel Antunes Maciel. Acompanhou a seu tio Manoel de Campos Bicudo quando este por capitão-mór de uma tropa penetrou o sertão de Caãrapaguaçû acima da cidade da Assumpção do Paraguay; em cuja cadêa ficou preso Gabriel Antunes e mais oito paulistas, curtindo o rigor dos ferros nove annos. Este successo fica referido

no cap. 3°, e vide isto na *Historia do Paraguay*, em francez no anno de 1639 tomo 2° fl. 392. Casou Gabriel Antunes Maciel com Isabel Ribeira, natural de S. Paulo, filha do capitão Estevão Ortiz de Camargo, e de sua mulher Maria Cardoso, que falleceu a 18 de Julho de 1737 ; e elle falleceu a 27 do Março de 1731 (Orphãos de S.Paulo, maço 1° de inventarios, let. M. n. 42, e let. E, maço 1° n. 18), o qual Estevão Ortiz foi cidadão que sempre occupou os cargos da republica com bom tratamento, veneração e respeito, e foi morador no sitio de Nossa Senhora do O, onde possuiu os bens de fortuna com grande numero de gados vaccuns e cavallares. Em titulo de Camargos, cap. 8° § 2.° Maria Cardoso foi filha de Francisco Xavier Pedroso e de Maria Cardoso. Em titulo de Moraes, cap. 3° § 1° n. 3—5.

§ 2°

2—2. João Antunes Maciel, presbytero secular, habilitado em 1710, mas casou-se.

§ 3°

2—3. José Antunes Maciel, casou com Maria Soares, filha de Paschoal Delgado Lobo, e de Isabel Cubas Ferreira, que foi filha do sargento-mór Antonio Soares Ferreira natural de S. Paulo, e o dito Paschoal Delgado foi filho de João de Anhaya de Almeida capitão-mór da villa de Itú, e de Isabel Delgado. Em titulo de Anhayas, cap...§...

E teve uma filha, que foi Rita de Campos, mulher de Francisco João Botelho, filho de Luiz Soares Botelho; existem moradores no Cuyabá.

§ 4º

2—4. Margarida Antunes Bicudo, baptizada em Parnahyba a 20 de Novembro de 1676, casou em Itú a 11 de Setembro de 1695, com João Paes Rodrigues, natural de S. Paulo, filho de João Paes Rodrigues, natural de S. Paulo, e de Maria Rodrigues. E teve nove filhos :

3—1. João Paes Rodrigues.

3—2. Antonio Antunes Maciel, casou no Cuyabá com.....filha de Antonio Pedroso Borralho, e neto de João Borralho e de Maria Leme de Alvarenga, a qual falleceu em Itú a 19 de Dezembro de 1722, com testamento, que está na ouvidoria geral, let. I.

3—3. Garcia Rodrigues Paes, casou com D. Gertrudes de Arruda, filha do mestre de campo Antonio de Almeida Falcão, e de sua mulher D. Gertrudes de Arruda. Em titulo de Arrudas, cap. 2º § 3º n. 2—4.

3—4. Anna de Campos, casou com Luiz Soares Paes. Sem geração.

3—5. Archangela Paes de Campos, casou com José de Campos Monteiro, do cap. 5º § 1º

3—6. Maria Paes, casou com Pedro Dias Ferraz. Em titulo de Botelhos, cap. 1º § 4º n. 2. E teve dez filhos :

4—1. Manoel Dias Ferraz, casou com Maria Dias, filha de Francisco Gonçalves, natural de Vianna do Minho, e de sua mulher Maria Dias de Barros.

4—2. João Ferraz de Campos, casou com Rosa Maria Leite, filha de Francisco Gonçalves, e de Maria Dias de Barros, os mesmos supra.

4—3. Francisco Xavier Ferraz, casou com D. María Bicudo, filha de José de Arruda Sá, e de D. Escholastica Bicudo.

4—4. Antonio Ferraz.

4—5. Ignacio

4—6. Maria Leite, foi casada com Filippe do Rego Castanho, e teve unico filho chamado Manoel do Rego.

4—7. Antonia de Arruda, casou com Francisco Paes, filho de Francisco de Godoy Moreira e de D. Barbara Paes.

4—8.....casada com Claudio de Godoy, filho dos supra.

4—9. Anna do Campos,casou com José de Sampaio Castanho, filho de André de Sampaio Botelho,e de D. Ignacia de Goes.

4—10. Margarida Bicudo.

3—7. Gertrudes Bicudo (filha de Margarida Antunes Bicudo do § 4· retro),casou com Pedro Dias Bicudo, filho de João Bicudo,e de Margarida Bicudo. E teve tres filhos :

4—1. Anna de Campos.

4—2. Manoel Dias Bicudo, casou com Faustina Aranha, filha de Xisto de Quadros e de Francisca de Godoy.

4—3. Maria Bicudo, casou com Antonio Pacheco da Silva, sargento-mór da ordenança da villa de Itú, filho de Manoel Pacheco Gatto, e de sua mulher.....

3—8. Josepha Paes de Campos, casou com João B cudo de Campos, filho de João Bicudo, e de Margarida Bicudo. E teve quatro filhos, que foram :

4—1. Antonio Paes.

4—2. Miguel Paes.

4—3. Margarida Bicudo.

4—4. Francisco Bicudo de Campos,existe no Cuyabá.

3—9. Rosa de Campos.

§ 5º

2—5. Rosa de Campos (filha de Anna de Campos, e Antonio Antunes Maciel, do cap. 8º, casou em Itú a 7 de Fevereiro de 1701 com Antonio Garcia Borba natural de

Santo Amaro, filho de Jorge Velho, e de sua mulher Maria de Borba, naturaes de S. Paulo.

E teve cinco filhos:

3—1. Anna de Campos, casou com Jozé de Barros, filho de Pedro Vaz de Barros e de D. Maria Leite de Mesquita, Em titulo de Mesquitas, cap. 12. E teve dois filhos, que falleceram no Cuyabá.

3—2. Maria de Borba, casou com José Corrêa Penteado, filho de.....

E teve quatro filhos: José Correia Paes, e as mais femeas.

3—3. Custodia Paes, casou com Timotheo de Goes, filho de Lourenço Castanho de Araujo e de Anna de Arruda. Em titulo de Botelhos, cap. 1° § 1° n. 2—4.

3—4. Josepha de Borba, casou com José Pompêo Castanho, filho de Lourenço Castanho, e Anna de Arruda supra.

3—5. Maria Garcia, casada com Bento de Barros natural de Araçariguama, filho de José de Barros Bicudo, e D. Ignacia de Goes. Em titulo de Taques Pompêos, cap. 3° § 1° n. 3—8.

§ 6°

2—6. Messia Cardoso de Campos (filha de Anna de Campos, do cap. 8°), casou com Lourenço Cardoso de Negreiros, filho unico de Estevão Cardoso de Negreiros, natural da freguezia da Acuthia, que falleceu em Itú a 11 de Abril de 1719 (Ouvidoria de S. Paulo, maço de testamentos do residuo letra E), e de sua mulher Magdalena de Miranda, natural de S. Paulo. Neto por parte paterna de Lourenço Cardoso de Negreiros, natural da cidade de Lisboa, freguezia do Loreto, morador que foi na rua da Rosa das Partilhas, e de sua mulher D. Antonia Borges de Cerqueira, natural de S. Paulo, em cuja matriz casaram a 25 de Agosto de 1629.

Em titulo de Cerqueiras, cap. 5º § 4.º E em titulo de Mirandas, cap. 8º § unico. E teve dois filhos naturaes de Itú:

3—1. Estevão Cardoso de Negreiros.

3—2. Antonio Cardoso de Campos.

3—1. Estevão Cardoso de Negreiros, tem occupado todos os cargos da republica da villa de Itú. Tem sido muitas vezes juiz ordinario, e por triennio juiz de orphãos, e sempre com grande aceitação nas correições dos corregedores. Casou com Maria de Almeida. Em titulo de Botelhos Arrudas, cap. 3º § 6º n. 2—2.

3—2. Antonio Cardoso de Campos, passou para as minas de Goyazes, onde fez estabelecimento no arraial de Crixas de lavras mineraes, em que occupa numerosa escravatura. Tem excellente docilidade, muita honra e verdade. Vive com estimação, e igual respeito, muito attendido dos ministros que passam em correição, e não menos dos governadores generaes d'aquella capitania. Repetidas vezes tem tido sobre si o pesado jugo da republica, porque, como nos arraiaes de Crixas e do Pillar, que um do outro dista dez leguas, ou talvez mais, não ha conselho, servem os juizes ordinarios com jurisdicção para todas as providencias do bem publico.

2—7. Luiz Soares Ferreira, foi filho de Antonio Soares Ferreira, sargento-mór com 600$ de soldo, conquistador dos *Tupinambás* no sertão da Bahia; recebeu honrosissima carta de Sr. Pedro II, com promessa de dois habitos de Christo.

3—1. Miguel Paes de Campos (que é o que me dá estas noticias em Cocaes com idade de 67 annos, rijo e cheio ainda de vivacidade, que nasceu a 21 de Setembro de 1718 em Itú: passou-se para Cuyabá em 1737, onde casou em Maio de 1755 com sua prima irmã (para o que alcançou dispensa de Roma, procurando a seu tio Pedro

Dias Paes Leme, em cuja companhia esteve á espera d'ella muitos annos no Rio de Janeiro), D. Antonia de Arruda de Campos (que ainda existe com a mesma idade do marido com avanço de dois mezes mais) filha de João Antunes Maciel, capitão na guerra dos *Payaguares*, de que era chefe seu primo irmão o coronel Filippe de Campos, o qual João Antunes foi estudante, e é o do § 2° d'este cap. 8°, filho de Anna de Campos, e irmão por consequencia de Maria Antunes, mãi de Miguel Paes de Campos d'este numero. Foi capitão da leva das esmeraldas por patente de Gomes Freire de Andrade, quando a ella foi mandado Ignacio Dias Velho, irmão mais moço do guarda-mór general Pedro Dias Paes. No Cuyabá sempre teve estimação, e foi republicano ; vive de minerar no seu sitio de Campo Verde do Ribeirão de Santo Antonio e tem tres filhos : D. Quiteria Paes de Arruda, D. Maria Garcia de Sá e Fernando Dias Paes Leme, todos solteiros. Miguel Paes, falleceu no seu sitio a.....

E' capitão do dito arraial de Crixas, e juntamente guarda-mór da repartição das terras e aguas mineraes do mesmo arraial. Foi casado em a matriz da Villa-Boa de Goyazes com D. Quiteria Leite da Silva, natural da villa de Parnahyba, filha de João Leite da Silva Ortiz, descobridor e conquistador das minas dos Goyazes, e seu primeiro guarda-mór geral. Em titulo de Lemes, cap. 5° § 5° no n. 3—6 ao n. 4—3, e d'elle ao n. 5—3 de João Leite da Silva Ortiz, com sua descendencia.

§ 7°

2—7. Maria Antunes (filha de Anna de Campos pag. 242), foi casada em Itú aos 5 de Novembro de 1707 com Antonio Soares Paes, filho de Luiz Soares Ferreira e de

D. Catharina Dias Paes, irmã do guarda-mór geral Garcia Rodrigues Paes. Em titulo de Lemes, cap. 5º § 5º n. 3. E teve cinco filhos naturaes de Itú :

3—1. Miguel Paes de Campos, casou no Cuyabá com sua prima-irmã D. Antonia de Arruda de Campos, filha de João Antunes Maciel.

3—2. Antonio Soares Ferreira, morador em Goyazes, solteiro.

3—3. Hieronimo Soares, idem.

3—4. Catharina Dias Paes, casou em Villa-Boa com Manoel Lopes, natural da ilha de S. Miguel.

3—5. Margarida Soares, casou duas vezes : primeira com Paschoal Leite: deixou geração : segunda com José de Sousa, natural da Conceição dos Guarulhos, morador no sitio das Anhumas, caminho de Jundiahy para a villa de Mogy-Mirim, estrada para Goyazes.

CAPITULO IX

1—9. Maria Bicudo de Campos, foi baptizada na Parnahyba aos 3 de Dezembro de 1664, e alli casou aos 6 de Maio de 1677 com Francisco Cardoso, natural da cidade de S Paulo, filho de Manoel Cardoso de Almeida, terceiro padroeiro da igreja de Nossa Senhora da Luz, e de sua mulher Catharina Rodrigues. Em titulo de Carvoeiros, cap. 1º § 5º n. 3—3. E teve nove filhos, naturaes de Parnahyba.

2—1. Filippe Cardoso de Campos..... § 1º
2—2. Francisco Cardoso de Campos..... § 2º
2—3. Desiderio Cardoso..... § 3º
2—4. Angelo Cardoso..... § 4º
2—5. Estanisláo Cardoso de Campos..... § 5º

2—6. Maria de Campos ..... § 6º
2—7. Anna de Campos ..... § 7º
2—8. Catharina de Campos..... § 8º
2—9. Maria de Campos..... § 9º

§ 1º

2—1. Filippe Cardoso de Campos, viveu muito abastado em minas de Goyazes nas suas lavras mineraes no sitio do Ferreiro. Foi prodigo vendo-se em prosperidades da fortuna; e como não attendeu aos futuros contingentes pela variedade dos tempos acabou pobre, procurando com resignação catholica (depois de viuvo, e sem filhos para educar) servir a Nossa Senhora da Luz como legitimo neto do terceiro protector Manoel Cardoso de Almeida, tomando o habito de hermitão. Empossado dos moveis da capella da Senhora da Luz, entrou em obras, cercando aquelle sitio com muros, e fez casas para os romeiros, com uma horta, para a qual introduziu uma levada de agua para a regar, conduzida do Anhangabahy, que banha o declivio da cidade de S. Paulo abaixo da cerca do convento dos religiosos de S. Francisco. Levantou o frontispicio da capella, e fez outras muitas obras, filhas do seu cordial affecto, zelo e acertos. Foi casado com Maria Bueno, filha do capitão João Pedroso Xavier, que falleceu a 14 de Agosto de 1707, e se lhe acabou a geração. (Orphãos de Parnahyba, Inv. n. 442, let. I.)

§ 2º

2—2. Francisco Cardoso de Campos, casou na villa de Itú aos 17 de Junho de 1715, com Joanna de Almeida, natural da dita villa, filha do capitão Jordão Homem Albernaz, e de Joanna de Almeida, da nobre familia dos Anhayas, e da de Jordão Homem Albernaz, que em 1645 governava a

villa de Ubatuba na marinha do Norte, como capitão-mór da dita villa, que ainda então era povoação. Em titulo de Anhayas. E teve filho unico Francisco Cardoso de Campos, que casou com.....filha de Raymundo de Godoy.

§ 3º e 4º

2—3. Desiderio Cardoso, ainda vive morador da villa de Jacarehy.

2—4. Angelo Cardoso de Campos, casou em Itú a 11 de Julho de 1723 com Apolonia Cabral de Tavora, filha de João Cabral e de sua mulher Maria Bicudo. Sem geração.

§ 5º

2—5. Estanisláo Cardoso de Campos, casou com Anna de Moraes, natural de Santo Amaro, filha de Balthasar de Borba Gatto, e de sua mulher Leonor de Lemos de Moraes. Em titulo de Moraes, cap. 2º § 3º n. 3—1 a n. 4—7. E teve uma filha que está casada com Ignacio da Rocha Pimentel, filho do capitão Bartholomêo da Rocha, e de Ursula Franca. Em titulo de Buenos, cap. 1º § 2º n. 3—8 a n. 4—1.

§ 6º

2—6. Maria de Campos, nasceu na Parnahyba, em cuja matriz foi baptizada a 15 de Fevereiro de 1678. Casou duas vezes : primeira na matriz de S. Paulo a 11 de Junho de 1696 com Pedro Ortiz de Camargo, que, sendo paulista potentado pelo dominio que tinha de numero grande de arcos do gentio do sertão, já catholico, seguiu o partido da alteração, que houve em S. Paulo no anno de 1698, em que obrou varias insolencias com a vara de juiz ordinario que empunhava no dito anno. N'elle

acabou a vida, e o matou o tenente-general Gaspar de Godoy Colaço. No conceito de Arthur de Sá e Menezes foi caracterisado por homem regulo, sendo que este general soube fazer grande estimação dos paulistas benemeritos como se vê das vinte e cinco cartas, que o Sr. rei D. Pedro II escreveu no anno de 1699 aos vinte e cinco paulistas, dos quaes havia dado particular informação ao mesmo senhor(4) dito Arthur de Sá, e tambem lh'a deu sobre a alteração, que havia causado no povo de S. Paulo, e villas da capitania o augmento da moeda, e da morte do regulo Pedro de Camargo; como tudo se vê melhor da resposta que teve em carta firmada do real punho, e datada em Lisboa a 22 de Outubro do anno de 1698, que se acha registrada no livro de registros das cartas do Rio de Janeiro tit. 1673 a fl. 196, na secretaria do conselho ultramarino. Com a morte de Pedro Ortiz de Camargo não houve succesão. Em titulo de Camargos, cap. 1º § 9.º Segunda vez casou Maria de Campos com o capitão-mór Thomé de Lara e Almeida. Em titulo de Taques Pompêos, cap. 3º § 4º com sua descendencia, no segundo matrimonio do dito capitão-mór.

§ 7º

2—7. Anna de Campos, casou em Itú a 20 de Agosto de 1708 com Valerio de Siqueira Caldeira, filho de João de Siqueira Caldeira, e de sua mulher Maria Ribeiro naturaes de Nazareth. E teve um filho chamado João de Siqueira Caldeira, que falleceu solteiro.

§ 8º

2—8. Catharina de Campos, casou em Itú a 20 de Ja-

(4) Secret. do conselho ultramarino, liv. de reg. das cart. do Rio de Janeiro, tit. 1673 fl. 198 e seg.

neiro de 1705 com o capitão-mór Jacintho Barbosa Lopes. provedor dos reaes quintos nas minas do Cuyabá, natural de S. Paulo, irmão direito de Fr. Urbano Barbosa, religioso capucho, e de Catharina Barbosa, mulher de João Vidal de Siqueira, filhos de Francisco Barbosa Rebello, natural de Vianna (viuvo de Catharina Moniz da villa de S. Vicente), e de sua segunda mulher Francisca da Silva, natural de S. Paulo, onde falleceu com testamento a 21 de Maio de 1691 (Orphãos de S. Paulo, maço segundo de inv. let. F). Netos por parte paterna de Thomé Rebello Carneiro e de sua mulher Catharina Barbosa, naturaes de Vianna, como consta do testamento com que falleceu em S. Paulo Francisco Barbosa Rebello a 31 de Julho de 1685. E pela parte materna netos de Gonçalo Lopes, natural da villa de Sardoura do conselho de Paiva, freguezia de Santa Marinha, e de sua mulher Catharina da Silva, natural de S. Paulo, em cuja matriz havia casado a 3 de Junho de 1640, filho de Pedro Lopes, e de sua mulher Joanna da Costa; e bisnetos de Cosme da Silva, e de sua mulher Joanna Gonçalves, que foi irmã de Maria da Silva, mulher de Luiz Hyánes. Em titulo de Camargos, cap. 1º § 2º Este Paulista Jacintho Barbosa Lopes, estando com o pesado officio de provedor dos reaes quintos das minas do Cuyabá pelos annos de 1726, determinou Rodrigo Cesar de Menezes, governador e capitão-general de S. Paulo (então se achava nas ditas minas, para onde tinha passado por ordem régia) que o ouro dos quintos que eram oito arrobas, introduzido em cunhetes de madeira grossa, chapeados de ferro, na fórma que se costuma para virem embarcados em canôa até o porto de Araritaguaba, se entregasse na cidade de S. Paulo ao provedor da casa da real fundição de ouro, que então era um Sebastião Fernandes do Rego, natural do reino de Portugal. A este se determinou que os taes

cunhetes se não abrissem, e que do mesmo modo em que sahiram do Cuyabá se remettessem para o Rio de Janeiro para irem a El-rei na náo do comboi da frota.

§ 9º e ultimo

2—9. Maria de Campos, filha de Maria de Campos, e Francisco Cardoso, do cap. 9º), casou em Itú a 18 de Agosto de 1726 com Gaspar de Godoy Moreira, natural de S. Paulo, filho de Ignacio Moreira, e de sua mulher Catharina de Onhate. Em titulo de Hortas, cap...

CAPITULO X

1—10. D. Antonia de Campos, nasceu em Parnahyba a 29 de Março de 1660 e falleceu em Itú com testamento a 22 de Agosto de 1728. Casou com o sargento-mór João Falcão de Sousa, natural da ilha de S. Miguel, de nobreza conhecida, irmão de Ignacio de Sousa Falcão, o Morgado. Foi primo direito dos tres irmãos Arrudas, que casaram em S. Paulo na casa de Quadros. Em titulo de Botelhos Arrudas, cap. 1º 2º e 3.º E teve filha unica.

§ unico

2—1. D. Barbara de Sousa e Menezes, natural da villa de Itú, casou com Manoel de Sampaio Pacheco, natural da ilha de S. Miguel da villa da Ribeira Grande, e capitão-mór que foi da villa de Itú, onde falleceu em 1762, filho do capitão Manoel Pacheco Botelho, e de D. Maria de Arruda, ambos da villa da Ribeira Grande. Neto pela parte paterna de Sebastião Botelho da Fonseca, natural de Calhetas, e de Catharina de Viveyro, tambem de

Calhetas. E pela materna neto do capitão Nicoláo da Costa de Arruda, irmão dos tres Arrudas referidos no capitulo supra,e de sua mulher Ignez Tavares,da ilha de S. Miguel. E teve dois filhos :

3—1. Francisco Pacheco de Menezes.
3—2. D. Maria Pacheco de Menezes.

3—1. Francisco Pacheco de Menezes, casou tres vezes : primeira com D.... filha do tenente-coronel Antonio Borralho Pedroso, nas minas do Cuyabá,sem geração; segunda vez em ditas minas com D.... Flores Bonilha,sobrinha direita do capitão Salvador Martins Bonilha. Em titulo de Bonilhas, sem geração ; terceira vez casou no Mato Grosso na Villa Bella com D. Maria de Oliveira, natural de Itú, filha de.....

3—2. D. Maria Pacheco de Menezes, falleceu em Itú em 1766 : foi casada com Antonio Ferraz de Arruda, nobre cidadão de Itú, onde actualmente tem as redeas do governo civil d'aquella republica e tem sido por duas vezes juiz de orphãos triennal com acreditada utilidade dos pupillos desamparados. Existe em 1767, bem afazendado no seu engenho de assucares, e capella de..... com nove filhos naturaes de Itú. Em titulo de Botelhos Arrudas. cap. 1º §4º n. 2 -2, com sua descendencia.

CAPITULO XI

1—11. Isabel de Campos, nasceu e baptizou-se em Parnahyba a 11 de Dézembro de 1661, e foi casada com Pedro Dias Leite, filho de Manoel Ferraz de Araujo, cidadão da cidade do Porto. Em titulo de Lemes, cap. 5º § 5º n. 3- 8. E teve quatro filhos naturaes de Itú :

2—1. Theodosio Ferraz..... § 1º falleceu solteiro.
2—2. Manoel Ferraz de Campos.. § 2º
2—3. José Ferraz..... § 3º
2—4. Margarida Bicudo de Campos § 4º

§ 2º

2—2. Manoel Ferraz de Campos, casou com Anna Ribeiro, filha de José Corrêa Penteado. Em titulo de Penteados, cap. 6º § 6.º E teve quatro filhos :

3—1. Maria de Campos, casou com seu parente Manoel Corrêa de Barros. Em titulo de Penteados, cap. 6º § 6.º E teve nove filhos :

4—1. José Manoel de Campos, casou na Acuthia com Paulina, filha do capitão Pedro da Rocha Machado. Em titulo de Camargos.

4—2. João Corrêa de Campos, casou na Acuthia com Helena Machado, filha do capitão Pedro da Rocha, supra.

4—3. Anna de Campos, casou em Penha de França com Manoel João de Athaide, natural de Parnahyba, filho de Manoel João de Athaide.

4—4. Agostinha Rodrigues de Barros, casou em S. Roque com Joaquim de Araujo Paes, filho de João Martins da Fonseca. Em titulo de Arrudas ou Lemes, L 5.º

4—5. Estanisláo de Campos, solteiro em 1773.

4—6. João Antonio, solteiro.

4—7. Maria Ferraz, casou na Penha com Bento de Camargo Paes, filho de Matheus Lopes de Camargo.

4—8. Francisco.

4—9. Salvador.

§ 3º

2—3. José Ferraz, foi jesuita na provincia da Bahia, onde tomou a roupeta. Este homem foi de marca maior

na subtileza com que penetrou a sagrada theologia. As suas letras o elevaram tanto, que cahiu no desacordo de se constituir soberbo e ingrato ao doce leite com que se creára na companhia; porque, faltando-se-lhe com a cadeira de theologia na Bahia, para logo entrou a abandonar aquella rectidão de justiça distributiva com que esta religião costuma praticar os seus preceitos com os subditos, publicando que com elle se tinha alterado esta virtude, porquanto as cadeiras se devem conferir aos mais benemeritos em letras, e não em antiguidade de estudos. Intentou largar a roupeta; mas os jesuitas, conhecendo que em José Ferraz se ia creando o maior barrete da provincia do Brasil, lhe faziam repetidas rogativas com admiraveis e prudentes advertencias, lembrando-lhe a virtude da santa humildade, a honra da religião pelo seu illustre patriarcha, o desagrado dos seus nobres pais, a gloria da patria; e ultimamente que o defeito, que lavrava o primeiro descuido com a falta da cadeira n'aquella occasião, se emendaria com o mesmo contentamento com que todos lhe aspiravam o credito das suas letras. Emquanto se foi contendo pelas admoestações dos reverendos amigos chegaram as noticias a Roma, e não duvidou o reverendissimo padre geral honrar a José Ferraz com carta cheia de paternal benignidade, mandando se lhe conferisse a cadeira de prima no collegio da Bahia. Não bastou esta ternura e obsequio sem exemplo, para abrandar o genio aspero, ou desconfiado do padre José Ferraz, que, preoccupado da sua teima e allucinação, largou a roupeta, e, como já era presbytero, veiu para S. Paulo em habito de clerigo de S. Pedro. Não tardou muito o castigo, porque de repente ensurdeceu, de sórte que, ainda que aos ouvidos lhe disparassem uma peça de artilheria não ouviria este grande echo. Viveu

pobre, e acabou na miseria ; porque até por fim da carreira da triste vida cahiu no vicio de se embriagar com aguardente. Jaz sepultado na villa de Itú sem mais campa, que a saudade do seu nome, não pelo que foi, mas pelo que deixou de ser. Foi bem instruido na historia sacra e profana, á que se applicou por allivio da sua surdez. Nas humanidades foi eminente ; e na poesia latina transcendeu a todos os do seu tempo,e ainda até hoje sem igual. Davam-lhe o assumpto, e no mesmo ponto pegando na penna entregava para logo um epigramma de um até dois disticos, que serviam igualmente para o applauso, como para a estimação. Emfim do padre José Ferraz (o infeliz n'esta vida) todo o encarecimento será minuto louvor ao seu grande e elevado engenho.

§ 4°

2—4. Margarida Bicudo Leite de Campos, casou em Itú a 12 de Janeiro de 1761, com João Bicudo, natural da Parnahyba (irmão do capitão-mór da Parnahyba José Bicudo de Brito), filho de Manoel Bicudo de Brito, e de sua mulher Thomasia de Almeida. Em titulo de Alvarengas, cap. 3° § 1° n. 3—2 a 4—2. E teve dois filhos :

3—1. Pedro Dias Bicudo.
3—2. João Bicudo de Campos.

3—1. Pedro Dias Bicudo, casou duas vezes : primeira com . . . filha de João Paes Rodrigues,sua prima segunda; segunda vez casou com. . . . filha de José Pompêo de Almeida, filha do capitão-mór Thomé de Lara. Em titulo de Taques,cap. 3° § 3° n. 3—.

Do primeiro matrimonio teve :

4—1. Manoel Dias.

4—2. . . . . mulher do sargento-mór Antonio Pacheco da Silva. Em titulo de Borbas Gattos.

4—3. Anna de Campos, falleceu solteira.

Do segundo matrimonio :

4 4. Maria.

4—5. Theresa : falleceu solteira.

4—6. Isabel de Sampaio, solteira.

3—2. João Bicudo de Campos, casou em Itú com Josepha Paes de Campos, filha de João Paes Rodrigues, e de Margarida Antunes Bicudo, do cap. 8º § 2º n. 3—8, e alli com quatro filhos.

CAPITULO XII (5)

1—12. Maria Bicudo de Campos, casou duas vezes, primeira com Mauricio Machado Barreto, natural de S. Paulo, na villa de Itú, aos 29 de Janeiro de 1688, filho de Manoel Machado e de sua mulher Cecilia Ribeiro, como consta no livro 1º dos casamentos da matriz de Itú. E segunda vez casou com Lourenço Corrêa Ribeiro. E teve :

Do primeiro matrimonio :

2—1. O padre Filippe Machado de Campos, habilitou-se em S. Paulo ; foi vigario da vara e igreja em Itú.

2—2. Cecilia Ribeiro de Campos, casou com Antonio Corrêa da Silva, natural de Itú, a 13 de Junho de 1706 (liv. 2º dos casamentos de Itú), filho de Antonio Corrêa da Silva, e de sua mulher Margarida Bernarda.

2—3. Maria de Campos, casou primeira vez com Salvador de Espinha Silva, natural do Rio de Janeiro e foram para o Cuyabá. Deixou geração.

(5) *Este capitulo parece que o autor o fez em duvida pelas emendas, e variedade do nome do capitulo,* e porque no principio do titulo diz que falleceu solteira e aqui porém casada com descendencia.

§ 4º

Do segundo matrimonio (* Em duvida):

2—4. Lourenço Corrêa Ribeiro, casou com Rosa de Arruda. Em titulo de Arrudas, cap.... E teve:

3—1. Frei Salvador, capucho.

3—2. Lourenço Corrêa Ribeiro, casou em Sorocaba. Sem geração.

3—3. Anna Ribeiro de Araujo, casou com João Pires de Arruda, filha do capitão Pedro Taques Pires. Em titulo de Taques, cap. 3º §.

3—4. Maria de Arruda, casou com Francisco Mendes de Almeida, natural de Acuthia, filho de Luiz Mendes de Almeida. Deixou geração.

2—5. Pedro Corrêa de Campos. } falleceram solteiros.
2—6. José Corrêa de Campos. }

(*Continúa*)

MEMORIA SOBRE A CAPITANIA DO CEARÁ

(Cópia d'um documento existente no Archivo Publico)

SENHOR.— Foi Vossa Alteza Real servido ordenar, por provisão régia da mesa do desembargo do paço com data de 24 do mez preterito do corrente anno, que eu informe com o meu parecer o negocio da creação dos lugares de juizes de fóra da comarca do Ceará, conteúdo nos papeis inclusos, na fórma da resposta do procurador da corôa.

Em virtude pois d'esta régia determinação, sou justamente obrigado a levar á prezença de Vossa Alteza Real os meus sentimentos, sobre os pontos memorisados na minha primeira informação de 23 de Setembro de 1811, tanto a respeito da extensão do termo, que se deve dar ao juiz de fóra da villa da Fortaleza, capital da mesma, como dos juizes de fóra, que na dita informação lembrei, para as villas do Icó e Sobral.

Para satisfazer ao primeiro objecto, devo reportar-me em tudo áquella informação, que amplificarei, como se me ordena, protestando a Vossa Alteza Real, que o termo da Fortaleza só por si não é sufficiente para a necessaria subsistencia do juiz de fóra d'aquella villa, e que em razão d'isso me não parece excessivo o que lhe arbitrei nas proximas encravadas villas dos indios, de Arronches, Messejana e Soure, assim como nas confinantes do Aquiraz e Montemór o Novo, sendo certo que a primeira villa dista da capital para léste uma legua, tendo duas de extensão em quadro; que a segunda fica para a mesma parte, em distancia de tres, e uma dita de termo; que a terceira, distante tres leguas para oeste, só tem uma em quadro; que a quarta dista seis da capital para léste; que a quinta fica na distancia de trinta para o sul; e ultima-

mente, que a população d'estas villas em geral bota a 22,903 pessoas de ambos os sexos e qualidades.

Emquanto ao segundo objecto da referida informação, sobre a urgente necessidade, que tenha a capitania de mais juizes de fóra, depois que formalisei o mappa topographico da mesma, que offereci a Vossa Alteza Real, e que o defunto conde das Galvêas fez que se copiasse no real archivo militar, achei ser muito mais conveniente que, em vez dos dois lembrados, se creassem quatro nos pontos principaes á beira mar, e nos correspondentes para o sertão na sua extrema, a saber: Os dois primeiros pontos de léste a oeste, na villa do Aracaty, cujo termo divide a capitania no rio Mossoró da capitania do Rio-Grande do Norte; e na villa da Granja, que a separa tambem no Presidio da Amarração da villa de S. João da Parnahyba da capitania do Piauhy; e os outros dois pontos para a mesma parte da extremidade do sertão, na villa do Crato e na de S. João do Principe, que a dividem das capitanias da Parahyba, Pernambuco e Piauhy.

No primeiro ponto da villa do Aracaty deverá o novo juiz de fóra estender a sua autoridade e jurisdicção até o termo da villa de S. Bernardo, dez leguas ao sul, cujas villas contam uma população de 16,120 pessoas. No segundo da villa da Granja, até Villa Viçosa Real, em distancia de quatorze leguas ao sul, e a villa do Sobral em trinta a léste, que encerram em todo o seu termo 27,387 habitantes. No terceiro da villa do Crato e Caririz, até ao Icó, distante trinta e seis leguas para o norte, que contém 29,433 almas. E no quarto da villa de S. João do Principe, até Campomaior, que lhe fica ao norte em distancia de quarenta e quatro leguas, e até Villa Nova d'El-Rei, a sessenta e seis ditas para oeste, povoadas com 16,698 habitantes. Distam as villas dos dois primeiros pontos da capital, trinta, qua-

renta, oitenta, noventa e nove e sessenta leguas; e as dos segundos cento e dezeseis, oitenta, cento e quatro, sessenta e setenta e cinco, conforme o calculo dos viajantes.

O ponto médio da linha á beira-mar entre o Aracaty e Granja deve considerar-se na villa da Fortaleza, a qual se estende pelo centro nas mencionadas villas dos indios e Aquiraz, até a villa de Montemór o Novo, em distancia de trinta leguas para o sul; e n'essa mesma direcção, distante outras trinta, fica a villa de Campomaior dita, que fórma quasi o ponto central de toda a capitania, aonde convém muito seja a residencia do ouvidor, não sendo na capital, para commodamente fazer as suas correições em quasi iguaes distancias, do centro para a circumferencia, e evitar-se assim os graves prejuizos, que os povos costumam experimentar com a grande longitude em que fica a sua residencia no Aracaty.

Só n'estes quatro pontos estabelecidos na circumferencia de mais de quinhentas leguas acho a proposito, e muito importante a creação dos novos juizes de fóra, assim como no centro a residencia do ouvidor; porque, dando as justiças mutuamente as mãos, e da mesma sorte a tropa, seriam inviolavelmente observadas as leis, as autoridades conservariam todas o seu devido decoro e respeito, os delinquentes não ficariam impunes, os facinorosos que a infestam a desampararíam, desvaneciam-se as intrigas; até os povos, com mais socego e tranquillidade, animariam a sua abandonada agricultura e o seu amortecido commercio. Finalmente multiplicar-se-iam as villas á imitação das parochias, como é indispensavel em tão vasta capitania, para a civilisação dos seus habitantes, aonde não convém estejam dispersos sem educação, nem religião; e do mesmo modo devem ser, digo, não devem estar apinhoados em um tão pequeno numero de villas,

aonde se forjam, de ordinario, as maiores cabalas, e escandalosos monopolios de refinado egoismo dos ambiciosos, que só desejam para si os empregos e as riquezas, e pisar os indigentes: Póde ser que a justa pretenção dos moradores de S. Vicente das Lavras da Mangabeira servisse de exemplo para prova d'esta verdade, porém remetto-me ao silencio n'esta parte, por não pertencer ao objecto d'esta minha informação.

Ultimamente, Senhor, com a *Memoria* appensa de uma tão interessante capitania, que tenho a honra de offerecer com esta a Vossa Alteza Real, espero eu fazer mais claro e perceptivel o meu parecer sobre os referidos objectos; assim elle desempenhe como desejo o que Vossa Alteza Real me ordena e satisfaça completamente á resposta de um tão recto como sabio ministro.

O Ente Supremo guarde por dilatados e felizes annos a preciosa vida de Vossa Alteza Real, para bem do Estado e da nação.

Cidade do Rio de Janeiro, em 18 de Abril de 1814.—*Luiz Barba Alardo de Menezes.*

MEMORIA SOBRE A CAPITANIA INDEPENDENTE DO CEARÁ GRANDE

A capitania do Ceará Grande conta a sua antiguidade logo depois do descobrimento do Brasil por Pedro Alvares Cabral, em 24 de Abril de 1500. Foi primeiramente sujeita ao Estado do Maranhão, e depois a Pernambuco pela capitulação dos hollandezes firmada no Recife a 26 de Janeiro de 1654; porém obteve a sua independencia no tempo do governo de meu predecessor, o chefe de esquadra Bernardo Manoel de Vasconcellos, por carta régia de 17 de Janeiro de 1799. Póde-se seguramente affirmar-se que até esse

tempo era desconhecida e considerada como árida e esteril, e por isso não teve nunca donatario, de cuja falsa opinião não tirou pequeno partido a praça de Pernambuco, que ainda d'ella tira avultadissimas sommas, não só com prejuizo dos seus habitantes, mas até da real fazenda, como tenho por vezes mostrado.

Tem esta capitania de longitude 4 gr. e 30 m. e de latitude 6 gr. e 30 m., de maneira que fórma o seu terreno uma superficie de 9,500 leguas portuguezas, por um calculo approximado. Tem poucos rios navegaveis, mas infinitas ribeiras, immensas serras de prodigiosa producção de todos os generos, especialmente de algodões, excellentes aguas, saborosos fructos; e os seus ares talvez sejam os melhores d'este continente, como se comprova do grande numero de pessoas que tem de avançada idade.

De 1803 em diante a sua agricultura tem ido no maior augmento, e muito mais ainda o seu commercio, em razão do seu local, por terem os seus portos a vantagem sobre os outros do Brasil de serem as viagens para a Europa, e d'ahi para os ditos, muito mais abreviadas, por soprarem os ventos constantemente de nordeste para lés sueste, e de se não encontrarem durante ella, baixos, e ser de facil reconhecimento, pelas grandes montanhas, que mui de longe se avistam em toda a extensão de cento e quarenta leguas, pouco mais ou menos, de léste a oeste, principiando da barra do rio Mossoró, que a divide da capitania do Rio Grande do Norte, até a Amarração, que a separa da villa de S. João da Parnahyba, da capitania do Piauhy.

Sendo as noticias, que pude alcançar dos livros das sesmarias, que se conservam na secretaria do governo, tem tido esta capitania, desde o anno de 1663 até 1789, trinta capitães-móres governadores; e desde esse tempo, digo, de 1799, conta quatro governadores independentes, até

19 de Março de 1812, em que entreguei o governo ao meu successor Manoel Ignacio de Sampaio, que actualmente a governa. Tem uma junta da real fazenda, creada por carta régia de 24 de Janeiro de 1799; um ouvidor geral da camara; um juiz de fóra na capital creado por alvará de 4 de Junho de 1810, para servir ao mesmo tempo de procurador da corôa, juiz d'alfandega e auditor da tropa; duas casas de inspecção de algodão, na villa do Aracaty, e na da Fortaleza, quando uma só bastava, como se pratica nas mais capitanias; um hospital real militar; nove regimentos milicianos, a saber, tres de infantaria e seis de cavallaria; duas companhias de tropa paga de infantaria e artilharia, que guarnecem a capital; vinte e quatro freguezias e dezeseis villas, de que vou dar uma succinta idéa, sobre a sua extensão, distancia e população, para fazer muito mais intelligivel a minha antecedente informação.

VILLA DA FORTALEZA DE NOSSA SENHORA D'ASSUMPÇÃO

Esta villa é a capital da capitania, aonde reside o governo: está em 3 gr. 41 m. de latitude austral, e em 39 gr. e 31 m. de longitude occidental do observatorio da marinha de Lisboa, segundo as observações que se fizeram, quando em 1810 mandei tirar a sonda da sua famosa enseada, que enviei para a secretaria de Estado dos negocios estrangeiros, e da guerra, e que se conserva no real archivo militar d'esta côrte. A sua situação fica á beira-mar um pouco elevada, e distante uma legua da ponta de Mocuripe, seu antigo ancoradouro: os hollandezes ainda residiram muitos annos na povoação da Barra do Rio Ceará, que fica para o poente, em distancia de tres leguas e meia, aonde se conservam ainda vestigios das suas fortificações: porém depois os seus moradores, vendo per-

dida a sua barra, e que o seu local não era o mais sadio, passaram para a dita villa aonde já havia uma insignificante fortaleza, que por provisão de 24 de Setembro de 1745 se mandou fazer melhor.

Reputa-se ter o seu districto de comprimento sul para o norte da costa do mar 30 leguas, desde a barra do rio Pacoty, até á barra do rio Mondahú; e de largura 36 leguas de léste a oeste desde a dita costa, até o sertão da serra da Tatajuba, com as povoações seguintes: Sinpé; Santa Cruz da Uruburetama, S. Francisco do Canindé, com uma sumptuosa capella, e Parázinho, que julgo ser o melhor porto da capitania, mas ainda muito atrazado; Sant'Anna na ribeira do Curú, Cauhipe, Tacuára, Pitagori, Maranguape, Jerarahu, Aratanha; estas são as suas serras mais notaveis, e que produzem preciosos generos. A sua matriz tem por invocação S. José de Ribamar, é grande, mas ainda imperfeita, por não estar acabada. A casa da junta da real fazenda, contadoria e real erario ficam por cima da cadêa e calabouço, com tanta impropriedade, risco e incommodo dos officiaes das ditas, que deu justo motivo aos clavicularios requerem-me a mudança. Tem uma excellente casa de governo, e outra igual onde os camaristas fazem as suas respectivas sessões: outra optima da inspecção do algodão: um bom quartel de infantaria, dentro do qual se acha a capella de Nossa Senhora da Assumpção, e com bastante perigo o hospital militar. Tem oito companhias de ordenanças, quatro de milicias e duas de tropa de linha, que é obrigada a guarnecer tambem os fortes de Mocuripe. O numero dos seus moradores excede de tres mil; e a renda do seu concelho, segundo uma certidão do escrivão da camara, João José da Costa, não passa de 154$360 réis. Por provisão de 11 de Março de 1725 se determinou a creação d'esta villa.

VILLA DE SOURE

Esta villa chamavam os indios da nação *Algodão*, seus fundadores, Caucaya, que significa, bem queimado está o mato ; foi a primeira que estabeleceram no Ceará, quando evacuaram a ilha de Itamaracá, de que os nossos se fizeram senhores com a tomada de Pernambuco, a quem ella pertence. Foi erecta em villa em 1759, fica a oeste do rio Ceará, em distancia de legua e meia da sua barra, e tem de extensão uma legua em quadro. Os jesuitas ahi tinham, em uma linda praça, a sua igreja matriz da invocação de Nossa Senhora dos Prazeres, que ainda se conserva com muita decencia, e apesar de terem desertado muitos dos seus moradores, pelas grandes violencias dos directores, ainda tem tres companhias de ordenanças de indios, pouco industriosos, e muito pobres.

VILLA DE ARRONCHES

Os sobreditos indios tambem foram os descobridores da lagôa d'esta villa, a que pozeram o nome de Parangaba, que quer dizer, agua que se parece com Cunham bonita, e assim se nomeava até 1759 da sua creação. Tem duas leguas de extensão em quadro, e as serras de Maranguape e Jararahu para se refrigerarem. Estes indios são mais industriosos e cultivadores ; na grande praça tem uma soffrivel casa de camara, e a igreja matriz do Senhor Bom Jesus, que os jesuitas mandaram fazer com seu pequeno auspicio. D. Filippe Algodão, chefe d'esta nação do seu appelido, foi muito respeitado no seu tempo, e commandava cinco companhias de ordenanças, que são as que ficam mais proximas para acudir a qualquer rebate na capital, da qual fica distante para léste uma legua, e de Soure tres para oeste.

VILLA DE MESSEJANA

Esta villa, denominada pelos indios Parápáopinna, que significa, lagôa grande redonda com páos lisos em roda, foi creada em 15 de Outubro de 1759 ; fica a léste d'Arronches em tres leguas de distancia e outras tantas da Fortaleza : tem de extensão, uma legua em quadro ; e ao poente em distancia de tres á serra do Juá, e a duas do Camará, aonde os indios costumam plantar a sua mandioca, algodão e legumes. Na sua grande praça fica a casa da camara, que é muito boa, e o hospicio que tinham os jesuitas, ainda muito soffrivel, junto á igreja matriz de Nossa Senhora da Conceição, de tres naves, e muito bem conservada. O seu director tem debaixo do seu commando, oito companhias, cujos indios não deixam de ser curiosos na cultura das terras. As rendas dos concelhos d'estas tres villas são de pouca entidade ; e os seus antigos habitantes das nações *Camarão* e *Algodão* foram muito perseguidos pelos *Tapuias* que habitavam o sertão denominado : Panaticuarêma, Genipapo , Peiga, Payacú, Jaguaribára e Trembanbé.

VILLA DO AQUIRAZ

E' a mais antiga da capitania, e por isso, assim como por ser a residencia de alguns governadores e ouvidores, foi considerada cabeça da comarca : o seu termo pega do porto de José Alves, beira do rio Jaguaribe a oeste, com vinte e nove leguas de longitude, até o riacho da Tamatanduba ; e de latitude com dezeseis leguas de norte a sul, pegando do porto do Iguape até a ribeira do Pirangi ; fica distante da villa da Fortaleza para léste seis leguas, e está situada em uma pequena collina de agradavel vista e sadios ares, em cujo cume se vê uma grande praça, aonde

está collocada a igreja matriz de S. José de Ribamar, que mandou fazer com muita grandeza e asseio o seu parocho actual o Rev. padre José Pereira de Castro, vigario geral foraneo da capitania ; e a dos extinctos jesuitas, de muito boa architectura, junto á qual tinham o seu collegio, de que ainda restam vestigios. A léste, em distancia de sete eguas, fica a povoação do Cascavel, donde em 1660 o grande padre Antonio Vieira tinha estabelecido nove, ou dez missões de diversas nações até Canindé, quasi vinte leguas para oeste; cuja povoação além de comprehender mais de 463 moradores, e ser mui commerciante e mimosa, se faz por isso certamente digna de ser creada villa. A' outras sete leguas de distancia para o sul está a povoação dos indios *Payacús* de Montemór o Velho, que não deixam de ser industriosos pelas excellentes esteiras que fazem. Tem tres companhias milicianas e seis de ordenanças ; e uma excellente e forte cadêa principiada, que depois de concluida não só é a melhor, mas a mais segura da capitania. A renda do seu concelho pouco póde exceder de 133$755 réis segundo me informei.

VILLA DE MONTEMÓR O NOVO

Esta villa, que ainda hoje muitos denominam de Baturité, seu antigo nome, fica vinte e nove leguas ao sul da capital. Tem trinta leguas de norte a sul, e dezeseis de nascente a poente. As suas povoações estão situadas na serra do Labyrintho, Acarápe, riacho do Pitiu, Genipapeiro, rio Xoró, Marés, Serra do Vicente, dita da Pindoba, riachão da Lagoa Nova, e riacho do Cangati ; porém nem por isso a sua população é grande, e quasi toda ella se compõe de indios ; a sua matriz é da invocação de Nossa Senhora da Palma ; e as suas serras sobreditas produzem

preciosos generos, madeiras, muitos vegetaes de estimação e ricos mineraes. Tem duas companhias de ordenanças a cavallo tão sómente, o que prova ainda a sua decadencia.

VILLA DE SANTA CRUZ DO ARACATI

Esta povoação foi creada villa em 10 de Fevereiro de 1748, sendo governador interino Pedro de Menezes Magalhães, e ouvidor Manoel José de Faria ; conservou o seu primeiro nome indio de Aracati, que significa, pedra branca comprida para cima, que ainda se divisa no meio do rio Jaguaribe, na passagem das pedras, onde foi o seu primeiro estabelecimento, assim como a primeira povoação que os hollandezes procuraram na costa do Ceará. Porém pelos tempos os seus moradores se mudaram para o lugar onde ella actualmente existe, que fica situada na margem do grande rio Jaguaribe da parte de léste da sua embocadura, distante da barra tres leguas para o norte, e trinta da villa da Fortaleza ; em cujo lugar elles tinham as suas officinas das carnes seccas, tão decantadas ainda hoje com o titulo de carne do Ceará, por serem todavia as melhores d'este continente ; e porque a villa fica situada em uma grande vargem, está consequentemente muito exposta a continuas inundações, que, além de causarem gravissimo prejuizo aos seus moradores, lhes podem vir a ser funestas algum dia, se se não acautelarem ; visto que a agua chega a uma grande altura dentro da villa, que, arruinando casas, obriga os moradores a precipitada fuga, de que fui testemunha em 1812. O seu districto pouco mais poderá exceder de vinte e duas leguas de longitude, até o rio Mossoró á leste, que a divide da capitania do Rio Grande do Norte, e pouco mais de dez, de norte a sul, até a povoação de Ca-

tinga de Goes, que a separa da villa de S. Bernardo. Conta as povoações seguintes: Beirada, Canôa Quebrada, Barra da Canavieira, Poço das Pedras, Jequí, Catinga de Goes, Mata Fresca, Córgo do Coronel, Lagôa do Mato, Retiro Pequeno, Retiro Grande, Ponta Grossa, Enseada Redonda, Picos, Barreiras, Mutamba, Cajuás, Caissára, Arêas, Tiban, Morro Grande Vermelho, e a barra do rio Mossoró, que é a extrema. A sua matriz, da invocação de Nossa Senhora do Rosario, é um excellente templo, aonde se fazem, com muita dignidade, todas as funcções da nossa religião, e o mesmo se pratica nas capellas do Senhor Jesus do Bomfim, de Nossa Senhora dos Prazeres, e do Rosario, que todas vi decentemente ornadas. A casa da camara é sem duvida a melhor de toda a capitania. e a mais asseiada e mobiliada. A da inspecção do algodão é mui superior á da capital; e a do Assougue é magnifica, como ainda não encontrei nenhuma. Tambem são dignas de attenção as casas dos principaes negociantes, por serem á moderna; e como ficam todas na rua principal, de grande extensão e largura, fazem uma perspectiva muito agradavel: estes negociantes, em não pequeno numero, não só são os mais ricos da capitania, mas até os mais polidos, e bem educados. Os generos do seu commercio são algodões, couros seccos, e vaqueta, que lhes vem do Icó e Caririz, e que exportam para Pernambuco. Tem mais de dois mil moradores, tres companhias do regimento de infantaria miliciana das marinhas do Ceará e Jaguaribe, e oito ditas de ordenanças. A renda do seu concelho não deve ser pequena, pelas excellentes obras que tem mandado fazer. E' summamente abundante de sal o seu districto, e de optima qualidade; o dos Canoés, na estrada da Fortaleza, não se aproveita, mas o do Mossoró e da Beirada é frequentemente conduzido em sumacas para Pernambuco.

VILLA DE S. BERNARDO DO GOVERNADOR.

Esta povoação, denominada das Russas, está situada junto ao rio Jaguaribe para o sul, em distancia de dez leguas da villa do Aracatí e quarenta da Fortaleza. Foi creada villa no tempo do governo do meu predecessor, o chefe de esquadra Bernardo Manoel de Vasconcellos, em Agosto de 1801. O seu termo tem de longitude vinte e oito leguas, até á extrema do Icó ; com as povoações do Taboleiro da Areia e S. João, além de muitos sitios, summamente povoados, o que não é a dita villa, por não excederem de duzentos os seus moradores. Tem no seu districto o regimento de cavallaria miliciana das Vargens de Jaguaribe e Quexeremobim, composto de treze companhias; e tem dez ditas de ordenanças, com a sua igreja matriz da invocação de Nossa Senhora do Rosario.

VILLA DO ICÓ

Na margem de léste do rio Jaguaribe, em distancia de quarenta leguas da villa de S. Bernardo para o sul, e oitenta ditas para léste da capital, fica situada a villa do Icó, a qual é reputada como a mais antiga do sertão, e a mais commerciante. Tem o seu termo de norte á sul, desde o riacho da Junqueira, até o riacho da Caissára, quarenta leguas; e de léste a oeste, desde o riacho junto á S. Matheus, até ás Trincheiras, perto da povoação do Umary, vinte leguas. Confina pelo norte com o termo da villa de S. Bernardo, pelo sul com o Crato e pela parte de léste com o termo da villa de Sousa, da capitania da Parahyba, com o da villa de Portalegre, do Rio Grande; e pela parte de oeste com o da villa de S. João do Principe. No seu termo conta as povoações seguintes : S. Vicente das Lavras na ribeira do Rio Salgado, distante dez leguas,

com 57 fogos e 239 habitantes em 1808, digna, a meu ver, e de muitas pessoas imparciaes que abominam a intriga, de ser erigida em villa — Santa Anna da Telha na ribeira do Quixeló, matriz do Frade na ribeira do Riacho do Sangue, distante vinte e duas leguas. E a matriz de S. Matheus dezoito ditas. A sua matriz, de Nossa Senhora da Expectação, é uma das mais ricas da capitania; e era tão grande o termo da sua freguezia, que d'ella se separaram as actuaes matrizes de Missão Velha, S. Matheus, Arneiroz, Crato, Riacho do Sangue, e ultimamente a de S. Vicente das Lavras. Tem doze companhias de ordenanças, um regimento de infantaria miliciano dos homens pardos, composto de treze companhias, e outro de cavallaria de treze. As rendas do seu concelho excedem de 355$075 réis; e o seu commercio de algodão, couros, rapadura, e sabão, é summamente activo pelos negociantes que tem de grandes fundos; portanto póde seguramente affirmar-se que, por ser muito ameno e mimoso de aguas o seu districto, é a situação mais rica e agradavel da capitania.

VILLA DO CRATO

Antigamente chamava-se a esta povoação Careriz Novos, como ainda hoje muitas vezes se intitula todo o seu districto, aonde habitavam os indios da nação *Calabdca*: está situada na margem do rio Salgado, distante trinta e seis leguas da villa do Icó para o sul, e cento e dezeseis da capital para léste. Tem mais de trinta leguas de comprido, e algumas grandes povoações, como são a de Missão Velha, Jardim e Milagres. As suas preciosas nascentes de aguas a fazem muito procurada dos povos nas occasiões da secca, motivo por que vai sendo muito povoada e commerciante. Confina com o rio de S. Francisco na parte que pertence

a Pernambuco, e por essa razão merece uma vigilante policia, e toda a energia em que se desenvolva os dois preciosos ramos de agricultura e commercio, de que é assaz susceptivel pela sua mimosa situação : Nossa Senhora da Penha, é orago da sua matriz. Tem um regimento de cavallaria miliciana, composto de dez companhias, e outras tantas de ordenanças. O rendimento do seu concelho é ainda tenue, mas, conferindo-se-lhe alguma sesmaria, e o mesmo a outros igualmente pobres, fica remediado este inconveniente.

VILLA DE S. JOÃO DO PRINCIPE

Tem esta a mesma antiguidade da creação da villa de S. Bernardo, denominava-se Inhamum, por ser habitada pelos indios da nação *Jucá*. Fica para oeste do Crato cincoenta leguas, e cento e quatro para o sul da villa da Fortaleza : conta quarenta e quatro leguas de longitude de nascente á poente, e trinta e cinco ditas de latitude de norte a sul. Tem as povoações Cruz, Arneiroz, aonde está a matriz com a invocação de Nossa Senhora da Paz, Cocosi, Flôres, Maria Pereira, onde se acha o rio Sebastião, que divide o termo, ficando pertencendo da parte do sul ao Crato, e do norte á villa de S. João do Principe. O seu terreno é algum tanto aspero, mas mui susceptivel de cultura, e abundante de gados. A villa por moderna pouco excederá de 300 moradores, mas a sua população é grande pela extensão do seu districto ; o qual deve merecer o maior cuidado de policia, por ter sido sempre o coito dos facinorosos da capitania do Piauhy, que á viva força, de dia, sem temor das justiças, nem dos moradores da villa, têm tirado, por algumas vezes, os presos da cadêa ; as antigas rixas das familias dos Montes, e Feitosas, e as ul-

timas, que estes praticaram no tempo do meu antecessor João Carlos Augusto de Oeynhausen, é prova bastante.

VILLA-NOVA DE EL-REI

Esta villa tambem é conhecida pela denominação de Campo-Grande, está situada no cume da serra dos Cocos, em uma vistosa planicie, distante da villa de S. João do Principe sessenta e seis leguas para oeste, e setenta e cinco da villa da Fortaleza para o norte. Tem de longitude trinta leguas do riacho chamado Macacos, limites da freguezia do Sobral, até a vargem dos Bois, limites da freguezia de Marvão da capitania do Piauhy; e de latitude tem trinta e sete leguas, desde a fazenda da Conceição, limites da villa de Campo-maior, até a passagem do rio Irassú, raias da freguezia de Villa Viçosa Real. No seu districto conta as povoações, de S. Gonçalo, Ponta da Serra, Macambira, Macacos, S. José, Salão, Taponga, Canabrava, Tronco, S. Francisco, Ipú e Morcêgo. O orago da sua matriz é S. Gonçalo. Tem duas companhias de ordenanças, e dez ditas do regimento de cavallaria meliciana denominado da Serra dos Cocos. E' muito abundante de gados e farinhas ; mas as rendas do seu concelho são insignificantes.

VILLA DE CAMPO-MAIOR DE QUEXEREMOBIM

Fica esta villa sessenta leguas ao sul da capital, e trinta de Montemór o Novo. Tem trinta e oito leguas de longitude, pegando do nascente para o poente, e trinta e cinco de latitude de norte a sul. As suas povoações são : Queixadá, Barra do Sitiá, e Boa-Viagem. E as suas serras, são denominadas Santa Rita, Estevão, Braga, Boavista, Barbalho, Santa Maria e S. José, que produzem todos os generos e

preciosas madeiras. O seu commercio é quasi todo de gados, que se criam soberbamente pelos seus maravilhosos pastos. A sua situação é quasi central na capitania, e por esse motivo é mui conveniente cuidar-se no seu augmento, e aproveitarem-se as suas riquezas. Tem cinco companhias de ordenanças, e algumas do regimento de cavallaria miliciana das Vargens de Jaguaribe. A sua matriz tem por orago Santo Antonio.

VILLA VIÇOSA REAL

Fica esta villa vinte e quatro leguas distante de Villa Nova de El-Rei para o norte, e noventa e nove da villa da Fortaleza para léste. Tem vinte e cinco leguas de comprido e doze de largo, e está situada na serra de Ibiapaba. A sua população é quasi toda de indios, que lhe deram aquelle nome, que na sua origem era Ibetuipava, que quer dizer, acabou-se a serra, porque a dita villa fica quasi na sua extremidade; estes indios eram da nação *Trambanbé*, e usavam por moeda os nimbós, que eram uns novellos de fio de algodão, que a companhia de Pernambuco lhes prohibiu, e que elles me requereram para tornarem a usar. Na distancia de doze leguas para o sul tem a povoação dos indios de S. Pedro de Baepina, que considero os mais industriosos. O orago da sua matriz é Nossa Senhora d'Assumpção. Tem cinco companhias de ordenanças a cavallo, e a sua população seria extraordinaria, se não fossem as continuas deserções, não só dos seus directores, como pelos brancos, com continuas violencias.

VILLA DA GRANJA

Está situada esta villa junto á barra do Camocim da parte d'oeste do dito rio; fica ao norte de Villa Viçosa

Real, em distancia de quatorze leguas, e da villa da Fortaleza, que lhe fica a léste, noventa ditas. Tem de longitude de léste a oeste trinta e duas leguas, pegando do sitio das Caraúbas, e confinando com o pé da serra Tubarão do termo de Villa Viçosa; e de latitude de norte a sul tem trinta leguas principiando da barra do Camocim, até o sitio do Taipús, que confina com o Sobral. No seu districto se comprehendem as pequenas povoações de Santo Antonio de Ibuassú, Santo Antonio do Olho d'Agua, Nossa Senhora do Livramento; Jericócuara, Morêas, Taipú, Camaropim de Baixo, Eruaú, e a Amarração, que é aonde acaba o seu termo, que confina com o do Piauhy na villa de S. João da Parnahyba; é orago da sua matriz S. José: tem quatro companhias de ordenanças, e tres do regimento de infantaria de milicias do Acaracú. O seu porto é soffrivel.

VILLA DO SOBRAL

Esta villa acha-se da parte d'oeste do rio Acaracú, em distancia de vinte leguas da barra da sua embocadura. Fica a léste da Granja, em distancia de trinta leguas, e da villa da Fortaleza para a mesma parte sessenta ditas. A sua costa estende-se a trinta leguas, desde a barra do Acaracú até a de Thomé Dias, em distancia de sete leguas, pega com o termo da Granja; de doze com Villa-Nova d'El-Rei; de trinta com a villa de Campo-maior; e dezesete com o termo da Fortaleza: a sua população é consideravel nas povoações denominadas Barra do Acaracú, Beruoca, Santa Quiteria, Nossa Senhora da Lapa junto á Serra Grande, S. Bento do Aracati-assú, S. José da Serra da Uruburetama, Itapage e Almofala. E' a segunda villa mais antiga do sertão, e tambem muito interessante em consequencia

das suas ricas serras, que produzem precioso algodão. A sua lã poderá vir a ser ainda algum dia um importante ramo do commercio; eu mandei para esta côrte ao conde de Linhares uma amostra, que causou bastante admiração, e igualmente os inglezes a fizeram, igualando-a á do Bigonha; porém não pude continuar as minhas tentativas, que iam sendo felizes, em consequencia do meu despacho para Matto-Grosso. Nossa Senhora da Conceição é o orago da sua matriz, tem dez companhias de ordenanças, e outras tantas do regimento de cavallaria miliciana, assim como alguma do regimento de infantaria do Acaracú e Camocim. Os seus ares são admiraveis, e do mesmo modo as suas aguas e fructos, por cuja razão se póde affirmar, que é em todo o sentido uma das mais singulares da capitania.

Com os subsequentes mappas de n. 1 até 11 concluirei esta insignificante *Memoria*, para mostrar que o Ceará é digno de ser incluido na classe das capitanias da primeira ordem.

Cidade do Rio de Janeiro, em 18 de Abril de 1814.— *Luiz Barba Alardo de Menezes.*

N. 1

MAPPA DAS DISTANCIAS DE TODAS AS VILLAS DA CAPITANIA DO CEARÁ-GRANDE

	Aquiraz	Aracati	Arronches	S. Bernardo do Governador	Campo-Maior	Crato	Fortaleza	Granja	Icó	S. João do Principe	Messejana	Monte-Mor o Novo	Villa Nova d'ElRei	Sobral	Soure	Villa Viçosa Real
Aquiraz		24	6	34	67	110	6	96	74	111	4	23	81	66	9	105
Aracati	24		30	10	45	86	30	120	50	89	27	40	105	90	33	129
Arronches	6	30		40	60	116	1	90	80	104	2	29	75	60	3	99
S. Bernardo do Governador	34	10	40		35	76	40	130	40	79	37	50	91	100	43	115
Campo-Maior	67	45	60	35		79	60	80	43	44	57	30	56	50	63	80
Crato	110	86	116	76	79		116	154	36	50	113	126	116	129	119	140
Fortaleza	6	30	1	40	60	116		90	80	104	3	29	75	60	3	99
Granja	96	120	90	130	80	154	90		123	104	93	119	38	30	87	14
Icó	74	50	80	40	43	36	80	123		50	77	91	99	93	83	123
S. João do Principe	111	89	104	79	44	50	104	104	50		101	92	66	81	107	90
Messejana	4	27	2	37	57	113	3	93	77	101		26	78	63	6	102
Monte-Mor o Novo	23	40	29	50	30	126	29	119	91	92	26		102	89	32	126
Villa Nova d'ElRei	81	105	75	91	56	116	75	38	99	66	78	102		15	72	84
Sobral	66	90	60	100	50	129	60	30	93	81	63	89	15		57	39
Soure	9	33	3	43	63	119	3	87	83	107	6	32	72	57		96
Villa Viçosa Real	105	129	99	115	80	140	99	14	123	90	102	126	84	39	96	

N. B. Este itinerario o formo pelo calculo que fazem os praticos da capitania, e o inclui no mappa geral da mesma, que tive a honra de offerecer a S. A. R. o Principe Regente Nosso Senhor, em 1813. — *Barba.*

MAPPA DA IMPORTANCIA DO GADO DE INVENTO ARREMATADO POR DIVERSAS FREGUEZIAS NO TRIENNIO DE 1806 A 1809, PELOS PREÇOS SEGUINTES

TRIENNIOS				
Passado		Presente		
Freguezias	*Importe*	*Arrematantes*	*Importe*	*Accrescimo*
Fortaleza	35$000	José de Agrela Jardim	36$000	1$000
Aquiraz	35$000	Manoel Pereira de Sousa	36$000	1$000
Aracati	20$000	José Antonio de Sousa Galvão	21$000	1$000
S. Bernardo	30$000	Manoel da Cunha Pereira	31$000	1$000
Riacho do Sangue	35$000	Antonio Bezerra Menezes	36$000	1$000
Icó	25$000	José Alexandre Corrêa Arnaud	26$000	1$000
Crato,	60$000	Antonio de Sá Serrão	61$000	1$000
Campo-Maior	24$000	Manoel da Cunha Pereira	25$000	1$000
S. Matheus	50$000	José Alexandre Corrêa Arnaud	51$000	1$000
Arneiroz	40$000	João de Araujo Chaves	41$000	1$000
Curú-ai-ú	75$000	José Gonçalves de Medeiros	76$000	1$000
Serra dos Cocos	50$000	Manoel Ferreira da Costa	51$000	1$000
Sobral	70$000	Ignacio Gomes Parente	71$000	1$000
Amontada	40$000	José de Agrela Jardim	41$000	1$000
Total	589$000		603$000	14$000

N. B. Este mappa é copiado do original que se me apresentou na junta da Real Fazenda na occasião da sobredita arrematação. — *Barbo.*

N. 2

N. 3

MAPPA DOS HABITANTES DA CAPITANIA DO CEARÁ-GRANDE, EM 1808.

Villas		Brancos		Indios		Pretos		Mulatos		Total
		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	
Fortaleza		1,954	1,772	85	89	645	434	2,350	2,295	9,624
Aquiraz		2,140	1,648	255	283	1,585	1,354	1,122	1,140	9,527
Aracati		1,140	1,231	43	36	867	962	529	525	5,333
S. Bernardo		2,696	2,591	25	18	1,140	1,136	1,504	1,677	10,787
Comarca Crato	Icó	3,515	3,503	106	114	1,659	1,558	3,596	3,647	17,698
	Crato	1,223	2,471	76	102	1,952	1,533	2,080	2,298	11,735
	Campo-Maior	825	1,043	55	65	952	763	1,411	1,401	6,515
	S. J. do Principe	1,823	1,712	50	67	714	658	1,107	1,429	7,560
Sobral		1,883	1,753	190	207	1,015	992	4,202	4,387	14,629
Granja		999	884	42	37	665	507	996	794	4,924
Villa Nova d'El-Rei		1,459	1,555	192	189	819	543	1,606	1,260	7,623
Villas de indios	Arronches	33	42	437	430	60	63	134	216	1,415
	Messejana	23	28	607	578	38	46	96	154	1,570
	Soure	14	19	260	286	25	30	54	79	767
	Montemór o novo	437	368	56	70	81	74	876	783	2,745
	Villa Viçosa Real	684	753	2,442	2,224	139	109	821	762	7,934
Por. de ditos	Mon. mór o velho	»	»	132	134	12	17	8	8	311
	Almofala	164	149	100	102	92	56	198	150	1,011
	S. P. de Ibipiana	498	425	1,059	1,140	85	64	476	423	4,170
Sommas		21,510	21,947	6,181	6,128	12,545	10,899	23,166	23,428	125,878

N. B. Este mappa foi extrahido dos que costumam annualmente dar ao governo os vigarios e capitães-móres, porém eu tenho que toda a população em geral excede de 150,000 almas. — *Barba.*

MAPPA DA ARRECADAÇÃO DOS CONTRATOS DOS DIZIMOS REAES ARREMATADOS POR DIVERSAS FREGUEZIAS NOS DIFFERENTES TRIENNIOS COMO ABAIXO SE DECLARA

Freguezias	TRIENNIOS 1800 a 1803	1803 a 1806	1806 a 1809	1809 a 1812 Arrematantes		Accrescimo
					9:335$000	5$000
Fortaleza (com 3 villas de indios)	7:900$000	7:000$000	9:330$000	José de Agrela Jardim.....	5:400$000	100$000
Aquiraz.....	4:250$000	4:400$000	5:300$000	Manoel Pereira de Sousa.....	5:050$000	50$000
Aracati.....	5:100$000	4:975$000	5:000$000	José A. de Sousa Galvão.....	11:000$000	$
Russas.....	11:125$000	10:500$000	13:100$000	Manoel da Cunha Pereira.....	7:300$000	75$000
Riacho do Sangue.....	5:500$000	5:500$000	7:225$000	Antonio Bezerra Menezes.....	12:100$000	100$000
Icó.....	9:100$000	7:600$000	12:000$000	José Alexandre Corrêa Arnaud	9:980$000	2:710$000
Cariris Novos.....	7:000$000	4:000$000	7:270$000	Antonio de Sá Serrão.....	6:390$000	2:750$000
Crato.....	$	3:500$000	3:740$000	Dito.....	9:100$000	100$000
Quexeramobim.....	4:100$000	5:000$000	9:000$000	Manoel da Cunha Pereira.....	4:471$000	$
S. Matheus dos Inhamûs.....	4:400$000	4:420$000	7:000$000	José Alexandre Corrêa Arnaud	7:300$000	100$000
Arneiroz.....	4:600$000	4:650$000	7:200$000	João de Araujo Chaves.....	5:801$000	$
Curu-ai-ú,.....	7:000$000	6:900$000	6:950$000	José Gonçalves de Medeiros..	1:680$000	10$000
Villa Viçosa Real (brancos e indios)	$	210$000	1:670$000	Francisco Carvalho Motta....	6:050$000	50$000
Serra dos Cocos.....	5 670$000	5:780$000	6:000$000	Manoel Ferreira da Costa.....	14:055$000	5$000
Sobral (contados os tres ramos).	12:000$000	4:050$000	14:050$000	Ignacio Gomes Parente.....	$	$
Aracú-abaixo.....	$	4:030$000	$	Dito.....	$	$
Iaibaras.....	$	4:030$000	$	Dito.....	4:665$000	15$000
Amontada.....	4:200$000	5:350$000	4:650$000	José de Agrela Jardim.....	$	10$000
Monte-Mór.....	$	200$000	215$000	Manoel Pereira de Sousa.....	235$000	20$000
	91;945$000	92:095$000	119:700$000		119:912$000	212$000

N. B Esta cópia é tirada do mappa original que se me apresentou em junta na occasião da sobredita arrematação.

Estas arrematações costumam fazer-se na casa da junta da Real Fazenda nos competentes triennios, nos tres dias successivos de 15, 16 e 17 de Agosto. — *Barba.*

N. 5

MAPPA DAS FREGUEZIAS DA CAPITANIA DO CEARÁ-GRANDE

Ns.	*Denominações das ditas*	*A que villas pertencem*	*Capellas filiaes*	*Habitantes*
1	S. José de Riba-mar.....	Villa da Fortaleza.....	2	9,624
2	Nossa Senhora dos Prazeres	Villa de Soure.....	.....	816
3	Senhor B. Jesus dos Afflictos	Dita de Arronches.....	1	1,415
4	Nossa Senhora da Conceição	Dita de Messejana.....	.....	1,570
5	S. José de Riba-mar.....	Dita do Aquiraz.....	1	9,358
6	Nossa Senhora da Palma...	Dita de Monte-mór o novo..	1	2,519
7	Nossa Senhora do Rosario..	Dita de Aracaty.....	2	5,254
8	Nossa Senhora do Rosario..	Dita de S. Bernardo.....	1	10,787
9	Nossa Senhora da Expectação	Dita do Icó.....	5	17,473
10	Nossa Senhora da Penha...	Dita do Crato	.....	3,160
11	S. Matheus.....	Dita de S. João do Principe.	2	8,368
12	S. Gonçalo.....	Dita Villa Nova d'El-Rei...	.....	7,242
13	Santo Antonio.....	Dita de Campo Maior.....	3	6,395
14	Nossa Senhora d'Assumpção	Dita Villa Viçosa Real.....	1	7,934
15	S. José.....	Dita da Granja.....	3	4,845
16	Nossa Senhora da Conceição	Dita Sobral.....	5	10,159
17	Nossa Senhora da Paz.....	Arneiroz.....	3	4,889
18	Nossa Senhora da Conceição	Amontada pertence ao Sobral	1	4,073
19	Nossa Senhora da Conceição	Almofala.....	1	809
20	Nossa Senhora da Conceição	Riacho do Sangue p. ao Icó	3	3,848
21	S. José.....	Missão Velha p. ao Crato...	4	8,471
22	Nossa Senhora da Conceição	M. Mór Velho p. ao Aquiraz	.....	311
23	S. Vicente das Lavras.....	Lavras da Mangar[a] p. ao Icó	.....	
24	Nossa Senhora dos Milagres.	Pertence á villa do Crato...	.....	

N. B. N'estes mappas, que costumam dar os vigarios, não ha maior exacção, e m[illegible] menos agora depois das divisões das parochias, em que diminuem muito o numero dos freg[illegible]zes; este mesmo inconveniente se acha nos mappas dos capitães-móres, pela combin[illegible] que fazem entre si.—*Barba.*

MAPPA DA FORÇA MILITAR DA TROPA, MILICIAS E ORDENANÇAS DA CAPITANIA DO CEARÁ-GRANDE

Tropa de linha	*Denominações dos regimentos, etc.*	*Companhias*	*Onde guarnecem*	*Total*
Infantaria	Da guarnição da Fortaleza	1	A villa da Fortaleza	308
Artilharia	Da dita	1	A dita	
Regimentos de infantaria	Marinhas do Ceará e Jaguaribe	10	Aracati até Mondaú	2,403
Milicianos	Homens pardos da Ribeira do Icó	10	Icó	
	Marinhas do Acara-iú e Camossim	10	Sobral e Granja	
Ditos de cavallaria miliciana	Das vargens do Jaguaribe e Quexeramobim	13	S. Bernardo do Governador	3,213
	Da Ribeira do Icó	13	Icó	
	Do Crato	10	Crato	
	Da Ribeira do Inhamús	14	S. João do Principe	
	Sobral	10	Sobral	
	Da Serra dos Cocos	10	Villa Nova d'El-Rei	
Corpo das ordenanças	Das villas dos brancos	88	Excluindo Monte-mor Novo e Villa Viçosa	14,321
	Das dos indios	48	Incluindo as ditas	
	De cav°. Brancos	7	Monte-mor Novo e Villa Viçosa Real	
Total		245		20,245

N. B. A companhia de artilharia igualou-se á de infantaria no tempo do meu governo, pela minha proposta de 1810. Os regimentos milicianos sobreditos foram mandados crear pelo decreto de 7 de Agosto de 1796, e segundo o plano do 1° de Agosto do dito anno, que o acompanhava, sendo capitão-mór governador Luiz da Motta Féo e Torres. — *Barba.*

N. 7

RELAÇÃO DAS EMBARCAÇÕES QUE ENTRARAM NO PORTO DA VILLA DA FORTALEZA DA CAPITANIA DO CEARÁ-GRANDE, E DOS DIREITOS QUE PAGARAM NA ALFANDEGA

	Nomes das embarcações	*Em que mez e anno aportaram*	*De que nação eram*	*De que parte vieram*	*Direitos da alfandega*	*Total*
No governo do meu antecessor João Carlos Augusto	A polaca *Felicidade*...	13 de Dez. de 1803	Portugueza	Lisboa	373$125	2:385$577
	O navio *Dous Amigos*..	Janeiro de 1805	Dita	Porto	1:113$246	
	O mesmo navio.....	Janeiro de 1806	Dita	Dito	156$736	
	O mesmo.....	Fevereiro de 1807	Dita	Dito	338$036	
	A galera *Piedade*.....	Junho de 1807	Dita	Lisboa	474$434	
No tempo do meu governo	A galera *Laura*.....	Julho de 1809	Americana	Boston	142$668	9:650$267
	A polaca *Airosa*.....	Agosto de 1809	Portugueza	Londres	942$700	
	Paquete do Ceará.....	Setembro de 1809	Dita	Dito	1:607$785	
	Navio *Dous Amigos*,...	Novembro de 1809	Dita	Dito	614$641	
	Escuna *Ligeira*.....	Janeiro de 1810	Dita	Lisboa	169$900	
	Escuna *Flôr de Maio*..	Março de 1810	Ingleza	Poresmut	851$477	
	Escuna *Paquete*.....	Agosto de 1810	Americana	Boston	26$016	
	Galera *Alardo de Menezes*.....	Agosto de 1810	Portugueza	Londres	4:095$080	
	Bergantim *Sofia e Berthse*.....	Maio de 1811	Ingleza	Londres	1:200$000	
	Excedêram os direitos da alfandega no meu governo ao dos meus antecessores.					7:064$690

N. B. Foi extrahido este mappa da certidão que possou em 10 de Maio de 1811 o escrivão deputado da junta da Real Fazenda, que servia de administrador da arrecadação dos reaes direitos da alfandega provincial da dita villa, Marcos Antonio Bricio, a qual remetti no sobredito anno com a minha informação ao conselho da Fazenda d'esta côrte. — *Barba.*

N. 8

MAPPA DO ALGODÃO EM RAMA EXPORTADO DAS INSPECÇÕES DA CAPITANIA DO CEARÁ-GRANDE EM 1810

Da inspecção da villa da Fortaleza

1810	*Sumacas*	*Para onde foram*	*Saccas*	*Arrob.*	*Lib.*	*Imposto*	*Direitos*
Fevereiro 5.	*Triumpho do Mar*....	Pernamb.	65	286	6	45$790	$
Dito 7.....	*Galeao*.....	Dito	213	664	17	106$326	$
Março 23...	Brigue *Garião*.....	Londres.	625	2,651	18	424$250	1:666$458
Dito dito....	Escuna *Ligeira*.....	Liverpool	217	1,005	....	160$800	383$713
Julho 30....	Dita *Flôr de Maio*....	Dito....	28	113	10	18$130	49$820
Setembro 24	Gal. *Alardo de Menezes*	Londres.	1,346	5,456	14	859$735	2:344$773
Outubro 6..	*Atlante*.....	Pernamb.	45	222	22	35$630	$
Dito 17.....	*S. Romão*.....	Dito.....	221	787	16	126$000	$
Dezembro 13	*Triumpho*.....	Dito.....	31	167	8	26$760	$
	9		3,385	11,271	12	1:803$421	3:944$764
Da inspecção da villa do Aracati							
No dito anno	Em 16 sumacas	Pernamb.	2,079	9,249	30	1:479$990	$
Da inspecção da villa do Sobral							
No dito anno	Em 4 sumacas..... ..	Pernamb.	1,474	5,581	»	895$850	$
Da inspecção interina da villa da Granja							
No dito anno	Em 2 sumacas.....	Pernamb.	78	278	14	44$550	$
Total em 31.....			7,016	26,380	12	4:223$811	3:944$764

N. B. A galera *Alardo de Menezes* levava outros effeitos do paiz, porém no canal de Inglaterra foi tomada por dois corsarios francezes de Dieppe a 29 de Novembro de 1810. Esta galera se segurou na Bahia por 68:600$, e só teve de prejuizo 2:000$ por culpa de dois carregadores que não quizeram o seguro. Por este mappa se póde fazer idéa do grande prejuizo que experimenta a capitania em não receber os direitos das embarcações que sahem por este continente, e a Fazenda Real, succedendo qualquer naufragio ou tomada das ditas.— *Barba.*

N. 9

MAPPA DOS PORTOS DE MAR DA CAPITANIA DO CEARÁ-GRANDE PRINCIPIANDO DE LESTE PARA OESTE

Denominação dos ditos	*A que villas pertencem*	*Em que distancia ficam*	*Quaes são os mais frequentados*
Barra do Mossoró.....	Villa do Aracati	22 leguas á L.	Muito em razão de suas salinas.
Porto do Retiro Grande....	Idem.....	7 ditas.....	Igualmente o é.
Dito de Canôa Quebrada...	Idem.....	3 ditas.....	Pouco.
Barra de Jaguaribe.....	Idem.....	3 ditas.....	Bastante.
Dita do Pirangi...	Aquiraz.....	22 ditas....	Pouco.
Dita do Xoró.....	Idem.....	7 ditas.....	O mesmo.
Porto do Iguape.....	Idem.....	2 ditas.....	O mesmo.
Dito do Tacuti.....	Idem.....	2 ditas.....	O mesmo.
Barra do Coió.....	Fortaleza	3 ditas.....	O mesmo.
Mucuripe.....	Idem.....	1 dita.....	Bastante frequentado.
Prainha.....	Idem.....	Junto á villa.	O mesmo.
Barra da Villa Velha do Ceará	Idem.....	3 1/2.....	Pouco.
Dita do Cauipe.....	Idem.....	7 leguas....	O mesmo.
Dita do Ciupé.....	Idem.....	14 ditas....	O mesmo.
Porto do Parazinho.....	Idem.....	16 ditas....	Excellente.
Barra do Curú.....	Idem.....	28 ditas....	Pouco.
Dita do Trairi.....	Idem.....	30 ditas....	O mesmo.
Mondahú	Idem.....	40 ditas....	O mesmo.
Barra do Aracati-Assú.....	Sobral.....	26 ditas....	O mesmo.
Dita do Aracati-Meri	Idem.....	24 ditas....	O mesmo
Dita do Acaracù.....	Idem..	20 ditas....	Bastante.
Barra do Camocim.....	Granja.....	3 ditas.....	Soffrivel.
Dita do Tapuia.....	Idem.....	4 ditas.....	Pouco.
Dita da Timonia.....	Idem.....	19 ditas....	O mesmo.
Dita do Camarupim.....	Idem.....	19 ditas....	O mesmo.
Porto do Itaqui.....	Idem.....	24 ditas....	O mesmo.

N. B. Em todos estes portos se costumam pôr presidios, que são uma especie de atalaias para observação de toda a costa, de maior ou menor numero de homens, segundo as circumstancias, os quaes têm por obrigação dar parte de qualquer novidade, etc.—*Barba*,

N. 10

MAPPA DOS OFFICIOS DA CAPITANIA DO CEARÁ-GRANDE E PREÇOS POR QUE FORAM ARREMATADOS EM 1808

Villas	*Officios*	*Novos direitos*	*De terça parte*	*De donativos*	*Totalidade*
Ouvidoria geral da correição..... ..	1º Escrivão da Correição	16$000	51$000	93$000	160$000
	2º Do da dita.....	16$000	51$000	93$000	160$000
	Meirinho geral.....	3$400	16$400	18$400	36$200
	Escrivão do dito.....	2$200	5$400	5$400	13$000
Provedoria dos ausentes.....	Thesoureiro	$	$	93$333	93$333
	Escrivão do dito.....	$	$	30$000	30$000
Villa da Fortaleza..	Tabellião e annexos...	4$000	7$000	7$000	18$000
	Alcaide	1$400	$700	$700	2$800
	Escrivão do dito.....	1$000	$300	$300	1$600
Villa de Aquiraz....	Tabellião e annexos...	2$000	2$000	2$000	6$000
	Alcaide	1$000	$300	$300	1$600
	Escrivão do dito.....	1$000	$300	$300	1$600
Villa do Aracati....	Tabellião	4$500	10$500	10$500	25$500
	Escrivão da camara...	4$000	10$000	10$000	24$000
	Alcaide.....	1$500	$300	$300	2$100
	Escrivão do dito.....	1$500	$300	$300	2$100
	Carcereiro.....	1$000	$300	$300	1$600
Villa de S. Bernardo	Tabellião e annexos...	2$500	4$000	4$000	10$500
	Alcaide	1$000	$300	$300	1$600
	Escrivão do dito.....	1$000	$300	$300	1$600
Villa de Campomaior	Tabellião	4$000	4$000	4$000	12$000
	Escrivão da camara....	1$500	1$500	1$500	4$500
	Alcaide.....	1$000	$300	$300	1$600
	Escrivão do dito.....	1$000	$300	$300	1$600
Villa do Sobral.....	Tabellião	3$400	5$000	5$000	13$400
	Escrivão da camara...	6$000	26$000	26$000	58$000
	Alcaide.....	1$200	$400	$400	2$000
	Escrivão do dito.....	1$200	$400	$400	2$000
	Carcereiro	1$000	$300	$300	1$600
Villa da Granja....	Tabellião.....	2$000	6$500	6$500	15$000
	Escrivão da camara...	3$200	3$400	3$400	10$000
	Alcaide	1$000	$300	$300	1$600
	Escrivão do dito.....	1$000	$300	$300	1$600
Villa Nova d'El-Rei.	Tabellião	2$000	3$000	3$000	8$000
	Alcaide.....	$300	$	$300	$600
	Escrivão do dito.....	$300	$	$300	$600
Villa de S. João do Principe	Tabellião	1$500	3$000	3$000	7$500
	Escrivão.....	4$500	4$000	5$000	13$500
Villa de Monte-mór..	Tabellião e annexos...	1$500	$	$	1$500
Villa Viçosa Real.....	Tabellião e annexos...	3$000	$	$	3$000
Villa do Crato.....	Tabellião	6$000	17$000	17$000	40$000
	Escrivão da camara....	6$000	12$000	12$000	30$000
	Alcaide	1$000	$300	$300	1$600
	Escrivão do dito.....	1$000	$300	$300	1$600
	Carcereiro	1$000	$500	$500	2$000
Villa do Icó.....	Tabellião	5$500	8$000	8$000	21$500
	Escrivão da camara...	4$500	6$500	6$500	17$500
	Alcaide.....	1$000	$300	$300	1$600
	Escrivão do dito.....	1$000	$300	$300	1$600
	Meirinho do campo....	1$600	$300	$300	2$200

Barba.

N. 11

TABELLA DOS CAPITÃES-MORES GOVERNADORES DA CAPITANIA DO CEARÁ-GRANDE E DOS SEUS GOVERNADORES INDEPENDENTES

	Nomes	Graduações, etc.	Em que tempo serviram
Capitães-móres Governadores	Diogo Coelho de Albuquerque		1663
	Sebastião de Sá		1679
	Bento Macedo de Faria		1682
	Thomaz Cabral de Olival		1689
	Fernão Carrilho	Capitão de infantaria de linha de Pernambuco	1694
	Pedro Lelou		1695
	João de Freitas da Cunha	Interino	1696
	Antonio Pinto Pereira		1698
	Francisco Gil Ribeiro	Interino. Cavalleiro da de Xpt. capitão de infantaria	1699
	Jorge de Barros Leite	Fidalgo da Casa Real	1704
	João da Motta	Capitão de infantaria do regimento do Recife de Pernambuco	1705
	Gabriel da Silva do Lago		1706
	Miguel Carlos		1710
	Francisco Duarte de Vasconcellos	Fidalgo da Casa Real, commendador da Ordem de Christo, de S. Thiago	1711
	Placido de Azevedo Falcão		1714
	Manoel da Fonseca Jayme		1716
	Salvador Alves da Silva	Cavalleiro da Ord. de Christo	1718
	Manoel Francez		1721
	João Baptista Furtado	Idem	1728
	Leonel de Abreu Lima	Idem	1731
	Domingos Simões Jordão	Idem	1735
	D. Francisco Ximenes d'Aragão		1741
	João de Teive Barreto dê Menezes	Fidalgo da Casa Real	1743
	Francisco da Costa		1746
	Pedro de Menezes Magalhães	Interino, sargento-mór de infantaria do Recife de Pernambuco	1748
	Luiz Quaresma Dourado		1751
	João Balthazar de Quevedo Homem de Magalhães	Fidalgo da Casa de Sua Magestade	1759
	Antonio José Victoriano Borges da Fonseca	Interino, cavalleiro na de Xpt. tenente-coronel de infantaria do Recife	1763
	João Baptista de Azevedo Coutinho de Montaury	Fidalgo da Casa Real, tenente coronel de infantaria da primeira plana da côrte	1782
	Luiz da Motta Feo e Torres	Cavalleiro na de Xpt. Fidalgo da Casa Real, capitão de Infant. da primeira plana	1789
Governadores independentes	Bernardo Manoel de Vasconcellos	Cavalleiro na de Xpt. Fidalgo da Casa Real, Chefe de esquadra	1799
	João Carlos Augusto d'Oeynhausen	Fidalgo da Casa Real, capitão de primeira plana, actual governador de Matogrosso	1803
	Luiz Barba Alardo de Menezes	Fidalgo da Casa Real, cavalleiro na de Xpt. nomeado governador de Matogrosso	1808
	Manoel Ignacio de S. Payo	Fidalgo da Casa Real, coronel de engenheiros	1812

Berredo nos seus *Annaes historicos do Estado do Maranhão* refere os seguintes capitães-móres governadores do Ceará, que não inclui na tabella antecedente, por não achar d'elles noticia na secretaria do governo.

Pedro Coelho de Sousa, morador na Parahyba, e cavalheiro natural das ilhas dos Açores, nomeado pelo governador do Estado do Brasil Pedro Botelho em 1603. A elle se deve tudo o que se conquistou do Ceará até a serra de Ibiapaba, onde venceu o maior dos pontetados *Tapuias* da mesma, denominado Mel Redondo, e trinta aldêas populosas.

Martim Soares Moreno foi capitão do Ceará pelos annos de 1611, por mandado do governador do Brasil D. Diogo de Menezes, e servia no Rio Grande do Norte: foi quem fundou o forte, e a igreja com a denominação de Nossa Senhora do Amparo, na antiga villa do Ceará, em que fallo na minha *Memoria*. Em 1613 partiu com Jeronymo de Albuquerque para o Maranhão, e deixou em seu lugar com o commando do Ceará.

Estevão de Campos, que principiou a governar em Junho do dito anno, vindo a succeder-lhe o capitão Manoel de Brito Freire no mesmo anno de 1613.

Martim Soares Moreno tornou para o dito governo em 1617, e em 1624 obteve victoria sobre duas náos hollandezas, que intentaram apossar-se do presidio.

Em 25 de Junho de 1626 ainda existia no Ceará; e igualmente em 1631, segundo a *Chronica* de Jaboatão, porque diz fôra com soccorro do Ceará para Pernambuco n'aquelle anno, que era o segundo depois da tomada pelos hollandezes.

Bartholomêo de Brito governava o Ceará, quando em 1637 foi tomado o sobredito presidio por duas náos da

referida nação, commandadas pelo major Gusmano. Este valoroso governador com 32 homens se defendeu por espaço de 9 horas de 340 soldados e de 650 indios, sendo obrigado a render-se por falta de munições de guerra, e perdido 8 homens.—*Luiz Barba Alardo de Menezes.*

NOTICIA

ETHNOLOGICA SOBRE UM POVO QUE JÁ HABITOU A COSTA DO BRASIL, BEM COMO O SEU INTERIOR, ANTES DO DILUVIO UNIVERSAL.

A immensa costa do Brasil guarnecida por um sem numero de bellas e variadas enseadas e praias, onde se lançam formidaveis rios e ribeirões, é pela maior parte coberta de immensas mattas em terrenos lodosos por serem banhados pelo mar, que são povoados por numerosas qualidades de caranguejos, e muitos outros animaes, desde o menor insecto até o jacaré.

Estes mattos chamam-se mangues brancos, vermelhos e bravos, e tambem se poderia chamal-os vanguarda da terra firme. Entre estes mangues mais ou menos extensos destacam se rochas vivas, umas pequenas e outras de tal extensão que formam grandes ilhas.

Sobre estas rochas maiores, ou ilhas cobertas de mattos altos, encontramos depositos de cascas de ostras, de bivalva ou concha, que os habitantes do paiz chamavam — Berbiguem.

As marés de nosso tempo não alcançam mais estes depositos conhecidos pelo nome indigena de — Sambagué. O povo do paiz dá-lhes a denominação de Caleiras, Ostreiras e Berbigueiras, ou Casqueiras. Estes montes de diversos tamanhos distinguem-se em tres qualidades, isto é, quanto ao material, feitio e construcção.

A primeira consiste em montes compostos exclusivamente de cascas de ostras.

A segunda consiste em montes de cascas de berbigões, concha bivalva (*Tellina antidiluviana*).

A' primeira vista qualquer homem de poucos conhecimentos percebe que foram feitos pela mão humana.

A terceira foi feita pela natureza, isto é, pela força d'agua. As camadas das conchas são horizontaes e acompanham o declive do terreno. As conchas formam uma mistura de ciscos, arêas e terra ; são depositos diluviaes em camadas regulares.

Estes depositos diluviaes encontram-se sempre 40 a 60 palmos acima das aguas dos rios, e para o interior onde as ondas e enchentes do mar se quebram com menor vehemencia. No fundo e centro d'estes outeiros da primeira e segunda classe encontramos sempre ossadas humanas ; e junto a ellas acha-se não pequeno numero de armas e utensilios feitos de pedras, como sejam, machados, pontas de lança, frechas, cunhas, virotes, argolas, massas, pilões, mãos de pilões, pedras chatas e concavas, balas bem redondas e outras que poderiam servir para fundas ou para abrir cocos, porque em algumas se observa que são chatas, e têm uma cova no centro feita necessariamente para este fim.

Deixo aqui de mencionar mais extensamente outros objectos, porque darei conta d'elles em uma descripção mais prolixa. A primeira e segunda qualidade de Sambagués tem a altura variavel de 10 a 15 palmos na espessura, e 20 a 200 palmos de circumferencia. A posição d'elles em geral é de 60 a 80 palmos e mais sobre o nivel do mar.

Alguns são collocados acima de um outeiro.

Parece que um povo antiquissimo do Brasil reuniu no espaço de muitos annos as cascas d'estes crustaceos que comia, para entre ellas sepultarem os seus irmãos mortos. Estes eram depositados na posição de uma criança quando ainda se acha no ventre materno ; deitando junto ao cada-

ver todas as suas armas e tudo quanto lhe pertencia, e além d'isso tambem collocavam alimentos, como grandes peixes assados, pedaços de caça, outras inteiras, etc., para a viagem que tinham de fazer para os Elisios ou campos de delicias.

Os *Botocudos* e outros indigenas do Brasil, ainda têm o mesmo costume, como muitos outros povos que se chamam civilisados.

Os ossos encontrados n'estes sambagués são fosseis, grudam na lingua por terem perdido a colla animal, são muito leves e quebradiços.

Os angulos faciaes dos craneos têm 66 gráos conforme o methodo de Owen, grande naturalista inglez. Os craneos achados pelo naturalista Dr. Lund nas grutas ou subterraneos das Lagôas Santas em Minas-Geraes, e que eu tenho achado nas grutas calcareas do interior das provincias de S. Paulo, Paraná, Cuiabá, etc., assim como os que o barão de Tschudi tirou das sepulturas antiquissimas do Perú, mostram os mesmos gráos do angulo facial como os indigenas que se chamam *Ingraechnungs* conhecidos no Brasil pelo nome geral de *Botocudos* ; porém nem todos os *Botocudos* são *Ingraechnungs*.

Os outros diversos indigenas variam, e têm de 67 a 68 gráos, emquanto que o europêo tem 80 gráos.

Não é o Brasil só que possue estes sambagués ou casqueiros, eu os vi pela primeira vez na costa de Cayena hollandeza, Suriname, e tenho conhecimento de sua existencia nas costas do Orinoco, Mexico e America do Norte ; até épocas bem recentes descobriu-se na Scandinavia iguaes montes de cascas de conchilios com ossos humanos e armas de pedras no centro. Do mesmo modo que se encontra semelhantes tumulos de cascas de diversas conchas, tambem se encontra no interior do paiz uns outeiros feitos

de terra, outros de terra e pedras, e alguns sómente de pedras. Todos têm o mesmo tamanho, isto é, 10, 20, até 60 palmos de espessura e circumferencia correspondente; no seu centro encontram-se as mesmas armas e utensilios feitos de pedras mais duras ou do seixo-richo.

Além d'estas acham-se pedaços de crystaes, obras de coralina, de resina de Jatahy feitas com arte, pontas de lanças e frechas de pedreira, e bem assim facas feitas da mesma materia.

Todos estes óbjectos, que se encontram nos tumulos, acham-se igualmente nos sambagués; e o que mais interessa á ethnologia é que as armas e utensilios feitos de pedra são iguaes na fórma, e no material aos que se têm achado na Europa, Asia, Africa e America do Norte, como se teve occasião de vel-os juntos na grande exposição universal de Pariz, sem que todavia alli se apresentasse uma prova que mostrasse ter o Brasil muito mais d'estes objectos, e désse a entender que elle mais que outros paizes possue riquezas d'este genero, e ainda mais que aqui viveu um povo mui antigo e antidiluviano, e tão numeroso como prova com mais evidencia do que nação alguma.

Ainda se acha mais uma particularidade não menos interessante entre estes sambagués e os tumulos de toda a parte do mundo ; é sabido que certas pedras roliças ou de fórma conica chamam-se *coriscos*, *pedra de raio*, *doner keule* em allemão. A palavra em todas as linguas significa o mesmo objecto ; e nos sambagués têm se achado verdadeiros *bolides* e *meteorites*.

Os machados e algumas outras armas são de uma pedra que tem magnetismo polar, é de balsato.

Ao passo que se acha nos sambagués e tumulos do Brasil obras e pedaços de resina de jatahyeira, *uyemenaca*

curbarill, acha-se na Europa obras de alambre nos tumulos.

A historia do Brasil não desconhece a existencia dos sambagués ; porém desconhece essa antiguidade e construcção.

O proprio brasileiro (santista) Fr. Gaspar da Madre de Deus, apezar de tudo, descreve-os melhor que todos os viajantes e naturalistas estrangeiros até hoje, porque os mesmos portuguezes conquistadores d'esta terra não dizem palavra alguma sobre estes montes de ostras e berbigões, que elles mesmos destruiram desde o começo de sua chegada n'este paiz, para com isso fazer cal para seus edificios e castellos primitivos.

Alguns exploradores viam os sambagués a vapor como o capitão Burton, celebre viajante que disse cousas inexactas e erradas sobre o tamanho, construcção, collocação e povos que deviam ter feito estes montões de cascas de ostras, na sua descripção impressa sobre o Brasil.

Eu dei noticias sobre os sambagués desde 1846 em diversos jornaes europêos, como tambem na extincta *Brasilia* de Petropolis e em outras descripções impressas nos meus *Fragmentos geologicos*, etc. ; porém era-me preciso examinar muitos casqueiros em diversos lugares e tempos, para poder conhecer bem toda a construcção e idade d'estas sepulturas primitivas com suas particularidades, etc. Com estas provas póde-se garantir, sem medo de errar, que o genero humano existia por todo o mundo e mórmente no Brasil, onde numeroso povo habitou antes do grande diluvio chamado na geologia a *Myocene ou geral inundação*.

Até hoje sobre este assumpto tão interessante para a historia têm faltado provas quanto ao Brasil, a respeito do genero humano, cousa realmente de grande interesse geologico e ethnographico.

O Brasil tem se conservado até hoje silencioso sobre tal assumpto, emquanto o velho mundo e a America do Norte fazem conhecer as suas descobertas em jornaes e obras scientificas com as illustrações necessarias !

E pois que um pobre explorador d'este genero não acha padrinhos no Brasil, e nem as assembléas se lembram de decretar quotas necessarias para cousa tão util, por isso suas descobertas ficaráõ sepultadas no seu gabinete e em sua pasta, que serviu para os desenhos dos locaes e objectos, visto como não têm os meios necessarios para mandar imprimir no paiz suas obras, em consequencia do muito que custa a impressão d'ellas.

Tenho fé, porém, que esta pequena noticia servirá de estimulo para que se guarde e conserve os objectos dos sambagués, e para que não desappareçam as provas da existencia de um povo original e primitivo da America do Sul.

Não fallarei por extenso sobre os depositos diluvianos que cobriam estes sambagués e suas conchas incluidas, o que dá as mais evidentes provas da sua antiguidade de estado fossil. S. Paulo, Julho de 1871.—*Dr. Carlos Rath.*

(*Extrahido*).

BIOGRAPHIA

DOS BRASILEIROS ILLUSTRES POR LETRAS, ARMAS, VIRTUDES, ETC.

FREI JOSÉ DA COSTA AZEVEDO

E' singular o esquecimento a que votamos os varões, que pela sua intelligencia e dedicação serviram a patria; e podemos com justiça dizer, que entre os defeitos do caracter portuguez é este o que com mais saliencia se nota no nosso. Somos os legitimos herdeiros dos desprezadores dos Camões e Albuquerques, e parece que só sabemos venerar a fatua mediocridade, ou genuflectir perante estranhos idolos.

Esqueceu a moderna geração até os nomes dos que, superando mil difficuldades, n'uma épocha em que tão escassas eram as luzes e tão arduos os meios de obtêl-as, conquistaram a reputação de doutos e fizeram-se respeitar dentro e fóra do paiz. Quem ha ahi que se recorde d'essa brilhante pleiade de naturalidades, que á sombra do claustro entregavam-se ao estudo da natureza e revelavam do mundo scientifico a riqueza do nosso solo? Apenas um ou outro estudioso pronuncía com respeito os nomes de Fr. José Marianno da Conceição Velloso, o sabio autor da *Flora Fluminense*, de Fr. Leandro do Sacramento, o creador do Jardim Botanico; ao passo que condemnados ficam a perpetuo olvido outros, que, menos celebres do que os seus collegas, prestaram em mais modesta esphera valiosos serviços. E' em prol de um d'esses exilados da gratidão nacional que ergueremos hoje nossa debil voz.

Queremos fallar do padre-mestre Fr. José da Costa Azevedo, primeiro director do museu e lente de mineralogia da academia militar d'esta côrte.

Nasceu José da Costa Azevedo na cidade do Rio de Janeiro aos 16 de Setembro de 1763 no gremio de pobre e honesta familia, e revelando desde os mais verdes annos extraordinario talento e amor ás letras, foi por seus pais consagrado a ellas. Percorrendo com rapidez o circulo d'estudos, que então existiam na nossa terra, aspirou novos e mais dilatados horizontes, e, testemunhas d'esse nobre ardor, proporcionaram-lhe algumas almas generosas os meios para transportar-se a Lisboa, onde matriculou-se no collegio dos nobres.

Longe da patria não se afrouxou o enthusiasmo do digno mancebo continuando pela sua applicação e exemplar conducta a merecer a geral estima dos seus professores. Terminando o curso de preparatorios, ou, como então se dizia, havendo feito as suas humanidades, encaminhou-se o moço fluminense para Coimbra, afim de frequentar os cursos d'essa celebre universidade, emporio das sciencias e letras da vasta monarchia portugueza. Com tanto aproveitamento estudou ahi José da Costa Azevedo, que poucos annos se haviam passado, que já trocava o banco de alumno pela cadeira de lente de theologia na ordem de S. Francisco, cujo instituto abraçára.

Chamava então o claustro todos os talentos modestos, todas as verdadeiras vocações litterarias, que, fugindo ao ruido da sociedade, buscavam em sua solidão esse remanso tão almejado por todos os sabios, essa aurea mediocritas do bom Horacio. Era Fr. José da Costa um homem de estudo; havia contrahido o vicio do trabalho, na phrase d'um moderno escriptor, e nada parecia mais adaptado ao seu caracter do que o burel franciscano. Cercada de

respeito, era a ordem Seraphica uma das mais felizes de Portugal, e, sem violar o voto de pobreza, abundantemente soccorrida pela piedade dos fieis, nada faltava ao bem estar de seus membros, que nas maximas do Evangelho e na pratica da sua regra haviam aprendido a contentarem-se com pouco.

Eminente theologo, não encerrou Fr. José da Costa o seu talento n'esta especialidade, antes frequentou com gosto e assiduidade os cursos de philosophia e sciencias naturaes, aproveitando utilmente a sua residencia na Athenas lusitana.

Tão grande reputação grangeou como philosopho, que foi chamado para reger uma cadeira publica d'esta disciplina em Lisboa, para onde dirigiu-se, saudoso deixando as poeticas ribas do Mondego. Acompanhou-o a estima, de que até era apreciado pelos homens mais notaveis da épocha, achamol-a nós na sua escolha para socio correspondente da academia real das sciencias, que poucos annos antes fundára um dos mais distinctos caracteres da velha fidalguia, o esclarecido duque de Lafões, verdadeiro Mecenas das letras portuguezas.

Illustrando a patria pelo seu saber e virtudes, consolava-se o padre-mestre Costa de viver d'ella arredado, e não pensava sequer na possibilidade de regressar aos seus lares. Havia porém a sorte disposto o contrario.

Travára elle intimas relações com seu illustre conterraneo Azeredo Coutinho, que, sendo eleito bispo de Pernambuco e incumbido de fundar o seminario d'essa diocese, obteve do seu amigo a coadjuvação das suas luzes, e do governo o preciso beneplacito para que o seguisse em seu novo destino.

Tanta confiança depositava o bispo Azeredo Coutinho no padre-mestre Costa, que a ninguem achou mais digno de

confiar a direcção do seu seminario, encarregando-o ao mesmo tempo de leccionar philosophia e rhetorica. Na memoria dos anciões de Pernambuco achava-se ainda archivado o modo lhano, sisudo e nobre, com que o douto fluminense desempenhou semelhantes encargos.

Para prova da estima, que d'elle fazia o sabio prelado, que no meio de tão variados deveres soube ainda adquirir renome de grande economista e ameno escriptor, citemos o trecho d'uma carta, que de Lisboa escrevia-lhe em data de 3 de Fevereiro de 1803, quando por ahi passára, indo tomar conta dos bispados de Bragança e Miranda, para onde fôra removido:

« Li com gosto a dissertação, que escreveu sobre a salubridade dos ares d'Olinda, e que recebi na mesma occasião em que recebi a sua carta; élla faz muita honra ao nome de V. R., tanto pela erudição, que encerra, como pelo excellente methodo, em que está disposta. Essas foram as minhas vistas sempre; formar n'esse fertil torrão homens capazes de olhar sobre a sua natureza e de nos descobrirem as grandes preciosidades que elle contém em todos os ramos, e as vantagens que podemos tirar de suas riquezas. Eu plantei, V. R. deve regar e continuar esta grande obra, e Deus lhe dará o augmento. »

Propheticas foram as palavras do magnanimo bispo, e os serviços de Fr. José da Costa, seu amor pelas sciencias naturaes, foram devidamente aquilatados pelo excelso conde de Linhares, que, conhecendo-o pessoalmente, d'elle lembrou-se na organisação da academia militar d'esta côrte, destinando-lhe a cadeira de mineralogia. Mais tarde foi pelo mesmo conde despachado director do museu, emprego que conservou até a sua morte, occorrida a 7 de Novembro de 1822, repousando os seus ossos n'uma urna, depositada na igreja de S. Pedro, o mandada fazer pelo seu

amigo e parente o Sr. commendador José Victorino Coimbra, a quem devemos o obsequio das presentes notas biographicas.

Privou o padre-mestre Costa com as maiores notabilidades do seu tempo, e temos presente grande numero de cartas, penhores da familiaridade, com que o distinguiam. Os duques de Lafões e Cadaval, os marquezes d'Angeja e d'Aguiar, os condes de Linhares, das Galvêas e da Barca, os bispos D. José Joaquim da Cunha d'Azeredo Coutinho, Fr. José de Santa Escholastica, D. Fr. Francisco de S. Luiz e D. José Caetano da Silva Coutinho, o chanceller-mór, e depois ministro, Thomaz Antonio de Villa-Nova Portugal, os Drs. José Bonifacio e Manoel da Arruda, e muitos outros conspicuos varões mantinham com elle assidua correspondencia, e acatavam seus conselhos e observações.

Não lhe desecaram a imaginação as sciencias physico-mathematicas e lêmos muitos de seus sermões — onde a belleza d'estylo de S. Carlos se casa com a pureza de dicção de Vieira. — Não confiou-os porém ao prelo por mal entendida modestia : porquanto, nunca deve o homem de letras recusar ao seu paiz o tributo da sua intelligencia ; não aconselhamos porém aos seus herdeiros que o façam, se não desejarem ser multados nos gastos da impressão, por isso que as obras de gosto e d'amena litteratura não são da nossa quadra, que almeja em tudo descobrir o immediato e positivo interesse.

Para o uso de seus discipulos escrevêra o padre-mestre Costa uns elementos de mineralogia, segundo o methodo de Wermer, os quaes lamenta Adriano Balbi que nunca vissem a luz da imprensa.

Manuseando a collecção das cartas, que por diversas personagens lhe foram endereçadas, viemos ao conhecimento, que muitas memorias escrevêra Fr. José da Costa

sobre os estudos de sua maior predilecção: ignoramos porém onde param estes trabalhos, que talvez a traça haja consumido, ou constituam a bagagem scientifica d'algum moderno naturalista.

Grandemente contribuiu o acanhamento, que tinham os nossos antigos de confiarem á imprensa o fructo de seus labores, para o descredito em que cahiram as sciencias em Portugal; a ponto de ignorarem muitas pessoas, aliás instruidas, quaes sejam os homens que maior nomeada por ellas alcançáram na sua épocha. Julgamos haver soado a hora da reparação, façamos o inventario das nossas glorias: — evoquemos no Josaphat da historia todas as grandes sombras d'esses benemeritos, que pelas suas virtudes, letras e serviços enobreciam a patria, que para elles ainda não existia. No Pantheon brasileiro erga-se a estatua do distincto e modesto naturalista Fr. José da Costa Azevedo, e deixe de pesar sobre a sua memoria o gelido manto da indifferença e do olvido. Taes são os nossos humildes votos.

Joaquim C. Fernandes Pinheiro.

BARÃO D'AYURUOCA

Temos por mais de uma vez chamado a attenção dos leitores da *Revista Popular* (*) sobre a vida d'alguns respeitaveis varões, de que justamente se honra a nossa terra. Sahir do campo das abstracções, das theorias mais ou menos bellas, para descer á realidade, mostrar que a beneficencia não é um formoso ideal, mas sim uma realidade mil vezes operada por este ou aquelle vulto historico, ou ainda pelo humilde cidadão, cujo nome não franqueou os terminos do seu municipio, que a dedicação pertence a todas as classes, que o heroismo não está só no campo da batalha, ou na luta contra os elementos, mas tambem na coragem do medico, do padre ou do enfermeiro, que affrontam a morte para levarem ao pestiferado os soccorros da sciencia, da religião ou da caridade; é quanto a nós o mais proveitoso de todos os estudos, e a que melhor caberá o titulo de curso pratico de virtude, ou moral em acção.

Não foi o protogonista da nossa tosca narrativa um denodado guerreiro, que com a espada gravasse o seu nome nos disticos nacionaes, um sabio, que com suas lucubrações alargasse o circulo dos conhecimentos humanos, um missionario, que estendesse os horizontes da fé; mas um honrado lavrador, sincero patriota, providencia dos pobres, energico agente da civilisação e do progresso.

Quem ha ahi nas tres provincias do Rio de Janeiro, S. Paulo e Minas Geraes, que nunca ouvisse fallar no coronel Custodio Ferreira Leite, condecorado na sua velhice com o titulo de barão de Ayuruoca? Quem ha que não refira algum acto de beneficencia por elle praticado? Quantas

(*) Esta biographia é extrahida da *Revista Popular*.

familias não foram por elle amparadas, quantas dissensões domesticas pela sua legitima ascendencia terminadas?

Não registrará portanto esta revista em suas paginas a biographia d'um homem obscuro, ou d'algum d'esses enfatuados, que nenhum vestigio, senão os da vaidade e do orgulho, deixaram de sua passagem pelo mundo.

Filho legitimo do sargento-mór José Leite Ribeiro e de D. Escholastica Maria de Jesus, nasceu Custodio Ferreira Leite na fazenda de seus pais, sita na comarca do Rio das Mortes, provincia de Minas, aos 3 de Dezembro de 1782. Desde a mais tenra infancia revelou a maior perspicacia e talento, que fructuosamente seriam aproveitados se a escassez das luzes, que alumiavam o Brasil colonial, maxime no interior d'uma provincia central, lhe permittissem, dedicando-se ás letras, seguir a sua vocação.

Mal dissimulando esta primeira contrariedade, partiu o joven Custodio com seus irmãos para as margens do Rio Preto, afim de entregar-se á lucrativa industria da mineração. Ou porque as variadas emoções, que semelhante occupação offerecia, não bastassem á sua actividade, ou por qualquer outro motivo, que não chegou ao nosso conhecimento, o certo é que deixou o nosso heróe o seu paiz natal, e, como curioso observador, percorreu essas provincias sul-americanas, que então pertenciam á Hespanha, e que constituem hoje outros tantos Estados independentes. Peregrinando por estranhos climas, sentiu pungil-o o espinho da saudade, e abandonando projectos de mais longinquas viagens, volveu aos patrios lares.

O seu lugar estava de ante-mão marcado: necessitavam duas provincias limitrophes do Rio de Janeiro e de Minas d'um homem assaz dedicado aos seus interesses, para pôl-as em communicação facil e segura por meio de estradas e de pontes. Genio emprehendedor, o capitão-mór (posto que

em sua mocidade lhe fôra conferido) não trepidava em se embrenhar pelos sertões, ainda n'essa épocha povoados por selvagens, atravessar a nado caudalosos rios, expôr seus dias á sanha das feras.

Abrir fazendas era para o capitão-mór Custodio Leite negocio da maior facilidade, e no que sentia summa satisfação. Amplamente ganharam com isso seus amigos e protegidos, e mais d'uma personagem deveu a origem de sua fortuna á magnanimidade do distincto mineiro.

Se com semelhantes disposições só dos seus interesses curasse, seria o maior millionario da nossa terra; esquecia-se porém Custodio Leite de si para só se lembrar dos outros, preferindo a satisfação de fazer bem ás positivas vantagens da colossal riqueza.

Compensada era essa obrigação pela posse da maior popularidade; comprehende-se pois de que auxilio fôra elle aos fautores da nossa emancipação politica. Quando com imparcialidade fôr um dia escripta a historia da independencia, quando se distribuir a cada um dos agentes o lugar, que lhe compete, estamos convencidos, que o nome do capitão-mór Custodio Ferreira Leite apparecerá corôado pela aureola do civismo.

N'ausencia de mais veridicos dados sirva-nos de thermometro de seus relevantes serviços a estima, com que o honrava o fundador do imperio, agraciando-o com a commenda da ordem de Christo, com a patente de coronel de milicias, e distinguindo-o com a sua particular amizade.

Sua proverbial modestia, o cuidado que tinha em occultar seus serviços, colloca-nos na impossibilidade de seguir par e passo essa bemfazeja existencia. Permitta sua honrada memoria que lhe exprobremos tal desapego, que defraudou a biographia brasilica de numerosos lances de

patriotismo, que de exemplo e edificação serviriam aos vindouros.

Escassas são as notas que nos foram confiadas por um seu illustre parente, legatario de sua humanidade e desinteresse; ponhamol-as porém em contribuição e procedamos ao inventario de seus principaes feitos.

Incumbido pelo governo, abriu o coronel Custodio a estrada chamada da Policia, que do municipio de Iguassú se dirige á provincia de Minas; mandou fazer os aterrados do Engenho do Brejo, e por muitos annos administrou os trabalhos das estradas de Sapucaia e do Feijão-Crú.

A proposito de Sapucaia, cumpre não esquecer o generoso donativo que á nossa provincia fez este benemerito cidadão, offertando-lhe a estrada, que a expensas suas mandára fazer desde Magé até Sapucaia, assim como a ponte lançada sobre o rio Parahyba no trajecto d'essa estrada, cedendo gratuitamente do privilegio, que por muitos annos lhe fôra outorgado.

Com seus auxilios pecuniarios, e com o producto das subscripções por elle agenciadas, erigiram-se ou repararam-se as matrizes da Barra-Mansa, Arrozal, Vassouras, Conservatoria, Valença, Sapucaia e Mar de Hespanha. N'esta ultima villa construiu elle a casa da camara com prejuizo d'algumas dezenas de contos, concluindo pouco antes do seu passamento um formoso e vasto edificio, onde hoje se acha estabelecido o collegio Brandão.

Verdadeiro homem d'acção, não abandonára o coronel Custodio o cultivo da sua intelligencia: e quanto lhe permittiam as innumeras occupações da vida positiva, entregava-se á leitura dos bons livros, preferindo os tratados elementares d'agricultura e d'industria rural. Assim introduziu elle varios melhoramentos na cultura do café, cabendo-lhe outrosim a gloria de haver iniciado a da batata

de Demerara nos municipios do Mar de Hespanha e Leopoldina.

Liberal por convicções e ordeiro por principios, era o coronel Custodio dedicado amigo do regimen politico que nos rege, e desde a aurora do systema constitucional exerceu differentes cargos electivos nos lugares de sua residencia. Afastava-o porém do primeiro plano seu natural acanhamento, a ponto que, gozando da privança dos marquezes de Lages, Valença e Paraná, nunca quiz sahir da sua modesta posição. A's reiteradas instancias do ultimo dos tres marquezes aceitou elle o titulo de barão, com que de ha muito queria galardoal-o a munificencia imperial. Foi ainda impellido por seus amigos que decidiu-se a tomar assento na assembléa provincial de Minas. N'essa pleiade de tão bellas intelligencias, n'esse congresso de tão esperançosos talentos, era a velha experiencia do barão de Ayuruoca ouvida com respeito, e o seu alvitre não poucas vezes seguido.

Grandiosos planos de melhoramentos materiaes volvia em sua mente, quando no dia 17 de Novembro de 1859 soou a sua derradeira hora. Rodeado dos entes que na terra lhe eram mais caros, expirou o barão de Ayuruoca na sua fazenda da Barra do Louriçal, termo da villa do Mar de Hespanha, victima d'uma congestão cerebral.

Acreditareis, leitor, que esse abastado fazendeiro, que nos ultimos dias de sua existencia devêra fruir uma fortuna de alguns milhares de contos de réis, como aconteceu a alguns de seus irmãos, morresse pobre e onerado de dividas?!—O luxo e loucas prodigalidades terão talvez dissipado seus thesouros, me direis vós.—Enganai-vos; o coronel Custodio (como o povo se obstinava em chamal-o) era d'uma simplicidade espartana; em sua vasta habitação, mediocremente alfaiada, occupava elle o mais pobre apo-

sento; sua mesa porém era franca aos viandantes, seu tecto abrigava com generosa hospitalidade o extraviado e nocturno peregrino. Nos dias de sua opulencia nunca ninguem recorreu debalde ao seu cofre, e as lagrimas da viuva e do orphão não raro foram enxugadas por suas caritativas mãos. Juntai a isso que, novo Job, foram pelo Senhor postas á prova a sua paciencia e fé religiosa; destruindo seus cafesaes uma horrivel chuva de pedra, que por alguns annos privou-o de suas copiosas colheitas; a ingratidão de alguns entes perversos, que, abusando da magnanimidade do seu coração,extorquiram-lhe avultadas sommas, e tereis a explicação da ruina d'essa gigantesca fortuna, cujos restos serão apenas sufficientes para satisfazer aos seus credores.

Quem visse o barão d'Ayuruoca sempre em viagem, com o chapéo repleto de papeis, trajando com a maior simplicidade, diria que era um d'esses modernos industrialistas, ou eternos emprezarios, que buscam privilegios ou accionistas para sonhadas companhias, cuja unica utilidade só por elles póde ser comprehendida. Nada d'isso, o que arrojava o venerando ancião através das chuvas torrenciaes e dos ardores da canicula, caminhando a deshoras por nossas invias estradas, eram alheios negocios, interesses de parentes, amigos e conhecidos. Era uma especie de procurador geral, quasi que diriamos um Ashaverus da caridade.

Completaremos este mal traçado esboço com dois passos de sua vida, que nos foram relatados por testemunhas oculares.

Costumava o barão pousar em suas peregrinações n'uma pobre casa situada á beira da estrada, onde era sempre bem vindo o anjo da consolação. Aconteceu que um dia achou a familia debulhada em pranto, triste e

abatido seu chefe. Perguntando a causa de semelhante melancolia, soube que por atrazos de seu mesquinho negocio devêra o dono da casa soffrer penhora no pouco que n'ella havia, expostos ficando sua mulher e filhos á mendicidade. Ouvindo isto, montou o barão a cavallo, e poucas horas depois voltou, trazendo as letras por elle pagas, que graciosamente entregou a uma das crianças, cujos brincos mais o distrahiam de suas serias cogitações.

Ainda mais caracteristico é o seguinte facto :

Atravessava o nosso heróe o campo d'uma fazenda, quando um cavalleiro sahindo-lhe ao encontro rogou-lhe encarecidamente que se encaminhasse á proxima situação de sua mãi, que muito desejava fallar-lhe. Como de costume, rendeu-se o barão a essa supplica, e chegando ao lugar indicado encontrou-se com a afflicção d'uma triste viuva,a quem um avido gen ro obrigava a vender os ultimos escravos, para entregar-lhe a legitima de sua mulher. Já n'essa epocha achava-se desmoronada a fortuna do barão d'Ayuruoca, e os seus compromissos eram consideraveis. Avalie portanto o leitor a dôr, que traspassaria aquella grande alma,vendo-se na rigorosa necessidade de pela primeira vez, em a sua longa vida, negar-se a um acto de beneficencia. Negou-se, pois, á viuva annuir ao que pedia.

Chegando a esta capital, abrilhantou-lhe o espirito uma inspiração celeste. Lembrou-se elle, que nunca jogava, de comprar um bilhete de loteria para a viuva, e o anjo da beneficencia, tomando a fórma da menina que extrahia os bilhetes, fez com que n'esse numero sahisse a sorte grande. Transportado de jubilo, olvida-se o barão dos negocios que o traziam ao Rio de Janeiro, põe-se em viagem, apêa-se na pobre habitação da desconsolada viuva, integralmente entrega-lhe o dinheiro, que em seu nome recebêra, e montando de novo a cavallo subtrahe-se aos

agradecimentos d'essa familia, a quem d'est'arte felicitára.

A' vista d'estes e d'outros tocantes quadros, que nos narram os que tiveram a ventura de conhecêl-o, concordareis comnosco, benevolo leitor, que a divisa heraldica do barão d'Ayuruoca deverá ser esta expressão do Evangelho — Pertransivit benefaciendo.

J. C. Fernandes Pinheiro.

FIM DO TOMO XXXIV, PARTE PRIMEIRA

INDICE

DAS MATERIAS CONTIDAS NO TOMO XXXIV, PARTE PRIMEIRA

PRIMEIRO TRIMESTRE

Pag.

NOBILIARCHIA PAULISTANA. Genealogia das principaes familias de S. Paulo, colligidas pelas infatigaveis diligencias do distincto paulista Pedro Taques de Almeida Paes Leme (*continuada da pag.* 335 *do tomo XXXIII, parte segunda*).

PIRES..... 5

AFFONSOS GAYAS..... 67

O CONSELHEIRO DR. CLAUDIO LUIS DA COSTA. Esboço biographico lido no Instituto Historico e Geographico Brasileiro em sessão de 5 de Maio de 1871 pelo conego Dr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro..... 117

SEGUNDO TRIMESTRE

NOBILIARCHIA PAULISTANA. Genealogia das principaes familias de S. Paulo, colligidas pelas infatigaveis diligencias do distincto paulista Pedro Taques de Almeida Paes Leme, (*continuada do primeiro trimestre, pag.* 115).

CHASSINS..... 141

CAMPOS..... 182

MEMORIA sobre a capitania do Ceará, por Luiz Barba Alardo de Menezes. (*Copia d'um documento existente no Archivo Publico*)..... 255

NOTICIA ETHNOLOGICA sobre um povo que já habitou a costa do Brasil, bem como o seu interior antes do diluvio universal, pelo Dr. Carlos Rath..... 287

BIOGRAPHIA dos brasileiros distinctos por letras, armas, virtudes, etc.

Fr. José da Costa Azevedo, pelo conego Dr. J. C. Fernandes Pinheiro..... 293

Barão d'Ayuruoca, pelo conego Dr. J. C. Fernandes Pinheiro..... 299

TYP. DE PINHEIRO & C., RUA SETE DE SETEMBRO N. 159

REVISTA TRIMENSAL

REVISTA TRIMENSAL

DO

INSTITUTO HISTORICO

Geographico e Ethnographico do Brasil

FUNDADO NO RIO DE JANEIRO

DEBAIXO DA IMMEDIATA PROTECÇÃO DE S. M. I.

O Sr. D. Pedro II

TOMO XXXIV

Parte segunda

Hoc facit, ut longos durent bene gesta per annos
Et possint serâ posteritate frui.

RIO DE JANEIRO

B. L. Garnier — Livreiro-editor

69 Rua do Ouvidor 69

1871

REVISTA TRIMENSAL

DO

INSTITUTO HISTORICO

GEOGRAPHICO E ETHNOGRAPHICO DO BRASIL

3º TRIMESTRE DE 1871

NOBILIARCHIA PAULISTANA

GENEALOGIA DAS PRINCIPAES FAMILIAS DE S. PAULO

Colligidas pelas infatigaveis diligencias do distincto paulista
PEDRO TAQUES DE ALMEIDA PAES LEME

(*Continuada do 2º trimestre, pag.* 253)

Copia fiel do Titulo de — TOLEDOS PIZAS — que fez Pedro Taques de Almeida Paes Leme, e que se acha em poder do Illm. Sr. João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho. (*)

A nobilissima qualidade dos Toledos Pizas, castelhanos da capitania de S. Paulo, é mais para ser conhecida pelos documentos que a acreditam, do que pela nossa informação que a patentêa. Quiz a sorte isentar-nos da participação d'este illustre sangue para não ficarmos suspeitos na publicação d'elle. Em nosso poder tivemos um volume de originaes documentos pertencentes a D. Simão de Toledo Piza, que foi em S. Paulo o tronco da familia do seu ap-

(*) As notas que levarem este signal (*), são do copiador em 1783.

pellido. E porque estes papeis eram certidões de varios officiaes, com os quaes tinha militado o dito D. Simão de Toledo Piza, e seu pai, o sargento-mór D. Simão de Toledo Piza, alvarás de mercês de el-rei Filippe de Castella; com consentimento do herdeiro o R. Dr. Antonio de Toledo Lara, que hoje é dignissimo conego da cathedral da cidade de S. Paulo, levámos todo o processo em nossa companhia para Lisboa no anno de 1755, com o destino de se fazer por elles em Castella instrumentos de *puritate et nobilitate probanda*, para assim se manifestar sem a menor duvida a alta qualidade do progenitor d'esta familia, na capitania de S. Paulo, D. Simão de Toledo Piza. A sorte porém não permittiu se conseguisse este acertado intento, porque, chegando nós a Lisboa em Setembro do mesmo anno de 1755, succedeu no 1° de Novembro o formidavel terremoto, que destruiu aquella grande cidade em o limitado espaço de tres minutos, seguindo-se logo um incendio, que ateando-se na maior parte das casas, entre ellas se abrazaram as da nossa assistencia junto á igreja e collegiada de Nossa Senhora dos Martyres, reduzindo-se á cinzas todos os moveis, que n'ella tinhamos,sem escapar nem ainda o dinheiro,que tambem se consumiu debaixo das mesmas ruinas d'aquella morada, e suas annexas. Com este infeliz acontecimento perderam os Toledos de S. Paulo os excellentes papeis que lhes acreditavam a qualidade de seu nobilissimo sangue; porém ainda a advertida cautela do seu primeiro possuidor D. Simão de Toledo Piza deixou o remedio contra este damno; porque no cartorio da vedoria de guerra da Ilha Terceira, cidade de Angra, se acham todos os documentos registrados. Por elles sabemos com total certeza a origem de D. Simão de Toledo Piza, que é a seguinte.

Da illustrissima casa dos condes de Oropeja e duques de Alva de Tormes foi legitimo descendente, sem quebra de

bastardia D. João de Toledo Piza, que nasceu na villa de Alva de Tormes, e casou na côrte de Madrid com D. Anna de Castelhanos. D'este matrimonio nasceu—

D. Simão de Toledo Piza, que, seguindo o real serviço, se achou em posto de capitão, militando com D. João de Austria na celebre batalha naval de Lepanto contra o turco no anno de 1571, em que foram mettidas ao fundo duzentas galeras ottomanas, e pereceram vinte e cinco mil turcos, e foram postos em liberdade outros tantos escravos christãos. Tudo melhor consta da *Vida de Alexandre Farnezi*, principe de Parma, que se achou presente n'esta batalha, governando as armas de Castella. Do posto de capitão passou o dito D.Simão de Toledo Piza ao de sargento-mór, com cujo caracter embarcou na armada com o general d'ella D. Alvaro Bazan, marquez de Santa Cruz,no anno de 1583 contra Monsieur de Chatres, cavalleiro de Malta, que a favor do Sr. D. Antonio Prior do Crato se achava sustentando o partido dos moradores da Ilha Terceira,que seguiam a voz do dito Sr. D. Antonio, que acclamando-se rei de Portugal na villa de Santarem a 24 de Junho de 1580, foi roto e desbaratado por um corpo de vinte mil homens de tropas veteranas de el-rei Filippe II de Castella, que governava o general D. Fernando Alvares de Toledo duque de Aliva de Tormes; e posto em fugida no dia 26 de Agosto se retirou a França, de onde conseguiu o soccorro para sustentar as ilhas no seu partido, que trouxe áquelles mares Monsieur de Chatres, que desbaratados ficaram os ilhéos dando obediencia a Castella. N'esta batalha naval, que durou cinco horas de activo e violento fogo, perdeu um olho o sargento-mór D. Simão de Toledo Piza, com cuja enfermidade ficou em terra na cidade de Angra. N'ella casou depois com D. Gracia da Fonseca Rodovalho, irmã direita do deão d'aquella sé chamado o Rabaço, que insti-

tuiu o morgado no Pico Redondo; eram filhos de Vasco Fernandes Rodovalho, porque trazem os appellidos de Ozorios, Fonsecas e Alfaros. El-Rei o aposentou com o mesmo soldo, que tinha do posto de sargento-mór, accrescentando-lhe por nova mercê mais duzentos cruzados cada um anno. A provisão régia d'esta graça, nós a lêmos, e se acha registrada na vedoria geral da Ilha Terceira.

A quinta ou morgado sito no Pico Redondo, possuiu D. Pedro de Lombreiros, que deixou ao padre Lucas Garcia, e por sua morte foi arrematada em 1:600$. (Talvez foi esta venda pelos annos de 1710 até 1712.) E foi avisado por este mesmo tempo meu avô João de Toledo, a quem pertencia tambem 4$000 de fôro nas casas de Antonio da Fonseca Carvão. O dito morgado com uma pensão de 500 réis para um nocturno na Sé. O padre D. Pedro, primo de meu tio, dispôz de tudo, cuidando não havia herdeiros.

Teve o sargento-mór D. Simão de Toledo do seu matrimonio com D. Gracia da Fonseca Rodovalho quatro filhos; dois varões e duas femeas. El-Rei de Castella mandou ir estas duas senhoras para Madrid, onde as fez recolher em um mosteiro, com grande tença á cada uma d'ellas. Aos dois varões, que eram D. Gabriel de Toledo e D. Simão de Toledo, fez a cada um mercê de uma praça ordinaria de soldado na Ilha Terceira, e diz o alvará d'esta graça, *ibi* :

« E attendendo ao seu illustre sangue: Hei por bem fazer mercê aos ditos D. Gabriel e D. Simão, filhos do sargento-mór D. Simão de Toledo Piza, a cada um de uma praça ordinaria com tres escudos de mais, além da praça ordinaria, até terem idade de tomar armas, etc. »

D. Gabriel, seguindo o real serviço, se passou a Madrid por alvará que para isso teve de El-Rei Filippe. D. Simão continuou o serviço na mesma patria. Chegou ao posto de

capitão de infantaria e passou á côrte de Madrid, d'ella sahiu despachado, e voltou para a Ilha Terceira sua patria. O que n'ella lhe aconteceu, ignoramos; porém, pela expressão que fez no testamento com que falleceu em S. Paulo em 1668, discorremos que teve revéz de fortuna; porque diz, *ibi*:

« Declaro que sou natural da Ilha Terceira, cidade de Angra, filho legitimo e de legitimo matrimonio do Sr. sargento-mór D. Simão de Toledo Piza e da Sra. D. Gracia da Fonseca Rodovalho, cujas qualidades não declaro, porque sendo minha patria tão perto quem se importar saber, procure.

« Idem, declaro que, vindo de Madrid despachado com os alvarás, que se acham na provedoria da fazenda, por secretos juizos do meu destino, fui preso no castello, de d'onde fugi, e vim dar a esta villa de S. Paulo, onde casei, e sempre cuidei em me não dar a conhecer, consentindo que o morgado, que por morte de minha mãi passava a mim, o tenha desfrutado, e se ache de posse d'elle, meu primo D. Pedro de Lombreiros, conego da sé de Angra, cujas cartas estão no meu contador com todos os mais papeis meus, e de meu pai e irmãos. Meu filho João de Toledo, habilitando-se por meu filho, irá á minha patria para tomar posse do morgado, que lhe pertence; cobrar da fazenda real o que consta das provisões que lá se acham em processo, e tambem a minha legitima materna, que ficou em casas de sobrado. »

D'estas expressões inferimos, que algum accidente do tempo pôz em desordem a sorte de D. Simão de Toledo, e o obrigou a fugir da patria, e do castello em que se achava preso. Do anno, em que passou para a capitania de S. Vicente e veiu para S. Paulo, não descubrimos documento algum, que nos informe d'esta época; sabemos só, que na matriz de S. Paulo, em 12 de Fevereiro de 1640, casou com

D. Maria Pedroso, filha de Sebastião Fernandes Corrêa, 1° provedor proprietario, e contador da fazenda real da capitania de S. Vicente e S. Paulo, e de sua mulher D. Anna Ribeira. Em titulo de Freitas, cap. 2° § 6.° E na camara episcopal de S. Paulo nos autos *de genere* de João de Toledo Castelhanos, processados em 1658, prova-se bem a qualidade de Sebastião de Freitas, sogro de Sebastião Fernandes Corrêa, aqui nomeado; e tambem se prova bem a nobre qualidade de sangue, e os empregos que teve na Ilha Terceira, onde foi governador muitos annos do castello de S. Filippe, o dito sargento-mór D. Simão de Toledo Piza e seu filho D. Simão, de quem foi filho o dito D. João de Toledo Castelhanos.

D. Simão de Toledo Piza foi cidadão de S. Paulo, onde teve sempre o primeiro voto no governo da republica. Os seus merecimentos lhe adquiriram a mercê da propriedade de juiz de orphãos de S. Paulo (1) que exercitou (com os acertos, que se reconhecem nos inventarios e partilhas dos orphãos, que residem no cartorio) até 24 de Abril de 1661 em que lhe succedeu Antonio Raposo da Silveira, a quem o donatario da capitania marquez de Cascaes, D. Alvaro Pires de Castro e Sousa fez mercê da propriedade d'este officio por provisão datada no castello de S. Jorge de Lisbôa no 1° dia de Agosto de 1660, e tomou o dito Silveira posse d'este officio na camara de S. Paulo a 24 de Abril de 1661 (2). N'esta provisão diz o marquez donatario, que elle tinha feito mercê d'este officio a D. Simão de Toledo Piza de propriedade; porém que, tendo commettido crime

(1) Archivo da camara de S. Paulo, no caderno de registros, titulo 1643, pag. 5 v.

(2) Archivo da camara de S. Paulo, livro de registro, titulo 1658 pag. 129.

de desafio contra o ouvidor da capitania d'elle marquez, e concorria tambem ser o dito D. Simão oriundo de Castella, que o inhabilitava para officios no reino de Portugal; que por estas causas fazia mercê d'este officio de juiz de orphãos da sua villa de S. Paulo a Antonio Raposo da Silveira, casado e morador na dita villa, e com as partes necessarias, e haver com muita satisfação servido ao rei no Estado da India, e do Brasil, para o servir, ou para a pessoa que casasse com filha sua, levando em dote o sobredito officio de juiz de orphãos da villa de S. Paulo, etc.

Foi tambem ouvidor da capitania, e tomou posse d'este pesado cargo a 16 de Julho de 1666. Dos seus serviços obrados pelo rei e pela republica consta no archivo da camara de S. Paulo, no livro n. 4 titulo 1664 pag. 30 v., pela certidão, que em 3 de Julho de 1666 lhe passaram os officiaes da camara de S. Paulo, cujo teor é o seguinte: « Os officiaes da camara, que servimos este presente anno, juizes, vereadores e procuradores do conselho, juntos em vereação certificamos, e é verdade, que conhecemos a D. Simão de Toledo, natural da cidade de Angra, Ilha Terceira, ser casado n'esta villa ha melhor de 27 annos, dentro dos quaes tem servido todos os cargos honrosos da republica, sendo procurador geral d'estas capitanias, e haver sido 19 annos juiz de orphãos e vereador, e as mais vezes eleito procurador d'esta villa, descendo d'ella á de S. Vicente a ajustar a finta geral com dispendio de sua fazenda. Por sua muita capacidade, prudencia e entendimento foi eleito juiz ordinario, com o qual cargo fez particular serviço a Sua Magestade, ajudando em tudo ao ouvidor geral Sebastião Cardoso de S. Payo, tanto em comboiar a elle e aos seus mineiros e aos do cunho real a esta villa, como em prender aos homisiados, e mandal-os levar á villa de Santos, ajudando a romper a casa forte, vindo d'ella a esta villa a enviar mantimen-

tos e munições ás justiças para sujeitarem os criminosos, e no mesmo tempo trabalhando na cobrança do donativo geral, sendo muito zeloso do serviço de Sua Magestade e do bem commum, quieto, pacifico e fóra de todas as dissensões que ha succedido, sem nunca se achar n'ellas, mas antes ser um dos que principalmente tratava da paz. E sabemos que em todas as occasiões de rebate tem acudido com sua pessoa e gente do seu serviço á sua custa á villa de Santos, e nas occasiões, que da cidade da Bahia se pediram mantimentos, elle, além do que de sua casa dava, applicava aos mais moradores a que fizessem o mesmo, etc.»

Tambem no cartorio da provedoria da fazenda real, no livro de registros das sesmarias n. 9, titulo 1638 pag. 106 v. consta que D. Simão de Toledo Piza havia servido a Sua Magestade assim nas armadas, como nos presidios, o que mostrava pelas suas certidões e fés de officios e alvarás régios, quando o dito Toledo fez de tudo relação representando que era morador na villa de S. Paulo e casado n'ella, pedindo de sesmaria uma legua de terra para suas lavouras.

Teve D. Simão de Toledo Piza do seu matrimonio quatro filhos nascidos em S. Paulo, que foram Sebastião, que voou para o céo, tendo sido baptizado a 25 de Novembro de 1640, e

João de Toledo Castelhanos.....Cap. 1.°
D. Gracia da Fonseca Rodovalho.....Cap. 2.°
D. Anna Ribeiro.....Cap. 3.°

CAPITULO I

1—1. João de Toledo Castelhanos, baptizado a 5 de Maio de 1642, foi cidadão de S. Paulo, e serviu repetidas vezes

os cargos da republica. Habilitou-se com sentença *de genere* em 1658 para o estado sacerdotal, de que se arrependeu e casou. Em 1680 foi juiz ordinario e de orphãos, de que tomou posse em camara a 21 de Abril do dito anno. Teve cordial devoção ao serviço da purificação de Nossa Senhora; e para ser todos os annos applaudida esta sagrada imagem collocada na igreja do collegio dos jesuitas em altar collateral, ficou sendo seu padroeiro, com o concurso de seu cunhado o capitão-mór governador e alcaide mór Pedro Taques de Almeida, e ambos por alternativa annual faziam esta festa com missa cantada, sermão e o sacramento exposto no throno; e para o refeitorio dos religiosos n'este dia, mandavam com grandeza e abundancia varias iguarias de massas e conservas. Foi muito dado ao uso da oração mental, praticando sempre as virtudes moraes em beneficio do proximo e perfeita educação de seus filhos. Vivia no retiro de uma quinta, vulgarmente chamada chacara, situada no alto plano, que faz o rio Tamanduatihy, unido já com a ribeira Anhangabahy (por detrás do mosteiro dos monges do patriacha S. Bento em tiro de peça) da campina do sitio da capella de Nossa Senhora da Luz de Guarê. N'esta quinta se recreava com a cultura de varias flôres de um jardim, que era o total emprego dos seus cuidados (unico até aquelle tempo, em que os moradores de S. Paulo só tinham por interesse ou as minas de ouro, ou as grandes searas de trigo, com a abundancia da creação dos porcos, de que faziam provimentos para as cidades do Rio de Janeiro e Bahia de todos os Santos). Com essas flôres fazia adornar os altares dos templos, principalmente de Nossa Senhora do Carmo, de cuja terceira ordem era irmão professo. As suas virtudes e exemplar vida mereceram conseguir uma ditosa morte; porque enfermando, e conhecendo o perigo da vida se dispôz com todos os sacramentos, tendo actual-

mente a assistencia dos reverendos,que gostosos lhe faziam tão pio obsequio, assim o reverendo commissario de terceiros, como os de S. Francisco, de S. Bento e da companhia de Jesus, conservando uma tranquillidade de espirito e catholica resignação, expirou no mesmo ponto, em que se elevava a Sagrada Hostia pelo celebrante da missa cantada na festa da Purificação, que a elle tocou no dia 2 de Fevereiro de 1727.

Com o nascimento e criação da patria, nunca quiz sahir para fóra d'ella, e por isso até deixou perder o morgado do Pico Redondo na Ilha Terceira, consentido que os seus parentes o desfructassem. Muito apenas por duas vezes aproveitou parte dos rendimentos que lhes foram enviados por intervenção dos PP. jesuitas dos collegios da Bahia e Rio de Janeiro que recebeu em S.Paulo em avultada somma de pannos de linho, e aguas ardentes. E com a imitação da inercia do pai, seguiu a mesma inutilidade o filho primogenito o capitão-mór D. João de Toledo Piza Castelhanos; e veiu esta casa a perder aquelle morgado sem mais causa, que a de uma total e indesculpavel omissão, que se foi diffundindo aos mais herdeiros até o presente tempo.

Casou João de Toledo Castelhanos duas vezes. A primeira com D. Maria de Lara. Em titulo de Taques, cap. 3º § 10 com toda a sua descendencia. A segunda com D. Anna do Canto de Mesquita. Em titulo de Pires, cap. 6º § 5.º E d'este segundo matrimonio teve seis filhos nascidos em S. Paulo, que foram:

§ 1— Bento de Toledo Castelhanos, tenente-general, falleceu sem geração.

§ 2— Francisco de Toledo, jesuita e provincial no Maranhão em 1756.

§ 3— D. Anna do Canto de Toledo, sem geração.

§ 4— Pedro Nolasco de Toledo, falleceu solteiro.

§ 5— D. Escholastica de Toledo, falleceu solteira.

§ 6— D. Joanna de Toledo Canto e Mesquita. Casou com seu parente o sargento-mór João Barbosa Lara, com geração. Em titulo de Taques Pompêos, cap. 3° § 1° n. 3—9 a n. 4—1, ou em titulo de Pires, cap. 6° § 5° n. 3—4, etc.

CAPITULO II

1—2. D. Gracia da Fonseca Rodovalho, foi baptizada a 21 de Novembro de 1644. Casou com Gaspar Cardoso Gutherres, natural de Lisbôa e baptizado na freguezia da Senhora das Mercês do Bairro alto, irmão direito de Luiz Nunes da Silveira que florecia em 1705, morador na capinia do Espirito Santo, filhos de Luiz Nunes Gutherres, natural de Lisbôa e de sua mulher D. Maria Miguel da Silveira, natural da Ilha Terceira, cidade de Angra. Esta D. Maria Miguel era de conhecida nobreza e foi tia direita do Dr. Jorge da Silveira, vigario geral e provisor do bispado do Rio de Janeiro, pelos annos de 1694. E teve nascidos em S. Paulo tres filhos :

§ 1.°—Henrique Cardoso Gutherres.
§ 2.°—Carlos Pedroso da Silveira.
§ 3.°—D. Aurelia Gracia da Silveira.

§ 1.°

2—1. Henrique, que no sacramento da confirmação mudou o nome em José e ficou chamando-se José Cardoso Gutherres, viveu na villa de Taubaté, onde foi capitão de cavallos dos auxiliares, e ahi falleceu no 1° de Maio de 1723 com testamento (3), e jaz sepultado no convento de Santa Clara dos capuchos da mesma villa. Não casou, mas teve dois filhos naturaes, Ricardo e Maria.

(3) Cart. da villa da Taubaté, invent. letra I n. 28.

§ 2.º

2—2. Carlos Pedroso da Silveira, herdou com desvelado empenho o serviço do rei; e vendo tão empenhado por Portugal o descobrimento de minas de ouro, ou prata, para que tinha sido mandado com o apparato de extraordinarias despezas a S. Paulo D. Rodrigo de Castello Branco, como temos tratado no titulo de Lemes, cap. 5º § 5º n. 3—1. E em titulo de Prados, cap. 6º § 3º n. 3—3; se animou (á custa da sua fazenda, sem a menor ajuda de custo, nem interesse de futuras mercês, que por alvarás de lembrança com elle se praticassem) a fazer penetrar o vasto sertão dos barbaros indios *Cataguazes*, que já Fernando Dias Paes o havia trilhado em demanda do serro de Sabarabuçú; e quasi pelo mesmo tempo o penetrou tambem Lourenço Castanho Taques com patente de governador do seu troço, e de toda a mais gente, que a elle se incorporasse. Teve a felicidade de ser o primeiro que com o cabo da tropa Bartholomêo Bueno de Siqueira nacional de S. Paulo conseguisse o descobrimento das minas de ouro. D'ellas entregou as primeiras mostras á Sebastião de Castro Caldas, que se achava com o governo da capitania do Rio de Janeiro por fallecimento de Antonio Paes de Sande, que remettidas ao Sr. rei D. Pedro em 16 de Junho de 1695, foi o mesmo senhor servido, mandar escrever ao governador da dita capitania qeu já era Arthur de Sá e Menezes, a carta seguinte, datada a 16 de Dezembro do mesmo anno; *ibi*:

« Governador da capitania do Rio de Janeiro. Amigo, Eu El-Rei vos envio muito saudar. Viu-se a carta que escreveu Sebastião de Castro Caldas, a cujo cargo estava esse governo, a 16 de Junho d'este anno; em que me deu conta de umas novas minas, que se haviam descoberto no sertão da villa de Taubaté, e de que lhe haviam trazido cinco oitavas

de amostras, que remetteu, com as noticias de que ainda se haviam descobrido mais ribeiras, como lhe haviam representado em suas petições os descobridores Carlos Pedroso da Silveira e Bartholomeu Bueno de Siqueira a quem proveu nos officios d'ellas, por ficar duzentas leguas distante das de Parnaguá, e não poderem os officiaes d'ellas acudir ás novas minas chamadas de Cataguazes etc. Me pareceu dizer-vos, que obrou bem Sebastião de Castro Caldas n'estes provimentos, etc. Assim se vê na secretaria do conselho ultramarino no livro de registros das cartas do Rio de Janeiro, que principia em 28 de Março de 1673, e acaba em 15 de Dezembro de 1700, n'elle a fl. 143, e no mesmo livro a fl. 166 e fl.197». Se seguem outras cartas a respeito de Carlos Pedroso da Silveira, e seus descobrimentos com honrosas expressões de Sua Magestade.

Descobertas assim por Carlos Pedroso da Silveira e Bartholomêo Bueno de Siqueira as novas minas de Cataguazes, que estendidas depois do anno de 1695 a muitos descobrimentos, ficaram conhecidas por minas de Sabarabuçú, que hoje se diz Sabará de Minas-Geraes. Para o seu estabelecimento foi encarregado, como fica referido, o mesmo Carlos Pedroso. E para que estas minas chegassem ao seu maior augmento (já era fallecido Antonio Paes de Sande no mesmo anno de 1695) ordenou Sua Magestade ao governador Arthur de Sá e Menezes, que havia succedido no governo da capitania do Rio de Janeiro ao dito Sande no dito anno, que passasse ás minas do Sul a executar o mesmo, que se tinha encarregado a Antonio Paes de Sande, e praticasse com os paulistas em seu real nome todas as honras e mercês, que pela secretaria de Estado se lhe mandára declarar, para que assim animados obrassem, e conseguissem maiores descobrimentos de minas de prata e de ouro. Esta carta é datada em 17 de Dezembro de 1696 a

fl. 160 do livro referido. Depois por outra carta de 27 de Janeiro de 1697 a fl. 163 foi o mesmo senhor servido mandar ao dito Arthur de Sá e Menezes, que sahisse para as capitanias de S. Vicente e S. Paulo a examinar as minas de Sabarabuçú com 600$000 de ajuda de custo em cada um anno, além do soldo de governador do Rio de Janeiro.

Em execução d'estas reaes ordens veiu a S. Paulo o dito Arthur de Sá ; e n'esta capitania creou dois terços, em que no de auxiliares proveu de mestre de campo ao paulista Domingos da Silva Bueno, que depois acabou clerigo de S. Pedro, em Minas-Geraes; e no das ordenanças proveu de coronel ao paulista Domingos de Amores, de que dando conta a Sua Magestade, foi o dito senhor servido approvar-lhe a creação das tropas e os cabos d'ellas, por carta sua de 20 de Outubro de 1698 a fl. 195; e por outra de 6 do mesmo mez e anno a fl. 19v ordenou Sua Magestade que os privilegios, que gozam no reino as tropas auxiliares gozassem as do Brasil. E tendo Arthur de Sá e Menezes executado em S. Paulo o que entendeu necessario ao serviço do rei e dos vassallos do mesmo senhor da repartição do Sul passou ás novas minas, onde se deteve até lhe chegar successor no governo do Rio de Janeiro.

Pelo contexto de toda esta verdade fica conhecido o erro em que o coronel Sebastião da Rocha Pita, natural da cidade da Bahia, no seu livro *America Portug.* Livro 8º n. 62, affirma que estes descobrimentos foram no anno de 1698. Não cahiu só n'este engano, porque levado da sua fantasia e credulidade sem exame necessario em materias pertencentes á historia, traz muitos e pessimos erros, afastando-se inteiramente da alma da historia, que é a verdade. D'esta falta resultou affirmar este autor em dito livro 8º n. 67 *ibi*:

« Quando se descobriram estas minas governava a provincia do Rio de Janeiro Arthur de Sá e Menezes; e convidado das riquezas e abundancia de ouro tão subido, foi a ellas mais como particular, que como governador, pois não exerceu actos do seu poder e jurisdicção n'aquellas partes, fazendo-se companheiro d'aquelles, de quem era superior, e se recolheu para o seu governo, levando mostras, que o podiam enriquecer, posto que da bondade de seu animo, e do seu desinteresse se póde presumir, que foi a ellas menos por cobiça, que pela informação, que havia de dar a El-Rei da qualidade das minas, e da fórma, que seus descobridores os lavravam.

Foi tal a abundancia do ouro das novas minas, que para pagamento do real quinto, e boa expedição das partes, se estabeleceu na villa de Taubaté a real casa da fundição, da qual foi provedor o mesmo Carlos Pedroso da Silveira, que exerceu o lugar todo o tempo que durou o lavor da dita casa. E no primeiro anno de sua creação no de 1698 foi tal o rendimento do real quinto, que o mesmo provedor Carlos Pedroso da Silveira em pessoa e á sua custa os levou á cidade do Rio de Janeiro, merecendo que El-Rei em carta firmada com real punho lhe agradecesse, não só o augmento dado á corôa pelos quintos, mas o conduzil-os em pessoa ao Rio de Janeiro. Esta carta é datada em 19 de Outubro de 1699 a fl. 244 do livro já referido. E a fl. 276 outra carta do mesmo senhor datada em 6 de Novembro de 1700, na qual Sua Magestade, com honrosas expressões agradece ao provedor Carlos Pedroso da Silveira o muito que tem desempenhado as obrigações do provedor dos seus reaes quintos, e o grande augmento a que tinham chegado. Advirtimos, que a primeira construcção de casa de fundição foi na villa de Paraty, para a qual teve Carlos Pedroso da Silveira de Sua Magestade a provisão de provedor dos reaes

quintos; porém não sendo util existir esta casa n'aquella villa por arbitrio do mesmo provedor facultou Sua Magestade a construcção de nova casa na villa de Taubaté, onde o dito Silveira tinha o seu antigo estabelecimento, e se conservou até o fim da sua extincção no mesmo cargo de provedor, porque os reaes quintos foram cobrados nas mesmas minas, onde se construiram casas para este effeito.

As moraes virtudes de Carlos Pedroso da Silveira lhes conciliaram sempre todo o bom conceito; por isso muitos annos antes do descobrimento de Minas-Geraes tinha tido o cargo de ouvidor pelo donatario da capitania de S. Paulo e S. Vicente, em cuja capital Camara tomou posse; e depois a tomou de capitão-mór por provimento tambem do donatario.

Quando D. Braz Balthasar da Silveira, segundo governador e capitão-general da capitania de S. Paulo, que succedeu a Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, quarto capitão-general positivo d'esta capitania, passou pelas villas de Taubaté, Pindamonhangaba e Guaratinguetá, indo para as Minas-Geraes, deu melhor fórma aos terços das tropas milicianas, reduzindo o posto de capitão-mór d'ellas no de mestre de campo na pessoa de Carlos Pedroso da Silveira. Estando já em Minas elle dito general D. Braz, e achando ser necessario um regente, que governasse as tres villas de Taubaté, Pindamonhangaba e Guaratinguetá, mandou carta patente ao mestre de campo Carlos Pedroso, datada em Nossa Senhora do Carmo (hoje cidade da Marianna) a 27 de Setembro de 1714, sendo secretario do governo Manoel da Fonseca. Falleceu Carlos Pedroso com testamento a 17 de Agosto de 1719 (4) e jaz na quadra da capella dos terceiros de S. Francisco do convento de Taubaté.

(4) Cartorio de orphãos de Taubaté, inventarios, letra C. n. 13.

Casou o mestre de campo Carlos Pedroso da Silveira na villa de S. Vicente com D. Isabel de Sousa Evanos Pereira, baptizada na freguezia da Candelaria do Rio de Janeiro, filha de Gibaldo Evanos Pereira, natural do Rio de Janeiro,e de sua mulher D. Ignez de Moura Lopes, natural da villa de S. Vicente. Neta pela parte paterna de Eliodoro Evanos Pereira, natural da villa de Vianna do Minho (primo-irmão de Estacio de Sá, em cuja companhia viéra para o Rio de Janeiro em 1568, em que falleceu Estacio de Sá), e de sua mulher D. Maria de Sousa de Brito, natural do Rio de Janeiro, e por ella bisneta de João de Sousa Pereira de Botafogo, natural da cidade de Elvas, e de sua mulher D. Maria da Luz Escorcia Drumond, filha de Manoel da Luz Escorcio Drumond, natural da Ilha da Madeira, de onde viéra para S. Vicente com sua mulher, tres filhas e um filho, e enviuvando em S. Vicente casou segunda vez o dito Drumond, e se recolheu para o Rio de Janeiro com seu genro João de Sousa Pereira de Botafogo. Era este natural de Elvas, como fica dito; e n'esta cidade seus pais e avós tiveram casa, que se perdeu,e confiscou por ordem régia, por causa de suas insistencias, soberbas e resistencias ás justiças e outros motivos. A causa principal da ruina foram alguns privilegios e isenções, com que os senhores reis de Portugal lhes permittiram o fabricar um mosteiro de freiras, para recolhimento de suas filhas e parentas, em um pateo que tinha a dita casa (ainda hoje se chama o pateo e rua dos Botafogos), e não pôde livral-os d'essa ruina um filho da mesma casa que n'aquelle tempo lograva a graça do cardeal D. Henrique, a quem servia de escrivão da sua camara, com um escudo de vantagens no seu fôro, porque os crimes e desobediencias dos seus parentes foram taes que foram perseguidos, e confiscados os bens; de sorte que uns fugiram para Castella,

outros para onde os guiou a sua boa ou má sorte. O dito pateo com tudo o que continha em si de casas foi dado aos jesuitas, que n'elle fundaram o seu collegio. Este João de Sousa Pereira de Botafogo foi participante com seus parentes dos crimes e resistencias, e por elles igualmente perseguido; mas como a este tempo a senhora rainha D. Catharina deixava passar em paz aos criminosos, que vinham á conquista dos indios barbaros do Brasil, passou elle a esta empreza, e a tratar da vida no que a fortuna lhe offerecesse. Chegou ao Rio de Janeiro quando já a cidade velha estava principiada, e d'ella se fazia guerra ao gentio *Tamoyo* : e como este Botafogo era destemido, e se tinha noticia da sua nobreza, o fizeram capitão de uma das canôas de guerra, e o mandaram para Cabo-Frio a impedir o contracto do páo Brasil, em que os francezes estavam commerciando. Foi tão feliz n'esta conducta, que pelejando com valor e ousadia com os francezes, em varios encontros rendeu a muitos, que aprisionou, entre os quaes foi Tucen Grugel, nobre e valoroso francez, cabo de toda a armada, e os trouxe prisioneiros á cidade do Rio. D'este Tucen procedem os Grugeis Amaraes d'aquella cidade. D'ella veiu para a villa de S. Vicente, onde tambem a guerra contra os barbaros gentios andava ateada ; e mostrando n'ella o seu valor e destreza militar, o casou com sua filha o capitão do presidio Manoel da Luz Escorcio Drumond, como fica referido. E pela parte materna foi D. Isabel de Sousa Evanos neta de Manoel Lopes de Moura, que outros dizem Moreira de Moura, natural de S. Vicente, e de sua mulher Ignez Gonçalves, natural da mesma villa.

As honrosas cartas que teve Carlos Pedroso da Silveira, de que atrás fizemos menção, dos senhores reis D. Pedro II e D. João V, se desencaminharam com a sua

morte, que assim não podemos descobrir para d'ellas aqui darmos as cópias. A patente que teve de mestre de campo lhe confirmou D. João V. Aos seus grandes serviços tinha premiado D. Pedro II com a mercê do habito de Christo, com tença effectiva de 80$000 pagos no almoxarifado da provedoria da villa de Santos, e o posto de capitão de infantaria do presidio da cidade do Rio de Janeiro ; e fallecendo o senhor rei D. Pedro, seu filho o senhor D. João V confirmou as ditas mercês. Ao tempo, que se tratavam das provanças pelo tribunal da mesa da consciencia e ordens, para tomar o habito, succedeu a sua morte; porém no seu testamento deixou todos os seus serviços a seu filho Leopoldo da Silveira e Sousa, que fiando-se de José da Silva Valença, que de S. Paulo passava a Lisboa, lhe entregou dinheiro bastante, e os papeis para tratar dos requerimentos, porém o dito Valença nunca mais deu satisfação alguma d'esta conducta ; e deixando em si o dinheiro e papeis recebidos, passados muitos annos appareceu em S. Paulo armado cavalleiro da ordem de Christo vindo na companhia de D. Luiz Antonio de Tavora, conde de Sarzedas, governador e capitão-general da capitania de S. Paulo em 1731 com o caracter de seu secretario do gabinete, ostentando uma vaidade de personagem por haver amortecido no conhecimento proprio os habitos humildes da natureza, estado com que de antes tinha sido morador na villa de Taubaté, onde só teve por maior emprego ser tabellião e escrivão da camara. Passou á villa Boa de Goyazes na companhia do mesmo conde, e lá falleceu sem se lembrar da obrigação com que a propria consciencia lhe havia de arguir pela fazenda alheia. D'esta fórma veiu a mallograr-se em tudo e por tudo o grande merecimento do mestre de campo Carlos Pedroso da Silveira.

Do matrimonio do mestre de campo Carlos Pedroso da Silveira nasceram seis filhos :

3—1. Gaspar Gutterres da Silveira.
3—2. Leopoldo da Silveira e Sousa.
3—3. Leonel Pedroso da Silveira.
3—4. D. Maria Pedroso da Silveira.
3—5. D. Bernarda Pedroso da Silveira.
3—6. D. Thomazia Pedroso da Silveira.

3—1. Gaspar Gutterres da Silveira obteve sentença *de genere* em 1705 para ser sacerdote. D'estes autos, que existem na camara episcopal de S. Paulo, se prova bem, que os seus avós são os que ficam já nomeados. Casou na villa de Pitanguy com Feliciana dos Santos ; em titulo de Barbosas Limas, cap. 11 § 1.° E teve tres filhos.

4—1. Ignacio Carlos Barbosa.

4—2. Antonio Barbosa da Silveira.

4—3. Floriano de Toledo Piza. Falleceu Gaspar Gutterres da Silveira em posto de sargento-mór, e na freguezia de S. Antonio de Valpiedade da Campanha do Rio Verde, e jaz sepultado na capella de S. Gonçalo, filial da mesma matriz.

3—2. Leopoldo da Silveira e Sousa, casou na villa de Guaratinguetá com Helena da Silva Rosa, natural de Taubaté, filha de Miguel de Sousa Silva, nascido no mar e baptizado na Bahia, e criado no Rio de Janeiro, e de sua mulher Barbara Maria de Castilho e Cruz. Neta pela parte paterna de Manoel Francisco de Moura e de sua mulher Maria da Silva, que ambos vieram de Alemquer para o Rio de Janeiro, e são os avós maternos d'aquelle grande barrete frei Antonio da Santa Maria, o Passante de alcunha, religioso capucho , e pela materna neta de Domingos Alves Ferreira e de Andreza de Castilho, da villa de Taubaté. E teve nove filhos :

4—1. Leopoldo Carlos Leonel da Silveira. Casou nas Minas de Paracatú.

4—2. Julio Carlos da Silveira. Casou com D. Bernarda de Sousa Evanos, sua prima, filha de Antonio Ferraz de Araujo e D. Bernardina Pedroso da Silveira do n. 3—5 d'este § 2.º

4—3. José da Silva Reis, foi casado, não teve filhos e existe viuvo.

4—4. D. Rosalia, falleceu solteira, jaz na capella de I. M. I. filial do Facão.

4—5. D. Leovigilda, casou com João de Sande Nabo, natural da Ilha Grande, Angra dos Reis, sem geração.

4—6. D. Maria, casou com José Borges.

4—7. D. Helena Angelica de Cassis, solteira.

4—8. D. Antonia de Sousa, casou no Facão com João Monteiro Ferraz, filho de João Monteiro Ferraz, que teve fazenda na encruzilhada, e D. Anna de Sousa.

4—9. D. Anna de Sousa, foi casada com Agostinho Gago da Fonseca, filho de Luiz da Fonseca, e de sua mulher Filippa Gago, natural da villa de Itú. Deixou geração.

3—3. Leonel Pedroso da Silveira, clerigo de S. Pedro, existe em Minas Geraes.

3—4. D. Maria Pedroso da Silveira, casou com o capitão Francisco Alves Corrêa, natural da Ilha Grande, filho de Francisco Alves Corrêa, e de Maria Bicudo, moradores de Taubaté, e teve nove filhos, naturaes de Taubaté.

4—1. Estanisláo da Silveira e Sousa, casou na freguezia de S. Caetano com Clara Maria Leite, filha de Fernando Leite, e de Maria de..... E tem nove filhos.

5—1. José.

5—2. Fernando.

5—3. Bento.

5—4. Maria.

5—6. Anna.
5—7. Gertrudes.
5—8. Leonarda.
5—9. Rosa.

4—2. Floriano de Toledo Piza, falleceu na freguezia de S. Caetano, onde jaz, e era subchantre da Sé de Marianna.

4—3. Patricio Corrêa da Silveira, casou na freguezia de Santa Barbara com Rita Maria da Conceição, filha de nobres pais. Falleceu na dita freguezia e jaz na capella da Senhora da Conceição da Barra do Caetê. E teve duas filhas

5—1. Antonia.
5—2. Anna.

4—4. José Bento da Silveira, é clerigo.
4—5. Carlos Pedroso da Silveira, é clerigo.
4—6. Gibaldo, falleceu de tenros annos.
4—7. D. Leonor, falleceu, de tenros annos.

4—8. D. Isabel de Sousa Castelhanos, casou na freguezia de S. Caetano com Manoel Monteiro da Veiga. E teve onze filhos.

5—1. Estanisláo da Silveira Evanos, clerigo.
5—2. Brigida, recolhida no recolhimento da Mocahubas, onde falleceu.
5—3. Anna, recolhida no mesmo.
5—4. João.
5—6. Francisco. (*)
5—7. Manoel.
5—8. Floriano.
5—9. Antonio José.
5—10. Joaquim.
5—11. Thomaz.

4—9. D. Graciana da Fonseca Rodovalho, casou na freguezia de S. Caetano com Antonio Gomes Ferreira natural de Pernambùco, filho do capitão Manoel Gomes Fer-

(*) O numero 5—5 falta no manuscripto.
(NOTA DA REDACÇÃO.)

reira e de sua mulher D. Thomazia Luiza da Cruz. Sem geração.

3—5. D. Bernarda Pedroso da Silveira (filha do mestre de campo Carlos Pedroso da Silveira, do § 2º) falleceu em Taubaté com testamento a 28 de Setembro de 1710: foi casada com João Pedroso de Alvarenga, que passando para as minas do Cuyabá depois de viuvo, n'ellas falleceu estando segunda vez casado. E teve filho unico natural de Taubaté (5).

—4. Carlos Pedroso da Silveira, casou na freguezia da Penha de França do sitio de Araçariguama termo da villa de Santa Anna de Parnahyba, com Maria Pedroso de Almeida filha de Paschoal Leite de Miranda e de sua mulher D. Isabel de Lara de Mendonça, em titulo de Laras, cap. 7º § 4.º Em titulo de Mirandas, cap. 3.º Falleceu na villa de Pindamonhangaba. E teve quatro filhos.

5—1. José Corrêa da Silveira.
5—2. Manoel Carlos da Silveira.
5—3. D. Izabel.
5—4. D. Maria.

3—6. D. Thomazia Pedroso da Silveira (filha do mestre de campo Carlos Pedroso da Silveira, do § 2º). Casou na villa de Taubaté com o capitão Domingos Alves Ferreira, filho de Domingos Alves Ferreira, que falleceu em Minas-Geraes em 1709 (6), e de sua mulher primeira D. Andreza de Castilho, natural da villa de Mogy, a qual foi filha de Francisco Alves Corrêa natural de Villa Real, de nobilissima familia, provedor da fazenda real da capitania de S. Vicente, que passando á cidade da Bahia, foi hospedado do governador geral do Estado no seu palacio; e de sua segunda

(5) Cart. de orph. de Taubaté, inv. letra B. n. 8.
(6) Cart. de orph. de Taubaté, inv. letra D. n. 25.

mulher D. Guiomar de Alvarenga, natural do Rio de Janeiro, filha de Manoel Rodrigues de Alvarenga, natural da cidade de Lamego, de nobre familia de seu appellido tão conhecido, como examinada pelo brazão de armas d'ella. Em titulo de Alvarengas, da capitania de S. Paulo. E teve treze filhos.

4—1. Vencesláo da Silveira Evanos Pereira, casou na villa de Itú em 1764 com D. Escholastica Forquim Arruda, filha de Claudio Forquim Leite. Em titulo de Taques, cap. 3º § 8º n. 3—2. Arrudas, cap. 2º § 5º n. 3

4—2. Eduardo José Caetano, casado na freguezia do Facão.

4—3. José Pires Corrêa, existe solteiro.

4—4. Domingos Alves Ferreira, existe solteiro.

4—5. D. Bernardina Pedroso da Silveira, existe casada com Antonio Ferraz de Araujo, natural da Parnahyba, filho de Antonio Rodrigues de Miranda, (em titulo de Mirandas) natural da mesma villa, e de Maria Pires de Araujo, filha de Antonio Ferraz de Araujo, e de Maria Pires Bueno, irmã do capitão-mór Bartholomêo Bueno da Silva. Em titulo de Ferrazes, ou Buenos. Com geração.

4—6. D. Maria Zeferina da Silveira, casou na freguezia de Santo Antonio do Rio Verde, com Manoel Tavares.

4—7. D. Amatildes Alves Jacintha, casou com Francisco do Rego Barros, filho do sargento-mór Francisco do Rego Barros e de D. Arcangela Forquim da Luz (7).

4—8. D. Leonor Domingues da Cunha, casou com Antonio de Faria Sodré, natural da villa de Pitanguy : filho de Miguel de Faria Sodré, e de sua mulher Veronica Dias Leite. Em titulo de Lemes, cap. 5º § 5º n. 3—6, na descendencia do n. 4—3 ao n. 5.

(7) Em titulo de Forquins, da capitania de S. Paulo, cap. unico § 5º n. 3—7.

4—9. D. Genoveva da Trindade, casou com José Ferraz de Araujo, filho de Miguel de Faria Sodré e de D. Veronica Dias Leite, já nomeados.

4—10. D. Jutgardis, existe solteira.

4—11. D. Isabel de Sousa Evanos, existe solteira.

4—12. D. Emiliana Francisca de Moura, casou em Guaratinguetá com Francisco Leite, filho de Miguel de Faria Sodré e D. Veronica Dias já nomeados.

4—13. D. Barbara Moreira de Castilho, casou com o coronel Bento Fernandes Furtado de Mendonça (8) filho do coronel Salvador Fernandes Furtado de Mendonça e de sua mulher D. Maria Cardoso de Siqueira.

§ 3.º

2—3. D. Aurelia Gracia da Silveira (filha ultima de D. Gracia da Fonseca Rodovalho, do cap. 2º), falleceu solteira na villa de Taubaté, e jaz no convento de Santa Clara dos capuchos da dita villa no mesmo jazigo de sua mãi.

CAPITULO III

1—3. D. Anna Ribeiro Rodovalho, baptizada a 16 de Setembro de 1643 (filha terceira e ultima de D. Simão de Toledo Piza, e de D. Maria Pedroso), casou com o capitão João Vaz da Cunha, natural e cidadão de S. Paulo, filho de Christovão da Cunha Onhate, natural e cidadão de S. Paulo, e de sua mulher Messia Vaz Cardoso. Em titulo de Cunhas Gagos, cap. 1º § 4º com suas ascendencias. E teve quatorze filhos:

(8) Archivo da camara de Taubaté, livro 2º de registros, pag. 51, a patente de 1º coronel das tres villas.

2—1. D. Simão de Toledo Piza..... § 1°
2—2. João Vaz Cardoso..... § 2°
2—3. Christovão da Cunha..... § 3°
2—4. Vasco Fernandes Rodovalho..... § 4°
2—5. Sebastião Fernandes Corrêa..... § 5°
2—6. Pantaleão Pedroso de Toledo..... § 6°
2—7. Francisco de Freitas de Toledo..... § 7°
2—8. D. Maria Vaz Cardoso..... § 8°
2—9. D. Maria Pedroso..... § 9°
2—10. D. Anna Ribeiro..... § 10.
2—11. D. Catharina de Freitas..... § 11.
2—12. D. Andreza de Toledo..... ... § 12.
2—13. D. Joanna Maria de Toledo..... § 13.
2—14. Manoel de Toledo..... § 14.

§ 1°

2—1. D. Simão de Toledo Piza, natural e cidadão de S. Paulo, onde teve sempre as redeas do governo da republica: foi muitas vezes juiz ordinario, e muitos annos de orphãos. Foi ouvidor e corregedor da mesma capitania, e d'ella tambem foi capitão-mór governador; casou com D. Francisca de Almeida Taques, filha de D. Branca de Almeida. Em titulo de Taques Pompêos, cap. 3° § 9 n. 3—9 com toda sua descendencia.

§ 2°

2—2. João Vaz Cardoso, foi morador da villa de Taubaté e n'ella seu republicano, o uma das pessoas de maior estimação e respeito. Foi familiar do santo officio, e um dos do numero da inquisição de Lisbôa por carta de Janeiro de 1711; falleceu na mesma villa de Taubaté; e n'ella foi casado com Francisca de Freitas natural da mesma villa onde falleceu com testamento a 8 de Abril de 1753 (9), filha do capitão

(9) Cartorio de orphãos de Taubaté, letra F. n. 33.

Amaro Gil Cortez, e de sua mulher Marianna de Freitas, ambos naturaes de S. Paulo, e ella falleceu em Taubaté com testamento a 10 de Junho de 1710 (10), filha de Manoel Fernandes Giga, e de sua mulher Maria Cubas; elle dito capitão Amaro Gil falleceu tambem em Taubaté, e foi filho de Sebastião Gil o velho chamado o villão, natural de S. João da Foz, (11) um dos povoadores de S. Paulo, para onde veiu com mais irmãos, todos com o appellido de *Gil*, e de sua mulher Feliciana Dias natural de S. Paulo, filha de Pedro Dias (que tinha vindo a S. Paulo feito leigo da companhia com os primeiros P P. jesuitas em 1554, em cujo anno no dia 25 de Janeiro se celebrou a primeira missa, que por isso a terra e o collegio tomou o nome de S. Paulo); e de sua segunda mulher Antonia Gomes da Silva natural de Braga (casou esta segunda vez, morto o primeiro marido Pedro Dias, com Gaspar Nunes), de onde tinha vindo para S. Paulo com seus irmãos, que foram Simão Alves, Maria Affonso, mulher de João Peres Canhamares natural de Castella; Francisca Fernandes mulher do estrangeiro João Baruel e Isabel Gomes; e todos na companhia de seus pais, que foram Pedro Gomes e sua mulher Maria Affonso, todos de Braga. As circumstancias, que occorreram para Santo Ignacio, sendo geral em Roma, permittir relaxação de voto ao leigo Pedro Dias para o primeiro casamento com Maria da Grãa filha do rei ou cacique dos gentios *Piratininga*s, chamado Teviriçá, que depois de catholico foi chamado Martim Affonso Teviriçá, temos escripto em titulo de Lemes, cap. 5º § 5º n. 3—6 em sua descendencia n. 4—3 e seg.

(10) Cart. de orph. de Taubaté, letra M. nº 65, e n'elle appenso o inventario letra A. de Amaro Gil Cortez.

(11) Camara Episcopal de S. Paulo, autos *de genere* de Timotheo Corrêa de Toledo.

Do matrimonio de João Vaz Cardoso nasceram em Taubaté nove filhos:

3—1. Amaro de Toledo Cortez.
3—2. Timotheo Corrêa de Toledo.
3—3. João de Toledo Piza.
3—4. André Corrêa de Toledo.
3—5. D. Anna de Toledo.
3—6. D. Marianna de Freitas.
3—7. Simão de Toledo Piza.
3—8. D. Maria de Toledo.

3—1. Amaro de Toledo Cortez, ainda existe em 1767, morador de Taubaté, onde repetidas vezes tem sido juiz ordinario,e o foi de orphãos triennal: foi casado com Martha Rodrigues de Miranda, que falleceu em 1743 em Taubaté, filha de..... E teve nove filhos (12).

4—1. Manuel, casou em S. Paulo.

4—2. João, casou em Baependy.

4—3. D. Agueda, casou com João de Sousa, filho do coronel Antonio de Sousa, em Pindamonhangaba.

4—4. D. Luiza, casou com o capitão Domingos Vieira da Silva, em Pindamonhangaba.

4—5. D. Thereza, casou com Jeronymo de Campos Reinol.

4—6. D. Ignez, casou com Manoel Antonio de Carvalho Reinol.

4—7. Xisto, solteiro.

4—8. Lourenço, solteiro.

4—9. D. Marianna, casou com João Gomes Sardinha, no Rio de Janeiro. Todos com filhos e filhas.

3—2. Timotheo Corrêa de Toledo,existe clerigo do habito de S. Pedro e vigario da villa de Pindamonhangaba. Foi

(12) Cart. de orph. de Taubaté, letra M. n. 69.

casado a 18 de Abril de 1735 com Ursula Isabel de Mello natural de Taubaté, onde falleceu no 1º de Janeiro de 1752, filha de Manoel Vieira de Amores, que ainda existe, e de sua mulher Ignacia Ferreira, ambos naturaes de Taubaté. Neta pela parte materna de Sebastião Ferreira Albernaz, natural da villa de Taubaté, da qual foi juiz de orphãos, capitão mór d'ella, e acabou em mestre de campo das ordenanças das tres villas de Taubaté, Pindamonhangaba e Guaratinguetá (13), que falleceu a 18 de Julho de 1726, e da sua mulher Isabel de Castilho natural da mesma villa, onde falleceu a 16 de Abril de 1751, que foi filha de José de Castilho, que falleceu a 13 de Agosto de 1684 em Taubaté (filho de Francisco Alves Corrêa de Villa Real e de sua mulher Guiomar de Alvarenga), e de sua mulher Isabel Fragoso, natural de Mogy, filha do coronel Sebastião de Freitas e de sua mulher Maria Fragoso. Bisneta de Sebastião de Freitas Cardoso, natural da ilha de S. Sebastião, e de sua mulher Isabel de Faria Albernaz, natural de Taubaté, que foi filha do capitão Salvador de Freitas Albernaz, natural do Rio de Janeiro, e de sua mulher Francisca Ribeiro, natural de S. Paulo, e terneta de Antonio de Faria Albernaz, que falleceu em Taubaté em 1663, e de sua mulher Catharina Sysmeira. E pela parte paterna neta de Paulo Vieira da Maia, natural de Taubaté (filho de Antonio Vieira da Maia, e de sua mulher Maria Cardoso Cabral), e de Catharina de Almeida, natural de S. Paulo, filha de Domingos de Amores, e de sua mulher Ursula de Almeida. Em titulo de Vieiras Maias (14). E teve oito filhos.

4—1. Carlos Corrêa de Toledo, clerigo de S. Paulo,

(13) Archivo da camara de Taubaté, livro 2º de registros, pag. 71 v e 118.

(14) Camara Episcopal de S. Paulo, autos *de genere* de Carlos Corrêa de Toledo.

hoje está vigario collado da igreja de S. José, comarca do Rio das Mortes, o que alcançou estando em Lisboa em 1776.

4—2. Luiz Vaz de Toledo, casou na freguezia da Acuthia com Gertrudes Maria de Camargo, filha de João Antunes, natural da villa de Itú (filho de Antonio Antunes Maciel, que serviu na dita villa todos os cargos da republica, e de Josepha Paes de Siqueira), e de Rita Maria de Camargo, natural da Acuthia, filha de Thomaz Lopes de Camargo,que serviu os cargos honrosos na cidade de S. Paulo, e de Paula da Costa, natural da dita freguezia.

4—3. D. Marianna de Toledo, está casada com Antonio José da Motta,capitão de ordenanças em Taubaté, natural da freguezia de Sampaio de Favões, conselho de Bemviver, filho de Martinho Soares, e de sua mulher Clara da Motta Teixeira,dos verdadeiros e legitimos Teixeiras, a qual era filha de Manoel da Motta Teixeira, da freguezia de S.Miguel de Fapinhos, que tirou instrumento de sua abonação, processado no conselho de Penafiel da Arrifana de Sousa, termo da cidade do Porto em 1690; pelo qual se mostra, que era filho legitimo de Antonio da Motta Teixeira morador da Quinta das Vargeas, e neto de Gaspar Teixeira da Motta, morador no lugar de Lageas freguezia de Couto de Villa Boa. Este instrumento authentico tivemos em nosso poder, que fiou de nós o capitão Antonio José da Motta para o vermos.

4—4. Frei Antonio de Santa Ursula Rodovalho, reliligioso capucho, que professou no convento de S. Francisco de S. Paulo, hoje é mestre na sua religião.

4—5. Bento Cortez de Toledo, solteiro.

4—6. D. Anna Maria de Toledo, casou com Felix Corrêa Leme, natural de Pindamonhangaba, filho de Salvador Corrêa Leme, e de Maria de Faria Ribeiro, ambos de Pin-

damonhangaba. Neto paterno de Braz Esteves Leme, filho do alcaide mór do mesmo nome. E pela parte materna neto de Francisco Jorge Paes e de Marianna de Faria, ambos de Pindamonhangaba. Tem filhos, Felix e Francisca, menores.

4—7. D. Angela Marianna de Toledo, casada com João Leite do Prado, natural de Pindamonhangaba, filho de Manoel Leite do Prado, e de sua mulher Francisca Vieira; neta por parte paterna de Francisco Leite de Miranda, e de Maria do Prado; e pela parte materna neto de José Vieira Fajardo, e de Maria da Rocha.

4—8. Joaquim José Osorio de Toledo, falleceu em 1780.

3—3. João de Toledo Piza, tem servido todos os cargos da republica na villa de Taubaté, onde tem sido juiz ordinario e de orphãos triennal. Está casado com Leonor Corrêa Leme, natural de Pindamonhangaba; irmã inteira de Felix Corrêa Leme, acima do n. 4—6, filha de Salvador Corrêa Leme, e de sua mulher Maria de Faria Ribeiro: neta por parte paterna do alcaide mór Braz Esteves Leme (difere de cima) e de sua segunda mulher D. Maria da Luz Corrêa. Em titulo de Bicudos, § 1º n. 2 - 1 em sua descendencia n. 3—3: e pela parte materna neta de Francisco Jorge Paes, natural da Ilha Grande, Angra dos Reis, e de sua mulher Marianna de Faria, parente muito chegada do mestre de campo Sebastião Ferreira de Albernaz. Tem filhos.

3 4. André Corrêa de Toledo, casou nas minas de Meia Ponte com.....

3—5. D Anna de Toledo Piza, casou com Bartholomeu Fialho de Azevedo, natural de Lisbôa. Teve sete filhos.

4—1. Bartholomeu, solteiro.
4—2. Manoel, solteiro.
4—3. Bento, solteiro.
4—4. Maria, solteira.
4—5. Antonia, solteira.
4—6. Thereza, casada.
4—7. D. Luzia, viuva do capitão mór Domingos Moreira, em Minas, dos quaes é filho o padr Domingos Moreira de Toledo.
4—8. Anna Moreira de Toledo, casou com Manoe Pereira Guimarães e teve filhos Floriano Margarida, Ubaldo, Maria e Francisco.
4—9. Anna, casou com Bernardino de Sousa, natúral de Portugal e familiar do santo officio, e tem sete filhos.

5—1. Bento.
5—2. José.
5—3. Bernarda.
5—4. Thereza.
5—5. Luzia.
5—6. Anna.
5—7. Luzia: todos solteiros.

3—6. Marianna de Toledo, casou em Taubaté a 25 de Julho de 1724 com Domingos Pacheco Mascarenhas, natural de Taubaté, filho de Athanazio de Figueiredo Castello Branco e Joanna do Prado sua mulher, natural de Taubaté, e teve alli cinco filhos.

4—1. Ricardo Mascarenhas Castello Branco, existe solteiro em 1767.
4—2. Norberto Cardoso, solteiro.
4—3. Genebra.
4—4.
4—5.

3—7. Simão de Toledo, foi religioso capucho, chamado frei Simão de Jesus.

3—8. D. Maria de Toledo, foi casado com Luiz da Silva Porto, fundador e primeiro padroeiro da capella de Jesus Maria José, na sua fazenda de cultura no sitio da Boa Vista freguezia do Facão, do termo da villa de Guaratinguetá, natural da cidade do Porto (15). E teve dez filhos.

4—1. O padre Timotheo Corrêa de Toledo, morador do Rio de Janeiro onde se ordenou por compatriota.

4—2. O padre Floriano da Silva Toledo, vigario da freguezia das minas de Itajubá, termo da villa de Guaratinguetá.

4—3. O padre Bonifacio da Silva Toledo .

4—4. Luiz da Silva Porto, casou.

4—5. José, solteiro.

4—6. Genoveva, solteira.

4—7. Francisca, casada com Antonio Ramos da Silva, com uma filha, Maria Francisca.

4—8. Margarida, solteira.

4—9. Francisca, solteira.

4—10. Maria, solteira.

4—11. Catharina, casou com José Monteiro, todos com appellidos de Toledo.

§ 3.º

2—3. Christovão da Cunha.

§ 4.º

2—4. Vasco Fernandes Rodovalho, foi morador da villa de Taubaté e do governo da republica d'ella : alli falleceu com testamento a 6 de Setembro de 1733; (16) foi casado

(15) Camara episcopal do Rio de Janeiro, autos *dè genere* de Timotheo de Toledo. E camara episcopal de S. Paulo, *de genere* de Floriano de Toledo e de Bonifacio da Silva Toledo.

(16) Cart. de orph. de Taubaté, letr. V. n. 1

na mesma villa com Maria Moreira, irmã do sargento mór Ignacio Moreira de Castilho, filha de Gaspar Martins, (filho de Gaspar da Costa Vianna), e de sua mulher Anna Moreira de Castilho, natural de Taubaté, onde falleceu a 16 de Junho de 1721 (17), filha de Francisco Alves Moreira de Castilho. Em titulo de Castilhos, capitulo... E teve quatro filhos.

3—1. D. Rosa Maria de Toledo, falleceu em Taubaté com testamento a 5 de Outubro de 1761 (18), e alli casou em 29 de Outubro de 1726 com Antonio da Silveira Goulart que falleceu nas Geraes em 1756, natural da ilha do Faial, filho de João da Silveira Goulart e de Maria de Almança. E teve

4—1. Antonio José de Toledo.

4—2. Salvador Thomaz da Silveira.

4—3. D. Anna Ferreira que foi mulher de Fillipe do Rego Pimentel.

4—4. João.

4—5. D. Anna.

3—2. Clemente de Toledo, casou com Marianna do Prado Leme, filha de Manoel Garcia de Peralta, natural de S. Paulo, que falleceu em Taubaté com testamento a 10 de Fevereiro de 1732 (19) e de sua mulher Maria Leme, neta paterna de Sebastião da Costa Garcia e de sua mulher Joanna de Peralta.

3—3. Manoel de Toledo.

3—4. D. Gertrudes de Toledo.

§ 5.º

2—5. Sebastião Fernandes Corrêa, republicano, que sempre andou na governança da villa de Taubaté, onde fal-

(17) Cart. de orph. de Taubaté, letr. A. n. 34

(18) Idem, letr R. n. 4, letr. A. n. 83

(19) Falta esta nota no manuscripto.

leceu. Foi casado com Maria do Prado (irmã de D. Maria da Luz, mulher do capitão mór governador Antonio Corrêa de Lemos. Em titulo de Quadros, cap.4º § 1º) filha de João Lopes Medeiros, e de sua mulher Marianna da Luz, como consta do livro dos casamentos da matriz de Taubaté nos annos de 1719 e 1727. E teve

3—1. D. Catharina Cortez, que casou em Taubaté a 4 de Outubro de 1719 com José Pinto dos Santos, natural da villa de S. João da Fox, filho de Pedro Simões e de sua mulher Maria dos Santos, com filhos, Manoel, Mathêos, Francisco, Maria, Isabel e Rosa.

3—2. D. Juliana Antunes, casou em Taubaté a 15 de Novembro de 1727 com João Corrêa Sarmento, filho de Belchior Felix Corrêa, e de sua mulher Violante de Siqueira todos naturaes de Taubaté, neto de Manoel Vieira Sarmento, o alcaide mór, natural do Rio de Janeiro, que falleceu em Taubaté com testamento a 16 de Março de 1720 (20), e de sua mulher Anna Moreira, bisneta de Belchior Felix e de sua mulher Anna Sarmento, naturaes do Rio de Janeiro. Este Manoel Vieira Sarmento o alcaide mór de Taubaté, foi á Bahia em praça de capitão do soccorro, que sahiu de S. Paulo para a conquista do barbaro gentio no anno de 1671, na conducta do governador d'esta guerra Estevão Ribeiro Baião Parente.

§ 6.º

2—6. Pantaleão Pedroso de Toledo, foi morador da villa de Taubaté e do governo da republica d'ella, onde casou a 30 de Julho de 1692 com Antonia da Rosa Guedes, que

(20) Cartorio de orpbãos de Taubaté, inventarios, letra M. n. 46.

falleceu a 7 de Maio de 1735: e elle falleceu a 9 de Janeiro de 1731, (21) filha de João Ribeiro da Rosa natural da Bahia e de sua mulher Maria Corrêa. E teve oito filhos naturaes de Taubaté.

3—1. Pantaleão de Toledo.
3—2. Bernardo Guedes de Toledo.
3—3. José Pedroso.
3—4. Lourenço Guedes de Toledo.
3—5. Francisco de Freitas.
3—6. Manoel Pedroso.
3—7 D. Felicia Pedroso.
3—8. D. Eugenia Pedroso.

3—1. Pantaleão de Toledo, casou com Maria Bicudo filha de Francisco Rodrigues Moreira, que falleceu com testamento em Taubaté a 27 de Dezembro de 1715, é de sua mulher Maria de Góes da Costa, natural de Taubaté e filha de Domingos Gomes da Costa e de sua mulher Ignez Gonçalves. O dito Francisco Rodrigues foi natural da villa de Nossa Senhora da Conceição do Parahyba, que é Jacarehy, filho de Manoel Rodrigues Moreira e de sua mulher Maria Bicudo. Tudo consta do testamento do sobredito Francisco Rodrigues Moreira no cartorio de orphãos de Taubaté, inventarios letra F. n. 29.

3—2. Bernardino Guedes de Toledo. falleceu em S. Paulo estando servindo de juiz ordinario em 1763, natural de Taubaté, em cuja matriz casou em 31 de Julho de 1728 com Maria Antunes de Miranda, viuva de Antonio do Prado, e filha de Pedro Teixeira, e de sua mulher Maria Antunes da Estrella, todos naturaes de Taubaté; e ella era já viuva do seu primeiro marido. E teve.

4—1. O padre Ivo José Gordiano de Taubaté, vigario encommendado da igreja de Nossa Senhora do Desterro de

(21) Cartorio de orphãos de Taubaté, inventarios, letra A n. 19, letr. P n. 18.

Juquiry, termo da cidade de S. Paulo (22). (* Em 1773 esteve vigario de S. João da Atybaia).

3—3. José Pedroso, existe solteiro.

3—4. Lourenço Guedes, casou a 16 de Julho de 1731 com Maria Moreira de Castilho natural de Pindamonhangaba, filha de Manoel Ferreira de Castilho e de sua mulher Helena Garcia, ambos naturaes de Taubaté.

3—5. Francisco de Freitas, casou em S. Paulo com.....

3—6. Manoel Pedroso de Toledo, casou em Taubaté, e teve sete filhos.

4—1. Francisco Xavier de Toledo.

4—2. Antonio Alves de Toledo.

4—3. Reginaldo de Toledo, casou com D. Margarida da Silva, filha de Salvador Jorge de Moraes e de Maria Bueno da Silva. Em titulo de Buenos, Anhangueras.

4—4. Theobaldo de Toledo.

4—5. D. Isabel Pedroso, mulher de José Rodrigues do Prado.

4—6. D. Rosa de Toledo, casou com David do Prado.

4—7. D. Leocadia de Toledo, mulher de Lourenço da Cunha Prado.

3—7. D. Felicia Pedroso da Rosa, casou com Francisco de Albuquerque.

3—8. D. Eugenia Pedroso, falleceu em Taubaté em 1727(23), onde casou a 20 de Junho de 1716 com Manoel da Costa Cabral (24), filho de Pedro Leme do Prado e de Francisca de Arruda Cabral; neto de Manoel da Costa Cabral

(22) Camara episcopal de S. Paulo, autos *de genere* de Ivo Gordiano.
(23) Cartorio de Taubaté, letra E n. 5.
(24) Costas Cabraes da ilha de S. Miguel.

e de sua mulher Anna Ribeiro. Em titulo de Vaz Guedes, cap...., §.. E teve quatro filhos.

4—1. D. Anna.
4—2. D. Antonia.
4—3. D. Ursula.
4—4. José.

§ 7°

2—7. Francisco de Freitas de Toledo, casou em S. Paulo com Anna da Rocha, natural de S. Paulo, filha de Francisco da Fonseca Leitão, natural da villa de Santos, que falleceu em S. Paulo com testamento a 5 de Janeiro de 1706 (filho do capitão Antonio Amaro Leitão, e D. Isabel da Fonseca, naturaes de Santos (25), e de sua mulher D. Marianna de Sá, filha do capitão Manoel de Sá, natural da villa de Chaves, que foi cavalleiro da ordem de Christo, e commendador d'ella (Cartorio de orphãos de S. Paulo, inventarios, letra F maço 1° n. 56, o de Francisco da Fonseca Leitão com testamento); e de sua mulher Anna da Rocha, natural de S. Paulo, irmã dircita do padre Ma-

(25) Esta D. Isabel da Fonseca foi filha de Domingos da Fonseca Pinto, cujos merecimentos representaram os officiaes da camara de S. Paulo ao senhor rei D. João o IV, como tratamos em Buenos, cap. 1°. Obteve sentença de *nobilitate probanda* na villa de Santos a 24 de Outubro de 1651 por Paulo do Amaral, ouvidor da capitania de S. Vicente. Foi na Bahia vereador, juiz ordinario, guarda-mór da relação, procurador do fisco da inquisição de Lisboa. Da Bahia passou para S. Vicente feito provedor e contador da fazenda real por provisão do governador geral do Estado D. Fernando Mascarenhas. Depois foi provido em provedor dos ausentes, capellas e residuos, e ouvidor da capitania por Antonio Telles da Silva, governador geral do Estado. Consta isto da sentença 1ª e da provedoria da fazenda liv. n. 4 liv. de Registros, tit. 1641 pag. 35 v e 54.

thêos Nunes de Siqueira. Em titulo de Nunes Siqueiras, cap. .. Este capitão Manoel de Sá casou segunda vez com D. Anna de Moraes, de quem teve tres filhos. Em titulo de Moraes, cap. .. Falleceu D. Anna da Rocha, mulher do capitão Manoel de Sá, com testamento em S. Paulo a 15 de Outubro de 1734. E teve Francisco de Freitas do seu matrimonio..... filhos, e entre elles a Antonio de Freitas de Toledo, que casou com..... Em titulo de Taques, cap. 3° § 9° n. 3—9, 4—1 e 5—4.

§ 8°

2—8. D. Messia Vaz Cardoso.

§ 9°

2—9. D. Maria Pedroso, casou em Taubaté em 7 de Janeiro de 1692 com João Lopes Cortez, natural de S. Paulo, filho de João Lopes de Medeiros, e de sua mulher Marianna da Luz, ambos naturaes de S. Paulo. Foram os contrahentes dispensados em quarto gráo de consanguinidade pelo prelado vigario geral João Pimenta de Carvalho. E teve tres filhos :

3—1. Innocencio da Fonseca.

3—2. João Lopes, casou em S. Paulo.

3—3. . . . . .

§ 10

2—10. D. Anna Ribeiro.

§ 11

2—11. D. Catharina de Freitas.

§ 12

2—12. D. Andreza de Toledo.

§ 13

2—13. D. Joanna Maria de Toledo, casou com Salvador de Siqueira Leme, natural de Pindamonhangaba, filho de Sebastião de Siqueira Gil, e de sua mulher Maria Bicudo Cabral. Em titulo de Costas Cabraes, cap. 5º § 2º. E teve cinco filhos :

3—1. Luciano Leme de Toledo, casou duas vezes : a primeira, na freguezia da Piedade com Maria da..... viuva : segunda vez em Jacarehy, com..... Do primeiro matrimonio sem geração. Do segundo tem geração.

3—2. Romualdo de Toledo Leme, casou na Piedade com Maria da Conceição, na familia dos Moreiras Castilhos, de Taubaté. Passou-se para a campanha do Rio-Verde, e falleceu na freguezia de Sapucahy deixando cinco filhos :

4—1. Salvador.
4—2. Venancio.
4—3. Gertrudes.
4—4. Julia.
4—5. Joanna.

3—3. Salvador da Silva de Toledo, casou em Pindamonhangaba com.....

3—4. D. Anna..... casou-se em Mogy Guassú com João Martins de Carvalho, natural de Portugal, e ahi falleceu deixando dois filhos.

4—1. Antonio Carvalho de Toledo.
4—2. Miguel Martins de Carvalho.

3—5. D. Joanna de Toledo Silva, casou em Mogy Guassú com Ignacio Pedroso Barros, filho de Fernão Bicudo Leme e de sua mulher Luzia Machado. Em titulo de Machados Barros. E teve quatro filhos.

4—1. José de Toledo Barros, nasceu na freguezia da Piedade, casou na freguezia das Lavras do Funil, sitio dos Buenos, com Maria Caetana da Silva, natural das minas de Paranampanema, filha do sargento-mór Salvador Pires Monteiro, e de sua mulher Margarida de Escobar, natural da Piedade, filha de Domingos Ribeiro de Escobar da ilha de S. Sebastião, e de sua mulher Maria do Prado, da familia de Machados Barros acima. E tem tres filhos.

5—1. José, nascido nas Lavras do Funil.

5—2. Manoel, em Villa Rica.

5—3. Rosalia, em Pitanguy.

4—2. Aleixo de Toledo, passou-se para o Rio Pardo do Sul.

4—3. Maria de Freitas de Toledo, casou em Pindamonhangaba com Thimoteo Corrêa, filho de Carlos Cardoso, que é pai tambem do capitão Domingos Vieira da Silva, em que fallamos retro n'este cap... § ... Deixou geração.

4—4. Rita Margarida Angelica de Toledo, casou primeira vez na campanha do Rio Verde com Miguel Luiz Moreira, filho do sargento-mór Ignacio Moreira, morador em Garapiranga. Em titulo de Moreiras Castilhos. Casou segunda vez com Salvador Jorge da Silva, filho do capitão Salvador Jorge de Moraes. Em titulo de Jorges Velhos ou de Buenos Anhangueras. E teve do primeiro matrimonio filha unica Anna, e do segundo sem geração.

§ 14

2—14. Manoel de Toledo (filho ultimo de João Vaz da Cunha e D. Anna Ribeiro), casou em Taubaté a 17 de Junho de 1710 com Maria da Conceição do Prado, filha

de Gaspar Martins, e de sua mulher Anna Moreira, e neta paterna de Gaspar da Costa Vianna, de quem já tratàmos no § 4º d'este cap. 3.º Falleceu em Taubaté com testamento á 17 de Maio de 1728. E teve

3—1. D. Anna Ribeiro, casou com Baptista Pinto.

3—2. D. Francisca de Toledo, casou com José Pinto dos Santos.

3—3. D. Catharina Cortez, casou com José Preto dos Santos.

3—4. D. Maria Pedroso, casou com Pedro Guedes.

3—5. D. Juliana Antunes, casou com João Corrêa.

3—6. Sebastião Fernandes Corrêa, casou com..... ..... filha de Alberto Pires, filho de Francisco Alves de Castilho.

3—7. Joaquim Fernandes Corrêa ou Pedroso de Alvarenga, casou com.....

3—8. D. Marianna da Luz.

3—9. D. Andreza Cardoso.

3—10. D. Luzia do Prado.

3—11. D. Potencia da Prado.

(*Continúa.*)

APONTAMENTOS

PARA A

HISTORIA DOS JESUITAS

NO BRASIL

Extrahidos dos chronistas da companhia de Jesus

PELO

DR. ANTONIO HENRIQUES LEAL

Socio do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil.

PREFAÇÃO

Escrever a historia dos jesuitas no Brasil é escrever a do nosso imperio desde o descobrimento até 1724.

As missões e a catechese, as lutas com os indios, com os colonos, as intrigas, nos palacios do governo, nos senados das camaras, nos collegios dos jesuitas e nos conventos, nos paços episcopaes, são quadros, que, traçados por mão de mestre, illuminariam a nossa galeria historica, dando vida, movimento, côr e o verdadeiro sombreado á mór parte dos acontecimentos e aos factos principaes.

Gonçalves Dias trazia ha annos esse trabalho entre mãos, e se chegou a concluil-o, submergiu-se nas aguas do Maranhão com o seu cadaver, assim como os *Tymbiras* e outras preciosidades, ou param em Alcantara, onde alguns de seus escriptos foram subtrahidos pela vaidosa estupidez de desastrada gralha ! !...

Com excepção da *Historia do Brasil* por Southey, outra não conhecemos até hoje que reuna á belleza do estylo, profundeza de vistas, verdade dos factos e critica segura e despreoccupada. Entre os escriptores brasileiros hodiernos, quem tinha pulso para isso, em que pese ao Sr. Varna-

ghen (1), era sem contradicção o illustre prosador João Francisco Lisboa.

Em falta porém d'estes escriptores, e baldo de talento, e com a saude deteriorada, proponho-me a bosquejar uns apontamentos, ou antes a fazer uns extractos dos chronistas que escreveram sobre os jesuitas no Brasil, para auxiliar de algum modo a quem se abalance a historiar a passagem e os trabalhos no territorio brasileiro dos celebres padres da companhia de Jesus. E' meu fito offerecer aos doutos elementos valiosos e uteis para qualquer tentamen historico, e oxalá haja quem d'elles se aproveite!

Estes padres, que desde o começo do seu instituto foram o alvo dos mais exagerados encarecimentos e das mais implacaveis accusações, tiveram o singular privilegio de conservar, depois de extincta a corporação, o louvor e a censura quasi no mesmo gráo d'effervescencia dos tempos florescentes da ordem.

Pondo de parte a investigação das causas de tal facto em outras regiões, de que me não tenho por agora de occupar, no Brasil erguia-se uma unica voz e essa de louvores. Conservou-se a tradição no povo por motivo de religião, enraizou-se nos mais illustrados com a lição da *supposta nossa historia*, e n'esta crença universal as medidas do grande ministro portuguez e as publicações que se fizeram no seu tempo passaram desapercebidas ou foram tidas sem discussão como artimanhas politicas que

(1) Vej. a diatribe escripta pelo Sr. Varnaghen, com o titulo *Os Indios bravos*, impressa em Lima em 1867, tres annos depois de morto este vulto litterario. Foi semelhante libello, ao que parece, motivado pelos reparos da nota *E* do volume do *Jornal de Timon*, publicado em Lisboa em 1858, e tanto se temeu de tão robusto adversario, que deixou passar annos e só empoz a morte de Lisboa é que veiu a campo!...

dão pretexto á historia sem justificar o resultado do acontecimento.

Tenho ultimamente ouvido alguns, que tomam-se de colera, e verberam sem piedade todos quantos não consideram os jesuitas como os dignos, os grandes, os unicos bemfeitores da nossa patria, e defendem-n'os sem tregoas, a todo o transe, e com tal calor e vehemencia, que, só parece, lhes cobre a roupeta senão o corpo, o coração por certo, que pertence á ordem, sendo para elles, essa tunica tão sagrada e veneranda como a de Christo, posta á mercê de um lanço de dados tirado pelos soldados do Pretorio, ou em summa como que se d'ahi provenha grande perigo para a salvação da alma, quando menos para a ordem publica!

Quanto a mim, não prova semelhante temor senão que vai calando nos espiritos a necessidade de se reconsiderar o que obraram os jesuitas no Brasil, e a conveniencia de se ler reflectida e criticamente a sua historia, de que elles são os proprios escriptores, e por consequencia não isenta de grande somma de parcialidade e inverosimilhança, e as queixas dos governadores e dos senados das camaras e dos procuradores de diversas capitanias, que adoecem da mesma pecha. Eis o principal motivo que me levou a emprehender tão improbo quanto inglorio trabalho.

Como o escriptor latino, longe do odio ou do favor para com uma instituição que, quaesquer que sejam os esforços d'alguns espiritos retrogrados e hypocritas, pertence ao passado, contentar-me-hei com a exposição dos factos que extrahi dos seus proprios livros, copiando-lhes trechos textual e fielmente, deixando ao leitor a deducção dos corolarios; porque o que levo só em mira é poupar aos curiosos e desvelados pelas nossas cousas antigas o enfado de lerem volumosas chronicas e outras obras escriptas em

estylo diffuso, pesado e secco, e que amiudam, explanam e se demoram tanto em descrever os factos, que se tornam por isso enfadonhos, semsaborões, além de serem, a mór parte d'ellas, raras e de difficil accesso á leitura. Quiz ao mesmo tempo proporcionar-lhes meios de compulsar n'este fiel resumo o que ha de melhor e mais importante sobre os jesuitas no Brasil, e que eu não poderia nunca consultar, se, levado a Lisboa, não fosse ahi obrigado, por amor da temerosa enfermidade, a viver privado d'entregar-me a trabalhos, que demandavam grande attenção e esforço d'imaginação, não deparasse opportunidade para isso. Ha todavia um facto que desejo fique bem patente, e é que os jesuitas, sem renunciarem a nenhum de seus principios, mas empregando os mesmos meios, de que usaram sempre, poderam no nosso paiz prestar alguns serviços, emquanto não obtiveram os mesmos resultados de outras partes, cujas circumstancias differiam das do Brasil primitivo.

Isto quanto aos meios, e quanto ao fim parece que se propunham a liberdade dos indios; mas Deus, que d'elles se servia segundo as vistas da sua alta providencia, tinha disposto que não fossem senão o instrumento da aniquilação dos indigenas, de que aliás se declaravam protectores, para que os portuguezes se podessem estabelecer e consolidar o seu dominio.

Feito isto, veiu um homem superior, o marquez de Pombal, que rejeitou o instrumento já bastante gasto e usado, e que se tornára inutil depois de completa a obra para que era destinado. Se não houve n'isso justiça, certo que houve logica; mas a expulsão, que em parte se baseou em uma accusação calumniosa, mostrou mais uma vez a inexorabilidade da justiça sobrehumana, quando fez reverter contra os jesuitas o principio subversivo de toda a moral, e que

mais altamente apregoavam e defendiam, e é infelizmente a maxima de muitos politicos— ambiciosos:— *os fins justificam os meios!*

Se não é erro crêl-o, é seguramente crime ensinal-o e tel-o como doutrina. Póde a politica, como se tem visto por muitas vezes, sacrificar a moral ás suas conveniencias; mas um instituto religioso, um ministro da verdade e sacerdote de Deus, não deve esquecer nunca Aquelle em nome de quem falla; não póde impôr nem aconselhar em nome de Deus o mal, embora d'elle advenha todos os bens imaginaveis; porque entre o acto e suas consequencias ha de medear um instante, um milionesimo d'instante. Na vida de um povo isso é nada, se a todo o custo queremos desculpar a politica; porém n'esse espaço infinitamente curto (note-se que reflexiono eu que não sou sacerdote, antes secular, e secular taxado de racionalista e não sei de que mais pechas por alguns hypocritas), póde elle ser chamado á presença do Altissimo com o crime nas mãos e ufano, na sua cegueira, de o haver commettido. Ora, só a Deus é dado saber o mal ou o bem que ha de necessariamente resultar de um facto.

Como o semeador d'abrolhos, de que falla o Evangelho, tiveram os jesuitas larga mésse d'espinhos, e na sua condemnação se revelou tremenda a vindicta dos céos, tornando mais uma vez exacto o *gladio feriet....*

Refiro-me aqui tão sómente ao passado. Sei que os corpos collectivos têm a singularidade de aparentarem um arremedo d'existencia, emquanto conservam uma sombra de corporação, ainda que lhes falte o que propriamente constitue a vida, e quanto a esta formidavel sociedade goza de tal qual sympathia nos de fóra por calculo em uns, por irreflexão n'outros, por imitação em não poucos, e dedicação nos do dentro, que têm fé e confiança no merito e

no futuro da sua propria obra, e afinal na harmonia de seus fins com as idéas dominantes.

Restar-me-hia por derradeiro ventilar uma grave questão, qual a de saber se na actualidade conviria ao Brasil essa corporação; mas, além de julgal-a ociosa, longe me levariam considerações de toda a monta, dizendo sempre de passagem que devem de ser attendidas outras causas, visto que as nossas circumstancias felizmente mudaram: em vez de colonia está constituido um imperio, em vez de tutelados somos brasileiros, em vez de governo absoluto e despotico rege-nos uma constituição livre com o systema representativo, e em vez de subditos somos cidadãos. E o que foram os jesuitas? Um Estado no Estado, e ao mesmo tempo uma igreja na igreja. Trata-se, pois, de saber se convém uma corporação que dominava os reis nos conselhos, o povo no pulpito, as familias no confissionario e as crianças nas escolas.

Senhores por esta fórma do Estado, que dirigiam, das consciencias que governavam, das indoles que preparavam, do mundo por onde se derramavam, do presente que em todos estes elementos era seu, e até do futuro pela educação que era sua, pelas historias que escreviam, que faziam ler e decorar nas aulas, impondo-se d'est'arte á posteridade! Tal corporação seria por sem duvida um disparate, uma anomalia, uma excrescencia repulsiva no seculo XIX, e demais, sem raizes no povo, poderia apenas contar com as sympathias de governantes de pensar retrospectivo, que se contentassem mais com as apparencias do que com a effectividade do mando.

Reduz-se por fim a questão saber-se se ainda são o que foram, se é possivel que perdurassem taes e quaes, ou se importava primeiro expungir da historia a experiencia e subtrahir da intelligencia humana o infinito cabedal de

conhecimentos n'ella encelleirado pelas maravilhas e conquistas de nosso seculo, o mais assombroso nos annaes da humanidade, apezar de seus erros.

Por minha parte, desassombrado d'este receio, como estou, e podemos estar na America livre, torna-se-me facil a imparcialidade para desentranhar das chronicas escriptas em portuguez, em latim, em italiano e hespanhol pelos proprios jesuitas, partes interessadas, o que ha n'esses escriptos de substancial e d'interessante para a nossa historia patria, e tenho que o consegui, e se n'este trabalho ha pela ventura algum merecimento é unicamente esse, e tambem é o que prevalece nos d'esta natureza.

Lisboa, 25 de Julho de 1870.

Era a sociedade de Jesus instituida pela bulla pontificia que começa : *Para regimen da igreja militante, etc.* (*Regimini militantes ecclesiæ, etc.*) e que traz a data de 27 de Setembro de 1540. Contava ainda poucos operarios, esses, porém, moços, vigorosos, enthusiastas, cheios de sciencia e de uma espantosa actividade. Começavam de apparecer em toda a parte e em toda a parte tinham a arte d'attrahir sobre si os olhos do povo e a boa fortuna de prender a attenção publica.

A novidade da ordem, o desregramento em que vivia o clero na propria Italia e até mesmo dentro dos muros de Roma, a crise da reforma qne abalava e ameaçava invadir e assenhorear o mundo com a eloquencia audaz e fogosa de Luthero, de Mélanchton e de Calvino, foi tudo aproveitado pela diplomacia de Loyola, e na tormenta que se desfechára contra a nau de S. Pedro julgou o pontifice, e acreditaram os fieis, que a Providencia havia suscitado aquelles obreiros para sustentaculos da igreja, que nunca d'antes assim combatida ameaçava desabar com deploravel ruina.

1551

Loyola, eleito geral da companhia de Jesus, aceitou o cargo a 17 de Abril de 1551 : a maioria de seus companheiros estavam ausentes, em missão da ordem ou do pontifice : S.Francisco Xavier e Rodrigues em Lisboa ; Lefebvre, chamado de Parma, vai assistir á conferencia de Worms ; Bobadilla recebe ordem de não abandonar o seu posto da ilha d'Ischia, de fórma que foi preciso recolher os votos dos ausentes para a eleição do geral ou *general*, como melhor e com mais propriedade escreviam os padres em latim ; porque, adoptando a linguagem do povo mais conquistador e mais fortemente organisado, e tomando

aquelle titulo de accordo com a significação da palavra na baixa latinidade como a adoptou em francez, e com o sentido da bulla da sua instituição—*para regimen da igreja militante*, ainda n'isto mostrou o instituto sua profunda sagacidade. Era por certo o termo bem cabido a uma associação tão severamente constituida, que deixava atrás de si, e muito longe todas as corporações e regulamentos d'aquelles tempos.

Os paizes mais cubiçados pelo novo instituto eram : a Italia, como centro do orbe catholico, e d'onde a protecção decidida do herdeiro de S. Pedro lhe franqueava todos os caminhos, e a peninsula iberica, patria de Loyola, conhecida pela dedicação á igreja romana e obediencia ás ordens emanadas da séde apostolica, e d'ahi tinham abertas as portas do Oriente, do Novo-Mundo, d'Africa, dos Paizes-Baixos e dos demais dominios da Hespanha na Europa. Na Peninsula, no mundo, foi porém Portugal quem se mostrou sofrego em chamar, hospedar e enriquecer os membros d'aquella sociedade, antes mesmo da bulla de sua confirmação, como se mais que nenhum outro paiz devesse temer o contagio das idéas da reforma, quando ellas não podiam crear raizes em Portugal, quer pelo espirito religioso do povo, e mais ainda pelo odio que alli se manifestava a tudo quanto tinha resaibos d'estrangeirismo, e com razão, porque, para o fastigio de prosperidade a que já haviam chegado, não tinham carecido de modelos.

Como quer que fosse, D. Pedro de Mascarenhas, embaixador portuguez junto á pessoa do Santo Padre, tomou sob a sua protecção os companheiros de Loyola, e apoiado no seu empenho, com a informação favoravel do Dr. Diogo de Teive, os recommendou ao seu piedoso monarcha como homens mui proprios para missionarios da India Oriental.

O rei, que então era D. João III, e a rainha D. Catha-

rina, depois regente do reino e por sua morte d'elle, aceitaram agradecidos e alvoroçados a proposta, e foi d'est'arte que se passaram a Portugal os padres Simão Rodrigues e Francisco Xavier. O ultimo dos dois, varão verdadeiramente apostolico, e que não enxergára no seu instituto outro fim que não fosse a prégação do Evangelho aos povos ainda privados da luz da revelação, e de uma fé tão viva e inquebrantavel, quanto era o amor que tinha ao proximo, partiu para a India, onde passou trabalhos excessivos, soffreu crueis martyrios e morreu gloriosamente, deixando um nome respeitado pelos barbaros, admirado pelo mundo e pouco depois santificado pela nossa igreja e adorado pelos fieis (2).

Se é certo haver Loyola apressado a missão do padre Francisco Xavier por ciumes que d'elle se tomou, como asseveram algumas autoridades respeitaveis, e sem que este tivesse conhecimento das leis organicas do instituto, que só foram bem conhecidas muito depois, por occasião do celebre processo de Lully Tolendal, ao menos aquelle santo varão, pio e modesto como era, aceitou o encargo tão isento de suspeita, com tanta humildade, com quanto esforço e constancia varonil se portou ao executal-o!

No entretanto havia sua canonisação de concorrer tão poderosamente para o lustre, engrandecimento e gloria do instituto, que não ha erro em suppôr que para logo todas os baterias convergiram para esse ponto, o que por fins, que se podiam ter por menos temporarios, menos

(2) Vej. *Historia da vida do padre Francisco Xavier* por João de Lucena—obra estimada por classica e pela belleza do estylo. Ha d'ella tres edições portuguezas e ultimamente foi reimpressa, fazendo parte da *Livraria Classica* de que é editor o Sr. Garnier. Precede-a um estudo do Sr. conselheiro José Silvestre Ribeiro.

mundanos, se conseguiu isso dentro de um prazo admiravelmente curto, se bem que d'inteira justiça.

Tomou comtudo Simão Rodrigues outro rumo. Portugal se lhe antolhava como uma região muito accommodada á plantação da sua seára e antevia que, se assim prestava menos serviço á causa da religião, era de mais utilidade á sua ordem. Como para isso lhe não faltassem meios, deixou Xavier seguir seu destino, e ficou-se em Lisboa para aplanar o caminho aos seus projectos.

Começando por furtar-se á hospitalidade que o rei lhe mandára preparar benignamente, aposentou-se em um hospicio, donde sahia para esmolar, visitando cadeias e hospitaes, e exercendo obras de grande piedade e misericordia; de maneira que ao mesmo tempo se infiltrasse no espirito do povo e ganhasse largas na vontade do rei, a ponto de dominal-o. Sortiu como sempre o desejado effeito este expediente, tanto que alguns annos depois achava-se a companhia em pé tão florescente, que seus membros se haviam espalhado por todo o reino, com casas em Evora, em Lisboa, em Coimbra e no Porto, e isto a despeito da opposição que por toda a parte encontravam; opposição não disfarçada, mas ás claras, mas implacavel e tenaz. Em Lisboa lastimavam que se gastasse tão mal o dinheiro que seria melhor empregado na fortificação e reparo das praças d'Africa, com os benemeritos e com as urgencias do Estado; em Coimbra, a universidade que se via esbulhada d'alguns dos seus estabelecimentos e privilegios; no Porto, já resentido da quebra das condições com que os padres se tinham alli introduzido, declarou o senado da camara em accordão que nenhum morador fosse ousado a mandar seus filhos ás escolas dos padres, sob pena de ser riscado do livro dos cidadãos no caso de nobreza, e lançado fóra da cidade sendo peão; com as penas

que aprouvesse ao mesmo senado. Em Evora se lhes oppunha o infante D. Henrique, irmão do rei, arcebispo e cardeal, o qual, como inquisidor-mór do santo officio, mandou devassar sobre a doutrina dos padres.

Lutaram contra todos e venceram, graças á protecção do rei, que onde quer que se achasse assignava as provisões, cartas e portarias, escriptas por qualquer d'esses religiosos, e em que mandava sentenciar á duras penas os autores d'alguns folhetos, que por esse tempo se publicaram contra a companhia, como *se não quizesse*, diz ingenuamente um historiador jesuita, *conhecer por seus vassallos os que estavam julgados por inimigos nossos.*

N'este comenos iam tomando corpo certos acontecimentos, alguns dos quaes, posto que não fossem sem antecedente no Brasil, eram assaz graves para solicitarem a attenção da côrte portugueza. Orellana tinha descido o Amazonas e Ayolas fundado Buenos-Ayres. Os hespanhoes atacavam, pois, o Brasil pelas nossas extremas do norte e do sul, e o proprio centro fôra já por mais de uma vez visitado por aquelles hospedes, e suas vistas não eram tão pouco caroaveis, quanto isentas de perigo. Os portos da Bahia, do Rio de Janeiro e de S. Vicente lhes eram conhecidos, assim como outros pontos da costa do Brasil.

Nem eram estes os unicos contrarios de quem devessem arreceiar-se. Os francezes, desde os primeiros tempos do descobrimento, começaram a lançar olhos cubiçosos sobre o Brasil, cujos mares os atrevidos aventureiros normandos devassavam com tanta frequencia, que era raro aportarem os portuguezes onde quer que fosse, que não encontrassem francezes, ou pelo menos ouvissem novas d'elles. E' certo que o governo d'aquella nação não favorecia taes entreprezas; mas fechava os olhos e tacitamente consentia no commercio de seus subditos, ou, revelando mais clara-

mente o seu pensamento, cerrava os ouvidos ás continuas reclamações do embaixador portuguez em França.

Bem que taes tentativas se fizessem sem nexo e sem continuidade, com os poucos meios de que podiam dispôr particulares, está tambem fóra de duvida que elles não perderiam ensejo de se estabelecerem no Brasil, se porventura tomassem pé, como a revezes o tentaram sem fructo. Se não conseguiram consolidar sua conquista, porque com a sua indole impetuosa e sofrega o francez é apto para os mais grandiosos commettimentos; a persistencia, porém, na resolução, a constancia nos trabalhos longos, penosos e inglorios, posto que uteis, como se requerem do colono, são dotes que lhe negára a natureza.

Para obviar portanto os damnos occorrentes da posse hespanhola ou do estabelecimento de uma colonia franceza, Portugal dividira o Brasil em capitanias, mais por ciume de guardar a conquista do que por convencido da sua futura importancia.

O systema para isso adoptado e que se julgou o mais economico e proveitoso fallava per si o ter já sido anteriormente levado á pratica na colonisação da ilha da Madeira; porém os seus resultados foram tão rapidos como fataes. As capitanias, demasiadamente extensas para serem povoadas pelos esforços dos particulares, estavam muito afastadas da metropole e umas das outras para serem soccorridas; de maneira que assim se viram incapazes de resistir aos indigenas sem probabilidade de mutuarem-se auxilio, expostas ás tentativas dos aventureiros estranhos, que alli se quizeram estabelecer ainda com meios mal proporcionados á empreza.

Outro mal, e de maior monta, provinha dos mesmos colonos que de ordinario vinham para o Brasil. Para acudir aos seus vastos planos de conquista, Portugal se viu

obrigado a trasladar para as suas colonias homens que a vindicta publica stygmatisava por crimes graves, sendo a penalidade dos mais enormes o desterro temporario ou perpétuo para o Brasil ou para a costa d'Africa; como até agora se pratica para com esta colonia portugueza.

Hoje em dia, quando por uma infeliz experiencia soubemos quão difficil é conter-se na ordem os penitenciarios da Europa, poucos em relação da massa da população, e em tempos em que se respeitam muito mais a lei e o excellente policiamento, bem se póde hodiernamente calcular como procederiam esses homens no meio de selvagens e de brenhas espessas, elles que eram muito superiores em numero aos seus compatriotas de bons costumes.

Consubstancia Robert Southey n'estas palavras o effeito da politica portugueza: « Suas relações com os selvagens só produziram males, tornando-se todos peiores do que d'antes: os antropophagos adquiriram novos meios de destruição, os europêos novas praticas barbaras. Perderam os primeiros esse pavor aos banquetes sanguinarios que por elles sentiam apezar da perversidade delles, e aquelles o respeito e veneração de uma raça grosseira, no emtanto que taes sentimentos poderiam ser aproveitados em beneficio de todos (3). »

São tambem unisonos n'estas queixas Balthasar Telles, Simão de Vasconcellos e outros chronistas (4); mas é das palavras de Duarte da Costa, donatario de Pernambuco, d'onde ellas resaltam com mais energia ou louvavel indi-

(3) *History of Brazil*, vol. I., chap. I., in fine, pag. 48 da traducção de que é editor Garnier.

(4) Vej. a *Chronica da Companhia de Jesus*, quer a escripta por B. Telles, mui rara, e a de S. de Vasconcellos mui rara na 1ª edição; mas de que ha modernamente 2ª. Resumo ambas no corpo d'esta obra.

gnação de um homem virtuoso e exasperado, e em todos estes documentos vê-se a improficuidade e insuficiencia dos castigos para a repressão de tantos e tão incessantes crimes. Eis como o donatario se exprimia, segundo leio na excellente memoria historica— *O Brasil e a Oceania*— do nosso confrade Gonçalves Dias : «.... certifico a V. A. que *nenhum fruito nem bem* fazem na terra, mas *muito mal e damno*, e por sua causa se fazem cada dia malles e termos perdido *o credito que até aqui tinhamos com os indios*..... e não são para nenhum trabalho, vêm proves e nus e não podem deixar de usar de suas manhas, etc.....» (5)

Eram grandes por certo aquelles males; eram porém ainda maiores do que isso, como dá d'elles testemunho o regimento de Thomé de Sousa, cujo registo official escapou por casualidade ao terremoto de Lisboa. D'elle se evidencia o modo por que, contrastando-se as vistas da metropole, eram os indios tratados; pois que se prohibia, sob graves penas, a communicação dos portuguezes com os indigenas, a construcção de bergantins com que iam salteal-os para os prear e vender, e isto em tamanho excesso que Solorzano cita o facto de irem os portuguezes do Brasil ás Indias de Castella para venderem alli escravos (6).

Por toda a parte se tinham rebellado os indigenas, reduzindo a ruinas a mór parte das capitanias, e os seus donatarios á extrema miseria. Mais audazes com o triumpho

(5) Vej. *Brasil e Oceania*, memoria apresentada no Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil por A. Gonçalves Dias, impressa no vol. VI, de suas *Obras Posthumas*, de pag. 264 a 266, e no tom. XXX da *Revista Trimensal* do Instituto Historico e Geographico, á pag. 276.

(6) Vej. obras cit., quanto á primeira á pag. 218, e a esta pag. 174, 3º trimestre.

anterior, mais fortes com o adjutorio d'alguns estrangeiros, mais numerosos pelo descimento e juncção de outros até alli seus adversarios, importava para os chamar á concordia o emprego de meios até então não conhecidos. Appareceram pois a proposito os jesuitas.

Repito : não tenho a intenção de abocanhar nem amesquinhar os serviços que aqui prestaram os primeiros missionarios. Deus terá acolhido a infinidade d'almas d'innocentes e convertidos que todos os dias mandavam aos céos ; mas a missão dos jesuitas segundo hoje nos diz a historia, se a lemos sem prevenção, não foi outra senão conter os indigenas, assegurando com a extincção e reducção d'aquelles o dominio portuguez no Brasil.

Era d'isso que se tratava n'essa época. Um rei fradesco e fanatico, qual foi D. João III, a quem Portugal deveu a inquisição e os jesuitas, que tantos sacrificios fez para que Roma os confirmasse, e que tanto se desvelou para os attrahir e estabelecer nos seus dominios, como se d'ahi dependesse a sua salvação na outra vida, como catholico, tal rei não podia pensar em melhoramentos sem lhes associar as *religiões*, assim chamadas no plural para dar a entender que a religião do Crucificado é uma e felizmente independente das ordens religiosas, que estão sujeitas á variedade dos tempos, das pessoas de que se compoem, e das cabeças por que se dirigem.

Por esse tempo já estavam os jesuitas bem entrados no animo do rei e com a estrada franca para Africa e para a Asia, e pouco depois para o Brasil, o que era consequencia de seus progressos anteriores, assim como um effeito das dadivas e outorgas reaes e da força expansiva da sociedade.

Foi o Brasil elevado á categoria de governo, e como o seu primeiro donatario tinha levado á India o primeiro

jesuita, tambem succedeu que o primeiro governador do Brasil trouxesse os primeiros á Bahia.

Primeiros jesuitas — seus nomes.

Partiu Thomé de Sousa de Lisboa a 2 de Fevereiro de 1549, e na sua companhia vieram os padres João Aspilcueta, Antonio Peres, Leonardo Nunes e os irmãos Vicente Rodrigues e Diogo Jacome, cujos nomes menciono por extenso por serem os dos primeiros jesuitas que vieram ao Brasil, como acima o disse, e não pareceu-me dever omittil-os, sendo este trabalho a elles consagrado.

Faltava entre elles o superior de todos, o padre Manoel da Nobrega, que, retardado em Coimbra por alguns padecimentos, embarcou-se dias depois no navio em que vinha o provedor de fazenda, André Cardoso de Barros. Alto mar reuniu-se á conserva do comboi e se passou á náo do governador, onde vinham seus companheiros.

Nobrega, descendente de uma familia illustre, era filho de um desembargador e sobrinho do chanceller, — empregos ambos n'aquellas éras de do que hoje se lhes dá, —demais era seu tio, o chanceller, privado do monarcha.

Moço distincto, já formado em canones, sciencia mixta de theologia e de direito, e promettendo de si um brilhante futuro, tanto pelos merecimentos proprios, como pela posição e valimento dos seus, Nobrega parecia destinado á carreira muito differente d'aquella que depois abraçou, e onde tanto se illustrou.

1544. — *Profissão de Manoel da Nobrega.*

Foi o motivo da sua entrada para a ordem que, tendo vagado uma collegiatura no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, elle se oppôz á cadeira em concurso com outro

canonista; mas,apezar de sobrelevar ao adversario no exame, foi-lhe este preferido e provido no lugar. Despeitado elle pelo mallogro de suas bem fundadas esperanças, enfadado com o mundo, e com o desalento proprio do verdor dos annos não experimentados nem curtidos pelos soffrimentos e das illusões, resolveu-se a buscar consolo na religião, e no anno de 1544 entrou em Coimbra as portas do collegio dos jesuitas, que não eram extranhas ao acontecido, empregando, como é sabido, este e outros meios occultos e tortuosos para chamarem ao seu aprisco pastores d'aquelle lote.

De então por diante votou-se Nobrega á ordem que professára, e com louvavel abnegação de si proprio, e esquecimento de quanto o mundo lhe offerecia, entregou-se áquellas obras santas de quotidianos sacrificios, em que o amor de Deus e do proximo se amalgama, antes se identifica de um modo admiravel. Começou em Coimbra com os exercicios da sua tamanha piedade, e logo depois entrou em missão por outras provincias de Portugal e de Hespanha, chegando a Sant'Iago e Salamanca; e sempre a pé nas suas jornadas, sem embargo das distancias, sempre prompto a fazer prégações onde quer que se lhe deparasse opportunidade para isso, sem que lhe servisse d'estorvo o ser gago.

Foi deste modo ganhando tal nomeada, que, a despeito de contar tão sómente cinco annos de estada na ordem, o provincial Simão Rodrigues o achou digno de o substituir n'esta missão,que a principio, segundo se conta,elle ambicionára para si. Novo mallogro d'este pobre Simão Rodrigues, que, andando sempre em cata de missões remotas, nunca achou céo para sahir de Portugal, onde sua companhia lhe talhava tarefa com que não poderia carregar hombros menos robustos que os do mestre!

Navegava a frota com vento prospero e de feição, empregando os missionarios durante a viagem suas horas em fazer praticas espirituaes, ouvir confissões e exercer outras obras de piedade, com o que, é provavel, careassem a vontade e sympathias dos navegantes, como costumavam os da companhia a exemplo de Francisco Xavier, quando em navios portuguezes faziam viagens de longo curso (7). Com o governador importava, porém, que as obras fossem outras para que fossem maiores os fructos.

Tinha Thomé de Sousa por devoção não comer cabeça de peixe nem de outro qualquer animal, por honra de S. João Baptista; reprehendeu-lhe Nobrega este costume supersticioso, aconselhando-o a cuidar de outras devoções, e para melhor o convencer fez lançar ao mar uma sedella, vindo incontinente com geral espanto uma cabeça de peixe sem o resto do corpo,que,segundo os chronistas, tinham os anjos cortado e apparelhado para este milagre (8).

Estes e outros semelhantes factos,de que estão cheias as chronicas dos jesuitas, terei occasião de mencionar muitas vezes no decurso d'este trabalho, deixando ao criterio do leitor decidir á luz da simples razão quaes sejam os gráos de veracidade que no seu conceito elles mereçam. Quanto a mim são tantos, tão maravilhosos, occorrem com tanta frequencia, a proposito de circumstancias tão ligeiras e por meio de todos, ainda dos meninos da mais somenos congregação de Jesus, que a sua narração se nos antolha não como originada de pura credulidade, senão como filha do desejo d'encarecer o merecimento dos servos de Deus e da santidade do instituto, por intervenção de cujos filhos,

(7) Veja-se no fim a nota A.
(8) Veja-se tambem no fim a nota B in fine.

Deus se servia de praticar cousas tão extraordinarias, estupendas e incriveis. Mas n'isso mesmo se funda meu reparo: que, se ha milagres, como diz a religião e eu piamente creio, não me parece por outro lado que Deus haja de derrogar a todo o momento as leis eternas da natureza para fins talvez, ou antes quasi sempre, inferiores aos meios empregados. Um milagre, que bastaria para a conversão do universo á fé christã, me parece mal cabido quando d'elle não resulta que a canonisação de um santo; e assim tambem, anjos, que descessem dos céos, teriam mais que fazer na terra do que cortar a cabeça a um peixe, só para que os companheiros de Nobrega tivessem mais entrada no animo do governador do Brasil! Nobrega porém nenhuma parte teria na propalação d'este facto, que se diz referido pelo proprio governador e que só foi publicado um seculo depois de acontecido.

29 *de Março de* 1549—*chegada do governador e dos jesuitas á Bahia*

A frota de Thomé de Sousa, que se compunha de cinco navios, com seiscentos voluntarios, quatrocentos degradados, e entre elles alguns casaes, aportou á Bahia no dia 29 de Março seguinte: desembarcaram na Villa-Velha, povoação em que vivêra Diogo Alvares (*Caramurú*), e residencia do primeiro donatario, mas que já tinha sido entrada dos selvagens no tempo de Francisco Pereira. Este acontecimento e porventura outras informações persuadiram o rei a mandar inserir nos artigos do regimento do governador o exame do lugar em que estava assentada a povoação de S. Salvador, e ver se era accommodada para fundação de uma cidade, que se devia constituir em séde dos dominios portuguezes na America, e não lhe parecendo tal, escolhesse outro. Assim de feito pareceu a Thomé de

Sousa, e a povoação, que se achava no lugar onde hoje se vêm as igrejas da Victoria e da Graça na cidade da Bahia, foi transferida a meia legua mais para o norte a começar da freguezia da Sé. Deu-se começo ás edificações com a missa votiva do Espirito-Santo, celebrada em um altar portatil pelo padre Nobrega, que servia tambem de parocho, e proseguiu-se n'ellas com tanto ardor e constancia, activados os recem-chegados pela necessidade e movidos os indigenas da curiosidade, que no fim de quatro mezes, erguidos o palacio do governador, casa da camara e contos, não definitivamente, mas segundo a urgencia; baterias para a defesa da cidade, sobre o mar e para o lado de terra, além de outras fortificações, como muros de taipa e mais de cem fógos para os moradores.

Emquanto se occupava Thomé de Sousa com estas obras, não se esqueciam nem elle, nem os jesuitas da igreja principal, da invocação de Nossa Senhora da Ajuda, onde depois de prompta os jesuitas celebraram missa, faziam prégação, doutrinavam e administravam os Sacramentos, para o que tinham provisão do Santo Padre afim de exercerem os officios de curas d'almas. Mas, como isto era contra os estatutos da ordem e só para o caso de faltarem religiosos regulares, *apenas estes chegaram, elles se viram desapressados* de semelhante encargo e entregaram a igreja a quem cumpria, para que servisse de matriz. Então arranjaram o seu hospicio no monte chamado do—Calvario—, no meio dos gentios domesticados que povoavam as fraldas e cume do monte, para se entregarem exclusivamente, como apregoavam, ao cuidado da conversão e civilisação dos selvagens.

Importa por derradeiro não louvar só as excellencias do systema de catechese e d'aldêamento dos jesuitas, escurecendo o que ha n'elle de pernicioso e incompleto. Se se

proclamavam estremos defensores da liberdade dos indios, se lastimavam as crueldades de que eram victimas, não foi por amor e dó d'esses infelizes, senão como meio de opposição ás outras ordens religiosas e aos colonos, seus competidores no commercio e lavoura, e no fervor das lutas contra os governadores, bispos e todos quantos não eram da companhia. Houve, é certo, conversões pela prédica, pela persuasão, pelos meios brandos; a mór parte d'ellas, porém, pela coacção e viva força, de que foram conselheiros e instigadores até os primeiros missionarios e mais santos varões e apostolicos membros da sociedade. O padre Nobrega, escrevendo ao primeiro governador do Brasil, Thomé de Sousa, expressa-se a esse respeito do seguinte modo: « em mentes o gentio não for senhoreado por *guerra e sujeito como o fazem os castelhanos* nas suas terras que conquistam, não se faz nada com elle.» O padre Joseph d'Anchieta insistia por sua parte: « sobre estes indios já temos sabido que *por temor se hão de converter mais que por amor.*» Notava tambem depois d'elle o padre Ruy Pereira: «ajudou grandemente a esta conversão (dos indigenas) cahir o governador na conta e assentar que *sem temor não se póde fazer fruito*:» Vamos agora ao padre Antonio Vieira, que tanto se esforçava a favor dos indios e que todavia aconselhava a força para os domesticar, comparando-os á murta que, para se lhe afeiçoar nos jardins estatuas e outros ornatos, cumpre *talhal-a á thesoura*! Em vez de conversos e attrahidos ao gremio da civilisação e do christianismo, moviam-lhes guerra os padres, organisando *bandeiras* ou *descidas*, verdadeiros corpos militares, para os caçar como féras, preal-os e conduzil-os manietados para as missões, onde reduzidos ao mais duro captiveiro eram empregados, e n'outros misteres braçaes, e castigados rigorosamente quando se esquivavam ao trabalho. Em vez de

os civilisar, infiltrando-lhes nos espiritos em completas trevas a luz purissima e suave do Evangelho, substituiam-se aos *pagés* ou feiticeiros e á *tupan*, á *anhangá*, aos *manitòs* e á esse esboço de religião idolatra um Deus vingativo e cruel, e as mais extravagantes praticas de uma grosseira e ridicula superstição. Nem leitura, nem doutrina a não ser as orações, nem artes ou officios a não serem aquelles de que se utilisavam na agricultura. Fazendeiros e senhores d'engenhos d'assucar, só cubiçavam os jesuitas aos lucros enormes que provinham do monopolio na permuta dos generos com detrimento das populações e das rendas do Estado. Não declamo, repito em breves e rapidos traços aquillo que se encontram nos documentos e o resultado d'estudos desprevenidos e imparciaes, e para aquelles que desejam mais larga noticia, remetto-as para o que a este respeito escreveu o Sr. conselheiro Mendes Leal e que aqui junto em nota (9).

Chronica da Companhia de Jesus pelo padre mestre Balthasar Telles. Livro III, vol 1 (10).

Espalhadas as missões pela Europa, Asia, Africa, o padre mestre Simão não limitou o seu grande espirito a um só mundo.

Anno de 1549.—Succedeu n'esse anno a primeira missão que mandou a companhia ao Novo-Mundo.

Balthasar Telles pretende que não havia no Brasil quem

(9) Vej. nota C—in-fine.

(10) Devemos o ter compulsado esta obra rara á obsequiosidade do Sr. Innocencio Francisco da Silva que nol-a emprestou com a primeira edição da *Chronica da Companhia de Jesus* pelo padre Simão de Vasconcellos com tanta promptidão e obsequiosidade, que nem sei como encarecel-a e agradecer.

désse aos indios as boas novas do Sagrado Evangelho. Que o primeiro prégador fôra o padre fr. Henrique, da religião seraphica, que depois foi bispo de Ceuta, porque prégou nas praias da capitania do Porto-Seguro, e celebrou missa, durante as quatro semanas, ou pouco mais, que a armada de Pedro Alvares alli esteve surta. Não sabiam que d'elles viessem outros religiosos ou prégadores ao Brasil a não serem tres ou quatro da mesma ordem, « que tambem acudiram á capitania do Porto-Seguro, aonde ainda hoje se mostram as ruinas das pobres casinhas, aonde santamente habitavam.» Um d'elles morreu afogado, e d'ahi vem o nome do *Rio de Frade*, os outros foram mortos pelos indios.

Diz que o rei D. João III, mandára chamar o padre mestre Simão, e ordenou-lhe que escolhesse religiosos de grandes espiritos para com a doutrina evangelica trazerem ao aprisco de Christo aquellas féras que viviam sem lei.

O padre Simão que não podéra acompanhar S. Francisco ás Indias, houve que Deus lhe offerecia a missão do Brasil : era comtudo mestre do principe, e conta Balthasar Telles que àpezar d'isso o rei lhe déra tal permissão,mas limitada por tres annos. Porém que estava tudo preparado para esta empreza, havendo elle já tirado e obtido a licença de Loyola. Ia com dez companheiros, e fazia de conta partir no começo de 1549. Esperava sómente que chegasse de Roma o padre Martinho de Santa Cruz, que tinha ido áquella santa cidade, sobre materias de grande importancia para a provincia de Portugal e em especial para o collegio de Coimbra.

O padre Santa Cruz morreu, quando era esperado, vieram além d'isso tantos negocios graves occasionados de tão gravissimos impedimentos, que o padre Simão não pôde ir.

Não podendo ir em pessoa, escolheu seis religiosos

para darem principio a tão gloriosa empreza, cujos nomes são (11):

O padre Manoel da Nobrega, superior e padre provincial d'aquella provincia.

O padre João de Aspilcueta.

O padre Antonio Peres.

O padre Leonardo Nunes.

E os irmãos Vicente Rodrigues e Diogo Jacome.

Partiram com o primeiro governador Thomé de Sousa, que veiu a ser veador da fazenda d'el-rei D. João III, e da rainha D. Catharina.

Partida dos padres com Thomé de Sousa em Fevereiro de 1549.

Thomé de Sousa partiu levando os padres em principio de Fevereiro de 1549.

Com viagem prospera e monção tendente chegaram á Bahia de Todos os Santos, e desembarcaram na Villa-Velha. Armaram uma cruz em campo raso, á sombra da qual se alojaram no mesmo lugar por espaço de um mez, emquanto tratavam de ganhar as vontades dos barbaros e escolhiam sitio para a nova cidade, que queriam fundar. Receioso dos indios, o governador trazia a sua gente em ordenança de guerra, comtudo « os indios, esquecidos da sua natural fereza, se vieram metter entre os portuguezes, fiando-se d'elles e admittindo o commercio e resgate que entre si faziam, como se de muito tempo se conheceram. Vendo pois que elles não impediam, antes ajudavam a fundação da cidade, repartiu o governador entre elles

(11) Livro III; cap. II, n. 7.

certos lugares e sitios para que edificassem as suas casas, etc. (12)»

O autor diz que o governador levára do reino a planta da nova cidade, o que não parece crivel.

Andavam todos occupados com suas casas, já com os muros da cidade, conforme a repartição, que tinham. Os padres eram *sós* que acudiram á obra da igreja, servindo de carpinteiros e pedreiros, etc. Sem alimentos, porque até então não tinham ordenado d'obrigação, e não querendo ser molestos ao governador, pediam de porta em porta; mas quando os portuguezes se mal precataram a igreja, estava capaz de missa, em que prégaram e administravam os sacramentos, fazendo o officio de cura d'almas, que então não haviam sacerdotes.

Chamou-se a igreja de Nossa Senhora da Ajuda. «Porém como o seu intento só era acudir aos portuguezes n'esta falta, tanto que do reino veiu pessoa sufficiente para curar d'aquellas almas, lhe largaram o sitio e a igreja, que com tanto trabalho tinham edificado; indo-se morar entre os gentios com grande edificação dos portuguezes.»

Pozeram a sua residencia fóra dos muros, em um monte chamado do Calvario. Este monte estava n'aquelle tempo pelas fraldas e encostas povoado de gentios nas suas pobres choças e choupanas.

As difficuldades da conversão eram grandes, além da rudeza natural; e « cégos só obravam pela natureza depravada pelo peccado.»

« Por outra parte tambem a vida pouco exemplar de alguma gente portugueza (que n'aquelles tempos, obrigada por justiça a ir povoar o Brasil) sua cobiça, seus enganos

(12) Cap. V.

e sua devassidão nos costumes, faziam, entre aquelles gentios odioso o nome christão.»

Os padres poucos, ignorantes da lingua, começaram a aprendel-a, e doutrinavam os gentios que viviam por aquellas montanhas por meio de alguns portuguezes, que já lhes podiam servir de interpretes. Tom. 1° pag. 452 n. 3

Os indios vão cobrando aos padres grande respeito e amor,—vinham buscal-os como se de muitos annos os conhecessem—já não os estranham, — já se fiam d'elles, pedem-lhes remedio nas suas enfermidades — baptismo, etc. n. 5

Os padres mais confiados já os reprehendiam nos seus vicios, mas não produziam effeito quanto á golodice da carne humana.

Um dia os indios da baixa do monte sacrificam um indio. Ouvem os padres os gritos e arruido das ceremonias para o sacrificio, acodem e acham o prisioneiro já estirado por terra, reprehendem-n'os das suas infames iguarias e tiram o cadaver das unhas d'aquelles leões carniceiros. Os homens attonitos consentem. As mulheres porém, e principalmente as velhas, vendo-se frustradas, soltam gritos espantosos, amotinam os mais gentios a virem demandar a presa aos padres. Estes já o tinham enterrado. Vieram aquelles, revolvem a terra, sacam o cadaver, cortam-lhe um braço. Os padres instam, elles se aquietam, e voltam. As velhas vendo-os chegar sem o corpo, estranham-lhe a cobardia, elles volvem então armados. Os padres tendo aviso, se recolhem á cidade por ordem do governador. n. 6 e 7

Pouco faltou que os indios não entrassem os muros da cidade.

No sitio a que os padres se recolheram, na Bahia, se fundou pelo tempo em diante o collegio dos padres.

O governador fez os indios se afastarem da comvisinhança da cidade por meio das armas de fogo.

n. 8 Os portuguezes os chamam, « julgando as cousas mais por paixão humana que por rezões divinas; dizem que os padres foram causa d'aquelle motim com seus imprudentes fervores e zelo indiscreto, pondo á risco a cidade toda e seus moradores, tirando o commercio e resgate com os indios, que tanto lhes importava. »

« O governador acudiu a isto com a sua prudencia e christandade,—que os padres o fizeram com bom intento, e que por seu meio e santo zelo lhes havia Deus de fazer muitas mercês. »

Os indios, passada aquella primeira colera e apetite desordenado, vieram mui arrependidos pedir perdão aos padres e paz aos portuguezes.

n. 9 Disseram então que havia outros muitos semelhantes prisioneiros, retidos por outras povoações, com o intento de os cevarem para os comer. Já que lhes não podiam salvar o corpo, entenderam com as almas. Foram lá, dão-lhes doutrina e baptismo.

Os indios pensam que a carne humana depois do baptismo perde muito de sabor, que d'antes tinha, de modo que d'alli por diante não consentiam que os padres tratassem com taes prisioneiros.

n. 10 Não é crivel o que diz o autor—« que os padres iam a estas festas como folgando de assistir a ellas,—viam e ouviam tudo, e quando os tinham descuidados, um se chegava ao padecente, instruia-o na fé, e dava-lhe o baptismo com a agua de um lenço. »

n. 11 O que então se julgou impossivel, se pôde conseguir por fim, que cessaram de comer carne humana, e se fizeram ovelhas de Christo.

[illegible] padres iam como folgando [illegible] mui descuidados [illegible]

Abr

O padre Manoel da Nobrega, entrou para a companhia no anno de 1544 (13).

Era bacharel formado em canones e conhecidamente o melhor do seu curso, « com boas esperanças dos grandes despachos, assim por suas partes, como pela muita valia que tinha. O pai, desembargador, um tio chançarel-mór e mui valido d'el-rei.» (14)

No fim de seus estudos vagou uma collegiatura, oppôz-se Manoel da Nobrega, com outro que lhe era inferior, mesmo á juizo do seu mestre o doutor Martim d'Aspilcueta Navarro. O que sabia menos, foi o preferido. Entrou para o collegio. Sahia do collegio a fazer doutrinas pelas cidades e lugares visinhos—muitas missões pelo reino todas a pé e pedindo esmolas — e fóra do reino, á Salamanca e á Santiago.

Desenganado o padre Simão, de que não podia ir ao Brasil, resolveu mandar em seu lugar o padre Manoel da Nobrega, então em Coimbra. O padre veiu a pé ; mas por mais pressa que se deu, já era partido o governador quando elle chegou a Lisboa. Embarcou-se pois com Antonio Cardoso de Barros, sem companheiro algum, até que se encontrou com a frota, onde se passou para a náo do governador, na qual iam seus companheiros.

No navio empregou-se em praticas espirituaes, confissões e outros officios de piedade, e o governador lhe toma por tudo isso muita affeição.

« Houve um caso, polo qual quiz Deus indicar qual era a virtude d'esse milagroso varão, e quanta estima queria que d'elle tomasse o governador pera ao diante o favorecer

(13) Balthazar Telles. Liv. III, cap. VI, n. 2.

(14) Idem, idem, n. 3 — Vasconcellos, *Chronica da Companhia*, Liv. II.

nas conquistas espirituaes, que no Brasil havia de emprehender.»

O governador não comia cabeça de peixe em commemoração da degolação de S. João Baptista. Foi isto pratica da mesa.

Nobrega o reprehende! Vendo o padre que o não podia persuadir com palavras, que deixasse aquella imaginada devoção, com uma certeza prophetica do que havia de succeder, disse ao governador que mandasse lançar uma linha ao mar, e que conforme o que tirassem, veriam qual era a vontade divina n'aquelle particular. «Lançou-se a sedela, e veiu no anzol uma cabeça de peixe—que os anjos sem duvida alli tinham cortada e aparelhada pera cumprimento da doutrina e verdade da religião.» O governador mandou logo cosinhar a cabeça e comeu-a com grande gosto e alegria,e repartiu d'ella pelos circumstantes.

Grande foi a opinião que por este caso e outros semelhantes cobrou o governador da santidade do padre Manoel da Nobrega.

« Era elle um pai mui amoroso pera os pobres, e unico remedio para os desamparados, assim portuguezes, como indios; elle foi o principal, que amançou e domesticou aquella gente, mais féra que as mesmas féras, elle os ajuntou em aldêas, elle lhes dava leis, elle os ensinava e doutrinava, e lhe tinham tão grande obediencia, que o que não podia acabar o governador por força de armas e violencia da polvora e pelouro, acabava o padre Manoel da Nobrega só com a sua presença e poucas palavras. » Livro III, Capitulo VII, n. 5.

Feiticeiros. Teve modo para fazer vir diante de si e de todo aquelle povo um famoso e celebrado feiticeiro de tanto nome e autoridade pelas respostas que dava e mésinhas que fingia, que era venerado entre os indios....

Chegado este autorisado feiticeiro a um grande terreiro no meio de infinito povo, que tinha concorrido e descido d'aquellas montanhas, « uns pera buscarem remedio de suas enfermidades n'este seu esculapio, outros pera verem o successo do desafio que havia de ter com o padre Manoel da Nobrega.»

« A este pois sahiu o padre ao encontro, e por principio do desafio lhe pergunta com grande imperio e liberdade em virtude de quem fazia as obras, que d'elle se contaram, se em nome de Deus creador do céo e da terra, se em nome do demonio, inimigo da geração humana: respondeu o barbaro com mais diabolica soberba que se podia esperar de nenhum ministro de satanaz,» que elle era o mesmo Deus, e filho do que reinava no céo, do qual era muito amado, e que muitas vezes se lhe tinha mostrado nas nuvens resplandecentes e entre temerosos trovões.»

Nobrega troveja-lhe como se o céo estivesse para cahir, intimida-o e o pobre diabo de joelhos pede que o faça christão.

Ensino.—Applicou-se a isso com todas as véras como quem bem entendia quanto monta a boa educação n'esta tão tenra idade. « Não se ouviam pelos matos senão cantigas ao divino, e resas e doutrinas.»

« Visitava o bom padre todas as aldêas, andando sempre a pé, e ainda depois de velho e mui doente, e talvez com os pés cheios de chagas acudia a todas as partes com um bordão na mão, subindo pouco a pouco pelas ladeiras mais ingrimes d'aquellas montanhas, e ainda que o espirito do seu zelo o animava, comtudo a fraqueza do corpo o retardava de tal maneira que talvez parava sem poder dar passo adiante, necessitando da ajuda de companheiro, que umas vezes o sustentava, e outras ia diante d'elle tirando-o pelo bordão.»

« Não vestia nunca cousa nova, nem usava de mantéo, andando sempre em corpo, como os mais irmãos por causa da muita pobreza em que viviam, e por andarem mais desempedidos nos grandes caminhos que faziam : nenhum perigo, nem trabalho recusou nunca pelo bem e salvação dos naturaes da terra, por cuja liberdade se punha em campo contra a avareza dos portuguezes, que os queriam captivar, soffrendo com muita paciencia e com notavel longanimidade os grandes odios e perseguições, que por esta causa se lhe originaram.»

A regra na companhia, assim como costume, é que a missa se diga em meia hora. O padre buscava dispensação para levar n'ella uma hora com muitas lagrimas, das quaes Deus lhe tinha concedido especial dom.

Guardador da castidade.—Confessa de publico em uma tormenta em que todos se davam por perdidos, que o que mais o consolava era ter conservado a sua pureza.

Capitania de S. Vicente. Os *Tamoyos* excitados pelas crueldades e tyrannias dos portuguezes levantam-se, assolam tudo, os portuguezes fogem e querem despovoar o sitio.

Nobrega se mette no meio d'elles, negocia a paz, fica mais o companheiro em refens de dez indios, que foram aos portuguezes.

Na *Capitania do Porto-Seguro* fez-se a casa de Nossa Senhora da Ajuda—muito milagrosa.—Era esta casa fundada na corôa d'um outeiro, em volta canaviaes pelos quaes tinham de passar para irem buscar agua na baixa, tanto para gasto como para as obras. Um irmão vendo o tronco d'uma arvore muito junto á ermida, pediu á Senhora o milagre de lhe dar agua n'aqualle lugar. Nobrega diz-lhes que mais podia a Senhora.

« Vão-se logo d'alli todos a dizer missa, e no meio do santo sacrificio arrebenta de subito « um grande torno de

agua no lugar assignalado no tronco da arvore, junto ao altar da Senhora.» Préga-se o milagre, concorrem todos a vêl-o, o dono dos canaviaes é o primeiro que a elle se rende e se torna mui devoto da companhia.

« Cresce a opinião da virtude do padre Manoel da Nobrega, a cuja intercessão attribuiam o milagre da agua, que ainda hoje corre.»

Passou o padre no *Rio de Janeiro* os ultimos tres annos da sua vida. « Deus lhe declarou que era chegado o ditoso fim de seus dias.» Sahiu a despedir-se por toda a cidade dos amigos e devotos da companhia, dava-lhes as graças pelas caridades recebidas, exhortava-os á piedade e á virtude, etc., com o que se fez n'aquella praia um grande pranto.

Recolheu-se ao collegio, e recebidos os sacramentos, expirou a 18 de Outubro, dia do glorioso evangelista S. Lucas.

« Em dia semelhante *nascêra*, entrára em outro tal para a companhia e emfim n'ella *morrêra*.» (15)

Foi o primeiro religioso da companhia que desembarcou e pôz o pé na terra do Brasil, sahindo da náo com sua grande cruz ás costas, até que a arvorou no lugar onde se alojaram todos com o governador.

Foi o primeiro e principal da companhia n'aquella provincia, continuando por espaço de trinta annos n'aquella nova e inculta vinha do Senhor, soffrendo com rara paciencia os costumes e barbarias d'aquelles indios, a variedade dos climas que mudava, a pobreza que n'aquelles primeiros tempos foi mui apertada. De entre os lances de sua vida trabalhada ha que citar o naufragio em S. Vicente, escapando d'elle sem saber nadar.

Fundou o collegio da Bahia.

(15) Livro III, cap. VIII, n. 9.

Começou o de Piratininga, e d'alli se passou para o Rio de Janeiro.

Fez a casa de S. Vicente, a do Porto-Seguro, com a ermida milagrosa de Nossa Senhora da Ajuda.

O padre provincial do Brasil, posto que nos primeiros *dez annos* só era *superior* sem o titulo de provincial, que cabia ao de Portugal, gozava das mesmas regalias.

O padre João de Aspilcueta, foi dos companheiros de Nobrega (16).

Natural do reino de Navarra, sobrinho do celebre dr. Martim d'Aspilcueta Navarro, cathedratico de prima da faculdade de canones, entrou na companhia em 1544.

Foi escolhido para esta missão pelo padre Simão por ser pessoa de grande exemplo e conhecido fervor.

« Havia por aquelle tempo no Brasil muitos malfeitores degradados de Portugal (que sempre esta praga perseguiu ao Brasil e as mais conquistas d'este reino.) »

Entre elles, Barbosa, com grande fama de valente, temerario e atrevido, perseguido pela justiça, acolhe-se á Sé, fez-se forte na torre dos sinos, defendeu-se, depois saltou d'ella e veiu rodando pelas muralhas á baixo, sem nenhuma lesão consideravel. Empoz larga prizão carregado de ferros, foi desterrado para o Brasil. Era o mesmo no desterro que tinha sido em Portugal (que assim costuma succeder). E' accommettido de longa enfermidade e desamparado nos braços da miseria, longe dos portuguezes. Vai-se o padre João, trata-o, limpa-o, serve-o de enfermeiro. A nada o bruto se move, que antes se irrita contra o padre, e o descompõe, e o acusa de desageitado e de descuidos. O padre com umas desciplinas entrou a flagellar-se diante da imagem de Christo, ao que vendo o mal-

(16) Liv. III, cap. IX. n. 1.

vado, lança-se-lhe aos pés todo pranto, mudou de vida, e era pasmo ver-lhe como seguia os padres, e quantas carolices fazia.

Não se contentando das aldêas que tinha junto das capitanias, metteu-se, diz o padre Balthasar Telles, (17) por mais de duzentas leguas pelo sertão a dentro, á pé por matos incultos e charnecas bravias, rios e lagôas, de que não sabia o váo, e deu com muitos gentios, aos quaes ia buscar, e trouxe-os para as aldêas. Voltou tão desbaratado no vestido, tão ferido e escalavrado pelo corpo, tão maltratado na saude, que em breves dias depois da volta, deu a alma ao Creador.

O padre Antonio Peres, outro companheiro de Nobrega (18), edificou muitas igrejas trabalhando por suas proprias mãos em o officio de pedreiro, e começou o collegio de Pernambuco.

« Recolhendo-se das aldêas dos indios pera o collegio da Bahia, do qual era superior, com grande fraqueza e enfermidade que ganhou, visitando aquelles sertões e descorrendo por aquelles matos, veiu a morrer como verdadeiro servo de Deus. »

O padre Leonardo Nunes veiu tambem com Nobrega (19).

Pouco depois da sua chegada foi mandado pelo padre Nobrega á capitania de S. Vicente « na qual havia alguns cinco lugares de portuguezes, que necessitavam muito da boa doutrina de tal missionario, porque os máos costumes e escandalosos peccados d'estes portuguezes, em parte eram peiores que os mesmos *Brazis* não tendo quasi mais

(17) Cap. IX, n. 8.

(18) Cap. X, n. 1.

(19) Cap. X, n. 2.

que o nome de christãos». (20) Reformam-se em parte, se bem que com difficuldade.

Edificam estes povos casa e igreja, com tanto fervor e tão especial vontade, que os principaes da terra traziam a madeira do mato ás costas, contribuindo todos com suas esmolas, — muitos que quasi nunca se confessavam nem commungavam, frequentavam estes sacramentos com notavel devoção.

Acudia ao mesmo tempo a muitas partes com remedio e doutrina, e por modo tão incrivel que os indios apezar de bons caminheiros lhe chamavam o *Padre Voador.*

Entrou mais de cem leguas pelo certão,—tirou das garras dos *Tamoyos* muitos portuguezes e castelhanos, baptizou milhares de indios com grande trabalho, mas tambem com muito proveito.

Veiu a morrer por obediencia, porque mandado chamar á Roma pelo fundador para tratar com elle das cousas da provincia,—acabou a vida com quasi todos que vinham na viagem em um lastimoso naufragio do qual escaparam poucos, os quaes deram larga noticia de como o padre trabalhou para ajudar os companheiros n'aquelle ultimo perigo.

Foram mais n'esta missão dois irmãos, que no Brasil se ordenaram de missa,—Vicente Rodrigues, que correu toda a costa convertendo gentios e prégando aos portuguezes,—alli morreu (21).

O segundo, que tambem no Brasil se ordenou de missa, foi o irmão Diogo Jacome (22).

(20) E' a denominação que davam os chronistas e colonos aos indigenas.

(21) Vej. Orlandini, liv. 8, n. 81.

(22) B. Telles, cap. X, n. 6.

Logo em chegando este ao Brasil, foi enviado á capitania de S. Vicente com o padre Leonardo, e d'alli se passou sem detença á capitania do Espirito-Santo, acudindo sempre ás aldêas que alli havia.

Torneava contas para as dar aos indios, officio que aprendeu comsigo por caridade, «tanto ella é engenhosa.»

« Foi este bom padre o primeiro que no Brasil deu motivo pera entre os nossos se renovar o que antigamente faziam aquelles santos do ermo, procurando saber algum officio mechanico, servindo-lhes esta occupação para evitarem a ociosidade nos tempos que lhes sobejavam, e pera ajudarem sua sustentação com o trabalho de suas mãos e com o suor de seu rosto; e assim sabemos que tivemos no Brasil, n'este tempo, insignes officiaes, pedreiros, carpinteiros, sapateiros, ferreiros, e de outros semelhantes officios, usando d'estes traços para acudir áquelles pobres *Brazis.*»

« D'esta maneira o bom padre com o officio mechanico deu exemplo a muitos nossos que os exercitavam no Brasil com grande edificação dos religiosos.»

Mandado acudir a uma christandade, não se quiz escusar com a enfermidade que já padecia,—e morreu em caminho.

Anno de 1550

Recebidas as primeiras cartas do padre Nobrega (23), e de seus companheiros no collegio de Coimbra, todos se alvoroçaram para o irem acompanhar na sua missão.

A escolha foi facil, pois todos a desejavam; foram n'este

(23) Cap. XIII

anno quatro (24), os padres, Salvador Rodrigues, Francisco Pires, Manoel de Paiva e Affonso Braz.

Tom. 1° pag. 490 n 2

Padre Salvador Rodrigues, homem de maravilhosa simplicidade e admiravel obediencia ; de sorte que não fazia cousa alguma sem particular ordem e direcção do superior. Andando elle já muito doente e consumido nas forças, e estando na Bahia, acertou de partir o padre Nobrega para S. Vicente, o que lhe disse. «Animae-vos, não morraes até que eu torne a esta cidade,» — tomou isto o bom do padre tanto devéras e com tanta singeleza de obediencia, que crescendo a molestia, elle sentiu de não poder morrer por falta de licença, pois que o padre Nobrega não valtaria senão d'ahi a muitos mezes.

n. 4

A morte respeitou simplicidade tão santa, e obediencia tão perfeita (25). Chegou n'esse tempo o padre Luiz da Grã que vinha por collateral do provincial do Brasil, e sabendo d'isto, e achando o padre no extremo da fraqueza e com ardentissimos desejos de ir em paz de Deus, lhe tirou o escrupulo, dizendo-lhe que podia morrer quietamente, que elle pela commissão que tinha do padre-mestre Simão, e poderes que tinha de superior o podia desobrigar da obediencia.

n. 4

Consolou-se, e desejava morrer em dia da Assumpção, de que era particularmente devoto « recebeu os sacramentos e esteve em seu perfeito juizo até ser meia noite da vespera d'aquelle dia, no qual ponto entrou em passamento e deu o espirito nas primeiras luzes d'aquelle dia.»

(24) O padre A. Franco na *Synopsis* diz que aos quatro, se ajuntaram mais sete do seminario dos orphãos para ensinar a fé no Brasil (anno de 1550). Que estes com seu superior, o padre Domingos, fundador do tal seminario, foram com os mais meninos até ao lugar do embarque, em Belem, com grande commoção e novidade do povo.

(25) Cap... n. 4.

O segundo foi o padre Francisco Pires, (26) varão verdadeiramente dos escolhidos de Deus, por seu grande exemplo e extremada virtude,—não podendo tomar a lingua da terra, se aproveitava de interpretes, por meio dos quaes fez grandes serviços a Deus. n. 5

Pouco depois da sua chegada, foi mandado pelo padre Nobrega com alguns de seus companheiros para a capitania do Porto-Seguro, para alli dar principio á residencia da companhia. Assim o fez, edificando uma casinha para os nossos se recolherem, e ajudando a fazer a ermida de Nossa Senhora d'Ajuda, tão celebre hoje, e tão frequentada em razão da fonte milagrosa.

O padre Francisco Pires teve muita parte n'este milagre, por ser elle quem officiára a missa quando deu-se esse milagre.

Foi superior em muitas residencias d'aquella costa, e reitor do collegio da Bahia, e depois de muitos trabalhos e caminhos até chegar de puro cançaço a lançar sangue pela boca, veiu a acabar ethico no mesmo collegio da Bahia.

O terceiro foi o padre Manoel de Paiva, (27) que entrára no collegio de Coimbra, sendo já sacerdote e cura d'almas; homem de muita paz e assento, de grande lhaneza em seu trato, e sinceridade em sua conversação, em quem não havia engano nem malicia. n. 6

Entrou para a companhia, estando occupado e recolhido nos exercicios espirituaes, o noviço se esqueceu d'elle, e lhe não levou de comer. Assim se passaram dois dias, persuadindo-se o padre que isso era modo de provar a sua paciencia. Reflectindo depois, quiz persuadir-se de que

(26) Cap. XIII, n. 5.

(27) Cap. XIII, n. 6.

era pobreza da casa, e que por falta de meios lhe não davam de comer. Vai-se a um par de luvas velhas, que lhe tinham ficado do tempo de suas grandezas, e pede ao irmão que por ellas lhe houvesse de comprar alguma cousa de comer : o noviço então cahiu em si e referiu o caso ao superior; que estimou muito a paz e soffrimento do bom sacerdote.

n. 7 Outro caso. Chegando ao Brasil, vendo os apertos que todos passavam, e a falta de meios que havia para se acudir aos pobres, doentes, e principalmente aos indios novamente convertidos, lembrou-lhe o exemplo de S. Paulino, bispo de Nola, o qual se fez captivo dos vandalos para resgatar o filho de uma pobre viuva da sua diocese : desejou com muita caridade que o vendessem para acudir aos padres e remediar as faltas que havia nas igrejas entre os christãos que de novo se baptizassem.

Quiz o padre Nobrega deixar n'este servo tão raro exemplo de caridade, que lhe agradecia muito aquella boa vontade o que era contente que o vendessem. Entrega-o a um corretor de escravos, que o trouxe muitos dias pelas ruas e praças com pregão publico, até que um cidadão (que não devia ser dos mais maliciosos) offereceu por elle cento e vinte mil cruzados, para o ter por capellão em sua fazenda. O padre rogava ao lançador que désse mais alguma cousa porque os padres estavam muito pobres, e que elle o serviria valentemente, offerecendo-se para todo o serviço da casa.

n. 8 Soube Nobrega quanto se subia no preço d'este leilão e quam devéras tratava o padre Paiva da sua venda. Mandou-o vir para casa, declarando aos lançadores, que o que pretendera com esta almoeda não era vender o padre, que estimava em preço infinito, mas que só queria dar

mostras ao mundo da grande caridade e humildade d'este virtuoso servo do Deus.

« Não se póde dizer em poucas palavras, o muito que este bom padre serviu a Deus Nosso Senhor nas partes do Brasil, ajudando aos portuguezes, e indo sempre adiante nos seus exercitos contra os barbaros e gentios *Tamoyos* por mar e por terra, visitando todas as capitanias, collegios, residencias e aldêas, por onde os nossos religiosos andaram espalhados, cultivando aquella tão estendida e trabalhosa vinha.» (28)

«Tal era o zelo e tão cordial o affecto que o padre Ignacio d'Azevedo mostrava da salvação d'aquellas almas, que quando via vir das aldêas os padres e os irmãos, que os instruiam nas cousas da fé, descalços, cheios de lama, magoados ou feridos dos matos e charnecas por onde atravessavam, se lançava de joelhos, e por devoção lhes beijava os pés, reverenciando n'elles assim escalavrados, a graça e a formosura que o propheta Isaias achava nos pés dos prégadores que caminhavam pelas montanhas, annunciando a paz e o Evangelho.» Isaias, cap. 52 n. 7. — *Quam pulchri super montes pedes annunciantis prædicantis pacem!*

Concluida a visita, continúa o padre Ignacio de Azevedo com o cargo de provincial do Brasil.

Havida licença do geral, voltou a Portugal, não para deixar o Brasil, mas para buscar mais gente e chamar outros pescadores, que o ajudassem a tirar as redes, que deixava lançadas nos mares vastissimos d'aquella grande gentilidade, não menos barbara nos costumes, que desamparada de mestres.

Chegou a Lisboa, partiu logo para Almerim, a se encon-

(28) Cap. XIII, n. 9.

trar com el-rei D. Sebastião, e fez-lhe os seus requerimentos.

n. 3. O rei tratou de o favorecer, nomeou para governado- D. Luiz de Vasconcellos de Menezes, fidalgo de muito valor, commendador da Vallada da ordem de Christo, e filho de D. Fernando de Menezes.

«Ao padre Ignacio de Azevedo mandou fazer com toda a liberalidade, os gastos pera sua pessoa, e pera quantos religiosos fossem com elle.»

n. 4 D'aqui se passou a Roma a requerer do Santo Padre outros favores espirituaes.

n. 6 e 7 Alcançou d'elle grandes graças, muitas indulgencias e reliquias de grande preço. Trouxe então a copia do quadro da Virgem Maria, tirado pelo Evangelista S. Lucas, Nossa Senhora do *Populo*, como lhe chamava o padre Telles, ou de Santa-Maria Maior, como se lê na emenda á margem do exemplar da Academia Real das Sciencias de Lisboa, de onde fiz este extracto. Trouxe o padre Ignacio, além d'isso sacerdotes da Italia e d'Hespanha.

Tom. 2º pg. 35 n. 9 « Chegou o padre com este exercito de anjos » a Lisboa, deixando na cidade do Porto fretada a metade de uma náo, chamada S. Thiago, pera que os viesse tomar a Lisboa, e se partissem logo, sem querer esperar pela armada e pelo governador do Brasil, D. Luiz de Vasconcellos, que ainda estava devagar, porque estas cousas de armadas reaes e jornadas de semelhantes personagens, vão sempre com grandes detenças, ou por negligencia dos ministros que são vagarosos em despachar, ou por culpa das partes, que são importunas em requerer.»

Como quasi todos eram jovens, com uma cruz arvorada diante de todos, sendo o primeiro em acommeter, porque era homem robusto, e de grandes forças, que a nenhum trabalho se negava, e ficando sempre o ultimo em se reco-

de Paiva

lher, por cujo meio alcançaram os portuguezes gloriosas victorias d'aquelles crueis inimigos; succedeu algumas vezes, que despedindo contra elle os barbaros innumeraveis frechas, sendo tão certos no atirar, de nenhuma permittiu Deus que o acertassem, não sem grande espanto dos mesmos *Tamoyos*, que depois perguntaram quem era aquelle de uma roupa comprida, que andava com uma cruz na mão, diante de todos, ao qual nenhum de seus grandes tiradores podiam frechar. Com o mesmo cuidado solicitava o bem dos indios, que se convertiam dos quaes era um pai commum. «Finalmente n'estes e outros santos exercicios gastou a vida o bom velho Manoel de Paiva, até Nosso Senhor o chamar pera si, com uma doença prolongada, que passou na capitania do Espirito-Santo, sem com ella dar trabalho, nem molestia a alguem, até acabar santamente, carregado de dias e cheio de merecimentos.»

Tomo 1.º pag. 495, n. 9

O quarto foi o padre Affonso Braz, superior dos mais, homem de grande virtude e mui digno do cargo, que lhe deu o padre-mestre Simão Rodrigues, pois como superior sempre foi diante dos companheiros no exemplo e no zelo das almas.

n. 10

« Foram* os ultimos que o padre Simão, d'estes reinos mandou pera o Brasil.»

n. 10

Por morte de S. Ignacio foi á Roma o padre Ignacio de Azevedo e assistiu á primeira congregação geral, em que foi eleito preposito-geral da companhia o padre Manoel Diogo Laynes.

Tomo 2.º pag. 28 n. 7

Morrendo o geral em Janeiro de 1565 (29), ajuntaram-se os padres portuguezes em congregação provincial para nomearem quem havia de ir a Roma á creação do novo geral

(29) Parte 2ª, cap. VI, n. 7.

* N'este extracto [illegible]

(que sahiu o beato Francisco de Borja) e foi a isto o padre Ignacio de Azevedo por procurador da India e do Brasil.

Voltou a Portugal, tendo feito todas as instancias possiveis para a jornada da India ou do Brasil.

Logo em 1566, o nomeou o B. padre Francisco de Borja, novo geral da companhia, para visitador do Brasil «que d'esta maneira, ja de longe o chamava Deus para a gloria do martyrio (30).

Embarcou-se na primeira occasião que se lhe offereceu.

Partiu de Lisboa com mais oito religiosos da companhia.

n. 2.

« Entrou no Brasil, e com sua chegada, tomaram melhores alentos, e conceberam novos espiritos, assim os da companhia, a quem muito consolou, como tambem os novos christãos, cujo bem por todas as vias procurou, apezar de innumeraveis trabalhos e de grandes perigos, que passou — e havia em Lisboa rebate de peste (anno de 1570); foi por isso com os seus companheiros para uma quinta do collegio de S. Antão, que está na banda d'alem.

passou — d'aqui passa p.ª a pag 87 [illegible] de e vai até a pag 88 [illegible]

Esta quinta, ou antes vinha, chamada Valderosal, está na banda d'alem, termo de Almada, limite de Caparica. freguezia do Nossa Senhora do Monte, distante de Cassilhas uma legua. « Fica esta quinta no meio de uma grande e estendida charneca, é o lugar todo á roda mui tosco, secco, e esteril, cheio de silvados incultos, continuado de matos maninhos e de areaes escalvados, escondido em valles, cercado de brenhas, coberto de pinheiraes bravios, de zimbros, de tojos e outros frutices silvestres: mui frequentado de corças e veados, infestado de lobos e d'outros semelhantes animaes montezes.»

Por outra parte é o lugar um santo retiro; mui solitario, tem estradas e caminhos mui livres, sahidas mui alegres.

(30) Idem, idem, n. 8.

A' meia legua para o poente o mar—« pera o qual se desce por umas quebradas, entre algumas barrócas, que o tempo e a corrente das aguas tem abertas. Do alto d'estas quebradas se sobe pera algumas assomadas, que têm vistas mui aprazíveis, mui largas e mui formosas, porque se descobre todo este grande valle, que começa quasi ao pé da montanha de Palmela e se vai estendendo até Nossa Senhora do Cabo, e d'ahi volta pera Caparica, e vem a fazer em roda cousa de doze ou treze leguas; além d'isto se descobre d'alli muita parte da cidade de Lisboa, e se vêm montes mui formosos, como é o de S. Luiz e a serra da Arrabida, que ficam pera a parte do sueste, e tambem se alcança pera o noroéste a formosa serra de Cintra, e tem outras vistas de longes mui saudosos.»

D'estas assomadas se descobrem mui largamente as estendidas campinas do oceano, praia de seis leguas da ponta da Trafaria, junto a Caparica, até o cabo Espichel. n. 3.

O continuo crescer e baixar das marés, o rôlo do mar, a ressaca das ondas, a vista de mui formosos horizontes, e larguezas d'aquellas immensas aguas, dá grande occasião para se pensar no Creador.

N'esta quinta se ajuntaram com o padre Ignacio mais de sessenta companheiros seus, além de outros que tambem alli se alojavam, esperando ir para as Ilhas da Terceira e Madeira para alli promoverem as fundações d'aquelles collegios. Depois do padre Ignacio, o mais antigo era o padre Diogo de Andrade. Pag. 30, n. 5

Cinco mezes aqui se deteve com os seus ditosos companheiros.

Chegado o tempo da embarcação, se passou para a casa de S. Roque com o seu esquadrão de martyres.

Embarcou-se na náo, conservando-se com pontualidade todos os exercicios religiosos.

Chegaram á Madeira. D'ahi a náo Santiago passou á ilha da Palma, uma das Canarias, para tomar carga. Corriam noticias de corsarios, deu licença para ficarem os que se temessem. Ficaram quatro, que depois foram despedidos da companhia, por outras faltas. «Faltou a virtude pera morrer religiosos, aos que lhes faltou o animo pera morrerem martyres.»

A' duas leguas do porto da Palma, se levantou um temporal, que obrigou a náo a vir tomar um surgidouro, que está atraz da ilha, chamado Terçacorte, afim de esperar melhor tempo para ferrar o porto da Palma. Desembarcou, hospedou-se em casa de um flamengo, fidalgo, que o quiz persuadir a ir-se por terra, por serem aquelles mares muito infestados.

O padre hesita, depois resolve-se e parte n'um sabbado do surgidouro de Terçacorte; fez um grande rodeio pela Gomeria, e n'outro sabbado pela manhã,ao romper d'alva, se acham a tres leguas do porto da Palma,

Andava alli um famoso corsario da Rochella, Jaques Soria, em um possante galeão, com mais quatro náos acommette a náo portugueza que resiste. O padre tirando a imagem de Nosso Senhor, por S. Lucas, apresenta-a aos seus e os exhorta.

Rende-se a náo. Soria os condemna á morte « para que não fossem ao Brasil semear a sua *falsa doutrina*.» Mandou-os lançar ao mar, mandando dar cutiladas aos que tinham corôa aberta. Azevedo assim tambem ferido, acaba a 15 de Julho de 1570 com tres lançadas com que lhe atravessaram o peito.

No anno de 1628, tratando-se de promover a sua canonisação, « allegou-se que os hereges nunca lhe poderam sacar a imagem da Virgem, que lançado ao mar ficou suspenso nas ondas até que se afastaram os piratas.»

Pareceu que os corsarios perdoaram aos mais, que não eram padres.

Em 1553 veiu de Roma, com o titulo de commissario da Hespanha, o padre-mestre Jeronymo Nadal(31), da ilha de Malhorca (pessoa mui autorisada na companhia em virtudes e letras) « pera se haverem de publicar as constituições.» Eram os superiores em Portugal Diogo Miram e Miguel de Torres, seu collateral. N'esse mesmo anno enviou o padre S. Ignacio á provincia a carta de obediencia, na qual Loyola pintou com vivas côres um singular retrato do verdadeiro obediente. D'ella transcrevemos os seguintes trechos mais notaveis. (T. 2ª, Parte 2ª, Cap. XV, ns. 1 a 7). Pag. 64

« Poderemos soffrer que as outras religiões nos levem vantagens em jejuns, vigilias e outras asperezas, que cada uma d'ellas santamente, segundo o seu Instituto, guarda, comtudo na pureza e perfeição da obediencia com a verdadeira resignação de nossas vontades, e abnegação de nossos juizos, muito desejo, irmãos carissimos, que se assignalem os que n'esta companhia servem a Deus Nosso Senhor, e que n'isto se conheçam os filhos verdadeiros d'ella, nunca olhando pera a pessoa, a quem se obedece, senão n'ella a Christo, nosso Redemptor, por quem se obedece.» Pag 71

«Assim que todos vos queria exercitasseis em reconhecer em qualquer superior a Christo Nosso Senhor, e reverenciar e obedecer n'elle a sua Divina Magestade com toda a devaçam.»

« D'aqui podereis inferir, quando um religioso tema a um, não sómente por superior, mas expressamente em lugar de Christo Nosso Senhor, pera que o guie, e governe em seu divino serviço, em que gráo o deve ter em sua alma.»

(31) Parte 2ª, cap. XIV. n. 1.

« Tambem desejo que se assente muito em vossas almas, que é mui baixo o primeiro gráo da obediencia, que consiste na execução do que se manda, nem merece o nome, por não chegar ao valor d'esta virtude, se não se sóbe ao segundo de fazer sua a vontade do superior; de maneira que não sómente haja execução no effeito, mas tambem conformidade no affecto, com um mesmo querer, e não querer. Por isso diz a Escriptura (32), que: *Melior est obedientia quam victimæ* » porque,segundo S. Gregorio, (33): « *Per victimas aliena caro, per obedientiam verò voluntas propria mactatur.* »

O padre Luiz da Gram tinha sido reitor do collegio de Coimbra (o 4°) (34), o qual sendo uma das principaes pessoas d'esta provincia, com tão grandes instancias pediu esta missão, que houveram os superiores de lhe deferir, e o successo pelo tempo adiante mostrou bem quam acertada foi esta eleição, e quam bem aceitos foram a Deus os ditosos trabalhos d'este seu grande servo.

Foi provincial e collateral do padre Manoel da Nobrega, e por quasi cincoenta annos se occupou em acudir ao bem das almas, sem nunca largar mão d'esta espiritual conquista, até o ultimo remate da sua vida, « que Deus lhe concedeu mui comprida, apezar dos muitos achaques que o molestavam e obrigaram os superiores a lhe mandar ordem a se voltar para Portugal ; porém elle escolheu antes como capitao esforçado morrer no campo do Brasil, pelejando, que vir a sua patria por tão pouco ganho, como

(32) Reg. c. 15, n. 22.

(33) Greg. Lib. 35. Moral, cap. 12.

(34) T. 2° p. 2ª, cap. VI, n. 1.

era buscar uma breve saude, quando era já velho, sendo maior o interesse que lhe recrescia de perder com a vida por ganhar as almas dos gentios do Brasil.

Parte Luiz da Gram

Partiu de Lisboa o padre Luiz da Gram com seis companheiros a 8 de Maio de 1553, em companhia de Duarte da Costa, successor de Thomé de Sousa.

D. Duarte foi filho de D. Alvaro da Costa, embaixador de D. Manoel, junto a Carlos V, e de D. Brites de Paiva. Estimou muito aos padres no mar e na terra. Lançaram ferro na Bahia aos 13 de Julho,—recebidos do padre Manoel da Nobrega, e mui festejados do bispo D. Pedro Leitão, homem de muitos merecimentos, que tinha sido provisor na India.

Os companheiros do padre Luiz da Gram, segundo Maffeo (35), que n'isto falla mais ao certo, foram os padres Braz Lourenço, Gregorio Serrão, João Gonçalves, Antonio Braz Castelhano e o irmão Joseph d'Anchieta, que era o menor na idade.

« Este é aquelle tão celebrado Joseph d'Anchieta, tão afamado no mundo, tão respeitado de todos, santo na vida, prudente no governo, prodigioso nas obras, zelador das almas e verdadeiro apostolo do Brasil, cheio de obras tão milagrosas com que assombrou o mundo todo, e de successos tão inauditos, que com razão é chamado o segundo *Taumaturgo.* »

(35) Balthasar Telles. Tom. II. Part. II, cap. VI, n. 2. — Maffeo, *Historia Indiarum*, cap. I, n. 16—José d'Anchieta (sua vida).

Nascimento d'Anchieta.

Pag. 279 « Nasceu em Tanarife, uma das ilhas Canarias, no anno de 1533.

« Deus o quiz tirar de uma ilha pera o trazer por muitos mars, e para o levar por muitas terras.»—Estudou na universidade de Coimbra. Em 1551, (havia poucos annos da entrada da companhia em Coimbra), pediu ser admittido n'ella, sendo elle de quasi 17 de idade. Muita devoção, ajudava a oito missas por dia, todas de joelhos; com isto e as mais penitencias veiu a adoecer gravemente e a render pelas costas, ficando com achaque de velho, ainda em idade de moço. No fim de tres annos, aconselharam os medicos a mudança d'ar.» Partiu em 1553.

Pag. 280 O padre que ensinou latim, no Brasil ao mesmo tempo que aprendia a lingua geral—dentro em seis mezes sahiu mestre tão destro, que era o melhor interprete do padre provincial Nobrega, e verteu na mesma lingua o cathecismo, e compôz uma grammatica da lingua brasilica em geral (36).

N'este tempo era mui cruel a guerra que os *Tamoyos* moviam aos portuguezes, e para aquietal-os foi uma embaixada composta do padre Nobrega, levando o seu fiel interprete e inseparavel companheiro. (37)

« Pera melhor estabelecimento dos concertos, quizeram os barbaros reter lá os padres, e foi necessario ficar Anchieta, entre os *Tamoyos* (38). Tres mezes se deteve n'este captiveiro: para se conservar puro compôz a vida da Senhora

(36) Hoje são raras essas obras. Adiante, n'este trabalho, torno a occupar-me com os padres Ignacio de Azevedo e Joseph d'Anchieta, quando resumo outras chronicas e escriptos dos jesuitas.

(37) Liv. V, Cap. VI, n. 7.

(38) Tom. II. Part. II.

em versos latinos. «5,700 versos, repetidos, não ao som das citharas, nem das harpas; mas ao som dos arcos e frechas dos *Tamoyos.*»

No fim de tres mezes, negociada a paz, recolheu-se Anchieta a continuar os seus estudos de theologia. Tomou na Bahia ordens de missa, que lhe deu o bispo D. Pedro Leitão. Trabalhou n'aquella vinha de gentilidade por espaço de 44 annos, sendo em muitos d'elles superior e provincial da companhia.

« Quem poderá contar as terras que correu, os mares que passou, os golphãos que atravessou, os baptismos que fez, os perigos de que escapou, as prophecias que disse, as virtudes que exercitou, os prodigios e milagres que obrou?» Pag. 283

Caridade.—«Devoção constante nos cubiculos e igrejas entre os santos, — nos matos e caminhos entre os infieis (39),» conservar a devoção nos matos, nas charnecas, nas aldêas entre *Haymurés* e *Tapuyas*, entre gentios brutaes, — entre féras humanas e indios deshumanos, entre uns tumultos e confusões de gente sem rei e sem lei,—conservar-se a devoção como se estivesse no maior retiro da mais remontada cova da Thebaida, isto verdadeiramente é um dos maiores milagres d'este milagroso varão!

Mortificação.—Jejuns mui ordinarios(40), disciplinas mui constantes, não admittia lençoes nem cobertores, porque escusava a cama,—sobre uma taboa passava as noites, para a todas as horas estar prestes, nunca se deitou em cama senão por causa de enfermidade, a taboa lhe servia de colchão brando, e mettendo um sapato no outro, d'elles fazia almofada,—«que tão pouco basta para sustentar a natureza.»

(39) Cap. VII, n. 2.

(40) Idem, n. 4.

Quando esteve no collegio de S. Vicente sempre dormiu no chão, e em um molho de varas cheios de espinhos, encostava a cabeça. O Senhor na Cruz, para tomar o somno da morte, reclinou a cabeça sobre agudos espinhos.

Conforme aos regalos da cama, eram as delicias da mesa, — jejum continuo — com qualquer cousa passava o dia — o seu comer ordinario — o que a occasião lhe preparava, — bastante para fugir da morte, e não para ganhar saude.

Pag. 285 *Pobreza.* — Em seu cubiculo não havia nem escriptorio, nem arca, nem canastra, nem gaveta, (que quem não tem que guardar, escusa todos estes impedimentos), nem pennas tinha para escrever quando d'ellas necessitava. As praticas e prégações e obras insignes de poesia latina, que fez sendo mancebo e o mais que fazia, logo o dava, e algum papel se lhe era necessario, o tinha depositado na mão do superior, para de todo ficar sem outro cuidado mais que em Deus!

A mesma pobreza exercitava por fóra. Sendo muito os caminhos que fez, mui largas as perigrinações, muitas as entradas por aquelles sertões, ou a converter indios, sendo prégador, ou o visitar os nossos, sendo provincial, sempre andou a pé, — e sahindo, calçado da cidade, logo fóra do povoado, tirava os sapatos.

« D'esta sorte andava com tanta pressa pelas costas do mar, pelas montanhas fragosas, pelas brenhas e matos incultos, que os mesmos *Brazis*, curtidos por aquellas charnocas, acostumados a matejar, a saltar por aquelles montes como gamos ligeiros, o não podiam alcançar. »

Sabendo de algum indio enfermo, acudia com tanta pressa que deixava de correr, antes parecia que voava para applicar medicamentos e exercer mais a profissão de medico e de cirurgião, quando o caso o pedia.

Com muito maior cuidado acudia á cura de suas almas,

e para alcançar este fim, nenhuma difficuldade se lhe punha diante, por mais aspera e indomavel que se ella offerecesse.

Casos milagrosos. — Da villa de S. Vicente para o sul corre uma costa brava e praia mui aspera, e mui esteril, por espaço de nove leguas e lhe chamava o padre o seu *Perú*, pelos muitos portuguezes e indios, que por alli achava necessitados do soccorro espiritual, — por acudirem alli muitos moradores com suas familias e indios de serviço.

Um dia, por inspiração divina, e como se o levassem pela mão, entrou sem destino pelo mato, e veiu a encontrar com um indio muito velho, que estava assentado na terra e encostado a uma arvore, o que fallando primeiro com o padre lhe dizia com grandes brados. «Vinde de pressa, que muito tempo ha que vos espero aqui.»

O padre, pelos signaes que o homem lhe deu, ficou entendendo, que não pertencia a nenhuma d'aquellas terras que estão sujeitas aos portuguezes, «e que era de alguma outra muito mais remotada, pertencente porém ao Brasil (porque a lingua era brasileira) e que por braço superior fôra alli trazido da outra banda da costa do Brasil da parte do oéste.»

Baptizou-o, pôz-lhe o nome de Adão, servindo-se para o baptismo de agua da chuva, « que até o céo quiz concorrer para esse milagre.» —Logo depois expirou.

O padre Telles accrescenta (41). «Se não queremos errar, não o queiramos pesquisar: são segredos altissimos, escondidos no incomprehensivel thesouro, e investigaveis juizos de Deus, dos quaes só nos ficam rezões pera os reveren-

(41) Parte II. Livro V, cap. VIII, n. 3.

ciar com temor, mas não temos fundamento para os inquirir com curiosidade.»

Pag. 288

« Vejamos o caminho, por onde Deus por meio do mesmo padre, salvou outro que ainda não era baptizado, e cuidava que era christão. Morreu na villa dos Santos um *Brasil* por nome Diogo; amortalharam-n'o e abriram-lhe a sepultura, tratando de o levar a enterrar; advertiu a dona da casa chamada Gracia Rodrigues, que o defunto visivelmente se movia, e com animo varonil, chegou a vêr se se enganava; porém o indio, pouco antes cadaver frio, distinctamente lhe fallou, pedindo-lhe que o tirassem d'aquella mortalha, e lhe chamassem o padre Joseph. Attonitos ficaram os presentes com tão extranho successo; e dizendo-lhe, que o padre se tinha ido a S. Vicente, que é d'ahi a duas leguas, replicou o resuscitado, que já o padre era vindo, e que ambos vieram juntos até um riacho, que corre junto ao lugar, e que d'alli o tinha o padre mandado adiante a que se tornasse a vestir de seu corpo. Foram logo chamar o padre, e tanto que chegou, lhe perguntou o indio pelo reliquario, que no caminho lhe mostrára; tirou-o o padre do peito, e o indio com sua vista muito se alegrou; e logo o padre lhe disse, que lhes contasse o successo de sua morte e de sua nova vida; elle o fez dizendo, que em sahindo d'esta vida encontrára com quem lhe disséra, que não caminhava pela estrada real pera o céo, porque não estava baptizado, e elle confessou que assim fôra, e que nunca havia cahido n'aquelle erro, contentando-se com o nome de Diogo, cuidando que bastava ter o nome de christão (42).»

Baptizou-o o padre, — e elle expirou :

(42) Parte II. Liv. V, n. 4.

Non soli, quia cum ceciderit, non habet sublevantem se. (Ecl. c. IV, v. 10).

Andou vinte quatro leguas n'um dia, para acudir a um irmão, que no collegio de S. Vicente era castigado menos justamente por seu superior.

« Revelou-lhe o céo a pequena falta do irmão.»

D'outra vez estava outro irmão muito melancolico e afflicto, em lugar como n'uma ilha. O padre veiu pera o consolar, e depois de o ter composto em bella paz, desappareceu como tinha vindo, não se sabe nem como, nem como não.

« Caminhava elle uma vez de S. Vicente a Piratininga, acompanhado de seu ordinario companheiro, o padre Vicente Rodrigues, e de outros sacerdotes, depois de andarem sete leguas, chegaram a uma ermida pera dizerem missa, porém o trabalho foi que faltava o missal, posto que havia todo o mais aparelho: a desconsolação dos padres era grande; porque além de terem subidas algumas serras pera chegar á ermida,era o dia de guarda, e sentiam muito ficar sem missa: tomou o padre Joseph á sua conta fazer vir o missal da casa de S. Vicente, aceitaram os padres a offerta, uns porque o tinham já por milagroso, outros porque queriam experimentar se o era.»

« A resolução do caso foi, que dentro em meia hora chegou o padre Anchieta, trazendo debaixo do braço o missal, que sendo o mesmo da casa de S. Vicente, nem o padre Joseph lá appareceu, nem o missal de lá desappareceu.»

(*Continúa*).

DISCUSSÃO HISTORICA

O QUE SE DEVE PENSAR
DO SYSTEMA DE COLONISAÇÃO
ADOPTADO PELOS PORTUGUEZES PARA POVOAR O BRASIL?

Ponto desenvolvido em sessão de 16 de Junho de 1871

Pelo socio effectivo do Instituto Historico e Geographico Brasileiro
F. I. MARCONDES HOMEM DE MELLO.

A questão historica formulada pelo digno 1° secretario d'este Instituto para servir de thema ás nossas discussões é tão eloquente, que de si está convidando á que sobre ella aventuremos algumas considerações, acatando á esclarecida iniciativa de nosso illustre consocio a deferencia, em que a recebemos.

Não cabe nos limites de um simples debate academico apresentar uma monographia completa sobre materia tão ampla, que abrange todo o vasto horisonte da Historia do Brasil.

O intuito de nosso collega, se bem o comprehendi, foi que sobre a these offerecida formulasse cada um suas idéas, sua apreciação, abrindo espaço á controversia, e á consequente elucidação da materia pelo concurso da intelligencia de todos.

A colonisação e povoação do Brasil pelos portuguezes é um acontecimento complexo, que produziu-se successivamente no largo periodo de mais de tres seculos.

Assim, não póde elle ser julgado pelo documento isolado de uma épocha, sem levar em conta a existencia dos successos [illegible] ulteriores.

Ao historiador sizudo n'esta materia cumpre acompanhar o pensamento da metropole através das phases e transformações successivas porque este passou até attingir ao seu desenvolvimento definitivo ; e assim ajuisar do systema adoptado pelos resultados duradouros, que veio a produzir.

A pouca attenção dada á esta circumstancia peculiar,que aqui assignalamos e que constitue o lado saliente da questão, tem contribuido para falsas apreciações, que offerecem desde logo contra si o testemunho de um facto eloquente, qual vem a ser a mesma existencia de nossa nacionalidade n'este continente.

Não é raro repetir-se, que a metropole tratou sempre como madrasta a sua grande colonia, e que na povoação do Brasil, Portugal escoou as fezes de sua civilisação. Ahi estão, diz-se os foraes de doação das capitanias, e as Ordenações do Livro 5°, para dizerem de que modo povoou-se o Brasil»

Entretanto, o pequeno *reino das noventa leguas*, por si só repellindo a avida e poderosa dominadora dos mares, povoou o vasto continente que, em uma superficie de [redacted] mais de um milhão e setecentos mil kilometros quadrados, se desdobra desde o Oyapock até ao Chuy, e desde o cabo de S. Roque até as terras longinquas de onde se avistam os cimos altaneiros dos Andes ; e com seus unicos recursos plantou em toda essa immensa região a Cruz do Senhor, e com ella a unidade de religião, de raça, de lingua e de costumes.

Certo, não podemos acoimar de falso e acanhado um systema politico, que produziu tão extensos resultados.

Supponha-se, que hoje, por um mysterioso encantamento como á Cabral acontecêra em 1500, tinhamos á nossa disposição, pertencendo-nos de pleno direito, um

immenso continente, que devessemos povoar em toda a sua extensão e n'elle firmar o imperio da fé.

Não seria facil desempenhar perante a historia uma tão grande responsabilidade, como póde Portugal ufanar-se de o haver feito á respeito do Brasil, mantendo, entretanto, suas vastas possessões de Africa e Asia.

A povoação do Brasil não se effectuou sem as vacillações e o doloroso tributo do erro, que seguem de perto a iniciação das grandes emprezas.

A acção da metropole á respeito da colonia, nos primeiros annos da descoberta, limitou-se á algumas explorações pela costa, sem resultados salientes. Seus recursos, absorvidos nas conquistas do Oriente, não podiam ser então distrahidos para outra parte.

Este estado de cousas durou até 1532, em que el-rei D. João III, resolveu e organisou definitivamente um systema de colonisação para povoar o Brasil.

« Depois de vossa partida, dizia el-rei em carta de 28 de Setembro d'esse anno á Martim Affonso de Sousa, se praticou, se seria meu serviço povoar-se toda essa costa do Brasil, e algumas pessoas me requeriam capitanias em terras d'ella. Eu quizéra, antes de n'isso fazer cousa alguma, esperar por vossa vinda para com vossa informação fazer o que me bem parecer, e que na repartição que d'isso se houver de fazer, escolhaes a melhor parte. E porém, porque depois fui informado que d'algumas partes faziam fundamento de povoar a terra do dito Brasil, considerando eu com quanto trabalho se lançaria fóra a gente que a povoasse depois de estar assentada na terra, e ter n'ella feito algumas forças, (como já em Pernambuco começava a fazer.,..) determinei de mandar demarcar de Pernambuco até o Rio da Prata cincoenta leguas de costa á cada capitania.»

Prevaleceu, pois, o pensamento de doar largas zonas de terra á vassallos poderosos e ricos, com a condição de as povoarem e reduzissem o gentio á fé de Christo.

Comprehende-se que esses grandes senhores e proprietarios da metropole não podiam abalançar-se á uma empreza de tanta affouteza e temeridade, fundindo n'ella todos os seus cabedaes, sem amplas vantagens que os compensassem do sacrificio feito e dos riscos que iam correr.

Para se ajuizar da importancia d'essas expedições, basta recordar que só os donatarios do Maranhão mandaram á sua conquista uma das mais poderosas armadas que viram aquelles tempos, pois contava de não menos de dez náos, novecentos homens e cem cavallos : o que tudo se perdeu em um naufragio.

As concessões feitas aos donatarios excederam aliás aquillo que a razão politica e o mesmo interesse da colonia estavam aconselhando. A realeza abdicou suas attribuições soberanas e as conferiu por sua vez a esses vassallos.

« Nas terras da capitania, resava o foral de doação não entraráõ em tempo algum nem corregedor, nem alçada, nem alguma outra especie de justiça para exercitar jurisdicção de qualquer modo em nome de el-rei». . . . . .

« Attendendo el-rei a que muitos vassallos, por delictos que commettem, andam foragidos, e se ausentam para reinos estrangeiros, sendo aliás de grande conveniencia que fiquem antes no reino e senhorios, e sobretudo que passem para as capitanias do Brasil que se vão de novo povoar, ha por bem declaral-as couto e homisio para todos os criminosos que n'ellas quizerem ir morar, ainda que já condemnados por sentença até em pena de morte, exceptuados sómente os crimes de heresia, traição, sodomia

e moeda falsa. Por outros quaesquer crimes não serão de modo algum inquietados.» (1)

Ainda, aqui, senhores, cumpriu-se a grande lei providencial, que rege os destinos da humanidade.

O erro não consegue jámais firmar resultados duradouros; e sua menção só fica na historia como perenne e efficaz advertencia para evitar a sua reproducção.

Não podia subsistir essa organisação anomala, que consagrava a negação de todos os principios de governo.

Todas as donatarias, com o andar dos tempos, reverteram ao dominio da corôa, ou por terem cahido em commisso, ou mediante desapropriação com indemnisação pecuniaria.

E assim organisada uma administração central na colonia sob a acção da metropole, operou-se uma mudança radical no systema até então seguido, e nas condições com que veiu a realisar-se a colonisação que se intentava.

Ouçamos o que sobre estes primeiros tempos de nosso passado colonial nos refere um escriptor illustrado, que revelou-se á esse tempo tão notavel publicista, como historiador profundo:

« O illustre historiador do Brasil (2), depois de reconhecer que para a sua colonisação concorreram os degradados, e de attenuar o que n'este facto poderia haver de injurioso para a nação brasileira actual, allegando já o escrupulo das antigas familias nobres no contrahir as suas allianças, já o exemplo de Roma fundada (3) por um

(1) *Jornal de Timon*, por J. F. Lisboa : Lisboa, 1858, pags. 205 e 206.

(2) O Sr. Francisco Adolpho de Varnhagen. Autor da *Historia Geral do Brasil.*

(3) « Isto sem levar em conta que os povos não começam em geral aristocraticamente, e que a origem dos nobres patricios de Roma provinha dos estupros commettidos nas Sabinas pelos bandidos que as roubaram.» *Historia Geral do Brazil*, I, 188.

bando de malfeitores, e de outros povos, cuja nobreza não teve origem muito dessemelhante, explica a multidão dos mesmos degradados pela multiplicidade dos crimes, pervertida a nação portugueza com as riquezas ganhas na India, e por ellas cada vez mais estimulada a cobiça, ao passo que o espirito de cavallaria, que tanto florecêra no seculo anterior, ia de todo esmorecendo.

« Sem duvidarmos da existencia de muitos crimes reaes, e de grandes criminosos em Portugal no primeiro seculo da colonisação do Brasil, poderemos todavia achar outra explicação mais plausivel á um numero de condemnados tão extraordinario que, sahindo do seio de seu paiz aliás pouco populoso, bastavam a povoar colonias inteiras na Africa e na America. Essa explicação encontrar-se-ha sem difficuldade nas leis criminaes, ou se attenda á classificação antes invenção dos delictos, ou á desproporção, exorbitancia, e rigor da penalidade, ou finalmente á sua applicação desordenada e iniqua. Abramos ao acaso a terrivel ordenação do livro quinto; a sodomia, a bestialidade, a alcovitice, a mollicie, o abraçar e beijar, dar casa para se usar mal dos corpos, vender qualquer homem ou moço alfeloas e obrêas que era officio proprio de mulheres, advinhar, lançando sortes ou vendo em agua, espelho, crystal ou espada para achar thesouro, finalmente fazer ou usar feiticeria para querer bem ou mal, eis os crimes terriveis que se puniam com o fogo, a forca, os açoutes com baraço e pregão, e sobretudo com degredos.»

« E com effeito não menos de duzentos e cincoenta casos de degredo contém o citado livro quinto; e se a isto ajuntarmos a espantosa penalidade esparsa na parte civel das ordenações, e a collecção immensa das leis ditas extravagantes, o que nos deve a justo titulo admirar é que a nação inteira não fosse degradada em massa, estimulado como

devia ser o zelo feroz dos juizes pelas denuncias que estas mesmas leis provocavam, e multiplicadas as occasiões que tinham de exercel-o, pelas devassas geraes abertas em Janeiro de cada anno sobre a maior parte dos referidos crimes.

« Fossem porém esses crimes reaes, ou em grande parte puramente ficticios e filhos de uma legislação monstruosa e cruel, parece que a transportação melhorava os criminosos, cujas paixões naturalmente se applacavam pela possibilidade de satisfazerem mais facil e licitamente nas colonias as necessidades, que na patria as estimulavam. Sem querer dar-lhe mais alcance do que é razoavel, é todavia facto constante que por um d'esses cegos e inexplicaveis caprichos do acaso, ou porque nunca foram grandes criminosos, os mais d'esses degradados remettidos individualmente conseguiram rehabilitar-se, e alguns até fundaram casas e familias que hoje andam com razão em fôro de honradas e distinctas.»

« Qualquer porém que seja a verdade ácerca d'este primitivo elemento de colonisação, o certo é que os brasileiros actuaes de todos os matizes e origens não têm mais vicios nem menos virtudes que os habitantes da antiga metropole.» (4)

Não tardou, que a emigração espontanea, encaminhada do reino para as ferteis terras da colonia se tornasse em grande escala e elemento principal da povoação d'esta: augmentado esse valioso contingente com o que provinha das expedições militares para firmar o dominio d'esta nova conquista, mais das remessas successivas de tropas para guarnição das capitanias e fortalezas, e sobretudo da colonisação por *casaes*, systema que afinal prevaleceu, e honra

(4) João Francisco Lisboa, *Jornal de Timon*, Lisboa, 1858, pags. 75 á 77.

summamente o zelo e a moralidade do governo da metropole.

D'aquellas emigrações, que ao mais desfavorecido habitante do reino permittiam trocar uma existencia precaria e sem futuro por um viver de abastança e prosperidade nos extensos dominios da colonia, ficou-nos o mesmo testemunho, singelo e gracioso, dos que n'ellas tomaram parte. que estamos como assistindo á ellas.

« Quando fui á esta conquista no anno de 1618, escreve Simão Estacio da Silveira, abalavam muitas pessoas das ilhas á meu exemplo, parecendo-lhes que pois eu, sem obrigações á que ir buscar remedio, deixava o regalo de Lisboa, e me ia ao Maranhão, não seria sem algum fundamento. Na náo de que fui por capitão se embarcaram perto de tresentas pessoas, alguns com muitas filhas donzellas que logo em chegando cazaram todas, e tiveram vida que cá lhes estava mui impossibilitada, e se lhes deram suas leguas de terra. Folgára de os ter agora aqui todos para testemunharem do que digo n'esta relação; mas reporto-me ao que escrevem, e aos que de lá vieram, que aqui andam chorando por tornarem.... Aos que esta relação (e mais informações que tomarem) persuadir a que vão viver n'esta terra, peço em recompensa do bom animo com que lh'a offereço, que quando se n'ella virem contentes e sem necessidades, roguem a Deus que me leve tambem á ser-lhes companheiro».... (5)

Estas emigrações tomaram tal incremento, que chegaram a fixar a attenção dos estadistas da metropole; e em 1732 o concelho ultramarino dirigiu ao rei uma consulta, em a qual se dava razão d'essas apprehensões.

« A fama d'essas riquezas, diz a consulta, convida os

Relação Summaria das cousas do Maranhão. Veja-se o já citado *Jornal de Timon*.

vassallos do reino a se passarem para o Brasil á procural-as; e ainda que por uma lei se quiz dar providencia a esta deserção, por mil modos se vê frustrado o effeito d'ella, e passam para aquelle Estado muitas pessoas assim do reino como das ilhas, fazendo esta passagem, ou occultamente negociando este transporte com os mandantes dos navios ou sens officiaes, assim nos de guerra como nos mercantes, ou com fraudes que se fazem á lei; procurando passaportes com pretextos e carregações falsas. Por este modo se despovoará o reino, e em poucos annos virá a ter o Brasil tantos vassallos brancos como tem o mesmo reino.»

Emigrados, que se nobilitaram pela lei do trabalho e por ella alcançaram honrosa abastança, aqui se estabeleceram, e constituiram pouco a pouco a classe distincta e principal da sociedade. O sentimento de fidalguia de suas familias salvou a unidade da raça, e preservou a homogeneidade de nossa nacionalidade.

Assim o progresso dos tempos e uma politica melhor inspirada da parte da metropole despedaçaram aquella pagina funesta, escripta pela rudeza do seculo nos primeiros annos da descoberta.

Combatendo a opinião de que o Brasil, durante as conquistas dos portuguezes na Asia, crescia em população vagarosamente e de que a maior parte de seus habitantes eram malfeitores, diz o erudito publicista brasileiro, Hippolyto José da Costa Pereira:

« O Brasil em seus principios foi povoado por particulares, que receberam alli terras em doação da corôa, por premio de seus serviços, e não por castigo; e até ha exemplos, em tempos mais modernos, de condecorarem com honras os colonos, que para lá iam. Os habitantes de Masagão, quando a côrte de Portugal, julgou conveniente aban-

donar esta praça, foram mandados para a capitania do Pará, e em compensação dos seus estabelecimentos, que deixavam, se lhes fez entre outras a mercê de lhes dar á todos o fôro de fidalgo.

« A colonia do Sacramento no Rio da Prata foi estabelecida pelo brigadeiro José da Silva Paes, que teve ordem para levar da provincia de *Traz-os-Montes* os habitantes, que o quizessem seguir, com instrucções positivas de não admittir senão familias e pessoas de conhecida probidade ; ainda mesmo dos lavradores. E se algumas vezes os réos sahiam sentenciados á degredo para o Brasil, isso era em crimes leves, como seriam degradados para *Castro-marim*, ou outro lugar dentro no mesmo reino de Portugal.» (6)

As capitanias do Rio-Grande de S. Pedro do Sul e de Santa Catharina foram povoadas palmo á palmo pelo estabelecimento de casaes, sendo o principal contracto para esse fim celebrado pelo governo de Lisboa a 7 de Agosto de 1747 com Feliciano Velho de Oldemberg. Obrigou-se este a transportar, até quatro mil casaes do reino e das ilhas, comtanto que professassem todos a religião catholica romana.

O mesmo systema se empregou nas demais capitanias, e em maior escala com relação ao Pará e ao Maranhão. São bem conhecidos os exforços e os trabalhos do Marquez de Pombal a respeito d'essa immensa região, que tanto seduziu a mente do grande estadista.

Assim, nos claros monumentos de nosso passado está esculpida a grandeza de nosso presente e a nobreza de nossa origem.

Podemos, sennores, nos ufanar de nossos maiores, d'esses indomitos *argonautas*, que arrancaram dos mares

(6) *Correio Brasiliense*; tom. 1°. pag. 204 ; Agosto de 1808.

este immenso continente; e, emulos dos hellenos e dos phenicios, renovaram em nossos tempos os prodigios da idade antiga.

E, arroubando-nos na contemplação d'esse espectaculo, sem duvida dos mais portentosos que póde apresentar a historia, repitamos cheios de respeito aquelle voto prophetico, que o grande poeta portuguez atirou aos seculos futuros :

« Onde levas tuas aguas, Tejo aurifero ?
Onde, á que mares ? Já teu nome ignora
Neptuno, que de ouvil-o estremecia.
Soberbo Tejo, nem padrão ao menos
Ficará de tua gloria ? Nem herdeiro
De teu renome ?... Sim : recebe-o, guarda-o,
Generoso Amasonas, o legado
De honra, de fama e brio : não se acabe
A lingua, o nome portuguez na terra.» (7)

Rio de Janeiro, 9 de Junho de 1871.

---

(7) Garret : *Camões*, Canto decimo, XXI.

DISCUSSÃO HISTORICA

O QUE SE DEVE PENSAR
DO SYSTEMA DE COLONISAÇÃO
SEGUIDO PELOS PORTUGUEZES NO BRASIL

Ponto desenvolvido em sessão de 14 de Julho de 1871

Pelo socio effectivo do Instituto Historico e Geographico Brasileiro

J. C. FERNANDES PINHEIRO.

SENHORES.

« A colonisação (diz Courcelle Seneuil) é a mais louvavel e gloriosa forma da conquista ; é o mais directo meio de propagar a civilisação. Sempre util, circumstancias ha em que se faz particularmente necessaria : assim, quando as doçuras de longa paz enervam os povos e multiplicam rapidamente os homens ; quando o mundo vê-se victima d'uma desenfreada concurrencia, verdadeira guerra industrial, quando as almas mais ousadas e energicas, encerradas em estreito espaço, são condemnadas a consumir-se sem proveito e gloria, ou a fazer de suas faculdades funesto uso, quando immensa corrupção resulta d'immensa estagnação o que ha de mais util do que abrir um derivativo a actividade nacional ? »

Obedecendo a esses eternos principios economicos é que na antiguidade phenicios, gregos e romanos fundaram colonias, e que no XVI seculo viu-se as nações maritimas da Europa arremeçarem o excedente de sua população para essas ignotas regiões que Colombo acabava de revelar ao mundo.

Muito diverso porém era o systema colonial dos antigos do dos modernos. Na Grecia as discordias civis, motivando

frequentes banimentos, obrigava os expatriados a collocarem à sua frente algum chefe audacioso, e a irem, semelhantes as abelhas profugas d'uma colmêa, fundar novas colmêas em que o genio e as instituições da mãi patria se reproduziam, ligando-se a esta por laços ainda mais frageis do que os federaes. Assim nasceram e se consolidaram as colonias gregas d'Asia-Menor, Italia e Sicilia.

Em Roma fizeram parte do vasto e methodico systema de conquista e dominio, e bem que gozassem de certa autonomia não deixou nunca o ser dado consideral-os como postos avançados que asseguravam a metropole submissão dos paizes curvados ao seu jugo.

No mundo moderno cinco foram as nações que mais se utilisaram dos descobrimentos que assignalaram os seculos XV e XVI : e d'entre estas a Hespanha, Portugal e Inglaterra apossaram-se quasi exclusivamente d'America ; e ahi organisaram antes feitorias do que colonias, no sentido restricto do vocabulo. A *sacra fames auri*, de que nos falla Virgilio, parecia ser o motte da divisa d'esses cavalleiros da fortuna, que chegaram a confessar que aquem do Equador tudo era licito ao arrojo das más paixões,

Não pretendo repetir o que todos vós melhor do que eu sabeis : fazendo as toscas considerações que acabais d'ouvir, tive por fim demonstrar que Portugal foi arrastado por um impulso geral, e que obedeceu quasi que a uma lei cega e fatal, como por certo o é a dos preconceitos dominantes n'uma epocha. Si assim não fosse não teria por certo tomado o empenho de colonisar regiões incommensuraveis ; elle, que segundo assevera o Sr. Rebello da Silva, nunca possuiu, ainda em tempos de maior esplendor, uma população excedente a dois milhões de habitantes.

Comprehende-se e facilmente explica-se o commet-

timento de D. João I contra Ceuta, o de D. Affonso V contra Tanger e Arzilla : convinha atacar para não ser atacado, eram porém erradas no ponto de vista economico, as perigosas e longinquas expedições dos maritimos de Sagres ; chimericas e summamente damnosas a prosperidade do pequenissimo reino , as legendarias emprezas de Vasco da Gama e Alvares Cabral. O que se dizia d'um lavrador, que não tendo forças para agricultar um pequeno campo procurasse fazer a acquisição de muitas leguas de terreno ?—De louco, tacha-lo-iam seus comvizinhos, a quem as desditas inevitaveis do ambicioso proprietario, provocariam antes desdem do que compaixão.

Felizmente para as nações este rigoroso raciocinio raramente se lhes applica : dissimulam-se os erros e desvario, com o pomposo epitheto de *gloria* ; e aquelles que mais contribuiram para arrojal-as ao abysmo da miseria receberam da posteridade o nome de *heroes*. Não ouvimos nós todos os dias os ecomiasticos elogios que se fazem a Carlos V, a Luiz XVI e a D. Manoel, que cada qual em seu respectivo paiz symbolisa o seculo aureo ? — O modesto D. Diniz, o *rei lavrador*, tem aos meus olhos mais crescido merito que D. João II, mandando por Bartholomeu Dias explorar o Cabo da Boa Esperança, e esse *rei venturoso*, que utilisou-se das expedições de Gama e Cabral,e aquem Deus concedeu a posse da India e o *achado* do Brasil.

Collige-se da leitura do quadro estatistico inserto na *Historia de Portugal nos seculos XVII e XVIII* pelo já referido nosso consocio o Sr. Rebello da Silva, que esse reino não podia por fórma alguma alimentar as expedições que annualmente sahiam de seu porto ; e que emquanto o oceano se cobria de destroços dos galeões e caravellas portuguezes, escasseava o trigo, o azeite, o vinho e a terra sáfara e maninha desafiava a cultura até nas proximidades da

grande capital, cujo crescimento e grandeza ia na razão directa do depauperamento do resto do paiz.

Não possuia Portugal portanto esse excedente de população, que em bem da ordem publica, era enviado pelos phenicios e gregos a longinquas regiões, nem tão pouco tinha, como os romanos, necessidade de portos estrategicos que servissem de penhores á obediencia dos povos conquistados. Semelhante ao famoso *to be or not to be* de Hamleto, Roma se collocára no terrivel dilemma de conquistar, ou ser conquistada; e toda a sua historia, como diz Mommsen, gravitou em torno d'esse problema.

Estudando detidamente esta questão vemos que outro grande motor, alèm do estimulo guerreiro, levára nossos maiores aos confins da terra: refiro-me ao elemento religioso, poderosissimo n'essa epocha. O grande epico epilogando os factos gloriosos que o determinavam a embocar a tuba, accrescenta:

« E tambem as memorias gloriosas
« D'aquelles reis, que foram dilatando
« A fé e o imperio; . . . . . »

e sabido é que nas armadas portuguezas que partiam para os novos descobrimentos, iam invariavelmente frades e padres, encarregados de converter a lei de Christo os que d'ella viviam arredados.

O *acaso*, palavra que não tem sentido philosophico, determinou a mór parte d'esses descobrimentos, que como facil é de suppôr, deverão ter produzido grande revolução nos animos de nossos avós, que se sentiram impellidos por uma força irresistivel para esse mundo desconhecido que surgira na proa de seus navios. A agricultura, a industria, o commercio resentiram-se d'essa resolução; e o reino que

nunca fôra verdadeiramente proprio apontou os passos para uma precipitada decadencia.

Nos conselhos d'el-rei D. Manoel não se sentava nenhum estadista capaz de planear um systema de colonisação para a *terra de Vera-Cruz*; e que só e unicamente podia consentir na organisação de grandes companhias, *ad instar* das que mais tarde tiveram a Hollanda e a Inglaterra, as quaes, auxiliadas por favores e isenções, tomassem por sua conta a colonisação do paiz que acabava de ser descoberto. Longe d'isso, pareceu dar o *grande rei* pouco apreço ao descobrimento de Cabral, todo embevecido como se achava com as maravilhosas proezas dos seus guerreiros nas partes do Oriente. Foi no reinado seguinte (em 1530) que o receio das explorações de Garcia e Caboto nas aguas do Rio da Prata e seus affluentes, levaram o prudente D. João III, a confiar a Martim Affonso o munus d'um estabelecimento duradouro.

Concebeu esse principe a idéa d'applicar ao nosso paiz o regimen das donatarias, ensaiado na ilha da Madeira, Porto Santo e as do archipelago de Cabo-Verde, esperando por esse meio attrahir colonos sem desembolso dos dinheiros régios. Felizmente para nós mallogrou-se essa tentativa, que se fosse corôada de bom exito teria inoculado no virgem solo americano o virus do feudalismo, de que ainda hoje a Europa não pôde inteiramente libertar-se.

Figuremos por um momento que semelhante systema ia avante. As nove capitanias hereditarias, vinculadas tão debilmente á metropole, não tardariam, favorecidas pela distancia e diversidade de clima, em se constituirem outros tantos principados, ou reinos independentes, em continuas lutas e rivalidades, cedo convertidas em guerras sanguinolentas, apresentando no XVII seculo espectaculo congenere ao que presenciamos hoje entre as republicas hispano-

americanas. Não permittiu porém Deus, em seus adoraveis decretos, que semelhante fatalidade nos acabrunhasse ; e, mallogrando pouco depois o novo ensaio da divisão do Brasil em dois Estados independentes, aplanou as vias d'essa bellissima unidade territorial, que constitue um dos nossos mais gloriosos brazões.

A concentração d'autoridade nas mãos d'um governador geral e a colonisação por conta immediata do Estado pareceu aos conselheiros de D. João III, o unico meio de remediar os erros até então commettidos. Recebeu Thomé de Sousa ordem de fixar residencia na Bahia do Salvador, e, d'accordo com o famoso *Caramurú*, lançou os lineamentos da primeira cidade portugueza n'America. Todos sabem as difficuldades com que teve de lutar esse benemerito varão e o poderoso auxiliar que encontrou no jesuita Manoel da Nobrega que com elle viéra, capitaneando os primeiros membros d'essa recente e já conspicua corporação.

A emigração europea e a catechese dos indigenas fôram então simultaneamente empregadas. Forneceram os degradados o principal contingente da primeira ; mas esse procedimento, que tem sido com azedume exprobrado a nossa antiga metropole, além de lhe não ser exclusivo, visto como as outras nações maritimas o adoptaram, era o unico recurso que lhe restava na deficiencia de população supra mencionada. Cumpre ainda ponderar que os crimes pelos quaes eram esses desditosos obrigados a se expatriarem não pertenciam, na sua totalidade, a classe dos que inspirem natural e instructivo horror, sendo antes leves delictos, ou ainda meras suspeitas, aggravadas pelo codigo draconiano que regia a penalidade d'essa epocha ; e com quanto não os possa recusar a influencia do clima e dos habitos da vida, incontestavel é que d'um pugilo de malvados não poderia ter provindo uma raça humilde e trabalhadora

como era a dos colonos luso-brasileiros, salvas rarissimas excepções.

Verdade é que para o melhoramento d'essa raça, muito contribuiu o benefico influxo da religião, e as ardentes prédicas d'alguns missionarios jesuitas, que, não satisfeitos de converterem os adoradores de Tupan, chamando-os pelos meios suasorios ao gremio da civilisação, derramavam ainda o balsamo da palavra divina sobre os recemchegados do velho mundo, e na sublime doutrina do arrependimento mostravam-lhe os meios de reconciliarem com Deus e a sociedade.

Si folguei de declarar que os primitivos colonos não eram grandes criminosos, não dissimularei que entre elles lavravam vicios inveterados que bastante custaram a desarraigar, permanecendo ainda infelizmente alguns d'elles incrustados no nosso caracter nacional. Dão-nos eloquentes testemunhos d'esses *peccados* as cartas dos primeiros jesuitas, e em tempos mais vizinhos as vehementes apostrophes do padre Antonio Vieira. Para esse lamentavel resultado contribuiram d'um lado os excessos do regimem absoluto, e d'outro as facilidades da vida, e as riquezas rapidamente adquiridas. Mas qual foi a colonia em que taes abusos se não houvessem dados? Qual o nucleo de homens que se podesse isemptar d'acção corrosiva de tão perniciosos elementos?

Reconhecendo, por dolorosa experiencia, que os methodos agrarios da Europa eram inapplicaveis ás vastas regiões do novo mundo, onde erguia-se imponente a natureza desafiando as forças do homem civilisado, pensaram os colonos em buscar subsidio no trabalho do indigena, obrigando-o a rotear as florestas, onde até então livre campeava. D'ahi essas expedições pelo deserto conhecidas pelo nome de *bandeiras*, que tão poeticas nos parecem quão prejudiciaes fôram a obra da catechese.

Custosa é a transição da vida selvagem para a civilisada, os habitos nomadas d'aquella oppôem-se radicalmente aos sedentarios d'esta. Conheceram-no os jesuitas que em seus aldêamentos deixavam aos indigenas certas liberdades d'evolução, respeitaram-lhe certos usos, quando não contrarios as leis divinas e humnnas, e aproveitando-se habilmente de suas naturaes tendencias buscavam consagrarlh'as nas ceremonias e praticas do culto catholico. Nenhum de vós ignora os louvaveis esforços dos padres Anchieta e Aspilcueta Navarro, que tão edificante partido tiraram do gosto dos selvagens pela musica.

Para que essa transformação se operasse necessaria porém era a acção do tempo, e para elle appellavam os missionarios, cheios de robusta confiança. Só mais tarde é que as *reducções* se poderiam converter em *colonias*; só os netos de *Tebyricá* e *Ararigboya* estariam no caso d'apreciar as vantagens da vida civilisada.

Os iniquos *resgates* provocaram geral indignação entre as tribus aborigenes, muitas das quaes haviam recebido com admiravel mansuetude os primeiros exploradores : a missão de paz e caridade exercida pelos filhos de Loyola viu-se ameaçada de completo mallogro. Empenharam então estes em defeza dos *indios forros, seus administrados*, proficua luta com a avareza dos colonos de que nos sobram testemunhas n'essas bullas, breves, cartas régias e alvarás que avolumam a legislação colonial.

Qualquer que fosse o movel que determinava os jesuitas a defenderem a todo o transe a liberdade dos indios, tenho por seguro que a razão e a justiça se achava de seu lado, e não da dos moradores, cujos motivos cifravam-se na carencia de braços para a lavoura.

Quem sabe porém qual seria o exito final da luta si a pratica não viesse convencer aos colonos que os indigenas,

cujos braços ardentemente cubiçavam não podiam por fórma alguma se amoldar ao trabalho obrigativo e sagrado da lavoura; e, quando desesperados de volverem as suas *tabas*, incumbiam á nostalgia, obedecendo d'est'arte a uma lei physiologica, hoje amplamente explicada pela sciencia antropologica.

Força foi então recorrer a outro expediente: no animo dos *philantropos* assomou a idéa da introducção d'escravos d'Africa. Empreguei de industria a palavra *philantropo*, porque ninguem poderá recusar este qualificativo ao grande padre Vieira, que, como todos sabem, foi ardente apologista da introducção de escravos africanos.

Para julgar as instituições e os homens d'uma epocha pede a equidade que nos colloquemos pelo raciocinio, ainda mais do que pela imaginação, no ambiente que respiraram.

Admittida a impossibilidade de trocar os selvagens do Brasil em trabalhadores, e provada outrosim a não menor impossibilidade d'adaptar aos rudes misteres agricolas n'um clima tropical homens nascidos n'outras regiões, e costumados a outro genero de lavoura, devêra ser esta sacrificada, e com ella o futuro da colonia, ou mandar-se vir d'algures braços que se prestassem ao genero especialissimo de sua cultura.. Foi este o alvitre adoptado.

Tenho muitas vezes lido e ouvido amaldiçoar a memoria dos que nos legaram a lepra da escravidão africana: acho porém injusto tal anathema. Sei que foi ella uma especie de tunica de Nesso, sei tambem que é a causa dos serios embaraços com que hoje arca a sociedade brasileira, sei finalmente que n'ella se encontra a origem de muitos de nossos vicios e defeitos, que só um futuro, talvez bem remoto, verá desapparecer. Colloque-se porém qualquer moderno estadista na dura collisão que acima figurei, e

estou certo que outra não seria a solução, attentas, como já disse, as circumstancias de tempo e de lugar.

Releva igualmente observar que nos braços africanos não procuravam *colonos* na nobre accepção de vocabulos, não eram povoadores, troncos de vigorosa geração; eram unicamente braços que imperiosamente reclamava a lavoura, em vesperas de sua completa e inevitavel ruína. Na importação dos *coolis*, a que a propria Inglaterra recorreu, depara-se com a justificação do procedimento dos nossos maiores, aos quaes estimulava outrosim o desejo de converter pela escravidão ao catholicismo essas hordas africanas, que viviam a dilacerarem-se, e cujos regulos imploravam aos reis de Portugal a compra de seus vassallos como graça especialissima.

Exprimindo-me d'este modo no seio d'uma corporação tão illustrada como a do Instituto Historico e Geographico, não me tolhe o receio de ser averbado *d'escravocrata*: advogo unicamente a causa da justiça, pugno pelo triumpho da verdade historica, e peço que se faça aos nossos antepassados a mesma equidade que um dia quiçá desejaremos que se nos faça.

Para chegar a uma conclusão attinente ao ponto que tive a subida honra de propôr para as nossas discussões, direi que os portuguezes nunca tiveram um systema colonial, na estricta significação do vocabulo: que *felizmente* mallogrou-se o ensaio das donatarias, assim como o da divisão do Brasil em dois governos distinctos; que os primeiros colonos, escolhidos d'entre os degradados eram mais viciosos do que réos de horrendos delictos; e finalmente que o mallogro da catechese trouxe como consequencia immediata e indeclinavel a importação dos escravos d'Africa.

Rio de Janeiro, 4 de Junho de 1871.

BIOGRAPHIA

DOS BRASILEIROS ILLUSTRES POR ARMAS, LETRAS, VIRTUDES, ETC.

FREI JOSÉ DA COSTA AZEVEDO (1)

E' singular o esquecimento a que votamos os varões, que pela sua intelligencia e dedicação serviram a patria; e podemos com justiça dizer, que entre os defeitos do caracter portuguez é este o que com mais saliencia se nota no nosso. Somos os legitimos herdeiros dos desprezadores dos Camões e Albuquerques, e parece que só sabemos venerar a fatua mediocridade, ou genuflectir perante extranhos idolos.

Esqueceu a moderna geração até os nomes dos que, superando mil difficuldades, n'uma épocha em que tão escassas eram as luzes e tão arduos os meios de obtel-as, conquistaram a reputação de doutos e fizeram-se respeitar dentro e fóra do paiz. Quem ha ahi que se recorde d'essa brilhante pleiade de naturalistas, que á sombra do claustro entregavam-se ao estudo da natureza e revelavam ao mundo scientifico a riqueza do nosso solo? Apenas um ou outro estudioso pronuncia com respeito os nomes de frei José Mariano da Conceição Velloso, o sabio autor da *Flora Fluminense*, de frei Leandro do Sacramento, o creador do jardim botanico; ao passo que condemnados ficam a perpetuo olvido outros, que menos celebres que os seus collegas, prestaram em mais modesta esphera valiosos serviços.

E' em prol de um d'esses exilados da gratidão nacional, que ergueremos hoje nossa debil voz. Queremos fallar do

(1) Esta biographia foi anteriormeute publicada na *Revista Popular*.

padre-mestre frei José da Costa Azevedo, primeiro director do museu e lente da academia militar d'esta côrte.

Nasceu José da Costa Azevedo na cidade do Rio de Janeiro aos 16 de Setembro de 1763 no gremio de pobre e honesta familia, e revelando desde os mais verdes annos extraordinario talento e amor as letras, foi por seus paes consagrado a ellas. Percorrendo com rapidez o circulo d'estudos, que então existiam na nossa terra, aspirou novos e mais dilatados horizontes, e testemunhas d'esse nobre ardor, proporcionaram-lhe algumas almas generosas os meios para transportar-se a Lisboa, onde matriculou-se no collegio dos nobres.

Longe da patria não se afrouxou o enthusiasmo do digno mancebo, continuando pela sua applicação e exemplar conducta a merecer a geral estima dos seus professores. Terminado o curso de preparatorios, ou como então se dizia, havendo feito as suas humanidades, encaminhou-se o moço fluminense para Coimbra, a fim de frequentar os cursos d'essa celebre universidade, emporio das sciencias e letras da vasta monarchia portugueza. Com tanto aproveitamento estudou ahi José da Costa Azevedo, que poucos annos se haviam passado, que já trocava o banco de alumno pela cadeira de lente de theologia na ordem de S. Francisco, cujo instituto abraçára.

Chamava então o claustro todos os talentos modestos, todas as verdadeiras vocações litterarias, que fugindo ao ruido da sociedade, buscavam em sua solidão esse remanso tão almejado por todos os sabios, essa *aurea mediocritas* do bom Horacio. Era frei José da Costa um homem de estudo; havia contrahido o vicio do trabalho, na phrase d'um moderno escriptor, e nada parecia mais adaptado ao seu caracter, do que o burel franciscano. Cercada de respeito era a ordem seraphica uma das mais felizes de Por-

tugal, e sem violar o voto de pobreza, abundantemente soccorrida pela piedade dos fieis, nada faltava ao bem estar de seus membros, que nas maximas do Evangelho e na pratica da sua regra, haviam apprendido a contentarem-se de pouco.

Eminente theologo não encerrou frei José da Costa o seu talento n'esta especialidade, antes frequentou com gosto e assiduidade os cursos de philosophia e sciencias naturaes, aproveitando utilmente a sua residencia na Athenas Lusitana.

Tão grande reputação grangeou como philosopho, que foi chamado para reger uma cadeira publica d'essa disciplina em Lisboa, para onde dirigiu-se, saudoso deixando as poeticas ribas do Mondego. Acompanhou-o a estima, de que até alli gosava, e a prova do seu merito litterario, do quanto era apreciado pelos homens mais notaveis da épocha, achamol-a nós na sua escolha para socio correspondente da academia real das sciencias; que poucos annos antes fundára um dos mais distinctos caracteres da velha fidalguia, o esclarecido duque de Lafões, verdadeiro Mecenas das letras portuguezas.

Illustrando a patria pelo seu saber e virtudes, consolava-se o padre-mestre Costa de viver d'ella arredado, e não pensava se quer na possibilidade de regressar aos seus lares. Havia porém a sorte disposto o contrario.

Travára elle intimas relações com seu illustre conterraneo Azeredo Coutinho, que sendo eleito bispo de Pernambuco e incumbido de fundar o seminario d'essa diocese, obteve do seu amigo a coadjuvação das suas luzes, e do governo o preciso beneplacito para que o seguisse em seu novo destino.

Tanta confiança depositava o bispo Azeredo Coutinho no padre-mestre Costa, que a ninguem achou mais digno

de confiar a direcção do seu seminario, encarregando-o ao mesmo tempo de leccionar philosophia e rethorica. Na memoria dos anciões de Pernambuco achava-se ainda archivado o modo lhano, sisudo e nobre, com que o douto fluminense desempenhou semelhantes encargos.

Para prova da estima, que d'elle fazia o sabio prelado, que no meio de tão variados deveres soube ainda adquirir renome de grande economista e ameno escriptor, citemos o trecho d'uma carta, que de Lisboa escrevia-lhe em data de 3 de Fevereiro de 1803, quando por ahi passára, indo tomar conta dos bispados de Bragança e Miranda para onde fôra removido.

« Li com gosto a dissertação, que escreveu sobre a salubridade dos ares d'Olinda, e que recebi na mesma occasião, em que recebi a sua carta ; ella faz muita honra ao nome de V. R , tanto pela erudição, que encerra, como pelo excellente methodo, em que está disposta. Essas foram as minhas vistas sempre ; formar n'esse fertil torrão homens capazes de olhar sobre a sua natureza e de nos descobrirem as grandes preciosidades, que elle contém em todos os ramos, e as vantagens, que podemos tirar de suas riquezas. Eu plantei, V. R. deve regar e continuar esta grande obra, e Deus lhe dará o augmento.»

Propheticas foram as palavras do magnanimo bispo, e os serviços de frei José da Costa, seu amor pelas sciencias naturaes foram devidamente aquilatados pelo excelso conde de Linhares, que conhecendo-o pessoalmente, d'elle lembrou se na organisação da academia militar d'esta côrte, destinando-lhe a cadeira de mineralogia. Mais tarde foi pelo mesmo conde despachado director do museu, emprego que conservou até a sua morte, occorrida a 7 de Novembro de 1822, repousando os seus ossos n'uma urna, depositada na igreja de S. Pedro, e mandada fazer pelo seu

amigo e parente o senr. commendador José Victorino Coimbra, a quem devemos o obsequio das presentes notas biographicas.

Privou o padre-mestre Costa com as maiores notabilidades do seu tempo, e temos presente grande numero de cartas, penhores da familiaridade, com que o distinguiam. Os duques de Lafões e Cadaval, os marquezes d'Angeja e d'Aguiar, os condes de Linhares, das Galvôas e da Barca, os bispos D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, frei José de Santa Escholastica, D. frei Francisco de S. Luiz e D. José Caetano da Silva Coutinho, o chanceller-mór, e depois ministro, Thomaz Antonio de Villa-Nova Portugal, os doutores José Bonifacio e Manoel da Arruda, e muitos outros conspicuos varões mantinham com elle assidua correspondencia, e acatavam seus conselhos e observações.

Não lhe dessecaram a imaginação as sciencias phisico-mathematicas e lemos muitos de seus sermões — onde a belleza d'estylo de S. Carlos se casa com a pureza de dicção de Vieira. — Não confiou-os porém ao prelo por mal entendida modestia: porquanto, nunca deve o homem de letras recusar ao seu paiz o tributo da sua intelligencia; não aconselhamos porém aos seus herdeiros, que o façam, se não desejarem ser multados nos gastos da impressão, por isso que as obras de gosto e d'amena litteratura não são da nossa quadra, que almeja em tudo descobrir o immediato e positivo interesse.

Para o uso de seus discipulos escrevêra o padre-mestre Costa uns *Elementos de Mineralogia*, segundo o methodo de Wermer, os quaes lamenta Adriano Balbi (2), que nunca vissem a luz da imprensa.

(2) *Essai Statistique du Royaume de Portugal*, tome II.

Manuseando a colleção das cartas, que por diversos personagens lhe foram endereçadas, viemos ao conhecimento, que muitas memorias escrevêra frei José da Costa sobre os estudos de sua maior predilecção: ignoramos porém onde param esses trabalhos, que talvez a traça haja consumido, ou constituam a bagagem scientifica d'algum moderno naturalista.

Grandemente contribue o acanhamento, que tinham os nossos antigos de confiarem á imprensa o fructo de seus labores para o descredito, em que cahiram as sciencias em Portugal; a ponto de ignorarem muitas pessoas, alias instruidas, quaes sejam os homens, que maior nomeada por ellas alcançaram na sua épocha. Julgamos haver soado a hora da reparação, façamos o inventario das nossas glorias:—evoquemos no Josaphat da historia todas as grandes sombras d'esses benemeritos, que pelas suas virtudes, letras e serviços ennobreciam a patria, que para elles ainda não existia. No Panteon brasileiro erga-se a estatua do distincto e modesto naturalista frei José da Costa Azevedo, e deixe de pesar sobre a sua memoria o gelido manto da indifferença e do olvido. Taes são os nossos humildes votos.

TYP. DE PINHEIRO & C., RUA SETE DE SETEMRRO N. 159.

REVISTA TRIMENSAL

DO

INSTITUTO HISTORICO

GEOGRAPHICO E ETHNOGRAPHICO DO BRASIL

4º TRIMESTRE DE 1871

NOBILIARCHIA PAULISTANA

GENEALOGIA DAS PRINCIPAES FAMILIAS DE S. PAULO

Colligidas pelas infatigaveis diligencias do distincto paulista
PEDRO TAQUES DE ALMEIDA PAES LEME

(*Continuada do 3º trimestre, pag.* 46)

RENDONS

Titulo historico e genealogico da familia de Rendons das capitanias de S. Paulo e da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, que escreveu no anno de 1769, na cidade de S. Paulo Pedro Taques de Almeida Paes Leme. E fielmente copiada em Lisboa em 1784.

A illustre familia de Rendons, Quebêdos, Lunas, Alarcões, Cabeças de Vacca (que por varonia são Sarmentos) da capitania da cidade de S. Paulo, e da de S. Sebastião do Rio de Janeiro, traz a sua propagação da cidade de Coria no reino de Leão em Hespanha, e d'onde eram naturaes os Rendons, filhos do fidalgo D. Pedro Matheus Rendon, que foi regedor das justiças na villa de Ocanha, pelo estado

dos fidalgos, e de sua mulher D. Magdalena Clemente de Alarcão Cabeça de Vacca, que se passaram ao Brasil, seguindo o real serviço na armada que veiu á Bahia do Salvador de Todos os Santos com o general d'ella D. Fradique de Toledo Ozorio, marquez de Uvaldêça no anno de 1625, pelo motivo seguinte:

Via-se o reino de Portugal subido a maior magestade na reputação, no imperio e nas riquezas, quando tudo viu sepultado nos campos de Africa, chorando a perda de um principe mais bellicoso, que advertido, sendo-lhe successor um monarcha menos aconselhado, que remisso; este foi o Sr. cardeal D. Henrique, o qual tomou a corôa mais para a levar a sepultura, que para a subir ao throno; porque com anno e meio de reinado, o alcançou a morte no seu paço de Almerim em 31 de Janeiro de 1580 annos com 78 de idade.

Apoderou-se do reino pelo direito das armas, el-rei D. Filippe II, de Castella, e 1° em Portugal, tão favorecido do seu poder, do tempo e da fortuna, como desamparado de justiça e da razão. D'esta sorte, unido o reino de Portugal á corôa de Castella, ficou sujeito ao odio com que todas as nações da Europa se oppunham á grandeza da monarchia hespanhola, tanto mais aborrecida, quanto mais dilatada.

Ardia n'este tempo a guerra nos Estados de Flandres entre hollandezes e hespanhoes: aquelles por defenderem a rebeldia, estes por castigarem a rebellião. No anno de 1581 se rebellaram as oito provincias unidas, formando uma republica democratica; e negando a obediencia ao seu natural senhor, lhe disputaram as armas com a maior constancia e com o valor mais intrepido, ganhando insignes victorias contra numerosos exercitos. Achava-se com a posse e governo de dois mundos d'esde 1621 el-rei D. Fi-

lippe IV de Castella e terceiro em Portugal, quando os hollandezes dispunham uma grande armada para invadirem a cidade do Salvador de Todos os Santos, capital então do Estado do Brasil. Esta se achava n'aquelle tempo no descuido e grandeza que costuma resultar da longa paz; e esquecidos os seus moradores das frechas dos inimigos naturaes, não cuidavam das ballas dos estranhos; porque nos animos que invilesce o ocio, ou a opulencia entorpece, não fazem consternação os perigos no ameaço, se não na ruina. Tinha por este tempo as redeas do governo geral do Estado, Diogo Furtado de Mendonça, quando em 9 de Maio de 1624 chegou á barra da Bahia a armada hollandeza, composta de 25 vasos, com 3,400 homens de guerra trazendo por seu general a Jacob Vilhe Khens, por almirante a Petre Petrid, inglez de nação, e por mestre de campo de toda a infantaria a João Dorth. Por interpresa foi occupada a cidade, approveitando-se o inimigo do nosso descuido, primeiro que a presteza da sua diligencia. Quem não sabe temer, não sabe prevenir, e no repente dos assaltos obra mais a confusão dos invadidos, que o valor dos invasores.

Chegou a noticia do successo a Lisboa, que mediu o damno pela perda, e sentiu com excesso a desgraça. A Madrid chegou tambem a noticia da ruina, que despertou o letargo em que jazia aquella côrte no descuido das conquistas. Dispôz logo o conde duque de Olivares duas poderosas armadas; uma em Castella, e em Portugal outra. Escreveu el-rei D. Filippe IV de sua real mão aos governadores do reino de Portugal, os condes de Portalegre e de Basto, e a outros muitos grandes, com encarecidos termos, o muito que esperava do valor e lealdade portugueza n'aquelle empenho, que tocava a toda a monarchia. Em uma e outra, se previniram armadas: na de Portugal se alistou grande numero de fidalgos da maior esphera, uns com praça

de soldados, outros com nome de aventureiros, sendo general d'ella D. Manoel de Menezes, tão célebre então pelo nascimento, valor e mais moraes virtudes, como depois pelas desgraças. A de Castella não era de menor apparato, antes superior em náos, gente e experiencia : n'ella vinham varios titulos e fidalgos de elevada grandeza ; uns já famosos na profissão da guerra, e outros que escolheram esta occasião para ensaio do seu novo militar emprego. Entre estes soldados vieram tres filhos do fidalgo D. Pedro Matheus Rendon, que foram D. João Matheus Rendon, D. Francisco Rendon de Quebêdo e D. Pedro Matheus Rendon Cabeça de Vacca. Depois já no anno de 1640 veiu outro irmão D. José Rendon de Quebêdo com instrumento da sua fidalguia, e d'ella fazemos menção em n. 3º d'este titulo.

Estas duas armadas com o numero de 66 vasos, 12,000 homens e 1,015 péças de artilheria, entraram pela barra da Bahia na sexta-feira da semana santa, 28 de Março de 1625. Desembarcou a nossa infantaria, sahiu á terra, escolheu sitio, formou quarteis, levantou trincheiras, dispôz platafórmas, accommodou artilheria e bateu as fortificações do inimigo, vigilante em se defender, até que desenganado e opprimido, entregou a cidade salvas as vidas, e sahiu em 20 de Abril do mesmo anno, corrido e castigado o mesmo orgulho que a 9 de Maio do anno antecedente tinha entrado triumphante e atrevido ; deixando-nos a cidade tão abastecida e municionada, como se só entrára n'ella a deixar fortalecida. Esta guerra anda diffuzamente narrada na *Nova Lusitania* ; no *Castrioto Lusitano* ; no *Portugal Restaurado* e na *America Portugueza*. Nós aqui sómente tocamos n'ella por conta da passagem, que na armada castelhana fizeram os tres irmãos Rendons, já referidos, como assumpto d'este genealogico e historico titulo de Rendons.

A cada um d'estes tres irmãos fez el-rei D Filippe IV, por seu alvará mercê de 3 escudos de mais por mez, além da praça ordinaria que venciam (1). Acabada a guerra da Bahia e lançado d'ella os belgas, se retiraram as armadas, largando as vellas no dia 4 de Agosto do mesmo anno de 1625. Ficaram continuando o real serviço os tres fidalgos Rendons, até que se passaram para S. Paulo, como iremos mostrando no decurso d'este titulo, no qual veremos a cada um d'elles em seu distincto numero para melhor percepção dos ramos que propagaram.

N. 1. D. João Matheus Rendon.
N. 2. D. Francisco.Rendon de Quebêdo.
N. 3. D. José Rendon de Quebêdo.
N. 4. D. Pedro Matheus Rendon Cabeça de Vacca.

D. João Matheus Rendon veiu da Bahia para a cidade de S. Paulo onde fez assento. N'ella levantou uma companhia de infantaria á sua custa para a restauração de Pernambuco, que se achava possuido do inimigo hollandez, desde 4 de Fevereiro de 1630, em que tinha entrado a sua armada composta de 70 vélas, contando-se entre ellas poderosas náos com 8,000 homens de guerra, que governavam dois generaes, Henrique Lonc, no mar, e Theodoro de Wandemburg, na terra. Em a matriz de S. Paulo a 17 de Novembro de 1631 casou D. João Matheus Rendon; e no assento d'este casamento se declarou, que era natural da cidade de Coria, filho de D. Pedro Matheus Rendon e de sua mulher D. Magdalena Clemente de Alarcão Cabeça de Vacca, com D. Maria Bueno de Ribeira, filha de Amador

(1) Cart. da provedoria da fazenda real de S. Paulo, liv. de registros das sesmarias, n. 8, anno de 1633 até o de 1638 pag. 53·
N. 12 anno de 1636 até 1696 pag. 87 v.
Vid. liv. de datas, tit. 1637 fls. 89, e tit.' 1633 fls. 42 e seguintes.

Bueno e de sua mulher D. Bernarda Luiz, todos naturaes de S. Paulo (2). D'este grande paulista Amador Bueno e das suas acções, cargos e illustre ascendencia tratamos em titulo de Buenos, cap. 1.°

Do matrimonio de D. João Matheus Rendon e D. Maria Bueno de Ribeira (que falleceu em S. Paulo a 7 de Novembro de 1646) (3) nasceram em S. Paulo cinco filhos que foram :

D. Pedro Matheus Rendon e Luna..... cap. 1.°
D. João Matheus Rendon..... cap. 2.°
D. José Rendon..... ..... cap. 3.°
D. Ignez de Ribeira..... cap. 4.°
D. Anna de Alarcão e Luna..... cap. 5.°

CAPITULO I

1—1. D. Pedro Matheus Rendon e Luna, casou na matriz de S. Paulo com D. Maria Moreira Cabral, filha de Luiz da Costa Cabral e de sua mulher Luzia Moreira, ambos naturaes de S. Paulo, em cuja matriz casaram a 21 de Abril de 1652. Este Luiz da Costa Cabral foi mandado por parte dos camaristas de S. Paulo beijar a mão ao Sr. rei D. João o IV, restituido ao throno de Portugal, levando por adjunto a Balthazar de Borba Gato, e ambos fôram recebidos com benigno agazalhado do soberano monarcha, que se dignou agradecer esta obediencia por carta firmada do seu real punho, datada em Lisboa a 24 de Setembro de 1643 (4). Neta pela parte paterna de Simão da Costa, natural da cidade

(2) Livro 1° de assentos dos casamentos da matriz de S. Paulo, no anno de 1631, o de D. João Matheus Rendon.

(3) Orphãos de S. Paulo, masso 1° de inventarios, letra M n. 11.

(4) Archivo da camara de S. Paulo, livro de registros, capa de couro, n. 2. tit. 1642, pag. 13 v.

de Beja, (filho de Luiz da Costa Cabral, cavalleiro fidalgo da casa real, e de sua mulher D. Antonia Gomes Froes, ambos da cidade de Beja) e de sua mulher Branca Cabral, natural de S. Paulo, irmã direita de Pedro Alves Moreira, que foi pai dos honrados paulistas, o alcaide mór Jacintho Moreira Cabral, que falleceu na villa de Sorocaba, e do coronel Pascoal Moreira Cabral, aos quaes dois irmãos elegeu o Sr, D. Pedro II, para penetrarem o sertão das serras de Cahativa e Biraçoyaba, e n'ellas fazerem os exa mes das pedras de prata e descobrimentos de minas de ouro com fr. Pedro de Sousa, a quem o mesmo senhor enviára para este effeito com cartas firmadas do seu real punho datadas em Maio de 1682 (5), nas quaes trata sua magestade a Jacintho Moreira Cabral com o caracter de alcaide mór, e a Pascoal Moreira com o de coronel.

Por sua avó Branca Cabral, foi bisneta de Pedro Alvares Cabral, natural da ilha de S. Miguel (traz a sua origem da casa de Belmonte,como escreve o rev.Dr. Gaspar Fructuoso, a quem seguiu o padre Antonio Cordeiro do collegio da cidade da Ponte Delgada, no seu livro *Historia Insulana* impresso em Lisboa em 1717), e de sua mulher Susana Moreira,natural de S. Paulo, irmã direita de Maria Moreira que foi mulher de Innocencio Preto, natural de Portugal, ouvidor da capitania de S. Paulo e S. Vicente, em cuja camara tomou posse no livro tit. 1684, pag. 49, e foi um dos primeiros e nobres povoadores d'esta villa com mais irmãos, José Preto, Manoel Preto e Sebastião Preto, que todos vieram pelos annos de 1562 na companhia de seu pai Antonio Preto, que depois de ter feito muitos serviços a Deus, a el-rei e ao donatario da capitania Martim Affonso

(5) Secretaria do conselho ultram. livro das cartas do Rio de Janeiro, tit. 1673 até 15 de Dezembro de 1700 pag. 30.

de Sousa, voltou para o reino, e trazendo sua mulher se estabeleceu em S. Paulo em 1574, onde já se achavam os quatro filhos (6). Terneta de Jorge Moreira, natural do Rio Tinto da cidade do Porto, pessoa de estimada nobreza, que veiu em 1545 para a villa de S. Vicente, da qual foi capitão mór governador, e onde casou com Isabel Velho, natural da cidade do Porto, de d'onde com seus irmãos os padres Gabriel Rodrigues e Antonio Rodrigues, ambos presbyteros do habito de S. Pedro, Garcia Rodrigues, Francisco Rodrigues Velho, Jorge Rodrigues e as irmãs Maria Rodrigues, mulher de Salvador Pires, Mecia Rodrigues, mulher de Domingos Gonçalves de Mendonça; e outras mais que tinham vindo para S. Vicente na companhia de seus pais Garcia Rodrigues e Isabel Velha, ambos da cidade do Porto.

Foi D. Maria Moreira Cabral, mulher de D. Pedro Matheus Rendon e Luna, pela parte materna, neta de Innocencio Preto e de sua mulher Maria Moreira, os mesmos de que fallamos supra. (*) D. Pedro Matheus Rendon, segundo uma nota do major Pedro Taques, se passou de S. Paulo para a Ilha Grande com seu sogro Luiz da Costa Cabral em 1651, e descobriu os matos do rio Pirahy, em cujas terras teve sesmaria em 1656. Seu pai foi tambem para a Ilha Grande, vide fl. 33. E se é certo que D. Pedro foi para a Ilha Grande em 1651, não é provavel que casasse em 1652 em S. Paulo, em cujos livros da matriz se não acha tal casamento; certamente casaria na dita Ilha). Teve D. Pedro Matheus Rendon e Luna seis filhos, que são os seguintes:

Filhos de D. Pedro Matheus Rendon e Luna.

2—1: D. João Matheus Rendon..... § 1.°

(6) Cartorio da provedoria da fazenda, livro de registros das sesmarias, n. 3, tit. 1618 até 1620 pag. 1. Livro n. 1, tit. 1562 pag. 159.

2—2: D. Pedro Matheus Rendon..... § 2.°
2—3: D. José Rendon de Quebêdo..... § 3.°
2—4: D. Luiz Rendon de Quebêdo..... § 4.°
2—5: D. Francisco Matheus Rendon..... § 5.°
2—6: D. Maria Cabral Rendon..... § 6.°

§ 1° e 2°

2—1. D. João Matheus Rendon: falleceu solteiro nas minas de Parnaguá.

2—2. D. Pedro Matheus Rendon: falleceu solteiro nas Minas-Geraes na occasião do levantamento dos europêos contra os paulistas.

§ 3° e 4°

2—3 } D. José Rendon de Quebêdo, e D. Luiz Rendon
2—4 } de Quebêdo seguiram o real serviço, sahindo de S. Paulo em 1679 com o governador D. Manoel Lobo, que foi fundar na ilha de S. Gabriel do Rio da Prata uma fortaleza, e nova colonia, a que deu o nome de cidade do Sacramento. Para esta acção sahiu de Lisboa D. Manoel Lobo com patente de governador e capitão-general do Rio de Janeiro, com ordem de que logo que tomasse posse do dito governo, passasse ao Rio da Prata a formar as fortificações necessarias para uma nova colonia por carta datada em Lisboa a 12 de Novembro de 1678 (7). Subiu a S. Paulo a tratar a materia de sua commissão com os paulistas Fernão Paes de Barros e Fernando Dias Paes Leme, para os quaes trazia cartas do principe regente o Sr. D. Pedro para darem toda a ajuda e soccorro a D. Manoel Lobo, para se conseguir a pretenção, a que vinha dirigido: assim se vê

(7) Carta da provedoria da fazenda da praça de Santos. Livro de registros das ordens n. 3, tit. 1678 até 1684 pag. 26 v.

da carta para Fernão Paes de Barros, cuja fiel copia é do theor seguinte :

« Fernão Paes de Barros. Eu o principe vos envio saudar. O governador D. Manoel Lobo vos ha de dar conta de um negocio de meu serviço, que pondo-se em effeito redundará em augmento dos meus vassallos, principalmente dos que vivem n'essa repartição do Sul. E porque estou inteirado do zelo, com que vos haveis em varios particulares de meu serviço, espero, que n'este ajudeis a D. Manoel Lobo com vossa pessoa, escravos e o mais que vossa possibilidade der lugar, para que se consiga o que se pretende, e me ficará em lembrança, para vos fazer mercê.

Escripta em Lisboa a 12 de Novembro de 1678. «Principe.»

Para Fernão Paes de Barros.

D'este mesmo theor foi a carta para Fernando Dias Paes Leme, como temos escripto em titulo de Lemes, cap. 5° § 5° n. 3.

Chegando a S. Paulo o fidalgo D. Manoel Lobo foi hospedado com grandeza e abundancia por Fernão Paes de Barros todo o tempo que precisou demorar-se, dispondo o necessario para a viagem, que tinha de fazer para a ilha de S. Gabriel. Deu-lhe em dinheiro cem mil réis, e tres cavallos dos melhores que tinha em sua cavalherice; e porque no almoxarifado da praça de Santos não havia dinheiro para supprir as despezas que tinha de fazer D. Manoel Lobo, appareceu no senado da camara de S. Paulo Fernão Paes de Barros, e representou aos officiaes d'ella, que para o serviço de sua alteza tinha quarenta arrobas de prata nas baixellas de sua copa; que todas offerecia para que ou se fundissem, ou se empenhassem, ou se vendessem, com tanto, que se effectuasse o real serviço, de que vinha encarregado o governador D. Manoel Lobo. Tudo

consta do termo de vereança em um dos livros do anno de 1679; e tambem dos papeis de serviços do dito Barros, processados em S. Paulo em 1685 perante o juiz ordinario Diogo Barbosa Rego, sendo escrivão dos autos o tabellião Roque Mendes da Silva.

D. Manoel Lobo retirou-se de S. Paulo a embarcar-se no porto de Santos para a cidade do Rio de Janeiro, levando em sua companhia como soldados aventureiros, aos dois irmãos D. José e D. Luiz Rendon de Quebêdo, os quaes em companhia do mesmo D. Manoel Lobo embarcaram no Rio de Janeiro a demandar a ilha de S. Gabriel, onde chegaram a salvamento com o corpo militar de infantaria do prezidio d'aquella praça, e da que veiu da Bahia com todos os petrechos de guerra e artilheria grossa, capaz de cavalgar nas carretas da nova fortaleza, que iam fazer construir.

Elegeu D. Manoel Lobo o sitio, e n'elle fundou a cidade da Nova Colonia do Sacramento e a sua fortaleza, de d'onde escreveu aos officiaes da camara de S. Paulo em Fevereiro de 1680, pedindo mantimentos de carnes de porco e tresentos alqueires de feijão, e que tudo mandariam entregar no porto de Santos a Diogo Pinto do Rego capitão-mór governador da capitania de S. Vicente, a quem escrevia para fazer promptificar embarcação que conduzisse estes generos para o Rio da Prata. Enviou por agente d'esta expedição a João Martins Claro, á quem Fernão Paes de Barros entregou 150 arrobas de carne de porco, mil alqueires de farinha de trigo e cem de feijão, sem mais interesse que a honra d'esta serventia.

Achava-se em S. Paulo o tenente de mestre de campo general Jorge Soares de Macedo, mandado por sua alteza para acompanhar para as minas de Parnaguá e para o sertão de Sabarábuçú ao administrador geral D. Rodrigo

de Castel-Blanco, natural do reino de Castella (V. em titulo de Lemes,cap. 5. § 5°, n. 3),que da cidade da Bahia tinham vindo, trazendo uma companhia de sessenta soldados infantes da qual era capitão Manoel de Sousa Pereira e alferes Mauricio Pacheco Tavares ; e se dispôz por determinação do dito administrador geral á passar o Rio da Prata, e d'alli principiar a examinar todo o sertão da costa pelo interesse de descobrir minas de prata e ouro. Para este effeito preparou-se em S. Paulo de todo o necessario elegendo ao paulista Braz Rodrigues Arzão para capitão-mór de toda a gente da leva, de que lhe passou patente o dito tenente-general em S. Paulo em 15 de Janeiro de 1679 ; ao paulista Antonio Affonso Vidal para sargento-mór da dita leva por patente com a mesma data ; com outros muitos paulistas, que então seguiram este real serviço, como foram Manoel da Fonseca, Manoel da Costa Duarte, João Carvalho, João de Goes Raposo e seu irmão Manoel de Goes Raposo, Francisco Dias Velho e seu irmão José Dias Velho, além de outros, dos quaes não descobrimos documento algum, que nos declarasse quem elles foram ; e com duzentos indios bons sertanistas. Para esta jornada recebeu Jorge Soares de Macedo dos officiaes da camara de S. Paulo dois contos e cincoenta mil réis em dinheiro, doze catanas , dezenove espingardas, quinze arrobas de tabaco de rolo, tres mil alqueires de farinha de trigo, tresentas arrobas de carne de porco, cem alqueires de feijão, oito mil varas de panno de algodão, trinta e oito arrobas de fio de algodão torcido em tres linhas e duas arrobas de fio singelo (8). Todos estes generos fizeram conduzir para o porto de Santos os officiaes da camara de S. Paulo a

(8) Archivo da Cam. da S. Paulo. liv. de vereanças, tit. 1675 pag. 62 usq. 75 v.

entregar ao dito tenente-general Macedo. Este alli embarcou em fins de Março de 1679 com sete sumacas, das quaes era capitão de mar Manoel Fernandes por patente do mesmo Macedo datada em Santos a 29 de Janeiro de 1679, levando n'ellas toda a gente da sua conducta, indios, fabricas mineraes de sua alteza, fazendas, mantimentos, e tudo o mais necessario. Teve tres arribadas por contrarios ventos e temporaes grandes, que levaram ao fundo uma sumaca, sem escapar do naufragio, viva creatura; e tres foram de arribada tomar o porto da ilha de Santa Catharina; e Macedo, com outras tres, tomou a barra de Santos. D'esta villa penetrou por terra a costa do Sul, e pelo sertão chegou a ilha de Santa Catharina: Estando n'ella recebeu ordem do governador D. Manoel Lobo para alli postar com a infantaria e mais gente da sua conducta applicando-a á manobra de serrar madeiras e taboados, fazer cal de ostras e fazer carvão, para tudo servir na povoação da Nova Colonia: tudo fez assim executar o dito Macedo. Depois teve segunda ordem do mesmo governador D. Manoel Lobo para embarcar nm uma sumaca, e n'ella ir para a ilha de S. Gabriel (9), a qual ordem é do theor seguinte:

« Ordeno ao capitão Manoel da Costa Duarte, que ficou por cabo da gente e indios que assistem na ilha de Santa Catharina, conserve a dita gente e indios, não lhes permittindo saiam da ilha senão aquellas pessoas de que muito se fiar, principalmente aquelles indios, que tiverem algum prestimo, assim de officiaes mecanicos, como os que tiverem capacidade para acompanharem os brancos nas jor-

(9) Carta da provedoria da praça de Santos, livro de registros das ordens, n. 5, titulo 1693 até 1701 pag. 81 v. na carta patente do mestre de campo Jorge Soares do Macedo, governador da praça de Santos, datada em Lisboa a 26 de Janeiro de 1700.

nadas dos sertões, por assim convir ao serviço do principe nosso senhor, e esta se cumprirá tão inteiramente como n'ella se contém. Dada n'esta cidade do Sacramento aos 8 de Abril de 68.»—D. Manoel Lobo.

Embarcado o tenente-general Jorge Soares de Macedo com algumas pessoas de avultado nome, deu vélas a sumaca á demandar o Rio da Prata ; porém na altura do cabo de Santa Maria, deu a embarcação á costa com uma grande tempestade. Salvou-se miraculosamente o dito tenente-general e 24 companheiros, cada um arrimado a sua taboa, perecendo todos os mais comtudo quanto ia na dita sumaca. Os naufragos que sahiram á terra, se puzeram em marcha a demandar a Nova Colonia. Já por então haviam os jesuitas da missão de Yapejú despedido uma grande tropa de indios armados a occupar o sertão da costa do Sul, assim como outra tropa de canoas tinha occupado a navegação do rio Paranãa, pelo justo temor de que de S. Paulo sahia grande soccorro a unir-se com D. Manoel Lobo; assim o declara o livro intitulado *Insignes Missioneros de la Compañia de Jesus en la Provincia del Paraguay*. Livro 3° cap. 10 até o cap. 13 ; posto que é obra jesuitica, como se conhece do estyllo d'ella e da acommodação dos textos sagrados ao seu intento e com o nome de D. Francisco Xarque de Andela. O tenente-general Jorge Soares de Macedo e seus 24 companheiros foram encontrados da tropa d'estes indios, que a todos prisionaram e conduziram até a missão de Yapejú, da qual foram mandados para Buenos-Ayres, onde foram presos no carcere da fortaleza, com sentinellas á vista, como consta da carta patente do mesmo Jorge Soares, citada na margem retro; e entre elles o capitão-mór Braz Rodrigues Arzão e o sargento-mór Antonio Affonso Vidal, ambos paulistas.

Tendo já o governador D. Manoel Lobo completa a obra

da fortaleza da Nova Colonia e cidade do Sacramento teve d'ella noticias D. José de Garro, cavalleiro da ordem de S. Thiago, governador e capitão-general da provincia de Buenos-Ayres, que por prevenção tinha pedido soccorros a D. Filippe Rege Corbalan, governador da provincia de Paraguay, e ao tenente-general Martim de Garayar, que governava a cidade de Cordova. Por este tempo, se achava na cidade de Salta, D. João Dias Andino, governador da provincia de Tucuman; porém os avisos contra D. Manoel Lobo chegaram até ao vice-rei do Perú, que então era o Exm. arcebispo de Lima o Dr. D. Melchior de Linhan. Escreveu tambem ao superior de todos os jesuitas das missões dos indios o padre Christovam Altamirano; e só a reducção de Yapejú, que fica no rio Uraguay 20 léguas antes de Buenos-Ayres, promptificou tres mil e tresentos indios de armas, distribuidos em companhias de cem homens, dois mil cavallos em pello, quinhentas mulas de cargas para a condução do trem e duzentos bois de carretas para puxarem a artilheria, que o general Garro quizesse encaminhar ao campo inimigo.

Estando prompto um pé de exercito capaz de qualquer acção de batalha, enviou Garro varios protestos ao governador D. Manoel Lobo, requerendo-lhe desamparasse o sitio que occupava, por serem as terras d'elle, de el-rei de Castella; e que lhe concederia todos os partidos que propuzesse, comtanto, que lhe evitasse o rompimento da guerra, pelo que lhe offerecia todas as embarcações e viveres necessarios para se restituir ao Rio de Janeiro; e que lhe mandaria entregar livres os prisioneiros que já se achavam na cidade de Buenos-Ayres com o tenente-general Jorge Soares de Macedo. Constante porém o valor de D. Manoel Lobo, se não deixou vencer do terror, com que

o castelhano lhe representava o seu direito e força de suas armas no corpo do exercito com que o ameaçava.

Desenganado o castelhano de que o portuguez não cedia da constancia do seu valor, fez pôr em marcha o seu exercito á disposição do mestre de campo D. Antonio de Vera Moxica, a cujo valor e pericia militar fiou Garro todas as operações da batalha. No dia 6 de Agosto de 1680 se moveu o exercito do campo inimigo pela fórma seguinte: Quatro mil cavallos em pello sem serem montados de pessoa alguma vinham adiante em um só corpo montuoso: Logo atraz tres mil indios de armas divididos em tres batalhões, que governavam os mestres de campo tambem indios João de Aguilera, João de Frutos e Alexandre de Aguirre. A retaguarda occupavam os soldados hespanhoes de tropas pagas do 3º do mestre de campo D. Francisco de Gusmão e Tejeda, da cidade de Cordova, ficando na de Buenos-Ayres dois mil homens de armas para a defender no caso de ficar o exercito derrotado e de intentarem os portuguezes sorprezar a dita cidade, considerando-a menos presidiada. Todos marchavam a pé, porque discorria o mestre de campo Moxica, que empregada a artilheria da fortaleza, no corpo montuoso e dilatado, que formava o numero de quatro mil cavallos avulsos, podiam os indios e os soldados hespanhoes com presteza militar levar por assalto a dita fortaleza, antes que a artilheria d'ella repetisse a sua segunda descarga. Esse discreto, ou nescio discurso, que não é da nossa intelligencia applaudil o, ou condemnal-o, se distraiu para logo, quando os mestres de campo Aguilera, Frutos e Aguirre, com os tres mil indios dos seus terços, começaram a murmurar e a queixar-se de que os levavam a morrer, e não a pelejar. E perguntados porque causa aprehendiam tão infausto successo, responderam que sentindo os cavallos o écho da artilheria e as ballas

d'ella, haviam de voltar atraz com tão furioso impeto, que atropelariam e poriam em desordem os esquadrões. Julgou Muxica prudentissimo este temor, e mandou que, retirados os cavallos, marchasse o exercito. Chegou este a fortaleza, pouco antes de romper a alva, quando a sentinella de um baluarte fez signal com um tiro de canhão a cujo estrondo foi entrada a fortaleza pelos soldados de D. Ignacio Amandiu pelo mesmo baluarte, onde primeiro mataram a sentinella d'elle; e acudindo todo o corpo militar da praça, avançaram pela parte da cidade os tres mil indios dos terços dos mestres de campo já referidos. Travou-se entre portuguezes e inimigos uma rigorosa disputa de armas assim de fogo, como de ballas em funda, maças e outros instrumentos de guerra, de que vinham petrexados os indios. N'este dia estava enfermo de cama e purgado o governador D. Manoel Lobo, porém as forças do corpo lhe não diminuiram o valor do animo. Em viva peleja sustentamos 3 horas largas este assalto com valor e obstinação portugueza. Entre muitos se fez bem distincto Manoel Galvão, capitão de infantaria da praça do Rio de Janeiro, que montado á cavallo com a espada na mão, feria e matava animando a todos, e reforçando por muitas partes os batalhões, até perder a vida. Imitou a seus altos espiritos sua mulher D. N.... que ao lado do marido movia a espada tão ligeira, que parecia raio, e continuou assim ainda depois de o vêr morto até que teve a mesma sorte que a de seu esposo. E' lastima não declarar-se o nome d'esta matrona.

Perdemos a batalha e a praça, ficando muitos prisioneiros, entre os quaes sabemos de D. Francisco Naper de Lancastre, o capitão Simão Farto com 12 soldados da sua companhia, os dois irmãos D. José e D. Luiz Rendon de Quebêdo, que até no destino de serem prisioneiros tiveram a sorte de fazer fiel companhia ao governador D. Manoel

Lobo, a quem acompanhavam d'esde a sahida de S. Paulo, porque tambem ficou prisioneiro e foi conduzido para a cidade de Buenos-Ayres, e mettido na mesma prisão, em que se achava o tenente-general Jorge Soares de Macedo, e ambos foram mandados passar para a cidade de Cordova, onde se conservaram presos até 9 de Novembro do anno de 1681, em que foram soltos para assistirem a entrega e restituição da Nova Colonia; porém Macedo querendo passar a Portugal, foi para a cidade de Lima, onde se embarcou nos galeões de Hespanha, como tudo consta da sua carta patente de mestre de-campo e governador da praça de Santos, da qual já temos feito menção.

D. José e D. Luiz Rendon de Quebêdo se deixaram ficar em Buenos-Ayres, depois que conseguiram a liberdade pelo tratado provisional celebrado entre as duas corôas de Portugal e Castella, a respeito da restituição da cidade do Sacramento da Nova Colonia, que se assignou em Lisboa a 7 de Maio de 1681 por parte do Sr. D. Pedro principe regente, sendo seus plenipotenciarios o duque de Cadaval, o marquez de Fronteira e o bispo D. Fr. Manoel Pereira, secretario d'Estado; e por parte d'el-rei D. Carlos II, o duque de Jovenasso seu embaixador extraordinario na côrte de Lisboa com pleno poder para este negocio. E teve effeito esta restituição, entregando-se a dita cidade a Duarte Teixeira de Chaves que veiu de Lisboa em Janeiro de 1682 com ordem régia para que, logo que tomasse posse do governo da capitania do Rio de Janeiro, passasse á Nova Colonia para tomar entrega d'ella na fórma do dito tratado. (Camara de S. Paulo, livro de registros, tit. 1675 pag. 84 v.)

Em Buenos-Ayres, com eleição igual ás suas qualidades, casaram os dois irmãos Rendons, e se corresponderam com seu irmão D. Francisco Matheus Rendon em S. Paulo, cujas filhas foram pedidas para passarem áquella cidade á

custa dos grandes cabedaes que os tios possuiam, se as sobrinhas quizessem abraçar o estado de religiosas em um dos mosteiros d'aquella cidade. Se n'ella deixaram descendencia, ignoramos.

§ 5°

2—5. D. Francisco Matheus Rendon (filho de D. Pedro Matheus Rendon, do cap. 1°), casou em S. Paulo com D. Maria de Araujo, filha do capitão-mór governador e alcaide-mór da capitania de S. Vicente e S. Paulo, Pedro Taques de Almeida e de sua mulher D. Angela de Siqueira. (*Falleceu a 14 de Março de 1733. Orph. de S. Paulo, maç. 3° n. 11, let. F.) Em titulo de Taques Pompêos, cap. 3° § 3.° E do seu matrimonio nasceram em S. Paulo 6 filhos.

3—1. Pedro Taques de Almeida.
3—2. D. Francisco Taques Rendon.
3—3. D. Maria da Assumpção e Araujo.
3—4. D. Angela de Siqueira Rendon.
3—5. D. Ignacia Francisca Xavier Rendon.
3—6. D. Custodia Paes Rendon.

3—1. Pedro Taques de Almeida, nasceu a 8 de Março de 1701.

3—2. D. Francisco Taques Rendon, nasceu ao 1° de Novembro de 1699. (*Acho outro assento a fl. 104 v. de 4 de Janeiro de 1698 de nome de Francisco, filho dos mesmos pais.)

3—3. D. Maria d'Assumpção.

3—5. D. Ignacia Francisca Xavier Rendon, nasceu a 3 de Julho de 1696, (fl. 122) e falleceu.

3—6. D. Custodia Paes Rendon, filha ultima, nasceu a 15 de Julho de 1708, (fl. 192) e falleceu.

3—4. D. Angela de Siqueira Rendon de Quebêdo, primogenita, nasceu a 20 de Março de 1625, fl. 113, (filha

de D. Francisco Matheus Rendon do § 5°), casou com Diogo de Toledo Lara seu tio em 3° gráo de consanguinidade mixto com o 2°, em cujo impedimento foram dispensados pelo Exm. bispo. Foi natural de S. Paulo e cidadão da sua republica, cujos honrosos cargos serviu sempre. e de juiz ordinario e orphãos. Por eleição de Rodrigo Cesar de Menezes, governador e capitão-general da capitania de S. Paulo, minas do Cuyabá e dos Guayazes, governou muitos annos as minas de Parnampanema e as de Apiahy, com patente de capitão-mór e regente d'ellas. Datada em 26 de Agosto de 1725 (10).

Foi segundo padroeiro do altar de Nossa Senhora da Purificação da igreja do collegio dos jesuitas de S. Paulo onde todos os annos fazia a festa no dia 2 de Fevereiro com muita solemnidade ; e por seu fallecimento deixou em dinheiro estabelecido um reddito para as despezas d'esta festa a que se obrigou o reitor por si e seus successores. Foi filho de João de Toledo Castelhanos (* Falleceu a 2 de Fevereiro de 1726, e nasceu a 5 de Março de 1642.Liv. de bapt. e' obit. da cidade de S. Paulo)' natural e cidadadão de S. Paulo ; e de sua primeira mulher D. Maria de Lara, que foi irmã inteira do capitão-mór governador e alcaide-mór Pedro Taques de Almeida, de quem já tratamos n'este § 5.° Neto pela parte paterna de D. Simão de Toledo Piza, natural da cidade de Angra da Ilha Terceira e de sua mulher D. Maria Pedroso, com quem casou na matriz de S. Paulo a 12 de Fevereiro de 1640. Este D. Simão de Toledo Piza tinha militado assim nos presidios como nas armadas de Castella (11). Em S. Paulo falleceu no anno

(10) Arch. da cam. de S. Paulo, liv.de registros, tit. 1721 pag. 185 v. E secretaria do governo de S. Paulo, liv.2° do registro geral a fl. 36 v.

(11) Cartorio da provedoria da fazenda, liv. de registros das sesmarias, n. 9 tit. 1638, até 1642 pag. 106 v.

de 1668, tendo occupado repetidas vezes os honrosos cargos da republica ; e foi juiz de orphãos proprietario por mercê do marquez de Cascaes, donatario da capitania de S. Vicente e S. Paulo. Os grandes serviços que fez a el-rei e a republica n'esta capitania constam no livro 4° de registros, tit. 1664 pag. 30 v. do archivo da camara de S. Paulo, de cuja capitania e da de S. Vicente tinha sido ouvidor de que tomou posse a 16 de Julho de 1666 na camara capital de S. Vicente. Foi este D. Simão de Toledo Piza filho de D. Simão de Toledo Piza, natural de Madrid, que falleceu na Ilha Terceira em posto de sargento-mór de infantaria, com o qual tinha vindo na armada, de que foi general D. Alvaro de Bazan, marquez de Santa Cruz no anno de 1588 contra Mr. de Chatres, cavalleiro de Malta, que se achava occupando aquelles mares a favor do Sr D. Antonio Prior do Crato (cuja voz seguiam os moradores das ilhas), refugiado em França contra o poder d'el-rei D. Filippe II de Castella e 1° em Portugal. Na batalha naval, que durou 5 horas perdeu um olho o sargento-mór D. Simão de Toledo Piza, e ficando morador na Ilha Terceira n'ella casou com D. Gracia da Fonseca Rodovalho, irmã direita do deão d'aquella sé, chamado o Rabaço,que instituiu o morgado da ilha do Pico Redondo, e el-rei o aposentou com o mesmo soldo de sargento-mór, fazendo-lhe mercê de mais 200 cruzados cada anno alem de sua praça, em attenção a qualidade do seu illustre sangue, como consta do alvará d'esta mercê, registrada na vedoria da Ilha Terceira, tendo-se consumido o original em nosso poder em 1755, em que nos achavamos em Lisboa quando foi o terremoto e incendio das casas, onde moravamos junto a igreja dos Martyres, abaixo do cemiterio de S. Francisco da cidade. Teve o dito sargento-mór duas filhas, que el-rei D. Filippe as mandou recolher para Madrid, e as acommodou em religiosas em

um dos mosteiros d'esta côrte; e dois filhos que foram D. Gabriel e D. Simão, e a ambos concedeu uma praça de soldo com 3 escudos de vantagem, até terem idade de tomar armas, como consta do real alvará, registrado na vedoria da Ilha Terceira, cujos originaes tambem se consumiram, reduzidos em cinzas em nosso poder em Lisboa com outros muitos papeis e certidões de serviços do sargento-mór D. Simão de Toledo Pisa, e de seu filho do mesmo nome, que antes de vir para S. Paulo tinha estado em Madrid já em patente de capitão de infantaria do presidio da Ilha Terceira, para onde recolhendo-se teve não sei que successo, pelo qual foi preso no castello d'aquella ilha, do qual fugitivo se passou ao Brasil e casou em S. Paulo no anno de 1640, como fica declarado. Elle assim o expressou no seu testamento constituindo n'elle herdeiro dos seus serviços ao filho João de Toledo Castelhanos, e dos serviços de seu pai o sargento-mór D. Simão de Toledo Piza; o qual antes de vir na armada com o general d'ella o marquez de Santa Cruz tinha militado com D. João de Austria, com quem se achára na batalha de Lepanto, ganhada aos turcos em 7 de Outubro de 1571, e na recuperação de Tunes e Bizerta em 1576 com o mesmo D. João de Austria; e com elle se achou tambem na famosa batalha de Glembours; o que tudo constava das certidões passadas ao dito sargento-mór, que se reduziram á cinzas em Lisboa e que se acham registradas na Ilha Terceira. Por estes papeis de serviços se via que o dito sargento-mór D. Simão de Toledo Piza, era de qualidade illustre, como filho de D. João de Toledo Piza, natural da villa de Alva de Tormes, legitimo descendente sem quebra de bastardia da illma. casa de Arva de Tormes, que são os condes de Oropeja e duques de Alva e de sua mulher D. Anna de Castelhanos, natural de Madrid.

E pela parte de sua avó D. Maria Pedroso foi o capitão-

mór Diogo de Toledo Lara bisneto de Sebastião Fernandes Corrêa, natural de Refoios de Ponte de Lima, freguezia de Santa Eulalia, primeiro provedor e contador da fazenda real da capitania de S. Vicente, proprietario por mercê do Sr. rei D. João IV de 3 de Janeiro de 1642 (12), e de sua mulher D. Anna Ribeira, natural de S. Paulo, filha de Sebastião de Freitas, natural da cidade de Silves, e de sua mulher D. Maria Pedroso de Alvarenga, natural de S. Paulo, onde falleceu a 17 de Julho de 1666, e foi sepultada em jazigo proprio que tinha na igreja dos religiosos carmelitas (13). Este Sebastião de Freitas nasceu no lugar da Alagoa da cidade de Silves do Algarve em 1565, filho de Manoel Pires, pessoa nobre, que foi provedor da santa casa da misericordia da dita cidade de Silves, e de sua mulher N.... que depois casou segunda vez com Diogo Mendes da Motta, cavalleiro professo da ordem de Christo e almoxarife da real fazenda na mesma cidade. Passou ao Brasil em praça de soldado da companhia do capitão Gabriel Soares, que veiu a Bahia no anno de 1591 com o governador geral D. Francisco de Sousa para o acompanhar ao sertão ao descobrimento das minas de prata, que tinha ido offerecer a el-rei D. Filippe um Riberio Dias, natural da mesma cidade da Bahia, assegurando, que havia mais prata no Brasil do que Bilbáo dava ferro em Biscaya, e pedindo, por premio d'este grande descobrimento a mercê de marquez das Minas, que se lhe não conferiu, posto que, por alvará de lembrança foi despachado com outras mercês, e de administrador geral das ditas minas, se deu a D. Francisco de Sousa a de marquez das minas, que depois no anno

(12) Cartorio da provedoria da fazenda real, livro de registros n. 1, tit. 1637 até 1658, pag. 16.

(13) Cartorio do 1° tabellião de S. Paulo, maç. de titulos antigos, inventario de D. Maria Pedroso com testamento, letra M.

de 1670 se verificou em seu neto do mesmo nome, terceiro conde do Prado por mercê de 7 de Janeiro do dito anno do Sr. rei D. Affonso VI. Na jornada falleceu o capitão Gabriel Soares e o simulado Riberio Dias não mostrou as minas promettidas, depois de fazer penetrar o sertão mais de 200 leguas a D. Francisco de Sousa, que por fim se recolheu a cidade, tendo-se consumido uma grande somma de dinheiro em aprestos, instrumentos, mineraes, gente e corpo militar da sua conducta. Este engano porém ou se julgasse comettido na promessa, ou na execução, dissimulou o governador geral D. Francisco de Sousa, e sem duvida experimentaria Riberio Dias o merecido castigo se não houvesse fallecido logo, deixando aquellas esperadas minas occultas até aos seus proprios herdeiros ; sendo certo que elle era um dos moradores principaes e dos mais poderosos da Bahia, descendente de Catharina Alvares, e tinha uma baixella e todo o serviço da sua capella de finissima prata tirada em minas, que achára em suas terras. Esta opinião se verificou depois com a resolução de passar a Madrid, e offerecel-as com a indiscreta ambição de aspirar por premio a desmarcada mercê de marquez d'ellas. O general D. Francisco de Sousa passou da Bahia para S. Paulo onde chegou em Novembro de 1599, e fazendo entablar as minas de Jaguamimbaba, Jaraguá, Vaturuna e Biraçoyaba, se recolheu ao reino em 1602, em que lhe chegou successor. Voltou do reino para S. Paulo em 1609 com administração geral das minas, e a mercê de marquez d'ellas. Falleceu em S. Paulo em 10 de Junho de 1611, deixando com o governo a seu filho D. Luiz de Sousa, que em 11 do mesmo mez e anno tomou posse na camara de S. Paulo.

Da cidade da Bahia passou para S. Paulo Sebastião de Freitas, onde fez muitos serviços, porque no anno de 1594 acompanhou ao capitão Jorge Corrêa ao sertão a dar guerra

ao barbaro gentio, inimigo que havia vindo pôr em cerco a villa de S. Paulo. Depois no anno de 1595 acompanhou ao capitão Hieronimo Pereira de Sousa ao mesmo sertão, levando seus escravos a dar guerra ao inimigo gentio, em bem e utilidade da capitania. Em 1599 sahiu de soccorro para a villa do porto de Santos acompanhando o capitão Diogo Gonçalves Lopo pelo rebate que houve de 4 velas inimigas, e assistiu todo o tempo, que foi preciso alli demorar-se o capitão Lopo. Por estes e outros serviços foi armado cavalleiro em S. Paulo em 1600 por D. Francisco de Sousa, que para isso tinha faculdade régia. Tudo consta da provisão que lhe passou para sua guarda e titulo datada em S. Paulo a 22 de Junho de 1600 (14). Em S. Paulo teve sempre as redeas do governo civil e militar, Sebastião de Freitas, que como pessoa distincta e caracterisada lograva respeito, autoridade e estimação. Estes merecimentos bem os reconheceu Hieronimo Corrêa Souto-Mayor capitão-mór governador da capitania, loco-tenente do donatario d'ella Lopo de Sousa, quando em 22 de Julho de 1606 lhe passou patente de capitão da gente da villa de Piratininga do campo de S. Paulo, para com ella poder acudir em todas as occasiões de rebate por haverem inimigos na costa, o que diffusamente narramos em titulo de Freitas.

Por sua bis-avó D. Maria Pedroso foi terneto de Antonio Rodrigues de Alvarenga fidalgo da casa real, natural da cidade de Lamego (filho de Balthazar de Alvarenga e de sua mulher Messia Monteiro, fidalgos de geração, como se expressa na sentença proferida no juizo do civel da côrte de Lisboa por virtude da qual se passou brazão de armas, cuja copia existe em titulo de Alvarengas, em 22 de Julho

(14) Archivo da camara de S. Paulo, Livro de reg; tit. 1600 pag. 22.

de 1681) (15), e de sua mulher D. Anna Ribeira, que falleceu em S. Paulo a 23 de Outubro de 1647, e seu marido Antonio Rodrigues de Alvarenga falleceu a 19 de Setembro de 1614, e foram sepultados na capella-mór da igreja do Carmo em S. Paulo.

Por sua ter-avó dita D. Anna Ribeira foi quarto neto de Estevão Ribeiro Bayão, natural da cidade de Beja, e de sua mulher Magdalena Fernandes Feijó de Madureira, da cidade do Porto, de onde vieram com filhos e filhas, para a capitania de S. Vicente a povoar de sua nobre geração aquella villa, da qual se passaram para a de S. Paulo do campo de Piratininga, onde se estabeleceram e casaram suas filhas com acertos da eleição, porque D. Anna Ribeiro foi mulher de Antonio Rodrigues de Alvarenga, como temos escripto; D. Leonor Pedroso foi mulher de Pedro de Moraes de Antas, filho de Balthazar de Moraes de Antas, natural da villa de Monxagate, fidalgo da casa real; Cicilia Ribeiro foi mulher de Bernardo de Quadro, nobre sevilhano, provedor e administrador das minas de S. Paulo e juiz de orphãos, proprietario, senhor do engenho de fundir ferro e aço, na serra de Biraçoyaba etc, porque de Estevão Ribeiro Bayão, e de sua mulher Magdalena Fernandes Feijó de Madureira procede a primeira e mais qualificada nobreza da capitania de S. Paulo, que sempre no real serviço deram a conhecer o sangue que lhes adornava as vêas.

O capitão-mór Diogo de Toledo Lara falleceu a 20 de Janeiro de 1743, e havia nascido ao 1° de Fevereiro de 1680, e baptizado por seu tio o padre José Pompêo: e sua mulher D. Angela de Sequeira Rendon falleceu a 24 de Setembro de 1764 (16).

(15) Archivo da camara de S. Paulo, livro de registros tit 1675 pag. 97.

(16) Orph. de S. Paulo, maço 2.° n. 90, inventario e testamento do capitão-mór Diogo de Toledo.

4—1 Antonio de Toledo Lara.
4—2 D. Maria Thereza de Araujo e Lara.
4—3 D. Anna de Toledo, nasceu a 28 de Dezembro de 1724.
4—4 D. Escholastica Maria Rendon de Toledo, nasceu a 13 de Janeiro de 1727.
4—5 D. Ursula Maria das Virgens de Toledo Rendon, nasceu a 24 de Março de 1729.

4—1 Antonio de Toledo Lara (filho do capitão-mór Diogo de Toledo Lara),baptizou-se a 11 de Julho de 1723, sendo seus padrinhos seus avós maternos D. Francisco Rendon e D. Maria de Araujo (17).

§ 6.°

2 - 6. D. Maria Cabral Rendon (filha ultima de D. Pedro Matheus Rendon, do cap. 1°), foi casada com Manoel Lopes de Medeiros, natural e cidadão de S. Paulo, onde serviu os honrosos cargos da republica e n'ella teve tanta autoridade, que sempre conservou as redeas do governo politico e militar : Arthur de Sá e Menezes, governador e capitão general do Rio de Janeiro com o governo de S. Paulo, teve d'este paulista muito honrosas informações pelo bom procedimento que havia acreditado nas occasiões do real serviço. Em 22 de Setembro de 1699 o proveu no posto de sargento-mor da comarca de S. Paulo com 80$000 de soldo, que tanto tiveram sempre os d'esta patente : n'ella diz o general Arthur ibi—«morador da villa de S. Paulo e estar exercitando o posto de sargento-mór dos auxiliares do terço do mestre de campo Domingos da Silva Bueno, e ser uma das principaes pessoas d'aquella villa, onde serviu por

17 Livro de baptizamentos fl. 106 v da matriz de S. Paulo.

espaço de 14 annos o posto de capitão da infanteria da ordenança; e pela boa informação que teve d'elle o governador geral do Estado, Antonio Luiz Martins de Castro Coutinho, o proveu no cargo de provedor dos defuntos e ausentes, capellas e residuos das capitanias de S. Vicente e de Nossa Senhora da Conceição de Itanhaen. Apresentando em a camara de S. Paulo o capitão-mór Manoel Peixoto da Motta a real ordem para correr o dinheiro a peso, foi o primeiro que obedeceu á dita ordem, expondo por isso a vida ao odio do povo, que não queria aceitar a dita ordem.» (18)

Do posto de sargento-mór da comarca tomou posse na camara capital de S. Vicente a 18 de Outubro de 1699. Foi confirmada esta patente pelo Sr. rei D. Pedro II, assim como a provisão com que serviu de provedor dos ausentes, capellas e residuos pelos annos de 1694 (19). Teve a incomparavel honra de receber do mesmo senhor uma carta firmada pelo seu real punho, com data de 20 de Outubro de 1698, registrada na secreraria do conselho ultramarino, entre outras mais escriptas á diversos paulistas no livro das cartas do Rio de Janeiro que principia a 28 de Março de 1673 pag. 198 até 199. O theor da dita carta é o seguinte :

« Manoel Lopes de Medeiros. Eu el-rei vos envio muito saudar. Por haver sido informado pelo governador e capitão general do Rio de Janeiro, Arthur de Sá e Menezes do zelo com que vos houvestes na expedição das ordens que tocavam á meu serviço, que o dito governador para este effeito expediu, e a grande vontade com que vos haveis em tudo o que vos recommendou, mostrando n'isto a boa lealdade de honrado vassallo : Me pareceu por esta, mandar-vos agradecer, e segurar-vos, que tudo o que n'este particular obrastes, me fica em lembrança, para folgar de vos fazer toda a mercê quando trateis de vossos requerimentos. Escripta em Lisboa a 20 de Outubro de 1698. Rei.»

Quando Arthur de Sá e Menezes passou por ordem régia do Rio de Janeiro para S. Paulo, com 600$000 de ajuda de custo em cada um anno, alem do seu soldo de capitão general, sendo preciso dar providencia ás desordens que experimentavam os povos das novas minas dos Cataguazes, que com o tempo ficaram conhecidas pelo caracter de Geraes, só confiou esta importantissima commissão do sargento-mór Manoel Lopes de Medeiros, a quem enviou com ampla jurisdicção e regimento datado em S. Paulo a 10 de Fevereiro de 1700, em serviço de sua magestade, e bem dos vassallos do mesmo senhor, fazendo atalhar qualquer perturbação que houvesse em ditas minas e repartir as terras mineraes, não só as que já estavam descobertas, mas tambem as que de novo se fossem descobrindo, e tambem para examinar com João Carvalho da Silva um dos principaes paulistas por sangue e procedimento de honrado vassallo, as minas de prata, que se suspeitava haver n'aquellas serras para de tudo se dar conta ao monarcha (20).

Este honrado paulista Manoel Lopes de Medeiros foi irmão direito do muito reverendo padre Antonio Lopes de Medeiros, presbytero do habito de S. Pedro, de grande veneração e respeito, não só dentro do bispado, mas fóra d'elle; e ambos filhos de Antonio Lopes de Medeiros, natural e cidadão de S. Paulo, onde sempre teve as redeas do governo civil, e pela sua distincta qualidade, foi eleito em ouvidor da capitania, de que tomou posse na camara ca-

(18) Cart. da provedoria da fazenda real, livro capa de holandilha de registros n. 5. Liv. 8.° de 1693 pag. 63 v.

(19) Livro supra-citado pag. 16 v. Archivo da camara de S. Paulo, livro de registros n. 4, tit. 1658 pag. 56 v.

(20) Cart. da Prov. da Faz. real, liv. de reg. n. 5, anno de 1693 pag. 68.

pital da villa de S. Vicente a 7 de Dezembro de 1659 (21): e de sua mulher Catharina de Onhatte, com quem casou na matriz de S. Paulo a 10 de Junho de 1642. (22) Neto pela parte paterna de Mathias Lopes, que foi mamposteiro-mór dos captivos pelos annos de 1608 (23), e de sua mulher Catharina de Medeiros, filha de Amador de Medeiros, um dos nobres povoadores da villa de S. Vicente pelos annos de 1538, e casou na villa de Santos, onde se achava morador pelos annos de 1568, e passando para a de S. Paulo lhe foram concedidas por sesmaria todos os pontos devolutos, polo caminho velho da antiga villa de S. André, rio Jarobátiba, continuados ao longo do Tamanduátihy, até o Tejucuçú, como se vê no cartorio da provedoria da fazenda real no livro de registros das datas de sesmarias, tit. 1562, n. 1° pag. 161. Este Amador de Medeiros sahiu de S. Vicente com o soccorro para a conquista do Rio de Janeiro em 1560, em que o governador geral Mem de Sá tomou a fortaleza aos francezes: segunda vez sahiu com soccorro de S. Vicente para Cabo-Frio, quando o governador Antonio Salema foi contra os barbaros gentios do Cabo-Frio (24). E pela parte materna, neto de Christovão da Cunha d'Onhate, natural e cidadão de S. Paulo, onde falleceu a 26 de Junho de 1664 (25), e de sua mulher Mecia Vaz

(21) Archivo da camara de S. Paulo, livro de registros n. 4. tit. 1658 pag. 65 v.

(22) Cartorio de orphãos de S. Paulo, masso 1° de inventarios, letra C.n. 39. E masso 1°, letra M. n. 25.

(23) Arch. da camara de S. Paulo, livro de registros, tit. 1607 pag. 11 v.

(24) Cartorio da provedoria da fazenda real de Santos, livro das sesmarias, titulo 1562 pag. 115 v.

(25) Cartorio de orphãos de S. Paulo, masso 1° d'inventarios, letra C. n. 2

Cardoso. Em titulo de Cunhas Gagos, cap. 1º § 1º; e em titulo de Vaz Guedes, cap. 9.º

Em S. Paulo falleceu D Maria Cabral Rendon a 23 de Novembro de 1699 (26). E teve do seu matrimonio 2 filhos que foram :

3—1. D. Antonia de Medeiros Cabral.
3—2 Antonio João de Medeiros.

3—1. D. Antonia de Medeiros Cabral, foi casada com Floriano de Toledo Piza, natural e cidadão de S. Paulo filho do capitão-mór governador D. Simão de Toledo Piza. Em titulo de Toledos, cap. 3º § 1.º E em titulo de Taques, cap. 3º § 9º n, 3—9, e 4—1, e ahi a descendencia de Floriano de Toledo.

3—2. Antonio João de Medeiros, ficou herdeiro do cabedal e bens encapellados de seu tio o rev. Antonio Lopes de Medeiros, e abandonando a administração d'estes bens e dos rendimentos das moradas de casas em S. Paulo, passou solteiro para o Cuyabá, onde casou com D. Gertrudes de Almeida Campos, natural da villa de Sorocaba e filha do capitão-mór Thomé de Lara e Almeida. Em titulo de Taques Pompêos, cap. 3º § 4º n. 3—15; falleceu no Cuyabá. Com geração.

CAPITULO II

1—2. D. João Matheus Rendon (filho de D. João Matheus Rendon e de D. Maria Bueno, do n. 1.º), casou na cidade do Rio de Janeiro com D. N.... de Azeredo Coutinho, da mais qualificada nobreza d'aquella capitania, por trazer a sua origem do illustre fidalgo Vasco Fernandes Coutinho, que tendo servido na India aos Srs. reis D. Manoel e D. João III, d'esde o anno de 1511 este monarcha

(26) Idem supra, masso 5ª letra M.

lhe fez mercê de juro herdade de 50 leguas de terra na costa do Brasil para fundar uma capitania, por carta de doação passada no anno de 1535, que com effeito a fundou, e é chamada do Espirito-Santo, e sua capital a villa da Victoria, com mais duas, que são a de Nossa Senhora da Conceição e a do Espirito-Santo. Vasco Fernandes Coutinho veiu em pessoa fundar a sua capitania trazendo do reino muitos navios e gente, aprestos de guerra, e familias nobres para povoadores. Tomou terra no porto do Espirito-Santo onde fundou com esta vocação a primeira villa, e conquistando as terras da sua demarcação, teve com os gentios barbaros d'aquelle sertão muitas batalhas, e contra o poder das armas d'estes inimigos alcançou uma muito particular victoria: Por ella edificou no mesmo lugar a villa d'este nome como trophéo, e triumpho alli conseguido. N'esta capitania teve o donatario e senhor d'ella dito Vasco Fernandes Coutinho em uma Sra. N.... de Almada o filho Vasco Fernandes Coutinho chamado o moço, que casou com. . . . . e d'este matrimonio procedem os Coutinhos do Rio de Janeiro já com alliança de Azeredos, porque da capitania do Espirito-Santo passou para a do Rio de Janeiro Marcos de Azeredo Coutinho, primeiro tronco da familia dos seus appellidos n'esta cidade de S. Sebastião, na qual é esta nobilissima familia bem conhecida. A sua illustre ascendencia é patente nos autos, e demanda que correu sobre a decisão de um morgado na Ouvidoria da mesma cidade, sendo autor na causa Sebastião da Cunha Rangel de Azeredo Coutinho. Ignoramos se do matrimonio de D. João Matheus Rendon houve filhos. Sabemos porém que ficando viuvo se habilitou para o estado sacerdotal, e passou para Lisboa a tomar ordens, e tendo já conseguido as de presbytero do habito de S. Pedro, falleceu de bexigas n'aquella côrte.

1—3. D. Ignez de Ribeira casou em S. Paulo com Vicente da Siqueira e Mendonça, irmão direito de Antonio de Siqueira e Mendonça, chamados de alcunha—Capuheiros—naturaes e cidadãos de S. Paulo onde sempre tiveram o primeiro voto no governo da republica. Foram filhos de Lourenço de Siqueira que falleceu a 4 de Junho de 1633, e de sua mulher Margarida Rodrigues, que falleceu a 29 de Dezembro de 1634 (27), o qual Lourenço de Siqueira foi natural da villa de Santos, e irmão de Beatriz de Siqueira mulher de Antonio Gonçalves David, capitão do forte do Pinhão da Vera-Cruz, da praça de Santos com soldo e outros, que todos foram filhos de Antonio de Siqueira que veiu de Lisboa para a villa de S. Vicente no anno de mil quinhentos e tantos, proprietario dos officios de tabellião e escrivão da camara e orphãos da villa de Santos por mercê do Sr. donatario Martin Affonso de Sousa; e casou na villa de Santos com uma filha de Antonio Pinto, irmão de Rui Pinto e de Francisco Pinto, todos fidalgos da casa de sua magestade, que tinham vindo em 1530 para o de 1531 com o dito Martim Affonso.

Foi Vicente de Siqueira e Mendonça, o Capuheiro, neto pela parte materna de Garcia Rodrigues, um dos primeiros povoadores da villa de S. Vicente, e de sua mulher Catharina Dias, filha de Lopo Dias, que veiu povoar S. Vicente atrahido do donatario em 1531, e o dito Garcia Rodrigues era natural de S. Vicente, e por elle bisneto de Domingos Gonçalves, que falleceu em S. a 30 de Abril de 1627, e de sua segunda mulher Messia Rodrigues, natural da cidade do Porto (28), e por esta terneto de Garcia Rodrigues e de sua

(28) Cartorio de orphãos de S. Paulo, mas. 1° de inventarios, letra L n. 42.

(28) Idem, masso 2° de inventarios, letra D, o testamento de Domingos Gonçalves.

mulher Isabel Velho, primeiros e nobres povoadores de S. Vicente para onde vieram da cidade do Porto com varios filhos. Em titulo de Garcias Velhos....

Do matrimonio de D. Ignez de Ribeira nasceram 8 filhos, que foram :

2—1. D. Innocencia..... § 1.°
2—2. D. Joanna..... § 2.°
2—3. D. Maria..... § 3.°
2—4. Manoel de Siqueira Rendon..... § 4.°
2—5. José de Siqueira Rendon..... § 5.°
2—6. Lourenço de Siqueira Furtado de Mendonça.... § 6.°
2—7. Antonio de Siqueira de Mendonça..... § 7.°
2—8. João Matheus Rendon..... § 8.°

§ 1.°

2—1. D. Innocencia.... casou nas Minas-Geraes, e ignoramos se teve descendencia.

§ 2.°

2—2. D. Joanna.... casou nas Minas-Geraes, e ignoramos se teve geração.

§ 3.°

2—3. D. Maria.... falleceu solteira no Rio de Janeiro.

§ 4.°

2—4. Manoel de Siqueira Rendon, casou no Rio de Janeiro com D. Brites da Fonseca Doria, e teve 3 filhos, que foram :

3—1. D. Joanna, mulher de Manoel Alves Fragoso, dos campos de Guaitacazes.

3—2. D. Brites da Fonseca Doria, mulher de Gregorio Nazianzeno.

3—3. D. Antonia, casou nas Minas-Geraes.

Porém no livro dos casamentos da igreja da villa de Taubaté achamos que Manoel de Siqueira Rendon (filho de Vicente de Siqueira Mendonça e de sua mulher D. Ignez Navarro de Alva), casára a 22 de Novembro de 1693 com Maria Vieira Cardoso, filha de Antonio Vieira da Maia e de sua mulher Maria Cardoso. Suppomos que este Manoel de Siqueira, do § 4°, casou primeira, ou segunda vez no Rio deJaneiro com D. Brites da Fonseca Doria. Em titulo de Vieiras Maias, cap. 4.°

§ 5.°

2—5. José de Siqueira Rendon, casou no Rio de Janeiro com D. Maria da Fonseca Doria, irmã direita de D. Brites da Fonseca Doria, do § 4° supra, e teve 3 filhos que foram:

3—1. D. Maria, mulher de Ignacio Ferreira Funchal.

3—2. D. Marianna, mulher de João da Fonseca Coutinho.

3—3. Ignacio de Siqueira Rendon, que falleceu solteiro.

§ 6.°

2—6. Lourenço de Siqueira Furtado de Mendonça, foi capitão-mór da barra de Guaratiba do Rio de Janeiro, e casou com D. Barbara da Fonseca Doria, e teve 4 filhos que foram:

3—1. Salvador de Siqueira Rendon, casou com D. Rosa Maria de Caldas.

3—2. Fradique Rendon de Quebêdo, capitão-mór da barra de Guaritiba, que existia pelos annos de 1759, em que nos hospedamos em sua casa, e d'elle recebemos estas noticias da geração que teve D. Ignez de Ribeira, d'este cap. 4.°

3—3. D. Margarida de Luna, casou com José Corrêa Soares, natural do Rio de Janeiro, filho de Gaspar Corrêa e de sua mulher D. Luzia de Aguilar, que foi filha de Martim Rodrigues Tenorio e de D. Magdalena Clemente Cabeça de Vacca, que foi filha do capitão D. Francisco Rendon de Quebêdo, do n. 2º d'este titulo.

3—4. D. Leonor de Siqueira Rendon, casou com Gaspar de Asedias Machado.

§ 7.º

2—7. Antonio de Siqueira e Mendonça, casou com D. N.... sobrinha do capitão-mór Manoel Pereira Ramos, senhor do engenho e freguezia de Marapicú.

§ 8.º

2—8. João Matheus Rendon (ultimo filho de D. Ignez de Ribeira), existia solteiro no Rio de Janeiro em 1759.

CAPITULO IV

1—4. D. José Rendon (filho de D. João Matheus Rendon do n. 1º), nasceu gemeo com sua irmã D. Anna, e ambos se baptizaram na matriz de S. Paulo a 4 de Agosto de 1641, como consta do liv. 1º dos assentos dos baptismos d'esta igreja em dito mez e anno. Casou na cidade do Rio de Janeiro (tendo passado a ella na companhia de seu pai D. João Matheus Rendon, que segunda vez estava casado em S. Paulo com D. Catharina de Goes e Siqueira, como adiante fazemos menção) com uma irmã dos padres Francisco Frazão e Antonio de Alvarenga Mariz, ambos da companhia de Jesus do collegio d'aquella cidade. Não teve filhos.

CAPITULO V e ultimo.

1—5. D. Anna de Alarcão e Luna, nasceu em S. Paulo e de um mesmo parto com seu irmão D. José Rendon, supra. Na companhia de seu pai D. João Matheus Rendon pelos annos de 1655, se recolheu ao Rio de Janeiro. Este fidalgo viuvou pelos annos de 1646 em S. Paulo, onde segunda vez casou com D. Catharina Goes de Siqueira, como adiante mostramos, e com ella se passou para a capitania do Rio de Janeiro, onde já era morador desde 1651 seu irmão D. José Rendon de Quebedo do n. 3° adiante, como alli tratamos. No Rio de Janeiro casou D. Anna de Alarcão e Luna com Ignacio de Andrade Souto Maior (* D'aqui por diante vai esta descendencia copiada de um titulo de Rendons feita pelo Illm. Sr. João Siqueira Ramos em 1746, que me foi confiado depois da sua morte) senhor da casa de Jerecino com sete engenhos, capitão e muitas vezes vereador da mesma cidade, filho de Ignacio de Andrada Machado, natural da Ilha Terceira, d'onde passou ao Rio de Janeiro, o qual era legitimo descendente das familias dos seus appellidos, de cuja origem se trata em titulo de Machados, das ilhas, e de sua mulher Helena de Souto-Maior, chamada a viuva da Pedra, sua parenta e filha de Belchior da Ponte Maciel, da familia dos Pontes Cardosos, da mesma ilha, como se vê em titulo de Pontes.

Teve:

§ 1° José de Andrada Souto-Maior.
§ 2° D. Helena de Andrada Souto-Maior.

2—1. José de Andrada Souto-Maior, nasceu no Rio de Janeiro, onde vive n'este anno de 1746 senhor da casa de Jerecinó, que fôra de seus pais. Casou com sua prima D. Anna de Araujo e Andrada, filha de Francisco de Araujo

de Andrada e de sua mulher D. Maria de Souro, filha de João de Souro, e neta pela parte paterna de Belchior de Andrada e Araujo, natural da villa dos Arcos e capitão no Rio de Janeiro, e de sua mulher Maria Cardoso de Souto-Maior, irmã inteira de Helena de Souto-Maior, de quem fallamos acima, cap. 5.º

Teve:

3—1. Ignacio de Andrada Souto-Maior.
3—2. D. Maria de Andrada Souto-Maior.
3—3. D. Anna de Alarcão e Luna.
3—4. D. Josepha, solteira.
3—5. D. Luzia, solteira.
3—6. Francisco de Araujo e Andrada.

3—2. D. Maria de Andrada Souto-Maior, casou no Rio de Janeiro com Mathias de Castro Moraes, que é hoje coronel de cavallaria da mesma cidade onde vive, fidalgo da casa real, e filho de Gregorio de Castro Moraes, mestre de campo da mesma cidade, onde falleceu na occasião, em que os francezes a invadiram, de cuja ascendencia se trata em titulo de Pimenteis Moraes.

Teve:

4—1. José de Moraes Castro Pimentel, falleceu solteiro indo das minas de Paracatú para a Bahia onde foi sepultado na igreja do mosteiro de S. Bento: sem geração.

4—2. Gregorio de Moraes Castro Pimentel, que serve a sua magestade no posto de ajudante de infantaria de um dos regimentos da guarnição do Rio de Janeiro.

3—3. D. Anna de Alarcão e Luna, filha de José de Andrada Souto-Maior, casou no Rio de Janeiro com Francisco Fernando Camello Pinto de Miranda, moço fidalgo da casa real, natural da cidade do Porto, filho de Ayres Pinto de Miranda, moço fidalgo da casa real e neto de Fernão Camello de Miranda, senhor da casa de Villar do Pa-

raiso, de cuja ascendencia se trata em titulo de Pintos, senhores de Ferreiros e Tendaes, de quem é a sua varonia.

Teve:

4—1. Ayres Pinto Canello de Miranda, moço fidalgo da casa real, tenente de cavallaria.

4—2. D. Joanna de Miranda, ajustada para casar com seu primo co-irmão Gregorio de Moraes Castro Pimentel, acima.

4—3. D.

§ 2.º

2—2. D. Helena de Andrada Souto-Maior, filha de D. Anna de Alarcão e Luna, cap.5.º Casou no Rio de Janeiro com Clemente Pereira de Azeredo Coutinho, natural da mesma cidade, senhor dos engenhos de Itaúna e Guaxindiba, capitão-mór e vereador da camara da mesma cidade, filho de Domingos Pereira da Silva, capitão de infantaria paga na mesma praça e de sua mulher D. Paula Rangel, em titulo de Azeredos Coutinhos e Mellos, do Rio de Janeiro, o qual falleceu em 1739 a tempo que já era viuvo e tinha os filhos seguintes:

3—1. D. Anna de Alarcão e Luna, mulher do sargento-mór Bento Rodrigues de Andrada de quem ficou viuva em 1746, sem geração,

3—2. D. Helena de Andrada Souto-Maior, que segue.

3—3, Carlos de Azeredo Coutinho de Mello, que falleceu solteiro em 1739: sem geração.

3—4. D. Ignacia de Andrada Souto-Maior, que vive em companhia de sua irmã D. Helena, sem haver tomado estado.

3—2. D. Helena de Andrada Souto-Maior, filha segunda de D. Helena e de Clemente Pereira, nasceu no engenho de Itaúna, em que viviam seus pais, e foi baptizada na fregue-

zia de Nossa Senhora da Piedade de Magé a 3 de Novembro de 1700. Casou no Rio de Janeiro com Manoel Pereira Ramos, em cuja casa foram recebidos a 16 de Agosto de 1721, e vivem ambos no seu engenho de Marapicú em 1746. E' Manoel Pereira Ramos natural do Rio de Janeiro, capitão-mór de um dos districtos da mesma cidade, vereador da camara d'ella e senhor dos engenhos de Marapicú, Cabuçú, Itaúna, do Gama, etc., filho de Thomé Alvares do Couto Moreira e de sua mulher D. Michaella Pereira de Faria e Lemos, neto pela parte paterna de Thomé Alves Moreira do Couto, que havendo nascido na villa de Moreira bispado do Porto, na quinta da Azenha, que era de seus pais, casou no balliado de Lessa, d'onde passou ao Brasil por uma morte que fez; e da sua ascendencia se acham memorias nos titulos de Coutos Moreiras, do Porto; e pela parte que toca a sua mãi, neto de Francisco de Lemos de Faria, natural da Ilha do Faial, d'onde passou ao Rio de Janeiro, e de sua mulher D. Isabel Pereira de Carvalho, filha de Gaspar Pereira de Carvalho e Jardim, senhor do engenho de Pinditiba; o qual Francisco de Lemos era legitimo descendente das familias dos Lemos e Farias, bem conhecida no Faial.

Tem:

4—1. João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho, que nasceu a 2 de Julho de 1722, e foi paptizado em casa de seus pais a 31 de Agosto. E' cavalleiro da ordem de Christo e oppositor em canones na universidade de Coimbra.

PROSSEGUIMENTO DO TITULO DE RENDONS, QUE ESCREVEU O SR. JOÃO PEREIRA PARA DEPOIS SER POSTO EM MELHOR ORDEM

Seguem-se seus irmãos

4—2. D. Michaella Joaquina Pereira de Faria e Lemos, baptizada a 22 de Março de 1726, religiosa no convento de Narvilla junto a Lisboa com o nome de soror Michaella Joaquina Archangela de Sant'Anna.

4—3. Manoel Pereira Ramos de Lemos e Faria, baptizado a 16 de Julho de 1728. E' cavalleiro da ordem de Christo, que recebeu no Rio de Janeiro no convento de S. Bento no anno de 1746.

4—4. D. Helena Josepha de Andrada Souto-Maior Coutinho, baptizada a 12 de Novembro de 1729, religiosa no mesmo convento de sua irmã com o nome de soror Helena Josepha Angelica da Gloria. Fizeram as suas profissões em 1746.

4—5. Clemente Pereira de Azeredo Coutinho de Mello, baptizado a 31 de Outubro de 1731.

4—6. Ignacio de Andrada Souto-Maior, baptizado a 10 de Agosto de 1733.

4—7. Francisco de Lemos de Faria Pereira, baptizado a 22 de Abril de 1735.

4—8. Thomé Alves Pereira do Couto Moreira, falleceu de poucos dias.

4—9. D. Anna Rosaura Rita de Alarcão e Luna, baptizada na freguezia de Nossa Senhora da Candelaria do Rio de Janeiro a 10 de Junho de 1737.

4—10. Thomé Alves do Couto Moreira, fallecido de poucos dias.

4—11. D. Maria de Mello Coutinho e Azeredo, baptizada a 18 de Junho de 1739.

4—12. José Rendon de Luna Quebedo Alarcão, baptizado a 20 de Junho de 1743.

O fidalgo D. João Matheus Rendon pag. 133, casou segunda vez em S. Paulo pelos annos de 1654 com D. Catharina de Goes e Siqueira. Esta senhora estava viuva d'esde 18 de Janeiro de 1651 de seu primeiro marido Valentim de Barros, natural de S. Paulo capitão de infantaria na restauração de Pernambuco contra os hollandezes, cujo irmão Luiz Pedroso de Barros casou tambem na Sé da cidade da Bahia com D. Leonor de Siqueira irmã da dita D. Catharina de Goes e Siqueira que eram naturaes da Bahia, de onde se passaram com seus maridos para S. Paulo, cortando pelas saudades da patria, e dos irmãos João de Goes de Araujo que foi desembargudor juiz do civel da relação da sua patria pelos annos de 1666, em que o Sr. rei D. Affonso VI, lhe tinha encarregado varios negocios do seu real serviço, de que mandou fazer avizo aos officiaes da camara de S. Paulo (29) de que tratamos, e da nobre ascendencia do dito desembargador em titulo de Goes.

D. João Matheus Rendon fez assento no seu engenho de assucar de Itacuruçá, onde já se achava pelos annos de 1656. Levou de S. Paulo os dois enteados Fernando e João, o qual se baptizára em S. Paulo a 13 de Julho de 1645. Ignoramos se D. João Matheus Rendon teve filhos

(29) Archivo da camara de S. Paulo, livro de registros n. 4, tit. 1664 pag. 52.

d'este segundo matrimonio na capitania do Rio de Janeiro, Nós entendemos, que os não teve, e que os enteados Fernando ou João, se enlaçaram por casamentos na mesma nobre familia de Rendons do Rio de Janeiro.

FIM DO N. 1.º

N. 2.º

DE

D. FRANCISCO RENDON DE QUEBEDO

D. Francisco Rendon de Quebêdo, acabada a guerra contra os hollandezes na Bahia, passou para S. Paulo onde casou com D. Anna de Ribeira, irmã direita de D. Maria Bueno de Ribeira, mulher de seu irmão D. João Matheus Rendon. Foi este fidalgo D. Francisco Rendon, juiz de orphãos proprietario em S. Paulo, onde sempre teve as redeas do governo da republica e da milicia. Pelo seu grande respeito, actividade e zelo do real serviço, foi encarregado para levantar em S. Paulo companhias de picas hespanholas com 40 escudos de soldo por mez os capitães para restauração de Pernambuco, e armada que na Bahia preparava o conde da Tôrre para passar com ella contra os hollandezes. Havia encarregado as dependencias todas d'esta guerra nas capitanias do sul ao governador Salvador Corrêa de Sá e Benevides, o qual logo se lembrou para desempenho da acção de D. Francisco Rendon de Quebêdo, a quem concedeu todos os poderes, que se notam do contexto das patentes que para isto lhe mandou passar, que se acham registradas no lugar a margem citada (30). A 1ª datada a 23 de Maio de 1639; e a 2ª em 2 de Agosto

(30) Cart. da Prov, da Faz. real de Santos, liv. do reg. n. 3º, 1638 Pag. 23 v. e liv. n. 6º. 1626 pag. 40.

do dito anno. De ambas daremos aqui fiel copia. As ordens do conde da Torre foram expedidas da Bahia com data de 3 de Fevereiro, 8 de Junho e 2 de Agosto do anno de 1639, que todas se acham registradas no archivo da camara de S. Paulo, no livro de registros, tit. 1636, n. 5, pag. 82, 96 e 99. Caderno de registro n. 1 capa de couro de veado, tit. 1640 pag. 3 e 18. Livro de registros n. 5 tit. 1636 com capa de carneira, pag. 96.

Deu causas para esta recruta de soldados paulistas o máo successo, que teve o conde da Torre, quando com poderosa armada sahiu de Lisboa para restaurar Pernambuco, e se recolheu á Bahia, onde então tinha as redeas do governo geral do Estado Pedro da Silva. Havia o conde da Torre sahido de Lisboa nos ultimos de Outubro de 1638 com armada para restaurar Pernambuco, do poder dos hollandezes e do seu general o conde de Nassau, tão poderosa nos vasos como crescida no portante dos navios, galeões, fragatas de guerra, náos grossas, copia grande de embarcações ordinarias, com instrumentos bellicos, artilharia, etc. Era a frota mais poderosa, que até aquelle tempo sulcára os mares da America. Em 10 de Janeiro de 1639 se avistou do Arrecife esta pomposa armada com assombro dos inimigos e alvoroço dos pernambucanos, que vendo aquelle poder pelo vulto dos vasos, encheram de discreta confiança a sua expectação. O hollandez parecendo-lhe que o desengano do golpe lhe chegava sem tempo para o reparo, olhava para o que temia, e para o que necessitava. Via as suas praças desmantelladas, suas fortificações cahidas, e sustentados só na confiança da paz, em lembrança das victorias. Considerava-se sitiado no Arrecife, e sem aquella provisão de mantimentos e munições precisas para sustentar um cerco. Os soldados tão poucos por suas fortificações, que reconduzidos do sertão, e chamados das forta-

lezas, não faziam corpo, que pudesse avultar á vista do nosso poder. Olhava para o que tinha no mar, e só via 5 náos que estavam á carga. Cotejava o seu estado, e nossa injuria, e não achava em que pudesse fundar a menor confiança para se oppôr á resistencia, e assentava comsigo o ser chegado o fim do imperio hollandez em aquella porção da America. Porém quando o conde de Nassau se considerava perdido, se viu respirar desabafado; porque sem tomar panno foi navegando a armada até dobrar o cabo de Santo Agostinho, e ancorar na enseada da Bahia. Emquanto n'ella se deteve quasi um anno, se preveniu o conde de Nassau e o da Torre D. Fernando Mascarenhas de capitães mais destros nos caminhos e veredas dos reconcavos de Pernambuco, para que com a gente da sua disciplina penetrassem os matos e d'elles assaltassem com subitas armas os quarteis e habitações hollandezas. Para segurança d'este premeditado projecto mandou o conde da Torre ordem a Salvador Corrêa de Sá e Benevides, governador alcaide-mór do Rio de Janeiro para fazer levantar na capitania de S. Paulo, companhias de infantaria de picas hespanholas, cada uma de 80 paulistas, como já dissemos, cujos cabos e officiaes lhe seriam confirmadas as patentes pelos ditos conde, chegados que fossem á Bahia para se passarem na armada, em que havia ir restaurar Pernambuco. Esta importante recruta se fiou de D. Francisco Rendon de Quebêdo, que com actividade e zelo do real serviço, conseguiu elegendo capitães e mais officiaes as pessoas de maior confiança e valor. E' lastima não descubrirmos documentos, que nos certifiquem de todos os capitães que n'esta importante occasião tiveram a honra do real serviço! Apenas encontramos a certeza de que do corpo militar paulistano foram capitães de infantaria Valentim de Barros e seu irmão Luiz Pedroso de Barros, An-

tonio Raposo Tavares e seu irmão Diogo da Costa Tavares, Manoel Fornandes de Abreu e João Paes Florião. No porto da villa de Santos debaixo do commando do capitão D. Francisco Rendon de Quebêdo embarcaram os capitães, seus officiaes e soldados, com grande numero de indios frecheiros e arcabuzeiros para a Bahia, onde foram recebidos os capitães com benigno agasalho pelo conde da Torre, que lhes mandou passar suas patentes, pagando-se a todos, os soldos d'esde o dia que tinham destacado de S. Paulo. Do Rio de Janeiro fez regresso o capitão Rendon para S. Paulo, ficando entregue de todo o corpo militar o governador Salvador Corrêa de Sá. Estas companhias foram encorporadas na Bahia no terço do mestre de campo Luiz Barbalho Bezerra.

COPIA DA ORDEM DO GOVERNADOR SALVADOR CORRÊA PASSADA A D. FRANCISCO RENDON DE QUEBÊDO (31)

Salvador Corrêa de Sá e Benevides, alcaide-mór da cidade de S. Sebastão do Rio de Janeiro, commendador da commenda de S. Salvador da Alagôa, almirante da costa do Sul e Rio da Prata, superintendente em todas as materias de guerra da dita costa, capitão-mór e governador d'esta capitania do Rio de Janeiro, etc. Faço saber aos que esta minha provisão virem, que dando-me o Sr. conde da Torre, governador e capitão general de mar e terra d'este Estado, parte de haver chegado á cidade da Bahia com a armada, que o dito senhor foi servido mandar a ella para restauração de Pernambuco, e que necessitava de infantaria para refazer a que no decurso da viagem havia mor-

(31) Cartorio da provedoria da fazenda real da villa de Santos, livro de registros n. 6, titulo 1626, pag. 40.

rido, pedindo-me o soccorresse com toda a que podesse d'esta capitania, e das de S. Vicente e S. Paulo, e dispondo a dita leva n'esta cidade por minha pessoa; e tendo satisfação da do capitão D. Francisco Rendon de Quebêdo, morador em S. Paulo, lhe cometti a que na dita capitania se havia de fazer, o que elle fez com tanto cuidado e zelo do serviço de sua magestade, que juntou muitos infantes e 54 indios frecheiros e arcabuzeiros, os quaes me trouxe a esta cidade para o effeito de ir ao dito soccorro, gastando de sua fazenda muito até os trazer a ella, de d'onde com a mais gente, que lhe aggreguei de infantaria o nomeei por capitão d'ella, e cabo de todo o dito soccorro, para partir para a dita cidade da Bahia. E tendo n'esta occasião segundo aviso do dito Sr. conde da Torre governador geral de que fosse o soccorro com toda a vantagem de infantaria e indios quanto fosse possivel, para cujo effeito lhe pareceu serviço de sua magestade enviar-me a provisão, que irá trasladada com esta, para que possa perdoar crimes, que me parecer, e em particular os commettidos nas entradas dos sertões, com o que ficaria a dita leva mais augmentada, e o dito soccorro mais consideravel. E havendo respeito ás partes, qualidade, sufficiencia, zelo e desvelo, com que se tem havido no serviço de sua magestade em muitas occasiões, como me consta, e em especial n'esta presente da dita leva o dito capitão D. Francisco Rendon de Quebêdo, e que sendo morador na villa de S. Paulo, fica mais suave o conseguimento da dita leva, hei por bem, e serviço do dito senhor, de lhe encarregar que torne á dita capitania, e n'ella faça e solicite a leva de toda a infantaria e gente que lhe fôr possivel, declarando e manifestando a mercê que o dito Sr. conde em nome de sua magestade, concede por meio da sua provisão em cumprimento da qual eu lhes darei o dito perdão dos

crimes que haviam commettido, em especial dos commettidos nas entradas do sertão, sendo que venham para ir ao dito soccorro, ou mandem em seu lugar estando impedidos outras pessoas, filhos, parentes, ou familiares da sua, e a todas as pessoas, que para o dito effeito o dito capitão D. Francisco Rendon de Quebêdo offerecer o perdão em nome de sua magestade, e debaixo d'esta minha ordem, eu lhes concedo na fórma que se me ha concedido: E bem assim a todas as pessoas que particularmente fizerem gente e o ajudarem na dita leva, o dito capitão prometterá a companhia da mesma infantaria que alistarem, o que eu confirmarei em virtude da dita provisão, para cujo effeito lhe concedo todo o meu poder da mesma maneira que eu o tenho. E ao dito D. Francisco Rendon de Quebêdo nomêio por capitão de infantaria de picas hespanholas com 40 escudos de soldo em cada mez, os quaes gozarão de hoje em diante, visto estar actualmente em serviço de sua magestade n'esta leva, e commissão d'ella ; e ordeno ao capitão-mór, ouvidor, officiaes de justiça e fazenda da dita capitania dêm ao dito capitão D. Francisco Rendon de Quebêdo todo o favor e ajuda, que para effeito da dita leva lhe for necessaria, e embarcações para trazer a gente de guerra, que assim alistar, com comminação de se haver por elles, suas fazendas e bens, toda a omissão que n'isto houver, e possa prejudicar ao serviço de sua magestade, deligencia e brevidade, que o caso requer : E mando a todas as pessoas, que assim alistar lhe obedeçam e sigam suas ordens de palavra, ou por assento ; e as justiças de sua magestade da dita capitania de S. Paulo, as guardem sendo caso que para o dito effeito se passe alguma cedula de confiança para poder algum criminoso assistir livremente na dita leva, até chegar a esta cidade, onde eu lhe confirmarei o perdão ; E havendo alguma pessoa, official de justiça ou

fazenda, que impida ou não favoreça ao dito capitão D. Francisco Rendon de Quebêdo em dita leva ou ordem que para ella der, para que com melhor effeito se corrija o serviço de sua magestade, poderá o dito capitão emprazar a tal pessoa para que pareça ante mim ; e sendo pessoa que vença ordenado da fazenda de sua magestade, se lhe porá verba no assento, até eu determinar o dito emprazamento: E outro sim ordeno, que a primeira provisão, que passei ao dito capitão para effeito da dita leva, fique em sua força e vigor, como n'ella se contem ; e que o dito capitão proceda contra todas as pessoas, que livremente se alistaram na primeira leva que fez, e depois sem impedimento algum se ausentaram por não irem no dito soccorro, pelo que lhe mandei passar a presente minha provisão, que mando se cumpra e guarde como n'ella se contem e se registrará nas camaras das villas, onde parecer que convem. Dada n'esta cidade do Rio de Janeiro sob meu signal e sello das minhas armas a 2 do mez de Agosto de 1639 annos.—*Salvador Corrêa de Sá e Benevides.*—

No fim do anno de 1639 sahiu da Bahia o conde da Torre, deixando entregue o governo a D. Vasco Mascarenhas, conde de Obidos (depois vice-rei da India e o 2° do Estado do Brasil em 1663) e com vento em popa navegou a armada até avistar a barra grande distante de Pernambuco para a parte do Sul 25 leguas : alli se advertiu a conveniencia do porto para o intento de lançar-se a gente em terra debaixo do commando do seu mestre de campo o Barbalho, como tinha premeditado na Bahia o conde da Torre, general d'esta armada, e feito antecedentes avisos d'este seu projecto aos de Pernambuco ; porém não se admittiu o conselho pela distancia. A vista de Tamandaré 17 leguas do Arrecife se fez o mesmo requerimento e foi reprovado, não sabemos se por desprezo. Já n'esta altura

experimentava a frota a vehemencia com que corriam as aguas, que ajudadas da furia dos ventos fizeram innutil todo o governo do leme e do panno. O inimigo hollandez, que com destreza se sabia aproveitar das occasiões, que lhe offerecia a fortuna, mandou largar panno a 20 fragatas e alguns patachos, (já de antes prevenidos para este fim) que sahiram do porto com a vantagem de navegarem a barlavento dos nossos, cahiram sobre a capitania com ousada resolução 3 fragatas, intentando abalroal-a, brevemente sahiram da empresa ao mesmo tempo castigados e arrependidos. A primeira tragaram as ondas despedaçada ; e as duas desarvoradas e desfeitas, de sorte que apezar da memoria as desconhecia a vista. Abonançou o vento por espaço de 3 horas, em cujo tempo poderam os nossos navios ordenar-se para a batalha, que a temeu o contrario e valeu-se do desvio, servido da furia, com que se repetiu a tempestade, que a uns e a outros, não deixou mais salvação que a de obedecer aos mares. Levado das ondas desgarrou a frota portugueza para Indias de Hespanha, onde primeiro a levou o destino do que a ordem que el-rei tinha dado ao conde da Torre, para que concluida a empresa de Pernambuco tomasse as Indias e comboiasse os galeões da frota de S. Lucar. As náos hollandezas favorecidas do vento voltaram para o Arrecife, embandeirada de negro entrou a sua capitánia, em cujo luto se amortalhou toda a alegria da ventura tão custosa pela perda, como pela magoa, com que d'ella se tiraram os corpos dos mortos, entre os quaes vinha o do seu general.

Este infeliz successo da nossa armada, fez acordar aos capitães do terço do mestre de campo Luiz Barbalho Bezerra a vigilante cautella, com que agora o conde de Nassau poderia intentar ir sobre a Bahia, reconhecendo a falta das forças militares, que se desgarrava na armada, que

seguia para Indias de Castella e propozeram ao conde da Torre a necessaria providencia e soccorro, que devia deixar em terra em qualquer dos portos d'aquella costa de onde podessem marchar pelo sertão para a Bahia. Instava a importancia d'esta resolução; e no porto do Touro 14 leguas do Rio-Grande para o Norte deixou a armada ao mestre de campo Barbalho com mil e tresentos infantes,em que entravam os capitães, officiaes e soldados paulistas, e os governadores D. Antonio Filippe Camarão e Henrique Dias com seus pretos; este dos crioulos e minas, e aquelle dos indios. Havia de ser a marcha pelo interior do mato e em parte por entre a barbaridade dos indios do sertão, topando em muitas com armas dos inimigos hollandezes, e em todas sem provisão nem esperanças de soccorro humano com distancia de quasi 300 leguas até a cidade da Bahia, cujas difficuldades eram superiores aos mais ousados corações, e só o de cabos tão destimidos e que já tinham o caracter de bons sertanistas, havendo conquistado muitas e diversas nações barbaras dos sertões de S. Paulo e Indias de Hespanhas nas provincias do Paraguay até o reino do Perú poderam intentar e vencer semelhante empresa, que ainda depois de conseguida se fez duvidosa. Os transes d'esta jornada vimos compendiados no cartorio da provedoria da fazenda de Santos, no livro de registros n. 4 tit. 1641 pag. 154 v. na patente de ajudante de João Martins Esturiano, um dos soldados paulistas, que teve a honra de servir em uma das companhias da leva de S. Paulo, e d'esta patente consta o seguinte successo :

Parte de um deserto era o porto de Aguassú junto ao do Touro, onde a armada deixou ao mestre de campo Barbalho com a gente já referida no dia 7 de Fevereiro de 1640, sem mais viveres, que os que cada um dos soldados pôde tirar na sua moxilla, falta que, considerada em semelhante

lugar está accusando a determinação não só de temeraria, se não de louca, fiando a livrança dos perigos a contingencia de milagres; porém aquelle valor de portuguezes sempre igual nos despresos da vida pelas melhoras da patria nada mais lhe deixava vêr, que a constancia, a lealdade e o serviço do rei. Todos se alentavam por estes briosos estimulos e alentado coração do seu mestre de campo Barbalho, que então lhes fez uma discreta e advertida ponderação, lembrando-lhes: « Que o motivo que os tirára a uns da Bahia, e a outros de S. Paulo, deixando todos a patria, os lançára agora n'aquella praia, por ficar infructuosa a restauração de Pernambuco, e se voltavam para a defensa da Bahia, que no máo successo da armada tiveram parte os elementos, e não os inimigos, e que n'esta jornada tinham de pelejar com os inimigos e com os elementos: estes armados dos rigores do tempo, e aquelles revestidos da colera do odio: que tudo se venceria se estribados na causa alentassem a confiança, por ser certo, que não falta Deus com auxilios a quem lhe dedica obsequios: que os poderia acobardar a falta dos mantimentos, se já não estivessem bem costumados com as agrestes fructas dos sertões incultos, com o mel silvestre de suas abelhas, com as amendoas das variedades dos cocos dos matos, com os palmitos doces e amargosos, e com as raizes das plantas conhecidas capazes de digestão; e porque onde se contrasta o maior perigo se alcança a maior gloria, era de parecer, que na marcha se buscasse o povoado, no qual poderiam conseguir remedio para a fome e augmento para a fama, que sempre foi mais grata a quem vencia homens, que a quem mata féras: e que quando o hollandez os procurasse poderoso, então se aproveitariam da retirada com a vantagem do conhecimento de penetrar sertões, que se fazia superior ás forças e numero dos soldados inimigos.

Com esta bem advertida ponderação formou o mestre de campo Barbalho a sua gente e começou a marcha, levando diante do seu esquadrão descubridores para as cilladas, e guias para as veredas, com ordem que todos os cavallos e bois que descobrissem, os recolhessem para o sustento e para o serviço. Com saudosa magoa perderam de vista as ultimas vozes da armada, que navegava arrazada em popa. Dos moradores que encontravam, recebiam os soldados de Barbalho o sustento, que voluntariamente davam compadecidos de sua necessidade. Das fazendas do inimigo mandava Barbalho tomar o necessario e queimar o restante, sem que a espada deixasse vida, que podesse chorar a perda. No districto do Rio-Grande acharam ao seu governador chamado Gusmão, e destruidas as suas armas, o levaram captivo com muitos flamengos e indios, seus confederados, até a Bahia. Na villa de Guayana, onde chegaram pelas 2 horas depois da meia-noite, deram um assalto ao inimigo e lhe degollaram 530 hollandezes, que tinha o presidio, entrando o seu governador Alexandre Ricardo e outros officiaes de estimação; e os que d'este conflicto escaparam foram perseguidos ao romper da alva, e todos acabaram na casa forte, onde se haviam refugiado. Chegando á mata do Brasil, onde se alojaram, e tocando na retaguarda o inimigo arma, foi investido de uma companhia volante, que matando a muitos, escaparam outros com vergonhosa fugida, largando armas, munições e petrechos, de que os nossos se aproveitaram. Em outras muitas partes encontraram inimigos em desigual numero que em todas destruiram com igual sorte. Em nada era dissimilhante a dos indios rebellados, em os quaes a entidade da culpa não deixava vêr a distincção da natureza.

Chegou ao Arrecife primeiro a noticia da perda, que a da marcha, e o impaciente Nassau, fez sahir ao general

Marfez com 3,000 soldados em tres terços, com instrucção de que a todo o risco seguisse e perseguisse a Barbalho, até o destruir e sua gente. A este tempo já o mestre de campo deixava atraz o districto de Pernambuco, e d'elle tinha aggregado a si, não poucos moradores com suas familias, que receiosos da vingança, que em sua innocencia havia executar a tyrannia, trocavam o captiveiro da patria, pela liberdade do desterro. Informado o valoroso Barbalho do poder com que o seguia o hollandez, lhe escondeu a marcha : por muitos dias penetrou o interior do mato com tanta molestia, que a força de braço se hia abrindo caminho. Passou o rio de S. Francisco, e da parte do Sul, fez alto para descanso e allivio de tão dilatada jornada. A nossa vista parou o inimigo que o seguia, temendo na passagem o destroço. Passados alguns dias, continuou Barbalho a marcha ; e cheia de espanto a cidade da Bahia quando entraram n'ella, não cessou em muitos dias de encarecer o muito que o mestre de campo Luiz Barbalho Bezerra com seus capitães ganharam de gloria, e adquiriram de fama. O esquadrão inimigo voltou a marcha para o Arrecife, e a colera contra os pobres moradores, matando e destruindo tudo quanto topou até Pernambuco.

D'esta armada e do que obraram os soldados das companhias do mestre de campo Luiz Barbalho Bezerra, trata o livro *Castrioto Lusitano*, p. 1.ª liv. 3.º de n. 140 até 154, e muito melhor os autos de justificação de serviços do capitão Valentim de Barros e de seu irmão o capitão Luiz Pedroso de Barros, processados na villa de S. Vicente em 1643, sendo escrivão Antonio Madureira Salvadores, tabellião da dita villa, sendo juiz ordinario d'ella Pedro de Sousa Muniz. No serviço do grande João Paes Florião, decretados e registrados na nota do tabellião da villa de Mogy das Cruzes, e na patente já referida de ajudante

João Martins Esturiano, na provedoria da fazenda da villa de Santos, datada em 14 de outubro de 1645 annos, e passada pelo capitão mór governador e alcaide mór da capitania de S. Vicente, Francisco da Fonseca Falcão.

O capitão D. Francisco Rendon depois de ser morador em S. Paulo muitos annos, tendo já seus irmãos na capitania do Rio de Janeiro, se passou [illegible] ella, e fez assento na Ilha Grande de Angra dos Reis, aonde no anno de 1665 pediu terras por sesmaria. N'este requerimento allegou parte dos seus serviços pela petição seguinte:— [illegible] o capitão D. Francisco Rendon de Quebêdo, que passam de 40 annos que veiu a este Estado do Brasil, servindo de soldado com 3 escudos de vantagem cada mez de mais de sua praça ordinaria na armada, da qual foi general D. Fradique de Toledo Ozorio, que restaurou a cidade da Bahia occupada pelo hollandez, em cuja restauração se achou; depois se passou para S. Paulo, em cuja villa casou, e como soldado e capitão da ordenança, que foi alguns annos, procedeu com inteira satisfação dos seus maiores, e ultimamente levantou uma companhia de infantaria á sua custa para soccorro da guerra de Pernambuco, em que gastou quantidade consideravel de sua fazenda, como dos seus papeis largamente consta; e ao presente é morador n'esta villa de Nossa Senhora da Conceição de Angra dos Reis, onde tem sua casa e familia sem ter terras algumas, em que se agasalhar e plantar mantimentos, e ora estão devolutas e desaproveitadas as terras, que ficam detraz da serra, em cujas fraldas fica o engenho de Itacuruçá, que foi do governador Salvador Corrêa de Sá e Benevides, que ao presente é de seu irmão D. José Rendon de Quebêdo; e as terras que o supplicante pede hão de começar de um rio, que está no fim da praia de Moriquecariná da banda do dito engenho, e acabará sua testada no rio Itiriga, que

poderá ter uma legua de rio a rio, botando-se o rumo pelo nor-nordeste da banda do rio Itinga para o sertão até chegar as cabeceiras do rio Guandú ; e passando este pede mais uma legua em quadra etc. Foram-lhe concedidas as terras que pediu em 7 de Setembro de 1665 por João Blau, capitão-mór, loco-tenente da condessa de Vimieiro donataria da capitania de S. Vicénte e S. Paulo.

Do matrimonio do capitão D. Francisco Rendon de Quebêdo nasceram em S. Paulo 4 filhas, que foram :

D. Magdalena Clemente Cabeça de Vacca	Cap. 1.°
D. Bernarda de Alarcão e Luna.....	Cap. 2.°
D. Catharina.....	Cap. 3.°
D. Francisca.....	Cap. 4.°

CAPITULO PRIMEIRO

1—1 D. Magdalena Clemente Cabeça de Vacca, casou na igreja matriz de S. Paulo a 20 de Outubro de 1642 com Martim Rodrigues Tenorio e Aguilar, natural de S. Paulo, filho de João Paes e de sua mulher Suzana Rodrigues, e neto de Martim Tenorio e Aguilar, e de sua mulher Suzana Rodrigues, estando viuva de seu primeiro marido Damião Simões ; e o dito Tenorio tendo passado ao sertão por capitão-mór da tropa, n'elle falleceu no anno de 1603. Do matrimonio de D. Magdalena casou no Rio de Janeiro a filha D. Luzia de Aguilar com Gaspar Corrêa, e teve a José Corrêa Soares, que casou com D. Margarida de Luna filha de Lourenço de Siqueira Furtado de Mendonça, e de sua múlher D. Barbara da Fonseca Doria, como temos mostrado n'este titulo N. 1° cap. 4 § 6°.

Não sabemos se D. Magdalena Clemente Cabeça de Vacca teve mais filhos na capitania do Rio de Janeiro além de D. Luzia de Aguilar; nem tambem se acabaram em tenros annos, ou solteiras as duas filhas, que teve em S. Paulo, que foram D. Isabel, baptizada em S. Paulo no 1.º de Julho de 1652, e D. Maria, baptizada a 30 de Outubro de 1653; porque como se ausentou com seu pai o capitão D. Francisco Rendon de Quebêdo para a capitania do Rio de Janeiro, como temos referido no anno de 1665, ignoramos a descendencia d'esta senhora.

CAPITULO II

1—2 D. Bernarda de Alarcão e Luna, ficou em S. Paulo sua patria, onde falleceu a 20 de Março de 1683, e foi casada com Fructuoso do Rego e Castro, natural e nobre cidadão de Pernambuco, da familia de seu appellido (32). E teve tres filhos nascidos em S. Paulo.

2—1 D. Angela de Castro do Rego. . . . . § 1.º
2—2 D. Anna de Castro e Quebêdo . . . . § 2.º
2—3 Cosme do Rego e Castro d'Alarcão . . . § 3.º

§ 1º

2—1 D. Angela de Castro do Rego, foi casada com o capitão Antonio Pacheco Gatto: sem geração e falleceu em S. Paulo a 21 de Agosto de 1706 (33).

(32) Cartorio de orphãos de S. Paulo, maço 1º de inventarios, letra B n. 30.

(33) Cartorio supra, maço 4º de inventarios, letra A.

§ 2°

2—2 D. Anna de Castro e Quebêdo, foi casada com Salvador Bicudo de Mendonça, natural de S. Paulo, onde falleceu a 15 de Junho de 1697, e foi sepultado na igreja dos reverendos religiosos carmelitas no jazigo de seus avós: não consumou o matrimonio por achaques que tinha, como declarou no seu testamento (34).

§ 3

2—3 Cosme do Rego e Castro de Alarcão, seguiu os estudos, e tomou o grão de mestre em artes no fim do curso que leu no collegio de S. Paulo o padre José de Mascarenhas, da companhia de Jesus. Nós o tratamos pelos annos de 1731, em que falleceu de bexigas, estando habilitado para o estado clerical.

CAPITULO III e IV

D. Catharina e D. Francisca, nasceram em S. Paulo em cuja matriz se baptizaram: esta a 12 de Outubro de 1654 e aquella a 10 de Julho de 1650. Ignoramos se falleceram de tenros annos ou, se acompanharam a seu pai o capitão D. Francisco Rendon de Quebêdo para a capitania do Rio de Janeiro.

---

(34) Cartorio 1° de notas de S. Paulo, maço de inventarios antigos, letra S.

N. 3.º

DE

D. JOSE' RENDON DE QUEBÊDO

D. José Rendon de Quebêdo sahiu de Madrid para o Brasil em 1640, e veiu para o Rio de Janeiro, onde fez o seu estabelecimento; por qnanto em 1639 tirou instrumento de abonação em Madrid, o qual foi authenticado em Lisboa em 25 de Maio de 1640. E no anno de 1651 estava situado em Juhiari, e pediu mais terras nas serras de Jericinó e Marapicú, que lhe foram concedidas pelo capitão-mór João Blau, loco-tenente da condessa de Vimieiro D. Marianna de Sousa da Guerra, donataria da capitania de S. Vicente e S. Paulo (35).

No Rio de Janeiro casou D. José Rendon com uma viuva D. Suzana Peixoto, senhora do engenho chamado de Fumaça em Hirajá, que o trocou por outro que possuia em Itacuruçá o governador Salvador Corrêa de Sá e Benevides : a qual senhora foi mãi de Francisco de Lemos, que falleceu em 1680. Parece que a mesma D. Suzana Peixoto foi irmã de D. Maria Peixoto, mulher de D. Luiz de Quixada Reinoso, hespanhol, e ascendente de Hieronimo Carneiro de Albuquerque, e do morgado de Paramos ; e tambem parece que foi irmã de Francisco de Lemos Peixoto, cavalleiro de Aviz, e filha de Pedro Peixoto Castelam, natural de Guimarães, e provedor da Fazenda do Rio de Janeiro, e de D. Antonia de Azevedo de Lemos, filha de Francisco de Lemos de Azevedo, alcaide-mór do Rio de Janeiro, e de D. Branca do Porto, filha de

(35) Cartorio da provedoria da fazenda real da villa de Santos, livro de registros das sesmarias n. 12, titulo 1656 pag. 87 v.

Ruy Dias Bravo, e de Antonia Rodrigues ; neta paterna de Gonçalo Gomes Peixoto de Freitas, e de D. Suzana Mendes de Brito, filha de João Mendes de Brito. No dito engenho de Itacuruçá se estabeleceu o fidalgo D. José Rendon de Quebêdo, e ficou o dito engenho tomando o nome do seu possuidor dito Rendon.

Do seu matrimonio teve nascidos na Ilha Grande de Angra dos Reis, cinco filhas, e um filho, que foram :

D. Theodora	cap. 1°
D. Anna	cap. 2°
D. Francisca	cap. 3°
D. N.....	cap. 4°
D. Maria de Alarcão.....	cap. 5°
D. Pedro Rendon e Luna.....	cap. 6°

CAPITULOS I, II e III

D. Theodora, D. Anna, e D. Francisca. Estas tres irmãs elegeram o estado celibato, e vestiram o habito de carmelitas, e assim falleceram e foram sepultadas na casa do capitulo do convento dos carmelitas da Ilha Grande. Essas memorias nos communicou Fradique Rendon de Quebêdo, capitão-mór da barra de Guaritiba no anno de 1759, estando já em avançada idade, e de quem fazemos mensão n'este titulo n. 1° cap. 4.° § 6.°

CAPITULO IV

1—4. D. N. . . . casou com N. . . . Lobo, de cujo matrimonio nasceu unico filho que foi Antonio Lobo de Alarcão, que casou com D. Ignacia Telles, filha de Francisco Telles com geração.

CAPITULO V

1—5. D. Maria de Alarcão, casou com Damaso Pimenta Gago de Oliveira, natural da Ilha Grande, onde a sua distincta qualidade é assás bem conhecida pelo seu ascendente João Pimenta de Carvalho, fidalgo da casa real e morador na Ilha Grande em 1629, capitão-mór e ouvidor locotenente da condessa de Vimieiro D. Marianna de Sousa da Guerra, que casou na nobre familia dos Oliveiras Gagos, transplantada da villa de Santos em 1... com dois irmãos naturaes da dita villa. E teve do seu matrimonio tres filhos.

2—1. José Pimenta Rendon..... § 1.°
2—2. João Pimenta Gago de Alarcão. § 2.°
2—3. D. Maria Pimenta..... § 3.°

§§ 1° e 2°

2—1. José Pimenta Rendon, acabou solteiro, morto a facadas em Itacuruçá.

2—2. João Pimenta Gago de Alarcão, falleceu solteiro de bexigas.

§ 3°

2—3. D. Maria Pimenta, foi casada com o capitão Jacintho de Sá Barbosa, que teve lavras mineraes no arraial velho, junto ao Sabará. Foi irmão do coronel Antonio de Sá Barbosa, que teve grandes lavras na Roça Grande, freguezia de Santo Antonio, e que falleceu sem geração. Irmão tambem de D. Maria Coutinho, que casou no Rio de Janeiro a furto com o capitão João Ferreira Coutinho com quem se passou para Minas Geraes, e tiveram filhos, o padre Boaventura Ferreira Coutinho, clerigo de boa vida, o padre Francisco Ferreira Coutinho, D. Gertrudes Coutinho,

casada com José Tavares Pereira, capitão em Sabará, natural das Ilhas: com geração.

D. Maria Pimenta e o capitão Jacintho de Sá Barbosa são paes de D. Antonia de Sá Barbosa, mulher de José Pacheco Viegas, que em 1759 existia na Ilha Grande no seu engenho de assucar : de Bento de Sá Barbosa, que viveu e falleceu no Sabará, e casou com D. N. . . . filha do coronel Faustino Ferreira da Silva, e de sua mulher D. Maria da Fonseca Romeira Velho Cabral, natural de Pindamonhangaba, onde casou com dito coronel Faustino Ferreira da Silva, natural de Vianna, irmão direito de Fernando Ferreira de Castro, ajudante da praça de Santos, onde falleceu, e de Felix Ferreira capitão-mór do Caetê.

CAPITULO VI

1—6. D. Pedro Rendon e Luna, ordenou-se de clerigo de S. Pedro. O Exm. bispo do Rio de Janeiro D. José de Barros e Alarcão o fez seu visitador das igrejas das villas da capitania de S. Vicente, e S. Paulo (36).

FIM DO N. 3.

---

(36) Livro dos casamentos da igreja de Taubaté e Guaratinguetá.— Cartorio da provedoria da fazenda real de Santos, livro de registros n. 4, tit. 1686 pag. 45.

N. 4

DE

D. PEDRO MATHEUS RENDON CABEÇA DE VACCA.

D. Pedro Matheus Rendon Cabeça de Vacca, tambem se achou na Bahia do Salvador de Todos os Santos, e acabada a guerra contra os hollandezes passou a S. Paulo com seus irmãos (37). Não casou este fidalgo, e, ou se recolheu ao reino de Castella, ou falleceu solteiro. E' certo, que depois de estar em S. Paulo muito annos se passou para a capinia do Rio de Janeiro, onde todos os irmãos se ajuntaram ; e se casou, foi n'esta capitania ; e não temos certeza alguma do seu estado. A noticia diffundida dos antigos, que se conserva na memoria dos modernos, assevera que se recolhêra para a patria, a cidade de Coria, por ter cessado a causa que a elle e a seus irmãos tinha obrigado a embarcarem para o Brasil, na armada com o general D. Fradique de Toledo Osorio, pelo crime de haverem morto á facadas a um geral dos franciscanos em Castella, estando todos em uma quinta divertindo-se ; e fôra acto primo primus este sacrilego attentado contra o padre geral. Não encontramos documento algum, que verifique esta constante noticia, que a communicou em S. Paulo o rev. padre mestre José de Mascarenhas, da companhia de Jesus, que foi um grande indagador de memorias antigas, e unico genealogico das familias da capitania do Rio de Janeiro, S. Vicente e S. Paulo.

FIM

(37) Cartorio 2.° de notas de S. Paulo, livro de notas, titulo 1684, pag. 55.

(*A respeito de D. João Matheus Rendon, pag. 159, irmão segundo de D. Pedro Matheus Rendon, e filho de D. João Matheus Rendon, do n. 1, é preciso advertir, que em Janeiro de 1793 achei no cartorio ecclesiastico de S. Paulo no maço 1° da letra I, n. 15 uns autos *de genere* processados em 1680 no Rio de Janeiro a favor do sobredito D. João Matheus Rendon, pelos quaes consta ser filho de D. João Matheus Rendon e de sua mulher D. Maria Bueno : neto por parte paterna de D. Pedro Matheus Rendon, e sua mulher D. Magdalena de Alarcão ; e pela materna neto de Amador Bueno, e de sua mulher Bernarda Luiz. Na petição declara sómente a sua naturalidade, e não a de seus pais e avós. Do dito das testemunhas consta mais alguma cousa. Consta mais dos autos, que era viuvo e passava de 30 annos de idade, e que tinha sido casado com D. Ignez de Oliveira, a qual tinha sido casada com o capitão-mór da Ilha Grande João Bláo (este foi capitão-mór loco-tenente da condessa donataria, como consta de muitos documentos) : e porque a mulher dita D. Ignez era viuva quando com elle casou, foi dispensado por um missionario apostolico capuchinho da irregularidade que contrahiu de bigamia interpretativa. Por um requemento que fez, allega ser tutor dos seus sobrinhos, filhos de seu irmão D. Matheus Rendon, e que como, estando para partir os navios em que elle devia embarcar para Lisboa dentro de dois dias, não cabia no tempo o dar contas da tutoria na Ilha Grande onde se fizéra o inventario, pedia dispensa d'aquella irregularidade, etc. Mas eu creio que houve erro na citação do nome do defunto seu irmão, pai de seus pupillos, porque além de que o nome de Matheus era o appellido proprio d'aquella familia, não consta por outra parte que tivesse outros irmãos varões mais do que D. Pedro Matheus Rendon, o qual falleceu na Ilha

Grande, e D. José Rendon de Quebêdo. D'este se faz menção como testemunha na escriptura de doação de bens para patrimonio que lhe faz Luiz de Vilhena Peixoto. Creio pois com toda a probabilidade que em vez de D. Pedro Matheus Rendon, escreveu-se na petição D. Matheus Rendon, omittindo-se o primeiro nome ; e isto com maior razão, porque em uma certidão, que o mesmo ordinando ajuntou aos ditos autos para mostrar que se livrára de um crime de morte feito na ilha Grande, se declara, que estando João Vaz da Conceição na Ilha Grande e fazenda de D. Maria, cunhado do réo, onde assistia, tendo o réo suspeitas que o dito João Vaz havia de casar com a dita D. Maria, tratou de o matar ; e que sendo na occasião da festa, que se fez em o anno de 670 da dita villa..... E como D. Pedro Matheus Rendon foi casado com D. Maria Moreira Cabral, não póde ser certamente outra D. Maria a que se trata por sua cunhada já viuva, e por consequencia nem outro o irmão fallecido senão o mesmo D. Pedro. A ultima testemunha da sobredita inquirição diz, que conhecêra a D. José e D. Francisco Rendon, filhos do justificante e irmãos de seu pai.

Ora em um livro de notas velho, que se acha em poder do Dr. José Arouche a fl. 16 v., se acha uma procuração bastante lavrada a 27 de Junho de 1690, na qual o capitão Domingos da Siva Bueno, alem de outros procuradores que constitue em diversas partes, tambem constitue ; —e na ilha Grande a D. José Rendon.—Este não era outro certamente, como creio, senão o irmão de D. Pedro Matheus e de D. João Matheus, que se habilitou.

No mesmo sobredito livro de notas a fl. 63, acha-se uma escriptura lavrada a 11 de Julho de 1691 pelo qual toma—o capitão D. João Matheus Rendon—cem mil reis a juros de 8 por cento, dos quaes foi seu fiador o sargen-

to-mór Manoel Bueno da Fonseca. Creio que este foi filho de D. Pedro Matheus Rendon e irmão de D. Francisco Matheus Rendon, e que foi o que falleceu solteiro nas minas de Parnaguá, como se diz a fl. 6 v. d'este titulo; muito principalmente porque logo na seguinte folha do dito livro de notas se acha uma procuração bastante em nome do mesmo capitão D. João Matheus Rendon, o qual constituia (a 16 de Julho de 1691) na villa de S. Paulo (em que se passava a procuração) por seus procuradores ao major Manoel Bueno da Fonseca, o capitão-mór Pedro Taques de Almeida, a *D. Francisco Rendon* e *D. Pedro Rendon de Alarcão*; o qual tambem era irmão do dito D. Francisco Rendon ou D. Francisco Matheus Rendon (as vezes deixavam de pôr o Matheus), e falleceu nas Minas Geraes, como diz a fl. 6 v. d'este mesmo titulo.)

(*Continúa*)

APONTAMENTOS

PARA A

HISTORIA DOS JESUITAS

NO BRASIL

Extrahidos dos chronistas da companhia de Jesus

PELO

DR. ANTONIO HENRIQUES LEAL

Socio do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil

(*Continuados da pag.* 101)

Em 1551 chegou ao Rio a armada hespanhola, de que era general Diogo Flores de Baldez, que ia assegurar a entrada do estreito de Magalhães.

Vinha alli um carpinteiro muito destro, Francisco Escalante, que desembarcou e procurou logo o collegio,—porque pedia a companhia. Tambem um pedreiro já velho, de nome João Fernandes, bom homem,—com a noticia da morte da mulher em Portugal, entrou para a companhia (Bahia), e morreu no fim de sete dias.

Parece que foi quem pôz os sinos na igreja do novo collegio.

Prophetisa o padre José d'Anchieta a perda de el-rei D. Sebastião na celebre e mallograda batalha d'Alcacerquibir (43), declarando ao mesmo tempo que D. Sebastião não morreria no conflicto, e que quanto á sua apparição « —reservava isso Deus pera si.»

(43) B. Telles. Chron. da comp. Part. II, liv. V. cap. X, n. 2.

Morte do padre Francisco Pinto

O padre Francisco Pinto morreu em 1608, sendo companheiro de Anchieta desde o anno de 1582. Depois de muitos gloriosos trabalhos, depois de baptizar muitos milhares d'almas, pereceu ás mãos dos indios em uma de suas entradas ao sertão.

Milagre do mar Vermelho—Que a maré enchendo, para não tocar n'elle que estava em oração na praia, se fez como um muro todo em roda, deixando um esteiro por onde elle podesse sahir (44). Omittimos, para não cançar o leitor, outros casos milagrosos do padre Anchieta, que vêm narrados nos cap. X, XI e XII do tomo II, da *Chronica* do padre Balthasar Telles.

Passou a vida toda com grandes achaques e continuas enfermidades,que todas tiveram a primeira origem n'aquelle mal de costas, que se lhe desencaixaram.

Ajuntaram-se depois com a idade outras varias incommodidades, de fomes, caminhos e outras fadigas quasi quotidianas.

Acrescentou-se a todos estes cansaços, que navegando uma vez, se afundou a canôa em que ia, e sahindo todos á nado, só elle ficou debaixo d'agua por espaço de meia hora — mas como sahiu todo molhado, e lhe foi necesario caminhar logo, de noite, e com muita chuva, por praias, e matejar por aquellas charnecas, se lhe acrescentaram esses achaques a seu corpo, velho, fraco e debilitado, tendo para mór gravame—perpetua falta de somno.

Crescendo a molestia, licenciou-se de governar a outros, como quem já não podia reger sua propria fraqueza (45).

(44) Chron. Part. II, liv. V, cap. XII, n. 2.

(45) Item, cap. XIII, n. 2.

Com licença do visitador, o padre Christovão de Gouvêa, se jubilou do governo da provincia, e o entregou ao padre Marçal Belliarte, havendo sete annos, que era provincial,— Foi isto em 1585, e ainda viveu doze annos.

Continuou sempre em seus exercicios, doutrinando e acudindo aos indios até que de todo cahiu de cama.

Estava elle então na casa do Espirito Santo, d'onde o passaram a uma aldêa de indios, quatorze leguas distante, a vêr se melhorava com a mudança de clima.

Quiz morrer entre os indios, tomou a extrema-unção, e logo entrou em artigo de morte, que lhe durou meia hora, e expirou entre cinco da companhia (46).

Morte de Anchieta

Morreu a 9 de Junho de 1597, com 64 annos d'idade, dos quaos viveu na companhia quarenta e sete, tres em Portugal, e quarenta e quatro no Brasil.

« Divulgada sua morte, foi grandissimo o sentimento em todos os estados de pessoas, chorando todos a perda de um pai commum.—Seu corpo foi mettido em um caixão, sem cal, nem defensivo algum, que preservasse de corrupção e máo cheiro, e em hombros de indios foi levado á nossa casa do Espirito-Santo, com pompa funeral, dois dias depois da sua ditosa morte. Ia o padre João Fernandes, da companhia, revestido d'alva e estolla,e com grande multidão de gente, que lhe iam cantando, ou pera melhor dizer, chorando nas exequias.»

« Chegando o corpo á porta da villa, o sahiram a receber todos quantos havia na terra, assim seculares como religiosos, e com todas as honras funereas possiveis o levaram a enterrar ao nosso collegio.»

« Prégou nas exequias o administrado, que alli tem as

(46) Part. II, cap. XIII, n. 4.

vezes de bispo, e se apellidava Bertolomeu Simões, chamando-o de *Apostolo do Brasil.*—Houve grande abalo nos ouvintes com grande copia de lagrimas, porque todos, vivo, o respeitavam com extranho amor, e morto, o choravam com notavel tristeza.»

Foi sepultado na igreja da companhia, em uma capella dedicada a Santiago, ficando seu tumulo pegado logo ao do padre Gregorio Serrão.

D'ahi á algum tempo, pela fama de suas obras, o geral Claudio Aquaviva mandou que fossem trasladados os seus ossos para o collegio da Bahia,—ficando ahi sua sepultura junto ao altar-mór — « e seus ossos buscados e estimados em Portugal, pelos milagres que faziam nos enfermos de maleitas.»

«Era homem de pequena estatura e ainda parecia menor, por causa das costas que tinha desencaixadas e proeminentes pera fóra : era muito magro por suas muitas penitencias e grandes achaques, as côres morenas e requeimadas, do sol, que de dia muitas vezes soffria, e do sereno, que de noite levava.—Todas estas propriedades assi juntas, faziam ao padre Joseph no exterior mui desprezivel ; porém quem o via e o tratava, logo reconhecia n'elle alguma cousa superior (47).»

Aquelle general da armada de Hespanha, D. Diogo Baldez, que no anno de 1581 chegou ao Rio de Janeiro, lhe tinha grandissimo respeito e fazia quanto o padre lhe pedia, e confessára que a primeira vez que o vira, nunca se lhe representára cousa mais contentivel ; porém que depois tratando-o, nunca em presença de alguma magestade se sentira mais apoucado. »

« Foi homem de grandes talentos, raro engenho, me-

(47) Part. II, cap. XIII, n. 7.

moria fecundissima, teve um animo capacissimo, que a nenhum perigo se sujeitava — e ainda que as forças do corpo, por causa de suas indisposições eram poucas, comtudo foi grande trabalhador e soffredor de trabalho ; com ser tão enfermo, parece que era de ferro.—Com ser tão aspero para comsigo, parecia de cera para com seus subditos : tratava de os persuadir com brandura, não de os domar com aspereza(48).»

Pelos annos de 1640 se estava tratando da sua canonisação, e parece que os autos estavam pendentes da sagrada congregação da Rota.

Anno de 1554

Morte de dois irmãos da companhia.— Pero Corrêa e João de Sousa. O irmão Pero Corrêa, antes de entrar na companhia, residia no Brasil, empregando o esforço de seu braço (pelo qual era conhecido e temido) em fazer injusta guerra áquelles gentios, salteando a uns e captivando a outros, conforme o damnoso costume de muitos portuguezes n'aquelle tempo.— Pediu com instancia a companhia, e foi n'ella recebido pelo padre Leonardo Nunes, na capitania de S. Vicente,—desejando satisfazer com boas obras o mal que tinha feito aos *Brazis* (49).

« Como era mui corrente e o melhor exercitado na lingua da terra, discorria por uma e outra parte rompendo matos, atravessando rios, vadeando alagôas com grandes trabalhos, com excessivas fomes e intoleraveis calmas, com tão abrazada caridade, que de todos aquelles indios era mui amado e estimado, e por lhe terem grande respeito,

(48) Part. II, liv. V, cap. XIII, n. 8.

(49) Idem, cap. LII, n. 1 e 2.

acabava com elles cousas mui difficultosas, prégando-lhes de dia nas igrejas das aldêas, aonde os ajuntava, e de noite pelas choupanas, aonde os buscava, entoando (conforme o costume dos *Brazis*), em altas vozes o mysterio, que lhes queria intimar; e continuava o fervoroso irmão o exercicio d'estes seus brados, pelas portas das choupanas com tanto fervor, que muitas vezes lhe acontecia continuar da meia noite até a romper da alva e nascer o sol ; aceitando aquelles barbaros tão alegres alvoradas, com tal gosto, que tanto que uma vez ouviam a sua voz, que já mui bem conheciam, não queriam mais dormir, pondo-se todos em vigia, e ouvindo com grande applicação e silencio os mysterios de nossa santa fé.»

Certos hespanhoes, vindos do Rio da Prata foram captivados pelos indios. Não duvidou o padre Manoel da Nobrega de o mandar só, confiando que só elle acabaria a obra do santo serviço de Deus (50).

— Chegando o irmão Pero Corrêa, e entrando muito pelo sertão dentro, foi dar com os pobres captivos, e insinuando-se pelo seu modo no animo dos indios, ora com praticas familiares, ora com prégações, facilmente acabou com elles o que queria.

« Teve noticia n'este tempo o padre Manoel da Nobrega de uma nação de gentios, que está além dos *Carijós*, que em sua lingua se chamam *Hirajáras* (bilreiros dos portuguezes), dos quaes dizem ser algum tanto mais domesticos e disciplinaveis que os indios da costa do Brasil , e posto que diffiriam alguma cousa na lingua, o irmão Pero Corrêa com o seu grande zelo, tinha já alcançado o conhecimento de seus vocabulos e modos de fallar por via de um indio, que muito tempo captivára entre elles.»

(50) Part. II, cap. LII, n. 8.

A esta missão foi o padre Corrêa com mais dois companheiros—acrescentando-se « a este principal intento uma obra de caridade, qual era levar em sua companhia certos castelhanos nobres, que com suas familias tornavam para o Rio da Prata, e só com a presença do irmão Pero Corrêa se davam por seguros dos indios *Tupis*, que por serem contrarios aos indios *Carijós* (com quem os castelhanos tinham amizade) se temiam estes que n'elles fizessem presa. »

« Postos em salvos os dois castelhanos, começou o bemaventurado irmão a prégar a lei de Christo por todas aquellas terras, persuadindo aos *Tupis* a paz com os *Carijós*, seus fronteiros, pera d'esta maneira mais facilmente cultivar a uns e outros com a prégação do Evangelho. Tão boas razões lhes deu o irmão, que os persuadiu á paz e a fazerem de novo uma grande povoação pera todos juntamente aprenderem as cousas da santa fé; logo, contra seu barbaro costume lhe entregaram dois *Tamoyos*, gentios, seus contrarios, que já tinham em cordas presos, e bem cevados pera os lovarem ao matadouro. »— Deram mais um hespanhol tambem prisioneiro, mas este tão enfermo e maltratado que, por compaixão, lhe deixou um dos dois religiosos, que comsigo levava, para o tratar.

« Prosseguiu seu caminho com o outro irmão, chamado João de Sousa, entrando pelo sertão a dentro, prégando entre aquelles barbaros á fé de Christo. »

Havia n'aquellas terras um castelhano que servia de lingua, ao qual um padre da companhia por nome Manoel de Chaves, tinha dado a liberdade e a vida, alliviando-o das mãos dos barbaros *Tupis*, que n'elle queriam fazer presa.

Estava juntamente captiva uma india, com a qual o castelhano, antes de captivos pelos barbaros, vivia em peccado.

O padre livrou tambem a esta, casando-a com outro.—O castelhano fez extremos para tornar a haver a sua india, e cégo de ira e ciume resolveu perseguir o padre e seus companheiros a ferro e fogo. Já tinha partido o padre Manoel de Chaves.

Sabendo pois que tinha chegado a aquella aldêa dois religiosos, juntou os barbaros, mettendo-lhes em cabeça que aquelles vinham como espias dos *Tupis*, e que convinha matal-os, porque os não enganassem.

« Ei-los subitamente amotinados! bradam, assobiam, convocam as tribus, tomam seus arcos e frechas, poem-se todos em som de guerra, e logo com impeto diabolico e furia infernal, lhes tomam o caminho aos dois prégadores do Evangelho, cercam-n'os, dão vozes e alaridos.»

« Vinha o irmão João de Sousa com um cestinho de pinhões nas mãos, que era o viatico e provisão pera o caminho aos *Hirajdras* : — apenas teve tempo de se pôr de joelhos, e com as mãos postas, atravessam-n'o de frechas e expirou!

— Este, antes de entrar para a companhia, fôra creado de Thomé de Sousa— e foi recebido n'ella pelo padre Manoel da Nobrega.

Emquanto o irmão João de Sousa de joelhos recebia a morte — o irmão Pero Corrêa fallava aos barbaros — que advertissem que não mereciam a morte.— Não attenderam nem se abrandaram. Descarregaram as frechas tambem sobre este que só teve tempo de largar o bordão para mais facilmente levantar as mãos ao céo, e assim em pouco acabou a vida.

Anno de 1555

O padre Dr. Martim d'Olhave tratava de introduzir a

companhia em França. Henrique II remette as bullas e letras pontificias á Sorbona (51).

« Em resolução na universidade de Paris, a faculdade dos theologos sorbonicos sahiu com um decreto mui pesado e offensivo contra a nossa religião; porque n'elle entre outros cargos que nos punham, nos chamavam perturbadores da paz commũa, semeadores de discordias, homens prejudiciaes a toda a igreja de Deus, desobedientes aos prelados, suspeitos a fé catholica, e que recebiamos entre nós gente aviltada e infame; e que finalmente mais tinhamos vindo ao mundo pera destruição, que pera edificação (52). »

Loyola tratou de haver um testemunho publico dos mais reinos da christandade, onde já estava a companhia.

N'esse anno de 55. — D. João III, escreveu ao bispo conde D. João Soares (53).

Reverendo bispo.— « Eu tenho muita affeição aos padres da companhia de Jesus pelo grande louvor que se segue a Deus Nosso Senhor, proveito espiritual ás almas, e a mim muito serviço, e a todos meus reinos e senhorios grande consolação do religioso exemplo, virtuosa vida, conversão, doutrina, industria e zelo do amor de Deus e das almas, que os padres e pessoas da companhia tem mostrado e mostram cada dia em meu reino, desde o tempo que ha que n'elles edificam collegios da companhia, com que têm feito e fazem muito fruito, de que eu tenho

(51) Part. II. Liv. VI, cap. XIIII, n. 4.

(52) Idem, idem, n. 5.

(53) Idem, cap. XV, n. 1.

recebido e recebo muito contentamento e serviço, e lhe sou por isso em muita obrigação, pelo que vos encommendo muito que por isso assim ser, como sabeis, queirais dar d'isso vossa fé e testemunho por escripto, e de como sabeis de quanta qualidade e exemplo são as pessoas que em a dita companhia se recebem, etc.»

Foi o padre Diogo Miram provincial tres annos, succedendo-lhe em 1555 no cargo o padre Dr. Miguel de Torres (54).

Nos annos em que foi geral o padre S. Francisco de Borja—Diogo Miram exerceu em Roma o de assistente de Portugal, e das provincias da India e do Brasil.

Chega o padre Balthasar Telles com a sua *Chronica da Companhia* até aqui, isto é, até 1556 ou a dezesete annos da companhia de Jesus, tratando dos jesuitas no Brasil até o cap. 52, do livro V, n. 13, pag. 506 do tomo II.

Simão de Vasconcellos. — Chronica da Companhia de Jesus do Estado do Brazil (55).

Nasceu Nobrega de pais nobres: passou a Coimbra, onde estudou humanidades. D'ahi a Salamanca, onde principiou os seus canones (a que sempre foi inclinado). Voltou a Coimbra, onde tomou o gráo de bacharel formado em canones (56).

(54) Part. II, cap. XXI, n. 1.

(55) Extractos da 1.ª edição de 1663. Seu autor, o padre Simão de Vasconcelios vestiu roupeta na Bahia, e foi lente de theologia e provincial da ordem no Brasil, e segundo o douto e monumental *Diccionario Bibliographico Portuguez*, nasceu o padre na cidade do Porto em 1597 e morreu na do Rio de Janeiro a 22 de Setembro de 1671. Além da *Chronica da Companhia* escreveu outras obras como se verá á pag. 286 do 7.° volume do cit. *Dic. Bib.*

(56) *Chronica da Companhia*, liv. 1.° n. 8 pag. 8.

« Vagára uma collegiatura na universidade: era costume levar-se esta por opposição: oppôz-se a ella o padre Manoel da Nobrega, já então sacerdote de missa, supposto que a juizo dos melhores, fazia elle ao seu oppositor conhecidas vantagens, ficou comtudo aquelle victorioso e Nobrega regeitado (57). »

« Determinou despicar-se com o mundo, affrontal-o, repudial-o, como o mundo o fizéra com elle.» Entrou no collegio de Coimbra em 1544.

Entrou com toda a alma e zelo pelos pobres. Depois d'elle partido, por muito tempo ainda se fallou no *padre Gago*, que assim o chamavam por ter alguma cousa de impedimento no fallar.

« Não cabia em um só collegio, em uma só cidade zelo tão grande. Sahia com licença dos superiores a desafogar em missões por diversas partes do reino, e ainda dos de Galliza e Castella. » Partiu de Coimbra com um bordão na mão e o breviario pendurado do braço, sem mais outro viatico, caminhando a pé, o vestido mui roto e desprezivel.

A este escolheu o padre-mestre Simão Rodrigues para o substituir na empreza do Brasil. Mandaram-n'o chamar das continuas missões em que andava, mas por mais pressa que se deu, já o governador tinha partido com os seus companheiros, quando elle chegou a Lisboa. Eram estes companheiros:

o padre Leonardo Nunes.
o padre João d'Aspilcueta Navarro.
o padre Antonio Peres, e os irmãos
Vicente Rodrigues,
Diogo Jacome.

Embarcou-se na formosa náo de Antonio Cardoso, que

(57) *Chron. da Comp.* Liv. I, n. 9.

ficára esperando por elle, até se encontrar com a frota, onde passou-se para a náo do governador (58).

Thomé de Sousa, «mui experimentado nas guerras d'Africa e da India, nas quaes partes se tinha portado valoroso cavalleiro, e mereceu fiar d'elle el-rei empreza tão grande.» Partiu de Lisboa a 1.° de Fevereiro de 1549.

Na frota, prégando, praticando, fazendo procissões, prohibindo jogos, juramentos, chamando aos sacramentos, em breve reformou Nobrega a frota (59).

Narrando o padre Simão de Vasconcellos o caso da cabeça de peixe (60),—cita em seu abono e para isso a *Chronica* do padre Balthazar Telles, e conclue : « Conciliou o caso assi pera com o governador como pera com toda a náo conceito de santo a Nobrega; e á volta d'esta opinião obrava em bem de suas almas grandes cousas. » (61).

Em fins de Março ou, como querem outros, em principios de Abril, avistaram signaes de terra. Segundo Orlandini chegaram á Bahia com 66 dias de viagem.

Descripção da Bahia (62).

Tem um golpho de trinta e seis leguas de circumferencia : « é estancia fiel pera navios, abrigada dos ventos e tempestades do oceano. Dentro de uma barra real de mais de duas leguas de largura (limpa, funda, navegavel), entrada segura para galeões e náos da India, sufficiente pera todas as armadas do mundo, entresachada de aprazíveis

(58) *Chron. da Comp.* liv. 1.° n. 24, pag. 26.

(59) Veja-se a nota A no fim da obra.

(60) *Chron. da Comp.* liv. 1.°, n. 26.

(61) Veja-se a nota B in fini, citada na *Introducção*.

(62) *Chron.* liv. I, n. 28.

ilhas, tantas em numero, que se assevera passam de cento.» Do sertão vêm pagar-lhe tributo os grandes rios : Piraia Matuim, Parnámerim, Seregipe, Paraguaçú, Jagoaripe.»

« Veem-se hoje todas estas bahias e margens de rios cercadas de rica lavoura de canna de assucar, quasi innumeraveis, fazendas á beira dos rios, commercio a todas estas lavouras, — todas com porto e sahida em alegre confusão. »

Quando escrevia o padre Simão de Vasconcellos, contavam-se sessenta e nove engenhos, que representavam outras tantas villas para onde vai-se em barcos, escusando carros e cavalgaduras.

Os moradores naturaes da terra por natureza são liberaes, engenhosos, magnanimos e dadivosos.

Que o primeiro descobridor da Bahia, Christovão Jaques, quando alli chegou, encontrou duas náos de francezes, as quaes, por não quererem largar o porto, metteu no fundo, com gente e fazenda. Estavam estas náos a regatear com os indios (63).

O primeiro governador Francisco Pereira Coutinho, destro nas guerras da India, despeja a terra, depois de oito annos de guerra com os *Tupinambás*. Voltando dos Ilhéos aonde se tinha acolhido do naufragio, e é tomado e morto pelos selvagens (64).

D'aqui veiu tomar o rei para si a capitania, assim como a Bahia, que por doação posterior ficára pertencendo ao mesmo povoador Coutinho.

Caramurú—« Assentou suas casas n'aquelle raso, que hoje se vê em Villa-Velha, além de N. S. da Victoria, cujas ruinas *ainda agora* dão signaes.»

(63) *Chron.* liv. 1.° n. 33, pag. 34.

(64) Idem n. 34.

Pedro Fernandes Sardinha, despachado vigario geral para a India, depois veiu por primeiro bispo do Brasil.

Uns castelhanos navegando para o Rio da Prata,. foram dar á costa em Boipeba, depois chamada a *Ponta dos Castelhanos*. Caramurú salvou-os; e elles voltando á Hespanha, foram causa de Carlos V escrever a Caramurú uma carta de muitos favores.

D'este *naufragio* ou *encalhe* salvou um indio uma imagem (pintura) de Nossa Senhora.—Caramurú fez-lhe casa sob a invocação de Nossa Senhora da Graça.

Por este tempo Martim Affonso de Sousa, indo para a India, arribou a este porto. Vinham com elle alguns religiosos, que baptizaram os filhos de Caramurú.—Então, e na mesma occasião, uma d'ellas se casou com Affonso Rodrigues, de Obidos, e a outra com Paulo Dias Adorno, fidalgo genovez, que tinha vindo de S. Vicente por causa de um homicidio.

Thomé de Sousa desembarcando, demandou o lugar chamado «Villa-Velha» sitio aprazivel e d'onde se descobre a formosura de toda a Bahia. Veiu marchando em som de guerra, armados os seus em ordem de peleja, já por se não confiar dos indios, já para mostrar o poder com que vinha.

Alli se demorou um mez em quanto se demarcava o sitio para a nova cidade.

Trazia mil homens, seiscentos soldados, quatrocentos degradados. O ouvidor geral Pero Borges e provedor-mór do Estado Antonio Cardoso de Barros.

Desembarcaram tambem os jesuitas, alojaram-se junto do arraial e celebraram o primeiro sacrificio, o mais solemne que poderam, em acção de graças. Erigiram a cruz.

Diz o autor que o padre Nobrega «levantando os olhos do alto d'aquella eminencia por todo o grande contorno

da Bahia, alcançou que tudo eram estancias de indios barbaros, e que com a mesma frequencia habitavam pelo interior do sertão, em tanta quantidade,que podia duvidar-se quaes eram mais, se elles ou as folhas das arvores.»

Eram impedimentos para a conversão: Primeiro, não haver sacordotes, mas a pedido do governador e de todos começaram á prégar, confessar, desobrigar e os mais officios de parocho os padres da companhia. Segundo, não sabiam a lingua, nem tinham interpretes. Terceiro, por andarem os indios em guerra entre si, e muito d'elles com os portuguezes, sendo as causas d'ella o que segue.

« A raiz d'ellas sabe-se que foi antiga, desde os primeiros fundadores das capitanias... porque foram notando os naturaes da terra em nossos portuguezes, outra intenção mui differente da com que aportaram a ella em Porto-Seguro. Então tratavam com elles como hospedes, mostravam alegrar-se com sua presença e enchiam-n'os de favores e mimos; porém agora haviam-se como inimigos, pretendiam desterral-os de suas patrias, fazerem-se senhores d'ellas e inda de suas liberdades. Para remedio d'estes males e defensão sua natural, passaram palavra por toda a costa do Brasil, e confederaram-se as nações, suspendendo os arcos que maneavam uns contra os outros, passando a força d'elles contra os portuguezes, inimigo commum.»

Entraram depois em concertos de paz: foram os primeiros os *Tobayaras* e *Tupinambás* da Bahia, e os *Tobayaras* de Pernambuco, os *Tamoyos* do Rio, receiosos tambem dos *Potiguáras* e *Tapuyas*, que lhes ficavam sobre as costas (de cuja amizade jamais se fiavam).

Estes ficaram exasperados, mais no fim do tempo, vieram tambem a imitar os outros.

« Duraram estas pazes, em quanto durou a paciencia

nos indios; porque a gente portugueza não contente com senhorear a terra, passava senhorear as pessoas, e como em caso da liberdade natural, todo o homem por mais tosco que seja, acuda por si, houveram de tomar a rompimento muitas d'estas nações.»

« A primeira traça com que sahiram os padres foi fazer familiares (ainda á custa de dadivas e mimos) os meninos filhos dos indios, porque estes por menos divertidos e por mais habeis que os grandes, em todas as nações do Brasil, são mais faceis de doutrinar, e doutrinados os filhos, por elles se começariam a doutrinar os pais.»

Com os meninos, a volta da doutrina, iam tambem elles aprendendo a lingua do paiz.

Fizeram ou fizeram-se taes quaes pazes. « No entanto não era o seu trabalho sem fructo, salvando as almas de muitos innocentes, e de velhos e enfermos que baptizavam *in extremis*.»

Passado o mez de Abril, o governador mudou-se para o sitio onde demarcava a nova cidade (65). Todos occupados em fazer suas casas, e as obras publicas, e as fortificações, porque não se confiavam muito dos indios. Os padres se mudaram tambem para o lugar onde fizeram a igreja, depois reconstruida, de N. S. da Ajuda. Elles, como todos, iam ao matto, cortavam madeiras, acarretavam-n'as, eram os mestres de taipa—mas o mór rigor era que havia grande falta de sustento corporal—andavam esmolando, e achavam pouco, porque a necessidade chegava a todos. Iam tambem á fonte para agua e ao matto para lenha, etc.

« Depois chegando sacerdote do reino, entregaram-lhe a casa, igreja e vigararia, e passaram-se para fóra da cidade, no monte chamado Calvario, onde depois se edificou o mosteiro do Carmo.

(65) *Chr. do Comp.* liv. 1.° n. 46.

« N'aquelle tempo era este sitio o principal assento das aldêas dos indios, por seus bons ares, visinhança do mar e outras melhorias, que n'elle conheciam.»

As difficuldades, com que lutavam, os padres eram impedir que os indios comessem carne humana, tivessem muitas mulheres, e conservassem odios entre si, vivendo em guerras, feiticerias e excessos de vinhos, sobre tudo a ignorancia em que estavam da lingua. O padre João Aspilcueta Navarro « sahiu em breve tempo sufficiente para prégar n'ella, e foi o primeiro que pôz na lingua geral algumas orações e dialogos da nossa santa fé. »

Viam a cada passo diante de seus olhos aquella carneceria nefanda, ouviam as solemnidades das festas com que imitavam, e distribuiam como em açougue, a carne de seus inimigos.

Gostavam d'ella : primeiro, porque suppunham-n'a o manjar mais saboroso e vital que havia no mundo ; segundo, por vingança ; terceiro, por supporem que a maior gloria que póde ter um homem n'esta vida é captivar um contrario seu, ceval-o, chamal-o á terreiro, e matal-o ao som de vivas, applausos e dansas.

« Contava um padre de nossa companhia, grande lingua brasilica, que penetrando uma vez o sertão, chegando em certa aldêa, achou uma india velhissima, no ultimo da vida, cathequisou-a n'aquelle extremo, ensinou-lhe as cousas da fé e fez compridamente seu officio. Depois de haver-se cançado em cousas de tanta importancia, attendendo á sua fraqueza e fastio lhe disse (fallando á moda seu da terra) « Minha avó (assim chamam as que são muito velhas) se eu vos déra agora um pequeno de assucar ou outro bocado de conforto de lá de nossas partes do mar, não o comerieis ? Respondeu a velha, cathequisada já « Meu neto, nenhuma cousa da vida desejo, tudo já

me aborreceu ; só uma cousa me poderá abrir agora o fastio. Se eu tivéra uma mãozinha de um rapaz tapuya de pouca idade, tenrinho, lhe chupava aquelles ossinhos, então me parece tomára algum alento ; porém eu (coitada de mim) não tenho quem me vá frechar a um d'estes.»

Tiram um dia um morto do poder das velhas, ellas gritam, instigam os homens, o apellidam-n'os covardes e fracos, elles tomam armas, vêm contra os padres, mas estes já se tinham recolhido a umas pobres casas de barro, onde hoje é o collegio. Acommettem a cidade, o governador acode com o presidio, e os fazem recuar com as armas de fogo, como atraz fica dito, na *Chronica* do padre B. Telles (66).

Os portuguezes criminam os padres que o *resgate* dos indios era o remedio dos homens (isto parece quanto a mim, queixa posterior), porque nas guerras estava a salvação de todos, e o commercio e a alimentação d'elles.

Esta aldêa pede paz, nas outras pedem os padres para baptizarem os captivos, mas os indios aceitam-n'o com grande constrangimento, porque acreditavam que o baptismo tirava o gosto á carne, e por isso rescindem os da aldêa o contracto

Vão então os padres ás aldêas á pretexto de assistirem as suas festas, e os baptizam á surelfa.

Aqui repete o autor o caso, já narrado pelo padre Balthasar Telles, do feiticeiro com o padre Manuel da Nobrega (67). Appareceu então uma epidemia que naturalmente havia de atacar com mais força os indios que andavam com os portuguezes, pela mudança de habitos (68).

(66) *Chr. da Comp.* liv. 1.° n. 51.

(67) Idem, n. 55.

(68) Idem, n. 57.

Crêm elles no entanto que vinha do baptismo ; mas o padre Nobrega conseguiu debellar o mal com applicação de sangrias.

Correu a noticia que na capitania de *S. Vicente* havia grande desamparo da doutrina de Christo ; porque os portuguezes, que já alli estavam e começavam a povoar aquelle lugar, viviam á modo de gentios, e os gentios, á exemplo d'estes, iam fazendo maus conceitos dos christãos, sobre tudo que viviam aquelles portuguezes de um trato vilissimo, salteando os pobres indios, ou nos caminhos, ou em suas terras, sendo muitos d'estes christãos baptizados por certos religiosos de S. Francisco, castelhanos, que por successo de viagem, tinham estado com elles algum tempo na paragem a que chamam dos *Patos* (Santa Catharina(69).

O padre Nobrega mandou a isso o padre Leonardo Nunes, e o irmão Diogo Jacome : partiram elles da Bahia em 1.º de Novembro de 549, com provisões efficazes do governador Thomé de Sousa (70).

Fizeram escala pela capitania do Espirito-Santo, que já então era principiada, e receberam por noviço o irmão Matheus Nogueira, ferreiro de officio.

Eis como descreve o padre Simão de Vasconcellos a capitania de S. Vicente (71) ; — Terreno fecundo, abundantes searas de trigo e fecundas vinhas. Esta capitania era a fartura de todo o estado de carnes e trigo—todo o genero de metaes, principalmente ouro, e *d'este se bate hoje moeda.*

Martim Affonso em uma armada á sua custa, andou son-

(69) *Chron. da Comp.*, liv. I, n. 58.
(70) Idem, n. 61.
(71) Idem, n. 62.

dando até o Rio da Prata—fundou a villa de S. Vicente, em porto que senhorea duas ilhas, com duas barras, a do norte que fortificou com uma torre que chamam Bertioga, e a do sul com outro forte. A duas leguas de S. Vicente fundou Santos. Em S. Vicente foi onde primeiro se fez assucar na costa do Brasil, e d'onde as outras se proveram de cannas e vaccas para criação.

Diz o autor que os indios de S. Vicente, taes como os *Tapuyas*, *Carijós*, *Patos*, e *Goyanases*, se foram afastando para o sul (72).

« Os costumes dos portuguezes, moradores que então se achavam n'estas villas, vinham a ser como os dos indios, porque sendo christãos viviam á moda dos gentios.

« Na sensualidade era grande a sua devassidão, amancebando-se ordinariamente de portas á dentro com suas proprias escravas indias, ou fossem casados ou solteiros, » — ladainha de que não confessavam, nem frequentavam os sacramentos, nem jejuns, nem nada. Conclue assim o chronista :

« Vivia-se de rapto de indios,e era todo o officio de assaltal-os por valentia, e por elle eram os homens estimados.»

Era este o estado de cousas, quando chegou áquella capitanía o padre Leonardo Nunes com o companheiro.

Foram os padres recebidos em S. Vicente com grande alvoroço (73).

« Começaram a fabricar-lhes casas e igrejas, folgando cada um de entrevir no trabalho d'ellas, trazendo as madeiras e mais materiaes a seus proprios hombros, ainda os mais graves da terra como por causa sagrada.

« Era o padre Leonardo Nunes varão descarnado de

(72) *Chron. da Comp.* liv. I,n. 65.
(73) Idem, n. 66.

todos os affectos humanos, mortificado, pobre, humilde, prudente, paciente (74). »

O exemplo bastava para os converter.

Viam o padre Leonardo pedindo esmola, pobremente vestido, talvez descalço, nas praças, nas praias, nos campos, doutrinando aos filhos, aos escravos, na casa do pobre e do rico, do peccador, do sensual, de salteador, fazendo amizades, alcançando perdão, prégava no pulpito, dizia missa aqui e duas e tres legoas mais adiante, outra vez missa no mesmo dia, e doutrina e sermão, de noite, de dia, pelo relento, pela calma,—chamaram-lhe os indios *Abarê Bebé —padre que vôa.*

Reformam-se, casam-se, etc. Testemunha isto o padre Anchieta com sua affirmativa.

Para o ajudar, começou elle a receber noviços, que sabiam bem a lingua, ou que a podiam aprender facilmente (75).

« Em primeiro lugar, a Pedro Corrêa e Manoel de Chaves, homens principaes, moradores na terra, de muitos annos do Brasil e muito grandes linguas. »

Apoz estes, alguns moços pequenos, europêos ou mestiços, entre estes, os que principalmente provaram bem, foram João de Valle e Gaspar Lourenço.

« O irmão Pedro Corrêa foi pondo em estylo da lingua da terra a summula da doutrina christã. »

O padre Leonardo, em companhia de um dos mais robustos irmãos, boa lingua, entrou pelo sertão, atravessou as serras, e conseguiu que os indios lhe entregassem os filhos, que trouxeram para S. Vicente.

Formou então um seminario com alguns orphãos, vindos

(74) *Chron. da Comp*, liv. I, n. 68.
(75) Idem, n. 70.

de Portugal, mestiços da terra, e estes indios, ensinando-lhes a estes o portuguez e ainda o latim a alguns mais habeis.

Para os sustentar, o irmão Diogo Jacome levantou um torno, fazia corôas e rosarios de páo. Outros irmãos aprendiam a fazer sapatos, « que vendiam a alguns dos homens ordinarios, e de que usam para caminhos asperos, e para isso punham de molho quinze ou vinte dias, *gravatás* ou *coroatàs*, depois tiravam as *cascas* ou estrigas e com elles teciam as taes alpercatas (76).

Outro se fez official de carpinteiro.

O irmão Matheus Nogueira, que tinha vindo do Espirito-Santo com o padre Leonardo, usava de seu officio de ferreiro « fazendo anzoes, cunhas, facas, e o mais genero de ferramenta com que acudia grandemente ao sustento dos meninos. »

« E d'este tempo ficou introduzido trabalharem os irmãos em alguns officios mechanicos e proveitosos á communidade, por razão da grande pobreza em que então viviam. »

Esta tranquillidade não durou muito. O padre Leonardo trouxéra provisão do governador geral, « em que mandava fossem restituidos os indios que os portuguezes haviam cativado contra justiça, ou em caminhos, ou em suas terras, ou d'outro qualquer modo em especial os christãos, que tinham doutrinado e baptisado os religiosos de S. Francisco (castelhanos) para que fossem todos postos em sua liberdade. »

O padre, ao chegar, conseguiu isso d'alguns moradores, mas logo arrependidos, começaram a murmurar dos padres, a perseguil-os, tirando-lhes as esmolas, « e dizendo d'elles cousas que sua paixão lhes dictava. » Recompozeram-se

(76) *Chron. da Comp.*, liv. I, n. 72.

as cousas porém mal. Outras amarguras estavam apparelhadas ao padre.

Um homem tão velho na idade, como envelhecido nos vicios da carne, « vivia amancebado e com filhos. O padre préga-lhe e este aborrece-o,e segundo as expressões pouco sombreadas do padre S. de Vasconcellos até na igreja o persegue.

Esperou o peccador no meio da rua, quer-lhe dar com um páo. Um filho mette-se de permeio. O homem arrepende-se, e morre com mais de cem annos. Sobrou-lhe a *cêra do enterro*, o que se attribuiu á salvação do homem.

João Ramalho, « homem por graves crimes infame e então excommungado» é posto pelo padre Leonardo fóra da igreja, pelo que dois filhos d'este quizeram vingar a injuria do pai, e o esperaram á porta da igreja.

O padre ajoelha-se, os homens não ousam feril-o.

Resgata do poder dos *Tamoyos* umas mulheres de portuguezes, que elles tinham no cévo. O irmão Pedro Corrêa, que era grande talento e extremado lingua, a quem o padre Leonardo levára comsigo para esta expedição, conseguiu este milagre.

Fez o padre Leonardo outra viagem aos indios dos *Patos*, d'alli a cem leguas, porque « indo ter áquella paragem certos fidalgos castelhanos com suas familias, que navegavam pera o Rio da Prata (então inimigo), por meio da presença do padre Leonardo, cuja autoridade era conhecida e venerada entre aquellas gentes, que vieram a amansar-se.»

Deram os castelhanos com elles, voltaram para S. Vicente até que « houve occasião opportuna de proseguirem a sua viagem. »

Tinha o padre Leonardo convertido a capitania de

S. Vicente, quando em 1553 o foi visitar o padre Nobrega pela primeira vez.

No anno de 1550, chegou a armada a Bahia, com o galeão chamado « o *Velho* » e outros menores com gente e soccorro para a nova cidade do Rio de Janeiro. *Mariz* suppõe que então veiu tambem o bispo D. Pedro Fernandes Sardinha, primeiro do Brasil, com clerigos e « quantidade d'ornamentos pera o culto de sua Sé (77). »

S. de Vasconcellos diz que viu nos livros da fazenda que « o seu provimento é de 4 de Dezembro de 1551, chegou ao Brasil em principios de 1552, e morreu a 16 de Junho de 1556.»

N'aquella armada de 1550, de que era capitão Simão Gama vieram quatro padres:

Affonso Braz,
Salvador Rodrigues,
Manoel de Paiva,
Francisco Peres.

mandados por ordem do geral Ignacio de Loyola, o qual nomeára n'esta occasião para vice-*provincial* do Brasil o padre Nobrega (78).

O padre Nobrega tinha para si que todo o espirito dos missionarios do Brasil se devia reduzir a dois pontos: *Mortificação* e *obediencia*.

Mandou pois vender o padre Manoel de Paiva, á pretexto de necessidade, com pregão publico pelas ruas.

Quem quer comprar este homem que é já sacerdote, e póde servir para muitos usos ? »

O pregoeiro era o padre Vicente Rodrigues, e o pregão continuou por alguns dias.

(77) *Chron. da Camp.*, liv. I, n. 80.
(78) Idem, n. 81.

O governador Thomé de Sousa propôz o caso ao ouvidor Pero Borges, accrescentando « Eu nunca vi vender sacerdote de missa, mas como vejo que os padres o fazem, não ouso condemnal-o.»

Que já promettiam cem cruzados e que os moradores de Villa-Velha subiam no lanço, porque o queriam para capellão.

Depois d'esta prova, mandou-o que se deitasse de um monte ingreme, e o padre Paiva, já o ia fazendo, sem detença, quando o susteve !

Ao padre Vicente Rodrigues mandou, que entrasse de discipulo em casa de um tecelão, e com elle morasse até sahir perfeito no officio.

Ao padre João Aspilcueta Navarro, que era confessor do governador, «mandou que se fosse disciplinando pelas ruas até chegar á praça do governador, que folgaria de ver penitente tão destro. (79)»

« Havia ainda n'este tempo, grande corrupção de costumes, assim na gente portugueza como nos indios. Os portuguezes licenciosos com a vida soldadesca vecejaram em vicios publicos, que serviam de escandalo a toda a terra. Os indios estavam ainda pertinazes no peior dos seus vicios, e com mais força nos que são mais conformes á carne.»

« Com um portuguez degradado, nobre no sangue, mas infame nos vicios e escandaloso em toda a cidade, importunou-o a ponto que o homem perdendo a paciencia, lhe disse que em vez de lhe estar quebrando a cabeça, faria melhor em limpar-lhe o ourinol, e ir-lhe á fonte para agua. Assim o fez o padre mui promptamente.(80)

(79) *Chron. da Comp.* liv. I, 85.
(80) Idem, liv. I, n. 86.

Rendeu-se, prometteu emenda, e chegou a viver como religioso, recolhendo-se a sombra dos padres.

Com outro commetteu a empreza do padre Navarro, que era do solar dos Aspilcuetas do reino de Navarra e ainda aparentado dos Loyolas. Do tal diz Vasconcellos : «Eram mais illustres que elle seus vicios, commettidos assim em Portugal, como no Brasil, malfeitor, arrogante, soberbo, desbocado, sem temor de Deus, nem dos homens, em cabo desalmado.»

Cahiu doente, estava em uma choupana fóra da cidade. O padre offereceu-lhe os seus serviços, aceita-os como cousa devida á sua pessoa. Malcreado de si e mais com as impertinencias da molestia, reprehendia o padre, que nada fazia a seu gosto, sempre era o que era etc. O padre acoita-se detraz de um crucifixo, elle o atalha, chora e rende-se.

Com os indios das aldêas d'entorno da Bahia se occupava o padre Navarro, que já era grande lingua.

Persuadia-lhes que edificassem capellas e igrejas para receberem doutrinas, o que elles fizeram contentes, por imitarem os portuguezes.

O outro mal era que viviam sempre *vagos*, como homens que do arco tiravam o sustento.

O padre Navarro para doutrinal-os usou da seguinte traça : «Ia esperal-os sobre a tarde, a tempo que vinham carregados com suas caças, dava-lhes as boas vindas, e os parabens do successo aos que tiveram boa dita. Dizia-lhes que descançassem e ceiassem muito embora com suas familias ; e quando já estavam descançados e satisfeitos, em entrando a noite, começava elle a despregar a torrente da sua eloquencia, levantando a voz e prégando-lhes os mysterios da fé, andando em roda d'elles, batendo o pé, espalmando as mãos, fazendo as mesmas pau-

sas, quebros, esgares e espanto costumados entre seus prégadores, pera mais os agradar e persuadir. Arrebatavam-se de sua grande eloquencia etc.»

Acabou tambem com os indios, que levantassem em duas aldêas principaes duas casas, aonde se ajuntasse seus filhos e os das mais aldêas, á imitação de outro seminario que o padre Nobrega levantára junto a cidade.(81)

Aprendiam, cantavam, transmittiam a doutrina e o ensino aos pais.

Por mandado dos padres rezavam o Padre Nosso sobre os doentes, e muitos curavam ! Como esta superstição ha muitas mais.

Diz o padre S. de Vasconcellos : que a conversão dos indigenas parecia vinculada na gente Aspilcueta ; pois que João Aspilcueta era parente ou aparentado de S. Francisco Xavier(82).

Junto a cidade da Bahia, Nobrega tinha fundado, como já disse, um seminario, onde recolhêra muita quantidade de meninos indios e mestiços da terra. De todas as partes concorriam outros em tanto numero, que parecia impossivel sustental-os. Os mais provectos sahiam em procissão pelas ruas, entoando em solfa as orações e mysterios da fé na lingua da terra(83).

O padre Vicente Rodrigues muito doente ha mais de anno, não tem obreiros que o ajude. Manda-lhe o padre Nobrega, «que em virtude da *santa obediencia*, lance fóra a molestia e vá acudir ao proximo». Assim o fez o padre; d'esde esse instante melhorou e veiu a ficar bom.

(81) *Chron. da Comp.* liv. I, n. 91.
(82) Idem, n. 92.
(83) Idem, n. 93.

Em 1551 veiu nova armada, igual a do anno passado, em soccorro á cidade de S. Salvador, sendo capitão d'ella Antonio de Oliveira, em quem encabeçou a alcadaria-mór da cidade, que permaneceu nos seus descendentes até o anno em que Vasconcellos escrevia a sua *Chronica* (84).

Vinha na armada quantidade de homens degradados e orphãos, que a rainha D. Catharina mandou para se cazarem e povoarem a terra.

N'este anno de 1551 mandou o padre Nobrega ao padre Affonso Braz que fosse á capitania do Espirito-Santo. Fundada esta em 1525 por Vasco Fernandes Coutinho, fidalgo valente e dos mais nobres de Portugal. Concedeu-lhe D. João III cincoenta leguas por costa, começando d'onde acabasse a data de Pedro de Campos, donatario de Porto-Seguro, correndo ao sul, isto pelos serviços que na India lhe fizéra a elle rei.

Fez o donatario uma armada com gente e aprestos necessarios para defensão da terra, com sessenta homens nobres, creados de el-rei, entre elles D. Jorge de Menezes e D. Simão de Castello-Branco. Entrando no porto, lançaram a gente á mão esquerda, junto ao monte de Nossa Senhora, fundaram aqui a villa chamada «Velha» sob a invocação do Espirito-Santo.

Para tomar posse da doação, travou guerra com os *Goyanàs* de uma parte e com os *Tupinanquis* da outra, d'onde uns se renderam e outros se retiraram, e deram-lhe espaço para á fundação da villa da Victoria.»

Está a villa em lugar commodo, defensavel, cercado de aguas, armada de penedia horrivel por a natureza, habitavel por arte, arredores de terra fertil, capaz de grandes can-

(84) *Chron.* liv. I, n. 94.

naviaes, campos amenos, retalhados de rios e fontes, matos, delicias de cheiros, balsamos, *copaigbas*, almecegas, sassafrazes, jutahy, etc. montes prenhes de ricas minas de pedras finas, e suppunha-se que tambem d'ouro e prata.

Entre as arvores balsamicas que descreve o autor, fez especial menção do *cabureigba*: Diz elle que a « *cabureigba* (cupahyba) de côr cinzenta, folhas á maneira de myrtho, e casca da grossura de um dedo. Esta casca golpeada no mez de Fevereiro ou Março em conjuncção de lua cheia, lança pelas feridas copia de licor amarello fragrantissimo e preciosissimo, a que chamamos *balsamo*, em tanta quantidade que corre o mundo todo: ou como sahe da arvore, ou feito em obra de bolas, vasos, contas e semelhantes peças cheirosas e presadas. » (85).

« E' admiravel sua virtude medicinal, elle só suppre uma botica de remedios humanos, resolve, digere, conforta, por intensão callida e secca. Duas gottas d'elle levadas em jejum pela bocca, desfaz a asma e cruezas do ventre, e conforta as entranhas. Com elle morno, esfregado o peito se desfazem as opilações frias; e esfregada a cabeça e pescoço com *panno vermelho*, corrobora o cerebro e preserva de apoplexia e espasmo. Tem efficacia grande pera sarar mordeduras e feridas de animaes peçonhentos. »

E' o mesmo que a *copahyba*, só é que esta tem as folhas maiores e o balsamo não é tão bom.

O padre Affonso Braz e seu companheiro foram aqui bem recebidos, fizeram casa e igreja. Pouco resta do que fizeram, só que Affonso Braz exercia o officio de carpinteiro que nunca aprendêra.

(85) *Chron.* liv. I, n. 96.

N'este anno de 1551 foi o padre Nobrega a Pernambuco, afim de ver o modo que poderia ter a conversão d'aquellas almas que eram innumeraveis. Corre a capitania de Pernambuco por 51 leguas de costa desde o rio de S. Francisco até o de Iguarassú. « E' terra bem assentada, com moderada compostura de montes e campinas, o torrão fertil, feraz, vigoroso, e que promette desempenhar os desejos dos que a cultivarem por mais ambiciosos que sejam. Os campos são fecundos de copia de gados, regados de rios, abundantes de fontes e aguas salutiferas. » (86),

Partida de Duarte Coelho.

Fundada por Duarte Coelho, chegado da India, rico de bens e de serviços.

Partiu de Lisboa em Março de 1530. (87).

Pondo-se em guerra com os indios, sahiu-se sempre victorioso, matando « infinidade de barbaría, e aos que ficacaram, obrigou a retirada do sitio por larga distancia, » sendo de grande auxilio os indios *Tobayaras*, que se pozeram da parte dos portuguezes. Tinham por chefe Tabyra, de quem diz o padre Simão de Vasconcellos ser « capitão de valor, esforço e arte: chegou a ser o terror e assombro de nossos inimigos, venceu batalhas, matou innumeraveis, e fez taes proezas em armas, que só com Tabyra sonhavam. » (88).

Foram os *Tobayaras* os primeiros que se pozeram da parte dos portuguezes, com Tabyra, seu chefe.

(86) *Chron*, liv. I, ns. 98 e 99.

(87) Idem, ns. 100 a 102.

(88) Os feitos d'este guerreiro indigena inspiraram ao famoso poeta Gonçalves Dias a bella poesia que tem por titulo o nome d'este chefe indio, e que vem impressa nos *Segundos Cantos*. Veja-se *Cantos*, pag. 237.

Não foi inferior a este no valor e potencia o grande Pyrajibá, ou braço de páo, que taes façanhas obrou, que mereceu o habito de Christo e tença (89).

Em 1551, governando ainda Thomé de Sousa, chegou a Olinda o padre Nobrega, tendo por companheiro o padre Antonio Peres, e sendo governador de Pernambuco Duarte Coelho, o moço.

Foram os padres bem recebidos d'este, e dos portuguezes, e com grande alegria dos indios, que desceram logo de suas aldêas a lhes dar as boas vindas, carregados de caça, legumes, beijús, farinhas (90).

Eram graves impedimentos ás doutrinas e prégações dos padres os amancebados com suas proprias indias e os possuidores de escravos.

« Era para elles o mesmo que a hora da morte ouvir fallar na liberdade dos indios ou na resolução da entrega dos christãos captivados a seu serviço d'elles. »

Não só os seculares, os proprios sacerdotes possuidores de escravos conceberam tal odio contra os padres da companhia, que pretenderam expulsal-os, infamal-os, ou acabal-os, se o podessem. Intrometteram-se n'isto e conciliaram as cousas, homens principaes do governo e desapaixonados.

Os indios de fóra pediam no emtanto aos padres que fossem ás suas aldêas. « Era a multidão grande, e os obreiros sómente dois; pouco industriados em sua lingua, e era impossivel acudir a todos. Escolheram um dos mais habeis que fossem cathequizados, e servissem de mestre aos outros. » (91).

(89) *Chron.* Liv. I, n. 103.
(90) Idem, n. 108.
(91) Idem, n. 111.

Diz o chronista que um dos chefes, indignado de não ser contado no numero dos *cem*, ia mettendo em cabeça aos simples indios que elle era da geração dos padres, que d'elles antigamente, e por certa via aprendêra a doutrina, e que morrendo, por mandado de Deus resuscitára para os ensinar. Que pois deixassem ir os padres que elle só bastava para o effeito. » Nobrega soube « desfez seus embustes com tão grande effeito, que foi desterrado por falso ; e esteve á ponto de ser morto ás mãos do povo. »

Voltou Nobrega á Bahia e deixou *em refens* o padre Antonio Peres, bemquisto dos indios e dos portuguezes.

Duarte Coelho lhe deu a ermida de Nossa Senhora da Graça, que edificára com intenção de trazer para ella religiosos de S. Agostinho : « edificada no proprio monte, onde *hoje* vemos o collegio da companhia. » Diz que a poder de braço, porque era homem de grande força, arrazou um grande terreiro, no qual por suas proprias mãos edificou casas de taipa, onde se agasalhou com recolhimento extremado.

Nobrega chegou á Bahia em Março de 1552. Chegou pela semana santa, e para que os interpretes ficassem livres de se occupar com as aldêas, « no dia-santo, pela manhã dizia missa na nossa igreja da cidade, depois d'ella, confessava e prégava até certas horas, e logo, a pé, com seu bordão na mão, ia á Villa-Velha dizer missa outra vez, prégar e confessar (92). »

N'esta necessidade de obreiros, chegou, segundo Vasconcellos em 1552, D. Pedro Fernandes Sardinha, primeiro bispo do Brasil com alguns sacerdotes, conegos e dignidades, para formar sua sé e igreja cathedral.

Sardinha estudou em Paris, sendo depois nomeado vi-

(92) *Chron.* Liv. I, n. 113.

gario geral da India e d'ahi bispo do Brasil. « Era dotado de grande zelo do serviço de Deus, e n'elle tinham posto os olhos e esperanças os moradores de sua diocese. Quiz ajudar-se dos trabalhos dos padres para desempenho de suas obrigações pastoraes. Com beneplacito de Nobrega deu provisão ao padre Antonio Peres para que visitasse aquella diocese de Pernambuco. « Este fez o officio com grande prudencia, dando remedio a muitos negocios, que parecia impossivel acabarem-se em tempos tão licenciosos. » Voltou á Bahia para dar conta ao prelado da sua commissão.

N'este meio tempo accendeu-se quasi de repente uma como peste terrivel de tosse e catarrho mortal em certas casas de indios já baptizados, mas dados ainda com publico escandalo á seus antigos vicios; « porque sómente elles morriam com todos os seus filhos e familias, não tocando a peste nos bons e tementes a Deus. » Os indios acreditam que a peste vinha dos padres, resultado da agua do baptismo, pelo que os evitavam, « e o mesmo era vel-os em um caminho, que voltarem por outro (93). »

« Chegaram a usar do ultimo remedio, que quando ouviam que haviam de vir por um caminho, ajuntava-se toda a communidade e n'elle queimavam pimenta e sal, como para retel-os e esconjural-os não fossem por diante, segundo costumavam fazer por sitios antiguos de suas gentilidades, quando queriam afugentar máos prodigios, pestes ou animaes nocivos. »

Os padres corriam ás casas dos doentes, curavam com agua bruta; e se algum acertava de escapar, era isso attribuido áquella santa agua. Um menino em artigo de morte,

(93) *Chron.*, liv. 1, n. 115.

foi baptizado, e logo tornou a si ; viveu, e foi isto o que, segundo Vasconcellos, acabou de desenganar aquella gente.

Um sacerdote, que se suppõe tor sido o padre Navarro, corria as aldêas desciplinando-se até ao sangue, prégando aos indios que a peste era castigo do céo, por elles comerem carne humana, « ao que elles prometteram emenda, e assim foi. »

O seminario dos indios e mestiços era governado pelo padre Salvador Rodrigues.

Sahiam estes em procissão pela cidade todos juntos, cantando ladainhas e orações. Os portuguezes conhecendo as vantagens d'esta instituição aggregavam-lhes tambem os seus filhos e os das aldêas, de cruz levantada, cantando orações na lingua da terra « com summo gosto e alegria dos pais, que de nenhuma cousa mais se prezavam.

Nenhuma outra satisfaz tanto a esta gente como a doçura do canto, n'ella põem a felicidade humana. Chegou a ser opinião de Nobrega, que era um dos meios com que podia converter-se a gentilidade do Brasil, a doce harmonia do canto ; e por esta causa ordenou-se-lhe pozessem em solfa as orações e documentos mais necessarios á nossa fé ; por que á volta da suavidade do canto entrasse em suas almas a intelligencia das cousas do céo. » (94)

« Nas aldêas rezavam os meninos sobre os doentes, com fé de que se curariam. »

« Chegou a ser demasiada a opinião que se tinha acerca d'estes meninos entre os indios ; por que os respeitavam como a cousa sagrada, nenhum ousava obrar cousa alguma contra a sua vontade, criam no que diziam, e cuidavam que n'elles estava posta alguma divindade, e até os caminhos enramavam, por onde haviam de passar. »

(94) *Chron.*, liv. I, n. 118.

Fundaram os portuguezes outros seminarios em diversas povoações, assignando-lhes renda para seu sustento. Foi esta em parte a maneira de converter os indigenas, e oxalá a seguissem sempre e com animo deliberado! (95)

N'este tempo, por ordem da côrte, aprestava o governador uma missão ao centro do Brasil, distante duzentas leguas ao sul da Bahia em busca de certas minas; Navarro pede para acompanhar a expedição a titulo de capellão, e o governador lhe faz igual requerimento para o serviço d'El-rei, e veiu assim por diante do seu intento.

Não se descobriram os haveres, lutando a expedição com as difficuldades d'aquellas primeiras entradas, sem caminhos, e quasi sem rumo.

« Eram aquelles sertões, ainda virgens, intrataveis a pés de portuguezes, difficultosissimos de penetrar, sendo necessario abrir caminho á força de braços, atravessar innumeras alagoas e rios, caminhar sempre a pé, e pela mór parte sempre descalços, os montes fragosissimos, as mattas espessimas, que chegavam a impedir-lhes o dia! Entre todos estes trabalhos muitos desfalleciam, e muitos acabavam a vida.... »

Trouxe comsigo o padre grande quantidade de almas, e veiu sahir em Porto Seguro, onde as assentou em aldêa. Debilitado pelos achaques e pela viagem, alli se ficou com elles o padre Navarro, até que no anno seguinte (1553) se avistou com Nobrega.

Nicoláu Orlandini na *Chronica da Companhia*, Livro 13, n. 71, e Balthasar Telles no Tom. 1, livro 3.°, capitulo 9, fallam d'esta missão, sem lhe pôr data.

Vasconcellos a suppõe em 1552, por que sabe com certeza do encontro dos dois padres em principios de 1553.

A 2 de Dezembro de 1552 falleceu o maior dos missio-

(95) *Chron.*, liv. 1, n. 119.

narios, o padre S. Francisco Xavier, que foi depois canonisado.

Entramos em 1553. Logo em Janeiro partiu Nobrega da Bahia, na companhia de Thomé de Sousa, que ia visitar a costa do sul. Levou comsigo o padre Francisco Pires, e quatro orphãos de Portugal, que viviam da doutrina dos padres, no intuito de visitar as missões de S. Vicente. Foi percorrendo as capitanias (96).

Nos Ilhéos impôz com o exemplo e prégações.

Em Porto-Seguro encontrou o padre Navarro, que tinha edificado aquelle povo. Pediam com instancia os padres, e o governador logo lhes destinou lugar para casa e igreja.

Na do Espirito-Santo achou casa e seminario, presedidos pelo padre Affonso Braz, com boa criação d'aquellas tenras plantas, e ajuda dos indios, e portuguezes.

Avistaram a barra do Rio, onde não entraram por constar que a gente estava de guerra e não admittia commercio com os portuguezes. D'ahi em diante para o sul soffreram máos tempos,e o navio de Nobrega foi ao fundo: « diz o chronista, que o padre não sabia nadar e que boiava em cima das aguas » os indios o salvaram e o pozeram n'um ilhote, que alli faz o oceano, d'onde o vieram buscar, e o levaram com muita festa a S. Vicente, » onde houve *Te-Deum*, etc.

Todavia diz elle que João Ramalho, homem rico da terra, acompanhado de seus filhos, que eram muitos e de má casta, mamelucos, illigitimos e desalmados, *com arcos, frechas e gritarias, fazendo gente*, desenquietava a villa contra os padres, espalhando de alguns d'elles crimes pessimos, etc.(97)

(96) *Chron.* liv. I, n. 126.
(97) Idem, n. 124.

Não me parece que elle se atrevesse a isso na presença do governador, nem o chronista diz que parte tomou elle no negocio, sendo tão amigo dos padres, e pelo menos tão cheio da sua autoridade como quem estivéra na India !

Vasconcellos diz que se tomaram testemunhos e que sahiram culpados os accusadores, como homens de tão má vida que eram.

Accrescenta porém, que entre os padres se admittiram mestiços, e dos que se aproveitassem, passariam para a companhia, ou quando menos serviriam de linguas.

Entre estes se achou um culpado, não diz de que crime. Nobrega o condemnou «a ser enterrado vivo» confessou-o, commungou, dobraram os sinos, celebrou-se o officio de defuntos,o padre Manoel de Paiva disse missa de corpo presente, amortalhado o pobre diabo, etc. Deitam-n'o na cova, lançam-lhe um pouco de terra, e n'este passo os padres se ajoelham, intervem, e Nobrega o despede da companhia !....

« D'alli em diante se abstiveram de receber semelhante gente,» o que me não parece exacto, se se confronta o numero dos padres vindos do reino com o que, segundo as *Cartas Annuaes* existiam nos collegios do Brasil.

Vendo Nobrega que aqui pouco fructo colhia pelo desmando em que todos viviam, e sedento do serviço dos indios, determinou-se a entrar pelo sertão, levando o irmão *Antonio Podrigues*, ha pouco noviço, que tinha *sido soldado nas* partes *do Paraguay*, mui versado nos costumes dos *Carijós*, entre os quaes vivêra muitos annos (98).

Com este e alguns cathecumenos dos indios de Piratininga, entrou pelo sertão, cousa de quarenta leguas, até

(98) Chron. liv. I, n. 130.

as aldêas de *Japyuba* e *Maniçoba*, onde fizéra uma pequena igreja, dando tambem principio a uma residencia «que continuou alguns annos com muito fructo d'aquellas almas, principalmente de innocentes e baptizados *in extremis.*»

Diz mais o autor que a fama de Nobrega era mui conhecida pelos sertões do Paraguay, e que o chamavam *Barcacluê* (o homem santo), que se abalaram grandes levas de *Carijós* (que eram os taes *Paraguayos*) a virem ás aldêas já ditas, por ser mais perto, visto que *tantas vezes já os tinham debalde convidado os padres.*

O diabo se metteu no meio de pura inveja. Os *Tupis* seus contrarios, os esperam no caminho, os matam e roubam. Elles disseram, que os matassem e comessem, pois que elles sempre se haviam de salvar!

Diz Vasconcellos que com estes *Carijós* vieram alguns castelhanos, os quaes ao tempo do combate se metteram fugidos pelos matos, e foram alguns ter á aldêa de Maniçoba, onde os acolheu o padre Antonio Peres, outros cahiram no poder dos inimigos, que os estavam cevando. A estes indios mandou o padre Nobrega por seu embaixador a *Paranaitú* o irmão Pedro Corrêa, e os indios os entregaram logo (99).

Nobrega instituiu aqui a confraria do *Menino Jesus*, como já estabelecêra outra na Bahia, e achára outra no Espirito-Santo. Por *virtude* de bullas pontificias, que para isso *houvera*, aggregando a ellas os quatro orphãos portuguezes que trouxéra, e dos quaes pretendia fazer dignos obreiros da vinha do Senhor, e juntamente os meninos indios que o padre Leonardo Nunes havia congregado,—uns aprendiam a lingua, outros portuguez, etc. (100)

(99) *Chron.* liv. 1, n, 132.
(100) idem, n. 133.

O padre Leonardo Nunes é mandado a Bahia para trazer mais padres (101.) A' 13 de Julho de 1553 chegáram de soccorro sete sujeitos, sendo superior de todos o padre Luiz da Gram, o que fôra do collegio de Coimbra. Eram d'estes, sacerdotes, o padre Braz Lourenço, Ambrosio Peres e quatro irmãos, João Gonçalves, Antonio Blasques, castelhano, Gregorio Serrão e Joseph Anchieta(102).

Partidos de Lisboa a 8 de Maio com D. Duarte da Costa, filho de Alvaro da Costa, que fôra embaixador do D. Manoel a Carlos V. E' questão quando chegou Duarte da Costa.

Mariz, no *Dialogo* 5, cap. 2, diz que foi em 1552. No livro de *Assentos* do collegio da Bahia, onde se escreveu por ordem chronologica e data por data os que chegavam, tambem se diz que este soccorro foi do anno de 1552, mas os *Apontamentos* de Anchieta, aos quaes seguem Orlandini, liv. 13, pag. 68. Paternina, pag. 23 e 43, Balthazar Telles, liv. 5, cap. 6, dão o embarque a 8 de Maio, e chegada a 13 de Julho de 1553.

Nos registros da fazenda da Bahia consta, que Duarte da Costa foi provido a 1 de Março de 1553; e cahem assim por terra, quanto a mim, as razões dos que dizem que veiu em 1552, e que Thomé de Sousa governou sete annos.

(101) *Chron*, liv. 1, n. 134.

(102) Diz a *Synopsis* do padre Franco, que em 1553 veiu o padre Luiz da Gram, reitor que tinha sido do collegio de Coimbra, com os padres Braz Lourenço e Ambrosio Peres. Este, eloquente na lingua brasilica, mas menos humilde do que convinha a um padre, abandonou a sociedade illudido nas suas esperanças de voltar a Portugal, morreu em extrema miseria. Foram além d'aquelles Gregorio Serrão, João Gonçalves, Antonio Blasques, castelhano, e J. d'Anchieta Partiram a 8 de Maio, chegaram á Bahia no dia 13 de Julho, como acima extracto da *Chronica*.

Foram recebidos de dois irmãos, e um sacerdote o padre Salvador Rodrigues e os irmãos Vicente Rodrigues e Domingos Pecorela, assim chamado por sua extrema candura, que eram sós os que havia então na Bahia (103.)

Um mez depois morreu na casa da Bahia o padre Salvador Rodrigues, a quem Nobrega disséra partindo : «Nosso reverendo, não morra em quanto eu não torno ! » O padre Luiz da Gram com poderes de collateral do provincial «absolveu aquella alma retida em laços de obediencia só imaginados.»

Foram mandados a Porto-Seguro os padres Ambrosio Peres e Gregorio Serrão, em lugar de Navarro, ainda debilitados da sua viagem ao sertão.

Milagres de Navarro. Reinando contendas e odios entre aquelles moradores (os de Porto Seguro) vem um incendio que tudo devora. Em outro lugar licencioso em vicios, ha outro incendio. Se não são provados os milagres, é provado o contraste que tinham estas povoações em seu começo, e como entre quatro palhoças ardia a luta e folgavam os vicios dos antigos e grandes povoados !

Porto Seguro foi dado a Pedro de Campos Tourinho, homem nobre, natural de Vianna de Lima, e segundo outros da villa do Conde. Vendeu a sua fazenda, embarcou com mulher e filhos e familias conhecidas, veiu ao lugar onde aportára Cabral, fundou as villas de Santa Cruz e Santo Amaro, e teve guerra com os *Tupinaquis* (104).

Por morte de Tourinho, herdou o capitania sua filha D. Leonor de Campos, que a vendeu a D. João de Alencastre, duque de Aveiro, por cem mil réis de juro. O duque mandava todos os annos gente e mercadorias, e chegou a ter

(103) *Chron.* liv. 1, n. 137.
(104 Idem n. 142.

cete engenhos. Do norte toca nos Ilhéos por meio do Rio Grande, do sul com a do Espirito Santo pelo rio *Maruhy*.

O padre Leonardo Nunes demorou-se na Bahia até 8 de Novembro, e n'esse tempo voltou d'alli para S. Vicente com Vicente Rodrigues, já então sacerdote, e mais quatro irmãos, entre elles Anchieta.

Foi tormentosa a viagem : o navio de Anchieta perdeu batel, mastros, velas, etc., sahiram a salvamento á praia com as cousas sagradas, e o navio, bem que destroçado, sempre pôde entrar no porto das Caravellas. Padecem fome na praia.

Concertado o navio, foram ao Espirito Santo, onde depois de alguma refeição, embarcaram o padre Affonso Braz, deixando em seu lugar o padre Braz Lourenço, e chegam a S. Vicente a 24 de Dezembro de 1553.

Nobrega até então havia governado como provincial subordinado á provincia de Portugal (105).

Loyola, attendendo as grandes distancias e outros inconvenientes, faz do Brasil provincia e nomeia para ella Nobrega, com jurisdicção independente de Portugal, e por seu collateral o padre Luiz da Gram, ordenando-lhes que escolhessem alguns de mais experiencia por consultores, com voto sómente consultivo, e que os dois provinciaes, Nobrega e Gram fizessem profissão solemne dos quatro votos, *nas mãos de qualquer ordinario d'estas partes*.

Feito provincial, a primeira cousa em que intentou o padre Nobrega foi a creação d'um collegio nos campos de Piratininga, para onde já tinha feito mudar alguns indios principaes com suas aldêas, deixando o lugar dos antigos por duas razões :

(105) *Chron*, liv. I, n. 147.

1.ª porque n'aquelle lugar podiam mais commodamente acudir, não só as aldêas dos indios que já alli moravam, senão a outras muitas, que estavam por aquelle sertão. Havia já então muitos e bons linguas.

2.ª porque no lugar, onde estavam, eram muitos, e tinham á sua conta para sustentar grande numero de meninos do seminario, assim brancos, como filhos de indios, « e a terra estava muito pobre, e as esmolas não podiam abranger a tantos.

3.ª porque sendo o Brasil provincia de per si, era necessario haver estudos e criar sujeitos em tal numero, que acudissem a tão diversas partes.

Deixados na villa os que pareceram necessarios para os ministerios dos portuguezes, foram mandados treze ou quatorze sujeitos (padres e irmãos) logo no principio de Janeiro de 1554 fundar o collegio de Piratininga sob a obediencia do padre Manoel de Paiva.

Estes campos, onde se fundou o maior collegio da provincia, « bem merece o nome de *elysios.* » De toda a abundancia de cousas necessarias pera uso da vida humana tão capazes, e ainda pera recreação e diligencia, aquem a procurar. Reveste-se de flôres, de cravos, de rosas, açucenas, lyrios ; é fertil de uvas, maçãs, pecegos, nozes, ginjas, figos, marmellos, amóras, melões, *balancias* e quasi todas as fructas da Europa (106).»

« De searas de trigo, grandes vinhas, abundancia de gados, cavallos, carneiros, cabras, porcos mansos, montezes e aquarios (capiváras).»

« Caça infinita de animaes, aves, gallinhas, perús, perdizes, rolas: seria longo contar só as especies de todas estas

(106) *Chron.* liv. I, n. 149.

consas. » Distam como dez leguas do mar, doze ou treze de S. Vicente: fica-se como na segunda região do ar, depois de atravessada aquella notavel serrania, que sempre vai subindo, accumulando montes sobre montes.

« Aspero de subir, o caminho mais facil que acharam os moradores da outra parte do sertão de Piratininga para o mar (chamam-lhe os indios a este caminho Paraná piacaba) com ser parte escolhida, e o caminho feito por arte, é elle tal, que põe assombro aos que hão de descer ou subir. »

« O mais do espaço não é caminhar, é trepar de pés e mãos, aferrados ás raizes das arvores, e por entre quebradas taes, e taes despenhadeiros, que confesso de mim que a primeira vez que passei por aqui me tremeram as carnes; olhando pera baixo. »

« A profundura dos valles é espantosa, a diversidade dos montes uns sobre outros, parece tira a esperança de chegar ao fim; quando cuidaes que chegaes ao cume d'um, achae-vos ao pé de outro não menor.

A subida compensa, « olhando de cima, parecia-me que via todo o globo da terra posto debaixo de meus pés, e com notavel formosura pela variedade de vistas do mar, da terra, dos campos, dos bosques e serranias, tudo vario e sobremaneira aprazivel. » A serrania é sempre a mesma, posto que aqui se chame *Paraná-Piacá-Miri*, e logo adiante *Cabarú Parangaba*.

« E finalmente vai subindo sempre, até chegar ao raso dos campos e á segunda região do ar, onde corre tão delgado, que parece se não podem fartar os que de novo vão a ella. A grande copia de lagôas, fontes e rios, a formosura dos bosques, brutescos e arvoredos, a diversidade de ervas e flôres, a variedade de animaes terrenos e voadores, as apparencias admiraveis de compostura da penedia posta

em ordem desigual ; a riqueza dos mineraes de ferro, cobre, chumbo e ainda ouro, prata e pedraria, etc. »

Primeira missa.—Nome á provincia de S. Paulo e a sua capital.

Ita aé cerá (parece que é estrondo de pedra, conforme se traduz), foi aqui, no mais patente d'estes campos, junto a um rio e perto da vivenda dos indios, que escolheram os padres sitio para seu collegio. Disseram missa a 25 de Janeiro, dia da conversão do apostolo S. Paulo, de cujo nome denominou o sitio, estendendo-se depois á villa e ao territorio todo.

Vasconcellos cita José de Anchieta ácerca de seu viver na terra, n'aquelle tempo.

« Aqui se fez uma cazinha de palha, com uma esteira de cannas por porta, tendo quatorze passos de comprido e doze de largo, alli moraram algum tempo bem apertados os irmãos; mas este aperto era ajuda contra o frio, que n'aquella terra é grande com muitas geadas. As camas eram redes que os indios costumam : os cobertores o fogo, pera o qual os irmãos commummente, acabada a lição da tarde, iam por lenha ao mato e a traziam ás costas pera passarem a noite. O vestido era muito pouco, pobre, e de panno d'algodão, sem calças nem sapatos. Pera meza usaram algum tempo de folhas largas de arvores, em lugar de guardanapos; mas bem se escusavam toalhas, onde faltava o comer, o qual não tinham d'onde lhes viesse, senão dos indios, que lhes davam alguma esmola de farinha, e as vezes, mas raras, alguns peixinhos do rio e caça do mato » (107).

(107) *Chron.* liv. I, n. 153.

Muito tempo passaram grande fome e frio, e com tudo proseguiam seu estudo com fervor, lendo ás vezes a lição fóra, ao frio, com o qual se haviam melhor que com o fumo dentro de casa. (*Carta annua* do padre José de Anchieta).

Aqui se abriu a segunda classe de grammatica latina, que teve o Brasil, lecionada pelo padre José de Anchieta, no que tem grande trabalho, por falta de horas. Anchieta escrevia as apostilhas, uma para cada discipulo, e n'isto passava as noites, porque os dias tinha-os occupados nas obrigações do seu officio, e assim amanhecia escrevendo. Tornou-se mestre da lingua geral ou *tupi*, reduziu-a a regras grammaticaes, e d'ella se fazia uso nos collegios da provincia (108).

Compôz um vocabulario, traduziu a doutrina e mysterios da fé, tratados, interrogatorios, e avisos necessarios para os que houvessem de confessar e instruir. Aprendeu a fazer alparcatas de cardos bravos, e inventava artes e modo que podesse ser de alivio a seus irmãos n'aquelle desterro do mundo, e até sangrava.

Fizeram igrejas de taipa á mão, cobertas de palha.

Dos indios que primeiro se aggregaram aos padres foram os principaes. Martim Affonso *Tebireçá* e João *Cai Uby*; senhor de *Jaraibatigba*, já muito velho, o qual deixando no sertão parentes, casas e roças, veiu viver junto aos padres, em uma pequena choupana. D'aqui partiu com grande trabalho, pela velhice, ao seu lugar em busca de mantimento, dizia o dia da volta, e em dia certo se apresentava aos padres a dar razão de si, e n'esta boa fé cathequisado, doutrinado e baptizado, morreu cheio de dias.

Vieram tambem os filhos dos indios creados no seminario de S. Vicente, que já sabiam ler e escrever, e can-

(108) *Chron.* liv. I, n. 154.

tar muitos d'elles, continuaram na eschola ajudando os officios, cantando com instrumentos musicos, que era o maior gosto e incitamento que podia haver para os pais. Eram estes os mestres dos outros. No fim da lição, cantavam na igreja a ladainha, á tarde a Salve-Rainha com outras pias orações : os pais se emendavam, com isto, dos seus grandes vicios, mulheres e vinhos. «N'estes vicios a nenhum tinham mais contrarios que seus proprios filhos ; porque estes com zelo já christão vigiavam os pais, e os accusavam aos padres, e ajudavam a lhes quebrar as talhas de vinho em suas bebedices.»

« Começou a apoderar-se dos indios uma peste de pryorizes, que matavam em tres ou quatro dias. Persuadiam-se elles que a morte lhes vinha dos padres, que não morriam assim em seus sertões(109).»

Fizeram-se por isso novenas de procissões, com côro de anjos, os meninos com cruzes ás costas, desciplinando-se muitos d'elles até derramarem sangue. « Parecendo-lhes que o mal era força de sangue, Anchieta com um canivete os sangrava, e raro foi o que depois morreu.» Diz-se que a doença a dava o diabo, e a saude os padres.»

« Este meio de caridade que com esta gente usamos em suas enfermidades é uma das razões mais forçosas, que abrandam a sua natural fereza.»

Odios. Os Ramalhos suscitam novos rancores aos moradores pela falta de indios. « Aos proprios indios persuadiam com argumento de mór força que póde haver entre esta gente, e era lançar-lhes em rosto o que se acolhiam á igreja por covardes, e por não prestarem pera a guerra contra os seus inimigos.» Na aldêa de Maniçoba amotinam tudo, os persuadem que larguem os padres, ho-

(109) *Chron.* liv. I, n. 162.

mens estrangeiros e degradados por serem gente vadia; e que maior honra lhes seria sujeitarem-se a homens destros em arcos e frechas, como elles, que a uns estranhos covardes.

« Enganados da eloquencia dos mamelucos, em cujo corpo parece que fallava o diabo, assim se foram embravecendo e amotinando, que os padres tiveram por então de largar a aldêa.»

N'isto pozeram-se os indios em guerra, talvez atiçada pelos mesmos mamelucos. «Vieram aquelles a pelejar com os de Piratininga. São afugentados, com morte de dois dos nossos. Voltaram á noite, desenterraram os cadaveres, julgando dos contrarios, e com maravilha acham os proprios seus.

Esta volta e desenterro não está nos costumes dos indios e devem se ter a conta do chronista.

Em 1554, o padre Leonardo Nunes, primeiro companheiro de Nobrega e fundador no espiritual da capitania de S. Vicente, é nomeado para ir a Roma levar ao geral noticias da provincia. Partiu em Junho.

Era ainda Loyola geral da companhia. Morreu este padre no naufragio do navio em que ia. Bem mereceram os costumes com a sua vida em S. Vicente.

Ao mesmo tempo chegam do sertão a nova das mortes de dois outros, de Pedro Corrêa e de João de Sousa, recebidos ambos pelo padre Leonardo.

« Contava-se de uma nação de gente que habitava além dos *Carijós*, aos quaes chamavam *Higberayàras* e os portuguezes *Bilreiros*, dotada de bons costumes, d'uma só mulher; de não comerem carne humana, de sujeição a uma só cabeça, e que não eram amigos de matar.» Pareciam proprios da doutrina de Christo. Este primeiro motivo foi a conversão á fé.

Segundo motivo. Naufragio dos hespanhoes que indo para o Rio da Prata, naufragaram no porto dos *Patos*. D'alli os trouxe o padre Leonardo com suas familias a S. Vicente.» Com medo dos *Tupis*, que lhes ficavam entre-meio, pediram a Nobrega mandasse applacar estes barbaros pelo irmão Pedro Corrêa (110).

Terceiro. Para acabar as guerras entre os *Tupis* e *Carijós*, com as quaes se lhes não poderia prégar e doutrinar.

Partiu Pedro Corrêa a 24 de Agosto de 1554, acompanhado de dois outros irmãos, João de Sousa e Fabiano (111).

Chegou ao porto principal dos *Tupis*, que depois se chamou *Cananéa*, prometteram pazes aos hespanhoes, fazer igreja, e entregaram os prisioneiros que tinham, entre estes um castelhano mal ferido, com o qual ficou o irmão Fabiano para o curar e tratar.

Passa aos *Carijós*, consegue pazes com os *Tupis*. D'aqui vendo ser impossivel paz com os *Bilreiros*, postos a salvo os hespanhóes, vinha voltando para dar aos *Carijós* noticia das pazes que conseguira.

No caminho lhe tramaram a morte, e a causa foi um castelhano que o padre Manoel de Chaves tinha livrado da corda dos *Tupis*, cedendo a elles a india sua manceba. Dizem outros, que este castelhano era o mesmo que Pedro Corrêa livrára agora dos *Tupis*. Assim o affirma Orlandini (112). Este votou odio á companhia.

Mette em cabeça aos indios, que os dois irmãos vinham por espias da guerra dos *Tupis*. Battem estes os pés e os

(110) *Chron.* liv. 1, n. 172.
(111) Idem, n. 174.
(112) *Orlandini*, livro 14, 125.

arcos, acomettem os padres. Primeiro cahe João de Sousa. Depois o irmão Pedro Corrêa a lhes prégar e bradar, até cahir ferido, ficando de joelhos até que o acabaram.

Este irmão gastou muitos annos da sua vida, acommodando-se ao modo de viver do lugar, salteando e captivando indios por mar e por terra, de que enriquecia a sua casa, não lhe parecendo que fazia n'isso damno áquellas creaturas, antes serviço a Deus.»

Chegando porém o padre Leonardo Nunes á capitania de S. Vicente em 1554, e ouvindo Pedro Corrêa a sua doutrina, deliberou deixar o officio e o mundo, consagrando-se todo aos indios no espaço de cinco annos, que lhe restou da vida.

Prégou aos *Tamoyos*, aos *Tupis*, *Tupinaquis*, *Carijós*, sendo homem de muita eloquencia na lingua. Aprendia latim com Anchieta.

O irmão João de Sousa foi dos primeiros povoadores de S. Vicente, e dos primeiros que o padre Nobrega recebeu na companhia. Era da casa de Thomé de Sousa. Ainda no seculo, vivia como em religião : jejuava ás quartas, sextas e sabbados. Não consentia, onde quer que estava, cousa que parecesse offensa a Deus, e por esta causa padeceu alguns desprezos e vituperios. Folgava de servir na cozinha e mais officios baixos.

D'estes dois escrevem.

Orlandini, livro 14, desde n. 118.

Maffeo, livro 16, das cousas da india.

Padre Pedro Jarich, T. 2, *Thesouro Indico*. livro 1, cap. 24.

Padre Pedro de Ribadeneira, *Vida de S. Ignacio*, livro 4 cap. 12.

Padre Spinola, *Vida da Virgem*, cap. 20.

Catalogo dos Martyres da Companhia.

Euzebio de Mieremberg. *Varões Illustres da Comp.ª* T. 2.

Na casa do Espirito-Santo continuava o padre Braz Lourenço e fez alli a devota confraria da Caridade. Os que n'ella entravam, eram obrigados a procurar com todas as forças desarreigar os dois vicios mais communs na terra, juramentos e murmurações. Se o fazia, ou não tolhia, podendo, pagava multa para ajuda de casar uma orphã.

« Não teve nunca padre companheiro, nem ainda sacerdote de fóra, que o alliviasse nas obrigações exteriores do povo, ou nas interiores de sua consciencia.» As mulheres, com notavel fama de honestidade, por todo o Brasil, já confessando-se todos os oito ou quinze dias.

« Ainda no mesmo anno falleceu no collegio da Bahia, aquelle irmão simplicissimo, chamado Domingos Pecorela, do qual se não sabe se era mais simples ou se mais obediente.» Cinco annos serviu este servo fiel a companhia, e em todos elles se teve sempre por um escravo comprado por dinheiro para o serviço da casa, sem mais querer, nem mais pretender que o de um escravo leal.»

« O jumentinho, de que tinha cuidado, ia com elle a todas as partes as que era preciso para sustento da casa.» Irmão Domingos, ide á lenha para a cozinha.» Sem mais demora, a pé, descalço, sem barrete ou sombreiro, roupeta a meia perna, lá ia ao mato com o seu jumentinho, e logo á fonte, e logo para o que era mais preciso ! »

« Quando faltava o comer, orneava o seu jumento, ia ás aldêas, entrava com os indios, que muito o estimavam, e voltava carregado com o mais precioso de seus haveres, caça, carás, inhames, farinha, bananas, batatas. Acudia ao jumentinho, como a irmão ; tomava-lhe a carga, quando vinha carregado de mais, assim o alliviava (113).»

(113) *Chron.* liv. I, n. 189.

« Puro, pobre, manso,douto,devoto, mortificado, soffredor de trabalhos e de grande zelo. »

Perito na lingua, fazia grande fructo aos indios com aquelle seu modo chão e simples, de que elles gostavam. Foi dos primeiros que recebeu o padre Nobrega, na Bahia.

Morte de João de Sousa.

Adoeceu de pedra, perdeu os sentidos antes que lhe faltasse a paciencia, expirou a 24 de Dezembro de 1554. *Veniunt indocti et rapiunt regnum cœlorum*, escreveu S. Agostinho, citado por Simão de Vasconcellos (114).

N'este anno tinha a provincia vinte seis sujeitos da companhia : quatro na Bahia, dois em Porto-Seguro, dois em Espirito-Santo, cinco em S. Vicente e treze em Piratininga.

No fim d'este anno partiu o padre Luiz da Gram da Bahia, a ver-se pela primeira vez com Nobrega em S. Vicente (115).

Morte do padre Navarro.

Em 1555, parece que logo ao entrar do anno expirou o padre Navarro, do excesso das suas fadigas n'aquella viagem do sertão. Entrou para a companhia em 1544. Jaz sepultado na igreja velha do collegio da Bahia.

Nobrega porém não tinha pouco que fazer com os seus indios de Piratininga. No começo do anno apanharam um contrario, *Tapuya* e fugiram para fazer as suas festas na aldêa distante de *Jaraibatigba*. Foram e os comeram aos prisioneiros, mas na volta lhes deu Nobrega penitencia, que não entrassem na igreja. Para se reconciliarem sahi-

(114) *Chron.* liv. I. n. 191.
(115) Idem, n. 193.

ram pelas ruas, açoitando-se uns aos outros, e os filhos em procissão cantando ladainha e *miserere*.

Não se tinham passado muitos dias, quando indo á guerra, apanharam um *Goyaná* de tão boas carnes, que isso lhes aguçou o apetite. O principal—Martim Affonso de Mello preparou e presidiu ás solemnidades, « arrebatados todos do deleite da vingança ou da honra que cuidam ganhar. » Nobrega os reprehende sem fructo.

Alguns religiosos mais resolutos « rompem as cordas, quebram os vasos e panellas, afugentam as velhas e tomam a propria massa do sacrificio, que é entre elles o maior aggravo. »

O principal gritou, assobiou, bateu o arco e o pé, appellidou as suas gentes.

Mais mansos, porém anojados, porque lhes tinha escapado o *Goyaná*, se foram metter em suas casas. A mulher e a sogra do principal, indias já baptizadas, o convenceu do mal que fizéra, e se vieram lançar aos pés dos padres.

A 15 de Maio de 1555, chegou o padre Luiz da Gram a S. Vicente.

Ha n'este passo da *Chronica* uma repetição de castelhanos do Rio da Prata, que pediam ir para suas terras (trazidos pelo padre Leonardo Nunes, segunda vez ?), missão e embaixada dos indios de Paraguay, que era o seu principal—já christão—Antonio de Leiva ; mas tudo isto me parece repetição,—e como não teve effeito a tal jornada, basta só lembral-o.

Diz tambem o padre S. de Vasconcellos, que o padre Luiz da Gram, como era homem de muitos espiritos, tentou logo uma entrada pelo sertão em companhia do padre Manoel de Chaves, que era grande lingua : que fôra mal recebido, por estarem os naturaes de guerra. Voltando de-

pois fôra melhor recebido em outra aldêa, que estava de paz, que fizéra igreja, etc.; mas como não consta senão o que diz Vasconcellos, que parece ter tido em vista dizer alguma cousa ácerca dos feitos de Luiz da Gram, passaremos tambem por alto estes successos.

O que é positivo é que os dois provinciaes acharam conveniente formar em perfeito collegio o que já estava principiado em Piratininga. Estavam alli no coração da gentilidade do Brasil; podiam acudir-lhes mais de prompto, a terra mais farta. Succedeu isto em Janeiro de 1556. O primeiro collegio formado que teve o Brasil, já n'este tempo, acabadas as casas e igreja de taipa de pilão com não pouco amor dos estudantes que traziam ás costas cestos de terra e potes d'agua, no intervallo das lições, O padre Affonso Braz era o mestre assim das obras de taipa como das de carpintarias. Acommodaram-se mais as classes, e passou para o collegio os bens de raiz que possuia a casa de S. Vicente.

Luiz da Gram fica em S. Vicente e o padre Nobrega volta á Bahia. Isto succede em 1556. No Espirito-Santo continuava o padre Braz Lourenço. No Rio estavam de guerra os *Temiminós* e *Tamoyos*, que se destruiam e comiam. Conseguiu o padre que o governador Vasco Fernandes Coutinho offerecesse gasalhado ao principal dos *Temiminós* que estava de peior partido. Chamava-se *Maracayaguaçù* (grande gato). Estes indios, que já de nome conheciam os padres, acolheram-se á sua sombra, mandando constantemente embarcações para o transporte d'ellos, e vieram assim todos. Formou-se uma populosa aldêa (116).

« *Maracayaguaçù*, além de perfeito christão, era homem

(116) *Chron.* liv. I, n. 203.

muito prudente em cousas de paz, e em seu trato pouco differente de qualquer bem governado portuguez »

A' fama d'estes, desceram dos sertões, grandes levas de gente, e entre elles o afamado *Pira-obyg* (peixe verde) com grandes aldêas (117).

De Porto-Seguro desceram tambem muitos da nação dos *Tupinaquís*, e « fizeram todos grossas povoações. » E foram de grande adjutorio estas aldêas na conquista que depois intentamos na enseada do Rio de Janeiro, indo a ella em companhia do governador Mem de Sá e de seu sobrinho Estacio de Sá.

Indignados contra as tyrannias, vexames e soberba dos portuguezes, os indios se rebellam. Os *Tupinambás*, numerosos, valentes e aguerridos, confederam-se com os *Tapuyas* do sertão. Une-os a vingança, o estimulo da honra, o amor das guerras. Roubam os caminhos, atacam as fazendas, assolam tudo : soffrem os moradores e, por mais expostos, os indios dos padres, os da cidade cansados das guerras passadas, menos guerreiros pelo ouro, mais ociosos e amigos do bem-estar pelo clima, querem paz, bradam e instam por ella ao governador, ainda em condições desiguaes.

D. Duarte era homem de grande animo, resiste, atacam de longe porque as armas tem mais alcance que as frechas. O capitão Alvaro da Costa, seu filho, muito contribuiu para a felicidade das armas do pai.

Com os tiros não perdiam gente, sahiam sempre vencedores, conservavam o mesmo respeito; mas a guerra tinha detença, porque os inimigos eram sem numero. Usou de manha, fingiu de tratar pazes com os *Tupinambas*, e d'ahi os *Tapuyas* não se fiando d'aquelles, com os quaes anda-

(117) *Chron.* liv. I. n. 205.

ram sempre em guerra, temem traição e retiram-se Os *Tupinambás* vendo-se fracos tratam então de paz (118).

Os que a não pediram foram vencidos, parte mortos, parte captivos, e *eram estes muitos milhares*. Assentou a terra em Maio de 1556.

N'este comenos chega á Bahia o padre Nobrega, levando por companheiros o padre Francisco Peres, e os irmãos Antonio Rodrigues, Antonio de Sousa e Fabiano de *Lucena*. Pediu e conseguiu do animo pio do governador que reduzisse á aldêas os indios novamente captivos, que já eram christãos, ou o quizessem ser.

Fundaram-se muitas aldêas, sendo a primeira junto ao Rio Vermelho, onde residiram os padres Antonio Rodrigues, ordenado de proximo, e Leonardo do Valle, ambos peritos na lingua do Brasil. Esta gente se mudou depois para a aldêa de S. Paulo (119).

A segunda, de S. Sebastião, em outro sitio a meia legua da cidade, depois unidos com outros fundaram a de S. Thiago.

A terceira, do Espirito-Santo, « não longe do Rio de Janeiro, que *hoje* ainda persevéra, mas não n'aquella antiga grandeza, que era de mais de mil arcos. »

A quarta, de S. João, no sitio que depois se chamou *Tapéra de Boirangaoba*.

Todas com padres ou irmãos. Cessava d'este geito a antropophagia com a falta de guerras, e ausencia de contrarios. Tomou-se grande cuidado com os meninos, occupando-os nas aulas de manhã, e á noite fazendo-os rezar ladainhas, e occupando-os com procissões e cantos.

Diz o padre Simião de Vasconcellos dos indios: « E'

(118) *Chron.* liv. II, n. 3.
(119) Idem, idem, n. 5.

esta gente tanto mais facil em aceitar a fé do verdadeiro Deus, quanto menos empenhada está com os falsos, por que nenhum conhece ou ama, que possa roubar-lhe a affeição. Vencidos seus vicios.... nenhuma repugnancia lhes fica pera cousas da fé. Assim que, vencidas as difficuldades dos votos, é muito pera louvar a Deus, ver n'esta gente o cuidado com que os já christãos acódem a celebrar as festas e os officios divinos. São affeiçoadissimos á musica, e os que são escolhidos pera cantores da igreja, prezam-se muito do officio, e gastam os dias e as noites em aprender e ensinar a outros. São destros em todos os instrumentos musicos. Prezam-se de que andem suas igrejas bem ornadas. Será entre elles falta mui notada, possuirem cousa de preço sem que repartam com a sua igreja. Nos dias de festa ornam com grande curiosidade suas igrejas, com enramados apraziveis de hervas e flôres. Será tido por sacrilegio entre elles deixar de acudir a uma d'estas festas : indias com os filhos aos peitos, cestos de comida á cabeça, e assim andam duas e cinco leguas, em jejum, porque antes da missa nada comem. »

Em Piratininga crescia o trabalho. Os indios, pelas necessidades de suas lavouras, dividiram-se em sete distinctas povoações, e todas distantes. Deviam os padres acudir a todos, e ainda ás casas dos portuguezes, com falta de curas, e isto em distancia de tres leguas, ás vezes, por máos caminhos, não raro de noite, com frio e geadas, descalços e por meio de matos espessos, allumiados por archotes.

N'este tempo chegaram novas que metteram em perturbação toda a costa, de que a frota franceza era entrada na enseada, que os indios chamavam *Nictheroy* e os portuguezes *Rio de Janeiro*, distante 24 leguas da costa de S. Vicente (120).

(120) *Chron.* liv. II, n. 13.

Na capitania do Espirito-Santo, de onde partira Vasco Fernandes Coutinho, deixando entregue o governo a D. Jorge de Menezes, levantaram-se os indios, principalmente *Tupinaquis*, deram crueis assaltos nas terras, destruiram os engenhos e fazendas, matam a D. Jorge e depois a seu successor, D. Leonardo Castello-Branco, e chegaram a pôr a villa em tal aperto que muitos moradores a despovoaram.

Naufragio e morte de D. Pedro Fernandes Sardinha. Embarcou-se o bispo para Portugal em companhia de Antonio Cardoso de Barros, provedor-mór que fôra do Estado, chamado do céo ou d'el-rei, ou dos bens das almas. Ignora o autor, S. de Vasconcellos, o motivo d'esta viagem. Vão com elles outras pessoas nobres com as mulheres e filhos. Partiram em 2 de Junho de 1556. Com quatorze dias de navegação, assalta-os uma tormenta, que lhes arrebata ancoras e amarras e naufragam nos baixos de S. Francisco, lugar chamado Porto dos Francezes, na altura de 10 gráos e meio, entre o rio de S. Francisco e outro chamado *Curcuruig*.

Os *Caetés* do alto das serras assistem ao naufragio, descem á praia com animo refalsado, os hospedam, ferem lume, dão-lhes alimentos e ao mesmo tempo avisam a seus circumvisinhos.

Despedem-n'os, elles seguem o caminho que os hospedes lhes haviam indicado, mas junto ao rio que de força deviam passar sahem chusmas de selvagens com o que as mulheres desmaiam e as crianças gritam. Matam uns e carregam com outros. O prelado tinha atravessado o rio e assistia da outra margem a este espectaculo. Do mar sahem outros á ribeira e acabam o infeliz bispo.

O lugar onde foi morto este virtuoso prelado é tradicção commum «que nunca mais viu em si formosura ou orna-

to algum natural; porque, vestindo-se antes de hervas, ficou d'ahi em diante esteril, escalvado e secco, quaes outros montes de Geltré pela maldição de David.»

Morte de Loyola.

Morre Ignacio de Loyola em Roma a 31 de Julho de 1556, com 65 d'idade e 16 da fundação da companhia de Jesus.

No seguinte anno succedeu que Nobrega veiu a padecer na Bahia longas e graves enfermidades.

No mez de Junho morre D. João III, que de idade de 20 annos tomára o sceptro por morte de D. Manoel, seu pai, e casára com D. Catharina, filha de Filippe I, rei de Castella, irmã de Carlos V.

Foi o primeiro a pedir em Roma de S. Ignacio e do pontifice padres da companhia (121), vindo para Portugal os dois padres, Francisco Xavier e Simão Rodrigues, o primeiro fundador da provincia da India, o segundo da de Portugal, como já fica relatado no resumo da *Chronica da Companhia de Jesus*, do padre Balthasar Telles.

Fez levantar sumptuosos templos, provendo a todos de sacerdotes, ornamentos e peças de custoso valor. Magnificos dons que ainda hoje existem em Jerusalém, Galiza e em outros lugares. Entre todos, se diz, que leva vantagem o formoso alampadario do templo de Sant'Iago.

Encommendou á rainha sua mulher que désse ao neto, D. Sebastião, mestre e confessor da companhia.

Além da companhia introduziu o rei outros religiosos mais observantes de S. Francisco, a da Piedade e a da Arrabida.

(121) *Chron.* liv. II, n. 27.

« Foi de mediocre estatura, rosto formoso, alvo, corado, negra a densa barba, olhos da côr do céo, resplandecentes e cheios de magestade que muitos se perturbavam em sua presença, e com ser tão grande a autoridade de sua pessoa, tinha uma serenidade de aspecto tão amavel, que todos os que o viam, se lhe approximavam.»

Morreu de apoplexia em Lisboa a 11 de Junho de 1557 com 55 annos d'idade e 35 e 5 mezes de reinado. Está sepultado, como D. Manoel, em Belem.

Francezes no Rio de Janeiro, o porto e navios sem defesa. Os Tamoyos muito mais generosos, unem-se a elles. Villagaillon, cavalleiro de S. João, tinha assêntado pazes, e fortificado o rio. Abundancia de páo Brasil (vermelho).

Em 1556, como já vimos, o Grande-Gato se passa do Rio para as terras do Espirito-Santo. Brigam os *Temiminós* com os portuguezes pela cubiça d'estes e retiram-se para as brenhas, porém conseguem os padres que muitos voltem.

Chegada de Mem de Sá.

Mem de Sá, que fôra nomeado por provisão de 23 de Julho de 1556, cujo registro é de 1558, chega ao Brasil n'esse mesmo anno. D'aqui se collige que os governadores passados tiveram mais de tres annos, nem era possivel ajustar-lhes as contas em partes tão distantes, navegações longas e aprestos demorados. N'essa provisão declarava-se que, além dos 3 annos ordinarios, serveria o mais tempo que a el-rey aprouvesse; tanto que Mem de Sá serviu 14 annos.

A primeira cousa que fez este governador foi metter-se n'um cubiculo dos religiosos, passando oito dias em exercicios espirituaes, ouvindo missa e os officios divinos todos

os dias, assiduo nas prégações, e confessando e commungando aos sabbados (122).

Em sahindo d'ahi lançou bando ordenando que nenhum dos indios confederados aos portuguezes ouzasse comer carne humana; que se não fizessem guerra sem causa justa, approvada por elle e por seu conselho; que se ajuntassem em povoações grandes, e fizessem casas aos padres para residirem entre elles.

Os portuguezes oppoem-se-lhe, ponderando que as guerras eram a sua segurança, davam-lhes trabalhadores, etc. Sem embargo d'isso foi a lei por diante. Por sua parte os indios instigados reunem-se em quatro poderosas aldêas, a de S. Paulo, a de S. Thiago, a de S. João e a do Espirito-Santo, e se não curvam sem o emprego da força contra elles.

Havia tambem entre elles um grande principal por extremo soberbo e arrogante, já pelo numero de seus arcos, como pelo sitio asperrimo e defensavel em que vivia. Chamava-se elle « *Cururupebá*, » « sapo bufador. » Lançava grandes arrogancias contra os portuguezes, dizia que eram covardes, que não se atreviam a provar suas forças, que não se lhe dava de seus mandados, que havia de conservar seus antigos ritos, comer seus contrarios, e os proprios portuguezes quando lhe quizessem impedir acções tão generosas.

Mem de Sá achou que era máo exemplo, e quanto era conveniente abater aquella soberba. Ordens secretas—dão de repente em suas aldêas, fogo, estrondo de armas,—elles dormiam, foram entrados, mortos, desbaratados : escapam-se pelo escuro da noite, só e desamparado o Cururú, é toado, posto em prisões apertadas, trazido á cidade, met-

(122) *Chron.* liv. II, n. 49.

tido em aspera prisão « para que a fama do castigo servisse de exemplo e terror aos outros. »

1558. Queixam-se os indios aldêados que os contrarios haviam apanhado trez dos seus, que descuidados pescavam em uma praia, e os comeram. O governador manda recado que entreguem os criminosos. Respondem que os portuguezes os fossem lá buscar. Eram muitos em armas, e haviam chamado os do sertão em auxilio, mais de trezentas aldêas que habitavam ás margeus do rio *Paraguaçú*. Mem de Sá parte com ajuda dos aggravados. Vai com elles o padre Antonio Rodrigues, desembarcam nas praias, rompem por entre matos para o sertão, abrindo entrada á machado e fouce, passando alagôas por todo um dia e uma noite. Chegam ao lugar.

« Era uma eminencia cercada em contorno de madeiros grossos, com vallas, fóssos, e muitos milhares de barbaros, ao som de guerra, empenados e arrogantes, que batendo os arcos, enchendo os montes de vozerias, assobios e buzios, provocavam á guerra. »

Mem de Sá divide o seu esquadrão, accomette por dois lados : enfraquecidos e diminuidos aquelles, voltam as costas, os indios offendidos os seguem e fazem n'elles estrago lastimoso. Um dos seus indios corta um braço a um morto, manda sob pena de morte que em tantas horas o ponham alli, e achou-se o braço.

No dia seguinte segue os inimigos por entre brenhas, para acabar de uma vez com aquella guedelha e ronco do gentilismo da Bahia. Acharam mais de duzentas aldêas, nos cabeços dos altos montes. Subiam, trepando de pés e mãos, os primeiros seguram a entrada aos outros. Era tudo pavor e espanto, frechas sem numero.

Os corpos mortos impediam os vivos, valem-se das brenhas, « com tão grande terror que se affirma matava o pai

ao filho pequeno, porque não fosse descobridor, com seu choro, da vereda por onde se escondia. Foi tão grande a mortandade que não podiam contar-se os mortos ».

Voltaram á cidade, Mem de Sá é recebido com acções de graças.

Passados trez dias, chega embarcação de Paraguaçú, fazendo signal de paz, trazem e entregam os delinquentes, querem paz, viver em aldêas, e padres.

No entretanto os francezes se iam cada vez fortalecendo e intrincheirando no Rio desde 1556.

1559. Chega o segundo bispo D. Pedro Leitão, a 9 de Dezembro de 1559. Com elle sete da companhia, dois padres, cinco irmãos. Os padres João de Mello, e Dicio, os irmãos Jorge Rodrigues, Ruy Pereira, José, Crasto, Vicente Mestre. O padre Dicio, que vinha por causa de saude, voltou a Portugal. O irmão José falleceu em breve no collegio da Bahia, Crasto, Ruy Pereira e Vicente Mestre foram despedidos da companhia.

Noticia de ser Diogo Laines Geral, o padre Luiz da Gram, feito provincial—pelos incommodos de Nobrega —aquelle em S. Vicente, este na Bahia.

Contava a companhia mais de quarenta. Nobrega foi pondo em cada residencia dos indios um padre e um irmão. Já muitos indios podiam ser mestres do cathecismo, e outros prégadores da fé. Entre todos, um principal, Garcia de Sá. Com a sua prégação se uniram duas aldêas, assentadas em tempo de Duarte da Costa no rio Vermelho. Vieram para mais perto da cidade, reuniram-se com outras aldêas mais pequenas e se fez a aldêa de *São Paulo*.

Outra, de *São Sebastião*, com outras menos numerosas formaram uma povoação junto a Pirajá, trez leguas da cidade ; pozeram-lhe o nome de *São Thiago*.

Os *Tamoyos* insolentes discorriam e perturbavam a costa. Villegaignon era capitão cotholico, zeloso de justiça, e vingador dos aggravos que se faziam aos indios, principalmente mulheres(123). Fugiram-lhe quatro soldados, todos herejes. João Bolês versado na lingua latina, grega e hebrea,e sabedor das escripturas.São recebidos em S. Vicente,falla de imagens santas,bullas,indulgencias, de modo que fazia rir. Apega-se a Luiz da Gram,arguia-o por deixar a palavra de Deus aos portuguezes para a prégar aos gentios,contra o preceito de S. Paulo,que manda começar pelos proprios.

O povo dizia que Bolês era homem doutissimo, que Luiz da Gram, não ousando disputar com elle, por isso o perseguia. Metteu-se de permeio a justiça ecclesiastica. Bolês foi preso com dois companheiros moços e idiotas, e remettido ao bispo da Bahia, sendo que o quarto reduziu-se a fé catholica.

Em Dezembro de 1559 recebeu Gram a sua patente de provincial.

Em Porto-Seguro o padre Francisco Peres funda aquella famosa capella de N. S. da Ajuda, um terço de legua d'onde hoje está a verdadeira fonte milagrosa.

1560. Chegaram de soccorro dois irmãos, Antonio Gonçalves e Luiz Rodrigues.

Fez em Portugal grande echo a noticia dos francezes no Rio, como alli estavam havia quatro annos, que crescia o seu poder com os *Tamoyos*, soccorros de França que enriqueciam das drogas de páo-brasil. A rainha dona Catharina d'Austria, regente na menoridade de D. Sebastião, manda uma armada ao Brasil e a Mem de Sá que por

(123) *Chron.*, liv. II, n. 66.

todos os modos lançasse fóra aquella ignominia do nome portuguez.

Juntou na Bahia mais navios. Eram dez ou onze, entre elles duas náos (não fallando em barcos). Nobrega vai com elle, chegou nos primeiros mezes do anno de 1559. Os francezes se recolhem á fortaleza. Nobrega, doente e lançando sangue, corta a S. Vicente, a sua diligencia mandam-lhe um bergantim artilhado e cousas de guerra, muitos indios e os dois religiosos Fernão Luiz e Gaspar Lourenço.

Com este soccorro, demandam a barra, entram, pojam em terra, combatem a fortaleza. Arremetteram ao cabeço principal, que olha para a barra, chamado das «Palmeiras» entram, ganham a casa da polvora. Indios e francezes despejam o forte confiados no escuro, parte as náos, parte as brenhas. Mem de Sá celebra acções de graças, e os padres da companhia celébram a *primeira missa* que viu aquella ilha.

Entre os indios Martim Affonso primou, teve habito de Christo e tença, da qual depois gozaram alguns dos seus descendentes. A elle se attribue em maxima parte a derrota dos francezes, como era tradição no tempo de Vasconcellos. No mais o habito de Christo o provaria.

Tomaram a artilheria dos francezes, arrazaram o forte, e não occuparam a terra por falta de meios.

Adão Gonçalves, dos mais ricos e poderosos de S. Vicente, um dos principaes autores da victoria, foi á Bahia requerer certidão de serviços. De repente abandona tudo, dá seus bens á companhia (e eram elles de consideração na capitania de S. Vicente) e entra na companhia com um filho que tinha ainda estudante. Este morreu moço.

O governador do Rio foi tomar mantimentos a S. Vicente, no ultimo de Março estava em Santos. (1560).

Em quanto aqui esteve, mudou o governador para Piratininga a villa de S. André (á trez leguas de distancia), estava junto ás florestas e por isso mui salteada dos indios do Parahyba. Luiz da Gram muda o collegio de Piratininga para S. Vicente ; fundaram-se aqui classes e estudos, e assim estiveram até que no reinado de D. Sebastião se passou para o Rio o collegio.

O caminho de Paranápiacaba, entre S. Vicente e Piratininga, como era terra deserta e fragosa e cheia de mattas bravas, era muito infestada dos indios da Parahyba, que alli vinham esperar os caminhantes d'uma e outra parte. Fez-se o novo caminho.

Horrivel tormenta, tremor de terra, mas parece que o furacão fez mais damno que o terremoto.

Era chegada a monção da Bahia. Aos 25 de Junho embarca-se o governador com o padre Luiz da Gram, com dois irmãos, grandes linguas do Brasil, Gonçalo d'Oliveira e Gaspar Lourenço.

Nobrega fica feito superior de S. Vicente e do Espirito Santo. Chegáram em Agosto á Bahia.

Logo em Outubro foi Luiz da Gram visitar as aldêas, a pé com edificação de todos que conheciam as suas poucas forças. No mesmo mez fundou a aldêa de S. Antonio, juntando grande numero de gente que vivia inculta no lugar chamado *Erembê*.

No fim do anno (1560) passaram a Pernambuco os padres Gonçalo d'Oliveira, lingua para os indios, e outro para os portuguezes. Foram bem recebidos em Olinda, e agasalhados em casas que lá deixára feitas o padre Antonio Peres, no alto do sitio do collegio que depois se fundou.

Voltaram á Bahia passados dois annos.

Os *Aymorés* assaltam Ilhéos e Porto-Seguro, sendo

elles a casta a mais brutal e dushumana de todo o Brasil. « Descende dos *Tapuyas* antigos ; porém por occasião de guerras que houve entre elles, succedeu que certos bandos menos poderosos fugindo a seus inimigos, se recolheram ao interior do sertão, a lugares fragosos e montanhas estereis, onde não podessem ser achados ; e como alli viviam separados do commercio de toda a mais gente, por discurso de tempo vieram seus filhos e netos a perder a noticia da linguagem propria, e formaram outra de que nenhuma outra nação era entendida, feia, guttural, arrancada do peito. »

Gente agigantada, robusta, forçosa, não consentem cabello senão na cabeça, todo o mais arrancam. Arcos immensamente grandes, destrissimos frecheiros, grandes corredores, sem casas, nem aldêas, nem roças, dormem na terra, sustentam-se de fructas e caça, comem crú, andam tosquiados com navalhas de canna. Acommettem á traição e nunca á descoberto, andam aos poucos, sem lealdade de uns para outros, nem mesmo de pais para filhos.

Começaram então a descer de suas serras, davam assaltos, roubavam tudo, matavam sem misericordia. Ilhéos, Porto-Seguro assollados. As aldêas desbaratadas.

Mem de Sá os ataca nos Ilhéos, sobem á noite a serra, deu n'elles tomado de somno « degolam, ferem, pondo por terra todo o vivente, homens, mulheres e meninos. »

Tornam a si, como eram valentes, armam ciladas, quando os portuguezes voltavam as praias. Mem de Sá previne-os com contra-cilada. Tomados pelas costas, não sabendo nadar, e só tendo livre o mar, foram postos na ultima derrota. Mem de Sá é recebido nos Ilhéos como em triumpho. Atacam de novo nas praias, postos em torpe fugida, pedem pazes.

Volta á Bahia deixando *destruidas tresentas aldêas do gentio rebelde*, outros retiraram-se a mais de sessenta leguas pelas brenhas.

Foi preciso juntal-os, foram a isso os mais eloquentes linguas do Brasil, não debalde.

Primeira povoação na ilha de Itaparica a trez leguas da cidade, com a invocação de Santa Cruz, Junho de 1561: fundada com o gentio do rio *Paraguaçú*. Assistencia de um padre e de irmão, Antonio Pires e Manoel d'Andrade.

No mesmo mez a segunda, doze leguas ao Norte da cidade, em sitio fertil chamado *Tatuapara*, sob a invocação de Jesus. Padre Antonio Rodrigues. Irmão Paulo Rodrigues. Chegaram em poucos dias a quatrocentos os meninos que aprendiam doutrina.

Terceira, a vinte e duas leguas da cidade, ao norte, S. Pedro, mais populosa que as duas primeiras. Concorreram para ella as aldêas de *Çaboyg*, n'aquelle tempo numerosas, e outras mais pequenas.

A quarta, mais dez leguas adiante, no sitio *Anhebyg*, invocação de Santo André. Estavam porém de guerra com o gentio do rio Itapicurú, o que era impedimento para a sua conversão. Vai-se a elles em missão o padre Luiz da Gram e faz as pazes entre elles e os de *Anhebyg*.

Em Novembro voltou-se o provincial para o sul, funda a quinta povoação na paragem chamada *Macamamú*, dezeseis leguas da cidade, terra fertil, abundante de rios, composta de muitos mil arcos. *Nossa Senhora da Assumpção*. No mesmo mez, a sexta, sitio pouco distante, junto a *Tinharé*, chamado *Taporagoâ* ou *S. Miguel*.

Contando as cinco mais antigas, faziam onze ao todo. Visitou-as a todas n'esse anno, a pé, descalço, recebido com festa em todos. Queriam os indios leval-o em redes baptizou infinitos, casou a muitos. Na aldêa do Bom Je-

sus houve embustes. Um indio, que nunca se soube quem foi, começou a prégar-lhes de noite, que o padre os queria baptizados, para os captivar. Fogem espavoridos. Os padres acodem, e os pacificam.

No dia seguinte, estando todos esperando o baptismo, ouve-se um grito, que a aldêa estava em fogo, fogem todos, nada havia, voltam envergonhados.

No outro houve missa cantada, para os matrimonios, tendo já tomado as mãos a dois contrahentes, depois do offertorio, estremecem, largam a fugir, como aves espavoridas, furando as paredes (de palha) cada qual por onde podia. Os acolytos atraz d'elles, assim revistidos como estavam. Os noivos voltam sujos e esfarrapados, dos lugares onde se tinham escondido.

Trouxe comsigo um principal— *Capinno*— ainda não de paz, ao qual persuadiu que viesse ver a cidade. O governador deu-lhes algumas dadivas, e o titulo de capitão dos seus, (o primeiro do qual se faz menção). Novo soccorro de Portugal em 1561. O padre Francisco Viegas, e um irmão italiano, foram ambos brevemente despedidos da companhia. No entanto o padre Nobrega em S. Vicente, apezar de doente, não esmorecia, e occupava-se em visitas incessantes. Depois da expulsão dos francezes, os *Tamoyos* andavam em continuos assaltos por mar e terra. Mulheres prisioneiras, que resistem á lascivia dos *Tamoyos*, com sacrificio das vidas, exemplos que não seriam raros em neophitos, em mulheres, e em tempos calamitosos.

Fazem-se preces e rogativas, disciplinam-se pelas ruas, para que os portuguezes entrassem em si, conhecendo o seu peccado, e o céo suspendesse o castigo. Tão grande terror infundiam os *Tamoyos!*

Affligidos com desynterias de sangue, curavam tambem com sangrias, que era triaga na medicina do tempo.

Oração nocturna perenne, com disciplina marcada á ampulheta, que passava a outro, logo que descia toda a arêa.

1561.— N'este anno morreu o irmão Matheus Nogueira, coadjutor temporal, recebido na companhia pelo padre Leonardo Nunes em 1559, na capitania do Espirito-Santo. Servira na fronteira d'Africa, no posto de soldado, o lugar de espia que servira com grande risco, livrando-se de mouros, e de leões.

Voltando á patria achou a mulher prostituida. Abandonou-a. Faziam-se então levas de gente para o Brasil, alistou-se como soldado, para viver desconhecido, veiu ao Espirito Santo. Valente e de grandes forças, era dos primeiros sempre contra os inimigos que os assaltavam. Exercia o officio de ferreiro nos intervallos. Passando por aquella capitania Leonardo Nunes, foi recebido na companhia e approvado por Nobrega, depois por S. Ignacio, não obstante ser viva a mulher pois que a tinha abandonada por adulterio. Vivia exemplar em S. Vicente, e em Piratininga. Era bom ferreiro, e os indios nada mais estimam que obras de ferro. Era unico, acabava com os indios quanto queria. Obedeciam-lhe como homem que tinha arte mais que humana; mandava recados para o sertão, e era pontualmente obedecido. Por sua causa se encheram os seminarios, para aprenderem os meninos com elles.

Por sua causa se converteram muitos maioraes. Morreu de excesso de penitencias, pois a companhia ainda não tinha constituições, e tomava cada um as penitencias que queria. Usava de umas muletas para sustentar-se de joelhos, um tiracollo para ter as mãos erguidas na oração. Esteve cinco ou seis dias de cama, e morreu a 29 de Janeiro de 1561. Na capitania de S. Vicente, foi o primeiro que morreu na cama, e sepultado em Piratininga.

1562.—Vão as cousas da Bahia n'este anno: Luiz da Gram incansavel no seu apostolado. Faz mais de mil baptismos só em tres ou quatro aldêas.

N'este anno houve, segundo o padre Vasconcellos, os seguintes baptismos:

Em S. Thiago	120
Em S. João	550
Em S. Antonio	400
Em S. Pedro	1,150
Itaparica	108
S. Miguel	897
Nossa Senhora d'Assumpção	1,090
Ilhéos em uma aldêa	170
Outra	138
Em S. Thiago	153
S. Antonio	202
S. Paulo	212
Ao todo	5,220

Pode-se saber d'estes baptismos porque os catechistas não o faziam. Só o provincial, que ia em correcção.

Fica de fóra d'esta estatistica S. Vicente e Espirito Santo.

Na aldêa de S. Pedro, a cargo do padre Antonio Rodrigues, os feiticeiros defraudados na honra, e no proveito, os prevertem com razões diabolicas. Desamparam os indios a aldêa. Vai atraz d'elles o padre Rodrigues, encontra-os a poucas jornadas, mais de trez mil homens, mulheres, meninos, carregados de suas alfaias, de cuias, de potes, de patiguás, e de cabaças, famintos e cançados, por serem muitos, e o sertão esteril. Voltaram, e compozeram-se em suas aldêas. D'estes baptizaram-se mais

de mil e quinhentos. Luiz da Gram tenta uma missão ao Rio de S. Francisco, metteu-se a caminho, andadas muitas jornadas, experimentados graves perigos d'homens, e féras, cheios de fome, voltaram, fracos, quebrantados e doentes.

No mez de Julho chegam de S. Vicente á Bahia, quatro religiosos. Todos versados na lingua brasilica.

O padre Manoel de Paiva, o irmão Manoel de Chaves, irmão Gregorio Serrão, irmão Diogo Jacome, a quem o bispo D. Pedro Leitão, pouco depois deu ordens sacras. Vão a Pernambuco, por superior, o padre João de Mello, e o padre Antonio de Sá, perito na lingua do Brasil. Andava em revolta o governador com os principaes da terra, com bandos de parte a parte, compozeram os padres isso, e muitas contendas de particulares, espalhando os Sacramentos da penitencia e communhão, em que acharam muitos descuidos. Com esmolas fundaram a igreja de Nossa Senhora da Graça. Alli estiveram até ao anno de 1567. Em S. Vicente os *Tamoyos* mais alterosos, mais aguerridos, com uso das armas, mais encarniçados com as presas, mais alentados com as victorias, mais soberbos com o auxilio dos francezes.

Os portuguezes acommettendo-os com o mór poder que tinham, foram vencidos e desbaratados. Os *Tupis* do sertão declaram-se contrarios, juntam-se-lhe os neutros, e os que de nós fugiam por descontentes. Vieram sobre a villa de Piratininga.

Um d'elles lembrado da doutrina dos padres escapa-se, rompendo mato, vem dar noticia do ataque. Achavam-se em Piratininga dez religiosos, dos quaes era superior o padre Vieira Rodrigues.— Susto.

Vieram-se logo recolhendo á cidade os alliados, e os que se poderam recolher, de seis ou sete aldêas, vinham

de noíte por caminhos secretos; com frios violentissimos, tambem com elles mulheres e crianças, vinham a bandos, e como trazidos da mão de Deus.

Tebyreçá, o principal de Piratininga, recolheu logo os seus indios. Por cinco dias tardou o inimigo e durou a preparação do combate, animando os portuguezes, fazendo pratica aos seus. *Ararayg*, seu irmão, vinha com os contrarios e com *Jaguaranhó* (cão bravo).

Um sobrinho, filho de *Ararayg*, fez todo o possivel para desviar Tebyreçá dos contrarios. Respondeu o tio, que confiava em Deus, e havia de vencel-o e matal-o. Dão sobre a villa com grande estrondo de gritos, todos elles pintados, empennados, jactanciosos, na retaguarda com canalha de velhas, já com as panellas promptas. Fortificam-se na igreja com as mulheres de indios e portuguezes. Jaguaranhó, atacando a igreja pelo lado da cerca, levou uma frechada de que morreu. Combate de parentes, uns com os outros. Desanimam-se os contrarios. Retiram-se em desordem ao segundo dia de combate, destruindo os arredores. Resolvem-se os alliados a ficar em Piratininga. Fazem cerca de taipa á moda de muralha. Enfermaram muitos de desynteria de sangue perigosa. D'esta doença morreu Tebyreçá (1562), assistido do padre Fernão Luiz.

No combate de Piratininga esteve todo o negocio nas mãos d'este indio. Foi sepultado na igreja dos padres.

A vista dos perigos passados, os moradores de Itanhaê chamam os padres e deram-lhe em sua villa o melhor aposento que tinham.

Piririgoâ-Obyg, indio muito velho de Itanhaê de cento e trinta annos, recebe o baptismo. Os *Tamoyos* vêm do Rio em canôas, assaltam toda a praia de *Boyguaçù goaba*, e varias outras partes, matando e captivando tudo. An-

davam em canôas de quinze a vinte remos, por banda e elles muito destros no remar.

Por este tempo chegou de portugal Vasco Fernandes Coutinho : vê a sua capitania desbaratada.

Pede soccorro a Mem de Sá : manda este navios da costa com gente, e por capitão seu filho Fernão de Sá. Chegaram á fóz do rio *Quiricaré*, na altura de dezenove gráos. Elles embarcaram-se, incorporam-se com a gente da terra, dão nos indios, e os afugentam. Os indios voltam para desaffrontar-se, põem tudo em confusão, fogem os nossos para os navios, mas em tanta desordem que Fernão de Sá é morto ás frechadas, e tambem muita gente.

1563 e 24 da companhia. Entra o anno com uma terrivel peste, começando da ilha de Itaparica, deu sobre a cidade, e foi d'ahi correndo ao norte, levando as aldêas de S. paulo, S. João e S. Miguel. « Escassamente deixou viva a quarta parte dos moradores. Calcula-se em trinta mil só na capital da Bahia.

Dores nas entranhas que fazia apodrecer o figado e bofes, e logo bexigas tão podres e peconhentas, que cahiam as carnes aos pedaços, cheios de bichos mal cheirosos.

Trabalho dos padres com os moribundos. Chegam de Portugal mais quatro operarios, o padre Quiricio Caxa, e os irmãos Balthazar Alvares, Luiz Carvalho,e Sebastião de Pina. Luiz Carvalho veiu doente, e voltou sem experimentar melhoras. O padre Caxa abriu uma classe de grammatica.

No maritimo de S. Vicente tudo eram assaltos, mortes, captiveiros, feitos pelos *Tamoyos* (124). Na primeira oitava da paschoa Nobrega com seu companheiro Anchieta, despediram-se de seus religiosos, para se virem

(124) *Chron. da Comp.* liv. III, n. 4.

metter entre os *Tamoyos*. Da fronteira dos *Tamoyos* os levou em barca propria Francisco Adorno, nobre genovez, homem rico da terra, a 21 de Abril de 1563. A 4 de Maio chegaram ás principaes praias dos *Tamoyos*, em distancia de vinte e seis leguas de S. Vicente. Altura 23 gráos e um quarto.

« Tem seu principio vindo da villa de S. Sebastião, da ultima ponta da enseada, que chamam dos *Maramomis*, fronteira a ilha dos porcos, correndo ao sul, as trez enseadas, seguintes: dos Portos, de Vubatyba, e Larangeiras, até entestar com o grão Cairuçú, penedias disformes, espanto dos navegantes, e pelo sertão cerco horrivel d'altas serranias, incultas, impenetraveis.

Sabendo os *Tamoyos* que tinha desembarcado gente estranha em suas praias, acudiram logo, ouvindo as eloquentes saudações de Joseph de Anchieta (125), hospedado por *Coaquira* em sua propria lingua. Abrandam-se. Vieram dois chefes, que deram doze indios de refens que fossem a S. Vicente. Os padres armam uma igrejinha coberta de palma. Primeira missa a 9 de Maio. Começam logo a doutrinal-os. Correu fama que eram os padres chegados ás praias de *Iperoyg*. Vieram muitos, uns por curiosidade, outros para estorvar os concertos.

O primeiro foi um principal de nome *Aimbirê* em dez canôas. Era amigo dos francezes, sogro d'um d'elles, amicissimo dos portuguezes, dos quaes fôra assaltado, mettido em uma canôa com ferropéas, d'onde fugira á nado, mas sempre lembrado da injuria.

Junta. Aimbirê pede os chefes, que d'elle se haviam apartado, e estavam com os portuguezes, e elle

(125) *Chron.* Liv. III, n. 7.

com os *Tamoyos* tramam matar os padres, e para isso formam um conselho secreto (126).

Os padres chegam, e procuram demovel-os; porém o peito do barbaro ficou duro, e concluiu com arrogancia n'estas palavras: « Pois que vós outros sois escassos de « meus contrarios, que têem morto e comido os meus, e « os não quereis entregar, não tenhamos pazes, e voltou-« se descortezmente a outra parte.» (127)

Foi inteirado d'isto *Pindobuçú*, capitão da aldêa, velho, e muito respeitado.

Aimbirê, confiado em si e nos seus, propõe-se a ir a S. Vicente, pedir as cabeças dos tres principaes; foi bem recebido, agasalhado, voltou contente, e de paz.

Um dia vem *Paranapucú* (mar espaçoso), filho do velho *Pindobuçú*, onde estavam os padres. Os padres fogem da praia, e pelos matos se vão metter na casa do velho. O filho chega, o velho lhe conta maravilhas dos hospedes, da sua coragem, da sua continencia, etc. « A superstição se mettia no meio. » Elles nos lançarão, se o quizerem, camaras de sangue, e febres malignas, com que todos morramos. »

Conselhos. — Os velhos expõem as suas queixas. Allegam os padres que trazem as suas cabeças para abono da verdade. As aldêas de *Iperuy* são as que primeiro adherem. Os do Rio de Janeiro, e de Cabo-Frio, « mais frio », e depois de feitas mais tarde as pazes, as quebraram.

No fim de dois mezes, partiu Nobrega, ficou Anchieta, para que os indios não desconfiassem. A causa parace ter sido a noticia de que os barbaros haviam entrado

(126) *Chron.* liv. III, n. 11.
(127) Idem, n. 12.

no forte de S. Vicente, e morto o capitão d'elle e a mulher, e levado a familia captiva. Chegou em fins de Junho (128).

« Fez o padre Anchieta promessa á Virgem de compôr a vida d'Ella em verso, e como não tivesse papel, nem penna, nem tinta « sahe-se á praia e alli junto ao brando murmurar das aguas, escrevia seus versos na arêa, para melhor retel-os na memoria. » (129)

« Paternina conta d'uma ave graciosamsnte pintada, que com brando vôo andava em torno de Joseph, emquanto elle ia compondo e escrevendo, lhe saltava, brincando, ora nas mãos, ora nos hombros, ora na cabeça. »

Vasconcellos tem para si que aquella ave era o correio da Virgem, que lhe trazia despacho do que elle pedia, em galardão do seu trabalho e amor.

A concepção do poema era recurso para Anchieta fugir da concupiscencia, porque no meio de mulheres não impudicas, mas núas e innocentes, e por isso perigosas, elle só e os matos, viam-se assediado de tão temerosos inimigos.

Os *Tamoyos*, levados da sua natural inconstancia, fazem assaltos, e trazem prisioneiros portuguezes a *Iperoyg* (130). Resgatam-se estes por ferramanta e pannos. No primeiro de Julho chegam canôas do Rio, sempre de máo agouro, mas aplacam-se os indios. As canôas, que levaram Nobrega, voltam de S. Vicente, (6 de Julho) contando que um Domingos Braga tinha morto um indio de *Aimbirê*. Os do Rio triumpham, e querem levar o padre. Porém *Pindobuçú*, e os principaes de *Iperoyg* os defendem. Havia tambem alli um Antonio Dias, que tinha ido resgatar a mulher e os filhos captivos em guerras passadas. Filho

(128) *Chron.* Liv. III, n. 17.
(129) Idem, n. 22.
(130) Idem, n. 25.

José, lhe dizia, um indio velho, pede a Deus que te dê vida, que do mais não tenhas medo. Soube-se depois que o que se dizia ter sido morto, tomado de medo sem fundamento, se metteu pelos matos, e chegou no fim d'um mez.

Foram então chegando os mais indios, e contaram como tinham feito as pazes, e com que ceremonias, e depois de S. Vicente, em Piratininga, em Itanhão, e com os *Tupis* dos padres, e os de *Mayranhaya*, que se abraçaram, e viviam em paz.

A 14 de Setembro de 1563 voltou o padre Anchieta acompanhado por *Cunhambéba* seu amigo, chegando a 21 do mesmo mez, trazendo a noticia de pazes.

Entra o anno de 1564.

Os moradores da Bahia têm fome por effeito da peste do anno antecedente e por falta de quem cultivasse as terras; mas além d'isso obrava tambem a intemperie, e más influencias do ar. Nasciam as plantas viçosas e morriam mallogradas. Morriam os indios de fome nas aldêas (131).

Os que escapavam nas aldêas visinhas á cidade, vendiam-se a si mesmos, « levados do aperto por causa do comer—uns a liberdade por uma cuia de farinha, outros alugavam-se para servir toda a vida, outros vendiam os filhos, ou os fingiam, para esse fim, seus. » Muitos eram senhoreados dos portuguezes, sem nenhum contracto anterior. Acabam-se as aldêas. A de Itaparica por causa da fome se muda para Santa-Cruz de *Jagoaripe*, mas não bastou esta ultima. A de Nossa Senhora da Assumpção de *Tapepitanga*, a de S. Miguel de *Tapéragoâ*, foram desamparadas e espalham-se os moradores pelo mato em busca de sustento.

Os padres João Pereira, Adão Gonçalves, Jorge Rodri-

(131) *Chron.* liv. III, n. 88.

gues e outro irmão estiveram a ponto de serem mortos ás mãos dos que fugiram das aldêas de *Tapéragoá* e *Tapepitanga*, por lhes quererem aquelles impedir a fuga. De tantas aldêas, ficaram sómente cinco, que essas mesmas depois se reduziram a quatro. Maior inconveniente era que voltavam muitos indios sem mulheres, de quem não sabiam, e queriam casar e se descontentavam por o não poderem fazer.

Consultada a Meza da Consciencia de Lisboa sobre estes pontos, resolveu :

« Que o pai podia em direito vender ao filho em caso de apertada necessidade ; e que qualquer se podia vender a si mesmo para gozar do preço. » Consultam o bispo D. Pedro Leitão, o governador Mem de Sá, o ouvidor Braz Fragoso, o provincial Luiz da Gram, que se publicasse a resolução, e os indios que estivessem fôra d'elle, fossem havidos por livres (132).

« Porém, diz Vasconcellos, como os moradores da Bahia e de toda a costa estavam feitos senhores de tão grande quantidade de indios, vendidos fóra do direito por tios, irmãos e parentes, que não tinham direito sobre elles, determinou-se que os taes eram livres. Visto comtudo as grandes difficuldades que se allegavam, de se largarem os indios do serviço dos portuguezes ; e porque podiam outra vez metter-se entre os gentios, com dispendio de suas almas, e não sem perigo da republica, foi permittido que ficassem em casa dos que os tinham, com as condições seguintes :—» Que os ditos indios, assim mal havidos fossem avisados de sua liberdade ; mas que como livres servissem áquelles que os resgataram em suas vidas, por evitar os inconvenientes, que do contrario se podiam seguir ;

(132) *Chron.* liv. III, n. 40.

e que fugindo os taes indios os podessem os amos mandar buscar e castigar; e com condição que os amos em reconhecimento da liberdade d'elles, lhes pagassem em cada um anno por seu serviço aquillo que justamente lhes fosse taxado, com declaração de que, continuando elles a fugir pera o gentio, sendo depois da primeira vez, perdessem a soldada d'um anno, em recompensa do que os amos perderiam em buscal-os. E outro-sim que os possuidores dos ditos indios não os poderiam vender, nem dar, nem trocar, nem levar fóra do Brasil; e os que os não quizessem possuir com as condições apontadas, os podessem tornar a dar aos que lh'os venderam, sem titulo de dominio que tivessem sobre elles, e estes lhes tornassem o preço. » (133)

« Porém nem estas condições se guardaram, nem a resolução serviu de mais que de captivarem mais indios com capa de vendidos por si mesmos, ou por seus pais, ou parentes, porque enganavam os pobres, e quando hiam a resgatar, faziam que dissessem o que queriam: sendo que (tirando poucos na força da fome sobredita) raramente se achará que algum indio se vendesse a si ou a filho legitimo; nem as suas necessidades são taes, que se não possam remediar sem semelhante rigor de vendas, contrarias á liberdade natural, tão estimada d'elles, e de todos os homens (134). »

Nem tambem a condição permettida do serviço dos indios por toda a vida, posto que por seu estipendio, deixava de ser violenta, e quasi modo de captiveiro, a não intervirem gravissimas razões verdadeiras que a cohonestassem. »

Outra praga. « Por morte do bispo Sardinha, promulgou-se uma sentença contra os indios *Caetés*, dando-os

(133) *Chron.* liv. III, n. 41.
(134) Idem, n. 42.

por escravos, e todos os seus descendentes. Havia nas aldêas grande quantidade de *Caetés* ; não só estes eram havidos por captivos, mas á volta d'elles muitos que o não eram. »

Em consulta com o ouvidor resolveu o governador que fossem exceptuados da sentença os que se reduzissem á igreja.

« A limitação não foi de fructo ; porque elles ou se não acolhiam ás igrejas, ou se o faziam, não estavam ahi seguros dos portuguezes, e, como desesperados, fugiam, e morriam á fome, ou se mettiam com seus proprios inimigos, e morriam á mãos violentas. »

Lei de 11 *de Novembro de* 1595. Manda Filippe II que só ficassem captivos os que fossem tomados em guerra justa.

Lei de 30 *de Julho de* 1609. Declara livres todos os indios do Brasil, baptizados, ou não, e ainda mesmo comprados e julgados captivos por sentença, ficando nullas as vendas e as sentenças.

Na Bahia sahiram com embargos e replicas pelo que havia.

Lei de 10 *de Setembro de* 1610. Confirmando a anterior. A 31 de Março de 1640 decreta-se nova lei:—que nenhum indio, ainda infiel, possa ser captivo nem posto em servidão por nenhum modo, causa ou titulo, nem privado de seus bens, filhos e mulheres, etc.

N'este anno de 1564, haviam dez jesuitas na Bahia, e 15 em S. Vicente. Em Piratininga 18. No Espirito-Santo, Pernambuco, e Porto-Seguro, 2 em cada uma d'estas capitanias, e 3 nos Ilhéos.

D. Sebastião dota o collegio da Bahia com uma congrua para o sustento de 60 religiosos, na redizima da capitania,

o que n'aquelle tempo vinha a ser vinte mil réis, para cada sujeito, ou trez mil crusados ao todo. (*Provisão de 7 de Novembro de 1564.*)

Morre n'este anno de 1564 Diogo Laynes, geral da companhia e em 1565 é nomeado para o substituir o santo padre Francisco de Borja, e na mesma congressão dos padres professos é escolhido procurador da India e Brasil o padre Ignacio d'Azevedo, com o encargo de visitador da provincia do Brasil.

Francisco Sacchino. *Chronica da Companhia*, Liv. 8.°, n. 200, e seguintes.

Ribadenera. *Dos quatro geraes da Companhia.*

Euzebio de Nieremberg. *Dos varões illustres da Companhia.*

Luiz de Gusmão. *Historia das missões.*

Bencio, *Poema dos trez martyres.*

Geraldo Montano (poeta). *Centuria.* Falla do padre Azevedo.

(*Continúa*)

SEDIÇÃO MILITAR NA ILHA DAS COBRAS

EM 1831

Memoria lida no Instituto Historico e Geographico Brasileiro

PELO SOCIO EFFECTIVO

DR. MOREIRA DE AZEVEDO.

Realizára-se a revolução de 7 de Abril, se estabelecêra sem combate uma nova forma politica. A prudencia de um principe que, para salvar um principio abdicou a corôa de um imperio, a união e moderação dos partidos fizeram o paiz atravessar essa crise tão violenta sem scenas de sangue e lutas da anarchia; mas passado o enthusiasmo que sempre produzem essas commoções populares, desappareceram a prudencia e a moderação, e em vez das palavras de perdão e legalidade, da unanimidade de desejos, hasteou cada partido o seu pendão, extremou cada um suas opiniões, e começaram os odios politicos a prégar a perseguição, o banimento e o exterminio. Lavrou a anarchia, tornou-se violenta e intolerante a imprensa, e discursos exaltados, reuniões clandestinas, sociedades politicas entornaram na sociedade idéas perniciosas e subversivas.

Se procurava um partido firmar-se na lei e lançar um véo de esquecimento sobre os erros anteriormente commettidos, mostrava-se o outro violento e sem treguas, julgava servis e traidores áquelles que não admittiam suas idéas, não approvavam seus planos, e nem tinham como uteis violencias e perseguições. Eram para os moderados anarchistas e revolucionarios os que se não curvavam a todos os actos do governo, e não louvavam a linguagem

d'este ou d'aquelle periodico alistado entre os defensores dos ministros. Irritados assim os partidos, accesos os odios politicos, nasciam d'essa conflagração ameaças, injustiças e perseguições reciprocas.

Se separados como se achavam pugnassem os partidos politicos pelas suas idéas, defendessem seus principios, podia essa luta da imprensa trazer desenvolvimento moral ao paiz, esclarecer as opiniões, dar vida ao systema governamental e firmar as bazes do direito e da justiça. Mas assim não aconteceu.

Cada partido, cada facção tratava de exterminar a facção, o partido contrario; era a luta de protestantes e catholicos, da fogueira e do punhal.

Esforçava-se cada partido por extinguir o outro; eram monstros, malvados, aquelles que se achavam alistados na seita dessidente e devia a patria livrar-se d'elles; se não deviam poupar os inimigos, antes aniquilal-os todos para felicidade presente e futura da nação; e d'este modo ateava-se na capital do imperio o facho da discordia e da anarchia.

Além d'esta linguagem vehemente excitavam os espiritos a questão da nacionalidade; era um motivo para intrigas, rivalidades e odios o haver nascido no Brasil ou em Portugal.

Accresce que a força militar, pela influencia e vantagem que adquirira nos negocios publicos desde 1821, assumira certa preponderancia que tornou-se em breve perigosa e fatal; tudo se devia decidir pelo peso da espada, e não eram completos os acontecimentos politicos sem a intervenção do exercito.

Nasceu d'ahi um antagonismo entre militares e paisanos, que começaram a considerar áquelles como oppressores e despoticos.

Costumado a executar as ordens do poder absoluto tornára-se o exercito soberbo e exaltado, e, quando viu que queriam sopitar-lhe a influencia, atirou-se á luta e mostrou-se violento e indisciplinado.

Todos esses elementos, os partidos exacerbados, as aspirações illegaes, as paixões violentas, as questões de nacionalidade e a insubordinação militar lançaram em diversos pontos do imperio a licença, e produziram commoções, sedições e lutas civis.

Nas ruas, nas praças, nos theatros, nos quarteis da capital do imperio levanta a anarchia seu collo altivo; inflammados pelas calumnias e vehemencias da imprensa gritam, clamam os cidadãos, e atacam as rondas municipaes na cidade nova; no theatro exaltam os espiritos, excitam os brios nacionaes, desobedecem e insultam a autoridade; uma turba desenfreada corre aos quarteis, desarma alguns guardas municipaes, subleva os soldados contra o povo; e encerrados nos muros de uma fortaleza, dispondo de munições, soldados indisciplinados reclamam violentamente um dos seus officiaes, preparam-se para atacar a cidade e fazem fogo sobre ella.

Felizmente a lei triumpha d'essas commoções, são dispersos os ajuntamentos, presos os sediciosos, e subjugada a tropa rebelde; a ordem recupera seu imperio, o patriotismo do povo inutilisa os planos dos ambiciosos, que esperavam triumphar nas trevas e no erro, e que, como diz Montesquieu, quando querem pôr em pratica seus projectos trabalham por introduzir na republica uma especie de anarchia; a energia do governo, n'esses tempos agitados e revoltos, extirpa os males, salva a patria, prestes a despenhar-se nos horrores da anarchia, e afasta a luta civil que traz sempre comsigo a immoralidade, a pobreza, a desordem, a desolação e a morte.

Corria na cidade, á mais de mez, o boato de que breve rebentaria uma sedição no corpo de artilheria de marinha aquartelado na Ilha das Cobras; indicavam-se alguns officiaes, e especialmente o capitão José Custodio e o alferes Camillo José Ribeiro como chefes da sublevação, patenteando a linguagem livre e desenvolta dos soldados que inflammava-lhes alguem os animos e excitava-os á revolta. Pareciam não tocar essas atoardas os ouvidos do ministro da marinha, que se não apressava em lavrar a baixa de soldados de quatro, seis e mais annos de serviço, os quaes, era sabido e notorio, desejavam voltar contra o povo as armas recebidas para defensão da patria; e declarando necessitar de gente para guarnecer os navios e a presiganga deixava o ministro em mãos d'essa tropa insubordinada um deposito de tres mil armas, muito cartuxame e algum dinheiro.

Por decreto de 16 de Setembro de 1831 dimittira o ministro da guerra do serviço do exercito diversos officiaes, transfirira muitos de uns para outros corpos, e só poucos dias antes de romper a sedição removêra o ministro da marinha o armamento da ilha, concedêra algumas baixas, mandára prender a diversos officiaes e afastar outros da côrte. Recebeu ordem de recolher ao brigue *Pirajá* o segundo tenente de artilheria de marinha Camillo José Ribeiro, mais tarde de apresentar-se preso na fragata *Constituição*, mas declarando-se doente teve baixa para o hospital de marinha, d'onde, consta, não deixou de insuflar a sedição dos soldados.

Foi tambem instigador d'esse movimento militar o Dr. Cypriano José Barata de Almeida, que se achava detido na ilha, e que mais tarde foi removido para a provincia da Bahia. Ardente e exaltado em suas opiniões politicas, redactor do periodico *Sentinella*, ateou esse cidadão mais

de uma vez o fogo das paixões, e a vehemencia dos odios nas lutas dos partidos.

Ordenára o governo que o capitão José Custodio se ausentasse da côrte no dia 7 de Outubro, e se distribuissem pelas embarcações diversas praças do corpo de artilheria de marinha.

Mas divulgadas estas ordens começou-se a espalhar na cidade, na noite do dia 6, que estava revoltado o corpo de brigada, reclamava seu capitão José Custodio, e que deixando os presos entregues a si proprios, haviam os soldados partido da presiganga para unirem-se a seus camaradas da ilha. De feito, corridos alguns instantes, desembarcava no arsenal de marinha uma deputação da ilha pedindo o capitão supracitado que foi remettido na esperança de aquietar os animos dos soldados; mas produziu esse acto de fraqueza e condescendencia funestos resultados; agitou e fortaleceu a sedição, animou aos temidos, e provocou a ousadia dos exaltados que ás dez horas despejavam fogo de fuzilaria sobre a cidade.

Ouviu-se então tocar a rebate na cidade, retiniu nas ruas o som estrondoso das matracas; empunhando armas correram os guardas municipaes a guarnecer as praias e diversos pontos no centro da povoação.

Receava-se que chegados a terra, excitassem os soldados revoltados aos facciosos, chamassem a si a gleba social, os presos, e causassem serios motivos de susto e tambem sacrificios de vidas.

Mas, nas lutas civis, nos abalos sociaes quasi sempre encontram a justiça e a lei defensores devotados; alli é um João Maillard que assassina o preboste dos mercadores e salva a capital da França; é um bispo que sobe ás barricadas, admoesta o povo e se cai traspassado de balas exprimem suas ultimas palavras paz e concordia; aqui é

o capitão tenente Faustino que requisita alguns guardas municipaes, colloca-se á frente de trinta cidadãos, corre ao arsenal de marinha, e sem lembrar-se que ia apresentar o peito ás balas dos revoltosos, levantando vivas á lei e á patria, respondem elle e os seus companheiros com fogo vivissimo aos tiros dos sediciosos; move rapidamente a pequena força que commanda de um para outro ponto, e por essa astucia e tactica militar intimida aos inimigos da lei, que já embarcavam dirigindo-se á cidade, onde se chegassem, talvez se déssem scenas tristes e desastrosas. Mas julgando-se investidos por milhares de combatentes aterram-se os amotinados, dos quaes deixam alguns cahir as armas, outros quedos não sabem resolver-se, estes pensam em fugir e aquelles abandonam as canôas e occultam-se apressados por tráz dos altos muros da fortaleza.

Dirigidos pelos seus commandantes e pelos juizes de paz agglomeram-se os guardas municipaes na cidade, guarnecem os pontos de desembarque, percorrem as praias, e sustentando armas em defensão da patria, permanecem uma noite inteira, noite chuvosa e lugubre, que parecia favorecer esses sinistros acontecimentos. A'meia noite chegava ao arsenal o ministro da marinha e expedia providencias que mais cedo deveriam de ter sido ordenadas.

Rompeu o dia 7 e longe de entregarem-se, persistiam os sediciosos em suas exigencias; e por isso já era tempo de mostrar o governo que não transigia com rebeldes, e que tendo por si os cidadãos e a lei, podia restaurar a ordem e manter a tranquillidade publica.

O patriotico batalhão de officiaes avulsos de 1.ª e 2.ª linha que, que em defensão da lei e da patria trocára as bandas pelos cinturões e as espadas pelas baionetas, apre-

sentou-se formado, e reunido aos cidadãos conduziu seis canhões ao morro de S. Bento.

Tres vezes enviou o governo emissarios aos rebeldes intimando-lhes a rendição, que, depostas as armas, esperassem embarcados ou indulgencia ou castigo conforme a dicisão dos poderes competentes, mas pertinazes tres vezes recusaram, e traduzindo a prudencia por fraqueza, ousaram propôr indecorosas condições, entre outras que seu amigo, seu pai o companheiro o capitão José Custodio pudesse retirar-se livremente com seus filhos e amigos.

Immediatamente ordenou o governo embarcasse para a ilha uma força sufficiente para bater e sujeitar os rebeldes.

Nomeado em 29 de setembro commandante das guardas municipaes o marechal José Maria Pinto Peixoto, collocado á frente de 600 d'esses guardas e do batalhão de officiaes soldados voluntarios da patria, determinou ao coronel João Paulo dos Santos Barreto organisasse as columnas do assalto á fortaleza da ilha, as quaes ficáram assim dispostas: a primeira columna de meio batalhão de officiaes e 186 guardas municipaes, a segunda de outra metade do mesmo batalhão e 180 guardas municipaes, a terceira de 200 guardas nacionaes e de uma reserva de 150 dos referidos guardas.

Commandava a primeira o coronel João Paulo, a segunda o major Luiz Alves de Lima, hoje duque de Caxias, e a ultima o cidadão Manoel Antonio Airosa.

Postadas estas columnas junto ao portão do arsenal ordenou-se ás cinco e meia horas da tarde, que a bateria assestada no adro do mosteiro de S. Bento despejasse fogo contra os sublevados, e tambem os navios de guerra dispostos convenientemente e commandados pelo chefe de divisão João Taylor.

Ao som dos primeiros tiros dos canhões embarcou em

lanchas a primeira columna, e abicou á ilha sem a menor resistencia; postada na ponte do desembarque deitára a guarda dos sediciosos uma descarga sobre as lanchas, mas respondendo-se ao fogo, fugira apressadamente.

Na frente da columna estendeu o coronel João Paulo uma linha de atiradores, mandou os officiaes soldados proegerem a retaguarda, e com velocidade e intrepidez ganharam elle e os seus a esplanada da fortaleza pela frente do porto.

Apezar de occuparem uma posição vantajosa, d'onde podiam causar grande damno aos cidadãos que os acommettiam, fizeram os insurgidos um fogo interrompido e mal sustentado, e cercados pela força atacante retiraram-se dos parapeitos que defendiam.

Desembarcou a segunda columna, circumdou a ilha pelo lado esquerdo sem encontrar maior resistencia, approximouse da fortaleza e cercou-a n'esse ponto.

Reconhecendo não ser necessario enviar á ilha mais força, embarcou o marechal Pinto Peixoto, dirigiu-se ao primeiro ponto investido, e percebendo no parapeito da fortaleza alguns soldados, entre os quaes um com a bandeira nacional desfraldada, intimou-lhes abrissem o portão da praça e se rendessem, como já lhes havia exigido o coronel Barreto; mas não attenderam os sublevados, e, aproveitando-se da cessação do fogo disparáram traçoeiramente alguns tiros, dos quaes um matou ao guarda municipal Estevão de Almeida Chaves, que se achava na esplanada junto ao fosso.

Antes de ferir mortalmente ao guarda Almeida Chaves varou a bala o bonet do alferes José da Victoria Soares de Andrea, hoje marechal de campo.

A morte do destemido cidadão excitou os brios dos que combatiam pela lei, e inflammados pela ancia da vingança

lançaram uma descarga cerrada que amedrontou os sediciosos e afastou-os dos parapeitos.

Appropinquaram-se do portão da fortaleza o coronel Barreto e varios officiaes, e tentaram arrombal-o a couce d'armas, mas por ser impossivel tal operação, resolveu-se trazer do arsenal um obuz para romper e despedaçar o portão da praça; e se não empregou-se esse meio foi por que o tenente-coronel Jacintho Pinto de Araujo Corrêa, escalando as muralhas, firmando-se na fragosidade das pedras, galgou sem escada o parapeito; e logo, após elle, um guarda municipal e varios officiaes praticáram tão arriscada acção; dobados alguns minutos servia-se de uma escada de mão o coronel Barreto para chegar ao espaldão assim como outros officiaes, e tambem o marechal Pinto Peixoto que, intimando rendição aos revoltosos, sujeitaram-se estes formando-se na praça dos quarteis e depondo as armas.

N'essa occasião entrava pelo lado opposto o major Luiz Alves de Lima á frente da sua columna, havendo abatido o portão, onde encontrara pouca resistencia d'aquelles que defendiam-no, e aprisionado antes as sentinellas do dique e de outros pontos.

Subiram a 200 os sublevadas aprisionados, exceptuando os presos que haviam sido por elles soltos e se achavam occultos, estando escancaradas as prisões.

Escoltados por guardas municipaes foram os rebeldes removidos para o navio presiganga, cuja guarnição, como vimos, pegára em armas, desprezára os presos e corrêra a unir-se a seus companheiros da ilha. Regressaram á côrte as columnas atacantes, excepto o batalhão de officiaes, sob as ordens do coronel Barreto, que ficou encarregado de sobreroldar a fortaleza, capturar os rebeldes e presos homisiados nos matos e casas adjacentes.

Denodo e civismo patentearam o batalhão de officiaes e companhias de guardas municipaes que assaltaram a fortaleza ; além do guarda municipal morto por uma bala, que bateu-lhe logo abaixo do pescoço, ficaram feridos e contusos tres officiaes, não contando os sediciosos nem uma victima, e só mui poucos feridos. Preencheu dignamente o marechal Pinto Peixoto a missão de que encarregou-o o governo, mostrou-se activo e prudente, e soube poupar sangue, que sempre é doloroso ver derramado em uma luta de irmãos.

Dirigiu-lhe o conselho da sociedade defensora da liberdade e independencia nacional o seguinte officio :

« Cidadão Commandante Geral das Guardas Municipaes.—Expôr a vida e o sangue para salvar a patria é sem duvida praticar um acto de sublimado patriotismo ; mas reunir ainda a isso o respeito ás leis da humanidade e compadecer-se d'aquelles mesmos que as não reconhecem, é tocar o limite das virtudes sociaes. Eis o que fizeram esses que no dia 7 d'este mez correram a desalojar a anarchia do seu derradeiro baluarte. E tanta bravura e heroicidade não podiam ser consideradas sem o mais vivo transporte de gratidão pelo conselho da sociedade defensora da liberdade e independencia nacional. Vós, pois, cidadão, que fazeis parte d'esta sociedade recebei não já só nossos puros e unanimes agradecimentos pela coragem e illustrado amor da patria, de que nos haveis dado exemplo, senão igualmente os parabens pela gloria que vos coube de commandar os bravos que por seu denodo e virtudes civicas firmáram para sempre a liberdade e ventura dos nossos compatriotas.

Deus vos guarde, cidadão, por muitos annos no gozo da consideração e estima publica que vos rodeiam. »

Appareceu publicado na *Aurora Fluminense* e consa-

grado aos bravos do batalhão de officiaes, soldados e guardas municipaes, que atacaram a fortaleza da Ilha das Cobras, o presente soneto :

D'entre os bastardos filhos de Mavorte
Traição surgiu, horrores se encetáram,
Em negros antros tetricos juráram
A' bella Nictheroy sanguinea sorte.

Do povo aos gritos, civico transporte
Inflamma os bravos ; subito voaram
Aos muros, onde os monstros decretaram
O roubo, o estupro, a confusão e a morte.

Não soffre inulto o cidadão valente
Que o cóllo altêa a furia da anarchia,
Em circulo postada armi-potente.

Convulso, ao vêl-o, eis cede à valentia,
Exulta Nictheroy, e o brado ingente
Louva dos filhos seus a galhardia.

O juiz de paz da parochia de Santa Rita, Manoel Teixeira da Costa Silva, enviou ao commandante geral dos guardas municipaes da referida freguezia, o cidadão Joaquim José Pereira de Faro Filho, este officio :

« Illm. Sr. A' vista dos acontecimentos que tiveram lugar n'esta cidade em a noite de 6 e dia 7 do corrente, bem como dos brilhantes serviços que prestaram os nossos comparochianos, cidadãos da guarda municipal, pois privando-se de todas as commodidades, correndo ás armas, expuzeram as vidas a bem da sociedade ameaçada por uma força de rebeldes, eu não posso deixar de manifestar a admiração e reconhecimento de que me acho penetrado para com tão bravos e dignos membros da associação brazileira. Foi sob as immediatas ordens de V. S. e debaixo

da sua judiciosa direcção que os nossos comparochianos, cidadãos da guarda municipal, ganharam o laurel de gloria que pertence áquelle que na sociedade preenche arduos deveres, e salva a patria da sanha de seus inimigos ; é pois por intermedio de V. S. que eu desejo cheguem os meus vivos agradecimentos aos Srs. commandantes de esquadra (1) afim de que estes o levem tambem ao conhecimento dos briosos compatriotas do seu respectivo commando. Com taes cidadãos a ordem publica nada tem que receiar dos perturbadores e ambiciosos, e o systema monarchico representativo e as liberdades de cada um não soffrerão abalo que comprometta a sua estabilidade.»

Manifestaram patriotismo nos acontecimentos dos dias 6 e 7 o batalhão de officiaes soldados, os guardas municipaes e muitos cidadãos ; e entre aquelles que mais se distinguiram notam-se o official de marinha José Joaquim Faustino que, á frente de poucos guardas municipaes e cidadãos, simulou pelos movimentos e tactica militar dispôr de força numerosa, de modo que amedrontrou os rebeldes ; e o tenente coronel Jacintho Pinto de Araujo Corrêa, o primeiro em subir os muros da fortaleza.

Jacintho Pinto se distinguira em 1826 na colonia do Sacramento ; em 1827 abordára e tomára uma escuna de guerra da republica de Entre-Rios, levando a esta empreza 30 homens desarmados, e como simples soldado fizéra a campanha da independencia.

Em uma descripção em verso dos successos da noite de 6 e dia 7 de Outubro de 1831, publicada n'essa épocha, por um mineiro, guarda municipal, estão estampados estes versos dedicados á Jacintho Pinto :

(1) Commandante de esquadra, era um emprego semelhante ao de inspector de quarteirão.

E tu, Jacintho illustre, a quem a sorte
Na frente collocou da brava gente,
Que o mal seguro pé sobre a muralha
O primeiro firmaste... Ah! não, não temas
Que a mãi nova adoptada por teu gosto (2)
Ingrata mãi se esqueça do seu filho,
Do heróe que nas acções é brasileiro.

Votou a assembléa legislativa louvores aos guardas municipaes, ao batalhão de officiaes soldados, e aos juizes de paz; e a regencia, em nome do imperador, mandou elogiar-lhes e agradecer-lhes a maneira heroica e legal com que se comportaram na noite de 6 e no dia seguinte.

Na falla com que a regencia encerrou a assembléa geral, em 1 de Novembro de 1831, lêm-se em louvor dos guardas municipaes e batalhão de officiaes estas palavras que merecem escriptura:

« O Brasil se recordará sempre grato dos relevantes serviços prestados pelos guardas municipaes, officiaes soldados e outros bravos militares; estes dignos brasileiros tem arrostado por toda a parte os maiores perigos, esquecidos de si, e só tendo por diante o que lhes merece a sua patria. »

Esses elogios exagerados levantados pelo governo e o partido dominante manifestam a exacerbação das idéas da época; procuravam os que dominavam a situação lançar a odiosidade sobre o partido contrario, engrandecer seu triumpho para aproveitarem-se dos negocios publicos e dirigirem o paiz abatendo e aniquillando o partido vencido.

Sepultára-se no dia 8, na igreja de S. Francisco de Paula, o cadaver do cidadão Estevão de Almeida Chaves.

Precedido de numeroso concurso de cidadãos e guardas

(2) O Brasil, sua patria adoptiva.

municipaes sahira da rua de S. Pedro, onde residira o finado, o ataúde sustentado pelo marechal de campo Pinto Peixoto e juizes de paz de differentes parochias da cidade; mais de cinco mil pessoas atopetavam o largo de S. Francisco, desejando alguns por curiosidade, porém muitos por vivo interesse assistir a um acto tão solemne e patriotico.

A presença dos companheiros do morto, testemunhas de sua intrepidez no assalto da fortaleza, a lembrança dos perigos que estiveram imminentes sobre a cidade, a gravidade do acto, a numerosa concurrencia de cidadãos, a assistencia dos membros da regencia e de muitos funccionarios de subida jerarchia davam ao espectaculo um caracter melancolico e imponente, que compungia os corações e exaltava os espiritos.

A igreja estava colgada de preto, guardava no centro um pomposo catafalco, e recolhia no côro grande e escolhida orchestra.

Ainda se não vira no Rio de Janeiro tão grande multidão em taes actos funebres, e todas as despezas d'essas exequias correram por conta de uma subscripção popular.

Estampou a *Aurora Fluminense* em suas paginas este soneto, em honra á memoria de Almeida Chaves :

Votado á guerra, Chaves destemido,
Fervendo-te no peito o duro Marte,
Montas, qual raio, o forte baluarte,
Que é do Janeiro um ôlho ennobrecido.

A vencer ou morrer, já decidido
Prodigas a aggressão com força e arte :
E o teu sem par valor por toda a parte
Confunde os tramas do feroz partido.

Porém, oh dôr! em meio da victoria
Tiro certeiro as fauces te vulnéra,
Perdes a vida onde ganhaste a gloria.

Nome deixando na terraquea esphera,
Sobes laureado ao templo da memoria,
Em novo ser de eterna primavera.

Em outra poesia dedicada a esse cidadão, lê-se :

Não receies que o tempo estragador
Desfaça os louros que colheste heróe :
Pòde a parca ao destino submettida
Os teus dias cortar tão sem piedade
Mas não póde riscar teu nome illustre,
Dos fastos do Brasil agradecido.

Ordenou o governo, por decreto de 12 de Outubro de 1831, que a camara municipal inscrevesse, no livro destinado a transmittir á posteridade os grandes acontecimentos, o nome do cidadão Estevão de Almeida Chaves, declarando ser o primeiro guarda municipal que, no dia 7 de Outubro, déra a vida em defeza da lei, da patria e da liberdade, atacando os rebeldes da fortaleza da ilha das Cobras.

Eram merecidas essas honras tributadas ao homem que acabára em defensão da ordem e da liberdade publica, que se sacrificára pelo socego e ventura da patria, e que deixára a seus concidadãos em sua morte um exemplo de patriotismo, e em seu tumulo um monumento de gloria.

Mandou o governo instaurar conselhos de investigação e de guerra para julgar os sediciosos da Ilha das Cobras, e remetteu ás sociedades politicas, dedicadas ás doutrinas da ordem e da legalidade, o relatorio fiel dos acontecimentos de 6 e 7 de Outubro, que os periodicos *Nova Luz*, *Jurujuba*, *Exultado*, *Sentinella da Ilha das Cobras* e a *Voz da Liberdade*, levados pela fermentação das idéas da época

e pelo fogo das paixões politicas, alteraram e desfiguraram, atirando insultos á regencia, aos officiaes soldados, aos guardas municipaes e á memoria de Estevão Chaves por ser brasileiro adoptivo, mas que se sacrificára no sacrosanto altar da lei.

Desarmados e presos os insurgidos da ilha, estabelecida a observancia das leis e a ordem publica, cessáram alguns d'aquelles jornaes exaltados a sua publicação ; deixou de apparecer a *Nova Luz*, e interromperam sua marcha regular o *Jurujuba* e o *Exaltado*.

Qual seria o motivo, que teriam de commum essas folhas com os sublevados da ilha ; não foram os jornalistas e redactores perseguidos, e como deixáram de bater-se na arena da liberdade ; seria uma simples coincidencia, ou recuáram perante o triumpho da lei pelo espirito civico ?

Que esses periodicos excitavam paixões violentas, aspirações illegaes e produziam commoções, diz-nos o ministro da justiça, o padre Diogo Antonio Feijó, no aviso que, em 7 de Outubro de 1831, dirigiu á assembléa geral pedindo providencias em favor da paz e segurança publica. Escreve o ministro :

« Quatro periodicos, échos d'esse partido anarchico, entretem e conservam no espirito da população a insubordinação, o desprezo das leis e nenhum caso das autoridades, e por consequencia a verdadeira anarchia. Não é ao governo que compete punil-os. A lei e os jurados são insufficientes. O codigo criminal é em muitos casos irrisorio pela leveza das penas ; o nosso processo eterno, cercado de mil tortuosidades, abre a porta á impunidade ; e quando a agitação tem chegado ao termo actual não são medidas ordinarias que pódem salvar o Estado ; o governo já tem proposto algumas medidas, mais seriam propostas se es-

perança houvéra de serem attendidas, e se já semelhantes não fossem desprezadas. »

Não foi um simples movimento de soldados amotinados a sedição da Ilha das Cobras; os boatos de sublevação espalhados ha mais de mez, as cartas vindas de S. Paulo e Minas annunciando-a, as censuras despertadas pelas medidas do governo, sobre a retirada da ilha do deposito de cartuxame e armamento, as relações que os facciosos entretinham com a tropa insubordinada, a linguagem ardente da imprensa, tudo faz crêr que houve um plano vasto e que tramára-se contra a lei e a patria sinistra conspiração. Tentáram os sediciosos um desembarque na cidade, e se não contavam encontrar partidarios, se não sabiam que haviam de seguil-os os presos do Aljube e a força de linha aquartelada no campo de Sant'Anna, na qual, não tendo o governo confiança, a não enviára contra a fortaleza da ilha, se não esperavam ser apoiados pelo vulgo ignobil, se não tinham algum plano, algum designio como explicar-se o motivo que os trazia á terra !

E n'essa época de effervescencia popular, em que a imprensa, as sociedades politicas hasteavam o archote da desordem e anarchia, dolorosas scenas presenciaria o povo, se desembarcasse em uma cidade populosa e despida de meios de defeza, essa tropa indisciplinada ; felizmente a promptidão e civismo dos cidadãos abafáram em sua origem essa sedição, e salváram a patria da anarchia, do despotismo e da guerra civil (3).

(3) Diario do Governo do mez de Outubro de 1831. Legislação Brasileira de Nabuco, mez de Outubro de 1831; Aurora Fluminense ns. 541 a 558 e Discripção em verso dos sucessos da noite de 6 e dia 7 de Outubro de 1831 por um mineiro, guarda municipal, impressa no Rio de Janeiro.

BIOGRAPHIA

DOS BRASILEIROS ILLUSTRES POR ARMAS, LETRAS, VIRTUDES, ETC.

PADRE JOSE' MAURICIO NUNES GARCIA

Nas solemnes festividades religiosas do tempo de El-rei, via-se no coro da igreja cathedral, um homem de fronte erguida, cheio de inspiração e genio dirigindo numerosa orchestra ; era um artista inspirado que escrevia poemas de harmonia, e enthusiasmava as turbas que ouviam-no ; e esse homem predestinado, na frente de uma orchestra, em uma festa real, enchendo de emoções ao rei, aos cortezãos, ao clero, ao povo que absortos ouviam-no e admiravam a harmonia, os sons melodiosos de sua musica divina, e esse artista cujos hymnos impressionavam a um auditorio numeroso e davam ás festas da igreja o maior attractivo e encanto, aprendera comsigo só a arte que professava, ou antes Deus lh'a revelára ; e esse musico que a multidão ouvia com pasmo, afogando no phrenesi do applauso os mais cadentes sons dos seus hymnos, era o padre José Mauricio Nunes Garcia.

Nasceu na rua da Uruguayana, outr'ora da Valla, no Rio de Janeiro, em 22 de Setembro de 1767, José Mauricio Nunes Garcia, filho de Apollinario Nunes Garcia e D. Victoria Maria da Cruz, ambos naturaes de Minas, e baptisou-se na igreja do Rosario, antiga Sé e cathedral.

Tinha seis annos quando perdeu seu pae, mas não comprehendeu seu coração a dôr de tão pesado golpe, porque

n'essa idade, em que os risos são perennes e as alegrias não cessam, viu o menino orfanado junto a seu berço um olhar como não ha outro, um sorriso, afagos e carinhos que consolam e alegram sempre aos corações infantis; viu junto a si sua mãe, que beijava-o, acariciava-o, escondendo em seus mimos e bafejos as dores e as lagrimas pelo esposo fallecido. Os cuidados que deviam repartir-se por um pae e uma mãe recahiram todos sobre a infeliz viuva que comprehendeu-os; e ella, e uma irmã que tributava ao sobrinho verdadeira estima, iniciaram-no nos primeiros estudos.

Era ainda creança e desprezava José Mauricio os folguedos infantis para ir tocar viola ou cravo; e não era raro ve-lo acompanhar os sons d'esses instrumentos com sua voz doce e mimosa de menino.

Reconhecendo sua propensão para a musica enviou-o sua mãi para a escola de Salvador José, onde em pouco tempo sobresahiu José Mauricio entre seus condiscipulos, e lisongeou a seu mestre que ufanava-se de te-lo em sua aula, por conhecer-lhe o gosto, a dedicação que votava ao estudo da musica.

Foi estudar latim com o padre Elias, mestre régio, e no fim de tres annos adquiriu conhecimentos tão completos dos autores latinos que o padre-mestre considerava-o capaz de substitui-lo. Matriculou-se na aula do Dr. Goulão para seguir o estudo da philosophia, e tanto se avantajou que seu mestre apresentou-o para substituto da cadeira, mas José Mauricio recusou; chamava-o sua vocação a outros estudos, e não era nas sciencias, mas nas artes, que devia deixar um nome lembrado pela posterioridade.

N'aquelles tempos de fé e contricção chamava a igreja a si os espiritos mais cultivados e as intelligencias mais esclarecidas; o homem estudioso procurava o santuario;

a cella do mosteiro era o retiro da meditação e do estudo; vestia-se o habito de frade ou a samarra de sacerdote não para passar-se vida folgada e tranquilla, senão para gozar-se de consideração social, e no retiro do mundo enriquecer-se o espirito nas lides litterarias e illumina-lo com a leitura e lição dos mestres; era o padre o primeiro homem da sociedade, porque tambem o padre era o verdadeiro apostolo da religião e da sciencia.

Quiz José Mauricio abraçar a vida da igreja, e achou quem o favorecesse n'esse digno desejo; doou-lhe o negociante Thomaz Gonçalves a casa que hoje tem o n. 14 na rua das Marrecas; e tendo esse patrimonio recebeu as ordens de diacono, e mais tarde em 1792 cantou missa solemne. Teve licença para pregar em 1798, apezar de não haver cursado ainda a aula do Dr. Manoel Ignacio da Silva Alvarenga, o que fez de 1802 a 1804, e d'elle disse esse professor que frequentou a sua aula por espaço de dois annos, e n'ella fez rapidos progressos que raras vezes se encontram.

Tinha José Mauricio conhecimentos de historia e geographia, das linguas franceza e italiana, e lhe não eram estranhos o grego, o inglez e o hebraico.

Era um sacerdote virtuoso e illustrado; o bispo D. José Caetano da Silva Coutinho elogiava seus talentos, e convidava-o para as palestras litterarias no seu palacio; mas o pobre padre necessitava servir-se da sua arte, do ensino da musica, para adquirir o sustento quotidiano, e o que obtinha lhe não sobrava para comprar um cravo, era com uma viola de cordas metallicas, que ensinava os exercicios da musica em sua aula gratuita da rua das Marrecas.

Conservou aberta essa aula durante trinta e oito annos; seus discipulos traziam no chapéo um laço azul e encar-

nado, estavam isentos do serviço militar, e eram convidados para cantarem nas festividades da capella real.

Sem recursos pecuniarios, necessitando do tempo para obter o sustento de cada dia, gastava José Mauricio muitas horas em ensinar gratuitamente a arte, cujos arcanos bebêra dos labios divinos; inspiravam-no o patriotismo e a caridade; Deus e patria eram as duas palavras que guiavam-lhe a razão, e faziam pulsar-lhe o coração no peito; Deus e patria eram seu evangelho; verdadeiro ministro do altar amava no mundo a seus semelhantes e consagrava suas acções ao céo.

Fallecendo o padre João Lopes Ferreira, mestre de capella na antiga cathedral e Sé foi José Mauricio eleito pelo bispo D. José Joaquim Justiniano para esse cargo em 2 de Junho de 1798 com o ordenado de 600$000, e durante o tempo que exerceu esse lugar enriqueceu o archivo da igreja cathedral com suas composições musicaes, augmentou o numero das figuras da orchestra, e deu brilho e esplendor ás festividades religiosas. Em 26 de Novembro de 1808 obteve o emprego de inspector de musica da real capella com o mesmo ordenado de 600$.

Amante e apreciador da musica, como era um dos seus antepassados o rei D. Manoel, deleitava-se D. João VI ao ouvir nas solemnidades da real capella as inspiradas composições de José Mauricio, e dedicava ao musico brasileiro affeição sincera; mas os cortezãos, os artistas portuguezes, o mestre Marcos Portugal escarneciam-no, lançavam-lhe doestos por elle ser mulato, e não haver nascido no velho mundo, como se a côr da pelle possa ser pergaminho de nobreza e merecimento.

Mas esqueçamos, os risos, as satyras rediculas atiradas ao artista do Brasil, porque o proprio rei as despresava, e, admirando o genio do afamado artista, encarregava-o

frequentemente de novas composições para as festas reaes, e convidava-o para tocar piano no recinto do paço. E em um saráo, no palacio real, depois de José Mauricio ter manifestado no piano bellas variações de improviso, tão enthusiasmado ficou o rei ao ouvir o artista que, despregando da farda do seu guarda roupa, o visconde de Villa Nova da Rainha, o habito de Christo collocou-o com suas proprias mãos no peito do celebrisado musico.

Esse acto de El-rei animou e deu alento ao grande artista, que mais facilmente soube desdenhar as zombarias da côrte, e rir-se da ignorancia d'aquelles que desprezavam-no por ser um pouco escura a côr de sua pelle.

Mais tarde renunciou José Mauricio essa condecoração em seu filho o Dr. José Mauricio Nunes Garcia, que a conserva como uma reliquia preciosa.

Mandára El-rei vir de Lisbôa o organeiro Antonio José, que amigo de José Mauricio, iniciára-o no mecanismo do orgão da capella real, instrumento composto de tres teclados, muitos registros e assaz complicado, tendo na base uma carranca que nas notas graves escancarava a boca e esbugalhava os olhos.

Servia-se José Mauricio d'esse orgão para deleitar o rei nas solemnidades religiosas; improvisava melodias, brincava sobre o teclado, fazia chover um conjuncto de sons harmoniosos, e repetia inesperadamente as notas graves que dispertavam o monarcha, os nobres, o auditorio, attrahindo a attenção de todos para o coro da igreja cathedral.

Emquanto não chegou de Lisbôa o organista José do Rosario exerceu o artista brasileiro mais esse emprego na capella real.

Apezar da vastidão de sua intelligencia e riqueza dos seus talentos, tão afanoso era o trabalho a que se dedicava o eminente artista, compondo e ensaiando peças novas

que, já em 1816 sentia alterações em sua saude, como se deprehende de um requerimento por elle dirigido ao bispo, em que pedia permissão para celebrar missa em casa.

Em signal de amizade e apreço a esse musico de sua real capella ordenou D. João VI se lhe concedesse uma ração de criado particular de paço; mas os que dirigiam a ucharia molestavam com doestos ao pobre artista que por evitar lutas mesquinhas, requereu fosse a ração convertida em dinheiro, e de feito o erario régio arbitrou-a em trinta e dois mil réis mensaes.

Concedia-lhe o rei esses favores, e prestava-lhe consideração e estima; no entanto ao encontrar-se um dia, nas salas do palacio, com o seu musico predilecto disse-lhe:

— O padre nunca pede nada!....

José Mauricio curvou-se, tomou a mão do seu protector, beijou-a e respondeu:

— Quando Vossa Magestade entender que eu mereço me dará.

Não sabia pedir, e conhecendo seu merecimento não queria diminuir com a supplica a graça que pudesse receber das mãos reaes.

A mezada que alcançára de creado particular do paço foi-lhe supprimida logo depois de ausentar-se D. João para Lisboa.

A fragata que conduziu á America a archiduqueza D. Leopoldina, primeira imperatriz do Brasil, trouxe a seu bordo uma banda de musica marcial; José Mauricio que ficára encantado dos novos e aperfeiçoados instrumentos dos musicos estrangeiros, tratou de compôr doze divertimentos de sopro para essa banda marcial; e todas as tardes agglomerava-se o povo, no largo de S. Jorge, em frente á casa do artista, para ouvir o ensaio d'essas me-

lodias, cujas partituras desappareceram da casa do autor no dia do seu enterramento, assim como um tratado de contraponto ; mas d'ellas guardara copia com muita estimação no seu archivo o conde de Farrobo.

Escreveu para o real theatro de S. João a opera *Le due Gemelle*, cuja partitura perdeu-se ; compôz para a festa de Santa Cecilia uma linda missa e credo, cujos originaes, offerecidos ao archivo do Instituto Historico pelo Dr. José Mauricio serviram-lhe de titulo de admissão como membro correspondente d'essa associação. Na fazenda de Santa Cruz preparou o habil artista em quinze dias a grande missa e credo da degollação de S. João Baptista, tendo gasto Marcos Portugal um mez em compôr as matinas.

Esse bello trabalho de José Mauricio realçou mais o seu talento, mereceu do rei novos e repetidos gabos, deixou nas trevas aos seus competidores, e encorajou-o a affrontar a seus desaffeiçoados, que começaram a olhar com assombro para esse artista, e a reconhecer que havia n'aquelle homem que elles desprezavam, um fogo divino, uma inspiração que Deus só concede aos genios.

Ao retirar para Portugal levou o rei comsigo muitos sacerdotes, musicos e cantores da real capella, cujas festividades perderam o brilho e despiram-se da pompa que tornavam-as grandiosas e concorridas ; os officios divinos decahiram d'aquella grandeza e fausto com que eram executados, muitos instrumentos emmudeceram e calaram-se muitas vozes da orchestra ; soffreram os artistas e tambem sentiu o rei deixar no Brasil a Marcos Portugal e a José Mauricio, de quem jamais se esqueceu. Entre as mais gratas recordações que levou da terra de Santa Cruz, guardou o nome do artista brasileiro, e escreveu-lhe de Portugal uma carta em que se queixava por não tel-o acom-

panhado para Lisboa. Está esse documento em mãos do Dr. José Mauricio.

Innumeraveis composições escreveu o nosso maestro; muitas missas, credos, te-deuns, psalmos, ladainhas, antifonas, mottetos, responsorios, matinas, novenas, solos, officios funebres, hymnos e modinhas, em uma das quaes foi ditada a poesia pela musa do marquez de Maricá; deixou muitos discipulos, entre outros Geraldo Ignacio Pereira, Lino José Nunes, Francisco Manoel da Silva, o autor do hymno nacional, e Francisco da Luz Pinto, que exerceu muitos annos, o emprego de mestre de musica no imperial collegio Pedro 2.º.

Mas o trabalho insano a que se entregára por tantos annos para satisfazer os desejos e exigencias do rei e cumprir os deveres de mestre de capella fatigaram-o e arruinaram-lhe a saude. José Mauricio já não comparecia ás festividades santas, vivia só, recluso, reconhecia que haviam corrido seus dias de gloria em que, enthusiasmado e applaudido por um auditorio numeroso, esvoaçava, em seus momentos de inspiração, no céo das melodias. Notára o imperador Pedro 1.º a ausencia do grande artista, e uma vez encontrando-o disse-lhe;

— O padre já não apparece.....

— Para que, senhor, retorquiu José Mauricio, já dei o que tinha de dar.

A vida ia pouco e pouco se apagando n'aquelle organismo; o peso dos annos haviam já abatido a robustez d'aquella intelligencia e enfraquecido a luz d'aquelle cerebro illuminado por um raio divino. O artista sentiu-se doente, e como presagiando que o mal era de morte, para não dar trabalho na remoção do seu cadaver, deixou o sotão em que habitava, e cuja escada era estreita e tortuosa, e veiu asylar-se na alcova da sala do jantar.

— Porque mudou de leito, meu pai ? Perguntou-lhe o filho.

— Para dar menos trabalho, accrescentou o doente que pouco padeceu ; ás 6 horas da tarde d'esse mesmo dia, em 18 de Abril de 1830, começou a entoar o hymno de Nossa Senhora, e corridos instantes cerrou os olhos para entrar na noite do tumulo.

Elle que vivêra pela musica, que em seus sonhos ouvira melodias dos labios dos anjos, que em suas noites de trabalho e insomnia estudára os sons harmoniosos de sua musica arrebatadora, e mais de uma vez despertára ao repercutir-lhe no ouvido o echo dos applausos saudando a sua inspiração o genio, devia morrer cantando ; seus ultimos gemidos deviam ser sons cadentes, e um hymno o seu ultimo hausto de vida ; e de feito foi um hymno á rainha pura e candida do christianismo.

O distincto poeta, o grandioso cantor do Colombo, o venerando artista, o antigo e festejado orador deste Instituto, Manoel de Araujo Porto Alegre, dirigiu-se, á convite do Dr. José Mauricio, á casa n. 18 da rua do Nuncio onde perecêra o afamado musico, e tirou de suas feições uma mascara em gesso que existe no Museu Nacional. O conego Luiz Gonçalves dos Santos quiz vestir o morto, mas o Dr. José Mauricio já havia cumprido esse dever triste e pungente para um filho.

Incumbiu-se do enterro a irmandade de Santa Cecilia, e nas exequias entoou-se uma symphonia funebre do illustre morto, composição grandiosa, cujos sons repercutindo-se na rotunda da igreja de S. Pedro, onde sepultavam-se os clerigos n'aquelles tempos, levavam lagrimas a todos os olhos, e tiravam gemidos de todos os peitos.

Mandou o Dr. José Mauricio exhumar os ossos do seu saudoso pai, e recolheu-os em uma urna que havia sido

construida para guardar os ossos do illustre prégador da ordem de S. Francisco, frei Sampaio.

Algum tempo depois de haver perecido esse celebre orador sagrado encommendáram alguns de seus admiradores ao entalhador Adriano uma urna para deposito de seus ossos ; mas foi fugaz o enthusiasmo por frei Sampaio, seus amigos esqueceram-no, e tambem da urna.... que ficou na officina do artista até ir compral-a o Dr. José Mauricio.

Esse cofre onde estão encerrados os restos mortaes do primeiro musico nacional descança na igreja do Sacramento, para onde foi removido por pedido do Dr. José Mauricio, e provisão do monsenhor Narciso da Silva Nepomuceno.

Era o padre José Mauricio de estatura elevada, physionomia expressiva, olhar vivo e brilhante quando regia a orchestra ou ensinava a arte divina, de que foi tão mavioso e digno interprete, e manifestava nos labios, nariz e nos pomolos os caracteres da raça do sangue mixto que corria-lhe nas veias.

Depois de quatorze annos de penosas tentativas conseguiu o Dr. José Mauricio gravar na tela as feições de seu pai. Esse retrato é um monumento de amor filial, da vontade energica de um homem que lutou annos e annos, sem ser artista, para perpetuar pela pintura a physionomia do seu estimado pai.

Entre as composições de José Mauricio mencionam-se, como mais notaveis, a symphonia funebre executada nas suas exequias, a missa de *requiem*, a missa, *Te-Deum* e *matinas* para a festa de Santa Cecilia, os doze divertimentos para instrumentos de sopro, a ouvertura da tempestade escripta para o elogio dramatico representado no anniversario natalicio do vice-rei D. Fernando, depois

marquez de Aguiar, a grande missa e credo da degolação de S. João Baptista e diversos mottetos e hymnos.

Sem haver deixado a terra em que nascêra, sem ter ouvido as lições dos grandes mestres, tornou-se elle um artista inimitavel; a natureza creára-o genio, nas auras da patria bebêra as harmonias dos seus hymnos, e só com seu cravo ou sua viola de cordas metallicas vibrava sons bellos e divinos que immortalisaram seu nome.

Neuckom, discipulo de Haydn e distincto compositor do concerto de tres mil vozes celebrado na inauguração da estatua de Guttemberg, dizia que José Mauricio era o primeiro musico improvisador do mundo; e d'elle escreveu o conego Januario da Cunha Barbosa o seguinte:

« Tão destro quando tangia um orgão como quando tirava as mais doces vozes de um piano, tão seguro quando regia a grande orchestra de um templo, como quando compunha algumas peças que dão gloria ao seu nome, era sempre um mestre digno de respeito dos maiores professores e da admiração d'aquelles sobre quem impera o encanto da harmonia. »

Abrindo a biographia d'esse artista escripta por Porto-Alegre lê-se:

« O grande artista de que nos vamos occupar foi um homem singular na arte de Gui de Arezzo; foi uma organisação especial que ultrapassou a época em que viveu, e dominou por largos annos o campo que invadiu com o poderio do seu engenho, com a sua fecundidade, e com a revolução que causou nos animos que conquistára »(1).

Se como artista deixou José Mauricio um nome immortal, tambem pelas suas virtudes e illustração tornou-se co-

(1) Vid. *Revista do Instituto Historico*, vol. XIX, pag. 354, biographia de José Mauricio Nunes Garcia, por Manoel de Araujo Porto Alegre.

nhecido e notavel; era sacerdote venerado e douto; honrou a tribuna sagrada, e em um sermão proferido na festa dos Santos Innocentes, na capella real, mereceu louvores do rei D. João que nomeou-o prégador régio.

Assim, se as artes saúdam e recordam com louvor o nome de tão afamado musico, tambem as letras o não olvidam, e guarda-o a patria como um munumento de sua fama e gloria.

Dr. Moreira de Azevedo.

ACTAS DAS SESSÕES DE 1871

1.ª SESSÃO, EM 14 DE ABRIL DE 1871

HONRADA COM A AUGUSTA PRESENÇA DE S. M. O IMPERADOR

Presidencia do Exm. Sr. Visconde de Sapucahy.

A's 6 horas da tarde, achando-se presentes os Srs. Joaquim Norberto, conego Fernandes Pinheiro, Sousa Fontes, Carlos Honorio, Moreira de Azevedo, Coruja, Lagos, Candido Mendes, Pinheiro de Campos, Xavier de Brito, Homem de Mello, José Christino, Marques de Carvalho, Paranhos Junior, e Escragnolle Taunay, annunciou-se a chegada de S. M. o Imperador, que foi recebido com as honras do estylo, e, tomando assento, o Sr. presidente abriu a sessão.

Não havendo acta, o Sr. 1.º secretario deu conta do expediente que constou do seguinte :

Um aviso do Sr. ministro do imperio, de 10 de Dezembro ultimo, transmittindo o 39.º volume do jornal da sociedade geographica de Londres, do anno de 1869, e os dois primeiros numeros do mesmo jornal, de 1870, que lhe foram enviados com destino a este Instituto.

Dito do mesmo Sr. ministro, com data de 3 de Janeiro do corrente anno, accusando o recebimento do officio que lhe dirigiu o Sr. presidente do Instituto em 30 de Dezembro ultimo, cobrindo a relação dos membros eleitos para servirem os cargos da meza administrativa e commissões do mesmo Instituto no presente anno social.

Um officio do Sr. presidente da provincia do Pará, en-

viando dois exemplares da obra intitulada *A Região occidental da provincia do Pará*, constando das resenhas estatisticas das comarcas de Obidos e Santarem, escripta por Domingos Soares Ferreira Penna, e mandada publicar por ordem do governo da provincia.

Ditos dos Srs. presidentes das provincias de Matto-Grosso, Rio Grande do Sul, Santa Catharina, Espirito-Santo, Paraná e Alagôas, remettendo varios relatorios e collecções de leis provinciaes.

Dito do Sr. director do archivo militar, enviando um exemplar do *Plano hydrographico da bahia do Rio de Janeiro*, ultimamente lithographado na officina d'aquelle estabelecimento, e levantado pelo capitão-tenente Diogo Jorge de Brito e outros officiaes da armada imperial, em 1810, e copiado em maior escala, com alterações das sondas, feitas pelo chefe de esquadra Eliziario Antonio dos Santos.

Dito do Sr. director geral da repartição de estatistica, solicitando d'este Instituto quaesquer esclarecimentos, e documentos que por ventura existam, e que não lhes sendo mais necessarios, possam auxiliar áquella repartição no desempenho do serviço de que se acha encarregada.

Dito do Sr. A. da Silva Tullio, bibliothecario da bibliotheca publica de Lisboa, agradecendo ao Instituto a remessa das suas *Revistas*, feitas pelo Sr. 1.° secretario.

Dois ditos do Sr. conselheiro Miguel Maria Lisboa, remettendo um exemplar da obra do Sr. Manoel Nunes Giraldes, lente cathedratico da faculdade de Coimbra, intitulada *O Papa-rei e o concilio*; e um dito da obra « *Le Marquis de Pombal* », publicada pelo Sr. Dr. Francisco Luiz Gomes Canarim.

Dito do Sr. Dr. Olegario Herculano de Aquino e Castro, offerecendo varios exemplares do *Elogio Historico do con-*

selheiro Manoel Joaquim do Amaral Gurgel e noticia d os successos politicos que precederam e seguiram-se à proclamação da independencia na provincia de S. Paulo. Declarando o mesmo offertante que os ditos exemplares são para o archivo do Instituto e para serem distribuidos.

Dito do Sr. Dr. José Tito Nabuco de Araujo, offerecendo um exemplar de cada uma das suas duas ultimas producções—*Maximas e Pensamentos*, e o drama — *Os filhos da fortuna* ; declarando o mesmo Sr. que por incommodos de saude não tem sido possivel comparecer ao Instituto e agradecer a sua admissão n'elle como membro correspondente, o que fará logo que cesse o impedimento.

Dito do Sr. Dr. Miguel Antonio da Silva, communicando, por intermedio do Sr. Dr. Pinheiro de Campos, que se achava soffrendo de uma angina, e por isso impossibilitado de comparecer á sessão.

Dito do Sr. encarregado de negocios de Italia, offerecendo, por parte da sociedade geographica italiana, os seus *Boletins*, e a obra—*Archivio per l'Antropologia e la Etnologia*.

Dito do Sr. Manoel de Sousa Garcia, residente no Ceará, offerecendo um volume de suas poesias — *O Triumpho das Armas Brasileiras.*

Dito do Sr. consul geral da Austria n'esta corte, pedindo da parte de S. Ex. o Sr.J. J. de Tschudi, actual emviado extraordinario da confederação Suissa em Vienna, que este Instituto lhe remetta os n. 23 e seguintes de sua *Revista*, para completar a collecção, visto não ter recebido os ns. subsequentes ao 22.—Ao Sr. 1.º secretario para satisfazer.

Dito do consocio o Sr. Dr. Cesar Augusto Marques, dando conhecimento ao Instituto dos suffragios que pelo eterno descanço da alma de S. Alteza a Serenissima Prin-

ceza D. Leopoldina, de saudosa recordação, tiveram lugar na provincia do Maranhão, associando-se elle, como membro d'este Instituto, a essas manifestações de pezares e mandando em seu nome celebrar uma missa no convento do Seminario Pequeno por alma d'aquella Excelsa Princeza, outr'ora dos brasileiros tão querida e hoje tão pranteada pelo seu prematuro passamento em plaga estrangeira. O Instituto recebeu a communicação com o mais profundo silencio e recolhimento, e ordenou que se agradecesse ao nosso consocio.

Seis ditos do mesmo Sr. Dr. Cesar Marques, remettendo o « Almanak da provincia do Amazonas», e varios numeros dos jornaes — *Publicador Maranhense* e *Paiz*, onde se acham muitos artigos do mesmo Sr. sobre a historia e geographiado Maranhão.

Pelo Sr. Joaquim de Almeida Portugal, por intermedio do Sr. Dr. Candido Mendes, foram offerecidos tres volumes em inglez, contendo a vida de Jesus Christo e a Biblia Sagrada.

Pelo Instituto Smithsonian dos Estados-Unidos, os seus Relatorios annuaes ; « a Correspondencia entre William Penn e James Logan em os annos de 1700 a 1750 ; —« o Relatorio do Director da penitenciaria de Philadelphia,» e uma collecção de miscellaneas.

Pela Sociedade Christiania varias obras em continuação ás que já tem anteriormente remettido.

Pela Secretaria do Senado—« Collecção de pareceres da mesa do Senado—Synopse dos objectos pendentes de deliberação »—; e collecções de seus «Annaes», tudo do anno de 1870.

Pelo Sr. Dr. Abilio Cezar Borges, o *Terceiro livro de leitura*, por elle publicado, para uso da infancia brasileira.

Pelo Sr. Dr. Guilherme Gumblenton Daunt, por inter-

medio do Sr. Coruja, a obra intitulada « —History of the Irish brigades in the service of France etc.—by John Cornelius O'Callanghan London. 1870 »—.

Pela Academia Real das Sciencias de Lisboa, *Actos e relaçoes politicas e diplomaticas de Portugal com as Potencias do Mundo*, etc. e *Memorias da Academia Real de Sciencias de Lisboa*, o tomo 4.° da nova serie.

Pelo Sr. João Candido de Moraes de Rego : *Almanak Administrativo da provincia do Maranhão*, 1871.

Pelo Sr. Conselheiro Azambuja, foi offerecido uma « Memoria historica sobre limites entre a republica de Columbia e o Imperio do Brasil », escripta por José Maria Quejano Otero, em 1869.

Pelo Sr. Dr. Carlos Frederico Xavier de Azevedo, a sua obra com o titulo *Historia Medico Cirurgica da esquadra brasileira, nas campanhas do Uruguay e Paraguay.*

Pela Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional, os seus jornaes de Janeiro e Fevereiro do corrente anno.

Pelo Sr. Innocencio Francisco da Silva, *Diccionario bibliographico portuguez*, tomo 9.°, 1870.

Pelo Sr. Desembargador Joaquim Rodrigues de Sousa a sua obra *Analyse e Commentario da Constituição politica do Imperio ou theoria pratica do governo constitucional brasileiro*, impressa no Maranhão.

Varios jornaes e periodicos remettidos pelas respectivas redacções.

Todas as offertas são recebidas com agrado.

ORDEM DO DIA

Foram lidas e remettidas á 2.ª commissão de historia, as seguintes propostas :

1.ª « Propomos para socio correspondente do Instituto Historico Geographico Brasileiro ao Sr. Dr. Olegario Herculano de Aquino e Castro, servindo de titulo de admissão o seu trabalho historico, recentemente publicado n'esta Corte e offerecido ao mesmo Instituto, sob o titulo : *Elogio Historico do conselheiro Manoel Joaquim do Amaral Gurgel e noticia dos successos politicos da independencia na provincia de S. Paulo.* Sala das sessões, etc.—Homem de Mello—Felizardo Pinheiro de Campos—Carlos Honorio de Figueiredo—Dr. Manoel Duarte Moreira de Azevedo— Pedro Torquato Xavier de Brito—Dr. Maximiano Marques de Carvalho.

2.ª Propomos para membro correspondente do Instituto o Sr. Dr. Ladisláo Netto, servindo de titulo de admissão a sua obra *Investigações Historicas e Scientificas sobre o Museu Imperial do Rio de Janeiro.* Sala das sessões, etc. (Assignados) Dr. Manoel Duarte Moreira de Azevedo.— Homem de Mello.—J. Norberto de S. Silva.

Os Srs. Dr. Candido Mendes e Lagos, occuparam a attenção do Intituto, lendo : o 1.° a Introducção de uma sua memoria com o titulo :—« Considerações sobre o commercio, sua origem e desenvolvimento desde os tempos primitivos até os nossos dias, comprehendendo a historia da legislação commercial dos differentes povos »—; e o 2.° —Um trabalho com o titulo de —« Observações sobre duas cabeças embalsamadas, de selvagens da Nova Zelandia, existentes no Museu Nacional d'esta côrte»—.

As 8 $^1/_2$ horas, o Sr. presidente, obtendo venia de S. M. levantou a sessão .

Carlos Honorio de Figueiredo

SECRETARIO SUPPLENTE.

2.ª SESSÃO EM 5 DE MAIO DE 1871

HONRADA COM A AUGUSTA PRESENÇA DE SUA MAGESTADE O IMPERADOR.

Presidencia do Exm. Sr. visconde de Sapucahy.

Ás 6 horas da tarde, achando-se presentes os Srs. Drs. Macedo, conego Fernandes Pinheiro, Carlos Honorio, Moreira de Azevedo, Lagos, senador barão de S. Lourenço, conselheiro Ponte Ribeiro, brigadeiro Xavier de Castro, Drs. Candido Mendes, Marques de Carvalho e Escragnolle Taunay; tendo communicado que não podiam comparecer por incommodados, os Srs. Dr. Sousa Fontes e Coruja.

Annunciando-se a chegada de S. M. o Imperador, é o mesmo Augusto Senhor recebido com as honras do estylo, e tomando assento, o Sr. presidente abriu a sessão.

Lida e approvada a acta da antecedente, passou-se ao expediente, que constou do seguinte:

Um officio do Sr. presidente da provincia do Ceará, remettendo dois exemplares da Falla com que foi aberta a sessão da Assembléa Legislativa Provincial no dia 1.º de Setembro do anno passado, e o Relatorio com que foi entregue ao actual Sr. presidente a administração d'aquella provincia.

Dito do Sr. Dr. Cezar Augusto Marques, remettendo o jornal *Paiz*, onde foi publicado um artigo seu sobre medicos e cirurgiões da provincia do Maranhão.

Dito do Sr. tenente-coronel Pedro Torquato Xavier de Brito, declarando que por incommodado não podia comparecer á sessão, e offerecia ao Instituto alguns documentos impressos para servirem á historia do reinado do Sr. D. Pedro II; e um parecer, tambem impresso, dado pelo Sr. general Rohan, sobre o projecto de via de communi-

cação entre Assumpção, Mato-Grosso e esta provincia com a do Rio Grande do Sul.

Dito do Sr. bibliothecario da bibliotheca publica da cidade do Porto, agradecendo a remessa que este Instituto fez áquelle estabelecimento litterario dos 1.°, 2.° e 3.° trimestre do volume 32 das suas *Revistas*; e pedindo que, para completar a collecção que possue, o Instituto lhe envie os volumes relativos aos annos de 1860 á 1868. Ao Sr. 1.° secretario para satisfazer a solicitação.

Dito do Sr. bibliothecario da bibliotheca publica de Lisboa, agradecendo a remessa das *Revistas* que este Instituto lhe fez por intermedio do Sr. 1.° secretario.

Dito do Sr. 1.° secretario do Instituto de Coimbra, agradecendo igualmente ao Instituto as remessas de suas *Revistas*, tambem enviadas por intermedio do Sr. 1.° secretario.

OFFERTAS:

Pelo Sr. Dr. Ricardo Gumbleton Daunt foi offerecida as *Notas historicas da cidade de Itú extrahidas dos velhos archivos e por informações de pessoas fidedignas. Por J. L. de Oliveira Cezar.*

Pelo Sr. Dr. José Ferrari *Conferencia politico-moral acerca da causa primaria dos maiores males publicos.*

Pelo Sr. Dr. Moreira de Azevedo *Rio da Prata e Paraguay*, quadros guerreiros.

Pelo Sr. Dr. Alfredo de Escragnolle Taunay, *Diario do exercito Campanha do Paraguay, commando em chefe* de S. A. R. marechal do exercito Conde d'Eu.

Pelo Sr. conego Fernandes Pinheiro, *Documentos comprobatorios dos serviços do Dr. Claudio Luiz da Costa na guerra da Independencia na provincia da Bahia*; — *Documentos para a historia da conquista de Cayena, achados*

entre os papeis do Dr. Claudio Luiz da Costa, e Apontamentos para a historia chronologica do Instituto dos Meninos cegos do Rio de Janeiro.

Pela secretaria de estrangeiros foram remettidas as *Memorias*, ultimamente publicadas, da sociedade real dos Antiquarios do Norte.

Pela Typographia Nacional, *A Collecção de Leis e Decisões do governo imperial do Brasil, de* 1870.

Pelo Sr. barão de S. Lourenço, um exemplar do *Relatorio* que apresentou a Assembléa Legislativa da provincia da Bahia no dia 1.º de Março do corrente anno.

Pelo Sr. Dr. Lagos, varios documentos manuscriptos e originaes, que os houve em leilão publico do espolio do finado membro d'este Instituto, tenente-coronel Adolpho Antonio Frederico Seweloh, por julgar que elles contem materia importante para a biographia do dito finado; e para esclarecimentos de alguns pontos controversos da historia militar do paiz.

Todas as offertas são recebidas com agrado.

Passando-se á ordem do dia, o Sr. conego Fernandes Pinheiro leu a *Biographia*, por elle escripta, do finado consocio Dr. Claudio Luiz da Costa.

A's 8 horas da noite, o Sr. presidente, obtendo venia de S. M. o Imperador, levantou a sessão.

Dr. *Sousa Fontes*,

2.º SECRETARIO.

3.ª SESSÃO, EM 19 DE MAIO DE 1871.

HONRADA COM A AUGUSTA PRESENÇA DE S. M. O IMPERADOR.

Presidencia do Exm. Sr. visconde de Sapucahy.

A's 6 1/2 horas da tarde, achando-se reunidos na sala do Instituto os Exms. Srs. visconde de Sapucahy, barão do Bom-Retiro, Macedo, Norberto, conego Fernandes Pinhiro, Sousa Fontes, Carlos Honorio, Lagos, Coruja, Moreira de Azevedo, Capanema, Marques de Carvalho, conselheiro Gomes Jardim, Lopes Netto e Pontes Ribeiro, senador Candido Mendes, Dr. Machado Portella, tenente-coronel Xavier de Brito, L. A. de Castro, José Christino, Homem de Mello, Miguel Antonio da Silva, Boulanger e Escragnolle Taunay; e sendo annunciada a chegada de S. M. o Imperador, foi o mesmo augusto senhor recebido com as honras do estylo; e tomando assento, o Sr. presidente abriu a sessão.

Lida a acta da antecedente, e não havendo quem sobre ella fizesse observações, deu-se por approvada.

O Sr. 1.º secretario deu conta do seguinte expediente:

Um officio do Sr. presidente da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, transmittindo ao Instituto um exemplar do *Relatorio*, com que no dia 14 de Março do corrente anno abriu a 1.ª sessão da 14.ª legislatura da assembléa provincial.

Dito do Sr. Dr. Felizardo Pinheiro de Campos, communicando que, achando-se de nojo pelo fallecimento de seu filho Daniel Pinheiro, não podia comparecer á presente sessão. Ficou o Instituto inteirado.

Dito do Sr. 1.º secretario do Instituto Litterario d'esta côrte, communicando a sua installação, e enviando a relação dos membros que foram eleitos para a sua directoria.

Dito do Sr. presidente do Atheneu Maranhense, enviando a relação dos membros eleitos para compôrem a secção de historia e geographia, e requerendo a este Instituto a sua filiação. Foi o requerimento remettido á commissão de estatutos.

Foram feitas as seguintes offertas :

Pelo Sr. conego Manoel da Costa Honorato, de um exemplar do seu livro, com o titulo—*Maria Santissima, a Heroina por excellencia ou o Novo Mez Mariano.*

Pela secretaria do imperio, varios relatorios e collecções das leis provinciaes.

Pela academia real das sciencias de Madrid, *Discursos moraes e politicos lidos na real academia,* 5 volumes, *Resumo de suas actas, e discursos lidos na sessão geral celebrada em* 10 *de Junho de* 1866, 2 volumes, e *Relação dos academicos da academia de sciencias moraes e politicas, dos annos de* 1869 e 1870.

Todas as offertas são recebidas com agrado.

Findo o expediente, o Sr. barão do Bom-Retiro, pedindo a palavra disse : que não tendo comparecido a algumas sessões do Instituto, cumpria-lhe como presidente da commissão promotora do monumento de José Bonifacio, nomeada pelo mesmo Instituto, declarar que as quantias até agora recebidas para esse fim, attingiam approximadamente a 50:000$000, e que julgando que esta somma será sufficiente para se levar a effeito o dito monumento, de accordo com os mais membros da commissão, pretende na Europa, para onde breve seguirá, empregar, com o auxilio do nosso consocio o Sr. Porto Alegre, todos os seus esforços para conseguir no menor tempo possivel a realisação n'esta côrte, do projectado monumento, não sumptuoso, mas condigno d'aquelle illustre sabio e da gloria nacional.

Declarou mais que tendo fallecido os dois membros da alludida commissão, Drs. Fernando Sebastião Dias da Motta e Claudio Luiz da Costa, o Instituto nomeasse quem os substituisse. O Sr. presidente nomeou para a referida commissão os Srs. Drs. Homem de Mello e Macedo.

Passando-se á ordem do dia, e não havendo propostas nem pareceres de commissões, obteve a palavra o Sr. Dr. Moreira de Azevedo, e leu um bem elaborado trabalho sobre a *Sedição da Ilha das Cobras em* 1831; abundando em considerações a respeito dos partidos politicos n'aquella época, sua linguagem na imprensa, e a preciando com criterio os serviços então prestados pela guarda municipal, que salvou o paiz de eminente calamidade, etc.

Ao terminar a sessão, o Sr. presidente, em nome do Instituto, dirigiu a S. M. o Imperador as seguintes palavras :

« Senhor.—O Instituto vai ser privado por algum tempo da augusta presença de V. M. Imperial, que tanto tem honrado suas lucubrações ; mas está convencido de que ainda de longe seus trabalhos gazarão da influencia de seu inclyto protector. Sentindo vivissima saudade por esta separação, o Institúto faz votos ao céo pela conservação da saude de V. M. Imperial, e confia na Divina Misericordia que S. M. a Imperatriz colherá d'este passo as vantagens que a nação espera do sacrificio que por ella faz o magnanimo coração de V. M. Imperial. »

Ao que S. M. se dignou responder :

« Agradeço muito ao Instituto, e espero que continúe com o mesmo zelo a occupar-se das letras patrias. »

A's 9 horas levantou-se a sessão.

Dr. Sousa Fontes,
2.º SECRETARIO.

4.ª SESSÃO, EM 2 DE JUNHO DE 1871.

Presidencia do Exm. Sr. visconde de Sapucahy.

A's 6 horas da tarde, achando-se reunidos na sala do Instituto os Srs. conego Fernandes Pinheiro, Drs. Sousa Fontes, Carlos Honorio, Moreira de Azevedo, Lagos, Coruja, tenente-coronel Xavier de Brito, Homem de Mello, Boulanger e Machado Portella, o Sr. presidente abriu a sessão.

Lida e approvada a acta da antecedente, o Sr. 1.º secretario deu conta do seguinte

EXPEDIENTE :

Uma circular do Sr. ministro do imperio, communicando que S. M. o Imperador usando do consentimento outorgado pela assembléa geral, partiu para Europa com S. M. a Imperatriz, assumindo S. A. Imperial a Sra. D. Izabel a regencia do imperio. Inteirado.

Um officio do Sr. vice-presidente da pr ovincia da Bahia, remettendo um exemplar do *Relatorio* com que o Sr. barão de S. Lourenço passou-lhe a administração da mesma provincia.

Uma carta do Sr. Joáquim Norberto de Sousa e Silva, communicando que, por justo impedimento, não podia comparecer a esta sessão. Inteirado.

Outra do Sr. secretario da academia real de sciencias, de letras e b ellas-artes da Belgica, agradecendo a remessa das *Revistas* d'este Instituto, feitas pelo Sr. 1.º secretario, e remettendo as suas *Memorias* e *Boletins* de 1869 e 1870.

Outra do Sr. Joaquim Francisco Lopes, offerecendo ao Instituto um exemplar de sua *Memoria sobre a verêda mais facil da estrada de Matto-Grosso.*

OFFERTAS :

Pelo Sr. Dr. Pientzenauer de um exemplar de suas *Theses* para os concursos á cadeira de clinica medica e cirurgica, sustentadas na faculdade de medicina do Rio de Janeiro em 1866 e 1871.

Pela secretaria da justiça, de um exemplar do *Relatorio* apresentado pelo Sr. ministro d'aquella repartição á assembléa geral legislativa na actual sessão.

Pela Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional, um numero do seu jornal.

Pela meza administrativa do Atheneu Maranhense, os estatutos do mesmo Atheneu.

Varios jornaes e periodicos remettidos pelas respectivas redacções.

Todas as offertas são recebidas com agrado.

ORDEM DO DIA

Leu-se e approvou-se a seguinte proposta :

« Proponho que se dê para ordem do dia da sessão seguinte este ponto :—O que se deverá pensar do systema colonial adoptado pelos portuguezes no Brasil ?

« Sala das sessões do Instituto, 2 de Junho de 1871.— Conego Dr. *J. C. Fernandes Pinheiro.* »

O Sr. Dr. Homem de Mello, obtendo a palavra, leu um trabalho seu, com o titulo : *Excursões pela provincia do Ceará.*

Nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente levantou a sessão ás 7 horas.

Carlos Honorio de Figueiredo,

SECRETARIO SUPPLENTE.

5.ª SESSÃO, EM 16 DE JUNHO DE 1871.

HONRADA COM A PRESENÇA DE S. A. O SR. CONDE D'EU.

Presidencia do Sr. visconde de Sapucahy.

A's 6 horas da tarde, achando-se reunidos na sala do Instituto os Srs. visconde de Sapucahy, Joaquim Norberto, Sousa Fontes, Carlos Honorio, Moreira de Azevedo, Homem de Mello, Lagos, Coruja, Candido Mendes, Xavier de Castro, Xavier de Brito, João Ribeiro, Pinheiro de Campos e Escragnolle Taunay; e tendo comparecido S. A. o Sr. conde d'Eu, foi o mesmo recebido com as formalidades do estylo, e tomando assento, o Sr. presidente abriu a sessão.

O Sr. Dr. Carlos Honorio, secretario supplente, servindo de 2.° secretario, procedeu a leitura da acta da antecedente, a qual, posta em discussão, e não havendo quem sobre ella fizesse observações, deu-se por approvada.

O Sr. Dr. Sousa Fontes, 2.° secretario, servindo de 1.°, deu conta do expediente que constou do seguinte :

Officios dos Srs. 1.° secretario conego Fernandes Pinheiro e Dr. Miguel Antonio da Silva, communicando não poderem comparecer á presente sessão por incommodos de saude. Inteirado.

Dito do Sr. secretario da Illm. Camara Municipal, participando que a mesma camara, tendo mandado proceder ao ajardinamento do largo de S. Francisco de Paula, reservára o espaço necessario para a collocação da estatua do patriarcha da independencia José Bonifacio de Andrada e Silva. Resolveu o Instituto que o officio fosse remettido á commissão promotora d'este monumento, para ella providenciar a respeito do que fôr necessario fazer-se.

O Sr. Dr. João Ribeiro de Almeida offereceu ao Instituto um exemplar dos seus *Estudos sobre as condições hygienicas dos navios encouraçados, as molestias mais frequentes a seu bordo e os meios de combater as causas da insalubridade n'elles existentes.*

O Sr. Dr. Carlos Honorio offereceu ao Instituto 6 exemplares do *Relatorio* que, sobre a colonisação, dirigiu o Sr. Dr. João Pedro Carvalho de Moraes ao ministerio da Agricultura, visto que o Instituto tinha dado para ordem do dia dos seus trabalhos, a discussão e solução de um ponto identico.

Foram remettidos ao Instituto, pelo presidente da provincia do Espirito-Santo, e por diversas redacções, varios jornaes e periodicos.

Todas as offertas são recebidas com agrado.

ORDEM DO DIA.

Entrou em discussão, foi approvado e remettido á commissão de admissão de socios, o parecer da commissão subsidiaria de historia ácerca da obra—*Investigações historicas e scientificas sobre o Museo Nacional*, pelo Dr. L. Netto.

2. PARTE.

Pondo-se em discussão o seguinte ponto:

« *O que se deverá pensar do systema colonial adoptado pelos portuguezes no Brasil?* » Sobre elle o Sr. Dr. Homem de Mello apresentou, por escripto, a sua opinião fundamentada.

ULTIMA PARTE.

Ficando adiada a discussão d'este ponto, passou-se á ultima parte da ordem do dia, a qual foi preenchida pelo

Sr. Dr. Candido Mendes de Almeida, que continuou com a leitura de sua « Memoria sobre o commercio, sua origem e desenvolvimento, desde os tempos primitivos até nossos dias, comprehendendo a historia da legislação commercial dos differentes povos. »

Levantou-se a sessão ás 8 horas.

Carlos Honorio de Figueiredo,
SECRETARIO SUPPLENTE.

6.ª SESSÃO EM 30 DE JUNHO DE 1871.

Presidencia do Exm. Sr. visconde de Sapucahy.

A's 6 horas da tarde, achando-se presentes os Srs. Drs. Sousa Fontes, Carlos Honorio, Homem de Mello, Coruja, Lagos, Candido Mendes, Perdigão Malheiro, Costa Azevedo e Xavier de Castro, o Sr. presidente abriu a sessão.

O Sr. Dr. Carlos Honorio, secretario supplente, servindo de 2.º secretario, leu a acta da antecedente, a qual foi approvada, e o Sr. Dr. Sousa Fontes, 2.º secretario, servindo de 1.º, deu conta do expediente que constou do seguinte :

Officios dos Srs. conego Pinheiro e Miguel Antonio da Silva, communicando que, por incommodados, não podem comparecer á presente sessão.

Um officio do Sr. presidente da provincia do Ceará, remettendo dois exemplares da Collecção de leis promulgadas pela assembléa provincial, na sessão do anno passado.

Dito do Sr. presidente da provincia da Bahia, remettendo

um exemplar do *Relatorio* sobre a instrucção publica d'aquella provincia.

Dito do Sr. presidente do Rio Grande do Sul remettendo um exemplar do *Relatorio* com que o seu antecessor, conselheiro Francisco Xavier Pinto Lima, passou-lhe a administração da provincia.

Dito do Sr. Dr. Joaquim José Gomes da Silva Netto, offerecendo ao Instituto 10 numeros do jornal *Estandarte*, onde sahiram publicados os seus artigos — Caparáo — Estrada para Minas Geraes — e Minas de Ouro.

Um officio do Sr. conego Manoel da Costa Honorato, no qual faz considerações sobre algumas inexactidões que se encontram no *Diccionario topographico estatistico e historico da provincia de Pernambuco*, por elle publicado, e offerecido como titulo de sua admissão ao Instituto. Achando-se este diccionario pendente do parecer da commissão de admissão de socios, resolveu o Instituto, depois de fallarem alguns de seus membros sobre o conteúdo do referido officio, que elle fosse remettido áquella commissão.

Foram feitas as seguintes offertas :

Pela secretaria de Estado dos negocios da Guerra, de um exemplar do *Relatorio* apresentado á Assembléa Geral Legislativa na actual sessão, pelo Exm. Sr. visconde do Rio Branco.

Pelo Sr. director da estrada de ferro de D. Pedro II, de um exemplar do *Relatorio* apresentado pelo mesmo ao Sr. ministro de Agricultura, commercio e obras publicas, no anno de 1870.

Pelo Sr. Bartholomeu Cecchetti, a obra com o titulo *D. Alcune opere della principessa Dora d'Istria*. Venezia, 1868.

Pela Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional, o seu jornal de Maio do corrente anno.

Todas as offertas são recebidas com agrado.

ORDEM DO DIA.

Os Srs. José da Costa e Azevedo e Carlos Honorio de Figueiredo propozeram para membro correspondente do Instituto, o Sr. Manuel Rouaud y Paz-Soldan, commissario por parte do Perú na demarcação dos limites da republica com o Imperio do Brasil. Foi a proposta remettida á commissão de admissão de socios.

Entrando em discussão a proposta para a creação e publicação da nova revista com o titulo *Bibliotheca Brasileira*, conjunctamente com o parecer da commissão de fundos, sobre o augmento de despeza que o Instituto tem a fazer com a execução da dita proposta, tomaram parte n'ella varios socios, resolvendo-se a final que se désse principio á dita publicação; ficando o Sr. Lagos, como autor da proposta, encarregado da direcção e de promover os meios para fazer com que seja impresso o 1.° volume da *Bibliotheca Brasileira*.

Ficaram sobre á mesa, para serem votados na proxima sessão, dois pareceres da commissão de admissão de socios, favoraveis aos Srs. Drs. Olegario Herculano de Aquino e Castro e Ladisláo Netto, concluindo os mesmos pareceres que sejam estes senhores admittidos como socios correspondentes.

Achando-se a hora adiantada, o Sr. presidente adiou a leitura de trabalhos de socios, e levantou a sessão ás 8 horas.

Carlos Honorio de Figueiredo,

SECRETARIO SUPPLENTE.

7.ª SESSÃO, EM 14 DE JULHO DE 1871.

Presidencia do Exm. Sr. visconde de Sapucahy.

A's 6 horas da tarde, achando-se presentes os Srs. Joaquim Norberto, conego Fernandes Pinheiro, Carlos Honorio, Lagos, Moreira de Azevedo, Coruja, Candido Mendes, Xavier de Brito, Pinheiro de Campos, Boulanger, Miguel Antonio da Silva, Escragnolle Taunay e João Ribeiro de Almeida, o Sr. presidente abriu a sessão.

O Sr. Dr. Carlos Honorio, secretario supplente, servindo de 2.º secretario, leu a acta da antecedente, a qual foi approvada.

O Sr. 1.º secretario, conego Fernandes Pinheiro, deu conta do expediente, que constou do seguinte :

Um officio do Sr. Dr. Antonio Pereira Pinto, acompanhado de 21 exemplares do seu opusculo « *Politica tradiccional—Intervenções do Brasil no Rio da Prata* » sendo um exemplar para a bibliotheca do Instituto, e os outros para serem distribuidos pelos socios presentes.

Uma carta do Sr. Dr. Felizardo Pinheiro de Campos, offerecendo alguns extractos do *Jornal do Commercio* de Lisboa, narrando a honrosa recepção que alli teve os nossos augustos soberanos.

Foram feitas as seguintes offertas :

Pela secretaria do Imperio, o *Relatorio* apresentado á assembléa geral legislativa, na actual sessão, pelo Sr. ministro do Imperio conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Pelo Sr. Dr. Wappaus, um exemplar da sua obra *Handbuch der Geographie und statistik des Kaiserreichs Brasilien tellt*, Leipzig, 1871.

Pelo autor, sob o pseudonymo de *Kakistos*, um folheto com o titulo *O Tratado de 27 de Março de 1867*.

Todas as offertas são recebidas com agrado.

ORDEM DO DIA

Leu-se e foi remettida á commissão de archeologia a seguinte proposta :

« Proponho para socio correspondente do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, o Sr. Augusto Carlos Teixeira de Aragão, medico-cirurgico da escola de Lisboa, commendador da ordem militar de S. Bento de Aviz, socio de varias academias e sociedades scientificas, autor de diversas obras, nomeadamente da *Descripção historica das moedas romanas* existentes no gabinete numismatico de S. M. El-Rei D. Luiz I, » offerecida a este Instituto o anno proximo passado. Sala das sessões do Instituto, em 14 de Julho de 1871.—*J. C. Fernandes Pinheiro.* »

Votou-se, em escrutinio secreto, e foram unanimemente approvados os dois pareceres da commissão de admissão de socios, que haviam ficado sobre á mesa, favoraveis aos Srs. Drs. Olegario Herculano de Aquino e Castro, e Ladisláo de Sousa Mello Netto, sendo estes senhores proclamados socios correspondentes do Instituto.

O Sr. conego Fernandes Pinheiro, obtendo a palavra, apresentou por escripto a sua opinião sobre o seguinte ponto, dado para ordem do dia : *O que se deverá pensar do systema colonial adoptado pelos portuguezes no Brasil ?*

Occupou a ultima parte da ordem do dia o Sr. Dr. Candido Mendes, continuando com a leitura de sua *Memoria* «sobre o commercio desde os tempos primitivos até os nossos dias.»

Levantou-se a sessão ás 8 horas.

Carlos Honorio de Figueiredo,

SECRETARIO SUPPLENTE.

8.ª SESSÃO EM 28 DE JULHO DE 1871.

Presidencia do Exm. Sr. Visconde de Sapucahy.

A's 6 horas da tarde, achando-se reunidos na sala do Instituto os Srs. Drs. Macedo, conego Fernandes Pinheiro, Carlos Honorio, Moreira de Azevedo, commendador Lagos, Homem de Mello, Coruja, Ladisláo Netto, Xavier de Brito, Pinheiro de Campos, senador Candido Mendes, Escragnolle Taunay, Luiz Antonio de Castro e Miguel Antonio da Silva, o Sr. presidente abriu a sessão.

Foi lida e approvada a acta da antecedente.

O Sr. 1.º secretario deu conta do expediente, que foi o seguinte:

Um officio do Sr. Dr. Sousa Fontes, communicando que, por incommodo de pessoa de sua familia, não podia comparecer á presente sessão.

Dito do Sr. Freire Allemão, no qual communica que tendo soffrido grave enfermidade, e achando-se ainda com grande enfraquecimento de suas faculdades intellectuaes, não podia dar cumprimento, como membro da commissão de Estatutos, ao trabalho que o Instituto lhe encarregára, e por isso o devolvia para ser commettido a outro membro d'essa commissão.— Inteirado.

Foram feitas as seguintes

OFFERTAS:

Pelo Sr. Dr. João Ribeiro de Almeida, um exemplar dos seus *Estudos sobre as condições hygienicas dos navios encouraçados, as molestias mais frequentes a seu bordo e os meios de combater as causas de insalubridade n'elles existentes.*

Pelo Sr. Olympo Eugenio de Arroxellas Galvão, dois

exemplares da sua obra com o titulo *Assembléas Legislativas Provinciaes das Alagôas*, contendo os nomes dos deputados e supplentes das 18 legislaturas de 1835 a 1871, as mesas, os trabalhos e occurrencias principaes, etc.

Pelas secretarias d'Estado de Marinha e Estrangeiros os *Relatorios* d'estas repartições, apresentados á Assembléa Geral Legislativa na actual sessão pelos respectivos ministros.

Todas as offertas são recebidas com agrado.

ORDEM DO DIA.

Não havendo proposta nem pareceres de commissões, o Sr. Dr. Homem de Mello, obtendo a palavra, leu um seu trabalho sobre a provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul; e o Sr. Dr. Candido Mendes continuou com a leitura da sua *Memoria sobre o commercio desde os tempos primitivos*.

A's 7 1/2 horas levantou-se a sessão.

Carlos Honorio de Figueiredo

SECRETARIO SUPPLENTE.

9.ª SESSÃO EM 11 DE AGOSTO DE 1871.

Presidencia do Exm. Sr. Visconde de Sapucahy.

A's 6 horas da tarde, achando-se presentes os Srs. Joaquim Noberto, conego Fernandes Pinheiro, Carlos Honorio, Moreira de Azevedo, Coruja, Lagos, Homem de Mello, Borges, Boulanger e Pinheiro de Campos, o Sr. presidente abriu a sessão.

Lida a acta da anterior pelo Sr. Dr. Carlos Honorio,

secretario supplente, e não havendo quem sobre ella fizesse observações, deu-se por approvada.

Em seguida o Sr. J. Norberto, pedindo a palavra, expôz, em sentidas expressões, que tendo fallecido e sepultado-se hoje o distincto consocio o Sr. Braz da Costa Rubim, membro das commissões de ethnographia e orçamento, autor de varias memorias publicadas na *Revista Trimensal* d'este Instituto, que o recommendam á lembrança dos seus collegas, e constante companheiro de trabalhos litterarios, propunha que, em signal de pezar, não houvesse sessão.

Sendo unanimemente approvada esta proposta, o Sr. presidente levantou immediatamente a sessão.

Dr. *Moreira de Azevedo*,

2.° SECRETARIO SUPPLENTE.

10.ª SESSÃO EM 25 DE AGOSTO DE 1781

HONRADA COM A PRESENÇA DE S. A. O SR. CONDE D'EU

Presidencia do Exm. Sr. conselheiro de Estado visconde de Sapucahy.

A's 6 horas da tarde, achando-se reunidos na sala do Instituto os Srs. Drs. Carlos Honorio, Moreira de Azevedo, Homem de Mello, Pinheiro de Campos, Borges, Coruja e Costa Azevedo, o Sr. Presidente abriu a sessão.

Lida pelo Sr. Dr. Moreira de Azevedo, secretario supplente, a acta da ultima sessão, e não havendo quem sobre ella fizesse observações, deu-se por approvada.

Não tendo comparecido o Sr. 1.° secretario, por incom-

modado, occupou este cargo o Sr. Dr. Carlos Honorio o qual deu conta do seguinte expediente :

Um officio do Sr. presidente da provincia do Paraná, remettendo um exemplar da collecção de leis provinciaes promulgadas no corrente anno.

Dito do Sr. presidente da provincia de Sergipe remettendo dois exemplares do *Relatorio* com que foi aberta a 2.ª sessão da 20.ª legislatura da Assembléa d'aquella provincia, e a *Exposição* feita por seu antecessor ao passar-lhe a administração.

Dito do Sr. presidente da provincia do Maranhão, remettendo um exemplar do *Relatorio* com que foi aberta, em 3 de Maio ultimo, a Assembléa Provincial.

Um officio do consocio o Sr. Dr. Agostinho Marques Perdigão Malheiro, offerecendo ao Instituto, e para serem distribuidos pelos socios presentes, vinte exemplares do « Discurso que proferiu na sessão da Camara temporaria de 12 de Julho ultimo, sobre a proposta do governo para a reforma do estado servil. »

Dito do mesmo Sr. Dr. Perdigão, devolvendo o manuscripto, em 4 volumes, do padre Francisco de Menezes, constantes de cartas, com o titulo—*Lamentações Brasilicas*, declarando o mesmo Sr. Dr. Perdigão que por falta de tempo não pôde fazer um extracto, visto que ha n'esse manuscripto muito que aproveitar para a historia patria.

Dito do Sr. Dr. Olegario Herculano de Aguino e Castro, agradecendo ao Instituto o haver-lhe recebido em seu gremio, como socio correspondente.

OFFERTAS

Pele consocio o Sr. capitão de mar e guerra José da Costa e Azevedo foi offerecido um folheto com o titulo—

Dos illustres sabios vindicados, escripto pelo Sr. Manuel Rouaud y Paz Soldan, e impresso em Lima em 1868.

Pela redacção da « Revista da Instrucção Publica da provincia da Bahia»,dois ns. do seu jornal do mez de Julho do corrente anno.

Pela Sociedade Geographica de Paris, os seus *Boletins* dos mezes de Julho a Dezembro de 1870, e Janeiro á Março de 1871.

Pelo Sr. Maximiano Lopes Machado, um folheto com o titulo—*A Parahyba e o Atlas do Sr.Dr. Candido Mendes de Almeida*.

Pelo Sr. Dr. José Alves Pereira de Carvalho e Henrique Alves de Carvalho, 4 exemplares da *Exposição* por elles feita contra o Dr. Juiz Municipal da 1.ª Vara.

Pelo Sr. Dr. Pinheiro de Campos de varios jornaes que trazem a *Viagem de S. M. o Imperador*.

Varios jornaes remettidos pelas respectivas redacções.

Todas as offertas são recebidas com agrado.

ORDEM DO DIA

O Sr. Dr. Homem de Mello continuou com a leitura das suas « *Excursões pela provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul.* »

Levantou-se a sessão as 7 horas.

Carlos Honorio de Figueiredo

SECRETARIO SUPPLENTE

11.ª SESSÃO, EM 22 DE SETEMBRO DE 1871

HONRADA COM A PRESENÇA DE S. A. O SR. CONDE D'EU

Presidencia do Exmo. Sr. visconde de Sapucahy

A's 6 horas da tarde, achando-se reunidos na sala do Instituto os Exmo. Srs. visconde de Sapucahy, Drs. Sousa Fontes, Carlos Honorio, senador Candido Mendes, Pinheiro de Campos, Olegario H. de Aquino e Castro, Ladisláo Netto, Homem de Mello, Coruja e Borges, o Sr presidente abriu a sessão.

Em seguida o Sr. Dr. Carlos Honorio, secretario supplente, leu a acta da sessão antecedente, a qual, sendo posta em discussão e não havendo quem sobre ella fizesse observações, deu-se por approvada.

O Sr. Dr. Sousa Fontes, 2.° secretario servindo de 1.°, deu conta do seguinte

EXPEDIENTE

Participação do Sr. Dr. José Tito Nabuco de Araujo, de não poder comparecer á sessão por incommodado.

Officio do Sr. Presidente da provincia da Bahia, remettendo um exemplar da Collecção de leis provinciaes sanccionadas e publicadas no presente anno.

Dito do Sr. João da Costa Moraes Rego, communicando haver prestado juramento e entrado em exercicio do cargo de presidente do Athenêo Maranhense, e declarando que, no desempenho de suas funcções o Instituto e cada um de seus membros o acharão sempre disposto a cumprir com as determinações compativeis com o serviço social, a bem das letras patrias.

Dito do Sr. Floriano Alves da Costa, editor do jornal

litterario—*A Luz*, offerecendo uma collecção d'este jornal e pedindo ao Instituto as suas *Revistas*.

Dito do consocio o Sr. Dr. Gabaglia, devolvendo a obra sobre a provincia de Matto-Grosso, escripta pelo Sr. Joaquim Ferreira Moutinho que lhe havia sido remettida para, como membro da commissão de geographia, dar sobre ella o seu parecer ; declarando o mesmo Sr. Dr. Gabaglia que, por seu máo estado de saude, não tem podido satisfazer ao que o Instituto d'elle exige.

OFFERTAS

Pelo consocio o Sr. Dr. Olegario Herculano de Aquino e Castro foi offerecido um exemplar do *Atlas da Guerra do Paraguay* e um folheto sobre o mesmo assumpto, organisados pelo Sr. 1.º tenente E. C. Jourdan..

Pela secretaria da Agricultura, de um exemplar do *Relatorio* apresentado á Assembléa Geral Legislativa na sessão do corrente anno, pelo Exmo. Sr. ministro e secretario d'Estado conselheiro Theodoro Machado Freire Pereira da Silva.

Pela Academia de Munich, varias obras em continuação as que já tem remettido.

Pelo Sr. Dupont, varios folhetos e catalagos de obras de que é editor.

Por diversas redacções varios jornaes e periodicos.

Todas as offertas são recebidas com agrado.

ORDEM DO DIA

Leu-se, foi approvado e remettido á commissão de admissão de socios um parecer dado pela commissão de archeologia e ethnographia sobre a obra escripta pelo Sr.

A. C. Teixeira de Aragão, com o titulo de—*Descripção historica das moedas romanas existentes no Gabinete Numismatico de S. M. El-rei D. Luiz* 1.°, visto servir a mesma obra de titulo de admissão de seu autor ao gremio do Instituto.

Leu-se igualmente, e ficou sobre a mesa para ser discutido na proxima sessão, um parecer da commissão de fundos e orçamento, approvando as contas do anno findo, apresentadas pelo Sr. thesoureiro, e orçando a receita e despeza do Instituto para os annos de 1871 e 1872.

O Sr. senador Candido Mendes continuou com a leitura da sua—*Historia do Commercio desde os tempos primitivos.*

Levantou-se a sessão ás 8 horas.

Dr. Moreira de Azevedo
2.° SECRETARIO SUPPLENTE

12.ª SESSÃO, EM 6 DE OUTUBRO DE 1871.

Presidencia do Exm. Sr. visconde de Sapucahy.

A's 6 horas da tarde, achando-se presentes os Srs. Drs. Carlos Honorio, Moreira de Azevedo, senador Candido Mendes, Coruja, Homem de Mello, Borges, Pinheiro de Campos, Aquino e Castro, Xavier de Brito, Escragnolle Taunay e João Ribeiro de Almeida, o Sr. presidente abriu a sessão.

O Sr. Dr. Moreira de Azevedo, servindo de 2.° secretario, procedeu a leitura da acta da anterior, a qual, sendo posta em discussão, e não havendo quem sobre ella fizesse observações, foi approvada.

Por não ter comparecido, por incommodado, o Sr.

conego Fernandes Pinheiro, 1.º secretario, occupou este cargo o Sr. Dr. Carlos Honorio, e deu conta do seguinte

EXPEDIENTE :

Um officio do Sr. presidente da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, remettendo um exemplar da collecção de leis promulgadas pela Assembléa Provincial na sessão ordinaria do corrente anno.

Dito do Sr. Dr. Cezar Augusto Marques, apresentando o 2.º volume do seu *Diccionario Historico e Geographico da provincia do Maranhão*, cujo 1.º volume já anteriormente havia offerecido ao Instituto.

Dito do Sr. conego Manoel da Costa Honorato, offerecendo os ns. 44 e 47 do *Apostolo*, publicados no anno proximo passado, nos quaes foram impressos o *Relatorio* do presidente da sociedade União Catholica apresentado á sessão magna de 18 de Dezembro do mesmo anno, e o *Discurso necrologico* recitado na mesma sessão pelo dito Sr. conego Honorato.

OFFERTAS :

Pelo Sr. barão de Angra, por intermedio do Sr. Antonio Alvares Pereira Coruja, foi offerecido um exemplar do — « *Plano hydrographico da bahia do Rio de Janeiro*, levantado pelo capitão-tenente Diogo Jorge de Brito e copiado em maior escala com alteração das sondas, pelo chefe de esquadra conselheiro de guerra Eliziario Antonio dos Santos.

Pela sociedade Auxiliadora da Industria Nacional, o seu jornal do mez de Agosto do corrente anno.

Por intermedio do senador Candido Mendes, proposta para a organisação de um conselho de immigração, apre-

sentada em 28 de Outubro de 1868 pelo Sr. Joaquim M. de Almeida Portugal ao Sr. ministro da Agricultura; e um exemplar da obra, com o titulo *Conceição de Itanhaem, Impressões de Viagem.*

Pelo Sr. Dr. Felizardo Pinheiro de Campos foi offerecido o *Jornal da Tarde*, em que se acha a traducção do — « Memorial dirigido ao Exm. Sr. barão do Bom-Retiro pelo Sr. William G. Armstrong, superintendente das fabricas de peças de artilheria de Elswick, por occasião da visita de S. M. o Imperador áquelle estabelecimento. »

Varios jornaes e periodicos remettidos pelas respectivas redacções.

Todas as offertas são recebidas com agrado.

Resolveu o Instituto, sob proposta assignada por todos os seus membros presentes, que no dia 11 do corrente fosse uma commissão especial de seu seio, felicitar e agradecer a S. A. Imperial Regente pelo faustissimo motivo de haver sido sanccionada e publicada a lei sobre o elemento servil.

E por proposta do Sr. presidente, foi resolvido que igual felicitação se dirigisse a S. M. o Imperador, por intermedio do Sr. 1.º vice-presidente barão do Bom Retiro, a quem se officiaria para cumprir com a grata missão do Instituto.

Por pedido do Sr. 3.º vice-presidente Joaquim Norberto, resolveu o Instituto que se désse ao Sr. Machado de Assis uma collecção de suas *Revistas.*

Foi remettida á commissão de fundos e orçamento um requerimento em que os empregados do Instituto pedem augmento de vencimentos.

ORDEM DO DIA.

Entrando em discussão o parecer da commissão de

fundos e orçamento sobre as contas do Sr. thesoureiro e receita e despeza do Instituto; á requerimento do Sr. Dr. Carlos Honorio ficou adiada até a proxima sessão.

O Sr. Dr. Homem de Mello leu a «*Biographia de Hyppolito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça*, distincto Redactor do *Correio Brasiliense* publicado em Londres desde 1808 até 1822;»

E o Sr. Dr. Candido Mendes proseguiu na leitura da sua *Memoria sobre o commercio desde os tempos primitivos.*

Levantou-se a sessão ás 8 horas.

Carlos Honorio de Figueiredo.

SECRETARIO SUPPLENTE.

13.ª SESSÃO, EM 20 DE OUTUBRO DE 1871.

HONRADA COM A PRESENÇA DE S. A. O SR. CONDE D'EU.

Presidencia do Exm. Sr. visconde de Sapucahy.

A's 6 horas da tarde, achando-se presentes na sala do Instituto os Exms. Srs. Drs. Macedo, conego Fernandes Pinheiro, Sousa Fontes, Carlos Honorio, Moreira de Azevedo, Coruja, tenente-coronel Xavier de Brito, Ladisláo Netto, Pinheiro de Campos, Boulanger, senador Candido Mendes, conselheiro Lopes Netto, Drs. Pinto Junior, Escragnolle Taunay e Silva Paranhos, o Sr. presidente abriu a sessão.

Lida e approvada a acta da antecedente, o Sr. 1.º secretario deu conta do seguinte

EXPEDIENTE:

Uma participação do Sr. Lagos, de não ter podido com-

parecer as sessões em consequencia de sua grave enfermidade.

Um officio do Sr. conselheiro director geral da secretaria da Guerra, remettendo, de ordem do Sr. ministro da mesma repartição, 6 exemplares do *Atlas historico da guerra do Paraguay*, e respectivos textos.

Dito do Sr. presidente da provincia de Sergipe, remettendo um exemplar do *Relatorio* com que o Sr. Dr. Antonio Candido da Cruz Leitão passou a administração ao 2.° vice-presidente Dr. Dyonizio Rodrigues Dantas, e *Exposição* com que lhe foi entregue a administração da provincia.

Dito do Sr. presidente da provincia do Rio Grande do Sul, remettendo um exemplar do *Relatorio* com que o 1.° vice-presidente coronel João Simões Lopes passou-lhe a administração da mesma, no dia 12 de Setembro proximo findo.

Dito do Sr. Dr. Joaquim Antonio Carneiro da Cunha Miranda, offerecendo ao Instituto um exemplar da sua obra com o titulo: *Estudo elementar de direitos de usufructo adaptado á legislação patria em vigor.*

Uma carta, escripta de Buenos-Ayres, pelo Exm. Sr. barão de Cotegipe, pedindo a este Instituto, por intermedio do Sr. presidente, uma collecção de suas *Revistas*, para ser offerecida á bibliotheca publica de Buenos Ayres. Resolveu o Instituto que se enviasse a pedida collecção.

Dita do Sr. Diogo Barros Arana, acompanhando tres caixões com livros que, por intermedio do Sr. conselheiro Lopes Netto, o conselho da universidade do Chile envia a este Instituto, ao qual pede as suas *Revistas* e publicações para principio de reciprocidade e relações que deve existir entre os corpos consagrados ás letras e ás sciencias. Resolveu o Instituto que o Sr. 1.° secretario enviasse as suas

Revistas áquella universidade e entretivesse com ella mutua correspondencia.

Dita do Sr. conego Honorato, offerecendo 5 numeros do *Jornal da Tarde*, onde se acham impressos artigos seus sobre a postura da camara municipal da cidade do Recife, que prohibiu os dobres de sinos nas igrejas d'aquelle municipio.

Dita do Sr. Machado de Assis, agradecendo ao Instituto o haver-lhe remettido uma collecção de suas *Revistas*, conforme o pedido feito pelo Sr. 3.° vice-presidente Joaquim Norberto.

OFFERTAS :

Pelo Sr. Dr. Nicoláo Joaquim Moreira, por intermedio do Sr. Dr. Felizardo Pinheiro de Campos, foi offerecido o seguinte :—« Vocabulario das arvores brasileiras que pódem fornecer madeira para construcções.—Manual Agricola —Supplemento ao Diccionario de plantas medicinaes brasileiras.—Questão—Convirá ao Brasil a introducção de colonos chins ?—Duas palavras sobre a educação moral da mulher.—A soberania do povo e o Direito divino.—Algumas idéas sobre a relação existente entre as epidemias e epizoocias. — Efficacia da vaccina : resposta a seus detractores. »—

Pelo Sr. arcediago Vicente Zeferino Dias Lopes, por intermedio do Sr. A. A. Pereira Coruja, foi offerecida a *Noticia biographica* do Fxm. e Revm. Sr. D. Feliciano José Rodrigues Prates, 1.° bispo da diocese do Rio Grande de S. Pedro do Sul.

Pela sociedade de geographia de Londres, o seu *Boletim* do mez de Março do corrente anno.

Pela sociedade de geographia de Paris, os *Boletins* da

mesma dos mezes de Maio, Junho, Julho e Agosto do corrente anno.

Varios jornaes e periodicos remettidos pelas respectivas redacções.

Todas as offertas são recebidas com agrado.

O Sr. Dr. Macedo, obtendo a palavra, disse, que a commissão nomeada pelo Instituto para felicitar e agradecer a S. A. Imperial a Regente por haver sanccionado e mandado pôr em execução a lei sobre o elemento servil, se dirigira ao palacio d'aquella Excelsa Princeza, para cumprir sua missão, e elle, como orador do Instituto, pronunciou n'esse acto o discurso, que exhibirá para ser impresso na *Revista*. E que S. A. Imperial se dignou benevolamente acolher a manifestaçõo dos votos do Instituto. A resposta de S. A. é recebida com profundo acatamento.

ORDEM DO DIA.

Foi lida e remettida a commissão de admissão de socios a seguinte proposta :

« Proponho para membros correspondentes do Instituto Historico e Geographico Brasileiro os Srs. José Victorino Lastarria, Miguel Luiz Amanátegui, Diogo Barros Arana, e Benjamin Vicuña Mackenna, cidadãos da republica do Chile. Sala das sessões, 20 de Outubro de 1871.—*Filippe Lopes Netto.* »

O Sr. 1.º secretario, motivou a seguinte proposta :

« Proponho que o Instituto nomêe ao Sr. Bernardo José da Motta para guarda da sua bibliotheca, com a gratificação de trinta mil réis mensaes. Sala das sessões, 20 de Outubro de 1871.—Conego *Joaquim C. Fernandes Pinheiro.* A qual sendo posta em discussão, foi approvada.

Entrando em discussão o parecer da commissão de

fundos e orçamento dado sobre as contas do anno proximo findo. Depois de sobre elle fallarem varios membros e de explicações dadas pelo Sr. thesoureiro a respeito da apparente contradicção que parecia haver entre a receita e despeza do Instituto; foi o mesmo parecer approvado, e conseguintemente as contas das despezas do anno findo.

Entrando igualmente em discussão o parecer da mesma commissão de fundos sobre o orçamento da receita e despeza do Instituto para o presente anno social depois de discussão em que tomaram parte os Srs. conego Pinheiro, Coruja, Moreira de Azevedo, Pinto Junior, Felizardo e Macedo, foi a final approvado o orçamento na parte da receita, e alteradas, por uma emenda offerecida pelo Sr. 1° secretario, as differentes verbas de despeza, conservando-se, todavia, a mesma somma consignada no orçamento da commissão.

Foi tambem approvado o parecer da sobredita commissão de orçamento, que augmenta mais dez mil réis mensaes ao ordenado dos empregados, e, por proposta do Sr. thesoureiro, cinco mil réis tambem mensaes ao cobrador e entregador da *Revista do Instituto*.

Achando-se a hora adiantada, o Sr. presidente adiou a leitura de trabalhos de socios, e levantou a sessão ás 8 horas.

Carlos Honorio de Figueiredo,

SECRETARIO SUPPLENTE.

14ª SESSÃO EM 3 DE NOVEMBRO DE 1871

HONRADA COM A PRESENÇA DE S. A. O SR. CONDE D'EU

Presidencia do Exm. Sr. visconde de Sapucahy.

A's 6 horas da tarde, achando-se reunidos na sala do Instituto os Srs. Drs. conego Fernandes Pinheiro, Carlos Honorio, senador Candido Mendes, Olegario, Perdigão Malheiro, Pinto Junior, Pinheiro de Campos, Ladisláo Netto, Escragnolle Taunay e Luiz Antonio de Castro, o Sr. presidente abriu a sessão.

Sendo lida pelo Sr. secretario supplente Dr. Carlos Honorio a acta da antecedente, foi esta approvada.

Pelo Sr. 1º secretario conego Fernandes Pinheiro foi apresentado e lido o expediente, que constou do seguinte :

Um officio do Sr. presidente da provincia do Espirito-Santo, remettendo um exemplar do *Relatorio* com que o Sr. Dr. Antonio Dias Paes Leme passou a administração d'aquella provincia ao Sr. 1º vice-presidente Dyonisio Alvaro Resendo, e um dito da *Falla* com que foi aberta a assembléa legislativa provincial na sessão ordinaria do anno findo pelo mesmo Sr. vice-presidente Resendo.

Uma carta do Sr. Coruja, thesoureiro do Instituto, participando que não podia comparecer á presente sessão por incommodado, e lembrando a conveniencia da compra dos livros deixados pelo fallecido consocio o Sr. Lagos, para a qual declara haver dinheiro nos cofres da thesouraria.

Dita do Sr. bacharel Bartholomeu José Pereira, offerecendo ao Instituto um exemplar do seu *Compendio de Physica*.

Um officio do Sr. tenente-coronel Pedro Torquato Xavier de Brito, remettendo o parecer que elaborou, como

um dos membros da commissão de geographia, relativamente á obra sôbre a provincia de Mato-Grosso, escripta pelo Sr. Joaquim Ferreira Moutinho.

Pelo consocio o Sr. bacharel Alfredo d'Escragnolle Taunay foi offerecido um exemplar da sua obra *La Retraite de Laguna.*

Varios jornaes remettidos pelas respectivas redacções. Todas as offertas são recebidas com agrado.

O Sr. conego Dr. Fernandes Pinheiro participou ao Instituto que o consocio Sr. Dr. Cesar Augusto Marques chegou a esta côrte, e que não póde comparecer á presente sessão por se achar ainda incommodado da viagem. — Inteirado.

O Sr. Dr. Olegario motivou o seguinte requerimento:

« Sendo conveniente fixar-se a verdadeira intelligencia do art. 6° dos estatutos, em ordem a se poder deliberar sôbre diversas propostas que têm sido apresentadas para admissão de socios, requeiro que a commissão de estatutos seja convidada a apresentar com brevidade o seu parecer sôbre as duvidas suscitadas pelo digno relator da commissão de admissão de socios o Sr. Dr. Perdigão Malheiro em sessão de 25 de Setembro de 1868. Sala das sessões, etc.—*Olegario Herculano de Aquino e Castro.* »

Entrando em discussão este requerimento, depois de fallarem sôbre elle os Srs. Drs. Pinto Junior, Perdigão Malheiro, 1° secretario conego Fernandes Pinheiro e seu autor, foi afinal approvado e remettido á commissão de estatutos. E achando-se esta commissão incompleta por ter um só membro activo, estando outro ausente e o terceiro doente, o Sr. presidente nomeou para substituirem aos impedidos os Srs. Drs. Olegario e Pinto Junior.

Por indicação do Sr. Dr. Olegario resolveu o Instituto que a commissão de pesquizas de manuscriptos e o

Sr. 1° secretario ficassem autorisados para mutuamente se entenderem com os herdeiros do finado consocio o Sr. Lagos sôbre a compra da importante bibliotheca que elle possuia, dando com brevidade conta ao Instituto para este decretar os fundos necessarios, afim de se fazer effectiva a sua acquisição.

ORDEM DO DIA

O Sr. senador Candido Mendes continuou com a leitura de sua *Historia do commercio desde os tempos primitivos.*

Levantou-se a sessão ás 8 horas.

Carlos Honorio de Figueiredo

SECRETARIO SUPPLENTE

15.ª SESSÃO EM 17 DE NOVEMBRO DE 1871

Presidencia do Exmo. Sr. visconde de Sapucahy

A's 6 horas da tarde, reunidos na sala do Instituto os Srs. Joaquim Norberto, Drs. Conego Fernandes Pinheiro, Sousa Fontes, Carlos Honorio, Moreira de Azevedo, Coruja, Pinheiro de Campos, senador Candido Mendes, Olegario, Perdigão Malheiro, Pinto Junior, conselheiro D. Francisco, Cesar Augusto Marques, conselheiro Lopes Netto, Capanema, Silva Paranhos e Xavier de Brito, o Sr. presidente abriu a sessão.

Lida e approvada a acta da antecedente, o Sr. 1.° secretario deu conta do seguinte

EXPEDIENTE

Um officio do Sr. Desembargador Tristão de Alencar Araripe, agradecendo ao Instituto o diploma de membro correspondente que lhe foi conferido, e promettendo auxilial-o como lhe permettissem as suas limitadas habilitações e o seu amor pelas letras patrias.

Dito do Sr. director geral interino da repartição de Estatistica, solicitando do Instituto uma collecção de suas *Revistas*. Resolveu o Instituto que o Sr. 1.º secretario satisfizesse ao pedido.

Dito do Sr. consul do imperio allemão no Rio de Janeiro, cobrindo outro do Sr. redactor do Instituto Geographico em Gotha, no qual manifesta o desejo de entrar em relações com este Instituto, e solicitando as suas *Revistas* e publicações desde o anno de 1860. Resolveu o Instituto que o Sr 1.º secretario remetteses as *Revistas* pedidas e entretivesse com aquelle Instituto relações de mutua correspondencia.

Dito do Sr. Dr. Antonio Pereira Pinto, offerecendo 20 exemplares do 4.º tomo da collecção dos *Tratados do Brasil com as differentes Potencias Estrangeiras*, para ser um archivado no Instituto e os outros distribuidos pelos socios presentes.

Dito da commissão da augusta loja regular America da cidade de S. Paulo, pedindo ao Instituto os seus trabalhos impressos para a bibliotheca popular que a mesma loja pretende brevemente inaugurar n'aquella cidade. Ao Sr. 1.º secretario para satisfazer.

Dito do Sr. 2.º secretario do Instituto Historico e Geographico da provincia de S. Pedro, remettendo a collecção de suas *Revistas*.

Dito do Sr. J. Ewbank da Camara, engenheiro director

das obras hydraulicas do cáes d'alfandega do Rio Grande do Sul, enviando um folheto sobre o porto das Torres.

OFFERTAS

O Sr. Dr. Carlos Honorio offereceu um diploma manuscripto de membro familiar do Santo Officio, passado em 1754.

O Sr. Dr. Portugal offereceu por intermedio do Sr. senador Candido Mendes, uma *Tabella* dos productos das differentes provincias do Imperio do Brasil, para uso dos emigrantes.

O Sr. Paranhos—*Estudios historicos sobre la revolucion argentina—Belgramo y Guemes*—escripta por D. Bartholomeu Mitre.

O Sr. Dr. Pinheiro de Campos, offereceu, em continuação, varios jornaes que contém o itenerario da viagem de S. M. o Imperador na Europa.

Varios jornaes e periodicos remettidos pelas respectivas redações.

Todas as offertas são recebidas com agrado, e o Sr. 1.º secretario encarregado de agradecel-as.

ORDEM DO DIA

Foi lida e remettida á commissão de fundos e orçamento, a seguinte proposta :

« Propomos que se mandem fazer os bustos do visconde de S. Leopoldo e do Dr. Gonçalves Dias socios benemeritos, autores de varios trabalhos historicos, para serem collocados na sala das nossas sessões. Instituto Historico, 17 de Novembro de 1871. *Joaquim Norberto de Sousa e Silva* —

Dr. *Manoel Duarte Moreira de Azevedo—Carlos Honorio de Figueiredo.*

Foi approvado e remettido á commissão de admissão de socios, o parecer da commissão de geographia, acerca da obra—« *Noticia da provincia de Mato-Grosso*, por J. F. Moutinho.»

Foi lida a seguinte proposta :

« Propomos para socio honorario do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, o general D. Bartholomeu Mitre, cidadão argentino. Sala das sessões, 3 de Novembro de 1871. *Candido Mendes de Almeida—Dr. Olegario Herculano de Aquino e Castro—J. M. da Silva Paranhos—D. Francisco Balthazar da Silveira—Dr. Joaquim Antonio Pinto Junior—Conego Dr. J. C. Fernandes Pinheiro.*

Entrando em discussão esta proposta, e havendo manisfestação unanime do Instituto para ser ella votada n'esta sessão, e oppondo-se a isso ás disposições dos artigos 1.º e 2.º do additamento aos Estatutos, o Sr. Dr. Sousa Fontes pediu a urgencia, que foi approvada. E achando-se presentes dois membros da commissão de admissão de socios, estes em seguida apresentáram o parecer

A' vista do mesmo, o Sr. presidente mandou que fosse convocada, para o dia 20 do corrente, uma sessão extraordinaria para ter lugar a sua votação.

Foram lidos e approvados quatro pareceres da commissão de admissão de socios favoraveis aos Srs. conego Dr. Manoel da Costa Honorato, José Victorino Lastarria, Miguel Luiz Amunátegui, Diogo Barros Arana, Benjamin Vicuña Mackenna, commendador Augusto Carlos Teixeira de Aragão e Manoel Rouaud y Paz-Soldan. E correndo o escrutinio sobre cada um d'elles, foram admittidos, por maioria de votos, como membros correspondentes do Instituto.

Foi lido o parecer da commissão de Estatutos e redacção da *Revista*, acerca das duvidas que occorrem na applicação do art. 6° dos Estatutos.

Posto em discussão o dito parecer foi approvado unanimemente, e por deliberação do Instituto resolvido,sob proposta do Sr. Dr. Pinheiro de Campos, que o parecer fosse junto aos Estatutos, afim de ser executado como parte integranle d'elles, e impresso conjuctamente na nova edição dos mesmos.

Achando-se a hora adiantada, o Sr. presidente adiou a leitura de trabalhos, dando para ordem do dia da seguinte sessão, apresentação de propostas, de pareceres de commissões o leituras.

Dr. J. R. de Sousa Fontes
SEGUNDO SECRETARIO

SESSÃO EXTRAORDINARIA EM 20 DE NOVEMBRO DE 1871.

Presidencia do Exm. Sr. visconde de Sapucahy.

A's 5 horas da tarde, reunidos na sala do Instituto os Srs. Drs. conego Fernandes Pinheiro, Carlos Honorio, Capanema, Candido Mendes, Olegario, Castro, Escragnolle Taunay, Macedo, João Ribeiro e Pinheiro de Campos, o Sr. presidente abriu a sessão e declarou que a havia convocado extraordinariamente para ter lugar a votação, por escrutinio, do parecer da commissão de admissão de socios dado sobre a proposta feita na ultima sessão ordinaria, para ser admittido ao gremio do Instituto, como membro honorario, o Sr. general Mitre.

E' dispensada a leitura da acta d'essa ultima sessão ordinaria, e lido o referido parecer, foi votado por escru-

tinio e unanimememente approvado, e proclamado socio honorario do Instituto o Sr. general D. Bartholomeu Mitre.

Nada mais havendo a tratar, levantou-se a sessão.

Carlos Honorio de Figueiredo.
SECRETARIO SUPPLENTE.

16.ª SESSÃO EM 1 DE DEZEMBRO DE 1781.

Presidencia do Exm. Sr. visconde de Sapucahy.

A's 6 horas da tarde achando-se presentes na sala do Instituto os Srs. Dr. Carlos Honorio de Figueiredo, Moreira de Azevedo, senador Candido Mendes, Marques Carvalho, Pinheiro de Campos, José Christino, Olegario, conego Honorato, Escragnolle Taunay, Cezar A. Marques, Coruja e Silva Paranhos, o Sr. presidente abriu a sessão.

Foi lida e approvada a acta da ultima sessão ordinaria, bem como a da extraordinaria do dia 20 de Novembro ultimo.

Não tendo comparecido, por incommodado, o Sr. conego Fernandes Pinheiro, 1.º secretario, occupou este cargo o Sr. Dr. Carlos Honorio, e deu conta do seguinte

EXPEDIENTE :

Um officio do Sr. presidente da provincia de Goyaz, remettendo um exemplar do *Relatorio* que apresentou á Assembléa Legislativa provincial no acto de sua installação em o 1.º de Junho do corrente anno.

Dito do Sr. mordomo da casa imperial, declarando ao Instituto, em resposta á communicação que lhe foi diri-

gida pelo Sr. 1.º secretario em officio de 15 de Novembro ultimo, sobre a necessidade de reparos a fazer-se no telhado da sala onde está a bibliotheca do mesmo Instituto, que estão dadas as convenientes ordens para se proceder a minucioso exame sobre os reparos precisos; aguardando o resultado d'esse exame para dar conhecimento ao Instituto.— Inteirado.

Dito do Sr. general D. Bartholomeu Mitre, agradecendo o diploma de membro honorario que o Instituto lhe conferiu em sessão de 20 de Novembro ultimo, e promettendo o seu concurso em prol d'esta illustrada corporação.

O Sr. Dr. Felizardo Pinheiro de Campos, offereceu a biographia do distincto sabio geologo Sir Roderick Murgueson, presidente da Real Sociedade Geographica de Londres, e ultimamente fallecido em Inglaterra.

O Sr. conego Dr. Honorato, pedindo a palavra, agradeceu ao Instituto a sua admissão ao gremio do mesmo como membro correspondente; promettendo empregar suas limitadas habilitações para corresponder á honra que esta associação se dignou conferir-lhe.

ORDEM DO DIA.

Leu-se um parecer da commissão de geographia dado sobre duas memorias do bacharel Eduardo José de Moraes; concluindo o mesmo parecer que essas memorias podiam servir de titulo de admissão de seu autor como membro correspondente do Instituto. Resolveu este que o referido parecer fosse remettido á commissão de admissão de socios.

Obtendo a palavra o Sr. senador Candido Mendes, e, proseguindo na leitura da sua *Historia do Commercio*, foi interrompido pela chegada do Sr. general Mitre, que

foi recebido por todos os membros do Instituto com a maior consideração, e tomou assento como socio honorario. Concluida a leitura, o Sr. Candido Mendes disse que o Instituto tinha a satisfação de ver hoje em seu gremio ao Exm. Sr. general Mitre, que, além de distincto litterato e notavel historiador, muito se havia recommendado a esta respeitavel corporação pela sincera amizade que votava ao Brasil, e ainda mais pelo desvellado interesse que tomava pela historia e geographia d'America. O Sr. presidente, n'essa occasião, com palavras lisongeiras, felicitou ao Sr. general Mitre.

Este illustre general, agradecendo a honra que tinha recebido com a sua nomeação e a que acabava de receber n'este momento, disse: — « Que se considerava feliz em pertencer a uma corporação composta de membros tão distinctos, de alguns dos quaes se permittia chamar collega, considerando-se discipulo dos que n'ella caminhavam á frente das letras e das sciencias sul-americanas. Que o Instituto Historico, Geographico e Ethnographico Brasileiro, perseverando em sua tarefa e trabalhando sem descanso, era a associação scientifica que mais alto se havia levantado na America do Sul, dando ao mundo um novo contingente que illuminára o horisonte da historia, da geographia e da ethnographia americana. Que outras sociedades do mesmo genero, mais antigas, e com mais sciencia e experiencia, poderiam ter mais autoridade no velho mundo, illustrando os reconditos annaes do passado e os mysterios das transformações do homem e da natureza; mas que o Instituto Brasileiro, explorando um campo mais virgem, era o que com mais critica e mais copia de documentos havia estudado os ignorados thesouros da historia e da geographia do novo mundo, thesouros que ainda estavam por descobrir-se, desde suas

raças pre-historicas e suas civilisações primitivas extinctas, até seu estado actual, assim na ordem physica como na ordem moral. Que se associava com enthusiasmo ás suas nobres tarefas, e collocaria sob seus auspicios o primeiro trabalho que podesse executar em tal sentido, esperando que a autoridade dos que tinha chamado seus collegas e dos que considerava seus mestres, permittisse que taes producções se collocassem á sombra de sua bandeira de labor e de progresso.

Sendo esta a ultima sessão do presente anno social, o Sr. presidente mandou circular o livro das inscripções para trabalhos do anno futuro, e n'elle inscreveram-se os Srs. :

Dr. Cezar Augusto Marques « *Os Jesuitas no Maranhão.* »

Alfredo d'Escragnolle Taunay « *Os tres mais importantes combates da retirada da Laguna, junto ao rio Apa —Narração historica* : »

Felizardo Pinheiro de Campos — « Continuação do *Bosquejo historico do actual reinado.* » —

Levantou-se a sessão ás 7 1/2 horas da tarde.

Dr. *M. D. Moreira d'Azevedo.*
SECRETARIO SUPPLENTE.

SESSÃO DA ASSEMBLÉA GERAL DE ELEIÇÕES EM 21 DE DEZEMBRO DE 1871

Presidencia do Exm. Sr. visconde de Sapucahy.

A's 5 horas da tarde, achando-se presentes os Srs. visconde de Sapucahy, Carlos Honorio, Olegario H. de Aquino e Castro, conego Honorato, Escragnolle Taunay, Pinto Junior, Dr. Cesar A. Marques, Pinheiro de Campos,

Ladisláo Netto, o Sr. presidente abriu a sessão da assembléa geral de eleições dos membros da mesa, e commissões que devem servir no futuro anno social de 1872, e, preenchidas as formalidades prescriptas pelos Estatutos, sahiram eleitos os Srs.:

PRESIDENTE

Exm. Sr. visconde de Sapucahy, reeleito.

1° VICE-PRESIDENTE

Exm. barão do Bom-Retiro, reeleito.

2° VICE-PRESIDENTE

Dr. Joaquim Manoel de Macedo, reeleito.

3° VICE-PRESIDENTE

Joaquim Norberto de Sousa e Silva, reeleito.

1° SECRETARIO (*Para servir dois annos na fórma dos estatutos*)

Conego Dr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, reeleito.

2° SECRETARIO

Coronel Dr. José Ribeiro de Sousa Fontes, reeleito.

SECRETARIOS SUPPLENTES

Dr. Carlos Honorio de Figueiredo, reeleito.
Dr. Manoel Duarte Moreira de Azevedo, dito.

ORADOR

Dr. Joaquim Manoel de Macedo, reeleito.

THESOUREIRO

Antonio Alvares Pereira Coruja, reeleito.

COMMISSÃO DE FUNDOS E ORÇAMENTO

João José de Sousa Silva Rio, reeleito.
Tenente-coronel Francisco José Borges.
Dr. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello, reeleito.

COMMISSÃO DE ESTATUTOS E REDACÇÃO DA REVISTA

Conselheiro D. Francisco Balthazar da Silveira, reeleito.
Dr. Olegario Herculano de Aquino e Castro.
Dr. Joaquim Antonio Pinto Junior.

COMMISSÃO DE REVISÃO DE MANUSCRIPTOS

Senador Candido Mendes de Almeida.
Dr. João Ribeiro de Almeida.
Dr. Antonio Pereira Pinto.

COMMISSÃO DE TRABALHOS HISTORICOS

Dr. Joaquim Manoel de Macedo, reeleito.
Joaquim Norberto de Sousa e Silva, dito.
Dr. Cesar Augusto Marques.

COMMISSÃO SUBSIDIARIA DE TRABALHOS HISTORICOS

Dr. José Maria da Silva Paranhos, reeleito.
Dr. Alfredo d'Escragnolle Taunay, dito.
Dr. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello.

COMMISSÃO DE TRABALHOS GEOGRAPHICOS

Senador Candido Mendes de Almeida.
Conselheiro Ricardo José Gomes Jardim, reeleito.
Dr. Guilherme Schuch de Capanema, reeleito.

COMMISSÃO SUBSIDIARIA DE TRABALHOS GEOGRAPHICOS

Tenente-coronel Pedro Torquato Xavier de Brito, reeleito.

Capitão de mar e guerra José da Costa e Azevedo.

Dr. Miguel Antonio da Silva.

COMMISSÃO DE ARCHEOLOGIA E ETHNOGRAPHIA

Dr. Manoel Duarte Moreira de Azevedo.

Conselheiro Filippe Lopes Netto.

Dr. Ladisláo de Sousa Mello e Netto.

COMMISSÃO DE ADMISSÃO DE SOCIOS

Dr. Agostinho Marques Perdigão Malheiro, reeleito.

Dr. Guilherme Schuch de Capanema, dito.

Dr. Olegario Herculano de Aquino e Castro.

COMMISSÃO DE PESQUIZA DE MANUSCRIPTOS

Dr. Felizardo Pinheiro de Campos.

Dr. Carlos Honorio de Figueiredo.

Conego Dr. Manoel da Costa Honorato.

Terminada a eleição o Sr. presidente declarou que o Instituto entrava em ferias, e levantou a sessão.

Carlos Honorio de Figueiredo.

2º SECRETARIO

PARECERES

DE

Commissões ou commissarios especiaes

PARECER DA COMMISSÃO DE TRABALHOS GEOGRAPHICOS ACERCA DA OBRA — *Diccionario topographico da Provincia de Pernambuco, por Manoel da Costa Honorato.*

A commissão de trabalhos geographicos examinou o *Diccionario topographico, estatistico e historico da provincia de Pernambuco* organisado pelo Sr. Manoel da Costa Honorato, estudante do quinto anno da faculdade de direito do Recife 1863, e hoje conego honorario da capella imperial.

Para compôr esta obra declara o autor ter compulsado a legislação patria; toda a legislação provincial, as *Memorias historicas* e o *Ensaio Topographico* de Fernandes Gama, a *Estatistica civil e politica* do Sr. desembargador Figueira de Mello, a *Descripção das costas desde Pitimbú até S. Bento*, de Vital de Oliveira, o *Diccionario geographico do Brasil* de Saint-Adolphe, addicionado por Lopes de Moura, os *Relatorios* dos presidentes da provincia e dos chefes de varias repartições »— alguns escriptos publicados sobre diversos pontos da provincia ou sua historia, e finalmente valeu-se tambem das informações que poude adquirir de seus amigos.

E' certamente difficil á commissão de trabalhos geographicos dar um juizo seguro a respeito do merecimento

d'esta obra, tanto mais que não tem á mão algumas das obras citadas pelo autor, a fim de reconhecer se foi elle escrupuloso nos extractos que fez, e se nas correcções, addições e suppressões a que procedeu se houve com o criterio sempre necessario em trabalhos d'este genero. O *Diccionario* de Saint-Adolphe, que foi uma das fontes a que o autor recorreu, a que o venerando Augusto de Saint Hilaire qualifica de *util*, contêm entretanto erros mui notaveis a respeito das diversas localidades que descreve, e não póde portanto merecer a confiança plena dos leitores.

Outro tanto se póde dizer de muitas obras publicadas a respeito do assumpto, sem exceptuar as *Memorias historicas* de Monsenhor Pisarro, onde até se encontram verdadeiros disparates a respeito da posição relativa de grande numero de localidades. E' certamente por essa causa que o autor commette um erro palmar quanto a uma parte importante da linha divisoria entre Pernambuco e Parahyba do Norte, fazendo-a passar pelo Abiay, quando de facto e de direito, é o rio *Guayana* e seu confluente *Capibaribe-merim* que servem de divisa por aquelle lado entre as duas provincias.

Cumpre porém fazer justiça ao autor. Como homem illustrado, como patriota sincero, quiz elle prestar um bom serviço ao paiz, e merece por este lado os agradecimentos do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. Suas disposições naturaes para os trabalhos geographicos estão bem patentes na obra que nos offerece, e é por isso digno de toda a animação. Obras como esta, que são do maior interesse não só aos particulares, como á propria administração publica, poderiam servir de base a trabalhos mais perfeitos, se, apenas publicados, fossem officialmente enviados ás diversas autoridades da provincia,

como sejam, juizes de direito e municipaes, camaras, e finalmente a pessoas illustradas do interior, a fim de que revendo os artigos concernentes ás localidades onde funccionam ou habitam, fizessem as correcções que entendessem convenientes, o que habilitaria os autores a publical-as novamente escoimadas d'esses erros que as tornam suspeitas.

Rio de Janeiro, em 19 de Novembro de 1868.

Henrique de Beaurepaire Rohan, Relator.
Pedro Torquato Xavier de Brito.

CARTA DO CONEGO DR. MANOEL DA COSTA HONORATO ACERCA DO PARECER ACIMA.

Illm. e Exm. Sr.— Tendo eu publicado em 1863 um ensaio sobre a provincia de Pernambuco sob o titulo de *Diccionario topographico, estatistico e historico* tive a honra de ser proposto pelo Rev. Sr. conego Dr. Fernandes Pinheiro, em uma das sessões de 1864, para socio do Instituto Historico e Geographico do Brasil; entretanto até a data presente não fui aceito para membro do mesmo Instituto por que a honrada commissão de admissão de socios entendeu melhor não dar parecer sobre essa proposta, do que dal-o desfavoravel.

Eu tenho uma reputação a zelar; e, por tanto, é-me necessario fazer sahir d'esse esquecimento em que tem jazido ha tanto tempo essa proposta, desfazendo qualquer prevenção que se tenha apoderado dos animos da illustrada commissão.

Ao que me parece, e supponho que não estou enganado,

o grande erro com que a illustrada commissão embaraçou-se foi o rio *Abiahy* apresentado no *Diccionario de Pernambuco* servindo de limite entre esta provincia e a da Parahyba. Devo, por tanto, justificar-me.

O *Diccionario de Pernambuco* é o primeiro de seu genero quanto a aquella provincia; e naturalmente o seu autor devia lutar com muitas difficuldades para confeccional-o. Pedi e instei por informações; mas não as consegui como desejava, e algumas chegaram tarde e imperfeitas.

Em vista de taes difficuldades fui o primeiro a confessar a imperfeição de meu trabalho no prologo que o precedeu; e logo depois verifiquei que o rio *Abiahy* pertencia á provincia da Parahyba sómente, e nada tinha com a de Pernambuco. E, por que o meu primeiro ensaio não ficasse perdido, nos annos de 1864 e 1865 requeri a Assembléa provincial de Pernambuco um subsidio para percorrer e estudar toda a provincia, a fim de confeccionar e publicar novo trabalho; o que não me foi concedido em consequencia do estado precario dos cofres da provincia.

Si, porém, eu errei dando o rio *Abiahy* por limite entre aquellas duas provincias, não fui o primeiro, nem tambem o ultimo que commetteu tal erro.

Antes de mim José Saturnino da Costa Pereira, em seu *Diccionario topographico* publicado n'esta côrte em 1834, deu o rio *Abiahy* collocado na divisa entre Pernambuco e a Parahyba. Entretanto não me consta que tivesse sido contestado.

O tenente de estado-maior José Bernardo Fernandes Gama, subvencionado pela provincia de Pernambuco para escrever as *Memorias Historicas* da mesma provincia, no 1.° vol. publicado em 1844 deu o rio *Abiahy* como limite entre Pernambuco e a Parahyba. Entretanto a sua obra

não foi regeitada pelo governo provincial, e seu autor chegou a publicar quatro volumes d'essa obra, sendo a final surprehendido pela morte quando encetava a publicação do quinto.

O Sr. Dr., hoje senador, Jeronymo Martiniano Figueira de Mello, em sua *Estatistica da provincia de Pernambuco* feita por conta do governo provincial, apresentou o rio *Abiahy* servindo de limite entre Pernambuco e a Parahyba; e não consta que por isso o seu trabalho tivesse sido regeitado.

O Sr. Dr., hoje tambem senador, Thomaz Pompêo de Sousa Brasil nas cinco edições de seu *Compendio de Geographia* tem seguido o mesmo limite; notando, porém, que duas edições d'esse compendio foram publicadas depois do meu *Diccionario*.

Seguindo tão bons autores, eu não duvidei copiar os limites apresentados por elles em suas obras, por que não dispunha de dados melhores.

Ainda em meu favor tenho o *Atlas do Imperio do Brasil* organisado e recentemente publicado pelo Sr. senador Candido Mendes de Almeida, que deixou escapar o mesmo erro em que eu tinha cahido; e esse mesmo *Atlas* lhe serviu de titulo de admissão para socio do Instituto Historico do Brasil.

Entretanto esses illustres autores, por todos os titulos dignos da estima publica, não foram repellidos pelo Instituto Historico e Geographico do Brasil, e animados pela aceitação que tiveram d'esta corporação continuam a prestar relevantissimos serviços ás letras patrias.

Animado, pois, pela boa disposição que deve existir no Instituto Historico para com aquelles que se dedicam ao estudo de nosso paiz, apresento a seguinte correcção ao erro involuntario que commetti.

O limite natural entre as provincias de Pernambuco e da Parahyba é o rio *Goyanna*; formado pelas ribeiras *Tracunhaem* e *Capibaribe-mirim*, desde sua origem até o oceano, onde desemboca entre as pontas de *Coqueiros* e de *Pedras*.

Si, porém, quizermos marcar toda a linha observada na pratica, diremos o seguinte: Servem de limite entre as provincias da Parahyba e de Pernambuco as extremas meridionaes das freguezias da Taquára e da Alhandra, pertencentes á Parahyba; a extrema septentrional da freguezia de Itambé, pertencente a Pernambuco, e a meridional de Itaipú, pertencente a Parahyba; a rua principal de Pedras de Fogo e a estrada das Boiadas até a povoação da Serrinha; e depois, seguindo pela estrada que vai para Camutanga do municipio de Goyanna, segue-se o rumo das aguas ao sul do Salgado; caminhando-se para o poente até a povoação de Matta Virgem do municipio de Cabaceiras, depois passa-se entre as villas do Teixeira ao norte, e Ingazeiro ao sul, sendo esta de Pernambuco, e aquella da Parahyba; finalmente passa-se entre o Piancó e Pajeú de Flores até encontrar o limite do Ceará.

Portanto, rogo a V. Ex. o obsequio de fazer sahir do esquecimento essa proposta, ou aceitando a emenda que apresento; ou reprovando a minha candidatura.

Rio de Janeiro, 30 de Junho de 1871.

Deus guarde a V. Ex. — Illm. e Exm. Sr. Dr. José Ribeiro de Sousa Fontes M. D. secretario do Instituto Historico e Geographico do Brasil.

Manoel da Costa Honorato.

PARECER DA COMMISSÃO SUBSIDIARIA DE TRABALHOS HISTORICOS, ACERCA DAS OBRAS — *Conselheiro Manoel Joaquim do Amaral Gurgel. Elogio historico, pelo Dr. Olegario Herculano de Aquino e Castro* e—*Investigações historicas e scientificas sobre o Museu nacional, pelo Dr. Ladisláo Netto.*

A commissão, sendo-lhe presentes a *Biographia do conselheiro Amaral Gurgel*, escripta pelo Sr. Dr. Olegario H. d'Aquino e Castro e as *Investigações Historicas e Scientificas sobre o Museu Nacional*, pelo Sr. Dr. Ladisláo Netto, passou a accupar-se de sua leitura, prestando toda a attenção de que são dignos ambos trabalhos, e folga de reconhecer que só achou motivo para louvores.

Com effeito, envidar esforços para que não caiam no olvido os nomes d'aquelles que em sua vida se consagraram ao serviço da patria ou das sciencias com toda a dedicação de que eram capazes, e fazel-os surgir radiante *ao lume da lanterna da memoria*, é nobre e digno ; mas não o é menos—«tomar aos hombros a ingrata mas não ingloria tarefa de patrocinar perante o governo e o paiz a causa de um estabelecimento tão util como o Museu», que ahi jaz no abandono.

Os dois escriptos revelam pela elegancia e facilidade do estylo e pureza da phrase que seus autores dispõem de conhecimento da lingua e de grande habito de escrever.

O assumpto de que ambos se occuparam é d'aquelles que cabal pertencem ao fôro do Instituto, pois que é todo historico.

A' vista do que expõe julga a commissão que os dois tra-

balhos são dignos de darem ingresso no nosso Instituto a seus illustres autores.

Rio de Janeiro, 2 de Junho de 1871.

Dr. João Ribeiro de Almeida, RELATOR.
J. M. da Silva Paranhos.
Alfredo d'Escragnolle Taunay.

PARECER DA COMMISSÃO DE ARCHEOLOGIA E ETHNOGRAPHIA ACERCA DA OBRA—*Descripção historica das moedas romanas, pelo Dr. Augusto Carlos Teixeira de Aragão.*

Parecer da commissão de archeologia e de ethnographia do Instituto Historico e Geographico Brasileiro sobre a obra do Sr. commendador Augusto Carlos Teixeira de Aragão, medico-cirurgião pela escola de Lisboa, cirurgião-mór de caçadores 1, socio de varias sociedades scientificas, etc., intitulada « *Descripção historica das moedas romanas existentes no gabinete numismatico de S. M. El-Rei o Sr. D. Luiz I.*

Em data de 17 do mez proximo passado foi enviada á commissão de archeologia e ethnographia do Instituto Historico e Geographico Brasileiro a obra do Sr. commendador Augusto Carlos Teixeira de Aragão, medico-cirurgião pela escola de Lisboa, cirurgião-mór de caçadores 1, socio de varias academias e sociedades scientificas, sob o titulo de « *Descripção historica das moedas romanas existentes no gabinete numismatico de S. M. El-Rei o Sr. D. Luiz I,* » afim de que a dita commissão, examinando-a, désse sobre

ella seu parecer, e á vista do seu merito possa servir de titulo de admissão ao seu illustrado autor no gremio do Instituto.

A commissão de archeologia e ethnographia dando cumprimento á essa incumbencia do Instituto Historico vem declarar que leu com toda attenção o trabalho do Sr. commendador Teixeira de Aragão, e que lhe é assás agradavel exprimir a opinião de que tão interessante livro, muito longe de ser uma simples enumeração acompanhada de ligeira descripção das moedas romanas que possue o real gabinete numismatico do Sr. D. Luiz I, como faria talvez crêr o modesto titulo da obra, é pelo contrario precioso compendio da sciencia numismatica, onde se acham condensados todos os principios e regras d'essa utilissima sciencia, auxiliar valiosissimo da archeologia e da historia, lucidamente expostos e coordenados com admiravel methodo.

O Sr. commendador Teixeira de Aragão, autor d'esta obra, e director do gabinete numismatico de S. M. F. o Sr. D. Luiz I, desde longos annos se votou ás pesquizas da numismatica, e foi elle proprio que durante 20 annos colleccionou no reino de Portugal, as quasi todas 2,653 moedas romanas que constituem a rica collecção d'esse gabinete, e que são minuciosamente descriptas e estudadas sob o mais rigoroso ponto de vista historico em sua obra. D'essas moedas, 519 pertencem ao periodo da republica romana; 1840 ao periodo do alto imperio, e 294 ao do baixo imperio.

Precedendo á parte propriamente descriptiva, onde a par de todos os pormenores historicos e do mais alto interesse em relação á cada uma das moedas romanas, são estas descriptas chronologicamente e por classes, escreveu o Sr. commendador Teixeira de Aragão, sob a epigraphe de—

Estudos preliminares—bellas paginas sobre a *moeda* desde a mais alta antiguidade, considerando-a sob o ponto de vista da numismatica, isto é como « monumentos inalteraveis, auxiliares da historia, que o tempo não destróe como ao pergaminho, nem soffre das revoluções do globo, nem do capricho das gerações como os monumentos architectonicos. »

N'essa introducção de sua obra, passa o autor em revista a moeda romana em seus diversos typos, considerada conforme a natureza do metal de que é feita, o cobre, a prata, o ouro; estuda depois as diversas classes de moedas empregadas pelos romanos, taes como as moedas votivas ou de consagração, isto é, instituidas em honra dos imperadores; as moedas restituidas, as incusas; os medalhões e as tesseras ou moedas de phantasia, etc., etc.

E' portanto de parecer a commissão de archeologia e ethnographia que a obra do Sr. commendador Augusto Carlos Teixeira de Aragão é digna de toda a consideração por parte do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, não só pelo valor historico que encerra, como pela agradavel fórma litteraria com que se acha elaborada, devendo pois, mui justamente ser recebido como optimo titulo de admissão do seu illustrado autor para socio correspondente d'esta corporação.

Sala das commissões do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, 18 de Agosto de 1871.

Miguel Antonio da Silva, RELATOR
Francisco José Borges.

PARECER DA COMMISSÃO DE TRABALHOS GEOGRAPHICOS, ACERCA DA OBRA—*Noticia da Provincia de Mato-Grosso, por Joaquim Ferreira Moutinho.*

« O livro intitulado—*Noticia da provincia de Mato-Grosso, seguida de um roteiro da viagem da sua capital á de S. Paulo,* por Joaquim Ferreira Moutinho, encerra muitas informações relativas á geographia phisica e politica, á historia e á estatistica d'essa provincia.

O autor fundando-se no seu testemunho e no dos homens da sciencia, que em diversas épochas estudáram esses assumptos, conseguiu, no nosso conceito, o fim que se impôz, embora uma ou outra apreciação menos exacta na descripção do paiz, dos usos e costumes dos seus habitantes, e dos successos politicos, possa por ventura ser contestada. Assim apreciando, não hesitamos em recommendar esse livro á consideração do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. Rio de Janairo, 30 de Outubro de 1871.

Bacharel Pedro Torquato Xavier de Brito.
G. S. de Capanema.

PARECERES DA COMMISSÃO DE FUNDOS E ORÇAMENTO.

A' commissão de fundos e orçamento tendo examinado as contas do sr. thesoureiro relativas ao anno de 1870, verificou que se acham regularmente escripturadas, sendo a despeza comprovada por 38 documentos.

Montou a receita propria do anno social, na quantia de Rs. . . . . 9:334$463
que addicionadas ao saldo de 1869 . . . 9:533$708

Somma . . . . . 18:868$171
dos quaes, deduzida a despeza de . . . 8:307$670

fica o saldo que passou á 1871, de . . . 10:560$501

DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA.

	Orçada	Effectuada
§ 1.º Joias de entradas. . .	40$000	60$000
§ 2.º Prestações semestraes. .	750$000	768$000
§ 3.º Cobrança de divida activa	300$000	294$000
§ 4.º Venda da *Revista*. . .	180$000	313$800
§ 5.º Dividendos de acções. .	425$000	425$000
§ 6.º Juros de Apolices . .	240$000	270$000
§ 7.º Ditos de C/correntes .	19$292	13$663
§ 8.º Consignação do Thesouro.	7:000$000	7:000$000
	8:945$292	9:144$463
Agio na compra de uma apolice		190$000
Somma a Receita . .		9:334$463
Saldo que passou de 1869		9:533$708
Total . .		18:868$171

DEMONSTRAÇÃO DA DESPEZA.

	Fixada	Effectuada
§ 1.º Impressão da *Revista*..	4:200$000	4:999$000
§ 2.º Compra de livros e manuscriptos.....	1:800$000	785$800

§ 3.° Ordenados e agencia...	2:000$000	1:994$700
§ 4.° Expediente e eventuaes	945$292	528$170
	8:945$292	8:307$670
Saldo em 31 de Dezembro de 1870.....		10:560$501
Somma.....		18:868$171

DEMONSTRAÇÃO DO SALDO.

Em dinheiro.....	14$126	
Em 5 apolices da divida publica.	5:000$000	
Em 25 acções da Banco Rural e Hypothecario..	5:000$000	
Em c/c. na Caixa Economica	546$375	10:560$501

Rezulta, portanto do exame arithmetico das contas que se acham ellas regulares, e nos devidos termos, e portanto, a commissão é de

parecer

que sejam approvadas as contas do Sr. thesoureiro Antonio Alvares Pereira Coruja.

Tem, porém a commissão a observar que ainda este anno foram os fundos do Instituto Historico augmentados com uma Apolice da divida publica de Rs. 1:000$000, facto que muito concorre para que se figure prospero o estado de suas finanças, mas que a commissão considera uma irregalaridade, que induz a crer que existe um avultado saldo, entretanto que o Sr. thesoureiro declara que a

divida passiva conhecida do Instituto importa na quantia de Rs.3:073$000, proveniente das impressões do 4.° tomo da *Revista* de 1869, e dos tres primeiros tomos de 1870, que estão por pagar. Porque, o Sr. thesoureiro está autorisado a empregar na compra de Apolices, as sobras da receita sobre a despeza, e ninguem dirá que houve sobras, uma vez que ficou por pagar semelhante despeza propria do anno,

Ora, tendo sido a despeza paga	8:307$670
E restando pagar-se	3:073$000
Monta a despeza de 1870—a	11:380$670
Foi a receita inclusive o agio na compra de uma Apolice	9:334$463
Houve, portanto a deficit de	2.046$207

Outrosim nota a commissão que, encerrando-se as contas em 31 de Dezembro, sómente em Junho do corrente anno lhe fossem enviadas para serem examinadas; demorando-se ainda a remessa do orçamento até o corrente mez. D'esta demora resulta que tem já decorrido oito mezes do anno social, sem que haja orçamento approvado, facto que se tem dado em annos anteriores, e que a commissão deseja evitar, propondo que

O orçamento da receita e despeza para o anno de 1871 vigorará tambem no de 1872.

Sala das sessões, 19 de Agosto de 1871.

J. J. Sousa Silva Rio, RELATOR
Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello
Francisco José Borges.

A commissão de fundos e orçamento do Instituto Historico e Geographico do Brasil, tem a honra de apresentar e submetter á approvação do Instituto o seguinte

ORÇAMENTO:

Art. 1.° E' orçada a receita para o anno social de 1871 na quantia de Rs. 19:760$501, a saber:

§ 1° .Joias.....	60$000
§ 2.° Prestações semestraes.....	800$000
§ 3.° Cobrança de divida activa.....	300$000
§ 4.° Venda da *Revista*.....	300$000
§ 5.° Dividendo de acções.....	425$000
§ 6.° Juros de apolices.....	300$000
§ 7.° Ditos de conta-corrente.....	15$000
§ 8.° Consignação do Thesouro Nacional...	7:000$000
	9:200$000
Saldo do anno de 1870.....	10:560$501
Rs.....	19:760$501

Art. 2.° E' fixada a despeza em Rs. 9:200$000, distribuidos pelas seguintes verbas:

§ 1.° Impressão e reimpressão da *Revista*..	6:000$000
§ 2.° Compra de livros e manuscriptos.....	600$000
§ 3.° Ordenados e agencia.....	1:980$000
§ 4.° Expediente e eventuaes.....	620$000
Rs.....	9:200$000

Art. 3.° A deficiencia das quantias fixadas para as verbas 1.ª, 2.ª e 4.ª poderá ser supprida pelas sobras que houver em alguma d'ellas.

Art. 4.° Realizado o pagamento da despeza effectiva, se houver saldo, será recolhido á Caixa Economica, ou empregado em apolices da divida publica.

Art. 5.° E' autorisado o Sr. thesoureiro a proceder á venda das acções do Banco Rural e Hypothecario, ao par, ou ácima do valor nominal de 200$000, e a converter o producto em apolices da divida publica.

Art, 6.° O presente orçamento terá vigor tambem no anno de 1872.

Art. 7.° Ficam revogadas as disposições em contrario.

Sala das sessões, aos 19 de Agosto de 1871.

J. J. Sousa Silva Rio.
Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello.
Francisco José Borges.

Emendas propostas ao orçamento das despezas do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, que deve vigorar no anno economico de 1871—1872.

Impressão da *Revista* de 1871.....	3:000$000
Reimpressão do 1.° trimestre da *Revista* de 1848 e da do 4.° trimestre da de 1849....	1:500$000
Ordenados dos actuaes empregados (com o augmento annual de 120$000 para cada um conforme o parecer da commissão); ao	

agente do cobrador na razão de 360$000 annuaes e gratificação de 360$000 annuaes ao espanador de livros e encarregado do asseio da sala, archivo, bibliotheca, etc.	2:760$000
Compra de livros, manuscriptos, e encadernações.....	1:000$000
Expediente e despezas eventuaes.....	940$000
Somma..	9:200$000

Sala das sessões do Instituto Historico e geographico Brasileiro, em 20 de Outubro de 1871.

Conego Dr. *Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro.*
1.° SECRETARIO.

A commissão de fundos e orçamento a que foi presente o requerimento dos empregados do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, pedindo augmento de seus ordenados, sem deixar de reconher a exiguidade dos que actualmente percebem, e outro-sim as provos que por muitos annos têm elles exhibido de dedicação aos differentes trabalhos á seu cargo, não se anima, todavia, attendendo ao estado de finanças do Instituto, a aconselhar a concessão de um augmento de vencimentos tal, que seja para elles uma prova do reconhecimento de seus bons serviços, e da generosidade do Instituto.

Pensa, porém, que seria de equidade, se não de justiça, conceder-se-lhes um pequeno augmento, e é de parecer que se conceda a cada um dos peticionarios a gratificação

mensal de dez mil réis que será paga pela verbo de—Expediente e eventuaes.

Sala das sessões, 14 de Outubro de 1871.

J. J. Sousa Silva Rio, RELATOR.
F. I. M. Homem de Mello.
Francisco José Borges.

PARECER DA COMMISSÃO DE ESTATUTOS E REDACÇÃO DA REVISTA, ACERCA DAS DUVIDAS QUE OCCORREM NA APPLICAÇÃO DO ART. 6º DOS ESTATUTOS.

A commissão de Estatutos e redacção da *Revista* do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, á quem foi presente o requerimento do Sr. Dr. Perdigão Malheiro, apresentado em sessão de 25 de Setembro de 1868, bem como a indicação offerecida na ultima sessão, relativamente ás duvidas que occorrem na applicação do art. 6.º dos Estatutos, vem dar o seu parecer á respeito :

Requer aquelle digno consocio que o Instituto resolva :

1.º Se em vista do citado art. 6.º basta a sufficiencia litteraria do candidato para ser admittido socio effectivo ou correspondente.

2.º No caso negativo, se devem ser preferidos para titulo de admissão trabalhos proprios dos candidatos, e especiaes sobre historia e geographia do Brasil, e sobre ethnographia, archeologia e linguas dos seus indigenas,

tendo-se em attenção o fim da creação do Instituto (art. 1.º) e o que dispõe o final do art. 13, combinado com o art. 6.º dos mesmos Estatutos.

3.º Se a offerta para titulo de admissão deve ser feita pelo proprio candidato, ou basta que o seja por algum dos socios ou por terceiro.

Examinado o art. 6.º dos Estatutos verifica-se que para ser admittido na qualidade de socio effectivo deverá o candidato apresentar trabalho proprio acerca da historia, geographia ou ethnographia do Brasil, quer esse trabalho seja inedito, quer estampado, uma vez que elle abone a capacidade do autor, o qual estando completo o numero dos socios effectivos, será recebido na qualidade de correspondente ; mas que para ser socio correspondente basta que, além da sufficiencia litteraria do candidato, esse offereça ao Instituto uma obra de valor sobre o Brasil ou outra parte da America, ou algum presente importante para o museu do mesmo Instituto.

Considerando, porém, a commissão :

1.º Que o Instituto Historico tem por fim especial colligir, methodizar, publicar ou archivar os documentos concernentes á historia e geographia do Brasil, e a archeologia, ethnographia e linguas dos seus indigenas. (Art. 1.º dos Estatutos.)

2.º Que é fóra de duvida que só podem ser aceitos como socios effectivos do Instituto os candidatos que houverem preenchido as condições impostas na 1.ª parte do art. 6.º, quanto á apresentação de trabalhos proprios. sobre assumptos comprehendidos no art. 1.º dos Estatutos,

3.º Que á classe de socios correspondentes pertencem os que, propondo-se á effectividade do cargo, não podem ser n'elle aceitos, por se achar preenchido o numero fixado no art. 4.º dos mesmos Estatutos.

4.° Que d'entre os socios correspondentes tem de sahi os que são destinados á preencher o numero fixo dos effectivos, independente de nova proposta e apresentação de titulo de admissão. (Arts. 6.° e 13 dos Estatutos).

5.° Que por estylo, observado desde a reforma dos Estatutos em 1851, se tem entendido que para socio correspondente deve o candidato satisfazer de preferencia a condição imposta aos que se propõem á ser socios effectivos, por que fica assim desde logo consultado o interesse da associação e cumprido o preceito regulamentar.

6.° Que com quanto d'este modo pareça que ficam amedados do Instituto muitos candidatos, cuja proficiencia e luzes são aliás reconhecidas no dominio das letras, nada mais facil será á quem, n'essas favoraveis condições, pretender a honra de associar-se ao Instituto, do que applicar a sua aptidão e estudos á especialidade de que se occupa o Instituto Historico, com manifesta vantagem para as letras em geral, e particularmente para a historia e geographia do Brasil ;

E' a mesma commissão de parecer que, na applicação do artr 6.° dos Estatutos, se tenha por assentado o seguinte :

1.° Não basta, para ser admittido como socio effectivo ou correspondente, a sufficiencia literaria do candidato, demonstrada em trabalhos de ordem estranha aos fins do Instituto.

Em um e outro caso é de mistér que se offereça algum trabalho proprio, nas condições definidas no citado artigo; pronunciando-se préviamente sobre o merecimento do escripto o juizo do Instituto, depois de ouvida a commissão respectiva.

2.° Póde porém ser admittido como socio correspondente, provada a indispensavel sufficiencia litteraria, e offe-

recida qualquer obra de valor, de producção propria ou alheia, sobre assumpto relativo ao Brasil ou outra parte da America, o candidato que, por ser residente fóra do Imperio ou outro semelhante motivo, não tiver de passar á effectivo, na conformidade do disposto nos Estatutos.

3.º A offerta para titulo de admissão de socio effectivo ou correspondente poderá ser feita directamente pelo candidato, ou por alguns dos socios em seu nome.

4.º Nas propostas observar-se-ha restrictamente o disposto no art. 8.º dos Estatutos, para o effeito de não serem aceitos sem que contenham as precisas informações sobre as qualidades do candidato.

E' extensiva a disposição da parte 1.ª art. 2.º dos estatutos de 2 de Novembro de 1861 aos socios effectivos ou correspondentes.

E porquanto seja o presente parecer da commissão mera declaração do sentido da disposição controversa, sem innovação, reférma ou alteração dos Estatutos em vigor, conclue a mesma commissão propondo que, sem dependencia de qualquer outra providencia, se tenha assim por declarada e explicada a disposição contida nos citados artigos dos Estatutos.

Sala das sessões, 17 de Novembro de 1871.

D. Francisco Balthazar da Silveira.
Dr. Olegario Herculano de Aquino e Castro.
Dr. Joaquim Antonio Pinto Junior

PARECERES DE ADMISSÃO DE SOCIOS

A commissão de admissão de socios, tomando na devida consideração a proposta de 14 de Abril do presente anno,

assignada pelos consocios Srs. Drs. Homem de Mello, Pinheiro de Campos, Carlos Honorio, Moreira de Azevedo, Xavier de Brito e Maximiano de Carvalho, e o parecer favoravel da commissão subsidiaria de trabalhos historicos, approvado em 16 de Junho corrente, é de parecer que seja admittido ao gremio d'este Instituto como socio correspondente o Sr. Dr. Olegario Herculano de Aquino e Castro.

Sala das sessões. Em 30 de Junho de 1871.

A. M. Perdigão Malheiro.
Manoel Ferreira Lagos.

NOTICIA

O Dr. Olegario Herculano de Aquino e Castro, filho do major Thomaz de Aquino e Castro (já fallecido), nasceu na cidade de S. Paulo, aos 30 de Março de 1828.

Fez n'essa mesma cidade os seus estudos preparatorios; e, havendo ahi cursado desde 1844 a Academia de Sciencias Juridicas e Sociaes, em 1848 recebeu o gráo de barachel, e em 1849 o de doutor.

Serviu de promotor n'aquella capital desde 1849 a 1854, em que a 9 de Janeiro foi despachado Juiz de Direito; cargo que exerceu successivamente na capital de Goyaz, Jaguary (Minas), Itapeteninga (S. Paulo), e ainda exerceu n'esta côrte como juiz da 2.ª vara crime em 1865; e desde 1866 até hoje a 2.ª vara commercial.

Foi chefe de Policia da provincia de Goyaz desde 1855 a 1858, de S. Paulo desde 1864 a 1865.—Exerceu interinamente, por quatro vezes, igual cargo n'esta côrte, de 1865 a 1867.

Eleito deputado geral á 13.ª legislatura pela sua provincia natal, teve assento em 1867 e 1868, em que foi a camara dissolvida.

Collaborou em diversos jornaes litterarios em S. Paulo, e tem escripto para a *Revista Juridica*, que se publica n'esta côrte.

Outros trabalhos tem publicado. Em 1857,—*Formulario sobre a marcha dos processos policiaes que tem de ser julgados definitivamente pelas autoridades policiaes.* Em 1862,—*Pratica das Correições ou comentario ao regulamento de 2 de Outubro de 1851.* Em 1871,—*Elogio Historico do conselheiro Manoel Joaquim do Amaral Gurgel e noticia dos successos politicos que precederam e seguiram-se á proclamação da independencia na provincia de S. Paulo*; trabalho offerecido ao Instituto Historico e Geographico Brasileiro.

O RELATOR

A. M. Perdigão Malheiro

A commissão de admissão de socios, apreciando a proposta de 14 de Abril do presente anno, assignada pelos consocios Srs. Dr. Moreira de Azevedo, Romem de Mello, e Norberto de Sousa e Silva, e o parecer favoravel da commissão subsidiaria de trabalhos historicos approvado em

16 de Junho corrente anno, é de parecer que o candidato o Sr. Dr. Ladisláo de Sousa Mello e Netto está no caso de ser admittido ao gremio d'este Instituto como membro correspondente.

Sala das sessões, em 30 de Junho de 1871.

A. M. Perdigão Malheiro.
Manoel Ferreira Lagos.

NOTICIA

O Dr. Ladisláo de Sousa Mello e Netto, filho legitimo de Francisco de Sousa Mello e Netto e D. Maria da Conceição Mello e Netto, nasceu aos 27 de Junho de 1838 na cidade de Maceió, hoje capital da provincia das Alagôas.

Embora seu pai desejasse que seguisse elle a vida do commercio, de que o mesmo fazia profissão, concluida a instrucção primaria, a reconhecida aptidão para o desenho valeu-lhe a ventura de ser enviado para esta côrte, onde cursou a Academia das Bellas-Artes desde 1856 a fim de 1868, com approvações distinctas e premios.

Outras, porém eram suas aspirações.

Estudou n'aquelle intervallo mathematicas applicadas ás Bellas-Artes, algumas sciencias, physicas e naturaes, não deixando de recreiar-se na litteratura e poesia.

Em 1859 serviu como desenhador da commissão astronomica e hydrographica encarregada de explorar a costa de Pernambuco.

Em 1862 partiu para Minas-Geraes como ajudante do

Sr. E. Liais, encarregado da exploração do alto S. Francisco. Dedicou-se então com mais ardor ao estudo das sciencias naturaes e particularmente da botanica.

O seu primeiro trabalho n'esta sciencia, escripto em francez, foi impresso no *Comptes rendus* da Academia de Sciencias do Instituto de França ; e assim outros : a sua melhor recommendação no mundo scientifico da Europa quando para alli foi em 1864 em commissão scientifica do governo imperial.

Frequentando alli a Sorbona e o Museu do Jardim das Plantas, desenvolvia elle cada vez mais os seus estudos, ao mesmo tempo que determinava o hervario que havia colhido em Minas Geraes, e publicava varias memorias, todas em francez, á excepção de uma—*Apontamentos sobre as plantas economicas do Brasil* (1866).

Enviado, em qualidade de membro vitalicio da Sociedade Botanica de França, com outros botanicos, ao Mediterraneo, d'alli regressou pouco depois a Paris, donde se dirigiu a Munich a encontrar-se com o seu amigo e mestre Dr. Martius, de quem ouviu uteis e sabios conselhos.

Publicou o seu—«*Itinéraire botanique dans la province de Minas-Geraes* — como addições á Flora Brasileira.» E assim outros trabalhos (em latim) nos—«*Annales des Sciences Naturelles.*»

Recolheu-se Ladisláo Netto ao Brasil com o diploma de doutor em sciencias naturaes, em 1866.

Casou-se em 1868.

Nomeado desde 1855 director da sessão de botanica do Museu Nacional, tomou posse logo que aqui chegou ; e tambem da gerencia do Museu, de acordo com o conselheiro Freire Allemão, director geral. E a esse estabelecimento consagra o Dr. Ladisláo Netto precioso tempo e dedicação ; assim como á sociedade Vellosiana.

Tem elle continuado, com enthusiastica actividade os seus estudos e trabalhos, dando á luz da publicidade o fructo de suas elocubrações ; trabalhos apreciados pelas summidades scientificas; merecendo especial menção o Dr. Baillon que denominou—*Nettoa*—um genero novo de plantas em attenção a Netto, o nosso distincto patricio.

Ainda em 1870 publicou elle as suas—« *Investigações historicas e scientificas sobre o Museu Nacional.*—E em 1871 — *Apontamentos sobre a botanica applicada no Brasil.*

O RELATOR

A. *M. Perdigão Malheiro*

A commissão de admissão de socios, tomando na devida consideração a proposta de 15 de Julho de 1864, assignada pelo consocio o Sr. conego Dr. J. C. Fernandes Pinheiro para ser admittido ao gremio d'este Instituto como socio correspondente o Sr. conego Dr. Manoel da Costa Honorato, servindo de titulo de admissão seu *Diccionario topographico, estatistico e historico da provincia de Pernambuco,* sobre o qual deu parecer a commissão de trabalhos geographicos em 19 de Novembro de 1868, approvado pelo Instituto em 16 de Julho de 1869; e considerando os termos d'esse parecer, bem como a resposta que lhe dá o mesmo Sr. conego Dr. M. da C. Honorato constante de sua carta de 30 de Julho do corrente anno, transmittida a esta commissão com o officio de 6 de Julho, em a qual o autor procura explicar o seu pensamento, e desfazer as duvidas levantadas; considerando que, além

d'esse trabalho, outros tem publicado o mesmo candidato, como seja *Corrientes* e a *Ilha do Bom Jesus*; mostrando habilitações e amor ao trabalho, além de empenho de pertencer ao Instituto como util collaborador:

E' de parecer que o mesmo Sr. conego Dr. Manoel da Costa Honorato está no caso de ser admittido na qualidade proposta.

Sala das sessões do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, em 25 de Agosto de 1871.

A. M. Perdigão Malheiro.
Guilherme S. de Capanema.

A' commissão de admissão de socios, tendo na devida consideração a proposta de 30 de Julho do corrente anno, assignada pelos consocios os Srs. José da Costa Azevedo e Carlos Honorio de Figueiredo, é de parecer que o candidato Sr. Manoel Ronaud y Paz Soldan está no caso de ser admittido ao gremio d'este Instituto em qualidade de membro correspondente. Distincto geographo, commissario por parte do Perú para a demarcação de limites entre esta Republica e o Imperio, nome já conhecido, os trabalhos offerecidos como titulo de admissão revelam suas preciosas habilitações.

Sala das sessões do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, em 25 de Agosto de 1871.

A. M. Perdigão Malheiro
G. S. de Capanema

A commissão de admissão de socios, tomando como proposta a conclusão do parecer da commissão de Archeologia e Ethnographia d'este Instituto de 18 de Agosto de 1871, favoravel ao Sr. Augusto Carlos Teixeira de Aragão, sobre a sua obra *Descripção historica das moedas romanas existentes no gabinete numismatico de S. M. El-Rei o Sr. D. Luiz I*, e attendendo ás habilitações litterarias do candidato, é de parecer que está o mesmo senhor no caso de ser admittido ao gremio do Instituto como socio correspondente.

Sala das sessões, em 3 de Novembro de 1871.

A. M. Perdigão Malheiro.
Guilherme S. de Capanema.

A commissão de admissão de socios, apreciando attentamente a proposta de 20 de Outubro de 1871 assignada pelo consocio o Sr. Filippe Lopes Netto, é de parecer que os candidatos Srs. José Victorino Lastarria, Miguel Luiz Amunátegui, Diogo Barros Arana e Benjamim Vicuña Mackenna, estão no caso de serem admittidos ao gremio d'este Instituto como socios correspondentes. São todos cidadãos da republica do Chile, residentes em Santiago, onde os tres primeiros são lentes da respectiva Universidade, e o ultimo é deputado; distinctos todos por seus meritos litterarios; e escriptores de nota, como consta de varias obras pelos mesmos publicadas, sobre diversos

assumptos, historicos, politicos, sociaes e juridicos; obras que fazem parte da preciosa livraria, com que d'aquella Republica foi mimoseado o nosso Instituto.

Sala das sessões, em 3 de Novembro de 1871.

A. M. Perdigão Malheiro
G. S. de Capanema

A commissão de admissão de socios, em vista da proposta assignada pelos consocios os Srs. senador Candido Mendes de Almeida, Dr. Olegario Herculano de Aquino e Castro, José Maria da Silva Paranhos, conselheiro D. Francisco Balthasar da Silveira, Dr. Joaquim Antonio Pinto Junior e conego Dr. J. C. Fernandes Pinheiro, é de parecer que o Sr. general D. Bartholomeu Mitre está no caso de ser admittido ao gremio d'este Instituto como socio honorario.

Sala das sessões. Rio, 17 de Novembro de 1871.

A. M. Perdigão Malheiro.
Guilherme S. de Capanema.

SESSÃO MAGNA ANNIVERSARIA

DO

INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO BRASILEIRO

NO DIA 15 DE DEZEMBRO DE 1871

DISCURSO

DO PRESIDENTE O SR. VISCONDE DE SAPUCAHY

Senhores! Venho executar o mandado da lei organica do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil pungido de vivissima saudade:

Falta-nos a presença augusta dos dois supremos vultos do imperio.

Este sentimento seria menos supportavel a quem ora tem a honra de dirigir-vos a palavra, se mitigado não fosse pela consideração das vantagens que promette a imperial viagem; e pelo contentamento que dilata um coração brasileiro ao contemplar as enthusiasticas, merecidas demonstrações de respeito e admiração votadas na culta Europa ás virtudes, talentos, vasta capacidade e illustração do monarcha americano.

Venha elle, quanto antes, enriquecido tambem com os productos da observação e da experiencia, obtidas pelas investigações de seu genio activo e perscrutador nas plagas onde se ostentam garbosos os milagres da civilisação; vanha proseguir o empenho de engrandecer a patria, e preparar-lhe a plenitude de prosperidade, para a qual a destinára o Supremo Dador de todos os bens.

No anno social que hoje finda, trigesimo terceiro da existencia da associação, e de que vos devemos conta, continuou o Instituto a esmerar-se no cumprimento dos Estatutos, os quaes tivèram declarações do genuino sentido da disposição relativa á admissão dos socios. O Instituto se desvanece de que satisfez contente e leal a recommendação de seu magnanimo protector, realisada na sessão de 19 de Maio, quando por despedida lhe dirigiu o presidente as seguintes palavras :

« Senhor ! O Instituto vai ser privado por algum tempo da augusta presença de Vossa Magestade Imperial, que tanto tem honrado suas locubrações ; mas está convencido de que ainda de longe seus trabalhos gozarão da influencia de seu inclyto protector.

« Sentindo vivissima saudade por esta separação, o Instituto faz votos ao céo pela conservação da saude de Vossa Magestade Imperial ; e confia na Divina Misericordia que Sua Magestade a Imperatriz colherá d'este passo as vantagens que a nação espera do sacrificio que por ella faz o magnanimo coração de Vossa Magestade Imperial. »

O imperador respondeu :

« Agradeço muito ao Instituto, e espero que continue com o mesmo zelo a occupar-se das letras patrias. »

Cessou felizmente o impedimento do erudito primeiro secretario, que por dois annos vedou-lhe o comparecimento nas sessões, sem comtudo inhibir-lhe a pratica e o exercicio dos outros encargos, que cavalheiramente desempenhou.

Ouvireis hoje sua eloquente voz no sem senão relatorio dos trabalhos da sociedade.

Essa chronica, habilmente traçada, vos informará que o quadro social adquiriu eminentes collaboradores nacio-

naes e estrangeiros, d'entre os quaes, por circumstancias especiaes, farei antecipada menção do general D. Bartholomeu Mitre, distincto estadista, elegante escriptor, consummado nos conhecimentos litterarios e scientificos, quinhoeiro em nossos trabalhos da guerra do Paraguay, e finalmente amigo do Brasil.

Vem aqui a proposito responder a censura feita ao Instituto pelo modo como procede na admissão dos socios : é acoimado de avarento ou cioso, tranca suas portas aos estudiosos.

A censura é injusta.

O Instituto caminha como lhe ordenam os estatutos, os quaes, prudentes, entenderam que convinha tornar ainda mais apreciado o honroso titulo de membro d'esta importante associação, exigindo boas provas litterarias, que de ante-mão recommendassem o merito dos candidatos propostos.

« Com effeito (escrevia o illustrado consocio nosso actual orador) a necessidade de offerecer á consideração do Instituto um trabalho de propria lavra acerca de um ponto de historia ou geographia patria, exclue por um lado a possibilidade de se fazerem admissões estereis, e de chegar a ser pouco apreciado, á força de se tornar commum, o diploma que esta nobre sociedade confere ; e por outro lado tambem essa mesma exigencia se transforma em um poderoso incentivo para os espiritos elevados, e para os jovens talentos que almejam manifestar-se.

« E nem de outro modo (continúa o prestante membro) poderiamos proceder, principalmente desde a hora solemne e grandiosa em que o Imperador do Brasil, descendo do seu throno para occupar a cadeira de presidente honorario do Instituto, elevou esta instituição litteraria a

um grão tão subido, que só no verdadeiro merito se podem encontrar azas bem forçosas para voar até lá. »

Não foi pequeno o numero dos socios ceifados pela morte.

Obreiros de reconhecido merito pagaram o infallivel tributo, e entre elles o commendador Manoel Ferreira Lagos, que, desde os primeiros annos da fundação do Instituto, lhe prestou serviços tão relevantes e de tão subido quilate, que o constituem benemerito da associação e tornam duradora sua memoria.

O eximio orador em sua phrase limpida, castigada e seductora, manifestará os titulos dos illustres finados para que vivam na recordação dos amigos das letras.

Pondo aqui termo, rendo graças á Serenissima Princeza Imperial Regente e ao illustrado principe consorte, nosso presidente honorario, pela mercê de honrarem com suas augustas presenças esta solemnidade.

O Instituto, Senhora, vê desde já em V. A. Imperial sua generosa protectora.

Está aberta a sessão.

RELATORIO

DO PRIMEIRO SECRETARIO

CONEGO DR. J. C. FERNANDES PINHEIRO

Senhores.—Pertinaz enfermidade da qual ainda sinto os funestos effeitos alongou-me por dois annos d'esta cadeira ; minha falta não vos foi, porém,por fórma alguma sensivel,graças á proficiencia do meu dignissimo substituto, o nosso muito illustrado 2.° secretario.

A' proverbial indulgencia a que me haveis habituado rogo-vos additeis a consideração de que o meu estado morboso impede-me de cumprir, como desejára, o difficil e honroso munus com que tanto me haveis distinguido.

No anno que acabamos de transcursar apenas tres sessões foram honradas com a augusta presença de Sua Magestade o Imperador, que, levado pelo estremecido amor que consagra a virtuosa esposa que o céo outorgou-lhe, foi demandar remotos climas, consultar de perto os oraculos da sciencia medica, e quiçá deparar nas vicissitudes das viagens esses profundos abalos que não raro melhor aproveitam do que os mais heroicos medicamentos. Oxalá sejam seus louvaveis esforços coroados de felicissimo exito e que em breve saudemos jubilosos o suspirado regresso dos nossos bem amados imperantes. Sempre que lhe foi possivel, veiu sua alteza o Sr. conde d'Eu honrar com sua presença as nossas sessões, dando com isso eloquente testemunho do vivo interesse que consagra á esta instituição, que, no periodo a que estou alludindo, demonstrou á luz meridiana que nenhum movel menos nobre e confessavel lhe nortêa os pasaos, pois que, á guisa do philosopho grego, andou diante dos que negavam o mo-

vimento. Parece ser hoje moda acoimar de decadencia e degeneração os homens e as instituições contemporaneas : foi, talvez, cedendo á esse fatal impulso, que em um augusto recinto ergueram-se autorisadas vozes para accusar este Instituto de degeneração e máo emprego da subvenção com que o auxiliam os cofres publicos. Cumpre-nos, senhores, como vosso humilde e obscuro orgão, aquilatar n'este dia solemne o peso d'essa accusação. Em má hora foi ella apoiar-se nas paginas da nossa *Revista*, que, ornando hoje as bibliothecas da Europa e da America póde facilmente offerecer a contrariedade do libello. Disse-se que devêra ser—*um repositorio de manuscriptos, uma restauração de obras antigas, uma divulgação de livros raros,e uma compillação de noticias, tudo relativo á sua especialidade, e não um periodico para escriptos contemporaneos, que muitas vezes nenhum interesse inspiram, e roubam espaço, que podia ser melhor empregado.*

Quem, de boa fé, se der ao trabalho de compulsar a mencionada *Revista* reconhecerá quão infundada foi a accusação, verificando que n'estes ultimos annos temos dado á estampa preciosos e antiquissimos manuscriptos, como a *Nobiliarchia Paulistana*, genesis do primeiro estabelecimento portuguez em nossas plagas ; restauramos e divulgamos livros raros, como o do *Novo descobrimento do grande rio das Amazonas* pelo padre Christovão d'Acuña (1) ; e as interessantissimas *Memorias sobre o melhoramento da provincia de S. Paulo* (2) ; e sobre a *Igreja do Brasil* (3) pelo conselheiro A. R. Velloso de Oliveira ; compillamos noticias de subido valor historico e scientifico, como, entre muitas, a do Sr. Dr. Carlos Rath relativa aos

(1) Vide *Revista do Instituto*—anno de 1865.
(2) Vide *Revista do Instituto*—anno de 1868.
(3) Vide *Revista do Instituto* —anno de 1866.

vestigios deixados por um povo que habitou nossa terra em épocha anterior ao diluvio universal (4), e correspondendo aos desejos do nosso augusto e immediato protector, manifestados na memoravel sessão de 15 de Dezembro de 1849, temos registrado nas columnas da mencionada *Revista* avultado numero de trabalhos de socios, discutindo, averiguando e corrigindo pontos litigiosos da nossa historia, geographia, ou ethnographia, dos quaes para não ferir a modestia dos vivos ou suscitar competencias, unicamente mencionarei os *Annaes da provincia de Goyaz* (5) e a memoria intitulada *O Brasil e a Oceania* (6) pelos nossos saudosos consocios A. Gonçalves Dias e J. M. P. de Alencastre.

Não abre espaço a *Revista* a desforços pessoaes, regista os factos com a maior imparcialidade e sempre sob a immediata responsabilidade dos autores das memorias, esforçando-se por arredar-se cautelosamente das syrtes politicas, onde o seu baixel correria risco de sossobrar.

No ultimo decennio (1861 a 1871) enriquecemos a nossa bibliotheca e archivo com 1022 obras, constantes de 1,763 volumes, 65 mappas e cartas geographicas e 272 manuscriptos. Fizemos encadernar preciosas brochuras e reencadernar livros que se iam arruinando, distribuindo-os bibliographicamente por numerosas estantes e prateleiras, collocadas nos compartimentos, recentemente cedidos pela munificencia imperial.

Em presença d'estes dados estatisticos, de cuja veracidade me constituo fiador, parece que a actual administração do Instituto póde com certa ufania declarar, que, reconhecendo e bem alto proclamando os relevantes ser-

(4) Vide *Revista do Instituto*—anno de 1871.

(5) Vide *Revista do Instituto*—annos de 1864 a 1865.

(6) Vide *Revista do Instituto*—anno de 1867.

viços e sublime abnegação dos cavalheiros que a precederam, não lhes cede a palma em zelo e dedicação, havendo envidado todos os esforços para conservar immune o deposito das gloriosas tradicções e do lisongeiro conceito que souberam conquistar.

Desendividando-se do onus contrahido pela sua mui merecida eleição, occupou o Sr. senador Candido Mendes de Almeida a vossa attenção com a assidua leitura de uma erudita introducção historica á sexta edição dos *Principios de Direito Mercantil* por José da Silva Lisboa (visconde de Cayrú). E' uma luminosa resenha das alternativas porque tem passado o commercio em geral; tanto na antiguidade como nos seculos medios e modernos, com applicação especial no Brasil, comprehendendo outrosim a legislação commercial de todos os povos.

Não foram sufficientes as poucas horas de que podiamos dispôr para chegar ao termo d'essa importantissima elucubração, que no anno proximo vindouro prenderá ainda vossa curiosidade.

Ausente d'esta capital, não pôde outro collega nosso transmittir-me a nota que lhe havia pedido do conteúdo das *Impressões de viagens* ás provincias do Ceará e S. Pedro do Sul, que tão dignamente administrára. Privado pelo meu máo estado de saude de ouvir as judiciaes reflexões do Sr. Dr. F. I. Marcondes Homem de Mello, e não podendo referir-me ás suas proprias indicações, vejo-me forçado a guardar silencio ácerca de tão valiosos escriptos, bem como á respeito da biographia que igualmente vos leu do celebre redactor do *Correio Brasiliense*. Por identicos motivos, apenas mencionarei que um dos mais antigos obreiros d'esta associação pagou-lhe derradeiro tributo, lendo em uma das primeiras sessões d'este anno algumas observações sobre duas cabeças embalsa-

madas de selvagens da Nova Zelandia, existentes no Museu Nacional. A prematura e lastimosa morte do commendador Manoel Ferreira Lagos, privou-nos da posse de muitos outros trabalhos começados, ou sómente planeados.

A indefessa actividade do Sr. Dr. M. D. Moreira de Azevedo revelou-se ainda este anno na apresentação de um curioso estudo concernente á *Sedição militar da ilha das Cobras*, no fatidico anno de 1831. N'esse succulento trabalho examinou o nosso consocio o estado dos partidos politicos, a vehemencia da imprensa periodica, a insubordinação das tropas, a attitude energica do governo, os relevantes serviços prestados pela nova guarda municipal, e a dedicação de alguns bons cidadãos, um dos quaes succumbiu sobre as ameias da expugnada fortaleza. Subindo da singela e veridica narrativa dos factos á apreciação das suas causas e effeitos, exhibiu novos titulos á justa reputação que tem sabido grangear.

Rendendo homenagem á memoria de um preclaro varão, que por largos annos sentou-se entre nós, o conselheiro Dr. Claudio Luiz da Costa, procedi ao tosco inventario dos seus muitos e assignalados serviços prestados á patria em dias de tribulação e desconforto, antes que o sol de Julho explendido rutilasse nos campos de Pirajá, ou quando desenfreada soldadesca erguia pavorosos brados, prenuncio de lutuosas scenas, ou finalmente quando já na tarde da existencia afagava e dirigia com solicitude tão paternal os desherdados da luz.

No proposito de aclarar as discussões historicas e a exemplo do que outr'ora se praticava, propuz e benevolamente annuistes, que fosse dada para ordem do dia a contravertida these das vantagens e inconvenientes do systema colonial adoptado pelos portuguezes no Brasil. Apressou-se de aceitar o repto o Sr. Homem de Mello, que em

poucas e brilhantes paginas escoimou a verdade historica da paixão politica : e interrogando o oraculo da legislação penal, demonstrou que os criminosos, que por commutação de penas, eram enviados ás nossas plagas, não passavam, na maioria dos casos, de deliquentes de leves infracções ou réos de imaginarios delictos. Concluiu o nosso distincto collega que não é exacta a asserção dos que pretendem fosse povoado o Brasil de malvados, subtrahidos aos carceres e aos patibulos.

Inscrevendo-me desde logo, não pude apresentar em tempo o meu trabalho ; assim sendo precedido pelo do Sr. Dr. Homem de Mello, tão sómente na leitura, abundei (sem que o soubesse) em identicas considerações. Foi-me de summa satisfação e não pequena honra ver confirmado por tão competente juiz o que timidamente pensára, arraigando-se-me d'essa arte a convicção de que seremos sempre injustos quando quizermos avaliar os homens e instituições de outras eras pelas idéas dominantes na nossa. Razão de sobra tinha Cousin de dizer que a ninguem é dado caminhar adiante do seu seculo.

Assisadas deliberações tomou o Instituto no anno prestes a findar, cabendo a prioridade na ordem do tempo e da magnitude do assumpto a de nomear uma commissão especial para ter a subida honra de felicitar em seu nome a Sra. Princeza Imperial Regente pela prompta sancção que se dignára dar á lei da Assembléa geral, proclamando a liberdade do ventre da mulher escrava e a successiva e gradual emancipação do elemento servil.

N'essa mesma occasião, por proposta do nosso sabio presidente, deliberou o Instituto rogar ao seu dignissimo 1.º vice-presidente fizesse chegar a Sua Magestade o Imperador as expressões do seu reconhecimento pelo vivo

interesse que por tão salutar medida tomára o mesmo augusto senhor.

Constando-lhe o infausto passamento do seu consocio o commendador Lagos, deu-se pressa o Instituto de autorisar-me para, de accordo com o illustrado relator da commissão de pesquiza de manuscriptos, tratar de adquirir a riquissima collecção que d'elles possuia o referido commendador. Dirigi-me immediatamente á senhora viuva Lagos communicando-lhe a decisão supra indicada, e rogando-lhe me désse autorisação para examinarmos esses manuscriptos e algumas obras impressas de que mais carecesse a nossa bibliotheca: até o momento em que estas linhas escrevo nenhuma solução recebi, que possa communicar-vos.

Além das habituaes propostas, destinadas a preencher os claros que em nossas fileiras annualmente introduz a morte, pendentes umas do estudo das respectivas commissões e sanccionadas outras por vossa adhesão, foram-vos submettidas algumas de subida importancia. Entre estas ultimas releva fazer expressa menção da que autorisou a criação de uma revista auxiliar com o titulo de *Bibliotheca Brasileira*— a qual devêra ser dirigida pelo nosso fallecido consocio Sr. Lagos, e a que em sessão de 17 de Novembro ultimo apresentaram os Srs. Drs. C. H. de Figueiredo e J. Norberto de S. S. para que na sala das nossas sessões se erigisse os bustos dos benemeritos socios visconde de S. Leopoldo e A. Gonçalves Dias. Envolvendo esta ultima a decretação de fundos, não consignados no orçamento vigente, propuz, com plena aceitação vossa, fosse ella remettida a respectiva commissão.

Folgo, senhores, de render encomios a actividade desenvolvida pelas nossas commissões: e permitta-me que antes de tudo vos assignale o importantissimo serviço

que acaba de prestar-vos a de Estatutos e redacção da *Revista* fixando de modo tão luminoso a genuina intelligencia de alguns artigos do nosso codigo fundamental, cuja execução nos expunha a serios embaraços, e quiçá dissabores. Serão de ora avante bem conhecidas e claramente fixadas as condições para admissão ao nosso gremio, sempre accessivel aos homens de boa vontade e que nos queiram trazer o valioso concurso de suas luzes.

Como de costume apresentou a commissão de fundos e orçamento o seu parecer, acompanhado do balancete da nossa receita e despeza do anno findo e do orçamento para o vindouro; discordando eu das suas apreciações e calculos, pelos motivos que tive a honra de expôr-vos em sessão economica, offereci uma emenda substitutiva, que mereceu a vossa unanime approvação. Resultou da larga discussão suscitada por esse incidente que cabalmente conhecesseis a continuação do nosso prospero estado financeiro.

Avaliando devidamente as razões allegadas pelos empregados subvencionados d'este Instituto quando pediram melhoramento de seus exiguos vencimentos, propôz a sobredita commissão que fosse favoravelmente deferida a sua supplica, a que promptamente accedestes; depois de vos haver eu demonstrado que dentro dos limites da nossa receita ordinaria, e sem prejuizo de outros ramos de serviço, era possivel effectuar-se o requerido augmento. Conhecedor dos sentimentos que animam os nossos empregados, julgo poder affirmar-vos que cada vez mais se empenharão no exacto cumprimento dos seus deveres, testemunhando-vos dest'arte toda a sua gratidão.

Acertadamente entendestes que muito importava a conservação da nossa já bem volumosa livraria, e precioso archivo, a creação de mais um empregado exclusivamente

incumbido do seu asseio e ventilação. Annuindo a uma proposta minha confiastes este encargo a um antigo servidor da casa imperial, cujas honrosos precedentes assaz o abonam.

Não posso ter a satisfação de communicar-vos que em dia se acha a publicação da *Revista*; e ainda d'esta vez é a falta de papel causa primordial d'esta omissão. Sabeis que este genero nos é principalmente fornecido pela França, e os lastimosos successos de que acaba de ser theatro retardaram a expedição das encommendas ha muito feitas. Logo, porém, que voltem as transacções mercantis ao seu estado normal, o que espero brevemente aconteça, será deligentemente recuperado o tempo perdido.

Pelo mesmo motivo estacionou a reimpressão da mesma *Revista* no tomo XII, que será dado á estampa no anno proximo futuro, com summa satisfação dos que anhelam por possuir colleções completas de tão util publicação.

Vendo o afan com que se deseja possuir essa publicação, e os elogios que de todas as partes lhe chegam, seria de esperar que os livros da thesouraria registrassem o progressivo augmento de assignantes e compradores de collecções, ou numeros avulsos : infelizmente, porém, isso não acontece, e do ultimo balancete que tenho á vista, verifica-se que no anno findo apenas entraram para os nossos cofres trezentos mil réis, provenientes d'essa verba, sendo para notar que é a nossa *Revista* a mais barata que existe no imperio (7), constando já de trinta e quatro volumes.

(7) A assignatura é de 4$ por anno, por um volume de 700 a 800 paginas.

Vieram este anno prestar-nos valioso auxilio esforçados lidadores, seus nomes esculpidos em nossos marmores capitolinos são o do Sr. general D. Bartholomeu Mitre, admittido na classe dos socios honorarios em testemunho do subido apreço que lhe consagramos pelos relevantes serviços prestados ás armas e ás letras; dos Srs. D. José Victorino Lastarria, D. Miguel Luiz Amunátegui, D. Diogo Barros Arana e D. Benjamim Vicuña Mackenna, conspicuos cidadãos da republica do Chile, e vantajosamente conhecidos pelos que saboream os primores da lingua de Cervantes e Calderon; do Sr. D. Manoel Rouaud y Paz Soldan, distincto geographo peruano, e como tal escolhido para commissario da demarcação de limites entre essa republica e o imperio; do Sr. Dr. Carlos Augusto Teixeira de Aragão, director do gabinete numismatico de Sua Magestade Fidelissima o Sr. D. Luiz I, e autor de uma sapientissima *Descripção Historica das moedas romanas existentes n'esse gabinete*; do Sr. Dr. Olegario Herculano de Aquino e Castro, assaz conhecido pelos seus doutos trabalhos juridicos de onde passou-se aos arraiaes das letras para ceifar virentes louros na composição do *Elogio Historico do conselheiro Manoel Joaquim do Amaral Gurgel*, trabalho de folego onde são discutidos e averiguados muitos e gravissimos pontos da historia da independencia da heroica provincia de S. Paulo, com a lucidez do anysta e a profundidade do philosopho; do Sr. Dr. Ladisláo de Sousa Mello e Netto, que desde verdes annos convive com Linnèo, Jussieu e de Candolle, grangeando pelos seus trabalhos lisongeiro e animador conceito dos próceres da sciencia européa, e cujos lazeres foram utilmente aproveitados na obra que lhe serviu de titulo de admissão, repleta de curiosissimas e reconditas noticias sobre o nosso museu; e finalmente do Sr. conego Dr.

Manoel da Costa Honorato, que nos arrebóes da vida compôz e publicou o seu tão interessante *Diccionario Historico Topographico e Estatistico da provincia de Pernambuco* que, apezar de ligeiros senões que lhe notou a commissão de geographia, não deixa de ser uma obra de vulto e de summa utilidade aos estudiosos das nossas cousas.

Continúa o Instituto a receber dos supremos poderes do Estado, assim como das autoridades de ordem menos elevada, auxilios e favores a que nos têm acostumado, sem que por isso nos julguemos exonerados da divida de gratidão, que por meu intermedio ora lhes tributaes.

Nossas relações scientificas e litterarias com as instituições congeneres do velho e novo continente, acham-se em estado satisfactorio, estudando com esmero os meios praticos de cada vez mais aperfeiçoal-os, fazendo cessar justas reclamações que algumas vezes nos são endereçadas.

A' proposito de relações scientificas e litterarias entendo ser este asado ensejo para agradecer a dois dos nossos benemeritos consocios, que tanto se têm esforçado para estreitar os vinculos d'essas relações: quero fallar dos Srs. conselheiros José Feliciano de Castilho e Filippe Lopes Netto. O primeiro com louvavel empenho buscou reatar o fio da nossa correspondencia com as academias, sociedades e bibliothecas portuguezas; e o segundo, fazendo reverter em nosso proveito o prestigio que tão justamente soube grangear nas republicas do Pacifico, contribuiu poderosamente para pôr-nos em contacto com algumas d'essas republicas, nomeadamente com a do Chile da qual acabamos de receber um opulento donativo constando de livros, brochuras, mappas e jornaes.

Chegado á meta do estadio, que com titubantes passos

hei percorrido, consenti que vos faça um pedido e ao mesmo tempo atreva-me a dar-vos um conselho. Doze annos se hão volvido d'esde o dia em que, cedendo mais aos impulsos de benevolencia do que consultando aos legitimos interesses da nossa instituição, me erguesteis á este honroso cargo, vosso erro tem sido seis vezes repetido; tempo é, porém, a reparal-o, concedendo-me o almejado repouso.

Confesso-vos, senhores, o meu embaraço e enleio sempre que tenho de dar-vos conta das obras que vos foram offerecidas durante o anno. Versam ellas sobre tantas e tão variadas materias que excedem muito aos tenues conhecimentos por mim adquiridos, além de que, peço-vos ainda venia para repetir, as oscillações da minha saude e os deveres annexos ao magisterio poucos ocios me deixam para ler e apreciar o merito d'essas mesmas obras. Imploro, pois, toda a vossa indulgencia pela imperfeição da resenha, asseverando outrosim aos illustres cavalheiros cujos nomes forem ommittidos, que nenhum sentimento de menospreço, ou falta de consideração, determinou o meu forçado silencio.

Preterindo a ordem chronologica e qualquer precedencia hierarchica, regular-me-hei tão sómente pelos apontamentos tomados á medida que procedia a sua leitura nos curtos intervallos deixados pelo cumprimento de imperiosos deveres ou pelas intermittencias da molestia.

Um dos mais labóriosos soldados da imprensa, medico tão desvellado como caritativo, conciliando habilmente o dever com a devoção, em uma palavra o Sr. Dr. Cesar Augusto Marques publicou e graciosamente offereceu ao Instituto, de que é um dos ornamentos, o seu *Diccionario Historico e Geographico da Provincia do Maranhão*. Competentes e imparciaes juizes hão proferido seus laudos

sobre este valiosissimo trabalho; a que o nosso consocio consagrou sua proverbial actividade e esse espirito de investigação e de analyse que constituem um dos seus mais bellos caracteristicos. Foi uma empreza arrojada, senão temeraria, que credora se tornava de todo auxilio e animação.

Outro benemerito consocio nosso, o Sr. Dr. M. D. Moreira de Azevedo, illustrou a nossa livraria enviando-lhe a nova e brilhante producção de sua laboriosa lavra: refiro-me aos *Quadros guerreiros do Prata e do Paraguay*, precioso kaleidoscopio por onde successivamente passam, é vocados pela musa da historia, os vultos heroicos que das margens do Moron ás do Aquidaban ovante conduziram o pavilhão auri-verde. Nos arroubos do patriotico enthusiasmo não sacrificou a verdade, e no brilhantismo do colorido revellou-se o pincel do Ticiano.

Devidamente auxiliado pelo governo imperial pôde o Sr. capitão Alfredo d'Escragnolle Taunay levar ao cabo a sua tão mimosa como interessante—*La Retraite de Laguna* que em 1868 começára a publicar. No meu relatorio d'esse anno já alguma cousa disse ácerca d'esse livro, e abundando nas considerações que então fiz, corroboro-as com o resultado da leitura da parte ora dada a estampa, que veiu cada vez mais confirmar-me no conceito que d'esse esforçado paladino das letras formo augurando-lhe esperançoso porvir. Sinto verdadeiro jubilo saudando d'esta cadeira a uma das mais robustas intelligencias da nova geração, certo de que com os olhos fitos na constellação da gloria desdenhará as tortuosas verêdas por onde muitos outros buscam avizinhar-se das honras, ou da opulencia. Relevai-me, senhores, esta expansão, dictada pelo sentimento natural ao mestre que vê seus discipulos se estradarem pelos rumos que lhes havia indicado.

O illustrado e infatigavel publicista, encanecido em manusear documentos esquecidos em nossos archivos em damno dos nossos inauferiveis direitos e justissimas pretenções, offertou-nos um estimabellissimo opusculo com o titulo *Intervenção do Brasil no Rio da Prata.* Conheceis a proficiencia com que o Sr. Dr. Antonio Pereira Pinto sóe tratar d'estas materias, proficiencia que tão avantajado conceito lhe tem valido de extranhos e nacionaes contrastes, pois afianço-vos, pela rapida leitura que do mencionado opusculo procedi, que esmagou o nosso doutissimo collega as cabeças d'essa Medusa de intrigas e desconfianças, com que alguns periodistas platinos exploram a inimizade de duas raças, oriundo de um mesmo tronco, collocadas em uma mesma região, ligadas por identicos interesses, e cuja hostilidade eleva-se do crime ao sacrilegio. A luz de irrecusaveis documentos demonstrou que a alcunhada *politica tradicional* nada exprime, não passando de um vocabulo vazio de sentido, excogitado pelos exploradores de odios e vinganças internacionaes.

O supra mencionado Sr. Dr. Pereira Pinto fez-nos tambem donativo do quarto volume da sua *Collecção de Tratados*, que logrou terminar, apoz indescriptiveis fadigas e não poucas contrariedades. Bem hajam os que, como o nosso esclarecido consocio, deixam se guiar pela luminosa columna da gloria, e que no cumprimento de uma grande idéa encontram satisfactorio galardão.

Entre os valiosos presentes que recebemos dos nossos consocios estrangeiros, penso dever fazer expressa menção do nono volume do *Diccionario Bibliographico* do Sr. Innocencio Francisco da Silva, pelo valiosissimo subsidio que presta a quantos se entregam ao cultivo das letras patrias. Proseguindo no plano que tão bem ideára, e tão affincadamente vai levando avante, presta o nosso consocio ser-

viço de ordem tão elevada que não ha termos, por mais emphaticos, que possam traduzir-lhe o valor que aliás tem sido reconhecido e apregoado pelas primeiras notabilidades.

Muitas e importatissimas obras, brochuras, mappas, cartas, jornaes e manuscriptos nos foram offertados, de que se fará menção em um dos annexos a este relatorio, agradecendo aqui em vosso nome a generosidade e cavalheirismo dos respectivos doadores.

DISCURSO

DO ORADOR DR. JOAQUIM MANOEL DE MACEDO.

O anno social do Instituto Historico e Geographico do Brasil tem, como o anno solar, suas quatro estações, senão bem discriminadas e consecutivas, ao menos precisamente determinadas e sentidas pelos seus effeitos.

Acabastes de ouvir a descripção animada, risonha e brilhante da nossa ultima primavera, da estação das flôres e das mais favoneadoras esperanças na resenha dos novos adeptos que vieram enriquecer o quadro dos socios do Instituto, e que auspiciosos asseguram em seus dadivosos labores pingues colheitas no campo da intelligencia.

A mesma voz autorisada e eloquente vos expôz em relatorio esclarecido os thesouros do nosso estio e do nosso outono nas primicias das searas de jovens e alentados escriptores que se mostram, rompendo no céo da patria, como auroras fulgentes precursoras de ainda mais formosos dias, e nos fructos sazonados de provectos cultivadores da historia e da geographia do Brasil, philosophos investigadores dos factos que arrasam os segredos dos tempos que já fôram, e registram e assignalam os acontecimentos contemporaneos, de que outros mais tarde serão juizes, arvores frondosas e de perfeito desenvolvimento, no refrigerio de cuja sombra descansam e meditam aquelles que estudam e ainda lavram modestos no mesmo solo, na madureza de cujos fructos se alimenta o espirito de nós todos, e na respiração de cujas folhas se purifica a atmosphera da historia impregnada de emanações, de preconceitos, de falsas apreciações das cousas do passado e das paixões, e dos odios uns apenas vesgos e outros completamente cegos

dos contendores de hontem e de hoje, que se arrojam a querer sentenciar, quando uns e outros, vencidos e vencedores, por sua vez, no pleito das idéas e na briga dos caprichos, já se desordenáram e se abysmáram engulidos nos rodemoinhos da intolerancia politica.

Mas a primavera, o estio, o outono, as estações dos risos e das esperanças, da abundancia e da riqueza, tinham de passar, passáram. Adeus, flôres ! adeus, primicias das searas !... Adeus, fructos sazonados !...

O inverno chegou.

O inverno, a estação da quéda das folhas, o quadro da natureza morta, a mortalha branca estendida no gelo que cobre os campos e que reveste lugubremente as arvores seccas se annunciam na minha voz.

E' meu dever fallar-vos dos nossos consocios finados durante o anno social que hoje termina, lembrar-vos as folhas cahidas das ramadas do nosso Instituto n'este ultimo e doloroso inverno ; antes, porém, de levar-vos commigo ás sepulturas de nossos irmãos, antes de voltar-me para a morte que nos enche de luto, deixai que por breve instante eu me abrace com a vida que ainda me inspira confiança e me accende enthusiasmo, com aquella vida que se perpetúa pela successão da familia, pelo amor e culto do casal paterno, e que me excita a clamar: Oh, mocidade estudiosa ! oh, mancebos cujo talento é brilhante como o sol do céo brasileiro, e cuja imaginação tem o impeto das pororocas do Amazonas, oh, folhas verdes da primavera, que deveis succeder as folhas cahidas do inverno, vinde!... o Instituto vos espera e vos reclama !

Vinde !... E' já tempo : dos preclaros varões que plantiram esta bella instituição no seio da patria, poucos restam e estão pedindo herdeiros e continuadores da obra gloriosa, e os que eram, como eu era, jovens no berço do

Instituto já grizalhos os cabellos, gastas as forças e abatido o espirito, se perturbam quando fallam, vacillam quando avançam, e apenas pagam um ultimo tributo de civismo e de dedicação no vespertino crepusculo de um dia nebuloso que quasi se confunde com a noite.

Talvez sómente por isso seja bem cabida em mim a voz do inverno : vou, pois, com a consciencia do frio congelador da minha palavra, que me torna apenas supportavel pelos habitos da paciencia que tem envelhecido obrigada a ouvir-me, nomear, e rapida e incompletamente esboçar o merecido elogio dos nossos consocios finados.

A morte, penetrando cruel no gremio do nosso Instituto, não vibrou a espada de Tarquinio, cortando as papoulas mais altivas pela elevação ás grandezas illusorias da terra ; multiplicou, porém, suas victimas privando-nos de preciosos, dignos e trabalhadores companheiros.

Não temos de honrar, como nos ultimos annos, a memoria de heróes brasileiros redivivos gloriosamente sacrificados á desaffronta nacional, cujo lençol mortuario foi o estandarte do imperio. A guerra mais collossal da America do Sul acabára com a victoria absoluta e perfeita do Brasil e das republicas alliadas. Dos nossos leões do mar, dos nossos hercules da terra, não poucos, distinctos officiaes, e soldados rasos, irmãos e iguaes em bravura e patriotismo, já morrêram mais ou menos ignorados, sublimes porém, pela consciencia e pelo desinteresse no religioso cumprimento do civico dever. A benção de Deus santifica sua gloria immensa, mas ainda bem que d'esses paladinos da patria os que eram e são nossos consocios, vivem ainda e fulguram todos galhardamente promptos ao primeiro brado do seu, do nosso Brasil, que aliás respira na mais justa e segura confiança da paz, dulcissimo anhelo de quem detesta o horrivel choque das armas, e só á força, e

só por offensa de honra e ataque a seus direitos de má vontade aceitaria a guerra ainda com a certeza do triumpho.

Tambem não me caberá hoje recordar-vos, como em todos os ultimos annos vultos imponentes, nomes prestigiosos de personagens eminentes do nosso inconstante e um pouco indistincto theatro politico, estadistas que, ainda bem em regra quasi sem execução, ufanam a patria pela sua probidade sem macula, mas que repassados quasi todos nos tempos recentes de confusão e de contradicções de idéas suicidas de partidos, que vegetam artificialmente á custa d'ellas, querem e não querem, adunam-se aos principios, e repellem as consequencias, commungam com os adversarios de idéas, e estreitam-se com os correligionarios de affeição, e n'esse labyrintho em que quasi todos se perdem suppondo todos ter em suas mãos o fio de Ariadne, uns são estadistas que não andam, nem se movem, como colossos de Rhodes que desafiam o cataclismo que os deve destruir, outros se fazem arreceiar em violento arrojo, como o cavallo de Mazeppa, ou como o carro de Phaetonte, ameaçando desenfreamento e ruinas, e raros, que sabendo viver no seu tempo, e remoçando com a seiva do espirito publico, são como a Phenix da fabula, e renascem de suas cinzas no meio das odorificas essencias dos principios salutares e sabios que a civilisação adiantada proclama e impõe, corrigindo sem perigo os atrasamentos e as imperfeições do passado.

O triste obituario do nosso anno social não reclama nem mausoléos, nem cenotaphios, nem as pompas funebres com que a vaidade dos vivos desfigura e dissimula a suprema igualdade da morte ; apenas nos pede e merece aquella simples oração que á sombra dos cyprestes e á beira das sepulturas modestas sahe murmurante e repassada da

religião das almas e da saudade dos corações dos socios do Instituto.

Falleceu este anno na provincia do Pará o nosso consocio o brigadeiro reformado barão de Jaguarary.

Marcos Antonio Bricio que, além de outros premios dos seus serviços, mereceu ser agraciado com aquelle titulo, teve per berço a cidade de S. Luiz do Maranhão, onde nasceu a 24 de Dezembro de 1800, filho legitimo de Marcos Antonio Bricio e de D. Maria Quiteria Bricio, cedo adoptou a carreira das armas, e exclusivamente soldado, e sem outras ambições que o deslumbrassem, foi sereno e paciente subindo a escala dos postos até que obteve a sua refórma com o de brigadeiro. Na provincia do Pará desempenhou dignamente as funcções de commandante superior da guarda nacional das comarcas da capital e de Bragança, de presidente do conselho administrativo para fornecimento do arsenal de guerra e de director geral dos indios. Respondendo á uma carta circular dirigida pelo Instituto a todos os seus socios com o fim de obter apontamentos biographicos de cada um d'elles, o barão de Jaguarary, deu irrecusavel testemunho de sua modestia, limitando-se a simples lembrança os derradeiros tributos de patriotismo que pagava em sua vida cansada.

Mas o justo apreço do merecimento, da virtude e de relevantes serviços escreverá no peito do velho soldado, e no pergaminho de titulo de nobreza que não se herda, a historia que elle esquecêra e que a gratidão remunerou.

O brigadeiro Marcos Antonio Bricio, barão de Jaguarary, era commendador da ordem de S. Bento d'Aviz, official da imperial ordem da Rosa, cavalleiro da imperial ordem do Cruzeiro e commendador da real ordem de S. Jorge de Napoles.

Perdemos a 2 de Agosto de 1871 no Rio de Janeiro

Fructuoso Luiz da Motta, e ainda este anno no Rio Grande do Sul o Dr. Dionysio de Oliveira Silveira, dois estimaveis e antigos consocios.

No vigor da idade e no maior viço do seu talento cahiu para não mais levantar-se o nosso laborioso e prestante consocio José Martins Pereira de Alencastre.

A 19 de Março de 1831 nascêra elle na freguezia do Rio Fundo da provincia da Bahia a cuja capital foi levado para receber a instrucção primaria e estudar humanidades: o brilho de sua intelligencia se manifestou desde logo igualado pelo fervor de sua applicação; mas a pobreza dos pais não pôde satisfazer o empenho legitimo do amor, e o esperançoso estudante apenas esclarecido com algumas disciplinas preparatorias teve ainda muito joven de ir pedir ao trabalho o pão quotidiano, e acanhados recursos para desenvolver suas faculdades na leitura e meditação do gabinete.

Na provincia do Piauhy, para onde lhe cumpriu partir, fôram bem depressa aproveitadas suas habilitações, e Alencastre successivamente serviu os lugares de promotor publico interino em Oeiras, de procurador fiscal da thesouraria geral, de praticante supra-numerario da secretaria do governo, e por fim o de professor publico da lingua portugueza do Licêu da capital. Em Agosto de 1857 o nosso consocio almejando espaço mais vasto para os vôos do seu talento, veiu para a cidade do Rio de Janeiro, e em Outubro do mesmo anno obteve a nomeação de official de secretaria da intendencia da Marinha; apenas, porém, acabava de tomar posse do seu emprego, quando poucos dias depois foi despachado secretario do governo da provincia do Paraná, onde no anno seguinte recebeu o decreto, que o nomeava segundo official da secretaria do conselho naval então creado.

Secretario do governo da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul desde Abril de 1859 até o fim de Janeiro de 1861, o prestimoso Alencastre é n'essa data incumbido de mais alta commissão pelo governo imperial que o nomêa presidente da provincia de Goyaz, e dois mezes depois ainda o considera distinctamente designando-o, embora ausente, para chefe de secção da secretaria de Estado dos negocios da Agricultura, commercio e obras publicas n'esse anno instituida.

Deixando a presidencia de Goyaz por exoneração que solicitára, dedicou-se zeloso ao seu novo emprego, até que em 1866 foi d'elle distrahido para ir exercer a presidencia da provincia das Alagôas, que durante o seu governo teve a gloria de mandar para a guerra do Paraguay dois corpos com 116 praças, além de 60 outras destinadas á armada imperial. Um anno depois o nosso hoje finado consocio voltava para a capital do Imperio e recebia em premio de seus serviços a commenda da ordem de Christo.

De 1867 em diante, Alencastre consagrou-se exclusivamente ao dever cumprido escrupulosamente de empregado publico, ao amor da esposa, ao culto da amizade e ao estudo e trabalhos importantes que sem duvida apressáram-lhe a morte.

Legou a seus compatriotas utilissimo e eloquente exemplo do triumpho da applicação, da diligencia e da actividade: a historia de sua vida é uma voz que ensina e brada aos desanimados pela pobreza e pela humildade do berço: « Trabalhai !... Aspirai !... e subireis pelo merecimento !... No Brasil não ha privilegios, nem podem haver illotas ! O Brasil é da intelligencia que resplende, da actividade laboriosa e honesta, que assegura a riqueza abençoada, e da honra e da virtude, que abrigam a pro-

funda reverencia do proprio orgulho dos potentados, e tem altares na consciencia publica: não ha privilegios nem de opulencias, nem de fidalguias, e se houvesse alguns que no meio de seus concidadãos se presumissem de privilegiados por aquellas condições, seriam idolos de pés de barro só adorados por si mesmos, e em breve prazo cahiriam despedaçados ao impulso da igualdade dos direitos, e confundidos pelo escarneo geral.

Foi com a convicção d'esta verdade que Alencastre trabalhou, aspirou e subiu: de compleição delicada, de saude fraca, mas de vontade energica, seu espirito reagia sobre o corpo abatido, vencia, recolbia louros de victoria, exaltava-se com os triumphos; gastava, porém, demais a vida....

Um anno antes da morte, a morte se pronunciára mais ou menos proxima na molestia reconhecidamente incuravel e implacavelmente progressiva, e o sentenciado, com o açodamento de quem sabe que pouco tempo tem de seu, não fez questão de mezes, e trabalhou em dobro....

A morte, como que teve a seu modo piedade do martyr do trabalho, e na tarde de 12 de Março ultimo de subito poupou-o ao tormento de agonia longa, abrindo-lhe o céo á alma em instantaneo passamento.

Poucos mezes antes recebido com ufania no gremio do nosso Instituto o general D. Wenceslão Paunero, ministro plenipotenciario da Republica Argentina n'esta côrte, inesperadamente falleceu no dia 7 de Junho d'este anno.

Nobre e vigoroso guerreiro que cingira a espada na primeira juventude para batalhar em prol da causa sagrada da independencia de sua patria, Paunero era uma das glorias do exercito argentino e um dos benemeritos da republica d'além do Prata, nos livros de cuja historia seu nome é bello ornamento, e seus feitos alimentam capitulos.

Depois de haver fraternisado com os nossos bravos na guerra da alliança contra o dictador do Paraguay, viéra corôado com os louros da victoria fraternal desempenhar alto ministerio diplomatico na côrte do Imperio amigo, e aqui em suas sympathicas relações com o governo imperial, e em sua amavel intimidade e suave trato diario com a sociedade brasileira personificou a politica mutua e generosa das duas potencias sul-americanas, a politica da da condemnação de preconceitos anachronicos e mesquinhos, e da consagração da amizade leal, civilisadora, proficua e digna, cujos laços tem já dois nós sublimes o da liberdade e o da honra; o da liberdade na destruição da tyrannia de Rosas, o da honra na aniquilação do despotismo affrontoso de Lopez.

O Brasil rende tributos de gratidão e de saudade á memoria do general Paunero, e guarda religiosamente em seu seio como deposito sagrado os restos mortaes do illustre argentino.

Nossos olhos parecem procurar obedientes á memoria grata que lembra com saudade, um homem, tradição viva, amante, enthusiasta do nosso Instituto, uma fronte expansiva, uma fronte proeminente onde se ostentava a intelligencia, um olhar ás vezes investigador, ás vezes dardejante, um sorriso ás vezes franco e amigo, ás vezes tremulante, ironico, em que scintillava o espirito esplendido de amor da sciencia, ou de atticismo e de epigramma, de incalculaveis gradações desde o gracejo innocente que obrigava a sorrir até o sarcasmo pungente que atarantava a impostura; o companheiro provado nos dias de mais desalento d'esta illustrada associação, uma das varas do berço pobre do Instituto, um dos nossos benemeritos, vós todos estaes pronunciando o seu nome Manoel Ferreira Lagos.

As cadeiras distinctas d'esta assembléa estão occupadas; mas em nossa memoria ha aqui um immenso lugar vasio, e que difficilmente se preencherá no Instituto; é a de Manoel Ferreira Lagos.

A sciencia medica chora-o duplamente: chora-o porque elle nunca deixára de cultival-a theoricamente, embora praticando-a só por caridade no tecto da pobreza, e por dedicação na casa da amizade; e porque, academico distincto, estudante notavel e famoso na escola do Rio de Janeiro, depois de passados com louvor e brilhantismo todos os seus exames, esquecêra o diploma e o titulo que era de direito seu, e rico do enthesourado fundo não procurára as apparencias da fórma, e contente com o saber se olvidára de ser doutor!...

A administração publica chora-o; porque a secretaria do Estado dos negocios Estrangeiros opulenta de illustrações e de consummados, leaes, discretos e honrados servidores do paiz n'aquella delicada repartição ministerial não tem um que seja mais amestrado, de mais illustração, de mais discrição e sábia reserva, de mais honroso e escrupuloso proceder, do que Manoel Ferreira Lagos.

A administração publica chora-o ainda, lembrando o perdido director da secção de zoologia e de anatomia comparada, e o bibliothecario do museu nacional.

O Estado lamenta a perda do homem de sciencia, do cidadão prestante, do artista pelo gosto e pela harmonia intelligente, do patriota pelo amor e pelo zelo, d'aquelle que em grande parte dirigiu e organisou as exposições nacionaes n'esta capital, e na ultima universal de Paris se distinguiu, como infatigavel, exigente, pressuroso, e no intimo do coração verdadeira e religiosamente brasileiro o commissario do imperio americano.

O Estado não póde olvidal-o n'essa pouco feliz, porém muito trabalhosa, digna e não infructifera commissão scientifica, que explorou principalmente a provincia do Ceará e na qual foi elle o solicito chefe da secção zoologica, n'essa expedição patriotica de conquista dos tres reinos da natureza em um paiz que ainda espera o seu completo descobrimento, expedição que talvez fosse mal iniciada, mas que não merecia ter sido abatida e contrariada, quando marchavam commandando-a vultos sympathicos e respeitaveis, como do venerando sabio Freire Allemão, do mathematico e naturalista abalisado o severo e por escrupulosamente honrado ás vezes rabugento Capanema ; do litterato e poeta, genio da doçura, espirito illustrado, e santo coração que se chamava Gonçalves Dias, de Giacomo Gabaglia, que deslizando pela terra perlustrava os astros e os obrigava ao serviço da terra, e do esclarecido e dedicado cultor da zoologia o estudioso e habilissimo Ferreira Lagos, a quem a energia potente do animo dava musculos de ferro ao corpo franzino, e luz brilhante á face magra e pallida.

Mas é no seio quasi filial do Instituto Historico e Geographico do Brasil que mais fundo penetrou o golpe que cortou a vida preciosa do nosso benemerito consocio. Era aqui, era no Instituto que elle tinha depositado e amava o mais bello florão de sua gloria.

Apenas sahido da escola de medicina do Rio de Janeiro, Ferreira Lagos foi columna inabalavel d'esta instituição ainda em sua primeira infancia, coadjuvando os seus fundadores, e especialmente o conego Januario da Cunha Barbosa, a quem succedeu no cargo de 1° secretario, e na redacção da nossa *Revista*, tendo já antes servido de 2° secretario.

Com a morte de alguns de seus principaes patriarchas, e com o cansaço e a indifferença que quasi sempre seguem aos primeiros annos de esforços mal apreciados e de pura dedicação desinteressada, o Instituto viveu ignorado, decadente, ameaçado de dissolução pelo abandono, e durante longo e doloroso periodo devou sua conservação ao culto zelosissimo de oito ou dez constantes sacerdotes, que nunca desertáram do templo, e o testemunho publico de sua vida á publicação regular da *Revista*, que Ferreira Lagos soube tornar tão interessante; tão rica de thesouros para a historia patria, que sómente pela *Revista trimensal* se applaudia uma ou outra vez dentro e principalmente fóra do paiz a existencia d'essa sociedade quasi invisivel, de cujo fogo sagrado a Vestal mais cuidadosa no tempo da adversidade foi o nosso finado consocio.

A protecção franca e immediata do Imperador, a presença infallivel de S. M. Imperial ás nossas sessões abriram nova época, a da renascença e a do florescimento do Instituto. Ferreira Lagos deixou então o cargo de secretario perpetuo e de redactor da *Revista*; mas foi annualmente eleito nosso terceiro vice-presidente, até que por sua ausencia prolongada durante os trabalhos da expedição scientifica, outro muito menos digno, embora seu fiel companheiro dos annos difficeis, teve de mal succeder-lhe no honroso posto.

Além dos brilhantes e profundos relatorios que apresentou como secretario nas solemnidades anniversarias do Instituto, e em que espalhou com profusa mão provas incontestaveis de seus variados conhecimentos, Ferreira Lagos ostentou sem vaidade e por vezes em nossas sessões o privilegio admiravel de leitura de seus trabalhos, mas leituras longas que obrigavam attenção e não permittiam

distracções, e que acabavam sempre deixando o desgosto de terem acabado tão depressa.

Ora em extensa memoria, alimento de numerosas sessões, elle registrava, demonstrava, corrigia e punia os erros mais ou menos extravagantes, as falsidades e as calumnias, que abundam nas obras escriptas por viajantes e escriptores francezes, inglezes e allemães sobre o Brasil; ora em estudo de não menos longo folego expunha e castigava os preconceitos ridiculos, os costumes reprehensiveis, a giria especial e revoltadora da significação genuina das palavras portuguezas, que em calculada e insistente observação elle recolhêra, imitando, e por dever estudando certos pontos do interior do paiz; adubava e suavisava, porém, com tanta felicidade, com tanta graça e naturalidade as apreciações e as lições do philosopho reflectido e grave com epigrammas tão agudos, com episodios tão interessantes, com idéas, imagens, comparações e explosões de espirito travesso tão originaes, que, tendo lido uma hora, seus consocios só no fim da leitura ouvida chegavam a calcular o tempo que ella durára. Era uma hora de azas abertas, e a voar deleitosamente como o vôo de alguns minutos.

Essa natureza risonha, prazenteira, feliz, cheia de confiança na vida, de enlevo ao respirar os perfumes das flôres da sciencia, e dos encantos possiveis na terra, parecendo dotada de certa negação para acreditar, para pensar no mal physico proprio e desgraçadamente fatal, deu ao menos a Ferreira Lagos a esquivança a apprehenções sinistras, e a descrença de um diagnostico que de subito se verificou.

Elle motejava e ria-se da affecção incuravel e inflexivel do coração que abalisados medicos tinham reconhecido n'elle: a seus amigos consolava com a propria incre-

dulidade autorisada por sua sciencia medica ; á esposa, á mãi, á familia, serenava, brincando e zombando com a ameaça da morte.

Quem sabe qual era o verdadeiro e recondito juizo d'aquelle espirito illuminado, d'aquelle coração generoso, d'aquelle caracter energico e dominador de commoções e temores?... Enganou-se ou enganava?... A morte é muda, e o nosso benemerito consocio Manoel Ferreira Lagos cahiu no abysmo da morte sem ter um instante para o ultimo adeus á vida.

Justa e merecidamente apreciado em sua patria, como no velho mundo, o nosso finado consocio tinha diploma de membro de numerosas sociedades humanitarias e sabias, e era cavalleiro da ordem de Christo, dignatario da imperial da Rosa, cavalleiro de S. Thiago da Espada, official da Legião de Honra, e da Instrucção Publica de França, e da imperial ordem turca de Medjidié de 3ª classe.

O Instituto Historico e Geographico do Brasil só teve e só tem uma ordem honorifica para distinguir e galardoar os serviços relevantissimos de Manoel Ferreira Lagos : foi o seu amor durante a vida, é a sua gratidão, e o devido culto á memoria indelevel dobenemeri to depois do seu passamento.

E' um nome que nos fica com grande exemplo por lição.

A 3 de Junho do anno que vai acabar dormiu seu ultimo somno, o somno de que se acorda na eternidade um velho nobre e venerando que o nosso Instituto contava com orgulho entre os seus socios, e que o Brasil todo amava e respeitava, o senador José da Silva Mafra ; tinha 83 annos de idade, descançou.

Dominado pelas prevenções da implacabilidade da

morte, os indifferentes, aquelles que não são nem filhos nem irmãos, nem amigos do octogenario que acaba de dar a alma ao Creador, dizem, vendo passar seu cortejo funebre : « Ao menos viveu bastante ! Era tempo !... »

N'esta observação transuda a inveja egoista, mas natural dos que temem não chegar á mesma idade : é triste, é acerbo pensal-o . chora-se menos o velho que morre : o velho é arvore que seccou, já não póde dar sombra, deixal-a cahir !...

Todavia ha velhos excepcionaes, que se olham, que se estimam, que ardentemente se desejam conservar, como tradicções vivas, como legitimos representantes de uma geração, de que poucos restam, e que para a gloriosa phalange das grandes virtudes civicas em tempos de provação, de regidez e grandeza patriotica, velhos que quanto mais velhos, e arrastando os passos, e a dobrar-se extenuados ao peso da vida, mais monumentaes se ostentam pelas recordações do passado, que em si resumem, velhos que são Anchyses, e de quem cada cidadão quizéra ser o pio Enéas, que o levasse em seus hombros para salvar n'elle a memoria de Troya ennobrecida e heroica.

Um d'esses velhos excepcionaes, queridos, venerados, era o senador José da Silva Mafra.

A 14 de Janeiro de 1788 nasceu elle na freguezia de Nossa Senhora das Necessidades, na cidade do Desterro, capital da provincia de Santa Catharina; com 13 annos de idade assentou voluntariamente praça de soldado na companhia de granadeiros do 3° regimento de linha da guarnição do Pará, e o menino soldado, cabo de esquadra imberbe, recebeu seu baptismo de sangue antes de contar 14 annos, fazendo no Rio-Grande do Sul, a gloriosa, romanesca e arrojada campanha de 1808. Tendo seguido com o seu regimento para a provincia do Pará, d'ahi marchou a 22

de Outubro de 1808 na expedição destinada á conquista de Cayenna, d'onde voltou a 5 de Março de 1811, trazendo por galardão de seus serviços nos punhos da farda a divisa de tenente, e no peito a medalha de honra.

Em 1820 foi promovido a capitão e nomeado ajudante de ordens do inspector das tropas da linha do Pará, e no fim do mesmo anno partiu para sua provincia natal elevado a sargento-mór e commandante da fortaleza de Santa Cruz. Por decreto de 3 de Setembro de 1821 o principe regente, que devia ser bem depressa o primeiro Imperador do Brasil, fez-lhe mercê do habito da ordem de S. Bento de Aviz, e de 12$ de tença effectiva.

A 3 de Março de 1823 o já distincto brasileiro foi agraciado com o habito de cavalleiro da ordem imperial do Cruzeiro; não deixeis passar sem nota a data e a ordem honorifica: 1823 e o Cruzeiro querem dizer, exprimem e proclamam indedendencia da patria, e glorificação do benemerito. Cavalleiro do Cruzeiro significava então palladim do Ypiranga.

Um anno e cinco dias depois, e continuando sempre a commandar aquella fortaleza de Santa Cruz da Barra do Norte, José da Silva Mafra teve a patente de tenente-coronel, e a 19 de Julho de 1830 chegou ao termo da sua carreira militar, sendo reformado no mesmo posto.

Nascido em berço pobre e humilde, soldado voluntario ainda na infancia, afastado apezar seu dos fócos de luz que dimana das academias e das grandes instituições illustradoras do espirito, Mafra reagiu contra a fortuna mesquinha, e na barraca do guerreiro em campanha, e no quartel do regimento em guarnição, quando punha de lado a espingarda ou a espada, tomava o livro, e lendo com avidez, attenção e reflexão severas, como que dizia a si mesmo: Quero saber!...

Esse gosto e ardor pelo estudo, que aliás nem um só dia prejudicáram os deveres da disciplina militar, e que depois de 1832 se desenvolvêram mais facil e regularmente, deram a José da Silva Mafra natural e variada cópia de conhecimentos e de instrucção que a experiencia, o talento feliz e o juizo recto aprimoravam, e que elle em sua modestia escondia tanto, que sómente aquelles que de perto o conhecêram, que aproveitaram o seu fecundissimo concurso em trabalhos de administração e de commissões importantes, principalmente no Senado, puderam marcar com justeza o alto quilate do brilhante por outros menos bem apreciado.

O official reformado não deixou de ser activo cidadão; exerceu durante alguns annos o luger de secretario do governo da provincia de Santa Catharina com intelligencia, lealdade e honra nunca desmentidas, e mais tarde foi por muito tempo primeiro vice-presidente da mesma provincia; administrou-a como tal por vezes, dando provas de justiça e prudencia, e só a seu pedido e instancias, quando já 74 annos exigiam menos aturado labor e mais descanço, obteve a sua demissão.

A 3 de Outubro de 1844 o illustre catharinense mereceu ser escolhido senador em lista triplice livremente offerecida pela sua provincia a S. M. o Imperador; na camara vitalicia trabalhou com dedicação em diversas commissões, e desmpenhando por muitos annos as funcções de 1º secretario, deixou n'ellas indelevelmente gravadas a constancia do seu zelo, a profundeza de seus juizos e os largos horisontes abarcados por sua instrucção sem orgulho, do que expande solemne testemunho a autoridade mais conceituada, um preclarissimo cidadão que o paiz todo venera, o sabio das affirmações difficeis, aquelle que

o senado brasileiro ostenta, como seu presidente, e presidente modelo, o Sr. visconde de Abaeté.

José da Silva Mafra foi commendador da ordem de S. Bento de Aviz, official da imperial ordem da Rosa, e veador da casa imperial.

Além de todas essas distincções e grandezas da terra coube-lhe ainda uma, a mais pesada, porém a mais nobre: depois de tanto servir ao Estado, de tanto influir, de tanto administrar, de tanto poder abusivo, mas facilmente executar, e dobrar-se ás seducções do egoismo interesseiro e insidioso, morreu, teve a honra de morrer, deu o bello exemplo, deu-nos a honra de morrer em extrema pobreza.

Era da idade, e dos costumes do tempo e da geração de Evaristo, de Paula e Sousa, de Feijó e de outros, mais moço apenas que os tres velhos e legendarios Andradas; morreu como elles: era um direito de gloria e um dever de benemerito sem jaça morrer assim.

Abençoada seja a opulencia monumental d'essa extrema pobreza em que morreu sereno esse dos grandes da nossa terra.

José da Silva Mafra era illustrado sem que fosse sabio; independente sem que fosse altivo: pertencia á escola liberal, mas recusava-se aos extremos e aos exclusivismos de partido: espirito governamental, tinha um pharol, que era a lei; um dogma, que era a justiça; um amor ardente, que era a liberdade; um cuidado solicito, que era a ordem.

Typo de lealdade, modelo de honra, sacrario da amizade, encanto de ameno trato, symbolo de moderação, esse velho de 83 annos morreu, conservando, como nos melhores tempos da virilidade da razão, um thesouro raro, a faculdade mais proficua, o principal segredo da excellen-

cia do legislador, da previdencia do estadista, da acção opportuna e efficaz do governo na solução dos problemas mais difficeis, o condão mais poderoso de Washington, a luz que de improviso mostra o caminho do acerto nos mais tremendos conflictos de idéas aos politicos da Grã-Bretanha; segredo, cuja revelação faz sorrir a todos, porque todos acreditam que o possuem; flamma serena, cuja falta incompleta os maiores sabios, e que ás vezes illumina um homem pouco instruido; privilegio talvez natural e de bem poucos, que ás vezes acontece não terem borla nem capello; um segredo, portanto, que, na direcção da vida do homem, dos cuidados da familia e dos destinos dos povos, vale mais que todas as sciencias humanas: o bom senso.

Ao pronunciar estas ultimas palavras de elogio, e de despedida d'além-tumulo ao nosso venerando consocio finado senador José da Silva Mafra, não foi sem reflectida intenção que procurei exaltar o precioso attributo que todos n'elle reconheciam.

Nunca houve época em que esse thesouro raro, o bom senso, devêsse ser posto em mais activo, constante e copioso tributo pelos governos e pelos governados; pois que em toda a parte, e em quasi todas as nações, o solo estremece ao choque das novas aspirações, dos interesses e da implacavel necessidade de reformas profundas na vida economica, politica e social dos povos. Ao longe a sociedade se confrange, sentindo-se solapada; no meio d'ella rompem da terra vulcões, algumas de cujas lavas menos horriveis podem ser fascinadoras e contagiosas. Em nossa patria o céo quasi sempre tão branco é toldado por nuvens escuras, que se approximam e se misturam; as questões de politica interna se resolvem e se aggravam com a inexoravel questão social, que aliás, para gloria do Brasil, foi em sua moderada e prudente resolução iniciada nobre e san-

tamente, com a purificação da innocencia, até bem pouco maculada pelo sello negro da escravidão, imposto duas vezes: uma ao feto, no ventre da mãi escrava; outra ao brasileire recem-nascido ás portas da vida, predestinada inferno.

E' grave, é apprehensiva, é e ha de ser tormentosa a época; e em nosso patriotismo, ao imaginar e calcular a magnitude, e a melindrosa natureza dos trabalhos a vencer, a Hercules, que aspiram-se, não é tanta a sabedoria bebida nos livros, não é tanto a sciencia, que vem da placenta das academias: é mais e melhor do que isso, é em nome do amor de nossa patria, do nosso Brasil, o thesouro raro, o bom-senso do governo e dos governados, o bom-senso, que não confunde a tocha da fé nem com as fogueiras do fanatismo, nem com o falso braseiro da descrença philosophica, que acaba aniquilando a alma na cinza da materia queimada; o bom-senso, que não confunde a aura suave e divina da liberdade nem com o ar mal movido pelos ventiladores rudes da oppressão dissimulada, nem com os pampeiros e as tempestades desenfreadas da anarchia; o bom-senso, que reconhece, quer, proclama, e que ha de manter e fazer brilhar no Brasil indeleveis, omnipotentes e sublimes, a familia, a patria e Deus, e na familia o amor, e na patria a liberdade, e em Deus a fé!...

MANUSCRIPTOS OFFERECIDOS AO INSTITUTO DURANTE O ANNO DE 1871.

PELO SR. MANOEL FERREIRA LAGOS.

Varios documentos, pertencentes ao finado tenente-coronel Adolpho Antonio Frederico Seweloh, para servirem para a biographia do mesmo finado, e para elucidar alguns pontos da historia militar do paiz.

PELO SR. CONEGO DR. J. C. FERNANDES PINHEIRO.

Documentos para a historia da conquista de Cayena, achados entre os papeis do Dr. Claudio Luiz da Costa.

Documentos comprobatorios dos serviços prestados na guerra da independencia na provincia da Bahia.

Documentos sobre o Instituto dos Meninos Cegos da côrte do Rio de Janeiro.

PELO SR. DR. CARLOS HONORIO DE FIGUEIREDO.

Carta passada a Manoel da Cunha de Sampaio, nomeando-o familiar do santo officio. Lisboa, 1754.

SECRETARIA DA GUERRA.

Relatorio apresentado á assembléa geral legislativa na 3.ª sessão da 14.ª legislatura pelo ministro e secretario d' Estado dos negocios da Guerra visconde do Rio Branco. Rio de Janeiro, 1871.

SECRETARIA DA MARINHA.

Relatorio apresentado á assembléa geral legislativa na 3.ª sessão da 14.ª legislatura pelo ministro e secretario d' Estado dos negocios da Marinha Dr. Manoel Antonio Duarte de Azevedo. Rio de Janeiro, 1871.

SECRETARIA DA AGRICULTURA.

Relatorio apresentado á assembléa geral legislativa na 3.ª sessão da 14.ª legislatura pelo ministro e secretario d' Estado dos negocios da Agricultura, commercio e obras publicas, conselheiro Theodoro Machado Freire Pereira da Silva. Rio de Janeiro, 1871.

RELATORIOS E DOCUMENTOS OFFERECIDOS PELAS PRESIDENCIAS DE ALGUMAS PROVINCIAS.

PELO SR. PRESIDENTE DA PROVINCIA DAS ALAGÔAS.

Collecção de leis da assembléa legislativa das Alagôas, do anno de 1870. Maceió, 1870.

PELO SR. PRESIDENTE DA PROVINCIA DO PARANÁ.

Relatorio apresentado ao Exm. Sr. presidente Dr. Venancio José de Oliveira Lisboa pelo Sr. vice-presidente Dr. Agostinho Ermelino de Leão por occasião de passar a administração da provincia do Paraná. Coritiba, 1871.

Relatorio apresentado á assembléa legislativa do Paraná na abertura da 2.ª sessão pelo Exm. Sr. presidente Dr. Venancio José de Oliveira Lisboa. Coritiba, 1871.

Collecção de leis e regulamentos da provincia do Paraná—Tom. 18º. Coritiba, 1871.

PELO PRESIDENTE DA PROVINCIA DE MATTO-GROSSO.

Collecção de leis provinciaes de Matto-Grosso de 1869 Cuiabá, 1870.

PELO SR. PRESIDENTE DE SANTA CATHARINA.

Relatorios apresentados pelo presidente da provincia de Santa Catharina Dr. Francisco Ferreira Corrêa ao 1.º vice-presidente Dr. Manoel Vieira Tosta, e este ao presidente Dr. Joaquim Bandeira de Gouvêa. Desterro, 1871.

PELO SR. PRESIDENTE DA PROVINCIA DO RIO-GRANDE DO SUL

Relatorio com que o Exm. Sr. Dr. João Capistrano de Miranda e Castro, 1º vice-presidente da provincia, passou

a administração da mesma ao Exm. Sr. conselheiro Francisco Xavier Pinto Lima, presidente da mesma, em 4 de Novembro de 1870. Porto-Alegre, 1870.

Relatorio com que no dia 14 de Março de 1871 abriu o Exm. Sr. Francisco Xavier Pinto Lima a sessão da assembléa provincial. Porto-Alegre, 1871.

Relatorio com que o Exm. Sr. conselheiro Francisco Xavier Pinto Lima passou a administração da provincia ao Exm. Sr. coronel João Simões Lopes, 1° vice-presidente, no dia 24 de Maio de 1871. Porto-Alegre.

Relatorio com que o Exm. Sr. 1° vice-presidente da provincia coronel João Simões Lopes passou a administração ao 2° vice-presidente Exm. Sr. João Dias de Castro. Porto-Alegre.

Collecção das leis e resoluções da provincia de S. Pedro do Rio-Grande do Sul, tomo 24. Porto-Alegre, 1871.

PELO SR. PRESIDENTE DA PROVINCIA DE GOYAZ

Relatorio apresentado á assembléa legislativa da provincia de Goyaz pelo Exm. Sr. Dr. Antero Cicero de Assis, presidente da provincia, em o 1° de Junho de 1871. Goyaz, 1871.

PELO SR. PRESIDENTE DA PROVINCIA DO CEARÁ

Falla com que o Exm. Sr. desembargador João Antonio de Araujo Freitas Henrique abriu a 1ª sessão da 18ª Legislatura da Assembléa Provincial no dia 1° de Setembro de 1870. Ceará, 1870.

Relatorio com que foi entregue ao Sr. Dr. José Fernandes da Costa Pereira Junior a administração da provincia do Ceará, em 20 de Janeiro de 1871 ;

Collecção das Leis da provincia do Ceará, de 1870, tomo 36—Fortaleza, 1870.

PELO SR. PRESIDENTE DA PROVINCIA DA BAHIA

Relatorio apresentado a assembléa da provincia da Bahia polo Exm. Sr. presidente da mesma barão de S. Lourenço em 1° de Março de 1871, e annexos ao mesmo Relatorio ;

Relatorio com que o Exm. Sr. barão de S. Lourenço, presidente da provincia da Bahia passou a administração da mesma ao 4° vice-presidente Dr. Francisco José da Rocha. Bahia, 1871.

Relatorio sobre a instrucção publica da provincia da Bahia, apresentado ao Exm. Sr. conselheiro barão de S. Lourenço presidente da mesma provincia por Francisco José da Rocha. Bahia, 1871.

Collecção de leis promulgadas no anno de 1871. Bahia.

PELO SR. PRESIDENTE DA PROVINCIA DO ESPIRITO-SANTO

Correio da Victoria (Jornal.) 3 numeros ;

Relatorio com que o Exm. Sr. Dr. Antonio Dias Paes Leme, passou a administração da provincia do Espirito Santo ao 1.° vice-presidente coronel Dionisio Alves Rosendo. Victoria, 1871.

PELO SR. PRESIDENTE DA PROVINCIA DO MARANHÃO

Relatorio lido pelo Exm. Sr. presidente Dr. A. O. Gomes de Castro por occasião da installação da assembléa legislativa da provincia do Maranhão, em 3 de Maio de 1871. S. Luiz do Maranhão, 1871.

PELO SR. PRESIDENTE DA PROVINCIA DE SERGIPE

Relatorio com que o Exm. Sr. tenente-coronel Francisco José Cardoso Junior, abriu a 2.ª sessão da assembléa

provincial de Sergipe, no dia 3 de Março de 1871. Aracajú, 1871.

Relatorio com que o Exm. Sr. Dr. Antonio Candido da Cunha Leitão, presidente da provincia de Sergipe, passou a administração ao Exm. Sr. Dr. Dionisio Rodrigues Dantas, 2.° vice-presidente, no dia 14 de Agosto de 1871, Aracajú, 1871.

OBRAS OFFERECIDAS AO INSTITUTO DURANTE O ANNO DE 1871

PELO SR. JOAQUIM DE ALMEIDA PORTUGAL

Pictorial Bible and church-history.—Stories, from the begining of the World down to the present time, By Henry Formby, London, 3 vol. in-12.

PELO SR. DR. ABILIO CEZAR BORGES

Terceiro livro de leitura para uso da infancia brasileira, Bruxellas, 1870. in-8.

PELO SR. DR. J. TITO NABUCO DE ARAUJO

Os filhos da fortuna, drama em 1 prologo e 3 actos, original brasileiro. Rio de Janeiro, 1871.

Maximas e Pensamentos do Dr. J. T. Nabuco de Araujo. —Rio de Janeiro, 1871, in-8.

Almanak administrativo e commercial do correio de Manáos da provincia do Amazonas para 1871.

PELO SR. DR. GUILHERME GUMBLETON DAUNT

History of the Irish Brigades in the service of France, etc., by John Cornelius O'Callaghan. London, 1870, in-8.

PELO SR. DR. CARLOS FREDERICO DOS SANTOS XAVIER AZEVEDO

Historia-Medico-Cirurgica da esquada brasileira nas campanhas do Uruguay e Paraguay, de 1864 a 1869. Rio de Janeiro, 1870.

PELA ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS DE LISBOA

Corpo diplomatico—contendo os actos e relações politicas e diplomaticas de Portugal com as diversas Potencias do Mundo desde o seculo 16° até os nossos dias. Lisboa, 1868.

Memorias da Academia de Sciencias de Lisboa, nova serie—tomo 4.° parte 2.ª Lisboa, 1870.

Quadro elementar das relações politicas e diplomaticas de Portugal com as diversas potencias do mundo.—Lisboa, 1869.

PELO SR. JOÃO CANDIDO DE MORAES REGO

Almanak administrativo da provincia do Maranhão organisado pelo offertante, 1871.

PELO SR. DR. LADISLÃO NETTO

Apontamentos relativos á botanica applicada no Brasil, Rio de Janeiro, 1871.

Investigações historicas e scientificas sobre o Museu Imperial e Nacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1870.

PELO SR. CONSELHEIRO J. M. N. DE AZAMBUJA

Memoria histórica sobre límites entre la republica de Colombia i el imperio del Brasil, por José Maria Quijano Otero. Bogotá, 1869, in-8.

PELO SR. MANOEL DE SOUSA GARCIA

O triumpho das armas brasileiras — Poesias. Ceará, 1870.

PELO SR. DR. CESAR AUGUSTO MARQUES

Diccionario historico e geographico da provincia do Maranhão. Maranhão, 1870, in-folio.

PELO SR. DR. OLEGARIO HERCULANO DE AQUINO E CASTRO

O conselheiro Manoel Joaquim do Amaral Gurgel. Elogio historico e noticia dos successos politicos que precederam, e seguiram-se á proclamação da independencia na provincia de S. Paulo. Rio de Janeiro, 1871, in-8 gr.

Guerra do Paraguay, pelo 1° tenente E. C. Jourdan. Rio de Janeiro, 1871.

Atlas historico da guerra do Paraguay, pelo mesmo 1° tenente Jourdan. Rio de Janeiro, 1871, in-folio max.

PELA SOCIEDADE AUXILIADORA DA INDUSTRIA NACIONAL

As suas revistas dos mezes de Janeiro, Fevereiro, Março, Abril, Maio a Agosto do corrente anno.

PELO SR. INNOCENCIO FRANCISCO DA SILVA

Diccionario bibliographico portuguez, estudos historicos, tomo 9.° Lisboa, 1870.

PELO SR. JOSÉ BERNARDINO DOS SANTOS

Murmurios do Guahyba, revista mensal consagrada ás letras e á historia da provincia de S. Pedro do Rio-Grande do Sul. Porto-Alegre, 1870.

PELO SR. DR. JOAQUIM RODRIGUES DE SOUSA

Analyse e commentario da constituição politica do Imperio do Brasil, ou theoria e pratica do governo constitucional brasileiro. S. Luiz do Maranhão, 1870, 2 vol, in-8 gr.

PELA SECRETARIA DO SENADO

Annaes do senado, 2ª sessão de 1870, 14ª legislatura, 4 vol. Rio de Janeiro, 1870.

PELA SOCIEDADE GEOGRAPHICA DE ITALIA

Bolletino della societá geografica italiana. Fasciculos 4º e 5.º Firenze, 1870, 2 vol.

Archivo per l'antropologia e etnologia. Firenze, 1871, in-8.

PELO SR. MANOEL NUNES GIRALDES

O papa-rei e o concilio. Lisboa, 1870, in-4.

PELA SOCIEDADE REAL DE GEOGRAPHIA DE LONDRES

Proceedings-address at the anniversary meeting of the Royal Geographical Society. London, in-8.

The Journal of the Royal Geographical Society. London, 1869.

Proceedings of the Royal Geographical, etc. London, Março, 1871; e os jornaes de Maio e Agosto do corrente anno.

PELA TYPOGRAPHIA NACIONAL

Collecção das leis e decisões do governo do Imperio do Brasil de 1870. Rio de Janeiro, 2 vol, in-8.

PELO INSTITUTO SMITHSONIAN DOS ESTADOS-UNIDOS

Annual report of the board of regents of the Smithsonian Institution. Washington, 1869.

Correspondence between William Pum and James Logan, and others, 1700—1750. Philadelphia, 1870.

Annual report of the inspectors of the state penitentiary, etc. Philadelphia, 1869.

Smithsonian-miscellaneous collections, vol. 9.º Washington, 1869.

Twenty-third annual report of the trustee and superintendent of the Indiana Institute of the education of the Blind. Indianopolis, 1869.

Narrative of a Journey to Musardu, the capital of the western mandingoes, by Benjamin Anderson. New-York, 1870, 2 vol.

PELA SOCIEDADE DE CHRISTIANIA, NA ALLEMANHA

Varias obras em continuação ás que já anteriormente havia remettido ao Instituto.

PELO SR. TENENTE-CORONEL PEDRO TORQUATO XAVIER DE BRITO

Documentos para servirem á historia do reinado do Sr. D. Pedro II.

Parecer impresso, dado pelo Sr. general Rohan sôbre o projecto de via de communicação com Assumpção, com Mato-Grosso, e entre esta provincia e a do Rio-Grande do Sul.

PELO SR. CONEGO DR. MANOEL DA COSTA HONORATO

Maria Santissima, a heroina por excellencia, ou o novo mez Mariano. Rio de Janeiro, 1871.

PELA ACADEMIA RERL DE SCIENCIAS DE MADRID

Discursos leidos ante la Real Academia de Ciencias morales y politicas de Madrid, 1868—1869, 5 vol.

Résumen de sus actas y discursos leidos en la junta jeneral, celebrada en 10 de Junio de 1866, 2 ns.

Catalogo de los academicos de la Academia de Ciencias Morales y Politicas, años 1869 - 1870.

Memorias de la Academia de Ciencias Morales y Politicas. Madrid, 1867 a 1869, 2 vol.

PELO SR. DR. LUIZ PIENTZENAUER

These para o concurso da cadeira de chimica medica. Rio de Janeiro, 1866.

These para o concurso da cadeira de chimica cirurgica. Rio de Janeiro, 1871.

PELO SR. DR. JOÃO RIBEIRO DE ALMEIDA

Estudo sôbre as condições hygienicas dos navios encouraçados, as molestias mais frequentes a seu bordo, e os meios de combater as causas de insalubridade n'elles existentes. Rio de Janeiro, 1871.

PELA ACADEMIA REAL DE SCIENCIAS, DAS LETRAS E DAS BELLAS-ARTES DA BELGICA

Mémoires couronnées et mémoires des savants étrangers, publiées par l'Académie. 1867—1870. Bruxelles, 1870, 2 vol. in-4.

Annuaire de l'Académie Royal des Sciences, des lettres et des beaux-arts de Belgique. Bruxelles, 1870, in-8.

Bulletins de l'Académie Royal des Sciences, des lettres et des beaux-arts de Belgique, tomes 27 et 28. Bruxelles, 1869, 2 vol. in-8.

PELO SR. DR. CARLOS HONORIO DE FIGUEIREDO

Relatorio apresentado ao ministerio da agricultura,

commercio e obras publicas, pelo Dr. João Pedro Carvalho de Moraes. Rio de Janeiro, 1870.

PELO SR. MARIANNO PROCOPIO FERREIRA LAGE

Estrada de ferro de D. Pedro II. Relatorio do anno de 1870, apresentado ao Sr. conselheiro Theodoro Machado Freire Pereira da Silva, ministro da Agricultura, commercio e obras publicas. Rio de Janeiro, 1871.

PELO SR. BARTHOLOMEU CECCHETTI

Di alcune opere della principessa Dora d'Istria. Venezia, 1868.

PELO SR. FRANCISCO SOLANO ASTA-BURUAGA.

Diccionario jeografico de la republica de Chile. Nueva-York, 1867.

PELO SR. DR. NICOLÀO JOAQUIM MOREIRA.

Questão—Convirá ao Brasil a importação de colonos chins ? Rio de Janeiro, 1870.

Algumas idéas sobre a relação existente entre as epidemias e epizoocias.—Memoria lida na academia imperial de medicina. Rio de Janeiro, 1871.

Duas palavras sobre a educação moral da mulher. Discurso. Rio de Janeiro, 1871.

Efficacia da vaccina.—Resposta a seus detractores. Rio de Janeiro, 1869.

A soberania do povo e o Direito divino. Rio de Janeiro, 1869.

Supplemento ao Diccionario de plantas medicinaes brasileiras. Rio de Janeiro, 1871.

Vocabulario das arvores brasileiras que pódem fornecer madeiras para construcções civis, navaes e marcenaria. Rio de Janeiro, 1870.

PELO SR. ARCEDIAGO VICENTE ZEFERINO DIAS LOPES.

Noticia biographica do Exm. e Revm. Sr, D. Feliciano José Rodrigues Prates, 1.º bispo da diocese do Rio Grande de S. Pedro do Sul. Porto-Alegre, 1871.

PELO SR. BACHAREL BARTHOLOMEU JOSÉ PEREIRA.

Curso de physica da escola de marinha. Rio de Janeiro, 1871.

PELO SR. DR. JOSÉ MARIA DA SILVA PARANHOS.

Estudios históricos sobre la revolucion arjentina.—Belgramo y Guemes. Por Bartholomeu Mitre. Buenos-Ayres, 1865.

PELO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DA PROVINCIA DO RIO GRANDE DO SUL.

As suas Revistas até agora publicadas—6 ns. Porto-Alegre, 1860—1863.

PELO SR. J. EWBANK DA CAMARA.

O Porto das Torres—Inconveniencia da construcção. Série de Artigos publicados no Commercial do Rio Grande do Sul. Rio Grande, 1871.

PELO SR. JOAQUIM FERREIRA MOUTINHO.

Associação das servas de Santa Thereza de Jesus.—Projecto de uma associação de caridade formada de senhoras, e destinada a commemorar a visita de S. M. a Imperatriz do Brasil á cidade do Porto.—Porto, 1871.

PELO SR. DR. ANTONIO PEREIRA PINTO.

Politica tradiccional. — Intervenções do Brasil no Rio da Prata—Rio de Janeiro, 1871.

Apontamentos para o Direito Internacional ou collecção completa de tratados celebrados pelo Brasil com differentes potencias estrangeiras.—Rio de Janeiro, 1869, tomo 4.° in-8 gr.

PELO SR. COM O PSEUDONYMO—KAKISTOS.

O Tratado de 27 de Março de 1871.

PELO SR. WAPPAUS.

Handbuch der Geographie und Statistik des Kaiserreichs Brasilien. Leipzig, 1871, in-8.

PELO SR. OLYMPIO EUZEBIO DE ARROXELAS GALVÃO.

Assembléas Legislativas Provinciaes das Alagôas contendo os nomes dos deputados e supplentes das 18 legislaturas (1835—1871), as mezas e os trabalhos ou occurrencias principaes de cada sessão, com a data de suas installações e encerramentos, adiamentos e prorogações, e nomes dos presidentes que as installáram. Maceió, 1871.

PELO SR. MAXIMIANO LOPES MACHADO.

A Parahyba e o Atlas do Dr. Candido Mendes de Almeida. Pernambuco, 1871.

PELA SOCIEDADE GEOGRAPHICA DE PARIS.

Os Boletins dos mezes de Julho a Dezembro de 1870 e Janeiro á Agosto do corrente anno.

PELO SR. PERDIGÃO MALHEIRO,

Discurso proferido na sessão da camara temporaria em 12 de Julho de 1871 sobre a proposta do governo para a refórma do estado servil. Rio de Janeiro, 1871.

PELA REDACÇÃO.

Revista da instrucção publica, 2 ns.—Bahia, 1871.

PELO SR. CAPITÃO DE MAR E GUERRA JOSÉ DA COSTA AZEVEDO.

Dos ilustres sabios vindicados. Lima, 1868.

PELO SR. F. A. DA COSTA.

O jornal intitulado a—Luz. Collecção publicada n'esta côrte aos domingos. Rio de Janeiro, 1871; e Typos politicos: Sayão Lobato; idem: Zacharias. Rio de Janeiro, 1871.

PELO SR. BACHAREL ALFREDO D'ESCRAGNOLLE TAUNAY.

La Retraite de Laguna.—Rio de Janeiro, 1871.

PELO SR. SENADOR CANDIDO MENDES DE ALMEIDA.

A villa da Conceição de Itanhaem.—Impressões de viagem. Santos, 1871.

Proposta para a organisação de um conselho de immigração apresentada ao Exm. Sr. conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão, ministro da Agricultura, por Joaquim M. de Almeida Portugal.

PELO SR. DR. JOAQUIM ANTONIO CARNEIRO DA CUNHA MIRANDA.

Estudo elementar de direitos de uso-fructo adaptado á legislação patria em vigor. Recife, 1871.

OBRAS OFFERECIDAS AO INSTITUTO HISTORICO PELA UNIVERSIDADE DO CHILE, POR INTERMEDIO DO SR. CONSELHEIRO FILIPPE LOPES NETTO.

F. U. Zenteno.—De los Actos de Comercio, 1 (*)
M. Vargas.—Adios a la vida, 1.
M. de la Barra.—La America, 1.
Apuntes hydrograficos sobre la costa de Chile, 1.
P. de Ona. - Arauco Domado, 1.
A. B. Gana.—La Aritmetica en el amor, 1.
B. V. Mackenna.—Informe sobre la imigracion, 1.
F. A. de Toledo.—Purem indómito, poema, 1.
J. R. Astorga.—Boletin eclesiastico, 4.
A. Valderrama.—Bosquejo histórico de la poesia chilena, 1.
D. Arana.—Das campañas de Chiloé, 1.
J. R. Saavedra. - Cartas sobre la Inquisicion, 1.
Catalogo de la biblioteca Egana, 1.
Catalogo de la biblioteca de Santiago, 1.
J. J. V. Eyzaguirre.—El catolicismo en presencia de sus disidentes, 2.
Censo jeneral de Chile, 1.
F. Errazuriz —Chile bajo el imperio de la constitucion, 1.
S. Sanfuentes.—Chile desde la batalla de Chocabuco, 1.
Codigo de comercio de Chile, 1.
Codigo de Chile, 1.
Codigo penal de Beljica, 1.
Confederacion de los pueblos hispano-americanos, 1.
Aplicacion de los bienes de los regulares, 2.
Coleccion de los articulos de Jotabeche, 1.
Coleccion de los tratados de Chile, 1.
D. B. Arana.—Compendio de historia moderna, 1.

(*) Numero dos volumes.

Compendio de historia de America, 1.
M. Elizalde.—Concordancia del código civil chileno, 1.
J. Y. D. Arteaga.—Constituyentes chilenos de 1870, 1.
A. B.—Cosmografia del universo, 1.
C. M. Sayago.—Cronica de la marina, 1.
Cuadro de la administracion Montt, 1.
Cuenta de la inversion de los Caudalos, 1.
Entradas y gastos fiscales de Chile, 6.
F. S. Perez.—Curso de ciencias matematicas. 6.
A. A. Gorbea.—Curso de matematicas, 2.
F. S. Perez.—Curso de arquitectura, 1.
R. Brizeno.—Curso de filosofia, 2.
Le S. de Crepy.—Curso de artilleria, 1.
M. M. y M. Diaz.—Curso de topografia, 1.
M. Tessereau.—Curso de hijiene, 1.
F. S. Perez.—Curso de mecanica, 2.
R. Briseno.—Derecho natural, 1.
M. L. Amunátegui.—Descubrimento i conquista de Chile. 1.
F. Gonzalez.—Diccionario de derecho, 1.
J. Donoso.—Diccionario teológico, 4.
F. G. de la Huerta.—Dictamen, 1.
Nueva ordenanza de aduanas, 1.
R. Picart.—La division reducida, 1.
A. de Burgos.—Elementos de agricultura, 2.
R. A. Fhilippi.—Elementos de botanica, 1.
J. V. Lastarria.—Elementos de derecho público, 1.
Derecho público constitucional. 1.
J. V. Bustillos.—Elementos de farmacia, 1.
V. M.—Elementos de filosofia, 1.
J. Domeyko.—Elementos de mineralogia, 1.
L. Brosnier.—Elementos de quimica, 1.
A. Vasquez.—Elementos de quimica organica, 2.

V. P. Rosales.—Ensayo sobre Chile, 1.
A. Montt.—El gobierno en Europa, 1.
L. A. V.-Heyl.—Primera edad de la literatura romana, 1.
J. Chacon.—Estudio del código civil chileno, 1.
R. Brisenc.—Estadística bibliographica, 1.
Formulario de medicamentos, 1.
A. Bello.—Gramatica castellana, 1.
J. F. Lobeck.—Gramatica latina, 1.
J. R Saavedra.—Gramatica española, 1.
La Grecia contemporanea, 1.
B. V. Mackenna.—La guerra a muerte, 1.
J. Arteaga.—Guia del instructor, 1.
J. Donoso.—Guia del Párroco, 1.
J. B. Suarez.—Guia del preceptor primario, 1.
Historia de los Estados-Unidos, 1.
B. V. Mackenna.—Historia de la ciudad de Sant'Iago, 2.
G. Prescott.—Conquista del Perú, 3.
Conquista de Mejico, 4.
A. de Lamartine.—Historia de los constituyentes, 1.
B. V. Mackenna.—Historia de la administracion Montt, 5.
Historia de Valparaiso. Tomo 1.°, 1.
J. F. Lobeck.—Historiæ litterarum romanorum, 1.
J. I. V, Eyzaguirre.—Historia eclesiastica, 3.
C. Gay.—Historia fisica y politica de Chile, 28.
V. Bereau.—Historia griega, 1.
A. B. Gana.—El Ideal de un Calavera, 1.
F. de Lamoye.—La India contemporánea, 1.
M. Gormaz.—Indice del código civil, 1.
A. Covarrubias.—Exposicion nacional d'Agricultura, 1.
Informe sobre la instruccion primaria, 1.
L. Larroque.—Depósito de Guano, 1.
J. R. Saavedra.—La inquisicion, 1.
J. Donoso.—Instituciones de derecho canónico, 2.

J. C. Fabres.—Derecho civil chileno, 1.
J. V. Lastarria.—Instituta del derecho civil chileno, 1.
M. L. y G. V. Amun.—Instruction primaria en Chile, 1.
J. I. V. Eyzaguirre.—Intereses católicos en America, 2.
B. V. Mackenna. — Introduccion de la administracion Montt, 2.
J. V. Lastarria.—Sistema colonial de los españoles, 1.
J. Cordovez.—Lecciones sobre el Universo, 1.
F. Rodigas.—Manual de cultura hortense, 1.
Manual de labranza, 1.
Manual del Marino, 1.
J. Donoso.—Manual del párroco americano, 1.
F. Pennese.—Manual de Medicina practica, 1.
B. Overbeg.—Manual de Pedagojia, 1.
M. Martinez.—Memoria sobre la revolucion de Chile, 1.
Memorias de lord Cochrane, 1.
J. V. Lastarria.—Miscelanea histórica y literaria, 3 v.
F. Sarmiento.—Memoria sobre educacion comum, 1.
A. Murillo.—Memorias y trabajos cientificos, 1.
C. Jourdain.—Nociones de filosofia, 1.
M. F. Guillon.—Curso de lingua franceza, 2.
C. G. Moesta.—Observaciones astronomicas, tomo 1.°
P. G. de la Fuente.—Oratoria sagrada, 1.
Ordenanza de Aduanas de Chile, 1.
B. V. Mackenna.—Ostracismo del general D. B. O'higins, 1.
Ostracismo de los Carreras, 1.
J. D. Cortez.—Parnaso chileno, 1.
Parnaso peruano, 2.
F. H. A.—Partida doble aplicada al comercio, 2.
Correspondence echangé entre le Chile et les E'tats-Unis, 1.
C. W Martinez.—Poesias, 1.
G. Matta.—Poesias, 1.

G. B. Gana.—Poesias, 1.
L. R. Velasco.—Poesias, 1.
E. de la B. Lastar.—Poesias líricas, 1.
Montalembert.—Porvenir político de la Inglaterra, 1.
M. L. Amunátegui —Precursores de la independencia de Chile, 1.
A. Bello.—Derecho internacional, 1.
» Ortologia i métrica de la lengua castellana, 1.
Derecho administrativo chileno, 1.
J. F. Lobeck.—Progymnasmata latina, 1.
J. B. Lira.—Prontuario de los juicios, 3.
J. F. Lobeck.—Prosodias i métricas latinas, 1.
F. Gonzalez.—Proyecto de código de enjuciamento civil, 1.
J. Arteaga.—Proyecto de código militar, 1.
V. Quesada.—Proyecto de ley de mineria, 1.
J. V. Lastarria.—Proyectos i discursos parlamentarios, 3.
F. V. Fontecilla.—Organazacion de los tribunales, 1.
J. A. Varas.—Recopilacion de leys, 3.
J. A. G.—Recopilacion de las leys de la marina, 1.
H. Castille.—Retratos políticos, 1.
A. Cochut.—Revistas de Europa, 1.
D. Calvo.—Rimas, 1.
Sinodos diocesanos de Santiago de Chile, 1.
E. Tocornal.—Lejislacion hipotecaria, 1.
A. L. Holley.—Tratado de artilleria, 1.
A. de la Fuente.—Instruccion de artilleria, 1.
I. Domeyko.—Tratado de ensayes, 1.
F. A. Leroy.—Tratado de jeometria, 1.
R. V. Garcia.—Tratado de la verdadera religion, 1.
J. M. Orrego.—Fundamentos de la fé, 1.
D. A. Torres.—Tratado de quimica, 1.

M. Cruchaga.—Tratado de economia política, 1.
J. G. C. Seneuil.—Tratado de economia política, 2.
N. Molinare.—Tratado de instrumentos públicos, 1.
M. L. Amunátegui.—Titulos de la república de Chili, 1.
G. E. Cox.—Viaje a la Patagonia, 1.
W. Irving.—Vida i viajes de C. Colon, 4.
D. B. Arana.—Vida i viajes de H. de Magallanes, 1.
Washington, fundacion de los E. Unidos, 1.
J. V. Lastarria.—Historia del medio siglo, 1.
» La America, 1.
D. B. Arana.—Elementos de literatura (retorica y poetica), 1.
» Idem (historia literaria), 1.
Memorias del departamento de guerra de 1851 — 70, 16.
Memorias del departamento de guerra y marina, 1836—48, 7.
Memorias del departamento de hacienda, 1824—70, 26.
Memoria del departamento de interior i relaciones exteriores, 1844, 1.
Memorias del departamento de relaciones exteriores, 1836—70, 22.
Memorias del departamento de marina, 1849-69, 16.
Memorias del departamento de justicia, etc., etc., 1841. —70, 26.
Memorias del departamento del interior, 1840—70, 26.
Documentos parlamentarios, 9.
Anales de la universidad de Chile, 33.
Monitor de las escuelas primarias, 12.
Coleccion de historiadores de Chile, 6.
Boletin de las leys de Chile, 1823—70, 32.
Revista de ciencias i letras, tomo 1°.
Revista de Santiago, 3.
Estadística comercial de Chile, 9.

Sesiones del congreso nacional, 1846—70, 26.
Anuario estadístico de la república de Chile, 9.
Historia de la república de Chile, 3.
D. Aracena.—America pontificia, 1.
R. A. Philippe.—Elementos da historia natural, 2.
H. Taine.—Filosofia del arte, 1.
F. V. Gormaz.—Reconocimentos de la costa de Chile, 1.
T. Ward.—Las biblias protestantes, 1.
I. L. Gana.—Guerra de costas, 1.
J. L. Gandarillas.—Discursos en la camara de diputados, 1.
L. Sada,—Cultivo de la moreira, 1.
P. del Barrio.—Terreno carbonifero de Coronel y Lota, 1.
H. Corne.—Biografia de Richelieu, 1.
W. Trottez.—Aves domesticas, 1.
Michelet.—Historia moderna, 1.
M. L. Amunátegui.—Titulos de la república de Chile, 1.
Relacion de la espulsion de un sacristan, 1.
L. E. Ramirez.—Jeografia elementar, 1.
A. Favry.—Elementos de mitolojia, 1.
M. M. Boyardo.—El Orlando enamorado, 1.
A. B. Gana.—Un drama en el campo, 1.
Almanaque náutico, 1.
Anuario meteorologico de Chile, 1.
J. A. D. Prado.—Instruccion primaria, 1.
P. Florian. —Fundacion de los Estados-Unidos, 1.
F. Basterrica.—Elementos de Jeometria, 1.
A. Jourdier.— La piscicultura, 1.
Diversos.—Arte de Abanileria, 1.
M. R. Lira.—Los jesuitas e sus detractores, 1.
I. Renjifo.—Lecciones de aritmética, 1.
M. L. i G. V. Amu.—D. José Joaquim Vallejo, 1.
M. Robinet.—Cultivador de gusanos de seda, 1.
Debeauvoys.—Guia del Alpilcutor, 1.

M. L. i G. V. A.—D. Salvador Sanfuentes, 1.
Ley de presupuestos para los gastos, 1846—67, 15.
Censo de la república de Chile, 1854, 1.
J. Jasiez.—Anexo a la geometria descriptiva, 1.
Memoria del Intendente del Maule, 1.
J. H. Salas.—Juramento civil de los Obispos, 1.
Policia sanitaria en Chile, 1.
Opúsculos sobre la Hacienda Publica, 1.
P. G. de la Fuente.—La Oratoria sagrada, tomo 1.°
J. E. Gorostiaga.—Servicio de los canones rayados, 1.
R. i F. F. V. Gormaz.—Maniobras de una flota, 1.
M. Guizot.—Historia de la civilizacion en Europa, 1.
C. Rousset.—La Gran Carta, 1.
G. Izquierdo.—Tratado de Aritmética, 1.
Navegacion a vapor en el Pacifico, 1.
Incendio de la Compañia, 1.
Documentos sobre la cuestion española, 1.
V. Mackenna.—Viajes en Europa (F. as 1.as 110 pag.), 1.
A. Febres.—Arte de lengua de Chile, 1.
R. Bisset.—Bosquejos de la democracia, 1.
J. M. S. Chavez.—Instruccion de la guerrilla, 1.
Constitucion de las camaras legislativas, 1.
J. V. Lastarria.—Don Diego de Portalis, 1.
J. Miquel.—Catecismo hijienico, 1.
M. L. Amunátegui.—D. Ignacio Domeyko, 1.
Historia política e eclesiástica de Chile, 1.
C. G. Ugalde.—Poemas de la Infancia, 1.
D. N. H. y Quiros.—Gramática castellana, 1.
J. W. Goethe.—Jerman i Dorotea, 1.
D. F. Sarmiento.—Vida de N. S. Jesucristo, 1.
F. P. Caforó.—Curso de historia sagrada.
F. S. Astaburuaga.—Curso de agricultura, 1.
Ségur.—Los francmasones, 1.

J. V. Lastarria.—El libro de oro de las escuelas, 1
Los francmasones, 1.
C. Sainte-Foix.—Las horas serias de un jóven, 1.
El mensajero del pueblo, 2.
El alegre, 1.
Revista de instruccion primaria, 1.
Sesiones del congreso constituyente, 1.
Diario de documentos del gobierno, 1.
Registro de documentos del gobierno, 1.
Gazeta ministerial, 1.
Opusculos diversos, 354
Vinte e seis cartas geographicas diversas do Chile.

SOCIOS ADMITTIDOS AO GREMIO DO INSTITUTO DURANTE O ANNO DE 1871

HONORARIO

General D. Bartholomeu Mitre.

CORRESPONDENTES

Augusto Carlos Teixeira de Aragão.
Benjamin Vicuña Mackenna.
Conego Dr. Manoel da Costa Honorato.
Diogo Barros Arana.
Manoel Rouaud y Paz-Soldan.
José Victorino Lastarria.
Miguel Luiz Amunátegui.

INDICE

DAS MATERIAS CONTIDAS NO TOMO XXXIV
PARTE SEGUNDA

TERCEIRO TRIMESTRE

PAG.

NOBILIARCHIA PAULISTANA. Genealogia das principaes familias de S. Paulo, colligidas pelas infatigaveis diligencias do distincto paulista Pedro Taques de Almeida Paes Leme (continuada do tomo XXXIV, parte primeira, pag. 253)... 5

APONTAMENTOS para a historia dos jesuitas, extrahidos dos chronistas da companhia de Jesus, pelo Dr. Antonio Henriques Leal..... 47

DISCUSSÃO HISTORICA. O que se deve pensar do systema de colonisação adoptado pelos portuguezes para povoar o Brasil? Ponto desenvolvido em sessão de 16 de Junho de 1871 pelo socio effectivo F. I. M. Homem de Mello..... 102

DISCUSSÃO HISTORICA. O que se deve pensar do systema de colonisação seguido pelos portuguezes no Brasil? Ponto desenvolvido em sessão de 14 de Julho de 1871 pelo socio effectivo J. C. Fernandes Pinheiro..... 113

BIOGRAPHIA dos brasileiros illustres por armas, letras, virtudes, etc.

FR. JOSÉ DA COSTA AZEVEDO, por J. C. Fernandes Pinheiro..... 123

QUARTO TRIMESTRE

NOBILIARCHIA PAULISTANA. Genealogia das principaes familias de S. Paulo, colligidas pelas infatigaveis diligencias do distincto paulista Pedro Taques de Almeida Paes Leme (continuada do terceiro trimestre, pag. 46)..... 129

APONTAMENTOS para a historia dos jesuitas no Brasil, extrahidos dos chronistas da companhia de Jesus, pelo Dr. Antonio Henriques Leal (continuados do terceiro trimestre, pag. 101)..... 195

PAG

SEDIÇÃO MILITAR na Ilha das Cobras em 1831. Memoria lida no Instituto Historico pelo socio effectivo Dr. Moreira de Azevedo..... 276

BIOGRAPHIA dos brasileiros illustres por armas, letras, virtudes, etc.

PADRE JOSÉ MAURICIO NUNES GARCIA, pelo Dr. Moreira de Azevedo..... 293

ACTAS da sessão de 1871..... 305

PARECERES de commissões ou commissarios especiaes.

PARECER da commissão de trabalhos geographicos acerca da obra « Diccionario topographico da provincia de Pernambuco, » por Manoel da Costa Honorato..... 355

CARTA do conego Dr. Manoel da Costa Honorato acerca do parecer acima..... 357

PARECER da commissão subsidiaria de trabalhos historicos acerca das obras—« Conselheiro Manoel Joaquim do Amaral Gurgel.» Elogio historico pelo Dr. Olegario Herculano de Aquino e Castro, e « Investigações historicas sôbre o museu nacional,» pelo Dr. Ladisláo Netto..... 361

PARECER da commissão de archeologia e ethnographia acerca da obra « Descripção historica das moedas romanas, » pelo Dr. Augusto Carlos Teixeira de Aragão..... 362

PARECER da commissão de trabalhos geographicos acerca da obra « Noticia da provincia de Mato-Grosso, » por Joaquim Ferreira Moutinho..... 365

PARECERES da commissão de fundos e orçamento..... 365

PARECER da commissão de Estatutos e redacção da *Revista* acerca das duvidas que occorrem na applicação do art. 6° dos Estatutos..... 372

PARECERES de admissão de socios..... 375

SESSÃO MAGNA ANNIVERSARIA do Instituto historico no dia 15 de Dezembro de 1871.

DISCURSO do presidente o Sr. visconde de Sapucahy.. 385

— do 1° secretario o Sr. conego Dr. J. C. Fernandes Pinheiro..... 389

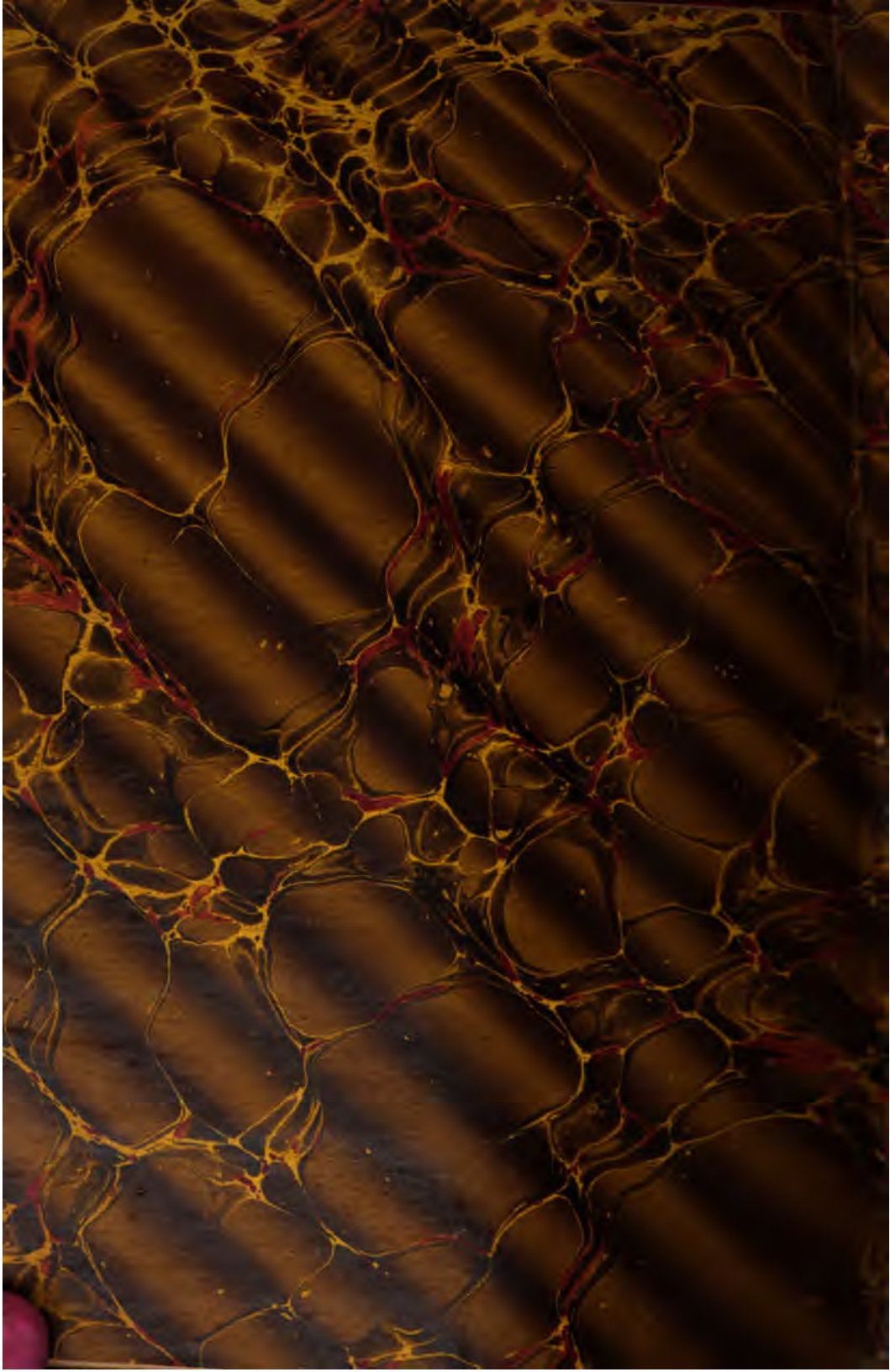
PAG.

DISCURSO do orador o Sr. Dr. Joaquim Manoel de Macedo 405
MANUSCRIPTOS offerecidos ao Instituto durante o anno de 1871 425
MAPPAS offerecidos ao Instituto em 1871 426
RELATORIOS e documentos remettidos pelas Secretarias de Estado 427
RELATORIOS e documentos offerecidos pelas presidencias de algumas provincias: 429
OBRAS offerecidas ao Instituto durante o anno de 1871 433
OBRAS offerecidas ao Instituto pela Universidade do Chile. por intermedio do Sr. conselheiro Filippe Lopes Netto.... 443
SOCIOS admittidos ao gremio do Instituto durante o anno de 1871 452

ERRATA

ERROS	EMENDAS
Pag. 102—ultima linha—Posteriores e ulteriores...	Supprima-se—posteriores e
» 103—linha 22—256,886.....	Supprima-se
» 128—no fim—Acrescente-se—*J. C. Fernandes Pinheiro.*	

TYP. DE PINHEIRO & C.ª, RUA SETE DE SETEMBRO N. 159.



222830 v.34.
981.06 Instituto historico Rio de Janeiro
I59r Revista v.34 1871

NAME	DATE	NAME	DATE
Cardozo	APR 29 193		

222830